

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

SUMÁRIO

A C T A S

<i>Preâmbulo</i>	17
<i>A Arqueologia portuguesa em mapas e números,</i> por Fernando C. S. Real	19
<i>Livre acesso ao passado: por uma Pré-história pluralista,</i> por Vítor Oliveira Jorge	41
<i>Elementos para o estudo da cadeia operatória de produção de bifaces da</i> <i>indústria acheulense do Casal do Azemel (Vale do Rio Lis, distrito</i> <i>de Leiria, Centro de Portugal),</i> por João Pedro Cunha-Ribeiro	51
<i>The Upper Paleolithic of the Rio Maior basin (Portugal). Preliminary</i> <i>results of a 1987-1993 Portuguese-American research project,</i> by João Zilhão, Anthony E. Marks, C. Reid Ferring, Nuno F. Bicho & Isabel Figueiral	69
<i>Del Solutrense en la Península Iberica: el Solutrense en Portugal y los</i> <i>inicios del Solutrense,</i> por Marco de la Rasilla Vives y César Llana Rodríguez	89
<i>Evolución de la industria lítica en el yacimiento del Roc del Migdia</i> <i>(Vilanova de Sau, Barcelona, Catalunya) durante los últimos diez</i> <i>mil años,</i> por A. Rodríguez y E. I. Yll	105
<i>Novas escavações arqueológicas na Serra da Aboboreira,</i> por Carla Stockler & José Manuel Varela	119
<i>El fenómeno megalítico en la zona occidental de la Cordillera Bética,</i> por P. Aguayo	151
<i>Um caso de metalurgia primitiva de ouro na 1ª metade do 3º milénio AC:</i> <i>o abrigo do Buraco da Pala – Mirandela,</i> por José Cavalheiro & Maria de Jesus Sanches	167
<i>El poblado del Cabezo del Plomo (Mazarrón, Murcia). Interpretación</i> <i>(Resumo),</i> por Ana Mª Muñoz Amilibia	189
<i>Rochas com covinhas na região do Alto Tejo português,</i> por Francisco Henriques, João Carlos Caninas & Mário Chambino	191
<i>The provenience of portuguese archaeological amber artefacts – a case</i> <i>study from Moreirinha (Beira Baixa),</i> by Curt W. Beck & Raquel Vilaça	207
<i>Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela,</i> por Helena Frade, José Carlos Caetano, Clara Portas & José Luís Madeira	221
<i>Tecnología cerámica de las producciones del alfar vallisoletano de la</i> <i>calle Duque de la Victoria,</i> por Miren Ayerbe Irizar y Olatz Villanueva Zubizarreta	243

<i>Cerâmicas medievais de Braga</i> , por Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar	253
RESUMOS DE COMUNICAÇÕES E POSTERS NÃO PUBLICADOS	271
ÍNDICES DOS VOLUMES I A VIII	301

DOSSIER CÔA

Introdução	313
Poema para o Cõa, por Vítor Oliveira Jorge	315
O Cõa numa perspectiva cultural, por Manuel Maria Carrilho	317
I. TEXTOS DE FUNDO	321
Portuguese rock art: a general view, by Vítor Oliveira Jorge & Susana Oliveira Jorge	323
Arte Rupestre do Vale do Cõa. I. Canada do Inferno. Primeiras impressões, por António Martinho Baptista & Mário Varela Gomes	349
The stylistically Paleolithic petroglyphs of the Cõa valley (Portugal) are of Paleolithic age. A refutation of their "direct dating" to recent times, by João Zilhão	423
O sítio arqueológico paleolítico do Salto do Boi (Cardina, Santa Comba, Vila Nova de Foz Cõa), por J. Zilhão, T. Aubry, A. F. de Carvalho, G. Zambujo & F. Almeida	471
Os métodos de "datação directa" aplicados no Cõa, por António M. Monge Soares	499
La valorisation du patrimoine archéologique, support du développement économique, par Henry de Lumley	509
Brèves remarques à propos du site d'art rupestre de Foz Cõa (Portugal), de son importance et de son devenir, par Dominique Sacchi	519
Plano estratégico de salvaguarda e valorização do património do vale do Cõa – proposta, por Geoideia	523
Parque Arqueológico do Cõa. Ideias e propostas para um projecto, por Alexandra Cerveira Pinto, Virgílio Hipólito Correia & António Manuel Silva	529
O Rio Cõa e a Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro – breve apontamento, por Susana Oliveira Jorge	563
Arqueologia do vale do Cõa – A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira, por Gonçalves Guimarães	569

Art paléolithique et Éthologie, par António Bracinha Vieira	577
II. TEXTOS DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DE DIVERSOS AUTORES	603
Quanto vale uma barragem?, por Manuel Carvalho	605
Adeus Ervamoira, por Manuel Carvalho	609
O escândalo do Cõa, por João Pedro Cunha-Ribeiro e João Zilhão	615
Casos, acasos, ocasos, por Luís Raposo	619
A verdadeira importância das gravuras do Cõa, por Luís Raposo	623
O betão também se abate, por Mário Melo Rocha	627
Da crítica do Plano Hidrológico Espanhol aos actuais impasses da nossa política de Ambiente, por Mário Baptista Coelho	631
A confusão de Foz Cõa, por António Ressano Garcia Lamas	637
Gente remota, por Miguel Vale de Almeida	643
Compromisso com o Cõa, por Vítor Oliveira Jorge	645
O milagre de Foz Cõa, por Augusto Abelaira	651
Contra a humanidade, por Manuel António Pina	653
Cõa: "fundamentalismo" do betão?, por Vítor Oliveira Jorge	655
Por que é que o património cultural do Cõa não pode ir por água abaixo?, por Vítor Oliveira Jorge	659
Património do Cõa: novo esclarecimento à opinião pública, por Vítor Oliveira Jorge	665
Todos temos a ver com o Cõa, por Vítor Oliveira Jorge	671
Foz Cõa: o deserto de betume e as falsas oposições, por Luiz Oosterbeek	675
Vila Nova de Foz Cõa. Conservación y rentabilidad social del património arqueológico, por Alfonso Moure Romanillo	679
Deixem descansar os deuses, por Cáceres Monteiro	681
Cõa: cosmos ou caos?, por Vítor Oliveira Jorge	683
Cõa, rio do nosso deslumbramento, por Vítor Oliveira Jorge	691
Política e ciência na questão do Cõa, por João Zilhão	693
Parque Arqueológico Nacional do rio Cõa (PANRC): uma realidade a implementar urgentemente no interesse do bem comum, por Vítor Oliveira Jorge	697
Foz Cõa: o ónus da prova, por José Mariano Gago	701

Rio Côa: um espaço natural monumentalizado, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	705
Faz-de-conta em Foz Côa, <i>por Nuno Ribeiro da Silva</i>	711
Sobre o (precário) estado da Arqueologia em Portugal: breve depoimento, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	715
Côa: algumas etapas (condenadas ao fracasso) de uma ameaça de atentado contra o património mundial, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	719
Sobre a polémica da datação das gravuras rupestres do vale do Côa, <i>por João M. Peixoto Cabral</i>	723
Os charlatães do Côa, <i>por António M. Monge Soares</i>	727
“Les jeux sont faits”, <i>por Luís Raposo</i>	731
Côa, a barragem silenciosa, <i>por João Pedro Cunha-Ribeiro</i>	735
Foz Côa: referência universal de uma nova arqueologia portuguesa, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	739
A propósito da arte do Côa, <i>por António Bracinha Vieira</i>	745
Gravuras do Côa: função e utopia, <i>por António Bracinha Vieira</i>	749
Datação paleoecológica das gravuras do Côa, <i>por A. Bracinha Vieira</i>	753
Placing “rock art” in its archaeological context: the case of the high Douro region, and particularly of the Côa area (north of Portugal) in late prehistory, <i>by Susana Oliveira Jorge</i>	757
Rock art and archaeological excavation in Portugal: some remarks, <i>by Vítor Oliveira Jorge</i>	761
Foz Côa, une découverte exceptionnelle, <i>par Denis Vialou</i>	765
Arcaísmos na Arqueologia portuguesa, <i>por Francisco Sande Lemos</i>	767
Arqueologia portuguesa – alguns pressupostos de uma nova dinâmica, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	771
Sobre los grabados de Foz Côa y su cronología, <i>por César González Sainz</i>	775
Reflexiones sobre el conjunto de grabados rupestres de Foz Côa, <i>por Antonio Beltrán</i>	779
O santuário de arte rupestre do vale do Côa. Da política dos adiantamentos ao escândalo da desinformação, <i>por Vítor Serrão</i>	783
A defesa do santuário de arte rupestre do Côa, imperativo cultural do povo português, <i>por Vítor Serrão</i>	789
O «drama» da água, Malthus e o clube de Roma, <i>por Nuno Ribeiro da Silva</i>	793

Um património para a nossa vida, <i>por Augusto Santos Silva</i>	797
O Côa e as «Letras», <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	801
Cultura, Arqueologia, e algo mais: um desafio para uma política transversal, <i>por Vítor Oliveira Jorge</i>	805
Nada de novo, <i>por Clara Pinto Correia</i>	809
Lição do Côa – ponto de vista de um repórter, <i>por José Gomes Bandeira</i>	813
Salvar o Côa: o Movimento Internacional para a Salvaguarda da Arte Rupestre do Vale do Côa, <i>por Mila Simões de Abreu</i>	817
III. TOMADAS DE POSIÇÃO DE DIVERSAS ENTIDADES INDIVIDUAIS OU COLECTIVAS	823
Comunicado da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia sobre as gravuras pré-históricas do Côa	825
Parecer	827
Déclaration	828
Rede Europeia de Arqueologia organiza apoios da União Europeia para o vale do Côa	829
Declaração da Comissão Inter-Universitária de Arqueologia sobre a questão do Património Cultural e Natural do Rio Côa	834
Declaração do Senado da Universidade do Porto sobre o questão do património cultural e natural do rio Côa	837
Declaração da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia sobre a questão do património cultural e natural do rio Côa	839
Comunicado da Associação dos Arqueólogos Portugueses sobre o artigo de “O Independente” de 7/7/95 referente à datação das gravuras de Foz Côa	841
Resolution	843
Abaixo-assinado do Congresso de Turim	844
European Association of Archaeologists – Resolution	846
Declaração	847
Tomada de posição da Associação dos Arqueólogos Portugueses e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia	848
Declaração da Direcção da SPAE	858
Comunicado da Rede Europeia de Arqueologia sobre as decisões do governo português sobre o vale do Côa	859
Comunicado à imprensa da Associação dos Arqueólogos Portugueses	860

Portuguese government orders immediate stop of construction work at the Foz Côa dam!	862
A suspensão das obras de construção da barragem de Foz Côa e o património arqueológico português – comunicado	864
IV. CARTAS	867

PREÂMBULO

Com a presente publicação do oitavo volume de Actas chegamos ao fim do compromisso assumido desde 1991/92 — perante os sócios da SPAE, os congressistas, os colegas que nos ajudaram, e as entidades que nos apoiaram — da realização deste 1º Congresso de Arqueologia Peninsular.

Sem hipócrita modéstia, cremos que, em todos os aspectos, se excederam as expectativas: lembramos tão só, por ex., que os volumes de Actas estavam apenas, inicialmente, para ser só seis. E, se algum “calcanhar de Aquiles” temos, esse é o da distribuição dos volumes, cuja rapidez gostaríamos que acompanhasse a celeridade da respectiva produção; mas é evidente que o amadorismo de toda a estrutura organizativa do congresso é para nós, a esse nível, difícil de superar. A SPAE é uma pequena entidade, cujos sócios pagam uma quota simbólica, e que não dispõe de funcionários nem, mesmo, de um mínimo de espaço operacional de trabalho. Foi um autêntico “milagre”, de esforço e de voluntarismo, termos concretizado este congresso. Por isso solicitamos agora a melhor compreensão de todos os sócios e participantes para as nossas deficiências estruturais, insuperáveis a curto prazo, mas que a SPAE irá tentando colmatar na medida do possível.

Quisemos apenas provar que, mesmo com essas dificuldades, é possível conceber e levar à prática, com ousadia, em Portugal, realizações de grande monta, ultrapassando as atávicas desculpas da mediania, da inércia e do conformismo. De mãos dadas com os colegas da vizinha Espanha (como deveria acontecer em tantos aspectos da vida nacional), pusemos de pé o maior congresso de Arqueologia jamais realizado no nosso país, autêntico marco da história desta disciplina na nossa Península. Perdoem-nos se estamos orgulhosos disso: foram 5 anos das nossas vidas!

Este último volume inclui os últimos textos de comunicações/posters chegados à nossa mão, bem como os resumos dos restantes (antes publicados no, por natureza efémero, “livro-guia”), isto é, daqueles trabalhos que, apesar dos prorrogamentos sucessivos de prazos, e de insistências constantes, os autores não puderam ou quiseram enviar-nos. Insere ainda índices de todos os volumes, com os nomes da totalidade dos autores e das palavras-chave dos seus artigos, apresentados por ordem alfabética. A simples consulta destas listas dá uma ideia do que foi a variedade de pessoas e de temas que o congresso abrangeu.

Por fim, inserimos um “dossier” especial sobre o património do rio Côa e sua problemática, por se tratar, a nosso ver, da questão — arqueológica, mas não só — mais importante que ocorreu na Arqueologia da nossa Península desde que o Congresso foi concebido e realizado. Pena é que não tenha havido a oportunidade de, nele, o assunto (na fase em que se encontrava em Outubro de 1993) ter sido equacionado; teria sido este o foro mais apropriado para tal, evitando-se talvez muito do que veio a acontecer depois. Mas, em vez de lamentar o passado, há que construtivamente olhar para o futuro, chamando de novo a atenção dos colegas para o facto, óbvio, de que o assunto do Côa — hoje um dos sítios de referência da arte rupestre mundial — diz respeito a toda a Península Ibérica (e não só). Precisámos, neste caso, da solidariedade activa e da colaboração de muitos colegas e cidadãos, para levar a melhor uma luta desigual que encarniçadamente travámos, durante muitos meses, em nome da cultura e da civilização, num esforço permanente para evitar um erro clamoroso (produto de profunda ignorância e altivez), que nos envergonharia para todo o sempre.

Aos colegas, aos autores, aos jovens, às entidades que nos ajudaram a realizar este congresso, mais uma vez, obrigado, em nome da SPAE e de todos os organizadores. Nesse agradecimento, seja-nos permitido destacar a Reitoria da Universidade do Porto, que, com clarividência, compreendeu ser esta uma realização científica interdisciplinar capaz de prestigiar a instituição em cujo seio se gerou e concretizou.

Até Zamora, em Setembro do próximo ano, para o 2º Congresso, ao qual desejamos desde já o maior êxito!

Porto, Agosto – Novembro de 1995

Vitor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal

DOSSIER CÔA

Coordenação de
Vítor Oliveira Jorge

INTRODUÇÃO

Neste "Dossier Côa" procurámos incluir quatro tipos de textos:

- Estudos "de fundo" sobre a problemática em causa, tanto arqueológica propriamente dita, como na perspectiva da construção de um Parque que integre e potencie o valor do património do rio Côa;
- Textos de intervenção de diversos autores que, segundo as mais diferentes perspectivas, equacionaram a "questão do Côa" e as temáticas com ela conexas;
- Tomadas de posição de entidades, sobretudo colectivas, sobre o problema;
- Cartas dirigidas por reconhecidos investigadores de todo o mundo aos responsáveis portugueses, exprimindo o seu empenho na resolução da questão, a bem do património da Humanidade.

Apesar disso, este "Dossier" não é nem exaustivo nem procura reflectir todo o leque de opiniões emitidas sobre o assunto. Bem pelo contrário: é voluntariamente selectivo e posiciona-se inquestionavelmente do lado dos que se opuseram à construção da barragem de Foz Côa e que lutaram pela sua alternativa óbvia, a criação de um Parque Arqueológico na área. Procurou-se apenas não incluir notícias demasiado datadas, ou com cariz de polémica pessoal ou sectorial, inevitáveis num caso destas repercussões, mas, hoje, necessariamente ultrapassadas.

Ao editar este "dossier", a cujos autores a SPAE profundamente agradece toda a colaboração prestada (bem como aos jornais que autorizaram a republicação de artigos neles insertos), a Sociedade visa contribuir para a história de uma das mais apaixonantes questões da Arqueologia, e da cultura portuguesa, do séc. XX. Uma questão que catapultou Portugal, e a sua Arqueologia, para as páginas dos mais prestigiados jornais e revistas de todo o mundo, para não falar das rádios e televisões. *Um fenómeno inaudito na nossa história de pequeno país, tantas vezes esquecido.* Só por isso, os portugueses devem estar gratos aos seus antepassados pré-históricos e aos arqueólogos e outros cidadãos que em defesa da memória destes se levantaram!

A história da "questão Côa", que certamente no futuro há-de ser escrita e reescrita, é muito mais complexa e rica do que aquilo que estas páginas transmitem. Que nos perdoem aqueles que não figuram aqui e, por direito, deviam ter

Deste "Dossier Côa" foi feita uma "separata especial", com 750 exemplares, cujo lançamento público foi efectuado na Casa de Serralves, Porto, em 16 de Janeiro de 1996, na presença do S. Exas. o Ministro da Cultura, o Secretário de Estado da Energia e o Secretário do Desenvolvimento Regional.

mais realce. A vida, hoje, não se compadece com atrasos, embora, apesar de tudo, este tenha sido um livro longamente preparado e esperado. Com todas as suas insuficiências, é a obra possível, e absolutamente indispensável a um melhor esclarecimento da opinião pública, neste momento.

Foi privilégio da nossa geração, oportunidade única numa vida, o de participarmos activamente neste processo cívico. É agora obrigação indeclinável transformarmos, pelo nosso trabalho incansável, a região de Foz Côa num pólo de atracção turística e cultural. Por isso, só cantaremos vitória quando virmos os benefícios da nossa luta e da corajosa e digna opção do novo governo português terem eco directo e palpável no bem estar das populações a quem este património fabuloso, em primeira mão, pertence. E quando o virmos ser plenamente usufruído por todos os portugueses e estrangeiros que queiram vir encontrar no vale do Côa algo dessa “unidade fundamental do ser” que o poeta procura, nas palavras de Eugénio de Andrade. Esse “poeta” que, afinal, somos todos nós, herdeiros dos artistas do Paleolítico Superior.

Porto, Novembro de 1995

Vitor Oliveira Jorge

Presidente da direcção da SPAE

Professor da Faculdade de Letras da U.P.

Presidente da Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia

POEMA PARA O CÔA

por

Vitor Oliveira Jorge

há duzentos séculos
sobre o rio sereno
dois cavalos, em todo o brilho do seu dorso,
vieram entrelaçar
as suas cabeças.
foi aqui que isso aconteceu e aqui ficaram,
fixados no xisto,
ouvindo
ao longo das estações
o mesmo ruído
do escorrer da água.

e por todo o vale,
bois e veados selvagens
responderam-lhes
silenciosamente.
hoje
as suas cabeças revelam ainda
o último mugido
antes de penetrarem definitivamente
na pedra.

passados duzentos séculos
foi-me dado ouvi-los,
entre o ruído dos motores,
as ruínas da paisagem ferida,
as desencontradas palavras.

pude assistir ao crime
limpo, técnico, justificado.
com números insofismáveis,
com processos infalíveis,
cada um dos senhores bem postos,
excepcionalmente bem intencionados,
dava a sua solução para a chacina.
agonia lenta, milhares de gritos,
que uma água agora traiçoeira
ia pouco a pouco calando.

e o vale contorceu-se nos seus meandros
como uma gigantesca serpente
ferida de morte.
a mesma serpente que fenece
na amazónia, no coração da áfrica,
no delírio da dança.
em tudo quanto é alegria e juventude
do mundo.

e de novo me surpreendeu a inércia cúmplice
dos que sabiam o que estava a acontecer.
mas foram para casa tratar das suas vidas.

ficámos uns poucos, e eu tinha apenas
uma pistola de palavras.
contra o entardecer,
a placidez do rio,
a disparei.

e de todas as pedras saíram de novo
milhares e milhares de animais
que atroaram o vale com o seu tropel.
vi o seu olhar divino embebido
de morte.
perderam-se no céu, tingido de sangue.

deus abandonara-os, e abandonara-nos.

onde, daqui em diante,
encontraríamos paz?

O CÔA NUMA PERSPECTIVA CULTURAL*

por

Manuel Maria Carrilho**

Foz Côa tornou-se, durante um ano, um longo ano, na cabal e reiterada prova da ausência de qualquer dimensão cultural na política do governo anterior.

Poder-se-ia dizer que foi o epílogo de um período em que, nos últimos anos, se viveu a rasar cada vez mais o grau zero da cultura, e poder-se-iam mesmo referir diversos domínios e casos em que se ultrapassou esse limite. Mas o que Foz Côa revelou foi outra coisa, bem mais funda e determinante: foi uma insensibilidade cultural que se traduziu na completa indiferença pelo nosso património mais raro, foi a patética tentativa de, por vários meios, apagar, ocultar, sepultar esse património.

A descoberta de um património como a do que tem vindo a ser feita em Foz Côa — que não deixa de nos surpreender quanto ao seu valor arqueológico, unanimemente reconhecido pelos mais consagrados arqueólogos de todo o mundo — essa descoberta, dizia, é para os povos civilizados e em particular os seus governos uma justificada ocasião de festa. Entre nós tornou-se, todavia, num motivo de pesadelo: pesadelo para um governo que, verdadeiramente horrorizado com as descobertas arqueológicas do Vale do Côa, passou um ano, um longo ano, a inventar grosseiros estratégias que permitissem ignorá-las e, rapidamente, esquecê-las. Mas pesadelo também para um povo — e muito especialmente, deve-se dizê-lo, para uma juventude — que descobriu estupefacta que no seu governo se acolhia afinal um espírito de barbárie, de uma barbárie agora de recorte tecnocrático.

Dir-se-á que não, que o que se procurou e procura foi, e é, compatibilizar a construção da barragem com a preservação das gravuras. Foi este — e acabámos de o ouvir mais um vez — foi este, repito, entre as várias e contraditórias posições do governo anterior, o argumento mais repetido. Trata-se no entanto, e sublinho

este ponto, de uma posição toscamente demagógica e profundamente inculta: *demagógica* porque consiste, como se de um golpe de mágica se tratasse, em transformar o impossível numa evidência, como se fosse possível comer o bolo e continuar a tê-lo no prato; *inculta* porque revela o mais completo desconhecimento do que é o património arqueológico, as características do seu estudo e o modo como os seus elementos, nomeadamente quando se trata de elementos monumentais como as gravuras, só são compreensíveis através da sua perspetivação em conjunto, da relação entre os seus vários elementos artísticos e entre eles e o seu ambiente histórico-cultural.

Deixando aqui de lado a sua controversa possibilidade técnica e o eventual carácter devastador das suas consequências, é tão absurdo querer harmonizar a perspectiva patrimonial com a construção da barragem como sustentar que se possa substituir uma investigação laboratorial crucial por um jogo de fórmulas feito no papel. E, no entanto, é este charlatarismo que se apresenta agora como a solução, imagine-se, de “bom senso”!

A política não consiste em acenar com consensos que dispensem quem governa de ter que optar; ela consiste, antes de mais, em escolher, em opções claras que, essas sim, devem visar realizar consensos alargados na sociedade.

A solução para o Côa passa por outra política, que é a de ligar a cultura e o desenvolvimento. É esta articulação que, no quadro do “Plano de desenvolvimento integrado do Vale do Côa”, o governo se propõe implementar, criando o Parque Arqueológico do Côa.

Este parque pode ser o elemento motor de um efectivo desenvolvimento da região do Vale do Côa que — como acontece em Tautavel, em Lascaux, onde passam cerca de 1 milhão de pessoas por ano — combina o património e a economia, o lazer e o conhecimento, a investigação e o turismo, multiplicando o emprego e renovando em todos os aspectos a vida dessa região. Quando se sabe que existem, como existem neste momento, pedidos de cerca de 100 escolas de todo o país para que se organizem visitas às gravuras do Côa, temos que estar optimistas, mas também temos que agir rapidamente.

Neste sentido se iniciará em breve a preparação de guias qualificados para enquadrar as visitas, se criarão estruturas mínimas de acolhimento turístico, se construirá um centro cultural que forneça a informação indispensável e viabilize e estimule a realização de iniciativas culturais de índole diversa, se tomarão as necessárias medidas de segurança em relação ao património existente.

Mas se assim se criam, por um lado, as condições mínimas para se avançar com o projecto do Parque Arqueológico do Côa, por outro conquista-se a credibilidade indispensável para a obtenção de apoios, nacionais e internacionais, que só respondem e só aparecem quando as opções políticas são claras.

E a opção do governo é bem clara.

Ela assume toda a importância do *factor cultural* no desenvolvimento social e económico no quadro do qual o património é um valor não só inspirador como *motor*. Como há poucos dias escreveu um sociólogo “O património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento. Ele não está lá por estar, ou por ser um sagrado intocável. Ele está cá, no meio de nós, das nossas necessidades e dos nossos projectos, porque precisamos dele para umas e para outros; precisamos de referências paisagísticas, monumentais e culturais que alimentem a nossa própria construção de paisagens, de monumentos e de cultura; precisamos dos nossos recursos naturais e sócio-históricos porque, sem eles, não conseguimos nem ordenar o nosso território, nem potenciar meios próprios de riqueza, nem endogeneizar, equilibrar e sustentar o nosso desenvolvimento” (A. Santos Silva, *Público*, 16-11-95).

Concluindo, o património é um dos elementos centrais da identidade dos povos. Mas a identidade não é uma sobrevivência que se defende colocando-se num relicário, ele é uma herança de que só somos dignos quando a continuamos a construir. Mais do que um retrato, ou resto, do passado, a identidade é, no complexo mundo em que vivemos, um instrumento com que se constrói, se pode construir, o futuro.

É isso que estamos a procurar fazer no Vale do Côa.

Lisboa, Novembro de 1995

I

TEXTOS DE FUNDO

PORTUGUESE ROCK ART: A GENERAL VIEW

by

Vítor Oliveira Jorge* & Susana Oliveira Jorge*

Key-words: Portugal. Prehistory. Rock art.

0. INTRODUCTION

Portugal is a small country, a periphery of Southwestern Europe and of the Iberian Peninsula in particular. Its territory, with *ca.* 92.000 Km², has numerous rock art sites, spread all over the land, but mainly concentrated in the northern area, with the exception of the Tagus valley art complex in the centre of the country, which represents the biggest concentration of holocene rock engravings in Iberia.

Some of the Portuguese sites are simply marginal manifestations of “artistic provinces” which have their main representations in Spain. That is the case of cave Palaeolithic art (so magnificently displayed in the Cantabrian region), of schematic paintings in rockshelters (abundant in Central-Southern Spain), and of some abstract compositions dominated by geometric-like elements (labyrinths, meanders, etc.), so important in the Southern Galician area.

At any rate, Portugal (together with some regions of Spain) possesses something almost unique: its numerous painted passage graves, mainly present in the northern and in the north-central regions, although a rich megalithic art exists all over the country, including engraved standing-stones. The latter may occur in isolation, or in groups forming the so called cromlechs.

Recently (November 1994) an enormous complex of open air engravings was revealed in the Côa valley region, a tributary of the Douro river. It may be considered as one of the most promising rock art areas anywhere in the world. In fact, it certainly contains thousands of engravings, which may be dated from the

* Institute of Archaeology, Faculty of Arts, University of Porto, Portugal.
The chronological framework of this paper is based on conventional (uncalibrated) C14 dates.

Upper Palaeolithic to the Iron Age and later.

In chronological terms, the prehistoric rock-art of our country extends from the Upper Palaeolithic (*ca.* 20.000 B.P.) to the Iron Age (around the end of the first millennium B.C.). But, in fact, many rock surfaces continued to be used during the Middle Ages and even in modern times to express an enormous variety of graphic signs.

1. METHODOLOGY OF APPROACH

This paper will be essentially descriptive, because its main goal is to present, for a large English speaking audience, a series of facts well known by Portuguese archaeologists. Anyway, we will present here, very briefly, some reflections about how prehistoric art should be approached, in order to avoid some false questions, and to enrich our vision of Prehistory as a whole.

The very field of "rock art" is a conventional one. Obviously, the study of graphic manifestations on rocks only makes any sense if integrated in their prehistoric context, at all levels. Keeping in mind the important studies by Richard Bradley, we must see these clusters of glyphs as a means, among others, of creating a "cultural landscape" — a landscape which was not simply "scenery" for human action, but an organized cosmos. In this sense, the physical pre-existences (like topographic elevations or water courses) or the transformations operated by humans in the landscape (the building of walls or earthworks, or the placing of signs on natural places), would all be significant.

Another point to keep in mind is that, in societies where there are no written records, the meaning of things is necessarily fluid, not fixed in a text once and for all. We know how complex and varied is the construction of memory in oral societies. So, to try to "decipher" the "original meaning" of a given rock art panel (as if it was a Roman inscription, for instance) may be not only impossible, but above all absurd. Looking at rock art, we are facing something which comes from another world — not only do we not know the "intentions" of the first designers of the compositions, but also we ignore completely the transformations of meaning which could be undergone as time went by. Even if we had access to informers, we should place them historically — they could simply be telling us what they think the rock art figures mean, or what they imagine we would like to hear from them. There is no a-historical knowledge, no a-historical truth: only encounters of cultures, of people, and of thoughts, all of them conditioned by a particular set of circumstances.

Actually, we believe that everything made by humankind has, first of all, a

contextual meaning. By this we want to stress that even ordinary activities whose "interpretation" seems obvious to us are extraordinarily complex and meaningful sets of actions. Trying to "reconstruct" them taking only the so-called "archaeological record" as a basis may seem impossible — although the important thing is not to reach a "final truth", but to avoid simplistic and naive interpretations, of which the archaeological literature has many. For us, Europeans, what we know now about the cosmologies of the Australian aborigines, the South-African Bushmen, or the Southwestern North American Indians, serves as an important element to orient our interpretative imagination. Not to help us to say what our prehistoric "art" could mean or be used for, but to avoid "solutions" which are not plausible anymore.

We have heard very much in some rock art meetings about "altered states of consciousness" and the universal modes of the brain's work as a way of understanding rock art. This is certainly a fruitful path into this field, but it has its dangers. To explain regularities by very general principles may be like using a key which opens every door at one and the same time. We fear any biological reductionism; we are social scientists and, the more we try to discover cross-cultural regularities, the more we need to pay attention to the uniqueness of human experience.

Above all, in every "science", we should always keep in mind that to explain everything, to make everything appear coherent, is an illusion; all knowledge is surrounded by an enormous shadow of ignorance. We respect those who only see the "light"; but we should never forget the aureola of darkness from which new questions arise.

Having said this, we shall now turn to the Portuguese prehistoric rock art, making it clear that much research is still in course or unpublished, and that in the next few years the picture presented below will change significantly.

2. PALAEOLITHIC ART

Until November 1994, the most significant artistic displays in Palaeolithic style acknowledged in Portugal were the ornamented cave of Herdade da Sala, Santiago do Escoural (Montemor-o-Novo), which was discovered in 1963, and the open air engravings of Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), detected in 1981. The latter were the first Palaeolithic open air engravings to be known and published in the world.

The Escoural cave is a karst cavity which consists of an elaborate maze of galleries. It is about 37 meters long, measured in a straight line from the primitive

entrance to the present one, which has been artificially opened by a stone quarry. The core of the sanctuary would have been located precisely in the large back room (the size of which contrasts with the exiguous access ways), an area where diverse paintings and over a hundred engravings were executed, the latter being, at least partially, more recent than the former. Adjoining galleries and small compartments have also been utilized in the same way. According to the research team that has resumed study of the representations, they would fit mainly into Leroi-Gourhan's styles II (Upper Perigordian — Early Solutrean) and III (Early Solutrean and Early Magdalenian), although some of them might persist up to more recent phases of the late Upper Palaeolithic or even to post-Palaeolithic times. As to the thematics, it includes animal figures, mostly bovine and equine, and several ideomorphs. The motifs in the first phase show quite a contrast with those in the second and third phases, for their clearness and visibility. Carvings of these latter phases testify to the use of an ever finer incision technique, while at the same time the representations tend to be concealed in hidden areas. More recently, Jordá Cerdá has expressed his view that the Escoural art could be arranged in two phases, one belonging to the Lower and the other to the Upper Magdalenian.

The Mazouco engravings are composed of zoomorphic motifs, using the subvertical rock surfaces as support. These rocks belong to an outcrop of the schist – grauwacke complex and are situated in the vicinity of the confluence of the Albugueira stream with the river Douro close to the Spanish border in far east Trás-os-Montes. The best preserved of these engravings is the one depicting a horse over 60 centimeters long, outlined by a deep streak (scratching technique), contrary to the other two, which show the pecking technique, but it is probable that this was, initially, the actual way in which the big equine was produced as well. This prominent horse presents a cervical-dorsal curve, a very jutting and arched mane, the tail and the hind legs are so arranged as to suggest a certain movement while the front legs are static in contrast, represented entire but very short. One must point out the thickset look of the animal, the belly marked by a double line, the twisted or semi-twisted perspective of the body (in profile) which is given by the two right limbs, and certain aspects which are realistic in the detail, like the jutting of the lower jaw, the front hoofs and the representation of the male genitals. One must add that Jordá Cerdá regards these Mazouco engravings as belonging to the Middle Magdalenian (Leroi-Gourhan's style IV), just like the carved horse of Domingo García in Segovia.

Not far from Mazouco, in the Côa valley and in some smaller tributaries of the Douro river, we now have an enormous amount of open air Upper Palaeolithic engravings, namely on the vertical surfaces of the schist outcrops located on both sides of that valley. This fantastic complex is under study, but unfortunately,

as the media have often reported, it is also menaced by the building of a dam on the Côa, 2,4 Km. south from its mouth. It is our hope that the project of this dam will be abandoned in favour of the creation of a National Park, into which the Côa prehistoric art may be integrated as an universal treasure for humankind.

The main motifs displayed in the Côa river are the horse, the aurochs, the deer and the ibex; often they occur in association and, in some important panels, we can see superpositions which suggest that those panels had, in the past, a very special meaning. The human figure and some "abstract" signs are also present. The engravings were pecked, scratched, or both; at any rate, in many cases it is probable that they were remade several times, as they were accessible to anyone.

It is impressive to consider the Côa as some kind of an enormous "open air cave", and it is obvious that the distribution of the engravings was in relation with all the surrounding landscape. On the other hand, the motifs chosen (namely, the association horse-aurochs) and their mutual relations show that the general ideas of Leroi-Gourhan on Palaeolithic art, considered by some as out of date, may apply here.

Four main concentrations of panels were found in the Côa, respectively, from north to south, at Canada do Inferno, Vale de Figueira, Ribeira dos Piscos/Quinta dos Poios and Penascosa/Quinta da Barca (Rebenda, 1995). Scratched figures, often outlined by a very thin trace, and showing fine, multiple traces in the interior of their bodies, may be found in the Foz Côa region, both in the river valley or outside it, in Vale dos Moinhos, Canada do Amendoal, Canada do Inferno and Vale de José Esteves (Rebenda, 1995); we consider them also of Upper Palaeolithic Age.

It would be premature to say more about so rich a complex, which is, as we said before, already in a phase of preliminary study. At the present moment, the most important point for the Portuguese archaeologists is to have the support of everyone interested in the preservation of rock art heritage in order to reach a final victory against the menace of the building of the Foz Côa dam. Being in the open air, the Palaeolithic engravings of the Côa are of great public interest, because they may be seen and admired by hundreds or thousands of people, as soon as they are studied and prepared for cultural tourists. This is a very different situation from that of the caves, like Altamira or Lascaux, where visitors may wait for one year before they get their permission to get into the caves, for security reasons. Also, in the Côa valley, just as in the site of Siega Verde, in Spain, on the Agueda valley (another tributary of the Douro), we may study how the Palaeolithic people organized the entire landscape on conceptual grounds, and not only the obscure space of the caves. After the Côa, or the Agueda discoveries, along with those of Domingo García in Segovia (Spain), etc., we can imagine that the limestone valleys of the South of France, for instance, where many decorated

caves occur, could also have had in the past important open air engravings or even paintings; the latter ones simply couldn't survive.

As to mobile art found in Portugal, one can only mention a decorated plaque from a Solutrean level of the Caldeirão cave (Tomar), studied by J. Zilhão.

3. MEGALITHIC ART

Leaving aside megalithic architecture (in its double status of funerary architecture — barrows and their internal structures — and of that related to the erection of standing stones, single or multiple) and the mobile art which is often found among the burial offerings of passage graves or other collective tombs, one is reduced to the paintings and/or engravings which cover the orthostats of some passage graves or the surface of certain “menhirs” (standing stones). But these — especially the painted orthostats of so many burial monuments — are one of the most important contributions of Portugal to prehistoric art in general.

Actually, together with Galicia, Portugal (mainly in the North and Centre-North regions) has most of the decorated megalithic monuments to be found in the Iberian Peninsula. Besides, it is also in our country, especially in the northern area, that almost every known dolmenic painting can be found; unfortunately, often they are often very poorly preserved. An exception to that situation is the passage grave of Antelas (Ribeira de Frades), recently reexcavated by Domingos Cruz, where superbly conserved paintings may be observed on every orthostat of the chamber. As for engravings, we have found, during the 1994 excavation season, together with other colleagues, a preciously well preserved chamber in Castro Laboreiro, in the extreme North of Portugal. Its name is Alto da Portela do Pau 2, and all its slabs are entirely covered by very fine, extremely thin, geometric motifs, suggesting patterns that can be found in the famous Alentejo schist plaques, in the South of the country.

It is of course simplistic, as in so many other cases, to reduce megalithic art to a set of “primary motifs”, though it might prove useful in a first approach. E. S. Twohig considered the existence in the Peninsula of ten main motifs: human figure; skin skeumorphs; rows of triangles or Vs; vertical serpentlike shapes; horizontal serpentlike shapes; radiate linear motifs; U motifs; an indecipherable element, simply called “the thing”. The first five would be characteristic of Twohig’s group 1, or “Viseu group”, and the last six (thus including the vertical serpentlike shapes as well) would belong to group 2, a rather artificial group considering that it includes not only the passage graves situated to the north of the Douro but also a certain number of diverse monuments in the south. This is a



Auroques. Canada do Inferno. Foto: José Gomes Bandeira (15-11-95).

scheme which, although useful, hardly expresses the richness and complexity of the matter.

At any rate, we may say that the so called "skin skeumorph" is one of the most important themes found in Portuguese passage graves; its ambivalent meaning (half animal and half human) is suggested by recent discoveries of Ana L. da Cunha in Anta da Arquinha da Moura, Tondela (Cunha, 1995). That importance is shown by the dimensions of the motif and by the fact that it is always depicted in one of the most important slabs of the chamber, that is, the bottom ones, for those who enter into that sacred space. Another important symbol was, certainly, the so called "thing" of E. Twohig. It probably occurs in different monuments, always in a prominent position, according to a series of formal transformations which don't make the "motif" — if it is the same — easily recognisable. We think that the painted "motif plaque" of Antelas or the engraved "idol" of Mota Grande (Portela do Pau, Castro Laboreiro — this enormous monument is on the Portuguese-Galician border) are probably "transformations" of "the thing" as it is depicted in Chã de Parada 1 (Aboboreira, North of Portugal) or Dombate (Corunha, Galicia).

We have knowledge of passage graves which are only painted, others which, at least apparently, are only engraved, and others still which enclose paintings and engravings. It is obvious that there is no way we can ensure that the monuments where only engravings appear haven't also been painted, and it would be very important for us to be able to distinguish, in each of the monuments that show both paintings and engravings, what is the chronological, symbolic, etc., relation between the two sets of figures. The discovery of engraved standing stones has also been rather frequent after E. S. Twohig wrote her work; one must emphasize the progressive identification in western Algarve of a vast number of menhirs, made out of limestone or red sandstone, with usually conic or ovoid shape and relatively small sized, many of which are decorated with relief (wavy cords or series of ellipses, vertically set). At the site of Caramujeira (Lagoa) such menhirs were connected to a settlement, particularly to its second stage of occupation, so it seems, ascribed to the second half of the IVth millennium B.C.

Perhaps the most surprising element in all of the Portuguese megalithic art is the so-called "deer hunting scene" which covers one of the chamber's orthostats of the Orca dos Juncais passage grave (Queiriga, Viseu). It is a unique case in its composition, but this might just be a consequence of the poor preservational conditions of other such monuments where human (for instance, two men, one of them carrying a bow, in Lubagueira 4, Viseu) or animal (Fontão, Seia) figures can be found; one should also consider the possibility that these elements might occur without being part of any "scenes", as the two deer on top of the backstone of the Orca dos Juncais, for instance, seem to suggest. The stylistic classification of

those figures itself raises problems for its originality: Abélanet calls it semi-naturalistic; Jordá Cerdá calls upon influences, both from the world of Iberian schematic painting and from Levantine art, to explain the decoration of Portuguese passage graves with human figures; A. Beltrán, finally, thinks that the figures on that particular passage grave are neither schematic nor levantine, and can't really be well fitted into any specific style known elsewhere.

This is a matter that calls for expansion and that would take us very far. But we will just mention the fact that Portuguese megalithic art is a confluence of semi-naturalistic, schematic and abstract motifs, and that sometimes, on the other hand, the "ornamentation" is invasive (towards the surface of the orthostat or even the whole of the orthostats, as it happens in Antelas, Oliveira de Frades), other times it is limited to a few figures, which seem "lost" on the operative area of the stone (this is particularly obvious when it comes to engravings — with the exception of Portela do Pau 2 —, unless we consider the possibility of their original completion with paintings). We are left with an image of a symbolically rather elaborate art, which might even be the manifestation of a "mythology", but whose plastic realization is rather diversified. On the other hand, the connections between some of its features and the themes of the schematic painting or the open-air rock art, namely that on the Tagus valley, are quite obvious.

4. ART OF PAINTED ROCKSHELTERS

Sites with "schematic" paintings have been found, so far, in two regions in our country: Trás-os-Montes and Alto Douro, and Alto Alentejo. The sites of Penas Róias (Mogadouro), Pala Pinta (Alijó), Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), Fraga d'Aia (S. João da Pesqueira) and Faia (Cidadelhe, on the Côa valley, Pinhel), as well as other not yet published "rockshelters" on the Douro, are located in the first region; those of Igreja dos Mouros, Lapa dos Louções and Lapa dos Gaivões, all of them in the Louções mountain (Arronches) and the so called Pinho Monteiro rockshelter, in the Monte Novo mountain (same generic area), belong to the second region.

The "rockshelters" of Penas Róias and Pala Pinta and the painted rock surface of Cachão da Rapa show, when compared, a set of very different themes and styles. At Penas Róias, there is a predominance of human figures with arched arms, some wearing head-ornaments, one with arms like wings or like a phi. This motif, the Greek phi like figure, can also be found at Pala Pinta, but the prevailing themes are those of radiate shapes of several types, some of them evoking, according to certain authors, astral connotations; there are also tree-shaped or

branch-like figures which can be interpreted as anthropomorphic stylizations. Both sites referred to present monochromatic paintings in red. This does not happen at Cachão da Rapa, where the *sui generis* (for several reasons) figures show the simultaneous use of wine-coloured red and dark blue. The theme here is of geometric character, with mostly quadrangular (filled inside so as to suggest a reticulated form) or elliptic (some depicting the bigger and the smaller axis) motifs; some of those quadrangular motifs show appendages on their upper part, which sometimes are made of two vertical sets of small horizontal and parallel straight lines. As for Fraga d'Aia, it has revealed a probable "hunting scene", the hunted animal being the deer, which might be linked to the main occupation stage of this shelter (late IV, early III millennium B.C.), and a frieze with aligned figures in an apparently more recent style (proto-historic?).

The Faia paintings, in red and red wine colours, are located in the Upper Côa (Pinhel), and they show zoomorphic and anthropomorphic figures; although they belong to what is generally called "schematic painting", some of them are more "naturalistic" than others, as it often occurs in this kind of rock art, in the Iberian Peninsula. In this granitic area of the valley, some 18 Km from the mouth of the river, the valley has the aspect of a canyon; it is one of the wildest places in Portugal. Some palaeolithic engravings were also found there (Rebanda, 1995).

Among the several known rockshelters in Serra dos Louções, Lapa dos Gaivões is the one harbouring the largest and the most significant amount of paintings, which can be sub-divided into various panels, and which were studied by Breuil in 1916. One must point out the anthropomorphic schematizations, several of them presenting arched legs and arms, sometimes even with three pairs of appendages pointing upwards or downwards; there is also at least one case of protuberances on the upper part of the figure, evoking horns. One can find zoomorphic figures as well, and among these there is one looking like a large bull; there are also deer, a dog, a comb-shaped animal, and serpentlike or zigzag lines, series of dots and lines, etc. In 1961, A. de Castro and V. Ferreira have claimed that there was a figure of an elephant on the ceiling panel. There are also anthropomorphic figures at Igreja dos Mouros, and a branch-like one stands out; as far as Lapa dos Louções is concerned, one might point out figures in phi and in the form of a hand, among others.

At the Pinho Monteiro rockshelter we are once more confronted with the presence of human stylizations, with arched arms and legs, and with I-shaped figures, radiate motifs, one anthropomorphic figure with appendages on top in the shape of horns, another one which has been interpreted as being in a standing position on a quadruped, etc.

It is clear that Portuguese painted "rockshelters", all of them located in the eastern area of the territory, the obvious variety of their themes notwithstanding, are

just a natural extension westwards of the rich Spanish schematic art (or, more specifically, of the Iberian Meseta), in which there are innumerable figurative parallels for the Portuguese cases. Still, it is never excessive to point out the originality of Cachão da Rapa, which resists the several attempts at "deciphering" to which it has been subjected.

5. THE TAGUS VALLEY ART

The engravings at this complex, numbering in a few tens of thousands, are located upon the schist-greywacke banks on the shores of the mid Tagus (and some of its tributaries), upstream and downstream of the place called "Portas do Ródão", close to the border with Spain (in whose adjoining territory there are still some engravings to be found), concentrated in 16 main nuclei and spread throughout a stretch of river over 40 kilometers long. They were discovered in 1971 and most of them were submerged, some time later, by an artificial lake created by the Fratel dam. The chronology of this complex has been the object of much debate. Different hypotheses have varied between a broad evolving sequence — from the Epipalaeolithic or Neolithic to the Iron Age (Serrão and others; Gomes and Monteiro) — and a more limited period division, situated between the Epipalaeolithic and the Iron Age (Anati) or the Neolithic and the Bronze Age (Baptista). Be that as it may, we are dealing with one of the largest sets of engravings ever to be executed on open-air rocks, not only in Portugal but in all of the Iberian Peninsula. Most of it is still unpublished, so research would be still quite promising, since a large percentage of the information it contains was recorded just in time, in what was one of the biggest archaeological rescue operations ever to be carried out in our country.

Executed upon the intensely river polished schist-greywacke rocks, and usually on horizontal surfaces, the Tagus engravings have been produced by hammering. Unlike the art of the Spanish Levant, or, to a certain extent, Iberian schematic painting, the themes in these engravings present no identifiable narrative content: in general, we are dealing with very abstract mythograms, with compositions that do not depend upon "scene" representation and that testify to a high degree of graphic symbolism. Even when clearly "recognizable" motifs do appear, such as anthropomorphic or zoomorphic figures, it is plain to see that they are part of a "language" which is quite difficult to "decipher" for it consists, mainly, of geometric-abstract signs, using mostly the circle. Simple circles, cup and ring marks, concentric circles, ovals, radiate circles, meanderlike lines and spirals, are the most representative elements on the Tagus valley, and they are

often connected with each other or with anthropomorphic or zoomorphic figures. J. Abélanet recently wrote that "the motifs made out of circles and spirals which can be found in great quantity and in an untarnished condition, so to say, on the rocks of the Tagus area, may be considered a genuine Portuguese contribution to the constitution of Atlantic rock art. Such motifs are virtually absent from painting in the Southeast and are rather scarce in the plain of the Guadiana river, and these are regions open to influences coming from the Atlantic coastline". The thing that draws one's attention is that even when two or more motifs are clearly and directly connected, they do not express an action (which would therefore imply the time factor) but rather a concept or probably a mythical entity: examples are, among others, rock 12 of the Ficalho site (one of the several sites in this complex) where a schematic anthropomorphic figure seems to be "heaving" a circular radiate figure in his arms (a solar motif?), or rock 241 of S. Simão where another anthropomorphic figure, this time not so schematic, apparently holds up a dead deer. It is possible that the deer, with its circular antlers, has been considered as a symbol interchangeable with the solar one.

The art of the Tagus valley doesn't belong to one single period, to be sure. There is here a noteworthy diversity in styles, from the seminaturalistic to the schematic, the symbolic, the abstract. But this fact alone does not immediately allow us to construe a period division based on the supposition of a linear evolution, like the one Anati offered concerning "Galician-Portuguese" art, already known before the Tagus discovery. The almost decisive certainty with which some hypotheses concerning this matter have been presented can lead those less prudent into error, not to mention the risk it involves of closing the investigation to a constant effort of revision and to increasing observations. This is so because each style or group of motifs tends to be seen as a sort of "typefossil" characteristic of a certain chronological-cultural stage. Investigation is therefore put at risk, as explained before, threatened with stagnation, especially in the case of the Tagus, for the percentage of engravings so far thoroughly published and commented is still small.

On the other hand, there are, obviously, themes in the Tagus valley which also occur in other artistic "circles" in the Peninsula, like in passage grave art (parietal or mobile), in schematic painting, or in other prehistoric sites or complexes with rock carvings. This makes us aware of the intersection, or complex intersections, which surely must have occurred among those diversified artistic "worlds". Still, we will always wonder whether, even within a short chronology, the same "meaning" can always be ascribed to a certain motif, regardless of material support and of the specific context in which it occurs. This was certainly not the case. Anyway, we must stress again that one of the most exciting things about Portuguese holocene rock art is the fact that we sometimes find the same

"motifs" or "styles" in different contexts — engraved rocks, painted rockshelters, passage graves — which raises a rich set of questions, being a good stimulus to increase comparative research.

Whatever its internal evolution and the artistic "circles" it might have "influenced" and by which it might have been "influenced", the art complex of the Tagus shows a strong homogeneity and originality, rendering it, after the Côa, one of the most fascinating monuments of our prehistoric art, despite the difficulties in its study and interpretation.

6. ART ON ENGRAVED ROCKS IN NORTHERN PORTUGAL AND IN THE BEIRA REGION

This section covers a vast set of sites with petroglyphs in the North and Centre-North of the country. We are dealing with all of them simultaneously because it is more practical in a short and allusive text such as this one, for the geographic scattering of these sites, together with the thematic, stylistic and technical heterogeneity of the motifs which occur, show that we are faced with a vast "nebula" of difficult classification.

In 1940 Santos Júnior presented a first account of the whole of these sites, where he considered that a small percentage of the engravings then known must be neolithic, while others would belong to the Bronze Age and the majority to the Iron Age; he admitted that some would be mere territorial landmarks. In the 60's, using a very different methodology, Anati suggested the existence in the art of the Northwest of the Peninsula of a long lasting artistic cycle, and divided the usually called "Galician-Portuguese group" into five stages, between the Epipaleolithic and the Iron Age. The development of investigation brought on by Anati's work, both in Galicia and in the North of Portugal, would however question the linear evolutionism that underlies his theory. We must point out that, in 1980, A. M. Baptista wrote the following: "(...) most researchers accept (...) the existence of a sole artistic group or cycle in the engravings of the Northwest, but in our opinion this is a working hypothesis which needs more precision". The following year, on the subject of the vast "sanctuary" of Gião (Arcos de Valdevez), the same A. M. Baptista, though stating this was "a big site in the expansion area of the Galician-Portuguese group", concludes, later, that "in it the absolute absence of the classic shapes of the Galician-Portuguese group can be seen (...)". In the sequence of these investigations and reflexions, one of us (V.O.J.) had the opportunity to suggest to the "International Colloquium on Schematic Art in the Iberian Peninsula" (Salamanca), in 1982, that the concept of a Galician-Portu-

guese group should be revised, for it was overtly inadequate to deal with the complex reality it tried to translate. The proof that this suggestion has been accepted is the fact that, the following year, A. M. Baptista presented, at the "Northwestern Archaeology Inter-Universitarian Meeting" (Porto, Faculty of Arts), a most important paper in which, and for the first time, the petroglyphs of the North of Portugal were subdivided into two groups. A third group included fili-form type engravings, done by scratching the rock, unlike the former which were obtained through pecking. Still, it is clear that this proposal was just an initial contribution towards a classification which might be more discriminating. If not, suggestions pointing in this same direction were presented by one of us (S.O.J.) in 1986, in the book called "Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)" ("Later Prehistoric Settlements of the Region of Chaves — Vila Pouca de Aguiar").

Martinho Baptista's "Group I" coincides generically, according to the author himself, with the "Galician-atlantic" engravings of Lorenzo-Ruza, both in its coast-line distribution and in its themes, which include simple circles, concentric circles, often with a cupmark in the centre and sometimes combined with each other, meanders, straight lines and curves, "proto-labyrinths" and labyrinths, spirals, some weapons, zoomorphic figures, anthropomorphic figures and the so-called "ideomorphs". Most of the sites in this region are located in Southwestern Galicia (province of Pontevedra), and the Portuguese ones are thought to be peripheral extensions of that group. We must underline the fact that the Galician nucleus is far from being homogeneous. It shows a clear diversity which might eventually go beyond the mere status of "variants" of a group and demand that several groups (and/or artistic stages neatly delimited among them) be created. This would make sense not only because of the represented "themes" (whose "isolation" in this context is always somewhat artificial), but also and especially because of their relative organization (the arrangement of the motifs among each other and regarding the usable area of the rock, i. e., the conception of the whole composition as expressed by the panels).

Among the Portuguese sites ascribed to "Group I", Bouça do Colado (Lindoso, Ponte da Barca) and Monte da Laje (Valença) should be pointed out, not only for their intrinsic importance but also because they have been subject to careful analysis. At Bouça do Colado there are eight engraved rocks, the largest and most significant being rock 1. In the centre of this particular rock we can find a set of elements consisting of concentric circles, subcircular shapes, cupmarks, a spiral and other lines which A. M. Baptista interprets as being an "idol like" anthropomorphic feminine figure. It is not impossible that we might in fact be dealing with a motif of anthropomorphic character, curiously enough consisting of geometric like elements and therefore displaying an unusual degree of styliza-

tion, higher than that of the so called "idol" of Coto dos Mouros, Villadesuso (Galicia), for instance, as the author himself points out; but this is obviously only a research hypothesis. In the surroundings of the "idol like" figure, still on the same rock, we can find a series of motifs that also have circles as their basic element, along with dots and lines of different sorts, among them "proto-labyrinths". This is therefore a typical example of geometric-abstract art, in which figures having the circle as their basic element often appear connected among themselves by more or less straight lines or wavy ones, constituting a sort of "web" potentially involving the whole of the rock or a large operative surface. In a peripheral position both on rock 1 and rock 4, there are some quadrangular figures (more precisely a square one and a rectangular one) with a reticulated surface inside, which will be mentioned later on. As for Monte da Laje, what we have there is a large rock where the depiction of two weapons (daggers or short swords) stands out, near which several circles can be found, usually concentric ones and, to the left and the right of the panel, more or less elongated figures cut through inside and described as "idol type" motifs. One of them (motif number 3) has even got exceptional dimensions, elongated and with two circles with a central cupmark at the upper extremity. There is still, among other motifs, a reticulated figure, off-centre when we consider the other motifs on the rock. This association of weapons to elongated figures of "idol form" type (a concept that calls for a further clarifying effort on the part of the specialists) and to circular motifs is very rare, if not unique in the rock art of the Northwest of Iberia. On the other hand, at Monte da Laje there is no evidence (except for the broken line which starts from the "idol like figure" number 19) of that organization which is so characteristic of Bouça do Colado and of some other carved rocks of the NW, wherein the different "motifs" are intertwined by lines forming an intricate tissue which seems to express, symbolically, the multiple relations between the elements of the mythographic "narrative" (in Leroi-Gourhan's sense).

We must also mention some engravings made public long ago by A. Viana in Alto Minho. Laje das Fogaças and Laje da Chã das Carvalheiras in Lanhelas (Caminha) deserve special attention as do the engravings at Carreço (Viana do Castelo). The ones at Lanhelas are the most interesting, for they present semi-schematic figurations of static quadrupeds, one of which, on the first slab, is in the vicinity of a set of circular compositions that also include sub-quadrangular figures, spirals, etc. The style of these quadrupeds is not far from similar Galician figures.

Martinho Baptista's "Group II" would spread from the region of Pontevedra to the Beiras, therefore enclosing the North and the Centre-North of Portugal. Unlike "Group I", it tends to have a more inward distribution. If the former is rather heterogeneous, "Group II", represented by a large number of sites, is even

more so; it would include carved places that, as we see it, are diversified enough stylistically and thematically to justify a finer classification (even if the future development of investigation might suggest re-groupings). Anyway, the lack of good surveys and up-to-date monographic studies for such vast areas hinders the possibility of envisaging these problems as a whole.

From a thematic point of view, "Group II" presents a wide variety of schematic anthropomorphic figures, several types of geometric motifs (squares or rectangles, often segmented inside; circles with marked diameters; semi-circles in the shape of a "horse shoe"), and other signals like "hooks" (a cupmark prolonged by a straight line that curves at the end), spirals, human footprints, "palettes", swastikas, etc. Among the anthropomorphic figures, we must point out those with bent or straight limbs (in an oblique position, i. e., in an inverted V, or in an horizontal position); there are some special cases like the stylized anthropomorphic figures in the shape of a Greek phi, which A. M. Baptista considers to be of southern affiliation given their frequent presence in sites with schematic paintings, and the cruciforms, which that author sees as extreme stylizations of the human figure, being well aware, of course, of the risk that they might be mistaken for Christian boundary markings, so common in the North of our country.

Among the sites that the above mentioned author includes in this "Group II", those of Gião (Cabana Maior, Arcos de Valdevez) and of Tripe (Mairós, Chaves) deserve special attention. At Gião there are about fifty carved rocks corresponding to exposed surfaces of the granitic bedrock, in the centre of a natural amphitheatre surrounded by a wall made out of big blocks (Gião I); the wall itself presents lots of engravings (predominantly cruciforms) on 27 of the rocks pertaining to it, though these might already be historic. As to the engraved surfaces, according to A. M. Baptista, the noteworthy aspects are quadrangular motifs (sometimes with rounded corners) whose interior is divided by perpendicular lines; anthropomorphic figures in phi; several other schematic anthropomorphic motifs; cruciforms of different types, some of them surrounded by a circle; etc. This author is quite right to inquire "whether the engravings of squares or rectangles with rounded margins, segmented by a line, in some cases by two parallels, cut by a perpendicular, can be typologically anthropomorphic figures as well". In fact, at rock 15 of Gião 1 for instance, certain rectangular motifs seem to be the result of a complexification of the phi shape by successively adding segmented rectangles, almost like in the world of Iberian schematic painting with certain "tree like" motifs, in which the arched limbs of the simpler anthropomorphic figures multiply themselves (suggesting centipedes). This is a frequent tendency in schematic art: when a certain degree of stylization is reached, it is as if shapes "generate" each other almost "instinctively", through addition or subtraction of elements, thus creating a transmutation which might lead to subtle changes in meaning

(hierarchization of represented elements, for instance); but this might equally be the result of a desire for ambivalence, for voluntary ambiguity (so common in rock art all over the world), producing images which can in fact be interpreted in different ways, suggesting a polysemic character according to their symbolic nature. One might add, to the point about Gião, that outside the amphitheatre we mentioned, a rock has been located (Gião 2) upon which star like motifs and quadrangular figures (in some cases almost circular, given the rounded corners) can be seen, among others. They are segmented inside in four equal parts by perpendicular lines and sometimes there is a dot in each of those parts.

As to the site at Tripe, it constitutes 82 engraved rocks belonging to a set of granitic surfaces inserted in an open space, also like an amphitheatre, that stands over the tilled plain of Chaves, not far from a settlement excavated by one of us (S.O.J.) (though some of these rocks are loose blocks, and some of them are even carved on more than one side). Their iconography includes mostly schematic anthropomorphic figures of different types, among them several variants of the phi shape; one semi-naturalistic anthropomorphic figure; an anthropomorphic figure riding a quadruped; an equid; "horseshoes", circles, small incomplete spirals, human footprints, "palettes", dots, etc. Cruciforms are particularly abundant; compositions made of reticulated figures, so typical of the Gião site, are here, on the contrary, absent. This is why, despite obvious parallels between the two places, one must wait until both are fully published before advancing a global comparative appreciation of the style or styles found in them.

In the wide region that we've been considering in this section there are other rock art sites with carvings obtained through hammering, whose inclusion in one of the two conventional groups mentioned is often quite debatable if not far-fetched. We might indicate the carvings of Monte de Eiró (Penha Longa, Marco de Canaveses) or at Fragas da Lapa (Atenor, Miranda do Douro) or at Mestras (Góis) as examples; we shall at this point refer to them briefly. The carvings at Eiró present spirals that are prolonged into wavy or meander like lines, which in some cases roll back again into a spiral going in the opposite direction. Spirals, serpent like lines and big reticulated motifs are the "themes" that appear to be the most relevant. But a rigorous study resorting to the bichrome colouring method for the detection of other engravings that might still survive at the spot and the occasional time relation between the different motifs is still missing. At Fragas da Lapa we have six panels where meanders occur, as well as spirals linked to each other, a semi-schematic human figure, cruciforms, etc.; but it is panel 3 which presents the most important figure. Not only it has two anthropomorphic figures with phalli, it is furthermore full of quadrangular motifs, segmented inside by straight lines in more or less equal parts; from two of them there starts a proliferation of meander-like lines that spread over the surrounding surface and that

might be connected to other motifs. The themes are quite unique and they bring to mind echoes of megalithic art and of motifs that can also be found in the art of the Tagus or at Eiró, for instance. Yet the tendency towards the connection of several motifs by means of more or less simple or winding lines appears once more, as we had already found in the so called "Group I" of the Northwest. At Mestras we are confronted with a set of three locations where, besides "horse-shoes" and cruciforms, we find quadrangular or rectangular figures, with rounded corners (in some cases almost with an ovoid shape), segmented inside by perpendicular lines. Some of these figures end in appendages, as is quite visible at Mestras III, where one of these motifs has been filled in full and has the shape of a "palette". It is rather tempting to establish a parallel between these quadrangular figures of Mestras, segmented inside, and so many other reticulated figures of Iberian schematic art (in a wide sense), motifs that often have appendages like the ones in the big central figure on panel 3 at Fragas da Lapa; it would also be enticing, using Mestras III as a reference, to associate the "palette" shapes with those reticulated figures and even with the paintings at Cachão da Rapa... but this method of successive particular and impressionistic approaches, which allows certain archaeologists to construe a rather generalizing and learned discourse (with negative connotations), is not ours.

As we observe the engravings done by pecking in the territory of the North of Portugal and in Beira Alta and Beira Litoral, we see that there is such diversity that we can't help wondering whether, even if we admit the existence of certain more or less identifiable "groups", the consideration of an essential polymorphism (i. e., the existence of themes and styles that spread and constitute a nebula of rock art manifestations where diversified combinations may occur, in each individual case), is not the best interpretation. It is still early, possibly, to move any further into this problem, for exhaustive surveys which require time and specialists are still in order; but we should be open to all interpretative possibilities, and not restrict ourselves, at this point, to two groups, as before we shouldn't have been restrained to only one. Furthermore: we must not force ourselves to build groups, at least those of wide chronological and spatial scope, no matter what. The polymorphism we spoke of is even more obvious if we consider such diverse manifestations as the decorated rock at Ardegães (Águas Santas, Maia) which presents concentric circles and a wide reticulated composition similar to the so-called "written stone" at Serrazes (S. Pedro do Sul); Outeiro Machado (Val de Anta, Chaves), one of the rock art sites with the largest number of engravings in the North of Portugal, containing cruciforms, dots, "horseshoes", "palettes", phi motifs, pairs of dots united by a straight line, and the so called axes; the rock-shelter of Solhapa (Duas Igrejas, Miranda do Douro), with engravings made by pecking and scratching, which have recently been the object of a new study by

M. J. Sanches, etc. Not to mention the diversity of engravings in Beira Alta where, following the work of Celso T. da Silva, a systematic study of the whole is in order. So far, and to our knowledge, only the rocks engraved with human footprint like motifs at Alagoa (Tondela, Viseu) have been studied by means of exhaustive methods (tracing on plastic field sheets after application of bichrome colouring contrast).

Finally, we shall refer to the engravings obtained by the scratching technique, or filiforms. The best known sites are in the Douro valley — Vale da Casa, Vale de Cabrões, Vermelhosa, Vale de José Esteves (Vila Nova de Foz Côa) and Pedra Escrita de Ridevides (Alfândega da Fé) — and in Beira — Pedra Letreira (Góis) and Molelinhos (Tondela). At Vale da Casa, an emergency survey (similar to the one in Tagus, brought on by the construction of a dam) allowed 21 rocks with ancient engravings to be recorded. These are schist-greywacke banks where most of the carvings are done by scratching (there are also percussion made engravings to which we will make no special reference here). We can find the representation of zoomorphic figures (especially horses but deer and dogs as well), anthropomorphic figures, weapons, some geometric figures, and an inscription which reminds us of the "Iberic" style of writing. Although there are many superpositions which make it rather delicate to study these engravings (rock 10, thought the most important in the whole set, was at first an intricate entanglement of forms), this rock art site is one of the easier to date in the country, thanks to its iconography. The horses, even though they show a certain variability, are typical of an Iron Age style, and this is corroborated by the presence of certain types of daggers (called "falcatas" in Portuguese), among other weapons (spears or darts, bows and arrows, a sword or machete, shields maybe). At rock 23 we find a horse rider upon his mount holding a spear and attacking a deer that is surrounded by dogs; this scene (especially because it has the inscription mentioned above beside it) reminds us of similar compositions in "linear art" of the Catalan Pyrenees, which has been studied by Abélanet in his book. The author himself mentions that Portuguese filiform figures seem to insert themselves into the "world" of "linear art" (even though he only refers to Pedra Letreira de Góis); it is, to say the least, an interesting hypothesis. Like Vale da Casa, Vale de Cabrões, Vermelhosa and Vale de José Esteves are all small tributaries of the Douro, located near the mouth of the Côa river. They have hundreds of engravings, some in very spectacular panels facing the Douro, like those of Vermelhosa. War scenes, with depictions of men on horses and with weapons in their hands, are common there. There is an especially interesting case of superimposition on one of the Vermelhosa panels; there, a warrior of clear Iron Age style is depicted on a much older figure of a deer. The style of the latter, with its body filled by fine, thin parallel traces, reminds us of the engraved plaques of the Parpalló cave,

in Valencian Spain. Indeed, there is a lot to do in the rock art research of this region, a real "paradise" for the archaeologist. The so called "Written Stone" of Ridevides shows in (at least apparent) disorder, a large number of symbolic figures, including reticulated ones, scalariforms, straight lines or slightly wavy ones, some elongated and in some cases starting from dots, triangular shapes, quadrangular shapes, cruciforms, etc. A part of the filiform figures are superposed by pecked motifs, at the edge of the panel. On Pedra Letreira, there are also reticulated motifs (two of them with a peculiar morphology, described as having a "shield" form), ladder like forms and triangular figures segmented inside. In some cases we might just be dealing with figurations of arrows with a triangular end; at least in one of them its association to a bow seems obvious. The representation of weapons repeats itself at Molelinhos (whose systematic study has been carried out lately by Ana L. Cunha) where, in the middle of an abundance of motifs of geometric drift, one can see "falcatas" like blades, sickle like blades and possibly daggers, spear heads, etc. Despite the identity of technique, the tendency towards the proliferation of geometric like motifs invading the rock surfaces, and the figuration of weapons (very rare in Portugal on pecked engravings) in several cases, the filiform carvings might also be connected to a wider or narrower chronology, and therefore a more complete study is necessary in order to allow for a wider focus and for a better understanding of their possible relation to other peninsular filiform groups (in the area of Cáceres — Spanish Extremadura — and in the Catalan Pyrenees). It is obvious that we are, at least partially, dealing with protohistoric figurations (Iron Age), but which might of course have more ancient roots and further developments.

7. CLOSING STATEMENTS

There are only a few researchers working on our prehistoric art and only in the last twenty years, approximately, have we witnessed the growth of field research with a strong methodological basis. On the other hand, this is one of the domains in archaeology where subjectivism (in the bad sense of the word, *i. e.*, methodological and interpretative improvisation) most easily pervades, as is visible through several symptoms such as overrating of a new piece of information which is then thought of as the "key" to a whole set of problems, the decontextualized comparison of facts in order to establish chronological-cultural conclusions, losing the notion of "scale" that rules certain inferences, the easy slip from descriptive analysis to interpretation suggested by the terminology used (loaded with "subjectivity") and which is made familiar through repeated use, etc.

The style of description is often (bad) literature prone, manifesting confusion between the object and the method of the investigation. One observes also, and more frequently than not, the use of categoric expressions as if the conclusion reached was the only natural and logical one. Refraining from any exercise of cheap psychoanalysis, this still seems to be something of a subconscious compensation for the natural difficulties the author faces when trying to "interpret" the often so enigmatic prehistoric rock art figures.

"Megalithic art", "art of the painted rockshelters", "art of the Tagus valley", "art of the engraved rocks in the North of the country", these titles for sections of this paper are in themselves quite an arbitrary classification of the subject of our "rock art". Sometimes it is based on the type of sites where it is to be found — megaliths, rockshelters — other times, on geographic criteria — Tagus valley, North of the country — which have variable range. None of these themes can be understood by itself, for it is quite easy — as we have underlined above — to find the same "motifs" in different contexts, nor can they be enclosed within the arbitrary historic borders of our country. Of all the groups considered, only the one in the Tagus valley is practically all on Portuguese territory, but even here we find echoes (or origins) of diverse peninsular "influences".

Notwithstanding the specific methodology required, research on rock art can only profit from its insertion in regional research projects that might unravel the context of settlement and its evolution, establishing an ever more solid framework in which to include those manifestations.

In this paper, as we said before, we merely tried to present a general outline of the subject to a public of English language readers, because it deserves closer attention from our colleagues in other countries, if they want to obtain a more comprehensive view of the Western European rock art. The thousands of Côa engravings, many of them of Palaeolithic age — opening an entirely new way of viewing Palaeolithic art —, the paintings and carvings on the orthostats of our passage graves, and the thousands of petroglyphs of the Tagus valley, to name just three of the matters treated above, are indeed part of an important heritage of humanity, in its early graphic expression.

We need every honest colleague to help us in the urgent study, safeguarding, divulgation and presentation to the public of this unique world heritage, one of the most important features of a country which is so small in its territory, but so diversified in its prehistoric art*.

Porto, August 1995.

* The authors want to thank Dr. Paul Bahn for his revision of the British version of the text.

REFERENCES

- ABREU, Mila Simões & L. Jaffe (1995), Projecto Gravado no Tempo — Portugal - Inventário total da arte rupestre, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXV, fasc. 2 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VI), 417-431.
- ABÉLANET, J. (1986), *Signes Sans Paroles. Cent Siècles d'Art Rupestre en Europe Occidentale*, Paris, Hachette.
- ALMEIDA, C. A. F.; MOURINHO, A. M. (1981), Pinturas esquemáticas de Penas Róias, terra de Miranda do Douro, *Arqueologia*, 3, 43-48.
- ANATI, E. (1968), *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica*, Capo di Ponte, Centro Camuno Studi Preistorici.
- ANATI, E. (1975), Incisioni rupestri nell'alta valle del Fiume Tago, Portogallo, *Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, vol. XII, 156-160.
- ARAÚJO, Ana Cristina & Lejeune, Marylise (1995), Gruta do Escoural: *Necrópole Neolítica e Arte Rupestre Paleolítica*, Lisboa, IPPAR.
- BAHN, Paul G. (1995), Cave art without the caves, *Antiquity*, vol. 69, n. 263, 231-237.
- BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo et al. (1991), Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre, *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca, 33-48.
- BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo; ALCOLEA GONZÁLEZ, J. & SANTONJA GÓMEZ, M. (1995), El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Verde (Salamanca, España): una visión de conjunto, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXV, fasc. 3 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII), 73-102.
- BAPTISTA, A. M. (1980), Introdução ao estudo da arte rupestre do Noroeste Peninsular. 1. Gravuras rupestres do Gião, *Minia*, 2ª s., n.º 4, 80-100.
- BAPTISTA, A. M. (1981), A arte do Gião, *Arqueologia*, 3, 56-66.
- BAPTISTA, A. M. (1981), *A Rocha F-155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Porto, G.E.A.P.
- BAPTISTA, A. M. (1981), O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), *Giesta*, 4, 6-16.
- BAPTISTA, A. M. (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, 8, 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (1983-84), Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva, *Portugalia*, n.s., vol. IV-V, 71-82.
- BAPTISTA, A. M. (1986), Arte rupestre pós-glaciária: esquematismo e abstracção, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa, Pub. Alfa, 31-55.
- BAPTISTA, A. M. et alii (1978), Felskunst im Tejo-tal, *Madriener Mitteilungen*, 19, 89-111.
- BRANDÃO, D. P. (1961), Insculturas do Monte de Eiró, Penha Longa (Marco de Canaveses), *Lucerna*, vol. I, n.º 2, 45-58.
- BREUIL, H. (1917), La roche peinte de Valdejunco à la Esperança, près Arronches (Portalegre), *Terra Portuguesa*, 13-14, 17-27.
- CASTRO, L. A.; FERREIRA, A. V. (1960-61), As pinturas rupestres esquemáticas da Serra de Louções, *Conimbriga*, vols. II-III, 203-222.
- CUNHA, Ana Leite da (1995), Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXV, fasc. 3 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. VII), 133-151.
- DEVIGNES, Marc (1993), Contribution à l'étude de l'art mégalithique peint ibérique, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXIII, fascs. 1-2 (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. I), 69-91.
- GOMES, M. V. (1983), A gruta do Escoural, um santuário paleolítico, *História de Portugal*, Lisboa, Pub. Alfa, vol. 1, 60-61.
- GOMES, M. V. (1983), Arte esquemática do vale do Tejo, *Zephyrus*, vol. XXXVI, 277-285.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1974-77), As rochas decoradas de Alagoa. Tondela - Viseu, *O Arqueólogo Português*, s. III, vol. VIII-IX, 145-164.
- GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P.; SERRÃO, E. C. (1978), A estação pré-histórica da Caramujeira. Trabalhos de 1975/76, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 33-72.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; SANTOS, M. F. (1983), O santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora), *Zephyrus*, vol. XXXVI, 287-307.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1978), Arte de la Edad de Piedra, *História del Arte Hispánico*, vol. II, *La Antigüedad*, Madrid, Ed. Alhambra.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1983-84), Algunas consideraciones sobre los problemas del arte rupestre del área centroccidental lusoespañola, *Portugalia*, n.s., vol. IV/V.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1984), Los grabados de Mazouco, los santuarios monotemáticos y los animales dominantes en el arte paleolítico peninsular, *Revista de Guimarães*, vol. XCIV, 307-327.
- JORDÁ CERDÁ, F. (1986), Paleolítico, *História de España*, vol. I, *Prehistória*, Madrid, Ed. Gredos.
- JORGE, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental): Bases para o Conhecimento do IIIº e Princípios do IIº Milénio a. C. no Norte de Portugal*, Porto, Instituto de Arqueologia da F.L.U.P.
- JORGE, S. O. (1990), chaps. III, IV and V, *Nova História de Portugal*, vol. I. *Portugal, das Origens à Romanização* (ed. Jorge de Alarcão), Lisboa, ed. Presença, 102-251.
- JORGE, S. O. et alii (1981), Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), *Arqueologia*, 3, 3-12.
- JORGE, S. O. et alii (1982), Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada-à-Cinta, *Zephyrus*, vol. XXXIV-XXXV, 65-70.
- JORGE, V. O. (1983), Gravuras portuguesas, *Zephyrus*, vol. XXXVI, 53-61.
- JORGE, V. O. (1986), Arte rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, f. 1-4, 27-50.
- JORGE, V. O. et alii (1988), A Fraga d'Aia (Paredes da Beira - S. João da Pesqueira) — arte rupestre e ocupação pré-histórica, *Actas do Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Porto, S.P.A.E., 201-233.
- REBANDA, Nelson (1995), Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre, *Boletim da Universidade do Porto*, 25, 11-16.
- SANCHES, M. J. (1985-86), O abrigo com gravuras esquemáticas das Fragas da Lapa — Atenor, Miranda do Douro, *Portugalia*, n. s., vol. VI-VII, 7- 20.
- SANCHES, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, G.E.A.P.
- SANCHES, M. J.; LEBRE, A. G. (1986), O abrigo gravado com arte esquemática da Solhapa - Duas Igrejas, Miranda do Douro, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, f. 1-4, 129-151.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1933), As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa, *Trabalhos*

da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. VI, 3, 5-43.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1933), O abrigo pré-histórico da “Pala Pinta”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. VI, f. 1, 5-15.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1940), Arte rupestre, *Congresso do Mundo Português. Publicações*, vol. I, 329-376.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1963), As gravuras litotrípticas de Ridevides (Vilariça), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIX, f. 2, 111-144.

SANTOS JÚNIOR, J. R. (1978), As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Val d’Anta — Chaves), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXIII, f. 2-3, 207-234.

SANTOS, M. F.; GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1981), Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural (Évora, Portugal), *Altamira Symposium*, Madrid, Ministério de Cultura, 205-243.

SERRÃO, E. C. et alii (1972), O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Rodão-Nisa): notícia preliminar, *Arqueologia e História*, 9ª s., vol. IV, 349-380.

SILVA, E. J. L.; CUNHA, A. L. (1980), Gravuras rupestres do Concelho de Valença. Monte de Fortes (Taião) — Tapada de Ozão — Monte da Laje, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, Soc. M. Sarmento, vol. II, 121-131.

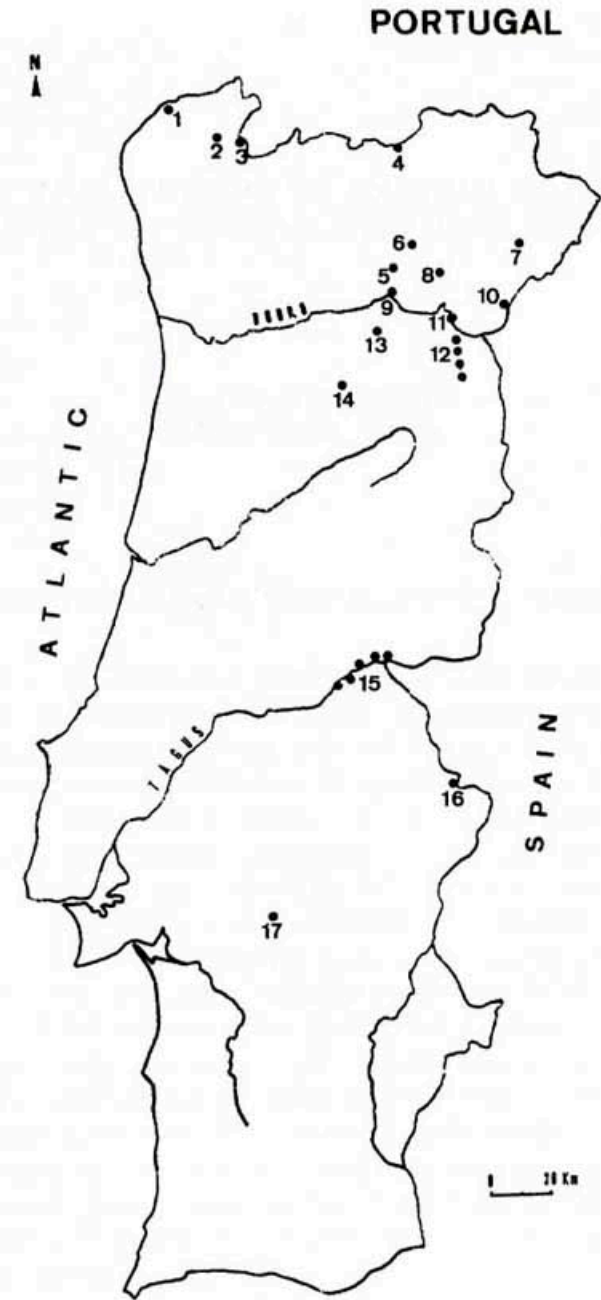
SILVA, E. J. L.; CUNHA, A. L. (1986), As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, 13, 143-158.

TWOHIG, E. S. (1981), A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia), *Arqueologia*, 3, 49-55.

TWOHIG, E. S. (1981), *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press.

VILLAYERDE BONILLA, Valentin (1994), *Arte Paleolítico de La Cova del Parpalló. Estudio de la Colección de Plaquetas y Cantos Grabados y Pintados*, Valencia, Servei d’Investigació Prehistòrica (2 vols.).

ZILHÃO, João (1988), Plaque gravée du Solutréen Supérieur de la Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal), *Bull. Soc. Préhist. Franç.*, t. 85, 4, pp. 105-109.



Some of the main sites and areas mentioned in the text: 1. Monte da Laje; 2. Gião; 3. Bouça do Colado; 4. Tripe; 5. Pala Pinta; 6. Serra de Passos; 7. Penas Róias; 8. Cabeço da Mina; 9. Cachão da Rapa; 10. Mazouco; 11. Vale da Casa; 12. Cõa area; 13. Fraga d’Aia; 14. Juncas passage grave; 15. Tagus area; 16. Serra dos Louçães; 17. Escoural.

ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA

1. CANADA DO INFERNO. PRIMEIRAS IMPRESSÕES

por

António Martinho Baptista &
Mário Varela Gomes

1. INTRODUÇÃO: PARA A PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE DO CÔA

A polémica que envolveu a divulgação pública das gravuras rupestres do Vale do Côa não permitiu até há pouco um bom arranque do seu estudo. Não estando ainda serenados os ânimos, não será também agora o momento de fazermos uma história suficientemente desapassionada desta polémica que percorreu todos os sectores da sociedade portuguesa e que, pode já afirmar-se, marca a entrada da arqueologia portuguesa no século XXI, assumindo o seu estatuto de maioria plena¹. Com efeito, o debate sobre o Côa assinala como que um “corte epistemológico” nas mentalidades de governantes e governados em Portugal sobre o nosso património (e não só o arqueológico propriamente dito), acabando o novo governo, saído das eleições de Outubro, por assumir frontalmente a defesa da arte do Côa, ainda que os custos dessa decisão sejam financeiramente (e não socialmente, como malevolamente vem sendo dito) muito elevados. Mas pensamos que em termos políticos e de defesa do património histórico-arqueológico nacional, seria a única decisão viável e que honra o país. Não nos compete, como é evidente, justificar que não arqueologicamente esta clara assunção do governo, mas não poderemos deixar de publicamente nos congratularmos com ela, em especial após o titubear durante quase um ano de indecisão do anterior executivo.

¹ O recente anúncio, pelo Ministro da Cultura, da criação próxima de um Instituto Português de Arqueologia, é certamente já uma consequência deste facto.

Este artigo, onde, pela primeira vez, são apresentados levantamentos realizados com rigor arqueológico das rochas historiadas do Côa² (figs. n.ºs 3, 7, 9, 15 e 27), insere-se, desde logo, na necessidade de preencher uma lacuna que vem sendo sentida pela própria comunidade arqueológica e, bem assim, apresentar a perspectiva de quem foi encarregue pelo IPPAR de coordenar a realização do estudo da arte rupestre do Vale do Côa. Não é ainda um artigo de balanço, nem tão pouco uma análise em profundidade deste notável complexo artístico da nossa Pré-História, tarefa longe de estar realizada. Mas é uma primeira e rápida aproximação à arte do Vale do Côa, realizada a partir de observações várias e, muito especialmente, fruto dos primeiros registos arqueológicos que pudemos realizar, quer em Abril e Junho passados, quer particularmente no último mês de Outubro e primeiros dias de Novembro, na jazida denominada Canada do Inferno (figs. 1 e 2). Aproveitando o convite que nos foi endereçado pelo Doutor Vítor Oliveira Jorge (embora os nossos trabalhos de campo se encontrem no início e pouco tempo nos restasse para a elaboração deste trabalho), não queríamos deixar de aproveitar a oportunidade de trazermos a este “Dossier Côa” os primeiros dados que, afinal, serão os mais esperados e melhor ajudarão a um bom entendimento da verdadeira realidade e importância arqueológica da arte do Côa. Este será também o nosso contributo à sábia decisão do actual Governo de Portugal em suspender “sine die” as obras de construção da barragem do Côa, com a qual já nos congratulámos, mas esperando desta forma contribuir com os elementos arqueologicamente decisivos para o desfazer das dúvidas sobre a autenticidade pré-histórica e paleolítica de grande parte deste complexo artístico.

Justifica-se, ainda assim, que lancemos um olhar perspectivado sobre toda a polémica que, afinal, é a razão mais imediata do presente trabalho.

Em Novembro de 1989, Francisco Sande Lemos elabora o primeiro relatório de estudo de impacto patrimonial da futura barragem do Côa. Atendendo à polémica surgida a partir de finais de 1994, o autor achou por bem publicar recentemente este relatório, afirmando expressamente que apenas lhe alterou “acentos e vírgulas (...) e algumas minúsculas” (LEMOS: 1994, 141). Da leitura deste relatório, depreende-se, desde logo, que o Vale do Côa encerrava uma grande riqueza arqueológica que a construção da barragem iria certamente afectar. Relativamente à arte rupestre, o autor identificara vários núcleos pintados com motivos estilisticamente pós-paleolíticos (alguns dos abrigos da Faia), bem como certas gravuras que, na sua generalidade, foram atribuídas a tempos históricos, algumas

² Têm surgido na imprensa e até em revistas da especialidade, desenhos de algumas gravuras do Côa, na sua maioria realizados a partir de fotografias, que em nada contribuem para um bom conhecimento dos seus motivos artísticos. Se durante algum tempo esta prática teve a sua razão de ser, por razões óbvias, não se compreenderá que se continue a partir de agora a alimentar esta má divulgação.

em plena Canada do Inferno. No entanto, o autor assinala que identificara gravuras pré-históricas na Canada do Inferno (LEMOS: 1994, 153) e estas só poderiam ser paleolíticas. Provavelmente iludido, Francisco Sande Lemos terá enquadrado na Idade do Ferro as primeiras gravuras paleolíticas de traço filiforme por ele reconhecidas no Vale do Côa, muito presumivelmente junto às gravuras da rocha 1.

Quando realizou o seu trabalho de campo, FSL observou o Vale do Côa com as águas da barragem do Pocinho na sua cota máxima. Com este condicionalismo, a maior parte das gravuras, em especial na Canada do Inferno, encontravam-se submersas. Mas alguns conjuntos estavam emersos, nomeadamente os painéis da Ribeira de Piscos e muito em especial os notáveis conjuntos da Penascosa e Quinta da Barca. Sabendo-se que o autor não teria tido muito tempo para realizar o seu trabalho de campo (cerca de 15 dias!), não pode deixar de lamentar-se que FSL não tivesse identificado espressamente nenhuma gravura no Vale do Côa como claramente pré-histórica.

Apesar de tudo, frente à riqueza patrimonial detectada na zona que seria afectada pela barragem do Côa, FSL propõe no seu relatório um aprofundamento do estudo arqueológico do vale, tarefa que, segundo o autor, “exigirá vários anos de trabalho” (LEMOS: 1994, 152).

Estas recomendações não seriam desde logo seguidas, como teria sido desejável, e o seu próprio relatório seria parcialmente truncado, ao integrar o conjunto de estudos que constituíram o dossier de Estudos de Impacte Ambiental (informação de FSL a AMB).

Entre 1989 e 1992 não se realizaram, que se saiba, quaisquer trabalhos de prospecção arqueológica no Côa. Só nesta data, pensamos que após tomada a decisão de iniciar os trabalhos de construção da barragem, o IPPAR e a EDP estabelecem um protocolo de colaboração com vista ao acompanhamento arqueológico das obras, sendo nomeado pela primeira destas instituições como responsável por este acompanhamento, o arqueólogo Nelson Rebanda, afecto à Direcção Regional do Norte do IPPAR e oriundo da região. Nascia assim o Projecto Arqueológico do Côa (PAC).

Logo em 1992, ao visitar os sítios com arte rupestre descritos por FSL no seu relatório do EIA, Nelson Rebanda terá descoberto a rocha 1 da Canada do Inferno (figs. 3, 4, 5 e 6) insculturada, como se sabe, com motivos claramente paleolíticos e junto ao painel gravado (com motivos modernos sobre traços filiformes) mencionado no citado relatório! Curiosamente, a EDP faria publicar, num boletim informativo interno, cremos que já em 1994, uma fotografia a cores desta rocha que ostentava ao alto uma placa de caça e onde eram claramente visíveis os motivos artísticos do Paleolítico Superior.

Em 1993, elementos afectos ao PAC (concretamente João Félix e Manuel Almeida) descobrem novas rochas decoradas na zona da Canada do Inferno.

Inexplicavelmente e sabendo-se que muito raramente haverá um só conjunto de arte rupestre pré-histórica isolado nas margens de um rio³, Nelson Rebanda parece não ter realizado, até então, uma **prospecção em profundidade** na área envolvente onde detectara a rocha 1, nem, talvez na zona de construção da própria barragem, perto da qual ainda em Outubro último descobrimos novas gravuras, embora em rochas habitualmente submersas pelas águas do Pocinho⁴. E será até muito possível que as obras da barragem tenham destruído rochas decoradas com motivos de arte paleolítica!

Embora não se conheça em seguida uma cronologia dos achados, sabemos que, pelo menos desde finais do Verão de 1993, estavam identificados (tendo sido aproveitado o abaixamento do Côa, necessário para a construção da ensecadeira) na zona da Canada do Inferno os principais conjuntos decorados com motivos estilisticamente datáveis do Paleolítico Superior. Mais uma vez, nem Nelson Rebanda, nem o próprio IPPAR, divulgam publicamente estes achados, talvez então ainda a tempo de impedir uma menos dolorosa e polémica paralisação das obras da barragem do Côa.

Entretanto, sabemos que a equipa do Projecto Arqueológico do Côa ia, talvez já consciente da importância arqueológica dos achados que tinha entre mãos, ensaiando técnicas de levantamento das gravuras até então detectadas, a partir de determinada altura (Outubro de 1993), muito apoiados na experiência e talento do desenhador Fernando Barbosa (do Museu de D. Diogo de Sousa, Braga), hoje um dos nossos mais preciosos colaboradores.

Finalmente, mas sempre lamentando-se da falta de colaboração da EDP que nunca terá acedido aos seus pedidos (de NR) para abaixamento das águas do Pocinho, a equipa do PAC aproveitando uma nova descida pontual destas mesmas águas no último trimestre de 1994 identifica novos conjuntos na Canada do Infer-

³ Vejam-se as descobertas da arte do Vale do Tejo que se sucederam em catadupa após a detecção da primeira rocha decorada na estação de Fratel, em finais de 1971, e que prospecções sucessivas rapidamente ampliaram em cerca de quatro dezenas de quilómetros (SERRÃO *et alii*, 1973). Mesmo no Vale da Casa, quando a um de nós (AMB) foi solicitado o estudo de algumas gravuras ali detectadas a poucas semanas do encerramento da barragem do Pocinho, uma prospecção rápida desde logo detectou na zona 23 rochas historiadas, entre outras evidências arqueológicas, para além de muitos conjuntos com arte de época histórica que também seriam estudados (BAPTISTA, 1983). Aqui e agora apenas se lamenta que toda a área de influência da barragem do Pocinho não tivesse então também sido prospectada convenientemente, pois ter-se-iam descoberto desde logo as primeiras gravuras paleolíticas, pelo menos as da Canada do Inferno!!

Pensamos também que na zona onde em finais dos anos 70 foi descoberto o conjunto de Mazouco e já então sob a influência das águas de uma das barragens do Douro (JORGE *et alii*, 1981 e GOMES, 1994), haverá certamente outros painéis historiados com arte paleolítica.

⁴ A metodologia utilizada por NR na prospecção deste vasto território, dando talvez idêntico relevo a todos os vestígios (pré-históricos ou não) e que em condições "normais" seria a mais aconselhada, revelou-se aqui, lamentavelmente, um erro estratégico, face ao valor excepcional das gravuras paleolíticas.

no (fig. 2). Já em fase de enchimento da albufeira, NR resolve por fim fazer apelo aos "três únicos especialistas portugueses em arte rupestre" que ele próprio consideraria: os signatários e Mila Simões de Abreu, para aferirmos da importância dos achados de arte rupestre do Côa. E logo no dia seguinte (8 de Novembro de 1994) ao apelo de NR, um de nós (AMB) e MSA encontram-se no Côa e vêem pela primeira vez algumas das gravuras (MSA, já que AMB apenas pode observar os desenhos) e os importantes trabalhos de decalque até então realizados, em especial por Fernando Barbosa.

O processo seguinte é de todos conhecido. Mas justifica, também ele, algumas considerações.

Após a atribulada denúncia de MSA da "ocultação" da arte do Côa perante o avanço dos trabalhos da barragem, a opinião pública começa, pela força da comunicação social, a agitar-se. E Nelson Rebanda, sorvido no turbilhão mediático em que se transformara o "caso Côa", rapidamente é ultrapassado pelos acontecimentos e sai de cena! E neste palco ocorrem acontecimentos de todo o tipo, alguns lamentáveis e pouco dignos até para certos arqueólogos. Por tudo isso, correm processos nos tribunais comuns a que certamente um dia a História fará o seu juízo.

Entretanto, o IPPAR, forçado pelos acontecimentos, resolve convidar em Dezembro passado, por proposta de Nelson Rebanda, os dois signatários como "consultores para o estudo da arte do Côa" e cria, posterior e paralelamente, uma "Comissão Científica Internacional" (na sequência de consulta à UNESCO, cuja missão⁵, na sua vinda a Portugal, foi objecto de cenas verdadeiramente rocambolescas!) destinada a pronunciar-se sobre a importância arqueológica dos achados rupestres de Foz Côa. Com o caso sempre muito badalado, inclusivé na imprensa internacional, a criação desta Comissão servirá ao IPPAR para ir protelando uma decisão que, a cada dia que passava, se tornava mais imperiosa. Se nas primeiras semanas do anúncio público das descobertas de Foz Côa, por se desconhecer a verdadeira "realidade rupestre" do vale, ainda se pensava ser possível a compatibilização entre a salvaguarda e estudo das rochas decoradas e a construção já avançada da barragem, o anúncio de novas descobertas, algumas das quais, a espaços, iam sendo feitas por populares da região imbuídos quase de um espírito de missão, desde logo se verificou que desta compatibilização sairia muito diminuído o património arqueológico! Foi isso que qualquer dos signatários transmitiu nos seus pareceres escritos, que, logo no início do ano, entregaram ao IPPAR.

⁵ Esta missão, que esteve em Portugal entre os dias 29 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1995, era constituída pelos Senhores Mounir Bouchenaki (chefe de missão e Director da Divisão do Património Cultural da UNESCO), Alain Bouineau, Jacques Brunet e Philippe Malaurent.

Em Julho passado, a estratégica divulgação na imprensa pela EDP e pelo Ministério da Indústria, dos “famosos” relatórios das datações directas, lançou alguma confusão entre o meio não arqueológico⁶, visando-se assim uma decisão política com apoio popular à construção da barragem. Esta controvérsia, que atingiria o seu paroxismo mediático por alturas da realização de um Congresso de Arte Rupestre em Turim, em Setembro passado, apenas contribuiria, como é evidente, para ir protelando uma decisão e ir alimentando a guerra mediática na imprensa escrita e nas televisões, pois, como é igualmente evidente, nenhum arqueólogo minimamente informado em arte pré-histórica, ou qualquer pré-historiador de arte⁷, duvidaria já então da atribuição paleolítica de boa parte dos motivos rupestres, quer do Côa, quer de alguns dos seus afluentes.

Hoje, após o anúncio público da decisão do Governo favorável à conservação e usufruto da arte rupestre “in situ”, após uma primeira reacção mais emotiva de alguns trabalhadores preocupados com o fantasma do desemprego, os defensores da barragem (que sempre vão dizendo “não o são contra as gravuras”) estarão bem retratados na patética imagem parlamentar do ex-ministro Mira Amaral...

O projecto apresentado ao IPPAR em inícios de Setembro passado e imediatamente aprovado por esta entidade, previa uma orientação da nossa pesquisa no sentido da tentativa de elaboração de um “corte estratigráfico” na arte rupestre do Côa. Com este objectivo, pretendia-se desde logo e em função das rochas decoradas já conhecidas ou detectadas durante os nossos trabalhos, elaborar uma cronologia relativa da arte do Côa. Objectivo ambicioso mas urgente, idealizado também, é certo, em função da polémica pública relativamente à datação “directa” das gravuras, pois pensávamos que era urgente darmos uma resposta arqueologicamente fundamentada a essas confusas tentativas de datação sem qualquer controlo dos arqueólogos. Este seria igualmente o primeiro passo para a consti-

⁶ Será bom não esquecer que foi por iniciativa de agentes do próprio meio arqueológico que a EDP se lançou na tentativa de experimentação das datações ditas “directas”, tentando a partir daqui uma desacreditação de toda a arqueologia portuguesa!

⁷ Claro que será sempre de ter em conta a dúvida metódica que assalta os espíritos perante a incerteza levantada pela ausência de datações absolutas em arte rupestre. Ainda para mais, no quente de uma polémica que súbito invocava datações pretensamente obtidas por meio de ciências ditas exactas, para rebater argumentos ditos “estilísticos”, até aqui apresentados como decisivos, mas subjectivos! Sem querermos invocar argumentos de autoridade, certamente inúteis num debate que se pretende correcto, é evidente que há alguns dados adquiridos em arte pré-histórica, como aliás em qualquer outro ramo da arqueologia, e a questão dos estilos em arte rupestre, que aqui foi demasiado invocada e até apresentada por alguns arqueólogos como sendo a única e a mais decisiva (!), não poderá ser negligenciada, mas deverá ser sempre inserida no seu contexto e isso só um estudo sério e desapassionado o poderá conseguir! No capítulo final abordaremos mais demoradamente esta matéria, cuja problemática foi sinteticamente bem ponderada por Luís Raposo, em artigo curto mas incisivo (RAPOSO: 1995).

tuição de um *corpus* artístico do vale do Côa, tarefa que apontaríamos para uma etapa seguinte.

O projecto iniciou-se precisamente pela zona da Canada do Inferno, não só por ser a área onde foram realizadas as primeiras descobertas, mas por se presumir existirem aqui muito mais gravuras. Como grande parte desta estação estava sob as águas retidas pela barragem do Pocinho, foi solicitado à EDP o abaxamento destas águas, pedido que começaria a ser satisfeito a partir de 27 de Setembro. Entretanto, a EDP, aproveitando a existência da ensecadeira do Côa, apenas faria descer as águas para montante desta, passando ela a funcionar como uma barragem, retendo as águas do Pocinho de montante para jusante. Em finais da segunda semana de Outubro, que, por felicidade, continuava um mês com estiagem prolongada, o rio Côa para montante da ensecadeira ficou praticamente seco (figs. 1 e 2), tendo permitido não só o reconhecimento de conjuntos já anteriormente detectados, como a descoberta de novas rochas historiadas. Uma prospecção entretanto realizada entre a Canada do Inferno e a Ribeira de Piscos, sempre ao longo da margem esquerda, permitiria detectar novos conjuntos esparsos e fazer um ponto da situação sobre a actual caracterização do vale. Isto permitiu-nos confirmar a existência de muitas pedreiras ao longo desta extensão que terão presumivelmente destruído algumas gravuras. Entre os novos conjuntos detectados, devem realçar-se alguns magníficos cervídeos de traço filiforme junto à foz de vale Figueira.

Perante a revelação da importantíssima arte pré-histórica (mas também moderna, o que não deixa de ser um caso curioso, esta persistência de gravação no Côa!) que, a partir de então, se nos apresentou na Canada do Inferno e sabendo-se que a EDP só manteria o Côa a seco até começar a estação das chuvas, resolvemos aproveitar todo o tempo disponível para um estudo o mais exaustivo possível do núcleo da Canada do Inferno. Infelizmente, só parte da estação seria registada e só uma pequena parte dela analisada em profundidade. Em finais da primeira quinzena de Novembro, em vésperas da visita ministerial ao Vale do Côa, a EDP faria de novo subir as águas da barragem do Pocinho para montante da ensecadeira do Côa e a grande maioria das gravuras da Canada do Inferno foram de novo engolidas pelas águas, impedindo-se assim o prosseguimento do seu estudo.

São, pois, os primeiros resultados destas curtas campanhas, ainda muito preliminares, que agora apresentamos.

Os trabalhos contaram com a participação de Fernando Barbosa, desenhador do Museu de D. Diogo de Sousa, de Cristina Gaspar, licenciada em Design, de Jorge Soares de Barros que assegurou parte dos levantamentos fotográficos e com o apoio sempre pronto e indispensável de Manuel Almeida e João Félix, descobridores de muitos dos conjuntos actualmente conhecidos no Côa e elementos do

PAC. Contou-se, ainda, com o apoio de Jesus Pires Martinho nas campanhas de Abril e Junho e com a ajuda pontual de outros elementos do PAC.

Os trabalhos realizados até ao momento foram suportados pelo IPPAR e pela EDP que, na sequência do anúncio público pelo Governo de suspensão da construção da barragem, suspendeu igualmente o financiamento que vinha assegurando através do IPPAR. Os trabalhos de campo foram assim abruptamente interrompidos em finais da primeira semana de Novembro, tendo-se procedido, em gabinete, a diferentes tarefas, nomeadamente ao início do estudo e preparação para publicação dos elementos levantados.

2. CARACTERIZAÇÃO DA CANADA DO INFERNO

O local conhecido por este topónimo, que identifica agora uma das estações-chave do Côa, é afinal uma das zonas mais acidentadas do vale, hoje facilmente acessível por um carreiro aberto pela EDP. Até há pouco mais de um ano atrás, as margens do Côa nesta zona apresentavam ainda o aspecto selvagem e inóspito, próprio das paisagens de xisto pouco antropizadas. Zona quente e seca, inserida numa região pobre e pouco desenvolvida, o ambiente agreste do curso final do Côa antes de se lançar no Douro não diferiria muito do aspecto que manteria nos últimos milénios da Pré-História, a espaços cortado por açudes e moinhos, com inúmeros restos de pedreiras de onde foram arrancadas os esteios de xisto utilizados, quer na construção, quer nos suportes dos socacos que escadeiam os campos ou amparam as vinhas.

Com o início da construção da barragem do Côa, toda a zona sofre um rude impacto que a descaracteriza paisagisticamente. Rasgam-se inúmeras estradas, esventra-se a montanha, amontoam-se enormes escomboreiras, o ruído continuado afugenta a fauna e o próprio ciclo hídrico do rio passa a ser controlado.

A Canada do Inferno localiza-se um pouco a montante do local da enseadeira, na margem esquerda, em local de visibilidade paisagística já ferida, com vastas escomboreiras de xistos negros toldando os horizontes. Aqui o vale é fundo e abrupto, aflorando nas margens os xistos descarnados em enormes bancadas (fig. 2), com lisas superfícies apaineladas e patinadas ora com um vermelho ferruginoso (próprio da oxidação dos elementos ferrosos dos xistos) chegando quase ao alaranjado, ora de um castanho por vezes quase negro. Foram estas superfícies, quase sempre na vertical e, por vezes, com vários metros de altura, que serviram de suporte às gravuras.

Nesta zona do vale só foram identificadas, até ao momento, manifestações de arte rupestre na margem esquerda.

Até ao início dos nossos trabalhos tinham sido descobertos vários conjuntos

insculturados, mas em número indeterminado, pois não tinha sido feito qualquer inventário e numeração das rochas, tendo-se agora classificado trinta e seis conjuntos com gravuras, quer paleolíticas (na sua maioria), quer epipaleolíticas, quer dos séculos XVII a XX.

Embora durante o mês de Outubro tenhamos podido pela primeira vez apreciar esta zona sem água (figs. 1 e 2), a sua submersão desde 1983 pela albufeira do Pocinho, levou à deposição de espessas camadas de sedimentos oriundos das vertentes, que chegam a atingir mais de três metros de altura, estando por tal facto algumas rochas decoradas ainda por descobrir. Parte da nossa campanha foi, por isso, acompanhada por uma pequena equipa, cuja função foi tão só escavar estas enormes acumulações de lamas que escondiam manchas significativas de painéis historiados. Em nenhum local foi detectado qualquer solo antigo, não tendo, portanto, sido observada qualquer evidência de indústrias arqueológicas.

Na zona de maior concentração de gravuras abre-se uma pequena enseada, onde desagua um minguado ribeiro que desce da actual zona das pedreiras do Poio. Aqui estão cravadas as ruínas de um pequeno conjunto rural, constituído por três moinhos dispostos em cascata, com restos de construções anexas, tudo actualmente muito assoreado pela retenção das águas do Pocinho. Pode dizer-se que aquela pequena linha de água divide a meio a estação arqueológica agora conhecida como Canada do Inferno. As rochas historiadas estendem-se desde a cota mais baixa, junto ao antigo leito do Côa, até quase ao topo da margem, numa diferença de cotas em mais de setenta e cinco metros. Em extensão, este núcleo terá cerca de duzentos e cinquenta metros de comprimento, mas há outras gravuras dispersas, quer para montante, em zona descaracterizada por pedreiras (Vale Videiro), até Vale Figueira, quer para jusante, numa área já alterada pela construção da barragem, designadamente com importantes conjuntos na foz do Rego da Vide.

Mas o núcleo central de gravuras e certamente o mais significativo arqueologicamente, localiza-se no grande e abrupto maciço de xistos (fig. 2) que é culminado pela chamada rocha 1. Aproveitando as vastas superfícies apaineladas na antiga margem que aqui teriam um desnível vertical de mais de vinte metros de altura, os gravadores pré-históricos insculturaram muitos dos recantos deste maciço grauváquico, surgindo gravuras em sítios de difícil acesso, algumas vários metros acima do nível do solo, com uma grande concentração na base do penhasco, rodeando um pequeno abrigo natural, aberto quase ao nível do leito antigo do rio durante as estações secas. O abrigo é encimado por um magnífico painel que ostenta um agrupamento de três capríneos. Também no interior deste abrigo há várias gravuras filiformes (ainda não decalcadas), curiosamente apenas marcas e sinais aparentemente ritmados, com algumas covinhas.

Como se disse, este maciço rochoso, recamado de gravuras, é encimado pela rocha 1, que assim figura, quase emblemática, dominando todo o vasto conjunto.

Sítio fulcral da Canada do Inferno, será importantíssimo o seu levantamento rigoroso, pois a relação espacial das gravuras entre si e relativamente ao vale, talvez aqui como em nenhum outro sítio conhecido do Côa surja estruturada de uma maneira tão evidente. Como se sabe, os actuais modelos de investigação em arte paleolítica privilegiam exactamente o sentido de composição e ordenamento espacial da temática rupestre gravada, pintada ou esculpida, concedendo-se grande atenção ao tipo e particularismos do suporte, nomeadamente a sua localização, na esteira dos trabalhos pioneiros de Laming-Emperaire e André Leroi-Gourhan, ao invés da escola de Breuil que sempre privilegiou as figuras “isoladas”, desprezando até nos seus levantamentos muitos dos sinais complementares. Queremos com isto dizer, que não conhecemos, de momento, nenhum outro sítio no Vale do Côa, onde este modelo de análise e experimentação metodológica seja tão atractivo ao investigador, como neste notável penhasco historiado da Canada do Inferno, complementado por importantes rochas decoradas situadas a cotas superiores.

3. METODOLOGIA DOS LEVANTAMENTOS

O primeiro passo da investigação arqueológica em arte rupestre é o reconhecimento dimensional das jazidas, a partir da prospecção sistemática do território. No que respeita à arte do Côa, tal tarefa nunca foi realizada na íntegra, estando certamente ainda muitas rochas decoradas por identificar. Algumas poderão mesmo ter sido destruídas pelas obras da barragem do Côa. Outras estariam já afundadas pelas águas do Pocinho, muito provavelmente algumas situadas no próprio Douro. A pequena equipa de prospecção que inicialmente identificou os principais conjuntos gravados, em especial na Canada do Inferno e daqui até à Ribeira de Piscos (ao longo de 1993-94), foi, a partir de certa altura (finais de 1994), canalizada para acompanhar os inúmeros visitantes que após a intempestiva divulgação da arte do Côa ali começaram a afluir. A partir daqui, o ritmo das descobertas intensificou-se noutros locais e deixou de haver uma programação (que até aí também não fora conduzida pelo IPPAR da melhor maneira e com a desejada dinâmica). A espaços, o Vale do Côa e afluentes começaram a ser invadidos por populares e a comunicação social ia divulgando sempre e sempre novas descobertas, por vezes apresentadas como grandes novidades que afinal já o não eram. Iniciou-se, como glosava a SIC ao seu estilo informativo, uma autêntica “caça ao tesouro no Vale do Côa”. Isto levou ao aparecimento de alguns grafitos modernos (felizmente poucos⁸) e, como precaução, solicitámos a vedação e guar-

⁸ Não são muito consideráveis, como inicialmente se temia, os danos provocados nas gravuras pré-históricas no Vale do Côa, o que só demonstra a responsabilização e o respeito e, porque não dizê-lo,

da, primeiro da zona da Canada do Inferno e, logo depois, da Penascosa, dos dois primeiros conjuntos da Ribeira de Piscos e de Namorados. Este último sítio, fora da acção da barragem, não chegou a ser protegido. É um belo conjunto Calcolítico, com arte esquemática, que já foi estudado por nós e será publicado muito brevemente.

No caso do Côa, ao trabalho de prospecção seguiu-se a individualização das rochas decoradas, com o particular (primeiro) reconhecimento das figurações nela existentes. Este trabalho teve, não raro, de ser precedido pela limpeza cuidada das superfícies decoradas. O facto de grande parte das rochas historiadas da Canada do Inferno ter estado submersa desde 1983, facilitou os trabalhos de limpeza, pois a submersão das rochas, como se sabe, dificulta a fixação de certos líquenes nas superfícies dos xistos.

A caracterização de uma rocha (que pode ter vários painéis, conf. fig. 24) põe, por vezes, alguns problemas de difícil resolução, quando a(s) superfície(s) historiada(s) não está(ão) claramente individualizada(s). Há, por exemplo, uma diferença abissal entre a ordenação dos motivos artísticos inseridos numa gruta e numa rocha decorada ao ar livre. No último caso, será mais fácil teoricamente esta individualização, pois numa gruta as decorações podem estender-se, até como solução de continuidade, em duas paredes opostas. Por exemplo, para Leroi-Gourhan, um painel com vários animais da mesma espécie, era considerado “uma unidade de conta”, pois este investigador procurava, antes de mais, as associações temáticas (entre duas espécies diferentes), independentemente do número de indivíduos. Os limites do “painel” eram assim os da associação temática.

No Vale do Côa, inteiramente ao ar livre e tendo-se em atenção que estamos a falar de arte paleolítica (e não, como na arte pós-glaciária do Vale do Tejo, onde nas muitas centenas de conjuntos gravados, raro se colocaram estas dúvidas), este problema é desde logo pertinente, especialmente nas gravações do maciço da Canada do Inferno, atrás descrito. A solução aqui adoptada foi a individualização das superfícies com uma mesma orientação e sempre que não tivessem conjuntos de gravuras com uma clara solução de continuidade. Todavia, teremos de considerar esta numeração como provisória, pois para nós, todo este maciço poderá ser uma vasta composição, ainda que desdobrada no tempo. Já, por exemplo, a rocha 11 (fig. 24), um grande afloramento com múltiplos painéis historiados em vários planos, alguns originados pelas deslocações das próprias superfícies, segmentadas pelo rompimento das diaclases dos xistos, a sua individualização num único con-

o orgulho, que cada vez mais o visitante comum vai tendo pelo nosso património. Não podemos, contudo, deixar de lamentar a quase destruição (muito recente) maldosa e intencional, do notável conjunto pictórico (pinturas a negro e vermelho de um bufo e um mustelídeo!), muito provavelmente paleolítico, no chamado Penedo do Gato, que visitámos já há meses então acompanhados pelo Prof. Antonio Beltrán.

junto não suscita qualquer dúvida. Não vamos, porém, agora alongar-nos sobre este problema, que não queríamos, no entanto, deixar de aflorar desde já.

Todas as rochas decoradas foram numeradas com tinta plástica amarela. Na Canada do Inferno estão identificados, até ao momento e como dissémos, trinta e seis conjuntos, alguns de grandes dimensões e com largas dezenas de gravuras. Não se pode ainda estabelecer um cômputo do número de motivos aqui identificados (muitas centenas), quer pela dificuldade de "arrumação" de alguns motivos paleolíticos, quer, muito especialmente, pelo facto dos levantamentos não estarem terminados.

Como se sabe e é, aliás, característico da arte gravada paleolítica, uma boa parte dos seus motivos são de muito difícil percepção, em especial as gravuras filiformes (figs. 13, 21 e 28) com ou sem traço múltiplo. O facto de serem abertas em xistos, uma rocha com superfícies lisas e planas, facilita ainda assim o seu levantamento.

Embora parte significativa dos levantamentos das gravuras picotadas pudessem ter sido realizado com luz diurna, por uma questão de rigor rapidamente optámos pelos decalques realizados com luz rasante nocturna e todo o trabalho passou a ser feito à noite. Isto permitiu-nos a detecção de inúmeros filiformes, que de outra forma jamais seriam percebidos ou bem visualizados.

O trabalho fundamental é, pois, de reprodução das gravuras e dos principais acidentes dos seus suportes, através de decalque directo sobre plástico do tipo polivinilo transparente, feito com o apoio da luz rasante artificial. Procedeu-se igualmente ao registo fotográfico a preto e branco e em diapositivos (35 mm e 6 x 4.5) inteiramente realizado à noite, excepto para as fotografias de enquadramento. Esta documentação constitui o acervo fundamental para o estudo e ulterior publicação de qualquer estação de arte rupestre.

Este tipo de tarefas levou-nos à realização de um trabalho extenuante, que por vezes se prolongava até às 6 ou 7 horas da manhã!

Por serem, de momento, consideradas desnecessárias, não foram efectuadas quaisquer moldagens⁹, nem aplicado o método de visualização bicromático, hoje tão popularizado nos levantamentos de arte rupestre quanto contestado pelos adeptos dos métodos experimentais de datação "directa".

O trabalho de decalque nocturno permitiu, como já afirmámos, detectar melhor as gravuras, sobretudo as constituídas por traços filiformes, mas muito em especial o seu processo de construção, as técnicas nelas utilizadas, os pormenores estilísticos, os diferentes graus de pátina ou desgaste e as estratigrafias verticais

⁹ O processo de execução dos moldes realizados pela equipa francesa que, a expensas da EDP e em Abril de 1995, efectuou pelo menos duas reproduções de rochas decoradas na Canada do Inferno, deteriorou a superfície de um dos painéis da rocha 11 (fig. 26).

e horizontais, ou seja, as sobreposições e associações de signos. Será a partir deste tipo de documentos que se elaborarão de futuro os reportórios e inventários iconográficos e se poderá abrir caminho a interpretações arqueologicamente fundamentadas. Embora o decalque de um painel seja já uma interpretação, a regra fundamental num bom levantamento de arte rupestre deverá ser a da máxima objectividade e rigor. A documentação assim conseguida, que poderá até permitir leituras diferentes, manter-se-á como documento fiável para além da evolução das teorias interpretativas.

Os decalques em plástico foram seguidamente e em gabinete, transpostos para papel vegetal de 110 grs. Todas as gravuras foram representadas a traço negro, com a forma exacta dos originais, enquanto que as representações das fissuras e estalamentos foram desenhadas através de linhas ponteadas (0.5 mm) e os limites dos painéis decorados por linha grossa a cheio (1.2 mm). Para um mais fácil manuseamento e publicação, os desenhos em vegetal, à escala natural, são reduzidos fotograficamente e sem distorsão para acetato transparente à escala 1/5.

Julgamos interessante referir que as superfícies gravadas foram decalcadas integralmente, ou seja, mesmo áreas em reserva ou não decoradas dos painéis historiados foram delimitadas, de modo a melhor percebermos as causas que conduziram à eleição de certas zonas para suporte das manifestações artísticas. Neste sentido foram também executados desenhos de cortes das rochas decoradas, à escala 1/20 (figs. 4, 8, 10 e 16 e 17).

O posicionamento de cada superfície decorada foi registado no levantamento topográfico da zona, à escala 1/200, fornecido pela Hidrorumo, a empresa responsável pela construção da barragem e a quem se agradece esta colaboração.

4. DESCRIÇÃO SUCINTA DAS ROCHAS N.ºs 1, 2, 3 E 14

Não se pretende, por ora, apresentar um *corpus* das gravuras da Canada do Inferno, pois não só não está realizado o levantamento de todas as rochas decoradas ali detectadas, como não se encontram ainda reduzidos a maior parte dos desenhos de campo obtidos. Vamos antes, nesta primeira apresentação arqueologicamente documentada da arte do Côa, fazer incidir a nossa análise sobre quatro painéis particularmente importantes, generalizando a partir da jazida mencionada para algumas conclusões preliminares, tendo-se igualmente em conta certas observações que os decalques e o estudo de outros conjuntos nos permitem desde já avançar.

A escolha destes 4 painéis, justifica-se também pelo tipo variado de figuras que apresentam, pelas sobreposições entre elas e por mostrarem igualmente todos os tipos de técnicas de execução características da arte do Côa, permitindo assim uma primeira síntese relativamente a este tipo de dados.

Rocha 1 (figs. 3, 4, 5 e 6):

É o painel mais mediático da arte do Côa, a primeira rocha com figurações paleolíticas a ser descoberta por Nelson Rebenda na Canada do Inferno e cujas imagens foram apresentadas por inúmeros órgãos da comunicação social de todo o mundo. Na numeração agora realizada dos conjuntos desta estação, resolveu-se atribuir-lhe o nº 1, um pouco por estes motivos, mas também porque ocupa um lugar central na Canada do Inferno. Claro que a numeração subsequente não pretende apresentar a ordem das descobertas ou o grau de importância arqueológica das rochas decoradas, mas tão só ser funcional. Neste ordenamento seguimos o que é habitual nos grandes complexos de arte rupestre, um pouco como tínhamos feito para a Arte do Vale do Tejo.

O conjunto é um painel vertical, com forma sub-triangular, medindo 2,80 m. de altura, por 2,25 m. de largura, na base. Oferece coloração castanha escura, com algumas manchas avermelhadas e ostenta várias linhas de diaclases verticais e sub-verticais.

Mostra a decoração concentrada na metade superior da rocha, com várias sobreposições de motivos quer picotados, quer filiformes, detectando-se uma primeira fase de gravações filiformes formada pelas representações, algumas parciais, de pelo menos, seis quadrúpedes.

A figuração filiforme representada à cota mais elevada, é a cabeça e a parte dianteira de um possível equídeo, voltado para o lado direito do observador e medindo 0,25 m. de comprimento. Logo abaixo reconhece-se uma bela figuração de auroque, também voltado para a direita e com 0,44 m. de comprimento. Sobrepondo parcialmente a representação anterior, encontra-se um quadrúpede indeterminado, voltado para o lado esquerdo, disposto obliquamente e medindo 0,25 m. de comprimento.

Frente a esta última figura, observa-se o que parece ser a cabeça e parte da linha cérico-dorsal de um outro quadrúpede, também de espécie indeterminada e igualmente voltado para a direita, medindo 0,075 m. de comprimento.

Abaixo das figuras referidas distingue-se a cabeça e o pescoço de um outro zoomorfo (corça ou cavalo?), também voltado para a direita e preenchido com traços sub-paralelos, medindo 0,12 m. de altura.

Na parte inferior deste painel reconhece-se uma figura de capríneo, com a cabeça voltada para o lado direito e medindo 0,26 m. de comprimento, definida por traços filiformes, alguns alargados e aprofundados por abrasão.

Imediatamente sob a figura que acabámos de descrever, observa-se um auroque, disposto na horizontal e com a cabeça voltada para o lado esquerdo, gravado por picotagem, com levantamentos subcirculares ou ovais, medindo 0,53 m. de comprimento. Note-se o reforço, por abrasão, do traço picotado na zona anterior do animal, característica que temos encontrado em muitas das figurações

zoomórficas do Côa e que constitui um particularismo muito próprio das gravações zoomórficas paleolíticas.

Em seguida foi picotado um outro auroque, disposto verticalmente e com a cabeça voltada para a parte superior do painel, no que segue uma orientação diferente da maioria dos motivos zoomórficos do Côa, na sua generalidade orientados horizontalmente ou sub-horizontalmente. Mede 0,72 m. de comprimento.

Num quinto momento foi insculpido um equídeo, actualmente com 0,49 m. de comprimento, dado ter a extremidade do focinho amputada por uma fractura da rocha. Este animal apresenta duas cabeças, voltadas para o lado direito, uma erguida e a outra inclinada em direcção ao solo. Tem o sexo marcado. Este pormenor da gravação bicéfala, uma das mais notáveis características da arte pré-histórica do Côa, será adiante abordado com mais pormenor.

Por fim, foi gravada a figuração de um outro cavalo a que faltam as pernas traseiras, medindo 0,63 m. de comprimento, encontrando-se no interior deste a cabeça e a parte dianteira de um auroque.

No lado direito do painel, a cerca de 0,30 m. do aglomerado de figuras anteriormente descritas, encontra-se representado um outro quadrúpede, de corpo volumoso, voltado para a direita, possivelmente um capríneo e também bicéfalo (fig. 6). A parte superior evidencia o arranque do pescoço, mas neste caso sem ter a cabeça correspondente, talvez devido à existência de uma fractura, tendo-se, em alternativa, gravado um pescoço longo, semelhante aos dos equídeos e uma cabeça, inclinados em direcção ao solo. Nesta ainda se consegue identificar um dos ramos da armação, o que o caracteriza como capríneo. Esta figura apresenta alguns traços lineares que sugerem terem constituído o seu esboço.

Perante o espaço operativo deste painel, parece haver uma clara intencionalidade nas sobreposições e eventuais associações de motivo, todos zoomórficos. As figuras são animadas por algum naturalismo, evidenciando pormenores anatómicos bem delineados, como o sexo de um dos cavalos, o garrote alteado do auroque e a esbelteza das cabeças da generalidade dos equídeos.

Junto à base desta rocha, que está perto do nível da cota máxima da barra-gem do Pocinho, foi efectuada uma sondagem. O seu objectivo foi essencialmente o de determinar a dimensão do painel decorado, numa zona que desde o afluxo de visitantes ao Côa foi sem dúvida das mais pisoteadas.

A escavação, que não entregou qualquer espólio arqueológico, permitiu verificar que as poucas terras ali acumuladas constituíam um pequeno depósito de vertente, moderno, formado por terras de cor castanha clara (10YR 6/4)¹⁰, contem-

¹⁰ As caracterizações cromáticas referem-se às Hunsell Soil Color Charts, pelo que se devem tomar como aproximadas.

do abundantes elementos não plásticos, com potência variável, atingindo 0,40 m. e assente directamente sobre o substrato rochoso.

Rocha 2 (figs. 7 e 8):

Superfície vertical, com forma sub-rectangular, medindo 3,20 m. de comprimento, por 2,20 m. de altura máxima.

É uma rocha muito fracturada, mostrando na parte superior esquerda um painel melhor conservado, onde se reconhecem, no topo, restos da figuração de um muito possível equídeo, do qual se conservam apenas o pescoço, a perna dianteira, parte da linha ventral, convexa, e o arranque da perna traseira. Este fragmento, que mede 0,70 m. de comprimento, por 0,42 m. de altura, foi gravado com linha picotada contínua, com negativos circulares e profundos, sendo depois regularizado por abrasão, apresentando um traço de belo efeito. Por vezes sob a linha picotada descobrem-se algumas incisões lineares, muito finas, que terão constituído um esboço prévio.

Sobreposto por esta figura, observa-se parte do corpo e os quartos traseiros de um outro equídeo, gravado com finos traços filiformes. Sobre este distinguem-se numerosas linhas de difícil interpretação e, nomeadamente, um conjunto de traços sub-paralelos e arqueados.

Imediatamente à esquerda das figurações descritas reconhece-se uma mancha de pequenos traços filiformes, oblíquos e paralelos entre si.

Na extremidade do lado esquerdo deste sector da rocha observa-se a representação de outro cavalo, disposta obliquamente, voltada para o lado direito e também realizada com traços filiformes. O corpo é longo e tanto a linha cérvico-dorsal como a ventral são onduladas, as pernas mostram perfil em V. A cabeça é longa, com a curva do maxilar inferior acusada, oferecendo a marcação do olho, das narinas e da boca. As crinas desenvolvem-se sobre a testa em ângulo vertical. A cauda foi apenas esboçada. Esta representação mede 0,50 m. de comprimento, por 0,25 m. de altura máxima. Sob a parte anterior do dorso vêem-se quatro traços filiformes sub-paralelos.

À direita e um pouco abaixo da figura descrita em primeiro lugar, descobre-se uma representação zoomórfica, talvez de cabra, disposta obliquamente, com a cabeça voltada para o lado direito e realizada com traços filiformes. Mostra o corpo longo, com a linha cérvico-dorsal pouco acusada e a cabeça triangular, onde se reconhece a armação. Não apresenta linha ventral nem pernas. Mede 0,24 m. de comprimento.

Na zona central desta mesma rocha observam-se alguns traços filiformes, por vezes constituindo conjuntos sub-paralelos, outras vezes sugerindo esboços zoomórficos, assim como a representação de um capríneo, com a cabeça voltada para a direita, gravada por picotagem, com negativos de forma circular ou oval,

formando traço contínuo. É uma figura de corpo bem proporcionado, com linha cérvico-dorsal pouco acusada e linha ventral convexa. Uma fractura da rocha amputou-lhe a perna direita. As pernas traseiras, com o característico perfil em V, parecem ter sido ulteriormente acrescentadas, patenteando uma picotagem diferente da que enformou o resto da figura, com negativos de forma alongada do tipo em "bago de arroz". A cauda mostra dois traços paralelos, conforme acontece em muitas outras representações do Vale do Côa. A cabeça é bem proporcionada, com uma armação liriforme muito aberta, estando um dos seus ramos interrompido por profunda fractura do suporte. Tanto na cabeça como no peito notam-se vestígios de reabertura, por abrasão, da gravação inicial. A perna traseira sobre põe um pequeno conjunto de traços filiformes. Mede 0,42 m. de comprimento, por 0,26 m. de altura total.

No sector do lado inferior direito desta mesma rocha observa-se o esboço, com gravado filiforme, de um possível equídeo, muito incompleto, com a linha cérvico-dorsal ondulada. Um pouco acima existem alguns traços filiformes, sub-paralelos e horizontais. Na extremidade do lado direito reconhece-se, além de pequenos traços filiformes sub-horizontais, a linha cérvico-dorsal ondulada e parte da linha ventral de um quadrúpede, talvez um equídeo. Trata-se de gravura picotada, com negativos de forma circular ou oval, alguns deles de dimensões muito pequenas.

Rocha 3 (figs. 9, 10, 11, 12, 13 e 14):

Superfície muito fracturada, onde se definem dois painéis, com forma sub-rectangular e inclinação vertical. O painel do lado direito do observador (fig. 11), o maior, mede 2,00 m. de altura por 0,90 m. de largura máxima, enquanto que o do lado esquerdo mede apenas 1,00 m. de altura, por 0,50 m. de largura.

O painel da direita mostra toda a superfície central e superior coberta por diferentes figurações filiformes, a maioria representando animais, embora aqui também se reconheçam alguns signos de carácter geométrico.

Na parte superior observam-se um equídeo e um auroque, voltados para o lado direito, a que se associam conjuntos de traços rectilíneos convergentes num ponto (os típicos "cometas" da arte paleolítica). Um pouco abaixo (fig. 13), identifica-se bem a cabeça e a parte dianteira de outro auroque e, à direita, as representações de dois cavalos e de dois outros bovídeos, todos figurados com gravação filiforme.

Na parte inferior do painel identifica-se um cavalo, voltado para o lado esquerdo, também com traço filiforme, acéfalo devido a uma fractura da rocha. Mede 0,60 m. de comprimento. Um outro quadrúpede, filiforme e de grandes dimensões, quase coincide no seu traçado com esta última figura.

A única representação picotada neste painel, que está quase na base da rocha, é uma figuração de auroque (fig. 12). Foi obtida por martelagem vigorosa,

com negativos de forma oval, longos e profundos em quase todo o seu contorno. No dorso há uma pequena zona onde apenas se observa uma mancha de traços filiformes paralelos que não foram seguidamente picotados, cremos que intencionalmente. A espaços, notam-se igualmente alguns finos traços filiformes, restos do esboço prévio da figura. A cabeça é longa e “pesada”, com o modelado da mandíbula bem assinalado, a armação é curta e a ponta do focinho oferece os pormenores das narinas e boca. A linha cérvico-dorsal é ondulada e a ventral é bem convexa. As pernas dianteiras têm perfil triangular e são muito curtas. Esta representação está voltada para o lado direito e mede 0,77 m. de comprimento, apesar de lhe faltar parte dos quartos traseiros.

Sob a figura que acabámos de descrever encontram-se ainda três linhas picotadas e alguns traços lineares de difícil interpretação.

O painel do lado esquerdo mostra a superfície muito fissurada, observando-se, ao centro, a representação de um quadrúpede, voltado para o lado direito (fig. 14). Foi obtido por picotagem, com negativos profundos, de contorno oval, alguns muito longos, em “bago de arroz”, que parecem pertencer a uma fase ulterior de gravação. Esta figura, que mede 0,34 m. de comprimento, mostra a cabeça curta, a armação vertical sobre a testa, corpo alongado sub-rectangular e pernas verticais de lados paralelos. Estilisticamente, parece tratar-se de uma representação já epipaleolítica ou mesmo neolítica.

Este mesmo painel apresenta ainda uma mancha de picotados situada acima da figuração descrita, assim como negativos dispersos.

Rocha 14 (figs. 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21):

Superfície vertical, com forma trapezoidal, medindo 3,20 m. de comprimento, por 2,70 m. de altura máxima. A zona apainelada encontra-se subdividida por fundas fracturas, dispostas obliquamente, que definem três grandes sectores: um no lado esquerdo e a cota superior, outro no lado direito e o terceiro na zona mais baixa da rocha. Estas superfícies mostram, por vezes, pequenas diferenças de plano.

Grande parte da superfície desta rocha está profundamente decorada, sobretudo por gravuras filiformes, observando-se apenas duas representações (de equídeos) obtidas por picotagem. É um dos conjuntos mais importantes da Canada do Inferno por ostentar inúmeras sobreposições e diferenças morfo-estilísticas.

Ao alto da zona de cota superior detectam-se gravuras filiformes, como longos feixes de traços sub-paralelos e horizontais, que parecem definir o dorso de um quadrúpede, alguns conjuntos de gravuras, com a mesma técnica, constituindo séries paralelas, por vezes interceptadas por outras horizontais, formando os chamados escalariformes. Também nesta zona se reconhece, nomeadamente junto ao bordo do lado esquerdo do painel, um feixe de pequenos traços conver-

gentes num ponto, por certo constituindo um signo de carácter geométrico, da classe dos tectiformes.

Na mesma zona deste painel há ainda pequenos traços filiformes de difícil interpretação.

Na parte central deste sector reconhece-se uma representação de cervídeo, voltada para o lado direito, medindo 0,65 m. de comprimento. Mostra os contornos formados por linhas de traço múltiplo, tendo a cabeça, o pescoço e o peito preenchidos por traços sub-paralelos. A cabeça é sub-rectangular, o pescoço é longo, a linha cérvico-dorsal quase plana e a ventral é ondulada. As pernas são muito finas e longas. No interior do corpo observam-se grupos de gravuras filiformes, por vezes dispostas em paralelo e, noutros casos, convergindo num ponto. Sobre esta figura existem ainda outros conjuntos de traços filiformes de difícil interpretação, mas onde se podem reconhecer a cabeça de um quadrúpede e, talvez, os quartos traseiros de um outro.

Imediatamente abaixo deste zoomorfo, descobre-se, embora com grande dificuldade, uma representação de equídeo, gravada com traços múltiplos e raspagens. Está voltada para o lado direito e mede 0,60 m. de comprimento. A cabeça tem forma sub-triangular, com a extremidade arredondada, encontrando-se representadas sobre a testa as orelhas e o arranque das crinas. A linha cérvico-dorsal é ondulada em S, sendo a ventral pouco acusada. As pernas mostram perfil triangular. Tanto a extremidade da cabeça, como o dorso e os quartos traseiros, foram preenchidos por pequenos traços filiformes e zonas raspadas. O ventre parece mostrar o esboço de uma linha dupla e a cauda, longa, é sugerida por feixes de linhas sub-paralelas. Note-se que a cabeça deste equídeo está desproporcionadamente maior relativamente ao resto do corpo e que parte dos traços das pernas do animal que descrevemos em primeiro lugar o sobrepoem. Em seu redor existem conjuntos de linhas filiformes paralelas e imediatamente sobre a cabeça reconhece-se o que parece ser a representação de um pequeno quadrúpede, medindo 0,17 m. de comprimento, com a cabeça voltada para o lado direito, mas de patas voltadas para cima! O corpo foi preenchido por traços múltiplos.

À esquerda do equídeo descrito anteriormente está o que parece ser uma cabeça de veado, com longa armação, medindo 0,22 m. de altura e um pouco mais à esquerda observa-se uma representação zoomórfica, incompleta, voltada para o lado direito e medindo 0,39 m. de comprimento, cujos quartos traseiros foram preenchidos por conjuntos de linhas filiformes.

Na extremidade do lado direito do sector deste painel, que temos vindo a descrever sumariamente, observa-se um grupo de gravuras constituído por traços curvos, formando uma figura sub-circular, e abaixo desta um denso e emaranhado conjunto de traços paralelos onde se descobre uma cabeça de cervídeo, possivelmente uma corça, voltada para o lado direito.

Entretanto, o sector do lado direito desta rocha oferece, na parte superior, numerosos conjuntos de gravuras filiformes, alguns deles formando feixes de aspecto fusiforme e outros pequenos escalariformes. Ali se reconhece, na parte superior esquerda, a representação de um cervídeo, talvez uma corça, representada obliquamente e com a cabeça mais uma vez voltada para o lado direito. Esta tem perfil sub-triangular, com as orelhas longas, e mostra a figuração do olho através de um pequeno círculo. Os quartos traseiros estão mal definidos. Mede 0,28 m. de comprimento. Tanto a cabeça como a parte dianteira do corpo encontram-se totalmente preenchidos por linhas incisais, constituindo conjuntos ora verticais, ora horizontais, ora oblíquos.

À esquerda daquela última figura está uma outra, constituída por três feixes fusiformes, com 0,24 m. de comprimento, sugerindo uma representação de peixe.

Ao centro deste mesmo sector do painel identifica-se uma bela representação de equídeo, disposta obliquamente e voltada para o lado esquerdo. Mede 0,70 m. de comprimento. Foi figurada em contorno, através de numerosos traços filiformes, sub-paralelos, e de raspagens que também preenchem o interior da cabeça. Esta tem forma sub-triangular, com a extremidade arredondada. A linha cérvico-dorsal não é muito acusada e a ventral é convexa, mostrando a perna traseira em V e reconhecendo-se apenas restos da cauda, dado que uma fractura da rocha lhe amputou parte dos quartos traseiros. Sobre esta figura e em seu redor encontram-se numerosos conjuntos de traços paralelos ou convergentes num ponto, reconhecendo-se ainda, um pouco acima, o perfil da parte dianteira de um pequeno quadrúpede, voltado para o lado esquerdo, com 0,06 m. de altura e, entre as pernas do cavalo, a parte dianteira de um auroque voltado para o lado direito e com 0,43 m. de comprimento. Este mostra o interior da cabeça e parte do dorso cobertos por linhas sub-paralelas; a armação, em meia-lua, sugere perspectiva.

Frente ao peito do auroque reconhece-se a cabeça e as pernas dianteiras, bem como o arranque do corpo de um equídeo, representado através de traços contínuos filiformes. Está voltado para o lado direito e mede 0,12 m. de comprimento.

No sector inferior (fig. 20) desta rocha identifica-se desde logo muito bem destacada, à esquerda, a parte dianteira de um equídeo, gravada por picotagem, com negativos de forma oval, grandes e profundos constituindo linha por vezes descontínua. Está voltado para o lado direito e mede 0,56 m. de comprimento. Apresenta uma cabeça comprida e larga, pequenas orelhas sobre a testa e o arranque da linha cérvico-dorsal, sendo esta pouco acentuada. Esta representação de equídeo sobrepõe duas outras figuras, obtidas por traços filiformes e representando cervídeos. Um deles, a cota superior, está voltado para o lado direito, mede 0,28 m. de comprimento e mostra tanto parte da cabeça como do corpo, preenchidos por linhas paralelas. O segundo cervídeo, também voltado para o mesmo lado,

oferece, apenas, a representação da cabeça, do pescoço e do arranque do corpo. Mede 0,18 m. de comprimento e o pescoço está também preenchido por linhas paralelas.

No interior do corpo do equídeo mencionado anteriormente observa-se um conjunto de linhas filiformes, formando um sinal em forma de fuso. Este está disposto na vertical e mede 0,19 m. de altura. Um pouco abaixo reconhece-se numeroso conjunto de gravuras filiformes, formando conjuntos paralelos e outros verticais que sugerem a existência do corpo de um quadrúpede. Entre esta última representação e a do equídeo, encontra-se a de um pequeno quadrúpede de corpo trapezoidal, preenchido por traços paralelos, voltado para o lado direito, com apenas 0,04 m. de comprimento. À sua frente pode ver-se uma pequena série de traços paralelos.

À direita das figuras que descrevemos localiza-se uma representação de cervídeo, também voltada para o lado direito, realizada por traços filiformes múltiplos e por vezes em paralelo que, de igual modo, preenchem a cabeça e o resto do corpo. Mede 0,10 m. de comprimento. Mostra a cabeça com forma sub-triangular e a armação alta. Tanto a linha cérvico-dorsal, como a ventral, são pouco acusadas e a extremidade traseira é rectilínea.

Em baixo e à sua frente existem outros traços filiformes. À sua esquerda regista-se uma figura gravada com traços filiformes sub-paralelos, parecendo representar novamente um peixe, com a cabeça voltada para baixo, no qual se reconhecem as barbatanas ventral e caudal. Mede 0,11 m. de altura.

Na extremidade do lado direito deste sector observa-se a representação, incompleta, de um equídeo, voltado para o lado direito e medindo 0,56 m. de comprimento. Foi gravado por picotagem (constituindo a 2ª figura picotada desta rocha), com negativos circulares e profundos, formando linha contínua. A cabeça é muito longa, sobre a testa reconhecem-se as crinas, a linha cérvico-dorsal é acentuada, observando-se apenas o arranque das pernas e da linha ventral. Os quartos traseiros foram mal definidos, mas observa-se um esboço da cauda. Sobre esta figura gravou-se, com traços filiformes, o esboço de um quadrúpede disposto obliquamente e medindo 0,27 m. de comprimento.

Um pouco acima do equídeo referido distingue-se um outro conjunto de traços filiformes que esboçam a parte dianteira de um quadrúpede, voltado para o lado esquerdo, com 0,15 m. de comprimento.

As observações estratigráficas, técnicas e estilísticas, permitem traçar a evolução iconográfica desta rocha, apoiada, apesar das dificuldades de leitura das gravuras filiformes, numa boa conservação dos motivos facilitada pela localização e orientação dos painéis, já num ponto elevado relativamente ao leito antigo e actual do Côa. Sinteticamente, pode afirmar-se que o equídeo gravado por picotagem e descrito em último lugar, é uma das suas figuras mais antigas, estilísti-

camente atribuível ao período Solutrense. Este foi sobreposto por outras representações zoomórficas filiformes, obtidas pela técnica do traço múltiplo e, possivelmente, correspondendo ao Solutrense Superior ou já ao Magdalenense. Grande parte das gravuras desta rocha pertencem a este período, cuja cronologia, que poderá ser estudada em pormenor, assenta, ainda, em alguns paralelos bem datados tanto estratigraficamente como pelo radiocarbono (gravuras sobre osso — arte móvel — de Altamira e El Castillo).

Finalmente, devem ser atribuídas a diferentes fases do Magdalenense, algumas gravuras que se sobrepõem às anteriormente referidas, nomeadamente a que representa a parte dianteira do outro cavalo gravado por picotagem. A forma maciça mas ao mesmo tempo naturalista da cabeça, a ausência de marcação das crinas sobre a testa e pescoço, e as pequenas orelhas a par em perspectiva distorcida, são os mais fortes argumentos estilísticos para tal classificação.

Também junto a esta rocha foi realizada uma sondagem, correspondendo à metade do lado direito do painel decorado, com 1,20 m. de comprimento, por 1,40 m. de largura.

Reconheceram-se os três seguintes estratos:

C1 – Constituída por terras superficiais, pouco compactas, ricas em elementos não plásticos e matéria orgânica vegetal, de cor castanha clara (10YR 5/3), com 0,15 m. a 0,20 m. de potência média. Não entregou qualquer espólio arqueológico.

C2 – Formada por terras não muito compactas, de constituição semelhante à da camada anterior, mas de tom ligeiramente mais escuro (10YR 5/4).

Media 0,20 m. de potência máxima e ofereceu um fragmento de vasilha, com porção do bordo (fig. 19). Aquela tinha colo alto, sub-vertical, e o bordo mostra lábio ligeiramente extrovertido com secção semicircular. O diâmetro do bordo media 0,086 m. e a espessura máxima das paredes é de 0,005 m. Foi fabricada com pasta homogénea e compacta, com núcleo de cor castanha escura (5YR 3/4), contendo abundantes elementos não plásticos, micáceos, de grão fino. A superfície interior é de cor castanha, mais clara que o núcleo (5YR 4/6), e a externa é de cor cinzenta, não muito escura (5YR 4/1), devido ao ambiente redutor da cozedura.

C3 – Constituída por terras mais compactas que as da camada anterior, embora da mesma cor e contendo maior número de elementos não plásticos.

Apresentava 0,35 m. de potência máxima e entregou um pequeno seixo rolado de quartzito (fig. 19), encontrado a 0,20 m. da parede decorada. Mostra forma oval achatada, medindo 0,063 m. de comprimento, 0,057 m. de largura e 0,032 m. de espessura máxima. Oferece em ambas as faces e nas extremidades, sinais de utilização como possível percutor.

Junto ao contacto com o substrato rochoso recolheram-se alguns carvões que foram enviados ao IPPAR para datação pelo 14C.

Pensamos ser de interesse referir que nenhum dos estratos indicados cobria gravuras significativas, dado que apenas alguns traços filiformes se encontravam soterrados pelas C1 e C2.

5. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARTE DO CÔA A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES REALIZADAS NA CANADA DO INFERNO

Deixando por ora de lado as gravuras que, pelo seu estilo e tipologia são claramente pós-glaciares e mesmo modernas, podem desde já individualizar-se as principais características da arte paleolítica do Côa, que sintetizaremos do seguinte modo:

a) É uma arte caracteristicamente de ar livre, ocupando e disseminando-se por todo um vale fluvial, com penetrações em alguns afluentes e, por isso, de contornos ainda por definir. A qualidade e extensão da arte do Côa tornam já este vale num lugar cimeiro da arte pré-histórica mundial. Nos últimos anos e não muito longe da região do Côa, vinham sendo identificadas várias manifestações rupestres atribuíveis ao Paleolítico Superior, nomeadamente em Mazouco¹¹, no Douro, mas também em Siega Verde (BALBÍN BEHRMANN *et alii*, 1991), igualmente ao ar livre e em condições de jazida muito semelhantes às agora surgidas em Portugal. Outros achados em condições similares, um pouco disseminados pela Península, e até em zonas onde não se conhecia qualquer tradição de arte parietal, vinham também sendo realizados, como no vale de Nalón (Astúrias) em Hornos de la Peña, Piedras Blancas (Almería) (MARTÍNEZ GARCÍA, 1986-1987) e Domingo Garcia (Segóvia) (MARTÍN SANTAMARÍA e MOURE

¹¹ Como é sabido, quando da identificação do chamado "cavalo de Mazouco", um de nós (AMB) pôs em dúvida a sua atribuição meramente estilística ao Paleolítico Superior, concretamente à transição estilo III-IV de Gourhan então atribuída a estas gravuras pelos autores do seu estudo, integrando-as *sensu lato* no Magdalenense (JORGE *et alii*, 1981). Baseávamo-nos então, embora reconhecendo o estilo arcaizante das figuras, nas gravuras recentemente identificadas no Vale da Casa, a sua maioria com atributos claramente da Idade do Ferro (guerreiros montados, armas metálicas, como lanças, espadas e especialmente falcas, alguns escudos, todas muito bem individualizadas). A gravação dos cavalos no Vale da Casa, como na altura foi possível identificar através da estratigrafia figurativa e de um rigoroso estudo tipológico, apresentava nas sinuosas gravações das linhas cérico-dorsais, muitas semelhanças estilísticas com certas gravações aurignacenses e mesmo solutrenses, cronologia que nesta estação era de todo inviável. Por outro lado, a presença entre todas as figuras da Idade do Ferro de um cavalo de pequenas dimensões gravado com um estilo muito aproximado ao de Mazouco (nomeadamente pelo alteado e prolongamento da crina até às pernas anteriores, entre outros pormenores), levou-nos a por em dúvida aquela cronologia paleolítica que, sem outros elementos contextuais, nos parecia de difícil aceitação. Afinal esses elementos apareceram agora na mesma região e justificam perfeitamente a classificação paleolítica de Mazouco. Justificarão até, a nosso ver, que o pequeno cavalo do Vale da Casa, associado a um signo geométrico do tipo escutiforme, poderá ser, afinal, ele próprio atribuível ao Paleolítico Superior! (AMB).

ROMANILLO, 1981), embora sem a extensão destas descobertas agora reveladas em Portugal. O Côa, pela qualidade, quantidade e bom estado de conservação dos seus achados, abre novas perspectivas ao estudo destes conjuntos, podendo eventualmente pensar-se mesmo que o Noroeste da Meseta Ibérica encerrará uma até agora ignorada *Província Artística do Paleolítico Superior* (para utilizarmos o conceito proposto por GRAZIOSI, 1956, 1965 e 1968), caracterizada, antes de mais, pela gravação ao ar livre de milhares de motivos e provavelmente com uma extensão temporal que abrangerá vários milénios se atentarmos nos vários estilos e seu ordenamento, já aqui patentes. Esta distinção «ar livre — interior das grutas», desde logo fundamental, entre a arte das “províncias” franco-cantábrica e mediterrânica e a eventual “província artística do Côa e Meseta Norocidental”, poderá levar-nos a pensar ser esta última menos hermética, de certo modo mais pública, em termos de acesso e da própria iniciação ao seu reconhecimento e leitura. Este dado específico poderá ter sido ainda responsável por soluções iconográficas que podemos classificar como de um maior “naturalismo” em relação à restante arte quaternária europeia, registando-se aqui aspectos que nela são mais raros, como algumas associações de animais, indicando reproduzir alguns dos seus comportamentos, de que são exemplo os grupos de cavalos e de auroques sugerindo manadas, as possíveis cenas de pré-acasalamento, ou as já frequentes imagens zoomórficas com duas e até três cabeças. Estas parecem tentar registar movimentos e atitudes diversas, como a dos animais quando se alimentam, com o pescoço e a cabeça inclinados para o solo ou para as águas do rio, ou em posição levantada, de alerta, talvez perante a aproximação dos caçadores.

As cabeças “entrelaçadas” dos conhecidos cavalos da rocha 1 de Piscos, muito provavelmente do período Solutrense, reproduzindo situação etológica conhecida entre os equídeos, ajudam a confirmar as observações que enunciámos.

b) Existe clara predominância, quase em exclusividade, da arte gravada (mas não sabemos se as gravuras poderiam também ter sido pintadas, pelo menos algumas delas). É possível que tenha igualmente havido pintura, como na mais monumental arte paleolítica e como é demonstrado pelos achados de gravuras pintadas nos abrigos da Faia, a zona decorada no Vale do Côa mais a montante, com gravuras e pinturas em granitos. Algumas destas pinturas, que não estão estudadas e que só conhecemos de momento através de fotografias, parecem-nos de tipologia pós-paleolítica, excepto duas delas que poderão ser paleolíticas.

A “arte da gravura” é talvez uma das primeiras aquisições técnicas na representação artística, pela facilidade primária de execução. Mais de 70% das grutas decoradas ostentam gravuras, sendo esta a técnica exclusiva em 35% da totalidade dessas mesmas jazidas (GRAPP, 1993: 266). A sua raridade e qualidade artística ao ar livre tornam o Côa uma estação de eleição, mas simultaneamente de difícil atribuição cronológica, pois há ainda muito poucas certezas sobre a cronologia da

técnica da gravura paleolítica. Sabe-se, por exemplo, que no Aurignacense é frequente a picotagem, já com traços largos e fundos, com perfil em U, prolongando-se esta técnica até ao Magdalenense Antigo. Talvez já no Solutrense, mas em especial no Magdalenense Médio e Superior predominam as gravuras finas, como no Côa, sendo praticamente exclusivas neste último período, que assinala simultaneamente o fim da “Grande Arte” Paleolítica (GRAPP, 1993: 266). Não devemos, no entanto, esquecer, que a gravura fina ou de traço filiforme é, também, praticamente a técnica exclusiva das inúmeras gravuras da Idade do Ferro que aqui constituem, juntamente com a arte de características paleolíticas, o maior grupo insculptório (BAPTISTA, 1983: 58) deste complexo artístico regional. No entanto, do que se conhece, no momento, as gravuras paleolíticas estão mais concentradas ao longo de todo o vale do Côa, surgindo as da Idade do Ferro mais perto das margens do Douro e seus pequenos afluentes, algumas em lugares muito altos relativamente ao nível dos cursos de água.

c) As gravuras distribuem-se exclusivamente pelos paredões verticais de xisto, não aparecendo até ao momento em superfícies horizontais. Por vezes, nestes paredões, nomeadamente nos de maiores dimensões, privilegiam-se as superfícies mais elevadas da rocha, como se simultaneamente se pretendesse, quer permitir uma visualização à distância, quer “esconder” as criações artísticas em lugares de mais difícil acesso. Este aspecto pode bem apreciar-se, por exemplo, na rocha dos auroques, quase em tamanho natural, perto de Vale Figueira (ainda não numerada), quer na rocha nº 17 da Canada do Inferno, mas também noutras. A própria rocha 1 (fig. 3) que sumariamente descrevemos atrás, privilegiou a gravação apenas no topo superior do painel. Esta procura intencional das superfícies mais elevadas faz com que muitas destas gravuras tenham sido destruídas pela rotura dos xistos, devido à maior exposição aos agentes erosivos, apresentando-se muito degradadas as que resistiram ao tempo, tornando-se por vezes um autêntico puzzle a sua reconstituição.

Esta é outra das características que contribui para afirmar a idade paleolítica de grande parte da arte do Côa que, pelo facto de ser ao ar livre, não deixa, como na arte das grutas, de buscar por vezes os sítios mais recônditos nos painéis, neste caso as superfícies mais afastadas do solo, por vezes a cerca de seis ou sete metros de altura. Por outro lado, algumas das principais gravuras nestas condições, são animais de grande porte, insculpidos naturalisticamente e quase em tamanho natural, essencialmente equídeos (cavalos) e bóvídeos (auroques), precisamente os dois temas mais gravados e pintados em toda a arte paleolítica (os temas dominantes). Não há exemplos conhecidos de situações que conjuguem este tipo de porte e estilo com tais localizações espaciais em toda a arte pós-paleolítica ibérica ou europeia. Nesta, as figurações que mais se poderiam aproximar deste tipo de situação, são as representações de renas, alces e peixes, epipaleolíticas,

gravadas ao ar livre em rochas da Escandinávia, atribuídas, como se sabe, aos últimos caçadores “paleolíticos” que acompanharam o recuo dos glaciares, perseguindo os grandes rebanhos de renas cada vez mais para norte. No entanto, no Côa, há uma situação diferente, profundamente imbuída do espírito da criação artística paleolítica.

d) Detectaram-se, fundamentalmente três técnicas básicas de gravação, embora com algumas variantes: por picotagem, por traço filiforme (simples ou múltiplo, figs. 13 e 21) e por abrasão (ver espec. figs. 25 e 26).

Estas três técnicas podem conjugar-se numa (ou duas) técnica(s) mista(s), como, por exemplo, no auroque da fig. 1 da rocha nº 3 (fig. 12), uma figura estilisticamente solutrense, em especial pela forma de elaboração da cabeça, já que todo o resto do corpo é um pouco incaracterístico, como se fora executado “a duas mãos”. A elaboração mais cuidada da cabeça é outra das características da arte do Côa, que aqui é mais evidente frente à aparente inabilidade do restante traçado do tronco e pernas. Esta figura de auroque, para além de apresentar a dupla técnica de traço múltiplo filiforme e picotagem, permite igualmente demonstrar que as figurações, especialmente as mais elaboradas, eram, não raro, primeiro “esboçadas” por traço fino, à semelhança, aliás, do que tem sido documentado em muitas grutas decoradas.

A técnica de execução mais característica por traços múltiplos filiformes pode, igualmente, ser complementada por “raspagens” da superfície historiada, dando-se à gravura por vezes uma ilusão de pelagem ou de relevo, como acontece num dos equídeos da rocha 14 (fig. 21).

A picotagem varia igualmente entre a lascagem com a utilização de um pesado percutor obtendo-se negativos mais fundos e largos e outros mais finos, com a acumulação de pequenos pontos cuja junção sucessiva vai definindo um traço, esta mais rara. Como na arte pós-paleolítica, a técnica da picotagem é fundamentalmente *indirecta*, isto é, obtida pela utilização de um percutor móvel que actua sobre um incisor fixo, o que permite uma maior certeza dos impactos e perfeição do traço.

Até ao momento não foi ainda possível determinar rigorosamente quais os períodos de gravação mais antigos em função das técnicas de execução, embora nos pareça, que há, desde início, uma contemporaneidade entre a picotagem e a gravação filiforme.

É, porém, possível afirmar que uma das variantes técnicas muito característica nas gravuras de estilo convencionalmente classificado de solutrense, é o maior cuidado na figuração das cabeças dos animais e pata(s) dianteira(s), como, por exemplo, nos auroques da rocha nº 11 (fig. 25 e 26) e em muitas outras de características semelhantes, cujo traço é finalizado por fricção ou abrasão ficando com um perfil em V, que contribui para uma maior beleza dos motivos. Nestas

figuras há uma conjugação das várias técnicas: os motivos são primeiro esboçados a traço filiforme rasgado provavelmente com afiado buril de sílex, sendo depois martelado por picotagem indirecta, provavelmente com percutores de quartzite ou quartzo e, finalmente, aprofundado por fricção, com uma ponta acerada, que tanto poderia ser de quartzo, quartzite, como de sílex.

A detecção de indústrias arqueológicas que nos fornecessem exemplos de objectos incisores junto das rochas decoradas, revela-se, assim, no futuro, como uma das vias a pesquisar no sentido da atribuição de cronologias relativas para a arte do Côa. Até ao momento, apenas foram feitas sondagens junto de três rochas, as nº 1, 3 (nesta essencialmente para visualizar melhor algumas figuras que se encontravam parcialmente tapadas por terras de fixação recente) e 14, mas sem resultados nesta matéria, pois apenas foram detectados depósitos de vertente e estratos pouco significativos.

e) São quatro os tipos de animais característicos da arte do Côa: bovídeos (auroques), equídeos (cavalos), cervídeos (veados e corças, eventualmente renas ?) e capríneos.

Aparentemente, as duas primeiras espécies são as dominantes, mas as outras duas estão também muito representadas. A predominância de bovídeos e equídeos é idêntica estatisticamente à que se conhece na arte parietal do Paleolítico Superior europeu, onde, segundo A. Leroi-Gourhan, constituem quase cerca de 80% das espécies figuradas.

Embora não possamos para já afirmar que os cervídeos e os capríneos são “apenas” animais complementares, pois também há muitos gravados nas rochas do Côa, existe uma outra classe de animais que poderemos desde já, esta sim, considerar como complementar, como sejam os pelo menos cinco peixes gravados em duas das rochas da Canada do Inferno (uma delas a nº 14 e outra ainda não desenhada). Parecem ser figurações de esturjão e/ou barbo. Este tema, que existe igualmente na arte paleolítica em gruta, embora pouco considerado, não deixa de ser uma novidade, quer por aparecer agora pela primeira vez ao ar livre, quer pelos preciosismos técnicos que apresentam (traço múltiplo concentrado) e aos quais nos referiremos noutra ocasião. Uma outra rocha com gravuras atribuíveis ao Epipaleolítico, a cota muito baixa, mostra, ainda, três outras representações de peixes, com técnica picotada.

A fauna referida é típica de um clima temperado-frio, embora não exclusivamente glacial. Este ponto, que tem sido por vezes aflorado em artigos acalorados na imprensa escrita e que chegou a servir para por em causa a autenticidade paleolítica da arte do Côa, só será polémico para quem desconhecer as características da arte glacial gravada e pintada, onde as espécies caracteristicamente típicas dos tempos glaciares são uma ínfima parte da estatística da fauna figurada. E não nos esqueçamos que durante o Würm, mesmo nas suas épocas de maior

rigor climático, não se criou qualquer calote glacial na região do Côa, estando o tipo de fauna que lhe está associada acantonado um pouco mais a norte e a leste. Ora, os artistas do Côa figuravam certamente a fauna que habitava a região e de que dependiam para a sua sobrevivência. Mas, da mesma forma que foi já identificado um antropomorfo claramente paleolítico, é possível que de futuro possam aparecer alguns destes tão procurados animais.

É interessante notar que as gravuras paleolíticas mais antigas do Vale do Côa, representam maioritariamente auroques e cavalos, animais de manada, resistentes ao frio e que habitavam espaços abertos — as pradarias —, enquanto que nas mais recentes se reconhecem maior número de capríneos e de cervídeos, animais de bosque e condizendo com o conhecido aquecimento climático dos finais do Quaternário.

f) Foram identificados como “sinais complementares”, uma outra característica da arte paleolítica que igualmente aqui temos pesquisado, alguns escaliformes e reticulados, do tipo tectiforme, outros do género “flechas”, “cometas”, etc., entre outros de mais difícil classificação. São todos obtidos por técnica filiforme. No núcleo central da Canada do Inferno, foram identificadas várias marcas do tipo “polissoir”, associadas em grupos regulares, à semelhança das “marcas ou notações” paleolíticas que aparecem, quer nas paredes das grutas, quer especialmente em objectos de arte móvel ou simples ossos “notados”. Este sector da Canada do Inferno onde foram identificadas estas marcações, que se repetem noutras rochas para montante, não foi ainda estudado. Deve, no entanto, realçar-se, que só num contexto de arte glacial, este tipo de sinais (“polissoir”) poderá ser considerado paleolítico, pois eles podem sobreviver até à Idade do Ferro e, mesmo, ulteriormente.

Igualmente neste sector da Canada do Inferno foram identificados vários agrupamentos de covinhas, dispostos como as “*taches*” pintadas de algumas grutas decoradas e como, de igual, mostra o cavalo de Mazouco (GOMES, 1994).

g) Assinale-se igualmente a importância, pela sua excepcional raridade e significado, da descoberta (por Nelson Rebanda) de uma figura humana gravada com traço filiforme na rocha nº 2 da Ribeira de Piscos (figs. 27 e 28). Esta encontra-se muito perto do afloramento grauváquico com o já famoso par de equídeos enlaçados, uma obra-prima da arte paleolítica, o que torna este local um dos mais emblemáticos do complexo do Côa. Nesta representação antropomórfica, de traço gestual, com 0,54 m de altura, aliam-se o naturalismo e o caricatural, próprios das representações humanas paleolíticas. Como é também característico da arte glacial, a gravura foi obtida por um artista de traço seguro e firme, como o demonstra a notável elaboração do jogo de linhas curvas que dão forma à figura. O “naturalismo” da representação é acentuado pelo seu carácter ictifílico, com o pénis em erecção, com a glândula bem marcada e em acto de ejaculação, sugerindo

um qualquer rito de fertilidade. Esta “expressão das funções vitais” numa figura com as características morfo-estilísticas e técnicas como esta de Piscos, completamente ausente da arte pós-glacial, é um dos mais seguros argumentos para a sua classificação adentro de uma cronologia do Paleolítico Superior. É paralelizável com gravuras de La Marche ou Rouffignac, atribuíveis ao Magdalenense.

h) Outra grande novidade artística encontrada em algumas das gravuras do Côa, é a presença de animais com duas e, até, com três cabeças, saindo de um mesmo corpo (figs. 3 e 6). Esta tentativa de sugestão do movimento (uma técnica recorrente, por exemplo, na banda desenhada dos nossos dias) em gravuras de estilo paleolítico é uma novidade absoluta a nível mundial. Que saibamos, a primeira vez que foi documentada na arte paleolítica europeia foi no Côa e, logo depois, na recém descoberta gruta de Combe d’Arc (ou gruta Chauvet) onde um bisonte, pintado a negro, mostra oito patas, precisamente para sugerir a ideia de movimento. Facto a reter, desde já, é a presença desta notável inovação técnica no Côa, talvez o primeiro e mais decisivo passo para o nascimento da perspectiva (já artisticamente figurada num magnífico rinoceronte da daquela gruta francesa), em representações das quatro espécies mais típicas da arte do Côa e que apontamos mais atrás. O capríneo da Quinta da Barca com duas cabeças, muito provavelmente uma *capra ibex*, é outra pequena obra-prima de execução e primoroso pormenor a que se alia também a figuração perspectivada dos quartos traseiros. O seu estilo é já muito magdalenense, lembrando mesmo alguns dos famosos bisontes deitados de Altamira.

i) Grande qualidade estética das gravuras do Côa, onde são raros os esboços menos hábeis e as tentativas de gravação pouco conseguidas. Parece-nos evidente que os artistas do Côa eram autênticos “iniciados”, hábeis e talentosos desenhadores-gravadores. Não conhecemos os seus esboços, para além daqueles utilizados aquando da gravação de algumas figuras, que talvez estejam em algumas plaquetas de arte móvel ainda por descobrir na região! Daí, mais uma vez, a importância das escavações arqueológicas que urge prosseguir nesta zona.

j) Muitos animais, particularmente os de traço múltiplo filiforme mas também alguns picotados, são apenas delineados na cabeça e patas dianteiras, ficando muitas vezes apenas esboçado o resto do corpo, ou não sendo mesmo gravados. São pormenores morfo-estilísticos muito característicos da arte paleolítica. Pelo contrário, em alguns casos, foi apenas gravada a linha cérvico-dorsal e, por vezes, os quartos traseiros (rochas nºs 14 e 15).

k) Algumas cabeças picotadas são, não raro, figuradas a partir de fissuras das próprias rochas, ou aproveitando mesmo os desníveis das linhas de diaclase dos xistos, como que querendo sugerir a ideia do próprio animal sair do interior da terra (ou, mais prosaicamente, da própria massa de rocha grauváquica). Confirmam-se, a título de exemplo, as belas cabeças de equídeos das rochas nºs 12 e 22

da Canada do Inferno (figs. 22 e 23), ambas simulando sair de fracturas subverticais dos xistos orientadas de uma maneira idêntica e, curiosamente, ambas viradas para a esquerda, ao contrário da generalidade das figurações do Côa, quase sempre orientadas para a direita. Este comportamento tem sido até agora observado em especial nos equídeos. Os dois exemplos aqui apontados são cabeças com a clássica crina alta, do chamado “estilo solutrense”. Esta é outra característica típica da arte paleolítica em gruta, onde têm sido observados muitos exemplos de aproveitamento dos particularismos das massas rochosas, que assim são sugestivamente pintadas ou gravadas, tentando-se, muitas vezes, quer sugerir a ideia de volume e desenho quase tridimensional, quer, como no caso do Côa, figurar o animal como que surgindo do interior da rocha.

l) Estilisticamente e em função do que hoje se conhece da arte figurativa do Paleolítico Superior europeu, parece-nos, desde já, podermos detectar dois grandes momentos na mais antiga arte do Côa: um, o mais arcaico, com gravuras de “estilo solutrense”, mas que poderá até ser mais antigo (para além de 20.000 A.C.); e outro, de técnicas e “estilo magdalenense”, ao qual pertencerá a maioria das figurações, que se poderá alongar cronologicamente pelos últimos milénios do Paleolítico Superior, enlaçando-se com as gravuras dos primeiros tempos do Holocénico (Epipaleolítico).

De facto, há no Côa e um pouco espalhadas pela região, igualmente representações de características epipaleolíticas e neolíticas (fig. 14). E, muito especialmente, uma notável quantidade de rochas decoradas com motivos típicos da Idade do Ferro, com paralelos próximos no Vale da Casa (BAPTISTA, 1983). O Côa guarda, afinal, exemplos de um longuíssimo “ciclo” de arte rupestre, que se inicia num momento indeterminado do Paleolítico Superior e se prolonga exemplarmente até ao século XX. Os dois grandes momentos civilizacionais deste longuíssimo e persistente “ciclo artístico”, sem paralelo na Europa, são assinalados pela arte do Paleolítico Superior e pela arte da Idade do Ferro, terminando com um leque de notáveis gravuras da Época Moderna e Contemporânea, datáveis entre os séculos XVII e XX. A estas nos referiremos mais demoradamente noutro trabalho.

m) Há muitas sobreposições de gravuras, tornando por vezes extremamente difícil uma clara individualização dos motivos. Quase sempre há boas plataformas ladeando rochas com muitas sobreposições, o que demonstra que só algumas rochas eram escolhidas para serem insculpidas. Esta intencionalidade também nada tinha a ver com a facilidade de acessos a determinados painéis, pois, por vezes, em superfícies de grandes dimensões, as zonas gravadas são exactamente as de mais difícil acesso. Vejam-se os exemplares conjuntos nºs 15 e 17, com gravuras de grandes dimensões, próprias para serem visualizadas de mais longe, mas também com numerosas representações de menores dimensões gravadas em

sítios só acessíveis com o auxílio de quaisquer dispositivos de elevação. É de registar que só as gravuras modernas foram feitas em sítios de fácil acesso, o que demonstra uma diferente motivação.

Esta característica, também ela muito dentro da intencionalidade espacial paleolítica, prende-se igualmente com o facto das próprias gravuras filiformes serem ao tempo da sua elaboração elas próprias de muito difícil percepção. Haverá neste particularismo uma intenção de já então se dissimularem estas gravuras, tornando as obras de arte, algumas delas pequenas maravilhas de sensibilidade e mestria (como os cavalos da rocha 3 de Piscos — conf. interpretação proposta na fig. 29), como que um momento de um ritual tão só vivido entre o artista e a rocha-suporte? Existem cervídeos recentemente descobertos na Canada do Inferno, tão finamente gravados (um deles com a particularidade notável dos ramos da armação se distribuírem e misturarem com as finas “nervuras” do xisto patinado a negro que lhe serve de suporte, criando-se um belo efeito de ilusão entre gravura e xisto; outro tão fino e numa zona tão alta do painel que está a mais de 5 m. do solo actual) que só uma observação muito cuidada das rochas permitiu a sua descoberta.

Com estas observações, estamos, profundamente, muito dentro do mundo espiritual dos caçadores paleolíticos, com motivações que nos escapam, mas onde o ordenamento do espaço (aberto neste caso) é completamente diferente do dos tempos pós-glaciares.

Poderemos mesmo concluir, que as gravuras e a eleição dos painéis para seu suporte são reflexo do modo como os homens paleolíticos viveram e estruturaram aquela paisagem.

n) Numa primeira aproximação à arte paleolítica do Côa e ainda sem uma rigorosa tabela estatística elaborada, podemos afirmar que talvez cerca de 75% das gravuras do Côa são obtidas por técnica filiforme, sendo, portanto, de muito difícil percepção na sua maioria. O facto dos suportes serem preferentemente verticais, terá facilitado a sua conservação, sabendo-se que a meteorização dos xistos se processa mais acentuadamente nas zonas elevadas das rochas e por lascagem. Este factor, pelo contrário e como afirmámos, prejudicou grandemente os conjuntos gravados na parte mais alta dos painéis, alguns deles formando hoje autênticos puzzles desmontados pela laminagem das lascas historiadas dos xistos.

o) Um destes conjuntos, certamente um dos mais notáveis e enigmáticos, é o constituído pela rocha nº 17. Neste painel, só a parte superior da rocha foi historiada com a habitual gramática figurativa zoomórfica e com gravuras de dimensões muito díspares, sobrepostas entre si e gravadas certamente em tempos muito distintos. Entre todas as sobreposições e dominando o painel pelo seu tamanho, destaca-se uma grande figura de equídeo representado quase em tamanho natural. É certamente uma das maiores, senão a maior das gravuras até hoje

identificada no Côa! Ora este enorme equídeo (num conjunto infelizmente ainda não desenhado na sua totalidade) rasgado por um vigoroso picotado que lhe delimita bem todo o contorno da cabeça à cauda, ventre muito pronunciado como é típico dos equídeos paleolíticos, tem a particularidade de ter a sua superfície interna, mas também a zona à sua volta (portanto não a sugerir pelagem), completamente recamada por grossas e irregulares picotagens, uma martelagem larga, como se se tivesse pretendido “apedrejar” o animal. Insculpido na parte mais elevada de um grande painel de superfície castanho-avermelhada, elevado a cerca de 4 metros acima do solo, este caso assinalaria para muitos autores um bom exemplo de uma possível magia de caça. Não custa admiti-lo, embora desconheçamos o seu real significado. Apenas poderemos aceitar que o cavalo foi, para os artistas do Côa, uma espécie de claro significado mitológico, para além do reconhecido valor económico, sendo, juntamente com o bovídeo, a espécie dominante na sua arte rupestre.

6. A FECHAR

O abaixamento das águas para montante da ensecadeira do Côa, que permitiu a prospecção intensiva do arqueossítio da Canada do Inferno, conduziu, como vimos, à descoberta não só de novas rochas decoradas, como de numerosas gravuras que até então tinham passado despercebidas, nomeadamente as realizadas com técnica de incisão muito fina ou filiforme.

De todas as gravuras até agora detectadas, quer as da Canada do Inferno, quer as das outras estações da região do Côa, só uma pequeníssima parte delas foi objecto de estudo arqueológico. Por razões já explicadas, privilegiou-se o estudo da Canada do Inferno, que está apenas começado. Esta permitiu-nos, apesar de tudo, esboçar as principais características (iconográficas e técnicas, em especial) do complexo artístico do Côa, designadamente em relação às suas fases mais antigas.

Relativamente às cronologias deste complexo e como é habitual em arte pré-histórica, várias vias devem ser pesquisadas e que podemos sintetizar do seguinte modo:

a) Por métodos de cronologia relativa (análise dos estilos, das sobreposições, das associações de motivos, da distribuição espacial das figuras, quer no painel (princípio da precedência e preferência operativa), quer no conjunto da estação (a arquitectura do espaço historiado), a distribuição estatística dos signos por tipos e por associações e, enfim, dos tipos de pátina (o que pode ser, por vezes, um pouco ilusório, mas não deve ser desprezado numa análise interna ou endógena). Como métodos de cronologia relativa devem ainda ser pesquisados os chamados

“paralelos operatórios”, por exemplo de motivos idênticos tipológica e estilisticamente (mas não só) com outros de arte móvel datados arqueologicamente em estrato, ou até por métodos radiométricos, como será agora, felizmente, o caso de algumas pinturas.

Para o caso da arte rupestre não paleolítica, é também importante o reconhecimento de figurações de artefactos e a sua comparação com os modelos encontrados na cultura material (em especial para a arte da Idade do Ferro, de cujos gravadores urge identificar os povoados!).

b) Por métodos de cronologia absoluta, o que até agora só tem sido possível através do ^{14}C e apenas para pinturas cujos componentes contenham pigmentos à base de carvões ou elementos orgânicos, utilizados por exemplo como engordurantes, espessantes ou elementos de ligação. Tendo sido bastante aperfeiçoadas as técnicas radiométricas, que agora apenas necessitam de uma pequena quantidade de matéria-prima, tem sido isso que desde há poucos anos permitiu a datação de muitas pinturas em gruta. Haverá neste momento menos de meia centena de datações radiométricas com alguma fiabilidade para os 300 arqueossítios com arte paleolítica da Europa e para menos de 20 estações (conf. GRAPP, 1993: 6, lista entretanto já aumentada), datações que, no entanto, forneceram já importantíssimos elementos de análise e de reflexão.

Entre os principais merecem destaque o facto do radiocarbono ter recuado em quase 10.000 anos as clássicas cronologias estilísticas. É o caso, por exemplo, das primeiras datações da gruta Chauvet-Pont-d’Arc, um conjunto de 12 análises efectuadas por três laboratórios independentes (os de Gif-sur-Yvette, da Universidade de Lyon I e o Research Laboratory for Archaeology and History of Art d’Oxford) quer de pinturas (dois rinocerontes e um bisonte), quer de restos de tochas e de carvões no solo da gruta¹². As datações das pinturas forneceram as cronologias de 30.340 BP $\pm$ 570 e 32.410 BP $\pm$ 720. A data de 27.110 BP $\pm$ 390 para a pintura de uma mão da gruta Cosquer que era, até agora, considerada a mais antiga pintura datada no Paleolítico Superior, viu-se assim consideravelmente recuada e com obras de grande nível artístico como são as pinturas de Chauvet-Pont-d’Arc. Não deixa de ser curiosa a presença no Côa — rocha 3 de Piscos — de um pequeno e magnífico friso de cavalos de um esbelto naturalismo e com grande mestria de traços cujas cabeças “retratam” o mesmo formalismo gestual de representações espantosamente idênticas da gruta Chauvet. É, em nossa

¹² “*Datation des peintures et autres traces humaines de la grotte Chauvet*” (Paris, le 2 Juin 1995). Página HTML do Ministério da Cultura de França disponível via INTERNET. Por ser uma gruta imediatamente reconhecida como de um interesse excepcional, o Ministério da Cultura realizou desde logo este conjunto de datações, que não deixam de espantar, sendo actualmente consideradas as mais antigas pinturas datadas no Paleolítico Superior europeu. Esta informação foi de imediato disponibilizada via INTERNET. É natural que, entretanto, tenham sido publicadas em papel.

opinião, um dos mais notáveis painéis gravados até hoje descobertos no Côa e talvez dos mais antigos. O desenhador Fernando Barbosa fez a reconstituição hipotética de um par destes magníficos cavalos de Piscos. Apenas a pelagem é sugerida. O traço da reconstituição é decalque directo e é apresentado quase na escala 1:1 (fig. 29).

Outros elementos que merecem, no momento, funda reflexão a respeito da arte paleolítica, são, para além do alargamento temporal agora aceite como mais recuado, também o facto das clássicas divisões estilísticas (primeiro de Breuil e depois de Gourhan) terem espartilhado um pouco o próprio pensamento dos especialistas que se habituaram comodamente a inserir, numa ou noutra tese e num ou noutro estilo, as obras paleolíticas que vinham sendo reveladas. Por outro lado, e um pouco à revelia deste “pensamento estilístico”, há neste momento uma maior cobertura dos hiatos entre os estilos convencionais, aparecendo o Solutrense com mais obras do que as até agora admitidas [por exemplo, com parte das pinturas da gruta Cosquer (CLOTTE, 1994)] e confirmando-se a riqueza das policromias e conjuntos magdalenenses (GRAPP, 1993: 6).

Claro que estas considerações, aqui sumariadas, não eliminam muitos dos considerandos estilísticos, afinal as bases em que assentou mais de um século de investigação em arte paleolítica, sucessivamente afinados quer pelo estudo da arte móvel, muitas vezes estratigrafada, quer pela própria análise numa perspectiva de história da arte e que tão brilhantemente foi sintetizada por André Leroi-Gourhan. Com isto quer-se apenas afirmar que o estilo não é tudo, por si só será ilusório, mas não deixa de ser um elemento importantíssimo e pertinente em qualquer análise que tiver de ser feita da arte do Côa onde, infelizmente, poucos traços de pintura permitirão para já, poder pensar-se em datações absolutas ou “directas”. Foi esta, afinal, a perspectiva que desde o início se impunha na classificação da arte do Côa.

Com efeito, o estilo das gravuras fornece ao pré-historiador da arte uma indicação aproximada da sua integração nas grandes correntes estilísticas conhecidas na arte pré-histórica, neste caso da Europa Ocidental (certamente nenhum historiador de arte confundiria um painel medieval ou gótico com uma tela barroca!!). Desde o início que nos pareceu evidente que grande parte das gravuras que vinham sendo descobertas no Côa se integravam de uma maneira clara no mundo espiritual (e mesmo económico) dos caçadores do Paleolítico Superior Europeu. Foi baseado na análise estilística, mas também no tipo e morfologia de animais gravados, nas suas técnicas de execução e muito particularmente nas suas associações, comportamentos e distribuição espacial, que nós próprios, mas também alguns dos pré-historiadores da arte que até agora visitaram o vale do Côa, se pronunciaram por aquela “paleoliticidade”.

Como se sabe, não há, infelizmente, uma única gravura do Paleolítico Su-

perior Europeu datada por qualquer dos métodos experimentais utilizados no Côa. Seria uma experiência interessante a sua tentativa de utilização aqui e nós próprios não seríamos contra o seu ensaio, caso ele fosse desde o início controlado arqueologicamente. Sabe-se que não foi isso que aconteceu e a divulgação pública desses resultados preliminares não obedeceu a qualquer das regras que devem reger deontológica e profissionalmente este tipo de trabalhos. Monge Soares por várias vezes denunciou (e bem) a falta de rigor, quer arqueológico, quer ético, destas análises, matéria sobre a qual não se justificará emitirmos agora qualquer outro comentário.

É sabido que a arte paleolítica europeia constitui um ciclo de mais de 250 séculos, com obras de arte de uma grande homogeneidade e que as diferenciam claramente da arte pós-glaciar. Pode afirmar-se que há um “estilo e uma simbólica paleolíticos”. Como o demonstram as datações citadas, estão praticamente adquiridas desde o seu início as principais características que a individualizam e logo com obras de grande mestria, evoluindo apenas, com o correr dos milénios, as convenções estilísticas, argumentos que, em última análise, nos servem para integrar as pinturas ou gravuras numa ou noutra das correntes estilísticas, já relativamente bem identificadas, do Paleolítico Superior. Esta homogeneidade é de tal forma que poderão mesmo tentar identificar-se não só correntes estilísticas regionais, como até inominados artistas que terão executado obras em pontos diferentes numa mesma região. É o que tentou, por exemplo, Apellaniz, com alguns resultados curiosos (APELLANIZ, 1980a, 1980b, 1982 e 1983). A grande novidade da arte do Côa foi trazer para fora das cavernas e também com obras de grande qualidade, o mundo artístico-simbólico até então quase só encerrado no silêncio e escuridão das grutas. O próprio conceito de “arte das cavernas” deixa a partir de agora de fazer sentido e deverá ser também repensado.

7. BIBLIOGRAFIA

- ABELANET, Jean (1985): Le premier site d'art rupestre paléolithique à l'air libre: le rocher gravé de Campone. *Conflent*, 133, 23.^e année, p. 2-7.
- ALONSO SILIO, R. (1986): El modelado interior de los grabados rupestres paleolíticos del Norte de la Península. *Estudio de Arte Paleolítico*, Centro de Investigación y Museo de Altamira, Monografías, 15, Ministerio de Cultura, Madrid, p. 133-214.
- APELLANIZ, Juan Maria (1980a): El método de determinación de autor y su aplicación a los santuarios paleolíticos del País Vasco. *Zephyrus*, XX-XXXI, Salamanca, p. 15-22.
- APELLANIZ, Juan Maria (1980b): El método de determinación de autor en el Cantábrico. Los grabados de Llonín. *Altamira Symposium*, Madrid, p. 73-84.
- APELLANIZ, Juan Maria (1982): *El arte prehistórico del País Vasco y sus vecinos*. Desclée de Brouwer, Bilbao, 227 p.

- ALELLANIZ, Juan Maria (1983): El autor de los bisontes tumbados del techo de Altamira. *Homenaje al Profesor Martín Almagro*, I, Madrid, p. 273-280.
- L'Art des Cavernes. Atlas des grottes ornées paléolithiques françaises* (1984). Ministère de la Culture, Imprimerie Nationale, Paris, 673 p.
- BAHN, Paul G. (1992): Open air rock art in the palaeolithic. in Lorblanchet, Michel (Ed.), *Rock art in the Old World*, Indira Gandhi National Centre for the Arts, New Delhi, p. 395-400.
- BAHN, Paul G. (1995): Cave art without the caves. *Antiquity*, 69, p. 231-237.
- BAHN, Paul G. e VERTUT, J. (1988): *Images of the Ice Age*. Windward, Leicester.
- BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo, ALCOLEA GONZALEZ, Javier, SANTONJA, Manuel e PÉREZ MARTÍN, Rosario (1991): Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre. in *Del Paleolítico a la Historia*, Ed. do Museo de Salamanca, Salamanca, p. 33-48.
- BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo, ALCOLEA GONZALEZ, Javier e SANTONJA, Manuel (1995): El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Verde (Salamanca, España): una vision de conjunto. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), Porto, p. 73-102.
- BAPTISTA, António Martinho (1981): *A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo*. Monografias Arqueológicas, Ed. do GEAP, Porto, 83 p.
- BAPTISTA, António Martinho (1983): O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*, 8, Porto, Dezembro, p. 57-69.
- BREUIL, Henri (1952): *Quatre Cent Siècles d'Art Pariétal: les cavernes ornées de l'Âge du Renne*. Ed. Max Fourny Art et Industrie, Montignac, 419 p.
- CLOTTE, Jean (1989): The identification of human and animal figures in European Paleolithic art. in Morphy, Howard (Ed.), *Animals into Art*, One World Archaeology, 7, London, p. 21-56.
- CLOTTE, Jean (1995): *Les Cavernes de Niaux. Art Préhistorique en Ariège*. Seuil, Paris, 177 p.
- GOMES, Mário Varela (1994): Escoural et Mazouco. *Les Dossiers de l'Archéologie*, 198, Novembre, p. 4-9.
- GRAPP (Groupe de Réflexion sur l'Art Pariétal Paléolithique) (1993): *L'Art Pariétal Paléolithique. Techniques et méthodes d'étude*. Documents Préhistoriques, 5, Édition du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, Paris, 427 p.
- GRAZIOSI, Paolo (1956): *L'Arte dell'antica età della pietra*. Sansoni, Firenze, 289 p.
- GRAZIOSI, Paolo (1965): L'Art paléolithique de la Province Méditerranéenne et ses influences dans les temps post-paléolithiques. *Prehistoric Art of the Western Mediterranean and the Sahara*, New York, p. 35-44.
- GRAZIOSI, Paolo (1968): L'Art paléo-épipaléolithique de la province méditerranéenne et ses nouveaux documents d'Afrique du Nord et du Proche-Orient. *Symposium de Arte Rupestre*, Barcelona, p. 265-271.
- JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, ALMEIDA, Carlos Alberto F. de, SANCHES, Maria de Jesus e SOEIRO, M. Teresa (1981): Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). *Arqueologia*, 3, Porto, p. 3-12.
- JORGE, Vítor Oliveira, JORGE, Susana Oliveira, SANCHES, Maria de Jesus e RIBEIRO, João Pedro (1981-1982): Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). Nótula arqueológica. *Portvgalia*, nova série, II-III, Porto, p. 143-148.
- LAMING-EMPERAIRE, A. (1962): *La Signification de l'art rupestre paléolithique. Méthodes et applications*. Éditions A. & J. Picard, Paris, 424 p.

- LEMOS, Francisco Sande (1994): Dossier Côa I: o relatório de impacte patrimonial (1989). *Forum*, 15/16, Janeiro-Julho, Braga, p. 141-156.
- LEMOS, Francisco Sande (1995): Foz Côa, achegas para um debate indispensável. *Almadan*, IIª série, 4, Almada, p. 101-108.
- LEROI-GOURHAN, André (1966): Reflexions de méthode sur l'art paléolithique. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 63, Paris, p. 35-49.
- LEROI-GOURHAN, André (1971): *Préhistoire de l'Art Occidental*. Ed. Mazenod, 2ª ed., Paris, 499 p.
- MARTÍN SANTAMARÍA, E. e MOURE ROMANILLO, J. A. (1981): El grabado de estilo paleolítico de Domingo García (Segovia). *Trabajos de Prehistoria*, 38, Madrid, p. 97-105.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Julián (1986-1987): Un grabado paleolítico al aire libre en Piedras Blancas (Escullar, Almería). *Ars Praehistorica*, V-VI, Sabadell, p. 49-58.
- RAPOSO, Luís (1995): A datação das gravuras do Côa, algumas considerações de ordem ética e metodológica. *Almadan*, IIª série, 4, Almada, p. 109-114.
- REBANDA, Nélson [1995]: *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*. Ed. do IPPAR, Lisboa, 17 p., (Reproduzido no "Boletim da Universidade do Porto", Ano 5, nº 25, Porto, Junho de 1995, p. 11-16).
- SACCHI, D., ABELANET, J., e BRULÉ, J. L.: Le rocher gravé de Fornols-Haut. *Archeologia*, 225, p. 52-57.
- SACCHI, D., ABELANET, J., BRULÉ, J. L., MASSIAC, Y., RUBIELLA, C. e VILETTE, P. (1988): Les gravures rupestres de Fornols-Haut, Pyrénées-Orientales. *L'Anthropologie*, 92, p. 87-100.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha, LEMOS, Francisco Sande, MONTEIRO, Jorge Pinho e ANGELES QUEROL, Maria de los (1973): Notícia de novas descobertas no complexo de arte rupestre do vale do Tejo. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, p. 159-179.
- VILLAVERDE BONILLA, Valentín (1994): *Arte Paleolítico de la Cova del Parpalló. Estudio de la colección de plaquetas y cantos grabados y pintados*. Diputació de València, Servei d'Investigació Prehistòrica, València, 2 vols., 404-482 p.
- ZILHÃO, João (1987): *O Solutrense da Estremadura Portuguesa, uma proposta de interpretação paleoantropológica*. Trabalhos de Arqueologia, 04, IPPC, Lisboa, 94 p.
- ZILHÃO, João (1989): L'art mobilier paléolithique au Portugal. *Almansor, Revista de Cultura*, Montemor-o-Novo, 7, p. 29-36.

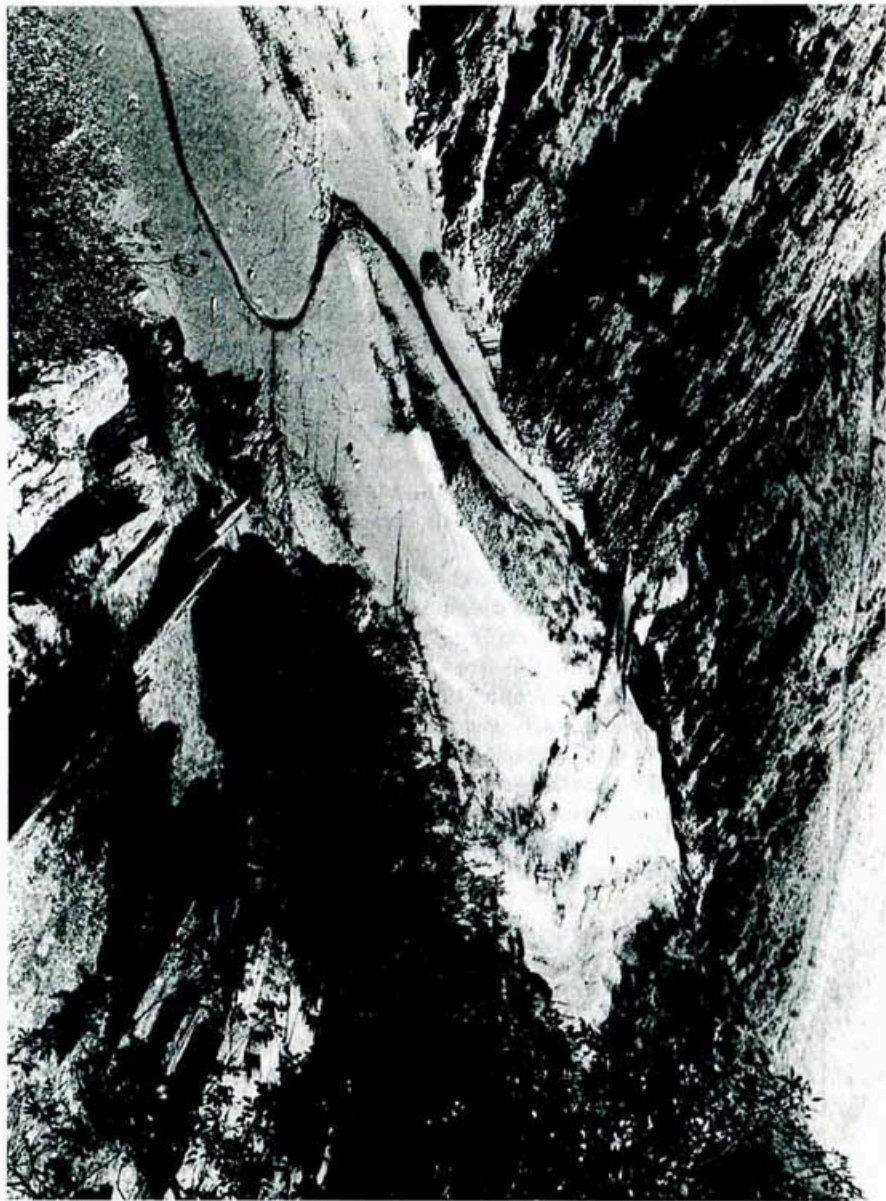


Fig. 1 — Perspectiva da Canada do Inferno, com o rio Cõa quase completamente seco (Outubro de 1995).

Foto: Jorge Soares de Barros.



Fig. 2 — Canada do Inferno. Vista de montante para jusante da zona onde se concentra o maior número de rochas historiadas, uma área submersa permanentemente pela albufeira do Pocinho (Outubro de 1995). Foto: António Martinho Baptista.

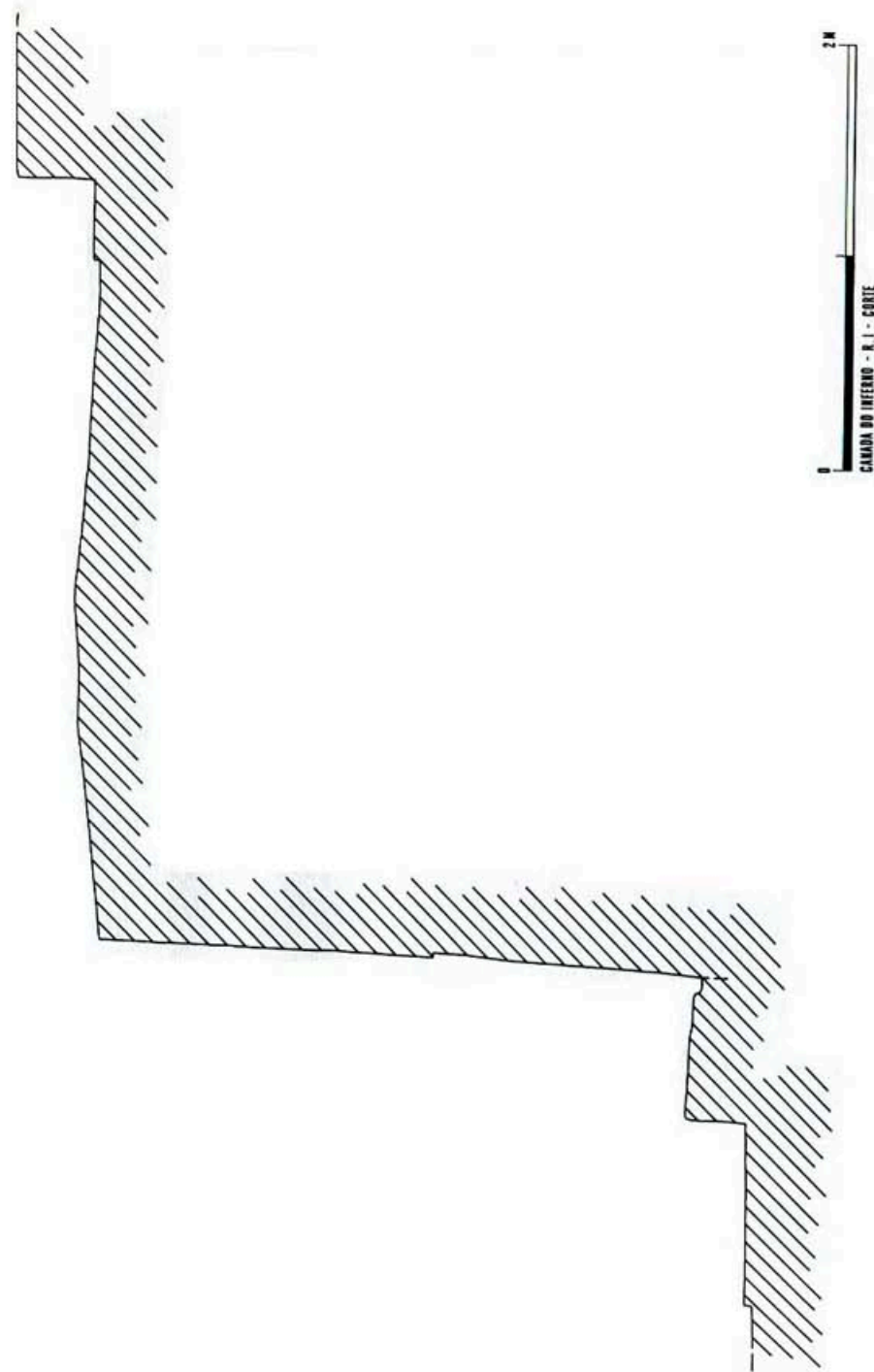


Fig. 4 — Corte da rocha nº 1 da Cana da do Inferno.

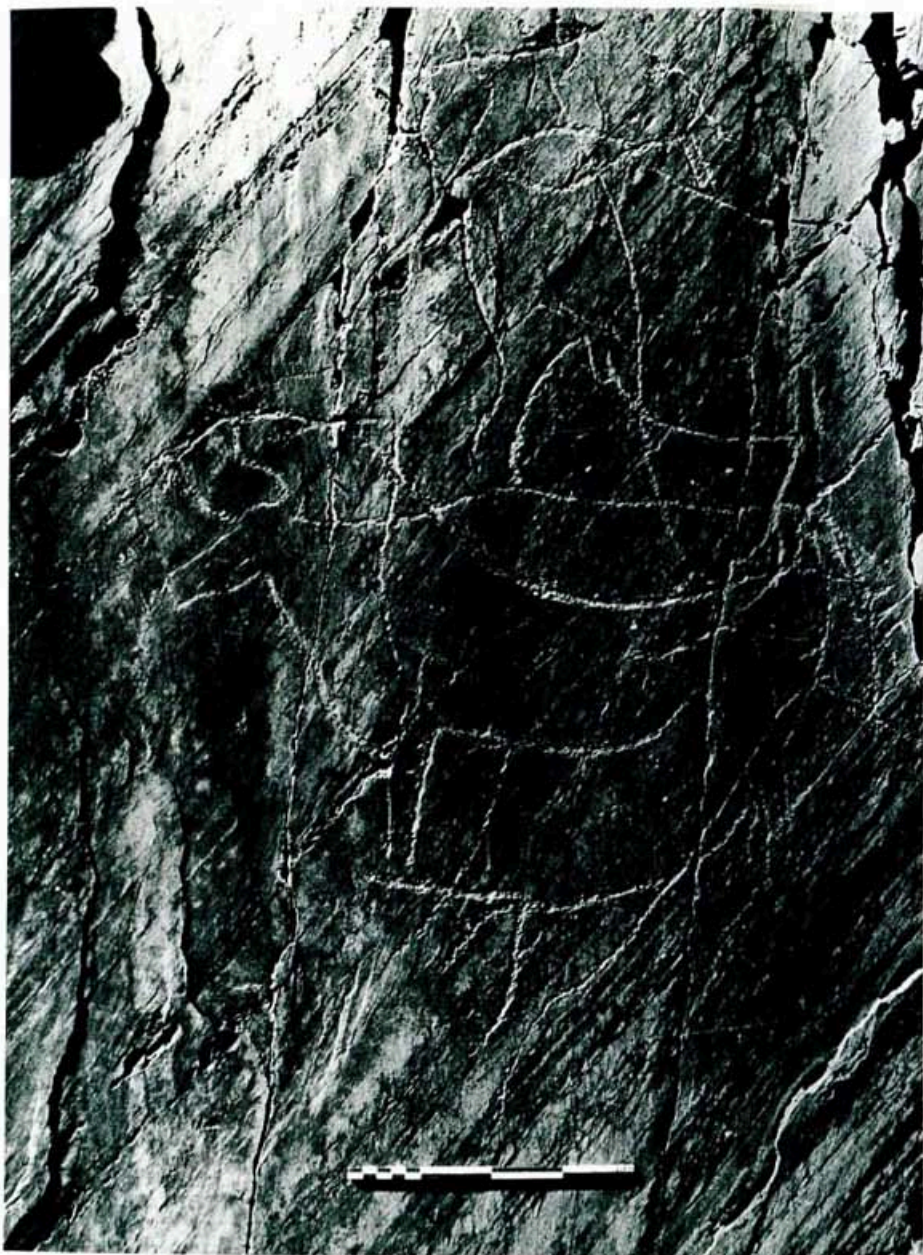


Fig. 5 — Pormenor das principais sobreposições da rocha nº 1 da Canada do Inferno.
Foto: J. S. Barros,

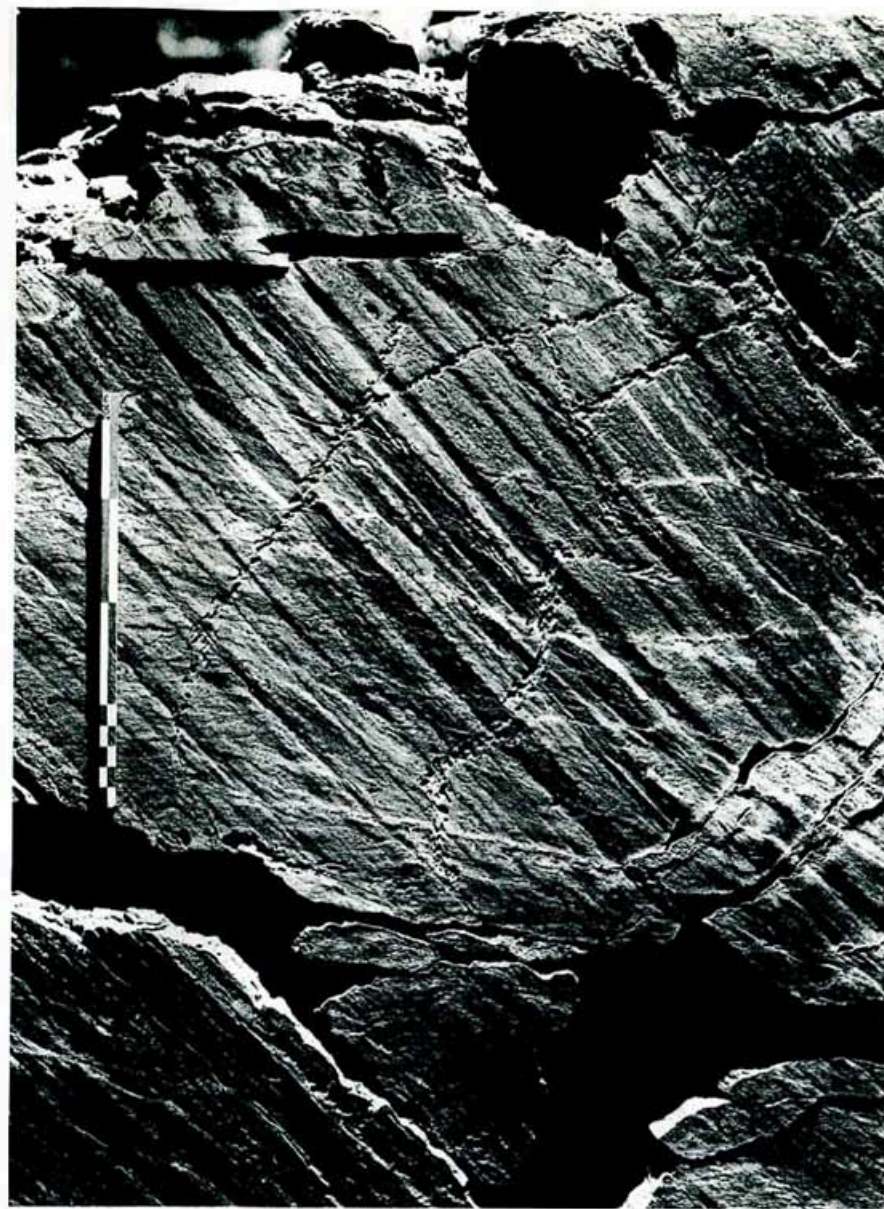


Fig. 6 — Rocha nº 1 da Canada do Inferno. Equíneo bicéfalo, Foto: J. S. Barros.

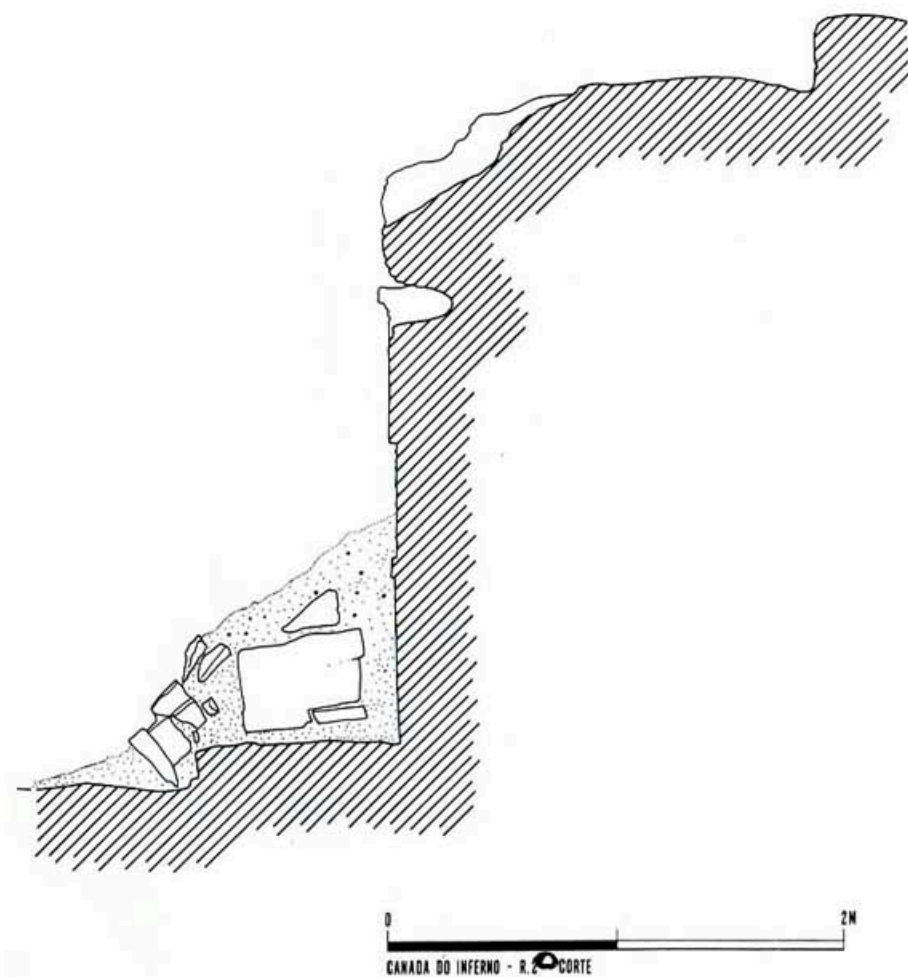


Fig. 8 — Corte da rocha nº 2 da Canada do Inferno.

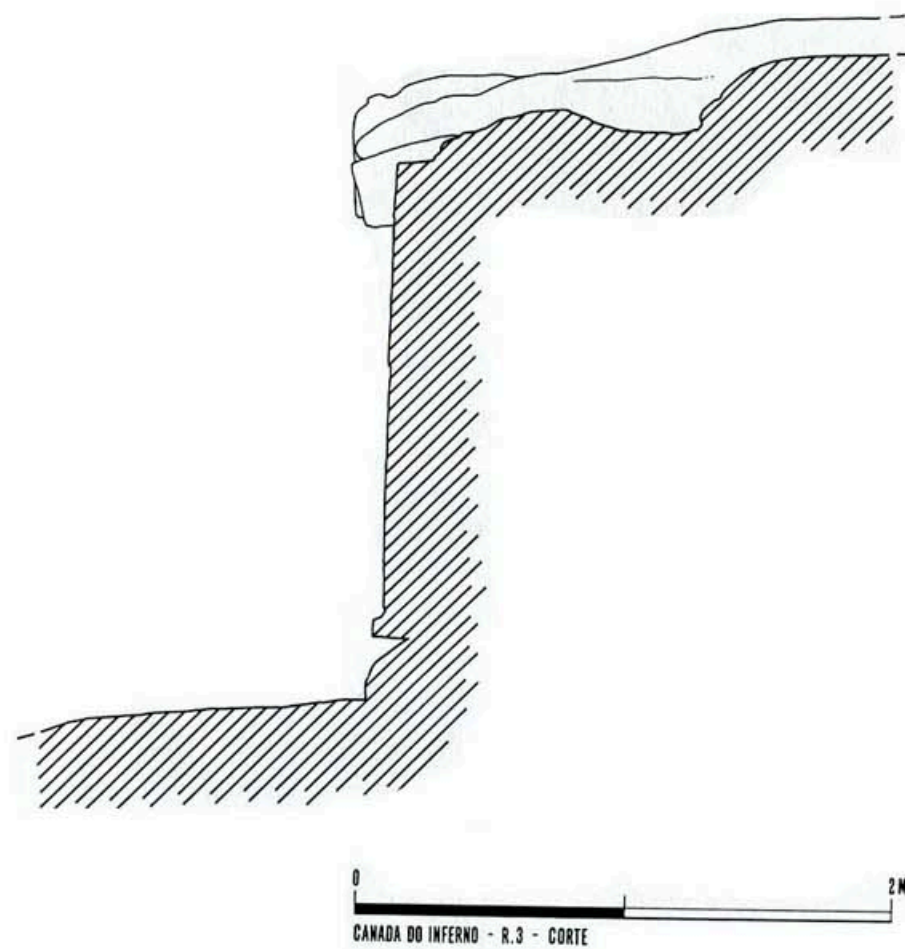


Fig. 10 — Corte da rocha nº 3 da Canada do Inferno.

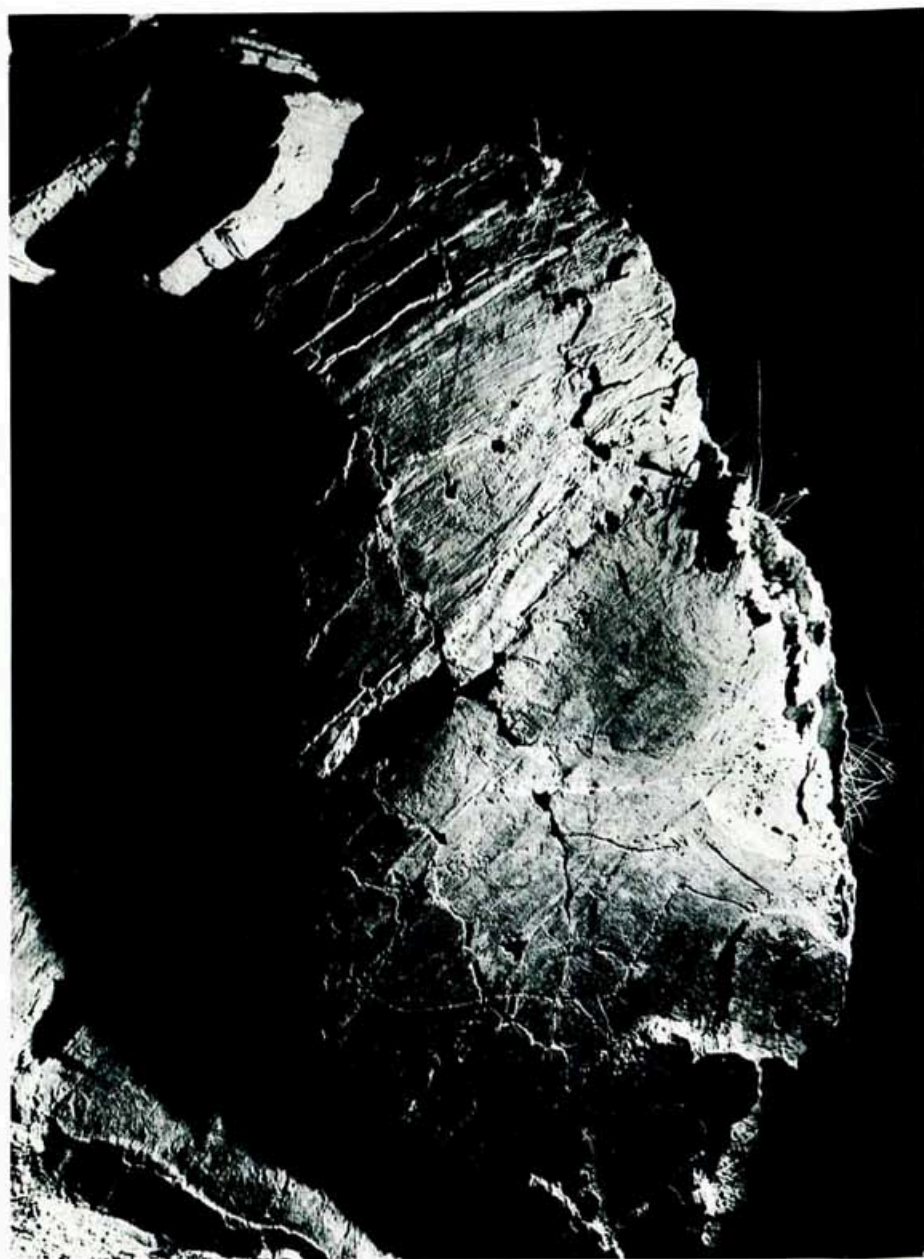


Fig. 11 — Rocha nº 3 da Canada do Inferno. Sector direito. O grande auroque picotado está quase na base do conjunto. Todo o sector médio e superior ostenta inúmeras gravuras filiformes. Foto: J. S. Barros.



Fig. 12 — Rocha nº 3 da Canada do Inferno. Pormenor do auroque obtido por picotagem. Foto: J. S. Barros.

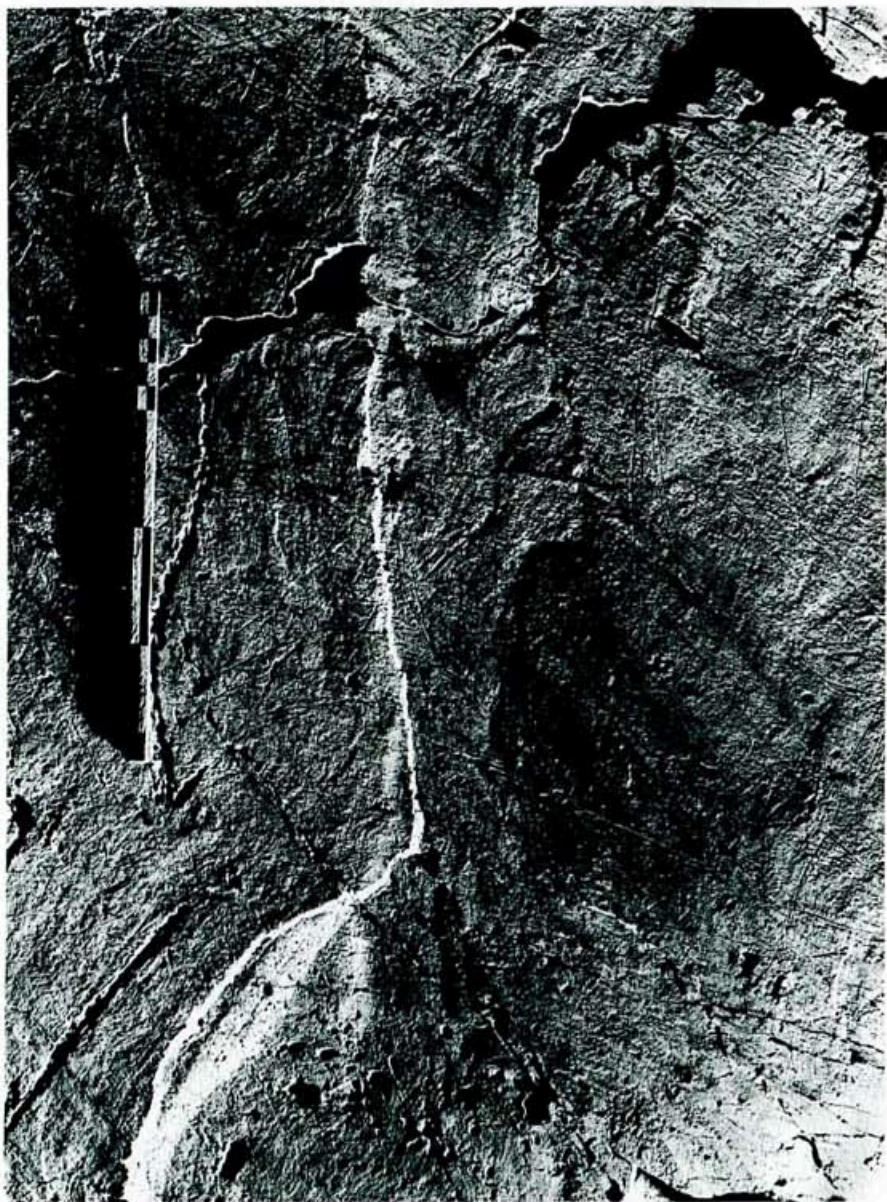


Fig. 13 — Rocha nº 3 da Canada do Inferno. Pormenor de um auroque (ao centro da fotografia) e outras representações filiformes. Foto: J. S. Barros.

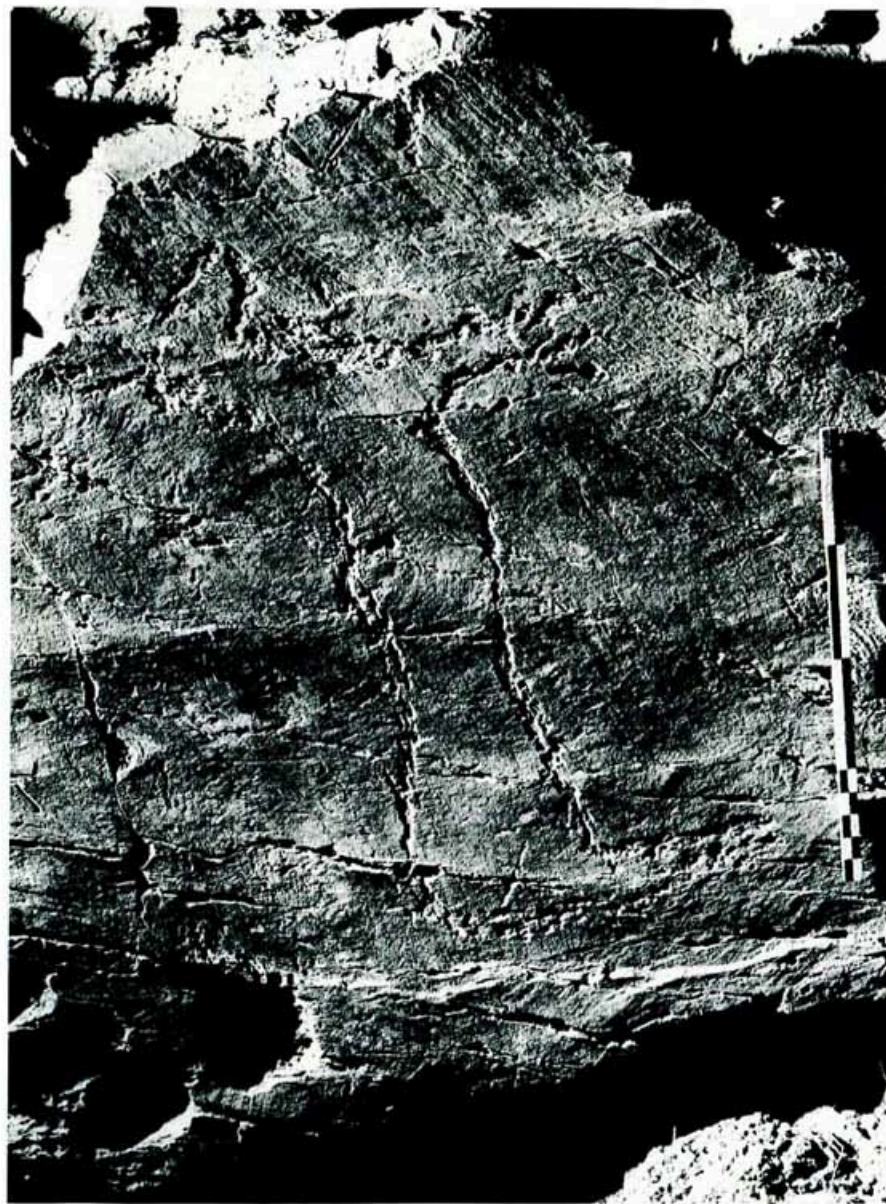


Fig 14 — Rocha nº 3 da Canada do Inferno. Sector esquerdo. Figura zoomófica de corpo alongado, provavelmente epipaleolítica. De notar as profundas diferenças estilísticas relativamente às outras figuras desta rocha. Foto: J. S. Barros.

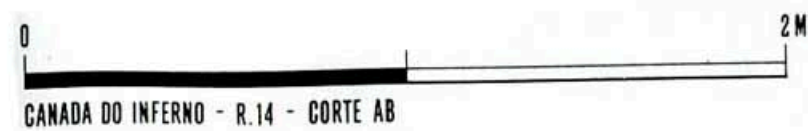
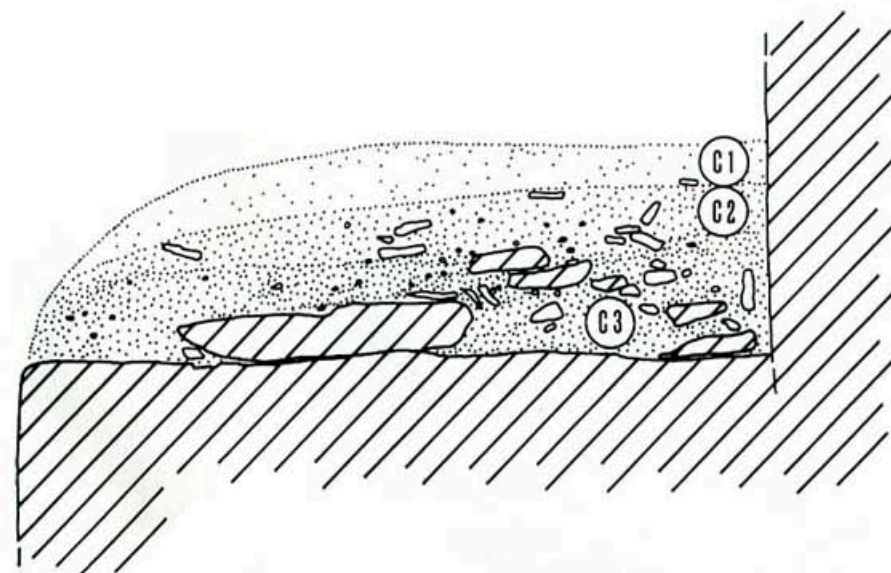


Fig. 16 — Corte A-B da rocha nº 14 da Canada do Inferno.

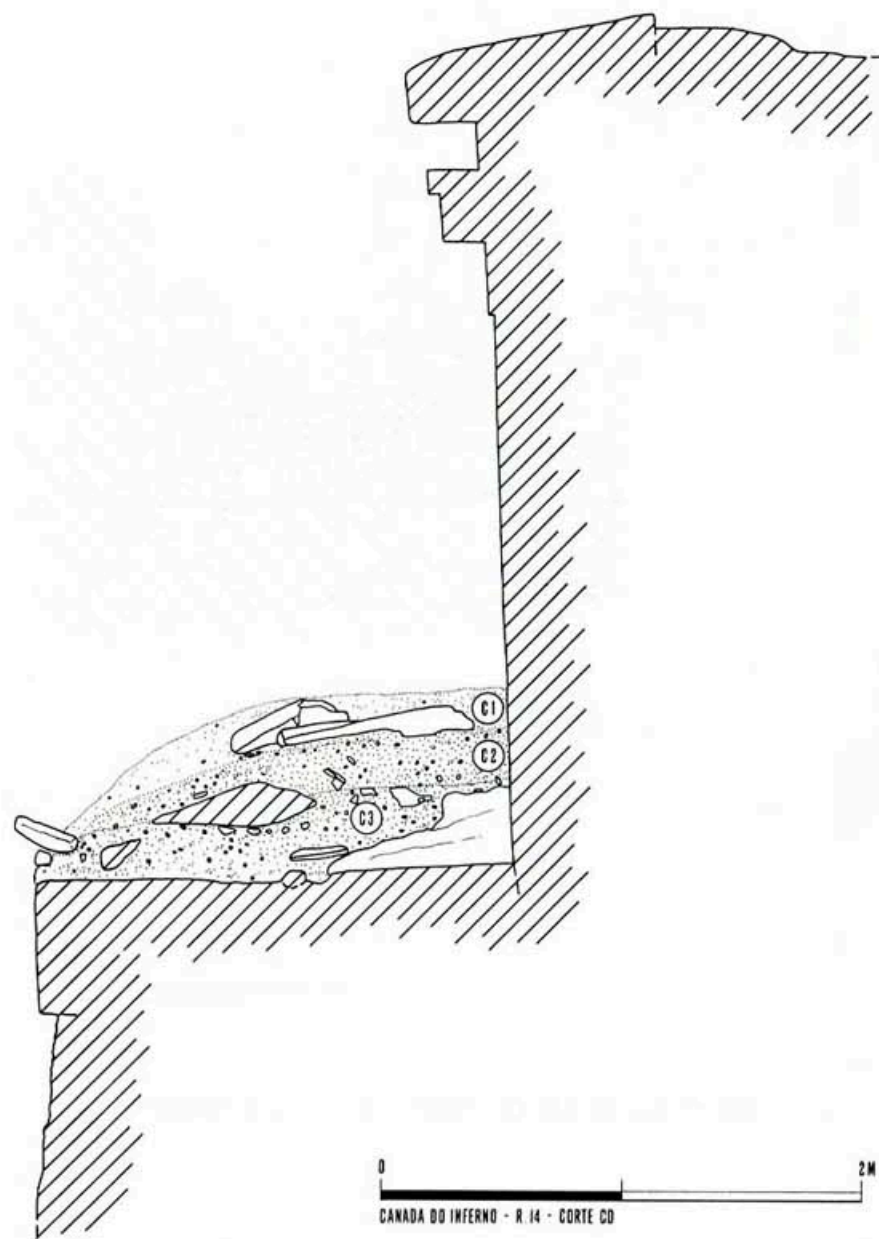


Fig. 17 — Corte C-D da rocha nº 14 da Canada do Inferno.

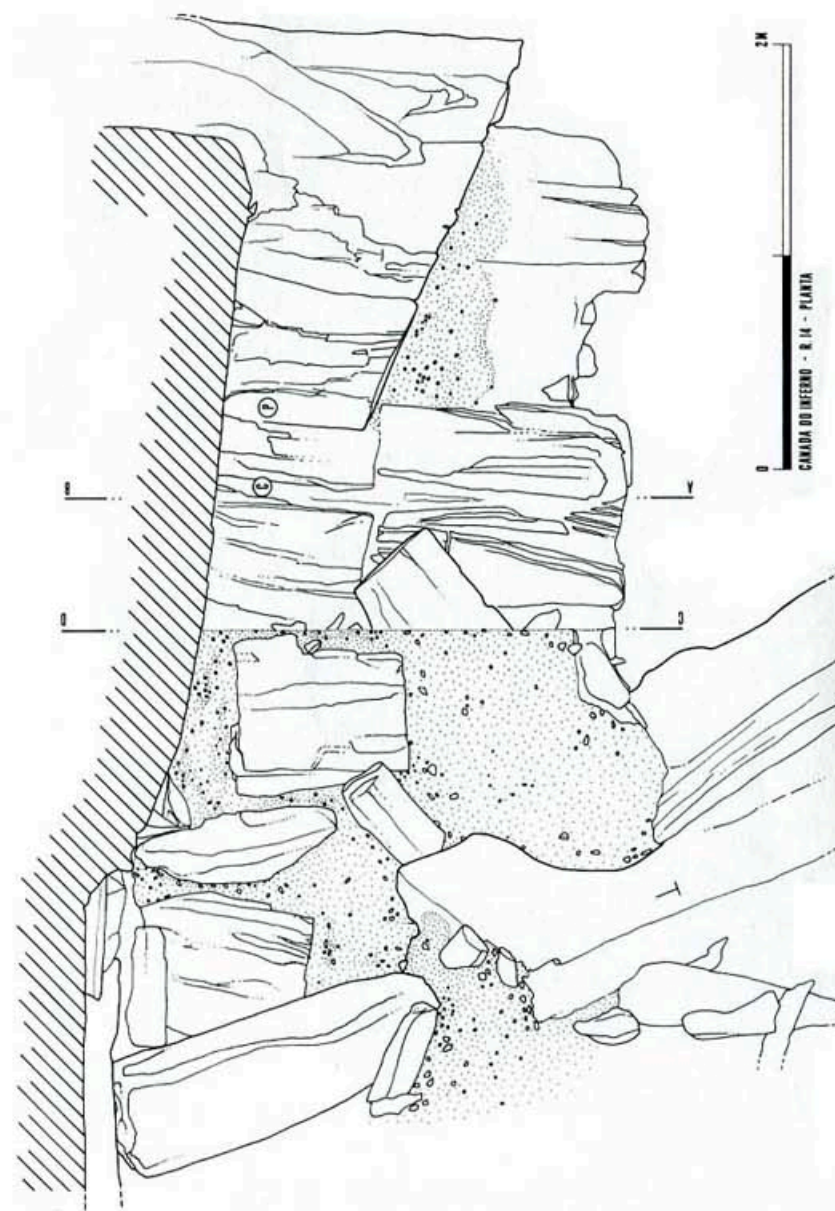


Fig. 18 — Rocha nº 14 da Canada do Inferno. Planta.

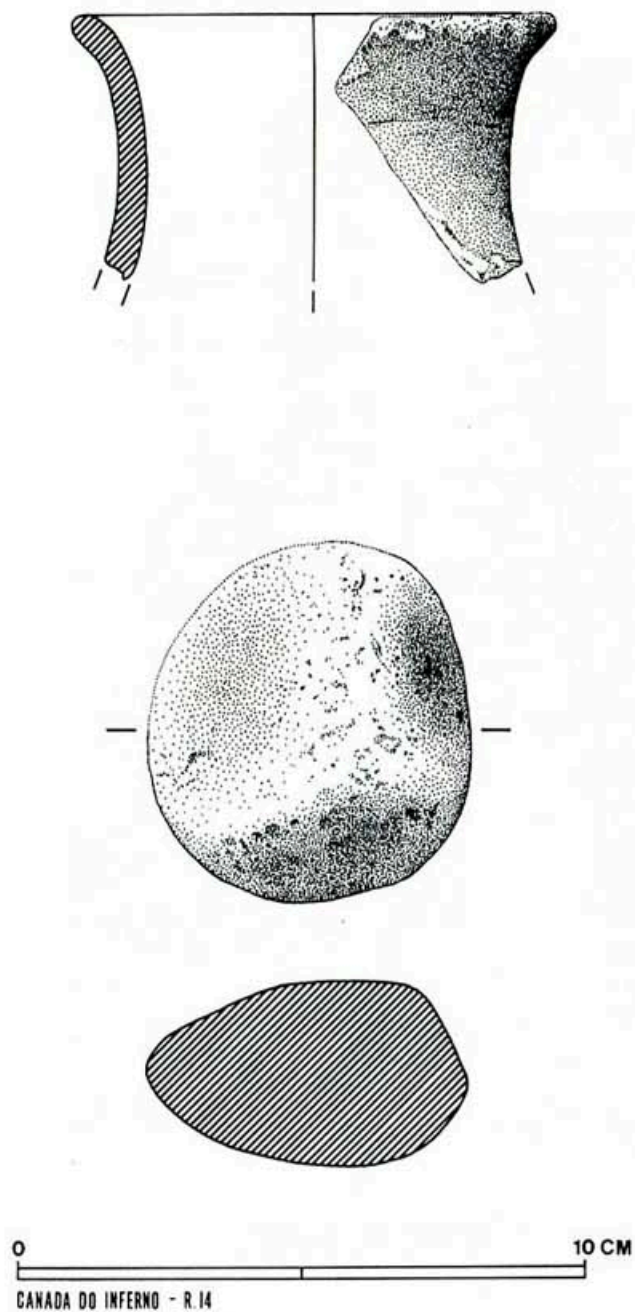


Fig. 19 — Fragmento cerâmico (C-2) e possível percutor em quartzito (C-3). Escavação junto à base da rocha nº 14 da Canada do Inferno.



Fig. 20 — Rocha nº 14 da Canada do Inferno. Pormenor dos dois equídeos picotados, o mais à direita de "estilo solutrense" e o outro de "estilo magdalenense". Foto: J. S. Barros.

Fig. 21 — Rocha nº 14 da Canada do Inferno. Pormenor de um equídeo, quase ao centro do conjunto, realizado pela técnica de traço múltiplo filiforme. Foto: J. S. Barros.

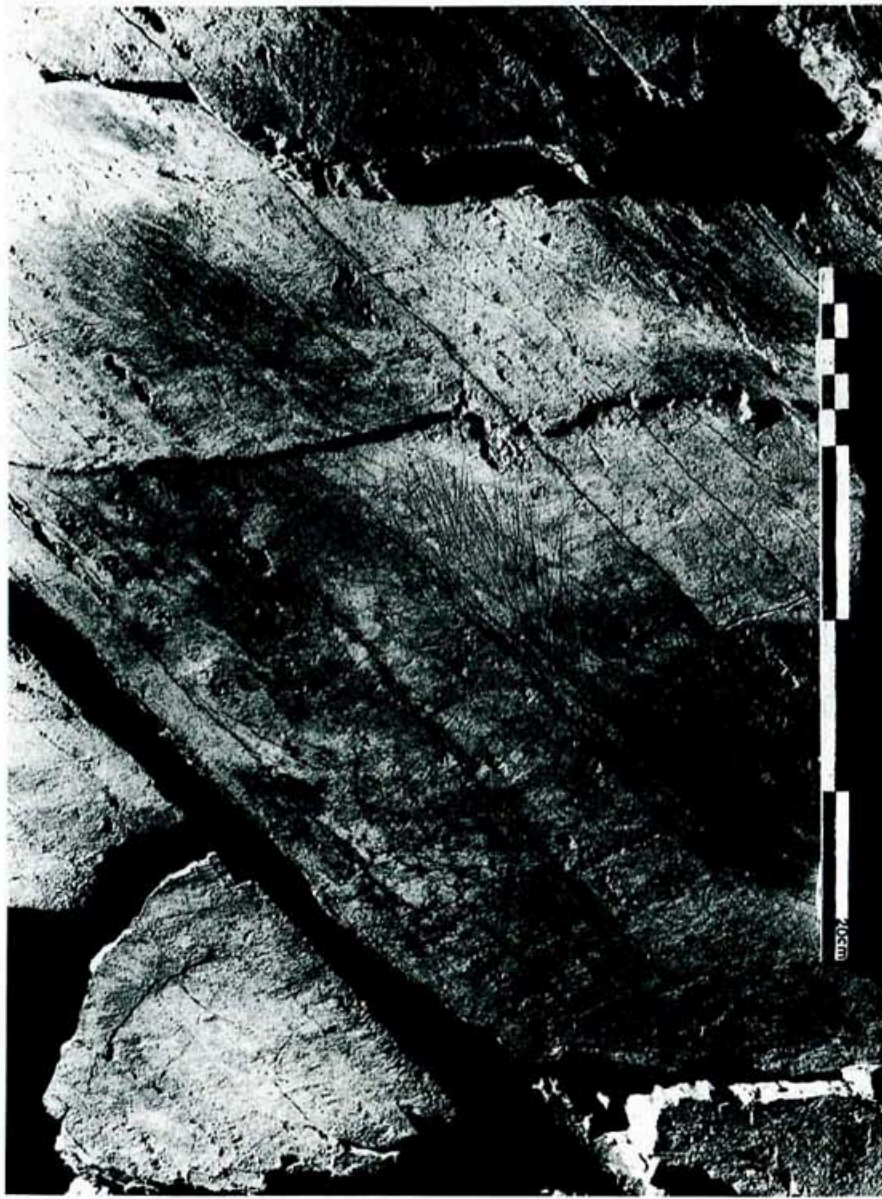


Fig. 22 — Rocha nº 12 da Canada do Inferno (pormenor). Duas cabeças de equídeos, uma das quais algo tosca, inscritas no interior de um corpo incompleto de auroque, tudo picotado. Notar o arranque da mais perfeita cabeça e pescoço de equídeo ao “estilo solutense”, como que arrancando da fissura grauviáica. Foto: J. S. Barros.

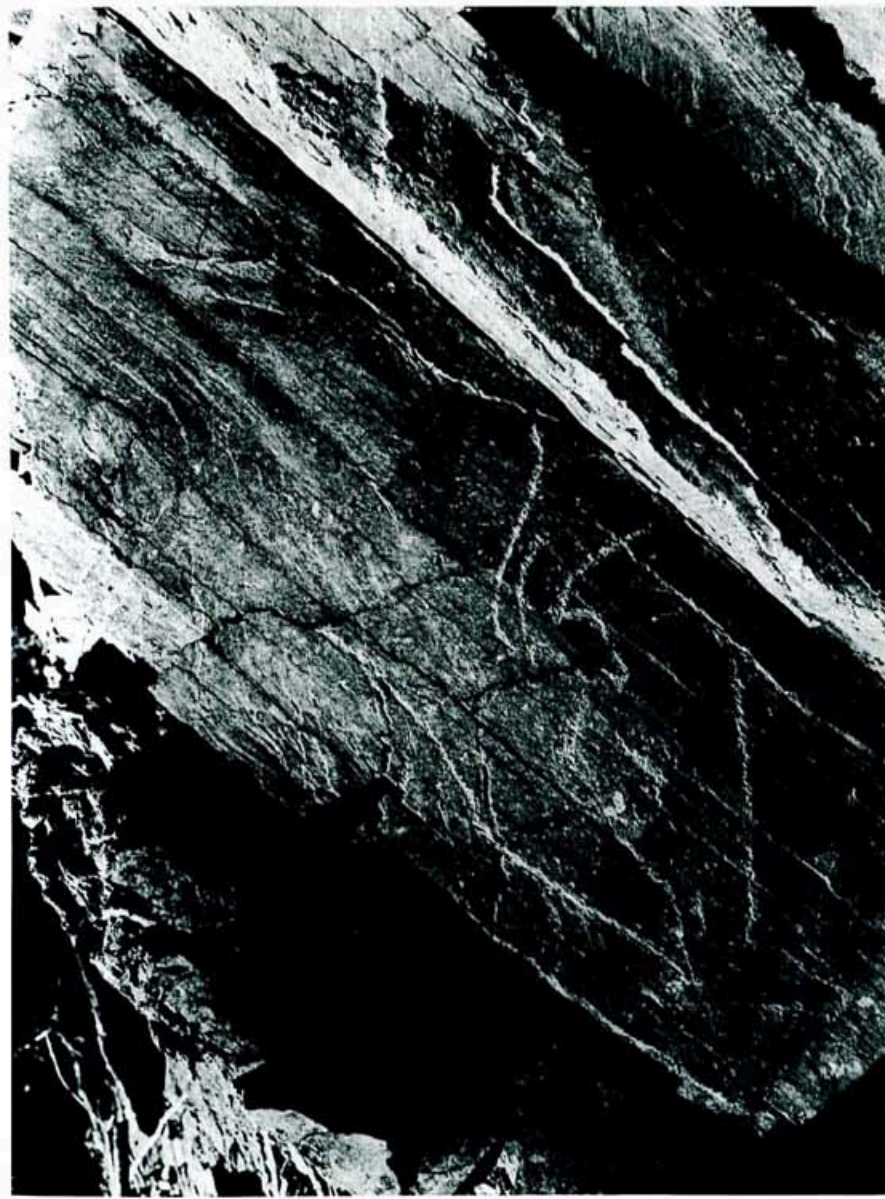


Fig. 23 — Rocha nº 22 da Canada do Inferno (pormenor). Cabeça e pescoço de equídeo, gravado por picotagem, arrancando intencionalmente de uma fractura da rocha. Foto: J. S. Barros.

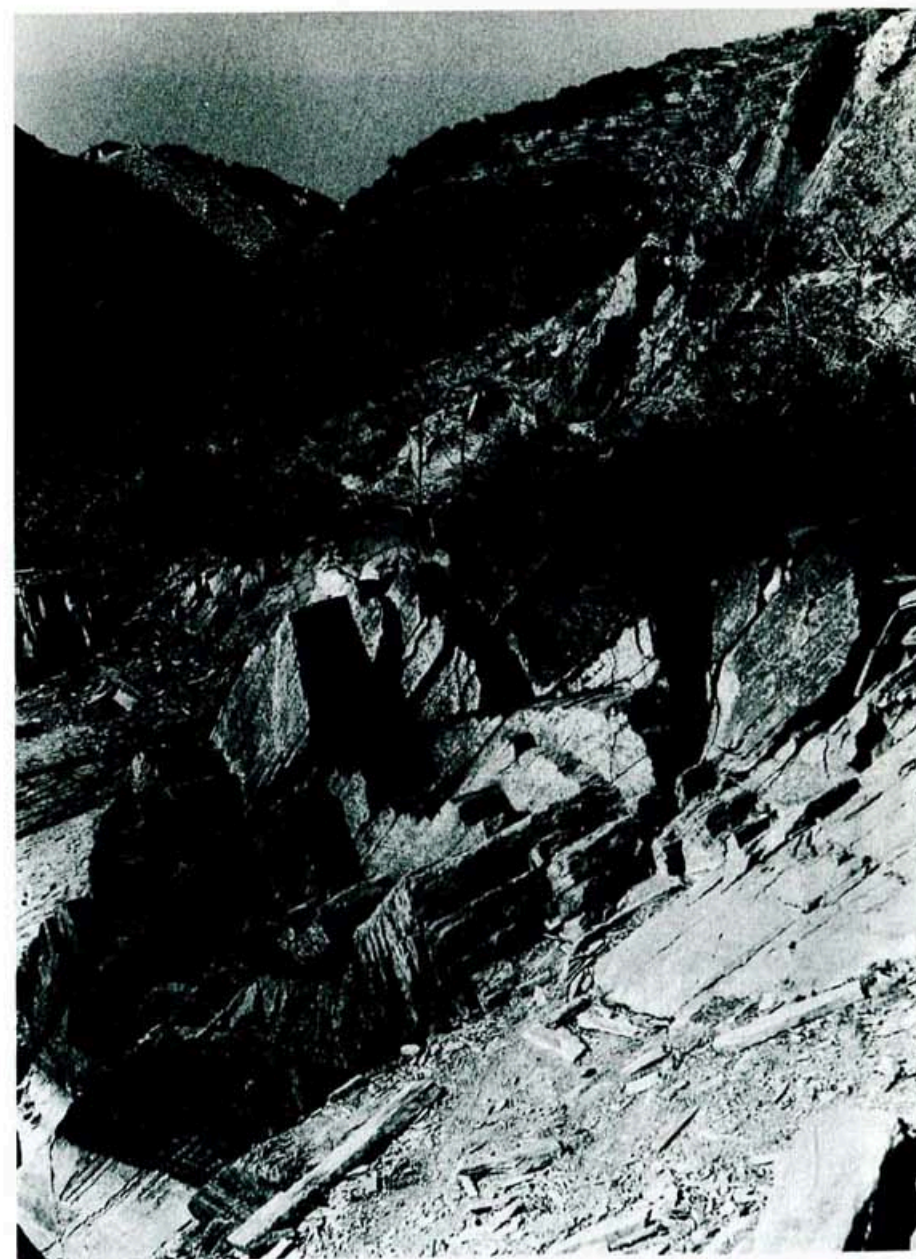


Fig. 24 — Rocha nº 11 da Canada do Inferno. De notar os diferentes planos em que se inscrevem as gravuras. Foto: J. S. Barros.

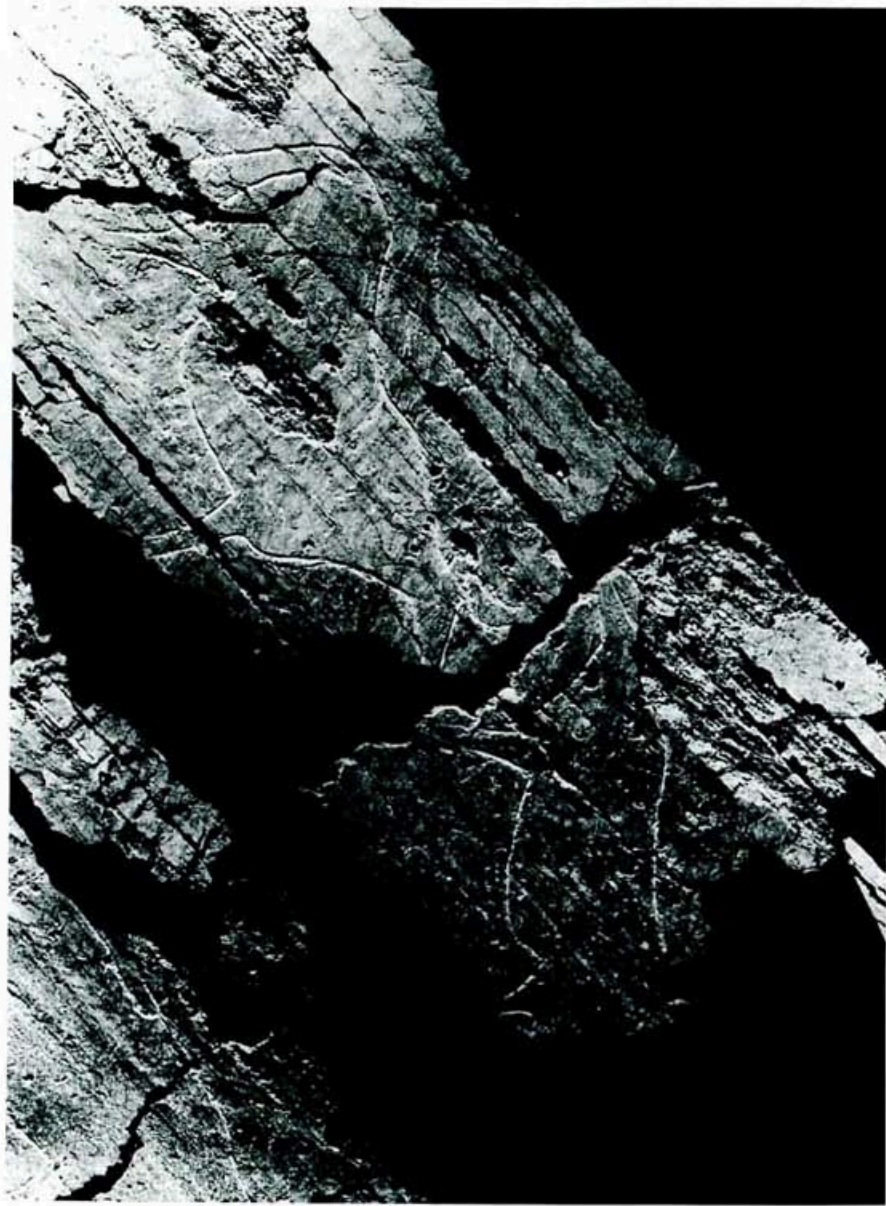


Fig. 25 — Auroques obtidos por picotagem e abrasão. Rocha nº 11 da Canada do Inferno (pormenor). Foto: J. S. Barros.



Fig. 26 — Pormenor da sobreposição de um cervídeo por um auroque. Rocha nº 11 da Canada do Inferno. Foto: J. S. Barros.



Fig. 28 — Rocha nº 2 da Ribeira de Piscos. Pormenor da esbelta cabeça humana, vista de perfil e olhando à direita. Foto: A. M. Baptista.

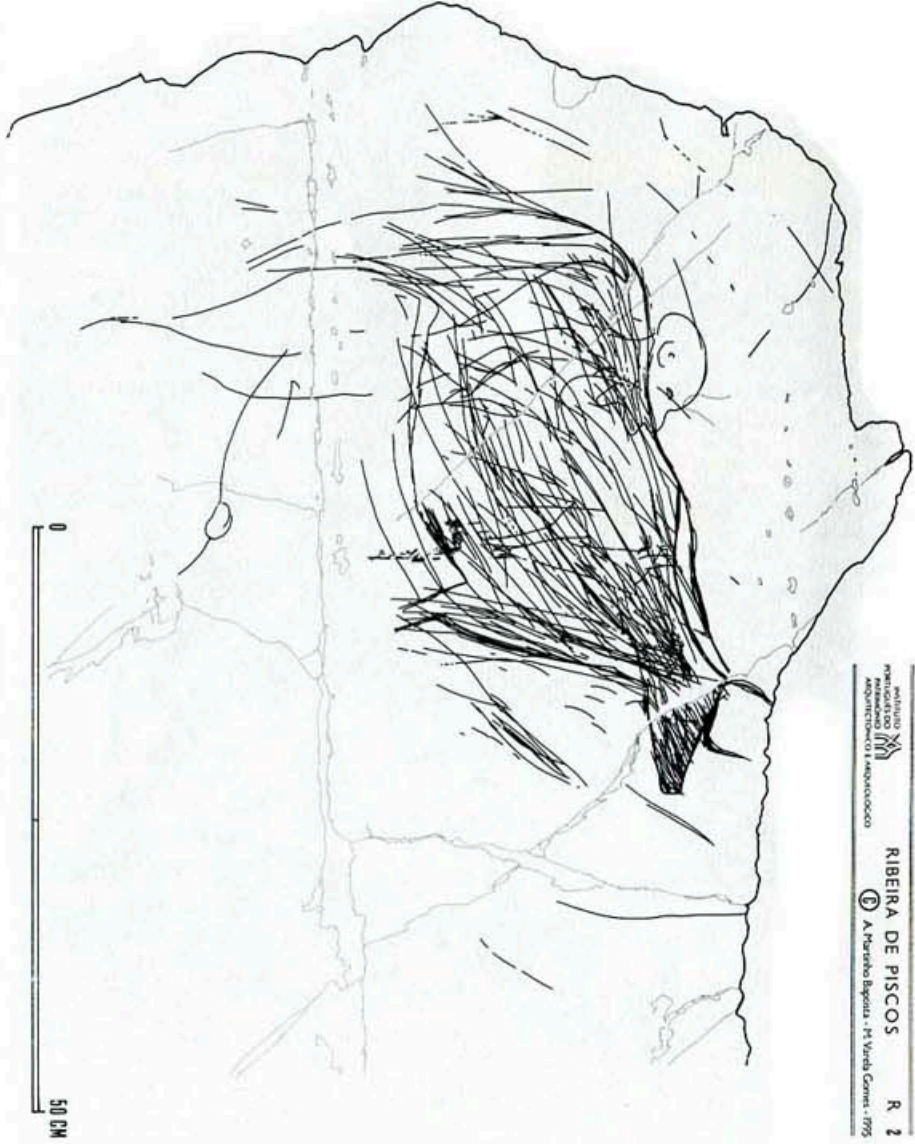


Fig. 27 — Rocha nº 2 da Ribeira de Piscos (pormenor). A figura antropométrica sobrepõe-se e é sobreposta em simultâneo pelo traço múltiplo do auroque, este muito provavelmente gravado antes.



Fig. 29 — Interpretação livre do desenhador Fernando Barbosa de um dos pares de cavalos da rocha 3 da Ribeira de Piscos. Só a pelagem é sugerida.

THE STYLISTICALLY PALEOLITHIC PETROGLYPHS OF THE CÔA VALLEY (PORTUGAL) ARE OF PALEOLITHIC AGE. A REFUTATION OF THEIR «DIRECT DATING» TO RECENT TIMES

por

João Zilhão*

Resumo: A «datação directa» das gravuras do vale do Côa por quatro especialistas em métodos cronométricos fundamentou a rejeição, pela empresa construtora da barragem que ameaça destruí-las por submersão, da cronologia paleolítica unanimemente atribuída a essas gravuras por arqueólogos de todo o mundo. Os resultados obtidos por esses especialistas são no entanto contraditórios, e apenas servem para pôr a nu as fragilidades teóricas e práticas dos métodos utilizados. A determinação, através da medição do respectivo teor em ^{36}Cl , do tempo de exposição à radiação cósmica das superfícies gravadas, é um método que está ainda em fase experimental de desenvolvimento, pelo que, quaisquer que venham a ser os resultados obtidos (o especialista em causa, F. Philips, ainda não apresentou relatório final), eles nunca poderão ser considerados como estimativas fiáveis da idade máxima das gravuras. A aplicação do radiocarbono à determinação da idade das crostas minerais ou das películas superficiais de alteração das rochas gravadas, por forma a obter, em função da relação estratigráfica das gravuras com essas formações, estimativas das respectivas idades mínima e máxima, não leva em conta que se trata, do ponto de vista da química do carbono, de sistemas abertos e não de sistemas fechados, pelo que os rácios $^{12}\text{C}/^{14}\text{C}$ das amostras analisadas não têm qualquer valor cronológico. Os resultados obtidos pelos dois especialistas que usaram o radiocarbono estão além disso em contradição total e absoluta, uma vez que, para A. Watchman, as gravuras seriam todas posteriores a 250 A.D., enquanto que, para R. Dorn, elas seriam todas anteriores a 19 A.D. O quarto especialista, R. G. Bednarik, recorreu à análise da micro-erosão dos sulcos gravados embora, como ele próprio admitiu, o método não possa ser aplicado nos xistos do Côa, tanto por causa da sua estrutura e composição mineralógica das rochas como por causa da inexistência de uma curva de calibração local. A sua opinião sobre a cronologia recente das gravuras baseia-se apenas em critérios estilísticos e contextuais totalmente infundados. A correcta aplicação de critérios deste tipo mostra que não é possível que as gravuras estilisticamente paleolíticas do Côa datem de época posterior a 10.000 BP, isto é, ao final do Paleolítico Superior. A validade destes critérios está confirmada, para a arte paleolítica de França e da Península Ibérica, pelos resultados da datação directa, pelo radiocarbono, de mais de duas dezenas de pinturas em gruta. Não há por isso qualquer razão válida para pôr em causa a cronologia estilística da arte paleolítica do vale do Côa.

Palavras-chave: Arte paleolítica. Vale do Côa. Datação de petróglifos.

* Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa, P-1699 Lisboa Codex.

Abstract: Based on the «direct dating» of the Côa valley petroglyphs by four experts in chronometric methods, the company building the dam that threatens to submerge and destroy those petroglyphs rejected the Paleolithic chronology unanimously attributed to them by archaeologists from all over the world. The results obtained by those experts, however, are contradictory and, more than anything else, expose the practical and theoretical weaknesses of the methods they use. ^{36}Cl was used to determine the time of exposure to cosmic radiation of the engraved surfaces. Although F. Philips, who used this method in the Côa, has not yet presented his final report, it should be borne in mind that this technique is still in an experimental stage of development. The results derived from its application, no matter which, cannot be considered, therefore, as reliable estimates of the maximum age of the petroglyphs. Radiocarbon was used to determine the age of the mineral accretions and of the weathering rinds that can be found on some of the engraved rocks. In theory, this would allow, through the analysis of the stratigraphic relationship between such crusts and rinds, on one hand, and the petroglyphs, on the other, the establishment of minimum and maximum ages for the latter. This approach, however, incorrectly assumes that such formations represent closed systems from the point of view of the chemistry of carbon. Instead, they correspond to open systems. Therefore, the $^{12}\text{C}/^{14}\text{C}$ ratios measured in samples extracted from them are chronologically meaningless. In any case, the results obtained by the two experts who used this approach are in total and absolute contradiction: A. Watchman thinks the engravings are younger than 250 A.D., while R. Dorn thinks they are older than 19 A.D. The fourth expert, R. G. Bednarik, used microerosion analysis of the engravings. As admitted by himself, however, the method cannot be applied to the schists of the Côa, for reasons that have to do with the structure and the mineralogical composition of the rock as well as with the absence of a locally valid calibration curve. Bednarik's attribution of a proto-historic age to the engravings is entirely based on ill-founded stylistical and contextual criteria. A correct application of such criteria shows that the stylistically Paleolithic petroglyphs of the Côa cannot post-date the end of the Upper Paleolithic, ca. 10,000 years ago. The validity of those criteria has been demonstrated, for France and Iberia, by the direct dating, through radiocarbon, of more than twenty cave paintings. There is, therefore, absolutely no valid reason to question the stylistic chronology of the Paleolithic art of the Côa valley.

Key-words: Paleolithic art. Côa Valley. Petroglyph dating.

1. INTRODUCTION

The controversy regarding the Côa valley petroglyphs began in November 1994, when their existence was made public. Rock art experts and prehistorians from Portugal and all over the world immediately recognized them to be of Paleolithic style and, therefore, of Paleolithic age. This recognition was based on several readily apparent characteristics of the art: the animals represented (aurochs, horse, ibex, deer) were the large herbivores that make up the vast majority of Ice Age iconography; the large size of the figures (most being between 50 cm and 1.5 m long) and the conventions followed (profile view of the bodies, twisted rendering of the horns, sinuous cervico-dorsal lines, «pregnant» bellies, absence of a ground line) were identical to those documented in cave art sites, particularly in those well dated to the Solutrean period, around 20,000 BP; the animals that are rare in Paleolithic art (birds, reptiles, fish, etc.) were absent, as were any that could unquestionably be classified as domesticated (sheep, chickens, pigs, etc.); and, finally, representations of planets, stars, clouds and mountains, as well as of scenes with participating humans (hunting

stories, dances, etc.), were also absent. The patina of the engravings, identical to that of the surrounding rock, and the obvious damage by weathering, faulting and breakage that could be observed in many panels also testified to an ancient age and excluded the possibility of a modern forgery.

Given the number of engraved figures and the extent of their distribution along the valley (more than 15 km), this complex of sites implied a major revolution in our understanding of Paleolithic art. After the smaller discoveries made since 1981 in Portugal, Spain and France, it represented the final demonstration that major Paleolithic art was not restricted to caves and suggested that, in the past, most such art may have been done in the open air (Bahn 1995).

As a result of this recognition, a campaign to stop the construction of the dam that threatened to submerge and destroy this rock art complex was immediately started by Portuguese archaeologists and rock art researchers. This campaign was based on a characterization of the heritage value of the Côa valley that stressed several points (e.g. Zilhão 1995b): the open air situation of the Paleolithic petroglyphs and the extent of the site, which allowed us to have the first insights into the way Upper Paleolithic people conceptually organized the landscape they lived in; the continuity in the use of the valley for rock art representations throughout later time periods (petroglyphs and paintings dated to the Neolithic, the Chalcolithic, the Iron Age and historical times, up to the present century, were also known), making the valley a unique case, anywhere in the world, of an «open air art museum» with such a time depth; and the natural beauty of the valley and the need to preserve the art in the context that gave it meaning; which created an excellent opportunity to turn the area into a world heritage archaeological park.

This campaign received extraordinary support from the media and the public, both nationally and internationally. Between January and March 1995 important Portuguese political leaders, such as the President of the Republic and the leader of the opposition, called for a suspension of the construction work following the recommendations of a UNESCO mission that visited the area in February (according to which it was necessary to carry out a detailed archaeological study of the valley over several years). Finally, in May, the Portuguese prime-minister ordered the construction work to slow down and, at present (September 1995), the dam can be described as being technically (although not formally) stopped. A final decision on its future is to be made by the new government that will come out of the general elections of October 1st, 1995.

EDP (Electricidade de Portugal), the state owned electricity company building the dam, responded to this campaign by questioning the relevance of the engravings. As part of this response, they organized a «direct dating project» of the Côa petroglyphs that had been attributed to the Paleolithic on stylistic grounds, and hired four researchers to carry out those studies: Robert Bednarik, Ronald

Dorn, Fred Phillips and Alan Watchman. Preliminary results of the work by Bednarik, Dorn and Watchman were leaked to the press by the office of the Minister for Industry, and published in the July 7 issue of the Portuguese weekly *O Independente* (Sá and Ferreira 1995). This article interpreted such results as demonstrating that the art was post-Paleolithic and accused Portuguese archaeologists campaigning to preserve the site of incompetence and fraud.

In a press conference held by its board of directors on July 13, EDP confirmed that their official interpretation of the results was that the Côa rock art site was post-Paleolithic (EDP 1995). Therefore, it did not have the importance attributed to it by archaeologists and rock art researchers, and there was no reason to abandon the construction of the dam. According to several newspaper accounts, they even went as far as stating that, given these results, the site did not justify the money budgeted for the construction of a site museum next to the dam, which EDP planned to withdraw (*Jornal de Notícias*, Porto, 14/7/1995). These statements were backed by the Portuguese Minister for Industry.

As a result, political leaders who, previously, had expressed the view that the valley should be preserved, stated that they were puzzled with these developments, and that, if a late chronology for the Côa valley art was to be confirmed, they might change their position (e.g. António Guterres, general secretary of the Socialist Party and leader of the opposition, in an interview with *Público*, dated August 3, 1995). These circumstances transformed the scientific arguments concerning the chronology of the Côa valley art into a critical topic in the struggle to save it from destruction and led to the production of a report to the Portuguese authorities on EDP's «direct dating project» (Zilhão and Soares 1995). The methodological inconsistencies and internally contradictory results of EDP's project were exposed, and it was shown how such results did not constitute a valid basis for questioning the Paleolithic age of the stylistically Paleolithic petroglyphs. This paper is an elaboration of the arguments originally presented in that report, particularly as regards the work of Alan Watchman and Robert Bednarik, which is examined in further detail.

2. SCOPE, RESULTS AND PUBLICATION OF EDP'S «DIRECT DATING PROJECT»

The four researchers are supposed to have worked independently of each other, in what was referred to by EDP as a «blind test» experiment. However, no joint evaluation of the results of such a «blind test» by the dating professionals themselves has so far been produced. On the other hand, although EDP and the Minister for Industry have used these reports as the basis for policy definition on

such a major issue, they have so far refused to make them public. Portuguese archaeologists have thus tried to obtain copies directly from the authors who, so far, have refused to make them available, although a copy of Bednarik's report was obtained through independent channels.

The evaluation of EDP's «direct dating project» that is presented in the following lines therefore relies on the following data:

- The account of the results obtained by the different investigators that was given by *O Independente* (Sá and Ferreira 1995);
- Bednarik's report (Bednarik 1995b);
- Dorn's table of minimum ages as given to the press by the office of the Minister for Industry (Dorn 1995);
- Watchman's «Executive Summary» as given to the press by the office of the Minister for Industry (Watchman 1995a);
- Watchman's statements to the Portuguese newspaper *Público* (Salema 1995);
- Watchman's statements to *Science* (Fischman 1995);
- Watchman's abstract of the paper he presented at the September 1995 International Rock Art Congress of Turin (Italy) (Watchman 1995b).

Fig. 1 shows the location of the presently known Côa valley art sites containing stylistically Paleolithic petroglyphs. The first 6.5 km upstream from the mouth of the river have been partially flooded since the early 1980's, as a result of the construction on the Douro, a few kilometers downstream from the confluence of the two rivers, of the Pocinho dam. The engravings presently visible in localities 3-6 of Fig. 1 represent therefore just the tip of an artistic landscape now submerged under a few meters of water throughout most of the year. The construction of the Foz Côa dam would entail the placement of all these sites at a depth of more than 100 meters.

According to EDP (1995), all four researchers worked on the same three panels, located at the sites of Canada do Inferno (Fig. 1, nº 4), Ribeira de Piscos (Fig. 1, nº 8) and Penascosa (Fig. 1, nº 11). As all others in this paper, the tracings of these three panels presented in Fig. 2 are partial and preliminary, and intended only as a basis for independent stylistic evaluation by the readers, a purpose for which they are considered accurate enough.

3. PHILLIPS'S ³⁶CL DATING

Fred Phillips used ³⁶Cl to attempt a direct dating of the age of exposure of the engraved rock surfaces, that is, to obtain a maximum age for the petroglyphs.

He was quoted by Sá and Ferreira (1995) as having obtained a maximum age of 3000 years for the Canada do Inferno panel. In a letter to the present author dated July 20, Bednarik also mentioned Phillips's results as part of the «proof» that the three panels were post-Paleolithic, and he repeated this in his oral presentation to the September 1995 International Rock Art Congress in Turin. Interestingly, a letter by Monty Flinsch, a collaborator of Phillips, dated July 7 and distributed in EDP's press conference of July 13, stated that it had not yet been possible to process the Côa samples, and that it would not be possible to do it until late August. How anyone could «know» what results ^{36}Cl had provided even before the chlorine had been extracted from the samples remained an unexplained mystery until Watchman informed the Turin Congress that the 3000 year old date had been obtained from a sample collected by Dorn, not by Phillips. It is quite clear, therefore, that such a date is the output of preliminary work and that all evaluations of its significance so far produced have been highly premature.

At the time of writing (September 1995), Phillips's final report does not seem to have been presented to EDP yet, and any speculation on what his definitive results may turn out to be is therefore useless. In any case, it should be stressed that, as is stated in the report from the Sydney 1993 Workshop on Production Rates of Terrestrial In situ-produced Cosmogenic Nuclides (Reedy *et al.* 1994), there are many uncertainties regarding the rates of production of ^{36}Cl . These rates are subject not only to past changes in cosmic-ray fluxes but also to local variations determined by the latitude and altitude of the site and by the composition and geometry of the rock. As a result, the verdict of the community of dating experts regarding this method is that it is still in an experimental stage of development. In these circumstances, the results, no matter which, to be presented by Phillips once his analyses are completed, cannot possibly be considered as representing reliable chronological estimates for the age of exposure of the engraved surfaces.

4. DORN'S AMS DATING OF ORGANIC MATTER ENCAPSULATED IN WEATHERING RINDS

Dorn obtained **minimum ages** for five figures from the three panels, all of them being (based on the upper end of the calibrated range) older than 19 A.D. (and one older than 2703 BC). Although EDP (1995) and Bednarik (*in litteris*, July 20, 1995) have interpreted these results as accurate assessments of the moment when the petroglyphs were made and, therefore, as demonstrating that the petroglyphs are not of Paleolithic age, nothing in Dorn's own writing (a table of minimum ages published by the Portuguese press — Dorn 1995 — and two letters

to the present author, dated July 18 and July 26) suggests that such is also his opinion. Any expert in absolute dating knows that dating of surface encrustations, accretions or patinae that cover and postdate petroglyphs only provide minimum ages for the art, which itself may be just marginally older than the surface «skin» or may be many times as old, as Bednarik himself acknowledged (Bednarik 1992a). On present evidence, it would therefore seem that Dorn's report is being abused by both Bednarik and EDP.

5. WATCHMAN'S AMS DATING OF ORGANIC MATTER ENCAPSULATED IN MINERAL ACCRETIONS

Watchman's procedure was to date organic matter that became fossilized in the crusts deposited by water flowing over the petroglyphs, thus obtaining a minimum age for them; similarly, he dated identical skins on adjacent rock surfaces, which would provide a maximum age; the true age of each petroglyph would therefore be bracketed by the results of each pair of such minimum and maximum ages (Fischman 1995). That is, therefore, how he is supposed to have obtained the results he gave EDP, which are the following: that the Côa engravings have a maximum age of 1700 years (Fischman 1995; Salema 1995; Watchman 1995a, 1995b); and that most of them were done only some one hundred years ago (Salema 1995). These statements were reasserted in Watchman's oral presentation to the September 1995 International Rock Art Congress in Turin, where he also attributed the authorship of the petroglyphs to the people working at the numerous water mills functioning along the river margins in the late nineteenth and early twentieth centuries.

5.1. Theory and assumptions

The first objection that needs to be raised against Watchman's approach is theoretical, because his procedure is based on several unverified assumptions which, upon closer scrutiny, reveal themselves as also somewhat naïve:

Assumption 1. The silica skins are formed once and for all, and have no subsequent history of weathering and erosion

According to Salema (1995), Watchman believes that these crusts start forming soon after the rock surfaces begin to be exposed to weathering agents. Since he thinks that he can use them to obtain a maximum age for the petroglyphs, it

necessarily follows that he works on the assumption that the crusts he samples in the present are the same that started to develop soon after the rock surfaces were first exposed in the past. However, it must be intuitive to any one with minimal experience in rock art that this assumption has to be wrong. That is at least the opinion of one leading rock art researcher. In a letter to the present author dated July 28, Andr  e Rosenfeld wrote: «I have (...) come across petroglyphs covered by one type of patina, which then partly erodes, and is partly replaced or covered by different material clearly reflecting a history of changing weathering conditions at the site (...) Weathering conditions and patina formation are likely complex dynamic processes, and I doubt that we have fully understood them. It is for that reason that I have not attempted to involve patina dating methods in my own research».

Assumption 2. No organic matter can penetrate these skins after they are formed

Radiocarbon dating consists of the transformation of a ratio between two isotopes (^{12}C and ^{14}C) into an age assessment. This transformation is based on the premise that the interaction of the sampled material with the environment (and therefore with the atmosphere of the earth, where ^{14}C is constantly being produced) ceased at a certain point in time (death of a living organism, for instance), and it is the age of that event that is measured by the technique. If, however, interaction continues after the event that one intends to date, the ratio between ^{12}C and ^{14}C in the analyzed sample does not accurately reflect the age of that event. In other words, radiocarbon dating can only be used as a chronometric technique when dealing with materials that, as regards the chemistry of carbon, have at a certain moment in their history passed from an open system state to a closed system state. Watchman's assumption is that the mineral accretions he sampled meet this condition, but most archaeologists, rock art researchers and dating experts would disagree with him.

It is well known to anyone that has worked in caves, for instance, that modern tree roots can penetrate stalagmitic crusts that are sometimes many centimeters thick. By analogy, it seems difficult to accept that lichen and fungi presently growing on mineral accretions that, according to Watchman himself (Fischman 1995), are only fractions of a millimeter thick, do not contribute to the «organic matter» encapsulated in such accretions. Although physical pre-treatment might conceivably eliminate rootlets and filaments belonging to such organisms, it would not be enough to eliminate the chemical effects of their activity, whose relevance becomes immediately apparent once we bear in mind the obvious analogy between these accretions colonized by live organisms and ordinary soils. This is all the more so since the

amounts used in AMS dating are extremely small and since, according to Werlhof *et al.* (1995), Watchman's use of laser extraction techniques precludes traditional chemical decontamination procedures. Werlhof *et al.* (1995) have also given some very clear verdicts on the issues raised above: «unlayered varnish is not a closed system»; «available empirical data reveals that organic matter that is encapsulated by rock varnish is younger than independent controls»; «small samples are easily 'contaminated' by noncontemporaneous organics»; «until [current] uncertainties are addressed (...) all ^{14}C ages on surficial rock art must be viewed as experimental».

If Watchman believes otherwise, he has to prove his point, not just assume it. Meanwhile, it is clear that unlayered mineral accretions, patinas, rock varnishes, etc., are open, not closed, systems. That is why it can be safely predicted that the dating of carbon of unknown (and, therefore, possibly composite) provenience contained in them is likely to provide random, meaningless, results. In one instance reported by Werlhof *et al.* (1995:266), filaments in a weathering rind under live epilithic lichens growing in a South Australian petroglyph gave a ^{14}C measurement of 687 ± 84 BP (NZA 2275); but «organics» encapsulated by rock varnish gave an age, for the same petroglyph, of $14,910 \pm 180$ BP (NZA 1367).

Assumption 3. The silica skin on rock surfaces adjacent to the petroglyphs was already there when the engraving was done

If one admits the validity of the objections to the first assumption, then it is quite clear that the silica skin on the adjacent rock surfaces can have exactly the same age as that covering the petroglyph, or can be even younger (Fig. 3). It is conceivable, for instance, that a mineral accretion covering a rock surface (and the petroglyphs engraved on that surface) goes through an erosion process that eliminates it, except inside the grooves defining the petroglyph, where it would have been sheltered from the erosional agent. Subsequently, a new skin could develop over the exposed surface, and cover the petroglyph as well. In that case, the skin on the rock adjacent to the petroglyph would be younger than the lower part of the stratified skin preserved inside the grooves defining the petroglyph.

Assumption 4. The petroglyphs were never rejuvenated in time periods subsequent to the first episode of groove formation

There is ample evidence that rock art was frequently rejuvenated, including by methods affecting not just the grooves but the entire rock surface. In

these circumstances, the idea that a maximum age can be derived from organic matter encapsulated in the silica skin covering a rock surface adjacent to a petroglyph is simply untenable. At best, if one disregarded the objections raised in the preceding paragraphs, one might concede that Watchman could have obtained maximum ages for the time the petroglyphs were last rejuvenated, but never for the time when they were first engraved on the rock.

In short, whichever dating results were eventually to be obtained for the Côa petroglyphs by Watchman's method, it could be predicted from the start that none could be reliably interpreted as maximum age assessments for the moment of their original production. In any case, by Watchman's own admission (Fischman 1995), when results ranging from 650 to 7000 BP were actually produced, **the mineral accretions on the engravings turned out to be older than those on the surrounding rock, that is, the maximum ages turned out to be younger than the minimum ages!** Although, as discussed above and as is shown in Fig. 3, such a scenario is *a priori* not entirely inconceivable, it is in absolute and total contradiction with the expectations of Watchman's model of crust formation and development and represents, by itself, enough evidence of the inadequacy of his approach and of the unreliable nature of his age estimates.

5.2. Watchman's «post-hoc accommodative argument»

In a letter to EDP dated January 19 (that is, four months before setting foot on the Côa valley), in which he offered his services as a dating professional, Watchman said how «greatly disturbed» he was to know of the deeds of «so-called archaeological experts professing to know the antiquity of the engravings without carrying out any scientific dating tests». He also made it quite clear to EDP that «I therefore do not accept the general consensus, that seems to pervade Europe, that engravings and paintings of horses, bulls, etc., are necessarily 20,000 years old». Also, according to Fischman (1995), as soon as he arrived in the Côa valley and began to examine the engraved panels, «several bells went off in my [his] head saying these things are young». So, it is fair to say that Watchman began his work convinced that the engravings not only were not of Palaeolithic age but, instead, were probably very recent.

When he obtained results indicating minimum ages in the order of 7000 years he was therefore «puzzled» (Fischman 1995): his expectation that the art was modern, as well as his theory that the skins on surrounding rock were older than those covering the petroglyphs, were contradicted by such results. One might

think, therefore, that he would proceed to reexamine both theory and expectations or, at least, that he would use a certain amount of prudence and modesty in the presentation of his interpretation of the chronology of the petroglyphs. What he did, instead, was to issue categorical statements as to their very recent age, based on what is a text book example of what archaeologist Lewis Binford (1983) has named «post-hoc accommodative argument».

The first step in this argument was that of dismissing the dates on the skin covering the petroglyphs themselves as too old due to contamination. His microscopical examination of these skins showed that they were made up of a silty brown material «probably eroded from the hillsides above» (Fischman 1995). This material contained particles of graphite weathered out of the rock, and graphite, «formed from ancient carbon», would have been the contaminating material — «it made the engravings look anomalously old» (Fischman 1995). However, if the graphite was indeed weathering out of the rock, it should also be found in the silica skins covering the surface adjacent to the petroglyphs. But, according to Watchman (1995a), that was not the case: the latter are described by him as «uncontaminated», as opposed to the silty crusts inside the grooves defining the petroglyphs, which are described as «contaminated with ancient graphite and charcoal». No explanation is provided, however, for the apparently contradictory situation that arises from this: graphite was present in a crust formed by the accumulation of silty material coming from the erosion of the surrounding soils; but it was absent from the silica skins precipitated by flowing water over the surfaces of rocks where graphite is a natural component!

This brings up the question of whether the graphite Watchman found in the grooves may not have a totally different origin. One possibility immediately comes to mind: that the graphite was introduced in the grooves in the context of the several procedures, using different materials (pencils, chalk, paint and wood charcoal), that were used by visitors to enhance the pictures before the Côa art sites were fenced. Since graphite is a component of pencils, its presence only in the grooves and not in the adjacent rock surfaces might be interpreted as a clue to the contamination of Watchman's samples by young carbon (particles of wood from the pencils, for instance), as well as old. On the other hand, the fact that many such episodes of enhancement took place at all the sites sampled in the framework of EDP's «direct dating project» obviously questions the basic premise of Watchman's approach — that of the integrity of the 0.1 mm thick crusts that he analyzed and sampled. Incidentally, that fact also provides the explanation for a pattern observed by Watchman, which he mistakenly interprets as indicating that the engravings are of a very recent age: the absence of lichen cover in the grooves as opposed to its presence on adjacent rock surfaces. In at least one instance, that of the panel 6 of Penascosa (Fig. 4), the present author can testify that such cover

was also present in the grooves when the panel was first discovered in late January 1995. In any case, given what Watchman himself had previously stated on the implications of such enhancement procedures, it is quite clear that, under the circumstances, AMS radiocarbon dating should never have been attempted in the first place: «any form of chemical addition to the surface, especially paint, will significantly affect the chances of ever obtaining a reliable radiocarbon date for carbon-bearing substances that may be present in the engravings» (quoted from a letter dated January 19, 1995, sent by Watchman to the board of directors of EDP). Bednarik, Watchman's co-participant in EDP's «direct dating project», seems to be, or have been, of the same opinion: «the introduction of foreign carbons, by any means and in any amounts, renders AMS radiocarbon dating invalid» (Bahn *et al.* 1995:31).

It should also be noted that Watchman's description of graphite as a «contaminant» contradicts his characterization of the age of the samples. If the petroglyphs are about one hundred years old, as he asserts, the crusts formed over them are therefore younger. But if, as a result of contamination by graphite, those crusts formed less than a century ago provide, as happened in at least one instance, radiocarbon ages of up to 7000 years BP, then it follows, given the laws of radioactive decay and the half-life of ^{14}C , that Watchman should describe his samples not as made up of modern organic material «contaminated» by graphite, but as the opposite. The carbon contained in them would have to be almost entirely made up of graphite «contaminated» by very small amounts of modern organic material! In the case of the «7000 year old» sample, graphite would have to represent 98% of its total carbon content!

Now if, as Watchman said in his presentation to the September 1995 International Rock Art Congress in Turin, the «organic matter» in the mineral accretions that he analyzed is essentially made up of diatoms encapsulated by silica, how does he explain, then, that the dated samples turn out to be essentially made up of graphite? In other words, Watchman is facing here what seems to be an inescapable dilemma: either his sampling procedures are adequate and the contamination cannot possibly be that extensive (and then the silty crusts are much older than he thinks); or they are indeed as young as he thinks they are (and then his sampling procedures are in clear need of substantial improvement). That such improvement may indeed be necessary is indicated by Watchman's statement on the specific *locus* of the graphite contamination problem: «graphite (...) occurs in thin yellow-brown weathering rinds at the base of the silty brown accretions» (Watchman 1995b). Since he had told us before that the dates obtained referred to the silty brown accretions themselves («carbon from silty brown accretions developed in engravings gives ages ranging from 3000 years to almost 7000 years ago»), that statement implies that his sampling procedure mixed carbon-bearing

substances with two different proveniences: the loose brown silty crust filling the grooves; and the weathering rind of the rock at the bottom of those grooves, under the crust.

Even if one leaves aside the issue of the lack of integrity of the mineral accretions analyzed, it is quite clear that this admitted lack of precision in sampling, together with the extreme thinness of the mineral accretions, force us to bring up the question of what exactly it is that Watchman's samples actually represent (as opposed to what he thinks they represent). If it was not possible to separate the loose crust from the weathering rind, was it possible to separate the crust containing the carbon presumably contemporaneous with its formation from the surficial film of the crust upon which lichen and other organisms developed? And was it possible to separate the weathering rind from the unweathered rock itself? The implication of Watchman's explanation for the graphite problem is that such a separation was not done and is probably not feasible. In these circumstances, it is quite possible that the «organics» in his samples come essentially from only two sources: the old carbon from graphite in the rock and its weathering rinds; and the modern carbon from the living organisms that inhabited the grooves for the last few months or years. The greater or lesser weight of the latter would determine the specific «chronological» place of each sample in the spread of dates obtained.

Watchman might of course reply that graphite is a problem only in the case of the silty brown material found inside the grooves defining the petroglyphs, not as concerns the silica skins covering the adjacent rock surfaces. His interpretation of the radiocarbon ages obtained for the latter also implies, however, that they too were subject to contamination. According to Salema (1995), the oldest result Watchman obtained for «organic matter» encapsulated in the silica skins covering the rock surfaces adjacent to the petroglyphs was 1700 BP, and that was, therefore, in the framework of his assumptions, the maximum age the petroglyphs could have. This conclusion was reinforced by means of a contextual argument. «A clue to their true age came when Watchman learned that the remainder of the brown layer consisted of silt probably eroded from the hill-sides above when farmers began cultivating. That happened about 1700 years ago — which he thinks is the maximum age of the images» (Fischman 1995). That is, *ca.* 1700 BP the environmental change brought about by the beginning of agriculture implied that silica skins ceased to form; inhabitants of the area subsequently engraved the rock surfaces covered by these silica skins; the grooves were then filled with a loose silty brown crust made up of material eroded from the surrounding slopes and containing varying amounts of old charcoal, notably graphite, responsible for the anomalously old «minimum ages» (Watchman 1995a, 1995b).

Salema (1995) also reports, however, that not all of the silica skins gave the same radiocarbon age of 1700 BP: most gave younger ages and, in at least one instance, one such skin from an unengraved rock gave an age of 4300 BP. On the other hand, Watchman believes that these crusts «do not take very long to form», and he thinks that crust formation in the walls of a nearby 100 year old quarry is, in both thickness and duration, a good analogy for the processes that affected the kinds of rocks that were engraved (Salema 1995). Therefore, the range of dates he obtained for the silica skins covering those rocks carries a significant implication: if such skins are rapidly formed and if they ceased to form as a consequence of an environmental change that took place 1700 years ago (the beginning of agriculture in the valley), then the samples from them, with ages that are hundreds or thousands of years apart, have to be «contaminated» as well, some with younger material, some with older material! This, incidentally, is also admitted by Watchman in a passage where he states that «ancient carbon has contaminated the accretions in engravings and on some rock surfaces» (Watchman 1995b), and contradicts his other categorical statements that the silica skins formed before 1700 years ago are uncontaminated: «graphite (...) occurs in thin yellow-brown weathering rinds at the base of the silty brown accretions, but not in the hard, gray to white amorphous silica» (Watchman 1995b). In short: the silica skins covering the rock surfaces adjacent to the petroglyphs, which were supposed to provide the maximum age for those petroglyphs, also suffer from the same «contamination» problem that led Watchman to disregard the results obtained for the loose silty brown crust that were supposed to represent their minimum age!

After this, one cannot escape the conclusion that Watchman's explanation of why some of his radiocarbon results are correct age assessments and others are not contains too many inconsistencies and leaves too many unanswered questions to be acceptable. The presence or absence of graphite seems to be invoked according to the conveniences of the argument but, in an overall evaluation of the data supplied by him, it would seem that all of the crusts he sampled suffer from this problem to a greater or lesser extent. In other words, **everything is contaminated!** Since it is obviously impossible to quantify the extent to which this «contamination» affected the samples, and since he cannot exclude that «contamination» in the other direction (that is, by younger carbon) also occurred, it follows that his «dates» are nothing more than chronologically meaningless expressions of the values attained in the different samples by the ratio between the two carbon isotopes ^{12}C and ^{14}C .

In any case, even if one accepted that the formation of the silica skins he analyzed ceased around 1700 BP, that would not necessarily have to be relevant for the argument regarding the age of the petroglyphs. As discussed in the pre-

vious section, it is perfectly possible that a patina developed over a rock surface is younger than the petroglyphs found on that same surface. Watchman might object, however, by saying that if the engravings were already there when the silica skins began to form, they should also be covered by such skins (as in Fig. 3). Since that was not the case (inside the grooves defining the petroglyphs he claims that only the loose brown silty crust was present), the moment when the silica skins ceased to accumulate should indeed represent a maximum age for the petroglyphs, which must have been engraved after those skins formed. At the September 1995 International Rock Art Congress of Turin, however, Watchman stated that mineral accretions on the analyzed surfaces were only minimally developed, making it very difficult to obtain adequate samples (and that had also been the reason why he had suggested that Bednarik be invited to carry out microerosion dating). It seems fair to infer from this that the skins in question do not represent extensive and homogeneous covers and that their absence from the particular engravings Watchman studied may be, therefore, stratigraphically irrelevant. The basic problem, however, is that, as shown above, such skins are «contaminated» by non-contemporaneous carbon (as Watchman himself implicitly or explicitly admits), and the moment when they ceased to form (whether 100, 1000, 10,000 or 100,000 years ago), therefore, cannot possibly be determined by radiocarbon dating.

On the other hand, Watchman's attribution of a post-1700 BP genesis for the silty crust filling the grooves can only be interpreted as a minimum age for the petroglyphs defined by those grooves. If that attribution were to be accepted, it would only mean that the petroglyphs were older than the age of the silty crust, not younger. Therefore, if one accepted that the accumulation of the silty crust is a process resulting from the establishment of agriculture in the valley, then the petroglyphs would have to be considered as pre-dating that establishment. All the more so since the fact that he recognized «slightly weathered rock surfaces at the base of the silty accretions» (Watchman 1995b) implies that the moment of execution of the petroglyphs and the moment when the silty material began to accumulate would have to be separated by a significant amount of time!

Leaving this contradiction aside, it should also be stressed that Watchman's environmental model of the development of mineral accretions in the Côa valley rock surfaces is based on three contextual arguments that are totally unsubstantiated:

- **Two are unverified assumptions** – that the silt in the skin that covers the grooves eroded from the surrounding slopes (which is likely, but where are the analyses that prove it?); and that such erosion only took place as a result of farming (why not before forest development, in late last glacial times or in the early Holocene?).

- **The other is an outright invention** – that such slopes were cultivated for the first time 1700 years ago (how does he know? what kind of research did he undertake to justify this assertion? how does he explain away the evidence for a Neolithic — that is, at least 6000 years old — settlement of the area by farmers?).

The unsubstantiated nature of these assumptions is a very important point in this discussion, because, upon closer scrutiny, it turns out that it is the argument relating to the moment when agriculture began in the area that constitutes the essential logical foundation of Watchman's chronology for the Côa valley art. As a matter of fact, from the point of view of the dating results, his conclusion is that only the ages obtained for the silica skins covering the rock surfaces adjacent to the petroglyphs are acceptable, providing a maximum age for the petroglyphs themselves. But, since his results for those silica skins cover a wide range of time, he also has to sort among them those that are «good» from those that are «bad» (or «contaminated»). And it is quite clear from the preceding discussion that the good ones are those in accordance with the 1700 BP date he presumes for the beginning of agriculture, which he equates with the moment when those skins ceased to develop. In other words, the maximum age Watchman allows the Côa art to have is not based on the radiocarbon results, that is, on the direct dating technique that was supposed to give him superior powers of chronological estimation, but entirely on the geochemical and archaeological assumptions (that silica skins ceased to form as a result of agriculture and that agriculture in the Côa valley only began 1700 years ago) used to either accept (in some cases) or disregard (in other cases) those radiocarbon results.

In short:

- Watchman's theoretical model of crust formation is based on false, or at least unverified, assumptions, as is the case with his environmental interpretation.
- The results obtained for the Côa rocks contradict the theoretical expectation derived from the model of crust formation.
- The lack of precision in the sampling procedure does not allow identification of the exact microstratigraphic provenience of the carbon present in the dated samples.
- The ratio between ^{12}C and ^{14}C in those samples is chronologically meaningless, since it consists of a mix, in varying proportions, of: old carbon (graphite) from the rock itself and its weathering rinds; carbon that is penecontemporaneous with the formation of the different types of mineral accretions covering the rock surface and the petroglyphs (organic carbon from dead organisms encapsulated in those accretions); and recent carbon

incorporated through pedogenetic and anthropic processes in the rock, the weathering rinds, and the mineral accretions.

- The proposed environmental interpretation represents the only basis to sort out the «bad» dates from the «good» dates but, contradictorily, carries, on one hand, the implication that the silica skins are also contaminated and, on the other, the implication that the petroglyphs are pre-agriculture, not post-agriculture.
- Radiocarbon should never have been used in the first place due to the open system nature of the unstratified mineral accretions present and the lack of integrity of the sampled panels.

In these circumstances, it is quite clear that Watchman's «maximum age» cannot be considered, from a scientific point of view, as a valid critique of the Paleolithic age of the petroglyphs engraved in the analyzed panels as determined by stylistic criteria. On the other hand, such a «maximum age» is in total contradiction with the results obtained by Dorn, who also used AMS radiocarbon dating but arrived at a completely different chronology: that all the engravings are older than 2000 BP, not younger than 1700 BP, as Watchman states.

5.3. Implications that Watchman refuses to face

In Portugal the last 1700 years are fully historical, and written documentation on art and religion is available for the entire period. In these circumstances, the idea that thematically and stylistically Paleolithic art could have been done in the Middle Ages or in subsequent centuries is simply ludicrous and, in normal circumstances, its refutation would be a waste of time.

However, by categorically stating that a large majority of these petroglyphs were actually done no more than one hundred years ago (Salema 1995), Watchman aggravates his case. If that had been so, then several questions would have to be answered, all of which Watchman refuses to consider:

- Given that the grand-children and the great grand-children of the artists would still be alive today, why would no memory of such activity have survived the passing of only two or three generations?
- Given that late nineteenth and early to mid-twentieth century engravings are also known in the valley, their exact age being provided by the fact that they are signed and dated, and by the nature of the representations (castles, a train on a bridge, clocks, etc.), why would no such signing and dating behavior have been associated with the stylistically Paleolithic petroglyphs?
- Given that the stylistically Paleolithic petroglyphs represent animals that

have been extinct in the area for thousands of years, how could the nineteenth century millers who presumably would have engraved them have learned about the existence and aspect of such animals?

- Finally, how is it that the same millers were able to represent those species following conventions that are typical of an art that, at that time, still awaited rediscovery by modern science?

Not only does Watchman not answer these questions, he does not even realize that his theory that the engravings were done last century by the millers is a simple case of plagiarism. This theory was first presented more than one month before Watchman came to the Côa, as a major feature in the main news report of a Portuguese TV station. As they explained the day after, that had been their way of respecting the April Fools tradition...

During the September 1995 International Rock Art Congress of Turin Watchman elaborated this argument even further. In an interview with the Portuguese news agency Lusa published by several Portuguese newspapers (cf. *O Primeiro de Janeiro*, September 6, 1995), he stated: «at Canada do Inferno there are petroglyphs in areas where water mills for flour production and even a nice sand beach used to exist [before flooding by the Pocinho dam]»; «it is possible, therefore, that these engravings are no more than 20 to 50 years old and were made by the bathers for entertainment and amusement». The spectacle of twentieth century bathers drawing extinct Pleistocene animals is, however, one that most people will find difficult to contemplate... It is in any case contradicted by historical evidence: letters and other documents recently found in the Municipal Library of Mirandela (a nearby town) demonstrate that the engravings in the Côa valley already existed in 1939, when some were identified and described (but never published) by a local doctor, José Silvério de Andrade (*O Comércio do Porto*, July 16, 1995).

6. WATCHMAN'S OSL DATING OF RIVER GRAVELS

Watchman also used OSL (Optically Stimulated Luminescence) to date the river gravels near Penascosa. The results he obtained indicated to him that those gravels were only about 4000 to 6000 years old. From this he concluded that the rocks and their engravings could not be of Paleolithic age: «this [OSL] study indicated that the engraved rocks were first exposed 4500 years ago» (Sá and Ferreira 1995).

In his presentation to the September 1995 International Rock Art Congress in Turin, Watchman explicitly stated that the morphology of the valley indicated

that it represented a young, probably mid-Holocene, incision. The only reasoning that, in this context, might conceivably have led him to derive, from the OSL dating of the river gravels, a maximum age for the engraved rocks, is this: since the gravels at the bottom of the valley are only 4000 to 6000 years old, such is the maximum age of the incision of the valley itself; therefore, the petroglyphs could not possibly be of Paleolithic age, since the rocks where they were executed had only been exposed (by river incision of bedrock) in the mid-Holocene.

This is, however, utterly absurd. Wherever data on valley incision have been obtained for the Portuguese Quaternary, as is the case in Estremadura, the littoral region of central Portugal, they show that the last glacial maximum valley bottoms were lower than at present (Marks *et al.* 1994)! Furthermore, the torrential regime of the Côa implies that most sediment carried by the river tends to be transported downstream to the Douro, and very little can be found, even today, covering its rocky river bottom. If Watchman's OSL dates were to be confirmed by future research, they would simply indicate that the terrace at Penascosa dated to the mid-Holocene. It is obvious, however, that dating the fill of the valley only provides a minimum age for the valley incision itself, which, given our current knowledge of the Portuguese Quaternary, in all likelihood significantly predates the Upper Paleolithic.

The absurd nature of Watchman's reasoning is demonstrated by the results of the archaeological excavations carried out at Penascosa in August 1995 at the base of the engraved panels. The upper part of the gravels, which were buried under *ca.* 1 m of sandy deposits, contained iron horse shoes and iron horse shoe nails used early this century. This indicates that those gravels may be related to the changes in the regime of the river that resulted from the construction, in the early 1900's, of the water mill (and associated damming facilities) whose ruins are still visible at Penascosa. If the age of the gravels indicated the age of the incision, then the Côa would have excavated its valley only in the last few decades!

Archaeological survey also undertaken in August has in any case allowed the discovery of two Upper Paleolithic camp sites located on Pleistocene deposits some 10-20 m above the present valley bottom (see below). This suffices to demonstrate that the valley incision is indeed of pre-Holocene age, contrary to Watchman's opinion, which, it should be stressed, was not substantiated by a single piece of geological or geomorphological evidence.

7. BEDNARIK'S MICROEROSION DATING

Robert Bednarik is supposed to have used the microerosion direct dating technique, according to which none of the stylistically Paleolithic engravings

could be older than *ca.* 6500 BP, and most were done only some 3000 years ago.

Microerosion was theoretically presented as a method of direct dating of petroglyphs in a 1992 issue of *Archaeometry* (Bednarik 1992a). It is based on the concept that there is a relation between the degree of erosion (measured through observation with a binocular microscope) suffered by some rock components (quartz grains, for instance) exposed by the engraving and the amount of time elapsed since the engraving was executed. The only concrete application so far published, however, is that of Besov Nos, Lake Onega, Russia (Bednarik 1992b). Moreover, no true «blind test» of this technique was ever undertaken. That is, no experiment in dating an engraving whose age was unequivocally established but unknown to the practitioner of the method has so far been reported. And the same is true for cases of replication of the same results by different practitioners in similar «blind test» conditions. Until these two conditions are met, microerosion should only be considered, at best, as an interesting possibility, but not as a dating method, not even at an experimental level. In any case, as Andrée Rosenfeld (*in litteris*, July 28, 1995) stated, microerosion «was developed by geographers in the UK to measure the erosion rate of large natural rock surfaces — it depends on taking numerous readings and was intended to arrive at an average rate for extensive areas. It was not designed to allow for the many uncontrollable variables that may operate at any one spot on a rock surface — as e.g. in a petroglyph».

Even if one agrees to discard these objections and accept that using Bednarik's variety of microerosion analysis for petroglyph dating may not be such a bad idea after all, one is faced with the fact that, according to Bednarik himself, «schist and other rocks of low metamorphism (slate, phyllite) are not well suited for microerosion analysis». There are many reasons why this is so, but one is readily apparent: the mineral components of these rocks are of microscopic size and the observation of microerosion features therefore impractical. However, «there are a few petroglyphs on granite in the Côa valley, which is an ideal rock for this method, but they are of difficult access and time did not permit me [him] to see them» (Bednarik 1995b). In short, Bednarik could have used his method on what, in his own terms, would be suitable rocks (the granites bearing stylistically Neolithic petroglyphs), but chose instead to use it on the unsuitable ones (the schists bearing the stylistically Paleolithic engravings).

Another precondition for the applicability of Bednarik's technique would be the availability of a locally valid calibration curve, that is, the establishment of certain parameters derived from engravings whose age is unequivocally established. In Bednarik's own words, «in a practical application of dating a geomorphic or petroglyph surface through assessing microerosion phenomena it is requisite to

determine the rate of wane development, initially by establishing a calibration curve for surfaces of known, or approximately known, ages. These rates may vary in different climates, rock types, and even mineral compositions» (Bednarik 1992a). That is, «without locally established calibration curves this method is of poor accuracy» (Bednarik 1995b). Since dated inscriptions are known in the Côa, one might be led to think that such a calibration curve would not be difficult to establish. As regards such historical petroglyphs, however, Bednarik (1995b) states that «the extreme anisotropism of the rock would render it difficult to accept the engraved date for calibration purposes, which applies also to historical inscriptions I observed elsewhere in the region».

If the rocks are not appropriate, and if there is no locally established calibration curve, how can Bednarik legitimately claim that he applied microerosion dating? And how, then, does he arrive at an age estimate? As for the last question, the answer is very simple. His conclusion that «among the figures I have seen, none can be older than 6000 to 8000 years at the most», derives from the maximum age he gives to one of the figures in the main panel of Canada do Inferno, which «would be between 4500 and 8500 years old, with the highest probability at about 6500 years BP». This, in turn, derives from the «experimental» application of the Lake Onega calibration curve, «ignoring the differences in climate and lithology», to the pattern of measurements made by Bednarik on this figure. According to him, such an application «does not provide us with a true age of the motif but does offer a fairly reliable indication of magnitude of age for this figure» (all quotes from Bednarik 1995b).

Even if one would find it intellectually challenging to play Bednarik's game, it should by now be well apparent how absurd the whole thing is: a reliable indication of magnitude of the age of the Côa slate petroglyphs based on a calibration curve for granites from Russia! More interesting, however, is that the application of the same curve to a quartz vein in panel 6 of the Penascosa site (Fig. 4) «would imply an exposure age of the panel of perhaps 30,000 years» (Bednarik 1995b)! And why would 6500 years be a reliable maximum age, and 30,000 years a non-reliable one? Because the latter «seems to high too me in view of the absence of gelifraction damage», and because the stratigraphy and differential microerosion of abraded and pecked figures would imply that the pecked ones «would have to be several times as old», something impossible to accept on the basis that «we have no indication of an iconic rock art tradition in Europe from the Middle Paleolithic, which such an interpretation would stipulate» (all quotes from Bednarik 1995b).

The preceding paragraph immediately brings up several questions. For instance, why would the differential microerosion between abraded and pecked figures imply that a large amount of time would separate both kinds of motifs?

Why is this difference not just a byproduct of the different engraving techniques used in each case, and of the resulting differential exposure to weathering agents? Where are the studies proving that weathering (or, for that matter, accumulation of crusts, or the formation of patinas) is a linear function of time? On the other hand, why should gelifraction be expected in the Côa valley? Incidentally, it should be noted that the reasoning regarding frost-weathering is nothing but a restatement, almost 120 years later, of the arguments put forward by some nineteenth century French positivists to sustain that Altamira was a fraud (the art could not possibly be that old because it simply would not have been able to survive for so long)!

Besides frost-weathering, Bednarik (1995b) also invokes, *en passant*, a series of other geological and archaeological, as well as stylistic, arguments, which he considers as «still more serious objections to the Paleolithic antiquity of the Côa art». Given the fact that the two maximum age estimates provided by the direct dating technique are so far apart, it must be considered that it is these arguments that, in the last instance, enable him to decide which is the «good» one and which is the «bad» one. In other words, since Bednarik's microerosion analyses of the Côa petroglyphs violated every single methodological requirement he himself had established in his own theoretical papers on the issue, it is such contextual arguments that must be considered as the real logical foundation of his dating of the stylistically Paleolithic figures to post-Paleolithic times. Let us now proceed to examine how sound such arguments are.

8. BEDNARIK'S ARGUMENTS ON CONTEXT

Most of the contextual arguments referred to by Bednarik in his dating report to EDP (Bednarik 1995b) are essentially the same which he developed in Australia before ever having set foot in Portugal, as stated in a paper published in the April 1995 issue of the *AURA Newsletter* (Bednarik 1995a). He had been informed in a reply sent to him by the present author, which he received before his trip to the Côa, that these arguments were ill-founded. Notwithstanding, he used them in his report to EDP and has developed them even further in a paper to appear in a coming issue of *Rock Art Research* (Bednarik n. d.).

Detailed information on Portuguese Upper Paleolithic faunas can be found in Cardoso (1993). The chronological, environmental and cultural evidence for the same period has been systematically reviewed in Zilhão (1995a). Marks *et al.* (1994), Póvoas *et al.* (1992) and Zilhão (1988, 1989, 1990, 1991, 1993, 1994) contain partial discussions of the relevant data in English or French.

8.1. Frost-weathering

In the littoral region of Estremadura, due to its proximity to the at times very cold waters of the Atlantic, last glacial cryoclastism of limestones is known almost down to present sea level (Daveau 1980). But, as demonstrated by recent work on slope (Rodrigues 1991) and cave (Zilhão 1995) deposits, below 400 m this process does not seem to occur after the last glacial maximum, coming to an end with the Upper Solutrean, at the time (*ca.* 17,000 BP) when a very warm oscillation is recorded in sea surface temperatures off the Portuguese coast, which by then reached almost modern levels (Bard *et al.* 1992; Duplessy *et al.* 1992). Despite subsequent cold oscillations at sea, from then on the limestone hills and plateaus of this littoral region seem, on present evidence, to become covered by oak forests, and ibex and chamois disappear from the faunal assemblages. If, for the sake of argument, one used this littoral region as a model for the interior, and conceded that frost-weathering might have been a problem for the preservation of engravings of Solutrean age, the argument would still be simply untenable for the Magdalenian period. In the interior regions of North and Central Portugal, however, as a result of extreme dryness and different lithology (schists and granites instead of limestones), periglacial features such as cryoclastic slope deposits are unknown below an elevation of 700 m above modern sea level, so there is absolutely no basis to believe frost-weathering would have affected the low lying (*ca.* 100 m) and sheltered valley of the Côa, especially after deglaciation in the Cantabrian mountains and in the Serra da Estrela was completed, some time between 16,000 and 14,000 years ago (Turner and Hannon 1988). In any case, test excavations carried out at the newly found archaeological site of Cardina, located in the Côa valley itself (see below), have now settled the issue: here, the deposits containing a Late Gravettian (*ca.* 22,000 BP) archaeological context are coluvial sands entirely devoid of cryoclasts.

8.2. River erosion

Bednarik (1995a) argues that the fact petroglyphs occur right down to the floor of the Côa valley, only a few meters above water, makes it difficult to understand how Upper Paleolithic art could have survived the many fluctuations in river level that, based on evidence from other European rivers, must have happened in the Côa since the end of the Pleistocene. This is simply not a problem. Preservation of last glacial maximum archaeological remains in the flood plain of modern Portuguese rivers is demonstrated, for instance, at Terra do Manuel, where a radiocarbon dated 22,000 year old living floor located *ca.* 1 m

below the surface was excavated in 1988-89 (Zilhão 1995a). In this part of the country, this is explained by the pattern of downcutting caused by eustatic response to lowered sea levels. Fluvial terraces accumulated at the beginning of isotope stage 2 were thus exposed as beaches that were made available to human occupation, and were indeed occupied. Coluvial and eolian accumulation of sediments eroded from the extant slopes largely denuded of vegetation subsequently buried and protected these sites from Tardiglacial and Holocene erosion. The lowest panels at Penascosa and Ribeira de Piscos are, as far as elevation above the river is concerned, in a topographical position even more favorable, from the point of view of preservation, than that of the Late Gravettian and Proto-Solutrean habitation site of Terra do Manuel. There is therefore no reason to suggest, until detailed geological studies of the valley (as yet unavailable) eventually show otherwise, that such a position is incompatible with a Paleolithic age for the engravings. In other words, elevation above the river is, *per se*, a totally irrelevant issue for the argument concerning the chronology of the Côa petroglyphs.

8.3. Absence of cold adapted species

It is true that, as Bednarik (1995a) notes, cave bear, bison, mammoth, woolly rhino and reindeer are not present in the Côa art. But this is exactly what should be expected: they are not present either at any of the many Upper Paleolithic paleontological and archaeological sites that are known in Portugal and in Mediterranean Spain (Fig. 5), although Cardoso (1993) does cite one occurrence of mammoth in his list of Quaternary faunal remains from Portugal. The bone in question is a large shaft fragment classified as part of the femur of an elephantid, which he reasons should be a mammoth because other bones from the same site (Algar de João Ramos) were radiocarbon dated to ca. 14,000 BP, making an attribution to *Elephas antiquus* impossible. This reasoning, however, assumes that the faunal assemblage from this purely paleontological site is homogeneous and dates to a single period, which does not seem reasonable in a stratified cave environment poorly excavated in the late nineteenth century. In this context, it seems more reasonable to admit that the bone fragment in question does belong to *Elephas antiquus*, a species which, as Cardoso (1993) shows, survived in Portugal up to ca. 30,000 BP and could well have been represented in the otherwise quite banal Upper Pleistocene faunal assemblage from Algar de João Ramos.

All available evidence therefore suggests that the Atlantic and Mediterranean façades of Iberia, south of the Ebro, may have constituted a separate faunal province, where cold adapted species, even at the level of micromammals (Póvoas *et al.* 1994), did not penetrate (Aura and Villaverde 1995). Those species are also

completely absent from the thousands of engraved slabs found in the Gravettian, Solutrean and Magdalenian levels of the deeply stratified cave site of Parpalló (Valencia), which were found in very rich, and radiocarbon dated, archaeological deposits, spanning the Gravettian, Solutrean and Magdalenian periods (Villaverde 1994). Horse, aurochs, red deer and ibex, plus the occasional chamois, bird or carnivore, that is, exactly the same species as those whose bones have been recovered in the archaeological deposits (Davidson 1983), are the animals represented in these works of mobiliary art (Table 1). Stylistically, such representations are also strikingly close to those found in the Côa and, given their archaeological context, are known to be of Paleolithic age beyond any reasonable doubt.

TABLE 1
Parpalló Upper Paleolithic decorated stone slabs
Animal species represented (a)

	G	LS	EMS	LMS	US	SGI	SGII	SGIII	EMA	EMB	UM	GAL	Other	Total
Aurochs	2	6	6	1	3	2	1	1	2	10	7	15	3	59
Horse	1	7	14	8	12	20	6	9	9	12	15	10	5	128
Deer	–	14	19	7	6	6	3	–	8	16	8	14	4	105
Ibex	2	8	19	5	10	8	16	6	8	16	9	22	11	136
Other (b)	–	1	4	–	–	–	–	–	1	2	6	2	2	18
Undetermined	2	27	42	29	19	19	9	14	19	29	25	51	32	320
Total	7	63	104	50	55	55	35	30	47	85	70	114	57	766

(a) after Villaverde (1994: Table 26, modified); G – Gravettian; L – Lower Solutrean; EMS – Early Middle Solutrean; LMS – Late Middle Solutrean; US – Upper Solutrean; SGI – Solutrean-gravettian I; SGII – Solutrean-gravettian II; SGIII – Solutrean-gravettian III; EMA – Early Magdalenian A; EMB – Early Magdalenian B; UM – Upper Magdalenian; GAL – galleries (surface)

(b) chamois, fox, lynx, wild boar, wolf, mustelids and birds.

Bednarik (n.d.) objects to these observations at two levels, one is factual, the other theoretical. At the factual level he restates, based on outdated (more than twenty year old) references, that cave bear is indeed present in two Portuguese faunal assemblages from the Pleistocene (those recovered at Furninha and Salemas), and that the geographical distribution of cave bear remains, which «resembles the distribution of limestone karsts in Europe», indicates «a massive taphonomic bias»: «the apparent absence of cave bear remains in regions lacking limestone caves (such as most parts of Portugal) tells us absolutely nothing about the former range of the species». This argument insists on an error of fact and entirely misses the point. The references to cave bear at Salemas are based on mistaken preliminary identifications by Zbyszewski (1963), subsequently accepted by Ferreira (1964) and Roche (1971, 1972); they have been corrected since by Torres (1979) and Cardoso (1993), who referred those remains to *Ursus arctos*. The bear remains recovered at Furninha have always been attributed to *Ursus arctos* since they were first studied by Harlé (1910-11). As a result, both Harlé

(1910-11) and all subsequent authorities have given a categorical verdict on *Ursus spelaeus* in Portugal: the only bear species that can be recognized in the Quaternary faunal remains from the country is *Ursus arctos* (Torres 1979; Cardoso 1993). Therefore, Bednarik's taphonomic argument is irrelevant: the issue at stake is not why cave bear remains have not been found in non-limestone areas of Portugal, but why the species has never been found in Portuguese limestone cave deposits.

Since Cardoso (1993) reviews 21 cave sites spread all over the country, the absence of such remains is not easily explained away as due to deficient sampling. This brings up Bednarik's theoretical argument regarding cave bear and cold-adapted species: that «absence of evidence» does not equal «evidence of absence», that is, that remains of those species may eventually be recovered in other regions of the country or in new, as yet unknown, sites. This is a quintessentially non-scientific style of reasoning, one that is commonly found in Christian fundamentalist literature under the form, for instance, of statements such as «God exists because no one can prove that he doesn't». It is also a common argument in anti-evolutionist thinking, for instance under the form of statements like this: «the fact that trilobites are absent from post-Paleozoic beds and dinosaurs are absent from pre-Mesozoic ones does not mean that their remains will not eventually be found in such deposits». If Bednarik were right in that criteria of absence cannot be accepted as scientific evidence, not only archaeology but also geology and paleontology would fall outside the scope of science.

The fact, however, is that, whether Bednarik likes it or not, these are well established disciplines that have developed their own scientific methodology and, in particular, have learned to deal with the issues regarding patterns of presence and absence in terms of probability statements (Dawkins 1991). For instance, given our present data base of Paleozoic and Mesozoic deposits, the probability that trilobites and dinosaurs were actually contemporaneous is so small that, for all practical purposes, such contemporaneity can be assessed as an impossibility. The data base of Portuguese Quaternary faunas is not as large as that of fossiliferous Paleozoic and Mesozoic beds all over the world, so the probability that bison, cave bear, mammoth, reindeer and woolly rhino may one day be found is not as small as in the dinosaur/trilobite example, and it cannot be considered a total impossibility, particularly in those parts of the country that are closer to the known past ranges of those species. Such a data base is, however, large enough to suggest that, if present at all, those cold-adapted species would probably have occurred only as very small and marginal populations (or even as stranded individuals) that one would not be correct in considering as part of the daily environment of Upper Paleolithic hunter-gatherers living

along the western and southern shores of Iberia. The tentative (and questionable) identification of bison, megaloceros, reindeer and woolly rhino among the fine lined engravings of Siega Verde (Balbín *et al.* 1995), already in Spain but only some 60 km southeast of the Côa complex of art sites, might be taken, if confirmed by future research, as an indication of such infrequent occurrences. Meanwhile, «absence of evidence» should indeed be considered, in this case, as «evidence of absence».

8.4. Survival of aurochs, deer and horse in the «bleak tundra» of the Côa region

Bednarik (n.d.) argues that, being only 35 km away from the mountain glaciers of Serra da Estrela, «the [Côa] valley experienced severe periglacial conditions which only very few species could be realistically expected to have survived (...) in this bleak tundra landscape»; «aurochs, deer and horse were almost certainly not among them, and ibex only in summer». This statement is an excellent illustration of Bednarik's ignorance of the Paleolithic record of Iberia, and of the geographical realities of the present day world. Any postcard from Switzerland suffices to refute the concept that the landscape 35 km away from a mountain glacier corresponds necessarily to a «bleak tundra». A simple look at a map will also show that most Cantabrian Upper Paleolithic cave sites were less than 35 km away from the glaciated mountains of Northern Spain but, notwithstanding, contained faunal assemblages entirely made up of the animals which, according to Bednarik, would not have survived in the Côa region.

8.5. Ibex as a chronological marker

Bednarik (1995a) also states that «by 11,000 BP, ibex does not seem to be present in low-altitude occupation deposits, but it would continue to occur in the mountainous areas, so it is not a chronological marker». This statement needs correction. Magdalenian faunal assemblages are rare in Portugal, and all come from cave sites. In the examples known — all located in Estremadura — ibex, chamois and horse are entirely absent and the fauna is dominated by red deer and rabbit with marginal amounts of wild boar and roe deer. This is particularly the case at the cave of Caldeirão (Fig. 5), which was excavated by the present author and is located at a distance of 20 km from the top of Serra d'Aire, the highest elevation of Estremadura (678 m). At this site, the absence of horse and wild caprids contrasts markedly with their abundance in the underlying Solutrean lev-

els (Póvoas *et al.* 1992; Zilhão 1995a). This, together with other paleoenvironmental indicators, namely the rodent and the land snail faunas, suggests that, after 16,000 BP, the low altitude limestone elevations of Portuguese Estremadura were already covered by forest, and that alpine species and horse were not present in those areas. Given the proximity of the Côa region to the Meseta and its drier climate, it is quite possible, however, that ibex may have survived into the Magdalenian in this more inland part of the country, although such a survival is hard to conceive after 9500 BP. By then, even the Serra da Estrela, which reaches the highest elevation in Portugal (2000 m) and is located some 50 km south of the southernmost occurrences of Paleolithic petroglyphs in the Côa, was already covered by a *Quercus pyrenaica* forest up to an elevation of 1600 m (Mateus and Queirós 1993). Since ibex is not known to inhabit these forests, **it seems very unlikely that it survived in the Côa region after the end of the Upper Paleolithic and, therefore, that the representations of the animal found in the valley art postdate the Tardiglacial/Early Holocene boundary.** It should be stressed, in any case, that ibex is not represented in the faunal inventories from the late Holocene archaeological sites (for instance, those from the Neolithic or the Chalcolithic) of the Douro basin (Jorge 1993).

8.6. Use of metal tools

Bednarik (1995b) categorically states that one stylistically Paleolithic anthropomorphic figure engraved in a panel from Ribeira de Piscos (one that was not analyzed in the framework of the «direct dating project») had been made with a metal tool, which obviously excluded a Paleolithic age for this figure. Francesco d'Errico, a world authority on this kind of problem, contributed the following comments on this issue (*in litteris*, August 23, 1995): «Experimentation carried out by me and other colleagues shows that stone tools with sharp points can produce engraved lines which display none of the features characteristic of stone tool use and that can be hardly distinguished from those produced by metal points». «My unpublished technological analysis of Fornols-Haut engravings (...) shown that clues demonstrating the use of lithic implements are present on these figures but that they occur rather rarely. The research was carried out in the laboratory using high resolution casts of the engraved panels examined by mean of low-angled light as well as a scanning electron microscope. If such an analysis had to be limited to field observations the majority if not all of these clues would have remained unnoticed». These statements seem sufficient to demonstrate that the categorical nature of Bednarik's conclusion as regards the tool used to engrave the human figure from Ribeira de Piscos is totally without basis.

8.7. Absence of archaeological context

Bednarik (1995a) states that the Paleolithic, Epipaleolithic, or even Mesolithic, settlements closest to the Côa art sites are more than 120 km away and that, therefore, there would be no archaeological context for that art, if it were indeed Paleolithic. The fact that he uses this as part of the argument against the Côa art being of Paleolithic age (Bednarik n.d.) is intriguing since, contrary to what he had to say on last glacial faunas, this time he does equal «absence of evidence» with «evidence of absence». In this case, however, the equation is not appropriate, in the first place because, although still few and far between (due to the traditional bias towards caves and the fact that there are no limestone outcrops in the area), several Upper Paleolithic sites have been found in the Spanish Meseta since the early 1980's. Bengoechea *et al.* (1986) and Fabian (1986), for instance, report Solutrean and Magdalenian open air settlement sites in the Valladolid and Salamanca provinces, across the border from Portugal (Fig. 5). So, if the issue of archaeological context is looked at from a regional perspective, it is quite clear that interpretation of absence is not what is at stake here.

If looked at from a local perspective the fact that, until recently, no Upper Paleolithic archaeological sites had been found in the Côa valley (or, more generally, in Northern Portugal) was in itself meaningless because no survey for Paleolithic sites had ever been carried out. In other words, since no one had ever looked for the evidence, any assessment regarding the presence or absence of such evidence would in this case be scientifically illegitimate. Recent developments illustrate the point better than any further considerations on logic. On August 14, 1995, at 10 a.m., after only 20 minutes of the first serious archaeological survey of the Côa valley by experienced Paleolithic archaeologists, an open air camp site was found at Cardina, on a Pleistocene platform *ca.* 3 km upriver from Penascosa (Fig. 1). The lithic assemblage so far recovered in the test excavations already carried out at this site is mostly made up of flint and rock crystal tools and cores whose typological and technological characteristics are consistent with an Upper or Terminal Magdalenian age (10,000-12,000 BP). Testing carried out in September at a second nearby platform revealed an extremely rich archaeological level at a depth of *ca.* 1 m below the surface. The thousands of lithic artifacts recovered in the 4 m² test make up an assemblage that is typical of the Late Gravettian: similar assemblages excavated in several cave and open air settlement sites located in Portuguese Estremadura have already been radiocarbon dated to *ca.* 22,000 BP. It should be quite clear from these examples that there must be many more sites in the region waiting to be found.

9. BEDNARIK'S ARGUMENTS ON STYLE

The most forceful statements regarding the stylistically non-Paleolithic nature of the Côa valley art petroglyphs in Bednarik's dating report (Bednarik 1995b) are the following:

• Regarding bovids

«several bovids have internal markings on muzzles that do not resemble Paleolithic art»; «the horns on bovids do not resemble those on most of the supposed aurochs figures of Paleolithic times, particularly those presumed to be of the Solutrean. They do, however, resemble the forward position and twist found in modern Iberian cattle breeds»; «These [modern Iberian cattle breeds] also share the slim head shape found in the Côa figures». In sum, given their muzzles, their head shape, and their horns, the Côa bovids are domestic oxen, not aurochs.

• Regarding caprids

«Even more inappropriate is the description of the caprid-like figures as ibexes. The large and distinctly curved horns of the ibex are not present, instead the horns found in the petroglyphs resemble those of certain domestic goats»

• Regarding equids

«The line indicating the overlap of the haunch in the horse at Ribeira de Piscos is not normally found in Paleolithic animal pictures».

Although it is really hard to be wrong on all counts, the fact is that not one of Bednarik's above quoted affirmations has any correspondence in reality. «The line indicating the overlap of the haunch» can be found, for instance, in painted horses from Ekain (Altuna and Apellániz 1978; Apellaniz 1987) or Niaux (Clottes 1984), just to mention two cases. As for the bovids, the comparison in Fig. 6 between an aurochs head from Lascaux and one of those Bednarik claims to have analyzed at Penascosa should be enough to solve the issue concerning «internal marks on muzzles» and «forward position and twist» of the horns. As regards horns, comparison (Fig. 6) with the engraved slabs from Parpalló (Villaverde 1994) actually confirms the attribution of most of the Paleolithic Côa art to pre-Magdalenian times. In Fig. 6, the «slim head shape» of some of the Côa bovids is also compared to that of the famous aurochs of the Grotte de Tête du Lion, in Ardèche, radiocarbon dated (by association with a close-by hearth containing fragments of the pigment used in the painting) to ca. 21,500 BP (Combier 1984). This figure, as well as several of the aurochs from Pech Merle (Lorblanchet 1984), also share with many of Bednarik's «domestic» bovids of the Côa the

squarish shape of the muzzle. As for the caprids, the four representations in Fig. 5 (one from Penascosa, one from Canada do Inferno, and two from Quinta da Barca) should be enough to enlighten the reader as to Bednarik's affirmation that the «large and distinctly curved horns of the ibex are not present»! Even the more schematic of these horn representations show the characteristic twisted shape that allows the unmistakable identification of these caprids as belonging to the Iberian variety of ibex, *Capra pyrenaica* (cf. Altuna and Apellániz 1978).

In short, the specific conventions mentioned by Bednarik (1995b) conform completely with what is known from well dated Paleolithic art and the criteria he uses to describe the Côa animals as domesticates would imply that bovids and caprids had been domesticated in the Franco-Cantabrian region as early as 20,000 years ago! This is obviously absurd, and deserves no further comment except that, as was the case with Watchman, it seems fair to conclude that Bednarik came to the Côa essentially for two reasons: to prove himself right, that is, to find «evidence» of the correctness of his previous statements on the post-Paleolithic age of the stylistically Paleolithic petroglyphs; and to make an innovative point regarding preservation policies for rock art sites since, according to them, «if the art were to be shown to be post-Paleolithic, its importance would diminish dramatically and the controversy concerning its preservation would be largely resolved» (quoted from a letter by Bednarik and Watchman offering their services to EDP's board of directors, dated March 24, 1995).

10. VALIDITY OF DATING BY STYLE IN SOUTHWESTERN EUROPE

Since AMS dating of pigments was introduced, 25 individual paintings from the sites of Altamira, Chauvet, Cougnac, Cosquer, Covaciella, El Castillo, Le Portel, Niaux and Pech Merle have been directly dated. The results obtained ranged from 12,000 to 32,000 BP; that is, except for two unpublished contaminated samples from Gargas and Bédeilhac, there are no instances of rock art attributed to the Upper Paleolithic in Southwestern Europe that turned out to give Mesolithic, Neolithic, Chalcolithic or even later ages, when directly dated by ¹⁴C AMS (Clottes and Lorblanchet, personal communications). The probability that this is due to simple chance is so infinitely small that it can be considered nil.

The reason why is that, unlike the case in most other regions of the world, archaeologists in Southwestern Europe are fortunate enough to have at their disposal an independent standard against which the characteristics of rock art can be compared: that provided by mobiliary art. It cannot be argued, therefore, that stylistic dating of rock art is non-scientific because it cannot be refuted: it can. To refute the stylistic dating of the Côa and other Iberian open air petroglyph sites

to the Upper Paleolithic is actually straightforward: find stylistically identical figures in contexts well dated to later time periods, for instance, in rock slabs from Mesolithic settlement sites, in Neolithic pottery, in dolmenic art, or in Bronze Age sculpture. Such findings have never been reported in Southwestern Europe. Therefore, in what concerns this part of the world, and in the present state of our knowledge, the proper scientific stand can only be that of accepting what has been confirmed by one hundred years of research: that stylistically Upper Paleolithic engravings are indeed of Upper Paleolithic age. This is all the more so in the case of the Côa region because its late Holocene history is relatively well known, particularly after recent work carried out in the area by S. O. Jorge (Jorge 1993; see also Alarcão 1990): megaliths, as well as rock shelters painted in the same style as some of such megaliths, are a well known feature of the archaeology of central Portugal; important Chalcolithic settlements and Bronze Age sites with decorated *statues-menhirs* exist only a few kilometers from the Paleolithic rock art sites; Iron Age art in the Côa valley is recognizable not only by style but also by the fact that the horses are mounted by humans that carry characteristic weapons found in burials from that time. The hypothesis of the survival in the Côa, into late pre-historic times, of a Paleolithic group with a Paleolithic economy and a Paleolithic art is therefore pure nonsense.

This conclusion is also supported by the other chronological method traditionally used in art history: the analysis of the stratigraphic superposition of figures. At Vermelhosa, a newly discovered rock art site close to the confluence between the Côa and the Douro (Fig. 1), there is a panel with a very fresh Iron Age engraving (a mounted warrior with characteristic weapons) superimposed on a very patinated fine lined deer filled with *grabado estriado*. The latter is virtually identical to those found in engraved bones from the Early Magdalenian levels of Altamira and Castillo (Cabrera and Giménez 1989). It is quite clear that, if the Iron Age figure is 2000 to 3000 years old, then the stylistically Paleolithic one has to be much older. Similar fine lined engravings are known in association with the larger sized pecked engravings from the better known locations in the Côa valley itself. One particular instance is an aurochs from the panel at Ribeira de Piscos that also contains the anthropomorphic figure Bednarik claims to have been made with a metal tool. The interior of this aurochs is also filled with *grabado estriado*, which Bednarik (1995b) claims to be unusual for Paleolithic art. Instead, this technique is characteristic of Solutrean and Early Magdalenian engravings in both the parietal and the mobiliary art of Iberia.

One of the main objections raised by Bednarik (1995b) against the validity of stylistic dating is the fact that such naturalistic art traditions as the Spanish Levantine «were initially attributed to the Pleistocene, then to the Mesolithic, and are now considered to be Neolithic». He uses this as an example that «the idea

that naturalistic art is a typical Paleolithic phenomenon is clearly false», and as another argument against a Paleolithic age for the Côa petroglyphs. This line of reasoning is, however, misleading. First, nobody attributed the Côa figures to the Paleolithic on the basis that they were naturalistic in general but because of their particular naturalistic style, which is typical of European Paleolithic art and very different from Levantine. Second, the attribution of Levantine art to the Paleolithic by Breuil was not based on parallels with well-dated mobiliary art but entirely on archaeological speculation regarding historical links between Mediterranean Spain and North Africa. Third, such attribution never represented a scientific consensus and was immediately criticized, particularly by Spanish researchers such as Hernandez-Pacheco, who as early as the 1920's presented a strong case in favor of a post-Paleolithic age for the Levantine art. Fourth, the final demonstration that such was the case has come about in recent years through the application of the traditional art history methods which, according to Bednarik (1995b), «rock art science outside Europe does not accept»: the realization that, in some panels, Levantine figures were stratigraphically superimposed on «macro-schematic» themes which, in turn, were identical to those found in the decoration of Early Neolithic ceramics (Beltrán 1982; Marti and Hernandez 1988).

Bednarik's misuse of the evidence pertaining to the Holocene rock art of Iberia is also apparent when he quotes approvingly from a paper by Portuguese rock art researcher A. M. Baptista on Vale da Casa, a site with several Iron Age engraved panels located near Pocinho, a few kilometers downstream from the confluence between the Côa and the Douro (Bednarik n.d.). In this work, Baptista (1983) commented on the very sinuous cervico-dorsal lines of the Vale da Casa horses as representing the resurgence of a convention that Leroi-Gourhan considered typical of the early stages of Upper Paleolithic art. Based on this example, he went on to caution against the use of stylistic criteria alone in rock art dating and to stress the need for considering the archaeological context as well. As a further example of this, he mentioned a horse figure from Vale da Casa that, according to him, would show some stylistic similarities with the Mazouco horse (the first open air engraving to be attributed to the Paleolithic — Jorge *et al.* 1981) and that, were it not for the clear Iron Age context of the site (where horses are often mounted by warriors carrying characteristic weapons), might have been considered, therefore, of Paleolithic age as well. Had Bednarik actually read Baptista's paper and looked at the illustrations that accompany it, he would have immediately realized that these were not suitable grounds on which to seek support for his case. Apart from the sinuous cervico-dorsal lines of the horses, nothing else in Vale da Casa resembles Mazouco or Paleolithic art in general: the figures are all very small (10 cm or less, for the most part), the perspective is entirely different (the hindquarters are depicted as seen from the back, the rest of the body

in profile) and the overall proportions of the bodies (often very elongated and with short limbs, that is, «dog-like») are non-naturalistic. To use Vale da Casa as a further argument against the stylistic dating of the Côa art to the Paleolithic, and as another example of the unreliability of stylistic dating in general, is therefore a gross distortion of the evidence, as is also Bednarik's omission of Baptista's opinions on the Côa: he is one of the Portuguese rock art researchers hired by the Portuguese government to study the art of the valley and he has always sustained the Paleolithic age of the stylistically Paleolithic engravings which Bednarik «dated» to recent times.

The other argument used by Bednarik (1995b) to substantiate his affirmation that stylistic dating should be abandoned (and should never have been accepted in the first place) is that, in some instances, AMS radiocarbon dating of pigments has shown that the age predicted by archaeologists on the basis of stylistic analysis has had to be corrected. The most striking case of that would be Chauvet, where an Aurignacian age was obtained, instead of the Solutrean age predicted by stylistic dating (Clottes *et al.* 1995). More than anything else, however, this case provides an illustration of the shortcomings of Leroi-Gourhan's system which, for the earlier periods, is not based on the rule of following parallels with mobiliary art but, instead, on the assumption that animal representation evolved from simple to complex. It is this assumption that is proven wrong by the dates for Chauvet, not the methods of stylistic analysis. Actually, comparison with the mobiliary art of the German Aurignacian shows that, both as concerns style and the animals represented (rhino, horse, lion, bear), the dates for Chauvet make perfect sense.

Even if, however, one accepts for the sake of argument that the error of 50% that occurred in the extreme case of Chauvet is typical of the stylistic dating of Southwestern Europe Paleolithic rock art, stylistic dating would still be a much better tool than the combined «direct dating» techniques used in the Côa by Bednarik and Watchman: their results diverge not by 50%, but by at least 3000%! In any case, it is quite clear that the typical error involved in stylistic dating is far less than 50%, and more often than not the results obtained by AMS direct dating of paintings have been in accord with archaeological expectations. One well-known example was the experiment in dating bison from Altamira, Castillo and Niaux that were all considered to be of «Early Style IV», that is, to date between 16,000 and 13,000 BP. The results obtained — 12,890±160 for Niaux, 12,910±180 and 13,060±200 for Castillo, and an average of 14,000±400 for three samples from Altamira — confirmed the stylistic age (Valladas *et al.* 1992). The same happened recently with the bison from the new site of Covaciella, in Asturias, where two «Style IV» bison were directly dated to *ca.* 14,000 BP (J. Fortea, *in litteris*, September 10, 1995).

This should not be interpreted as indicating that archaeologists are content with stylistic dating and that new direct dating techniques should be considered unwelcome and unnecessary. The present author's position in this regard is exactly the opposite: better dating tools are indeed badly needed. This does not mean, however, that one should throw the baby out with the bath water. Stylistic analyses of pre-historic art have resulted in sound achievements that cannot be readily dismissed by techniques whose reliability is unknown or questionable. The insistence by some practitioners of those techniques, such as Bednarik and Watchman, on refusing to recognize the limits of their own methods and the merits of classical approaches represents a more serious obstacle to the development of reliable direct dating technologies than the reluctance of more traditionally oriented archaeologists in accepting methods derived from the experimental sciences. Such insistence in any case leads those practitioners to a paradox and a methodological dead end: since the direct dating of every single one of the millions of figures known from rock art all over the world is obviously impossible, they have to accept that the direct dating of some is meaningful only if their age can be used, through stylistic and contextual criteria, to substantiate a chronological attribution of those that it will never be possible to date directly. If stylistic dating is totally invalid, why, then, would anyone want to develop direct dating techniques? Or are Bednarik and Watchman implying that only the dated figures should be accepted and that, therefore, the overwhelming majority of the evidence should be discarded? If so, would not that be the equivalent of transforming rock art studies, not into the «science» that they claim to practice, but into a dilettante «hobby»?

This attitude of absolute rejection of the methodological and substantive achievements of mainstream archaeology and rock art research led Bednarik and Watchman to accept the condition set by EDP that their work should be carried out in total isolation from Portuguese prehistorians. Inconceivable on purely ethical terms, the acceptance of this condition turned out to be fatal also on purely scientific grounds. Had they «bothered» to follow the traditional rules of international scientific cooperation, they would have realized from the start that many expectations derived from their Australian experience were totally unreasonable in the Iberian context (such as, for instance, the idea that, if old, the engravings should be covered by thick layers of rock varnish). Had they «bothered» to consult with their Portuguese colleagues, they would immediately have realized how inconceivable it is (at least outside the paradigms of «scientific creationism») that the incision of the Côa valley, which is more than 200 m deep, could have begun only in the mid-Holocene. Had they «bothered» to do their background homework on Iberian history and prehistory, they would immediately have realized that their dates could not possibly be correct. Thus, the spectacular failure of Bednarik and

Watchman's «direct dating» methods (which is not without parallel in the past — cf. Glozel) also conveys a moral: that norms of professional ethic should be followed not only out of respect and consideration for your colleagues but also, and perhaps even more importantly, for the very selfish reason that they are the best possible insurance against making a fool of yourself.

11. CONCLUSION

Watchman's maximum age is not directly based on the radiocarbon results he obtained but on an interpretation of those results that is based on false or unverified assumptions. It is in any case contradicted by Dorn's minimum ages. The latter can only be used to refute Watchman's attribution to the historical period of the figures analyzed, they do not refute the attribution of the Côa petroglyphs to the Paleolithic: it is obvious that the statement that a figure was made before 2000 or 5000 BP does not contradict the statement that it is older than 10,000 BP. As for Bednarik, his arguments for a late age of the Côa valley art are based entirely on demonstrably false stylistic and contextual arguments.

The shortcomings of stylistic dating mean that it cannot be used with absolute certainty to attribute individual figures to a specific period of the Upper Paleolithic. On present evidence, it would seem, for instance, that it is difficult to define a specifically Early Magdalenian style as opposed to a specifically Late Gravettian one (or, at least, that archaeologists and rock art experts have not yet been able to devise adequate criteria to recognize and differentiate stylistic conventions exclusive of each of those time periods). However, AMS radiocarbon dating has shown that, in Southwestern Europe, the criteria used to attribute rock art to the Upper Paleolithic in general have stood the test of direct dating.

In this context, only if the results of a detailed archaeological and geological study of the valley showed that the Côa valley petroglyphs could not possibly date to the Paleolithic, would it be scientifically legitimate to question such an age. Those studies have just begun, and the first results obtained are entirely in agreement with the stylistic dating. Therefore, the only possible conclusion that on present evidence can be extracted from the controversy regarding the dating of the stylistic Paleolithic petroglyphs of the Côa valley is that there is absolutely no valid reason to question their chronological attribution to the Upper Paleolithic, that is, to the period between 10,000 and 30,000 years ago.

ACKNOWLEDGMENTS

This paper is based on the text of a presentation to the September 1995 International Rock Art Congress in Turin (Italy). My participation in this Congress was made possible thanks to the support of the *Associação dos Arqueólogos Portugueses*. António Monge Soares, Francesco d'Errico, Michel Lorblanchet, Paul Bahn and William K. Barnett contributed useful comments to previous versions. I remain solely responsible for any errors or omissions.

REFERENCES

- ALARCÃO, J. (ed.) (1990) — *Portugal — Das Origens à Romanização*, Lisboa, Presença.
- ALTUNA, J.; APELLÁNIZ, J. M. (1978) — «Las figuras rupestres de la cueva de Ekain (Deva, Guipuzcoa)». *Munibe*, 30 (1-3), p. 7-151.
- APELLÁNIZ, J. M. (1987) — «Arte rupestre en el País Vasco», in *Arte Rupestre en España*, Madrid, Revista de Arqueología, p. 38-45.
- AURA, E.; VILLAVEVERDE, V. (1995) — «Paleolítico Superior final y Epipaleolítico antiguo en la España mediterránea (18,000-9000 B.P.)», in MOURE, A.; GONZÁLEZ-SAINZ, C. (eds.) — *El final del Paleolítico Cantábrico*, Santander, Universidad de Cantabria, p. 313-340.
- BAHN, P. G. (1995) — «Cave art without the caves». *Antiquity*, 69, p. 231-237.
- BAHN, P. G.; BEDNARIK, R. G.; STEINBRING, J. (1995) — «The Peterborough Petroglyph Site: Reflections on Massive Intervention in Rock Art». *Rock Art Research*, 12 (1), p. 29-41.
- BALBÍN, R.; ALCOLEA, J.; SANTONJA, M. (1995) — «El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Verde (Salamanca, España): una vision de conjunto». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), p. 73-102.
- BAPTISTA, A. M. (1983) — «O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa — (Vila Nova de Foz Côa)». *Arqueologia*, 8, p. 57-69.
- BARD, E.; ARNOLD, M.; MAURICE, P.; DUPRAT, J.; MOYES, J.; DUPLESSY, J.-C. (1987) — «Retreat velocity of the North Atlantic polar front during the last deglaciation determined by ¹⁴C accelerator mass spectrometry». *Nature*, 328, p. 791-794.
- BEDNARIK, R. G. (1992a) — «A new method to date petroglyphs». *Archaeometry*, 34 (2), p. 279-291.
- BEDNARIK, R. G. (1992b) — «Developments in Rock Art Dating», *Acta Archaeologica*, 63, p. 141-155.
- BEDNARIK, R. G. (1995a) — «More news from Hell's Canyon, Portugal». *AURA Newsletter*, 12 (1), p. 7-8.
- BEDNARIK, R. G. (1995b) — *Côa valley rock art analytical research program*. Internal report to EDP (Electricidade de Portugal).
- BEDNARIK, R. G. (n. d.) — «Archaeology goofs again: Portugal's Piltown». *Rock Art Research* (in press).
- BELTRÁN, A. (1982) — *Rock art of the Spanish Levant*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BINFORD, L. (1983) — *In Pursuit of the Past*, London, Thames and Hudson.
- CABRERA, V.; GIMÉNEZ, M. (1989) — «Arte mueble paleolítico en la Cornisa Cantábrica», *Revista de Arqueologia*, 103, p. 12-24.

- CARDOSO, J. (1993) — *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras.
- CLOTTE, J. (1984) — «Grotte de Niaux», in *L'Art des Cavernes*, Paris, Ministère de la Culture, p. 416-423.
- CLOTTE, J.; CHAUVET, J.-M.; BRUNEL-DESCHAMPS, E.; HILLAIRE, Ch.; DAUGAS, J.-P.; ARNOLD, M.; CACHIER, H.; EVIN, J.; FORTIN, Ph.; OBERLIN, Ch.; TISNERAT, N.; VALLADAS, H. (1995) — «Les peintures paléolithiques de la Grotte Chauvet-Pont d'Arc (Ardèche, France): datations directes et indirectes par la méthode du radiocarbène». *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences de Paris*, 320, IIa, p. 1133-1140.
- COMBIER, J. (1984) — «Grotte de la Tête-du-Lion», in *L'Art des Cavernes*, Paris, Ministère de la Culture, p. 595-599.
- DAVEAU, S. (1980) — «Espace e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos». *Clio*, 2, p. 13-37.
- DAVIDSON, I. (1983) — «Site variability and prehistoric economy in Levante», in BAILEY, G. (ed.) — *Hunter-gatherer economy in prehistory: a European perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 79-95.
- DAWKINS, R. (1991) — *The Blind Watchmaker*, Harmondsworth, Penguin Books.
- DORN, R. I. (1995) — *Radiocarbon Dating the Foz Côa Petroglyphs Using Organic Matter Encapsulated in Weathering Rinds*. Summary of report to EDP (Electricidade de Portugal).
- DUPLESSY, J. C.; LABEYRIE, L.; ARNOLD, M.; PATERNE, M.; DUPRAT, J.; VAN WEERING, T. C. E. (1992) — «Changes in surface salinity of the North Atlantic Ocean during the last deglaciation». *Nature*, 358, p. 121-144.
- EDP [ELECTRICIDADE DE PORTUGAL] (1995) — *Projecto Datação*. Document circulated in the July 13 press conference of EDP's board of directors.
- FERREIRA, O. V. (1964) — «Jazidas quaternárias com fauna de vertebrados encontradas em Portugal». *Arqueologia e História*, 8th series, 11, p. 39-57.
- FISCHMAN, J. (1995) — «Portuguese Rock Art Gets Younger». *Science*, 269, p. 304.
- HARLÉ, E. (1910-11) — «Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. Mémoire suivi d'une liste générale de ceux de la Péninsule Ibérique». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, VIII, p. 22-85.
- JORGE, S. O. (1993) — «O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História recente do Norte de Portugal». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (1-2), p. 163-212.
- JORGE, S. O.; JORGE, V. O.; ALMEIDA, C. A. F.; SANCHES, M. J.; SOEIRO, M. T. (1981) — «Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta)». *Arqueologia*, 3, p. 3-12.
- LORBLANCHET, M. (1984) — «Grotte du Pech-Merle», in *L'Art des Cavernes*, Paris, Ministère de la Culture, p. 467-474.
- MARKS, A. E.; BICHO, N.; ZILHÃO, J.; FERRING, C. R. (1994) — «Upper Pleistocene Prehistory in Portuguese Estremadura. Results of Preliminary Research». *Journal of Field Archaeology*, 21, p. 53-68.
- MARTÍ, B.; HERNANDEZ, M. S. (1988) — *El Neolítico Valenciano. Arte rupestre i cultura material*, Valencia, Servei d'Investigació Prehistòrica.
- MATEUS, J.; QUEIRÓS, P. (1993) — «Os estudos de vegetação quaternária em Portugal: contextos, balanço de resultados, perspectivas», in ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O ESTUDO DO QUATERNÁRIO — *O Quaternário em Portugal. Balanço*

- e *Perspectivas*, Lisboa, Colibri, p. 105-131.
- PÓVOAS, L.; ZILHÃO, J.; CHALINE, J.; BRUNET-LECONTE, P. (1992) — «La faune de rongeurs du Pléistocène Supérieur de la Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal)». *Quaternaire*, 3 (1), p. 40-47.
- REBANDA, N. (1995) — *Os trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- REEDY, R. C.; TUNIZ, C.; FINK, D. (1994) — «Report on the Workshop on Production Rates of Terrestrial In situ-produced Cosmogenic Nuclides». *Proceedings of the Sixth International Conference on Accelerator Mass Spectrometry*, in *Nuclear Instruments & Methods in Physics Research*, B92 (1-4), p. 335-339.
- ROCHE, J. (1971) — «Le climat et les faunes du Paléolithique moyen et supérieur de la province d'Estremadura», in *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, p. 39-48.
- ROCHE, J. (1972) — «Faunes du Pléistocène Supérieur et final de l'Estremadura, Portugal». *Annales de Paléontologie (Vértebrés)*, 58 (2), p. 229-242.
- RODRIGUES, M. L. E. (1991) — «Depósitos e evolução quaternária das vertentes nas depressões de Minde e de Alvados. Maciço Calcário Estremenho, Portugal». *Finisterra*, 51, p. 5-26.
- SÁ, C. C.; FERREIRA, A. R. (1995) — «A Fraude». *O Independente*, Lisboa, July 7.
- SALEMA, I. (1995) — «Alan Watchman ao PÚBLICO. Um paleolítico "absurdo"». *Público*, Lisboa, July 8.
- TORRES, T. (1979) — «Osos pardos fósiles encontrados en Portugal». *Cuadernos de Espeleologia, Santander*, 9-10, p. 155-168.
- TURNER, C.; HANNON, G. E. (1988) — «Vegetational evidence for late Quaternary climatic changes in southwest Europe in relation to the influence of the North Atlantic Ocean». *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, B 318, p. 451-458.
- VALLADAS, H.; CACHIER, H.; MAURICE, P.; BERNALDO DE QUIRÓS, F.; CLOTTE, J.; CABRERA, V.; UZQUIANO, P.; ARNOLD, M. (1992) — «Direct radiocarbon dates for prehistoric paintings at the Altamira, El Castillo and Niaux caves». *Nature*, 357, p. 68-70.
- VILLAVERDE, V. (1994) — *Arte paleolítico de la Cova del Parpalló. Estudio de la colección de plaquetas y cantos grabados y pintados*, 2 vols., Valencia, Servei d'Investigació Prehistòrica de la Diputació de Valencia.
- WATCHMAN, A. (1995a) — *Executive Summary*. Summary of report to EDP (Electricidade de Portugal).
- WATCHMAN, A. (1995b) — «Dating the Foz Côa engravings, Portugal», in SEGLIE, D. (ed.) — *NEWS 95 - International Rock Art Congress*, Turin, Centro Studi e Museo di Arte Preistorica, p. 98.
- WERLHOF, J. von; CASEY, H.; DORN, R. I.; JONES, G. A. (1995) — «AMS ¹⁴C Constraints on Geoglyphs in the Lower Colorado River Region, Arizona and California». *Geoarchaeology: An International Journal*, 10 (4), p. 257-273.
- ZBYSZEWSKI, G. (1963) — «Jazidas Quaternárias de Salemas (Loures) e de Columbeira (Bombarral)». *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 13 (1-2), p. 137-147.
- ZILHÃO, J. (1988) — «The Early Upper Paleolithic of Portugal», in HOFFECKER, J. F.; WOLF, C. A. (eds.) — *The early Upper Paleolithic: evidence from Europe and the Near East*, Londres, British Archaeological Reports International Series 437, p. 135-155.
- ZILHÃO, J. (1989) — «L'art mobilier paléolithique au Portugal». *Almansor — Revista de Cultura*, Montemor-o-Novo, 7 (Actas do Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica — Nos 25 Anos da Descoberta da Gruta do Escoural), p. 29-36.

- ZILHÃO, J. (1990) — «The Portuguese Estremadura at 18 000 BP: the Solutrean», in SOFFER, O.; GAMBLE, C. (eds.) — *The World at 18,000 BP*, vol. I, Londres, Unwin Hyman, p. 109-125.
- ZILHÃO, J. (1991) — «Le Solutréen du Portugal: environnement, chronologie, industries, peuplement, origines», in *Feuilles de pierre. Les industries à pointes foliacées du Paléolithique supérieur européen. Actes du Colloque de Cracovie 1989*, Études et Recherches Archéologiques de l'Université de Liège 42, p. 485-501.
- ZILHÃO, J. (1993) — «Le passage du Paléolithique moyen au Paléolithique supérieur dans le Portugal», in CABRERA, V. (ed.) — *El origen del hombre moderno en el Suroeste de Europa*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, p. 127-145.
- ZILHÃO, J. (1994) — «La séquence chrono-stratigraphique du Solutréen portugais». *Férvédes*, 1, Lugo, p. 119-129.
- ZILHÃO, J. (1995a) — *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Doctoral dissertation, University of Lisbon.
- ZILHÃO, J. (1995b) — «Política e Ciência na questão do Côa». *Público*, Lisboa, June 13.
- ZILHÃO, J.; SOARES, A. M. (1995) — *Report on the «Direct Dating Project» of the river Côa engravings (Portugal)*. Unpublished manuscript submitted to the Portuguese authorities.

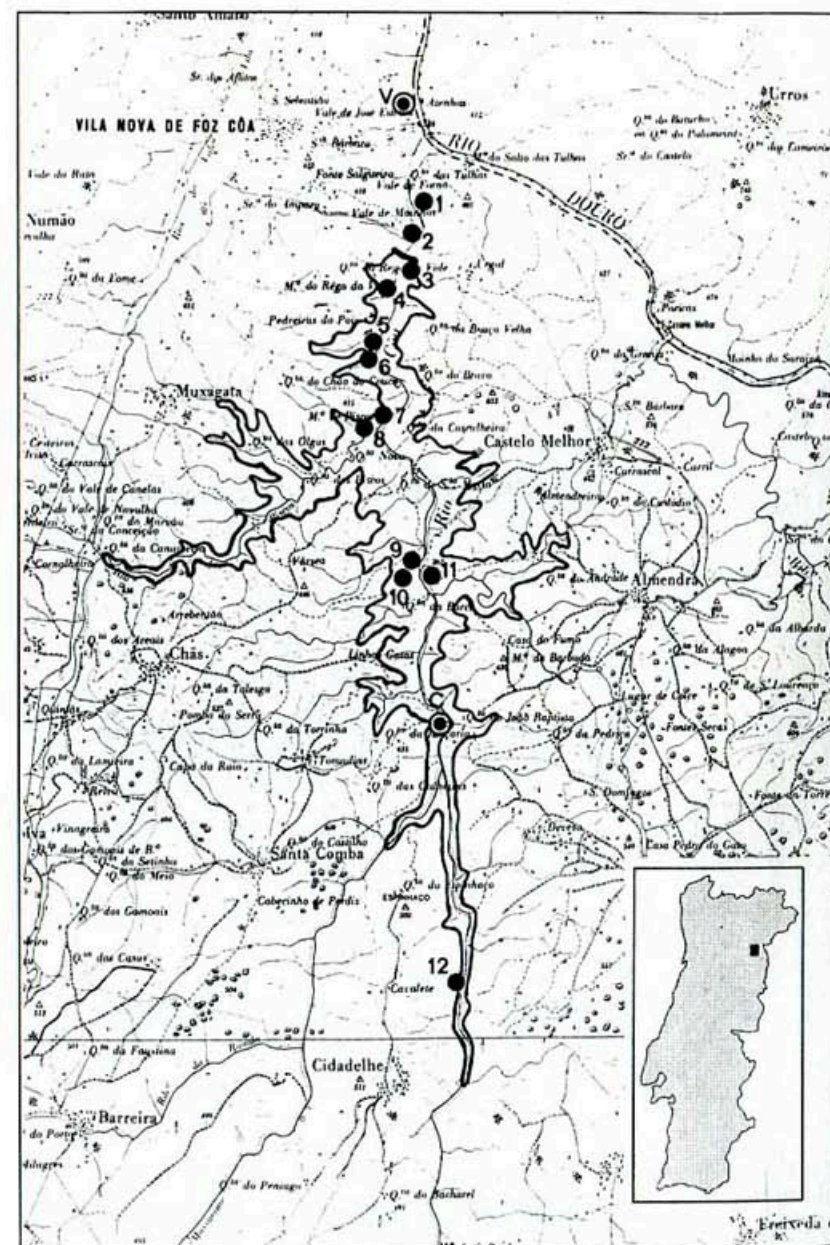


Fig. 1 — The Côa valley, with location of the several clusters of rock art attributed to the Upper Paleolithic on stylistic grounds known until March 1995. The limits of the lake that will flood the area if the dam is constructed are also indicated. The base is the 1:100,000 map of the area published by the *Instituto Geográfico e Cadastral*. After Rebanda (1995). 1. Broeira; 2. Vale dos Moinhos; 3. Canada do Amendoal I; 4. Canada do Inferno; 5. Vale Videiro; 6. Vale de Figueira; 7. Foz de Piscos; 8. Ribeira dos Piscos; 9. Quinta da Barca I-II; 10. Quinta da Barca III; 11. Penascosa; 12. Faia VI. The letters V and C represent, respectively, the Iron Age and Paleolithic art site of Vermelha, on the Douro, and the Upper Paleolithic camp sites of Cardina, on the Côa.

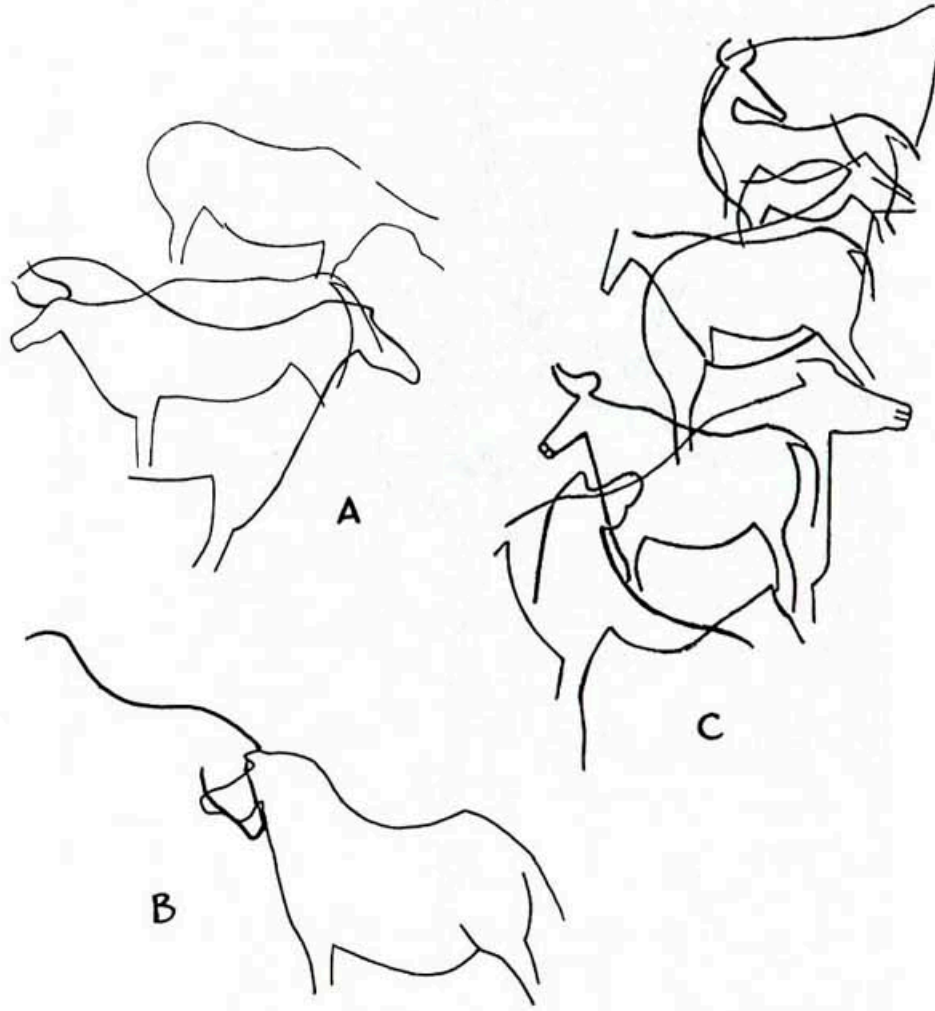


Fig. 2 – The panels analyzed in the framework of EDP's direct dating project. A. Canada do Inferno; B. Ribeira de Piscos; C. Penascosa. In this figure, as well as in Figs. 4, 6 and 7, the tracings were done from photographs and cannot be taken as an exact rendering of the subjects (that from Canada do Inferno has been deliberately oversimplified by the elimination of the less complete or less clear animals). They are presented here as a means to illustrate the discussion, and we consider them to be accurate enough for that purpose. Most of the stylistically Paleolithic figures from the Cõa have sizes between *ca.* 50 cm and *ca.* 1 m.

Genesis of mineral accretions on rock surfaces

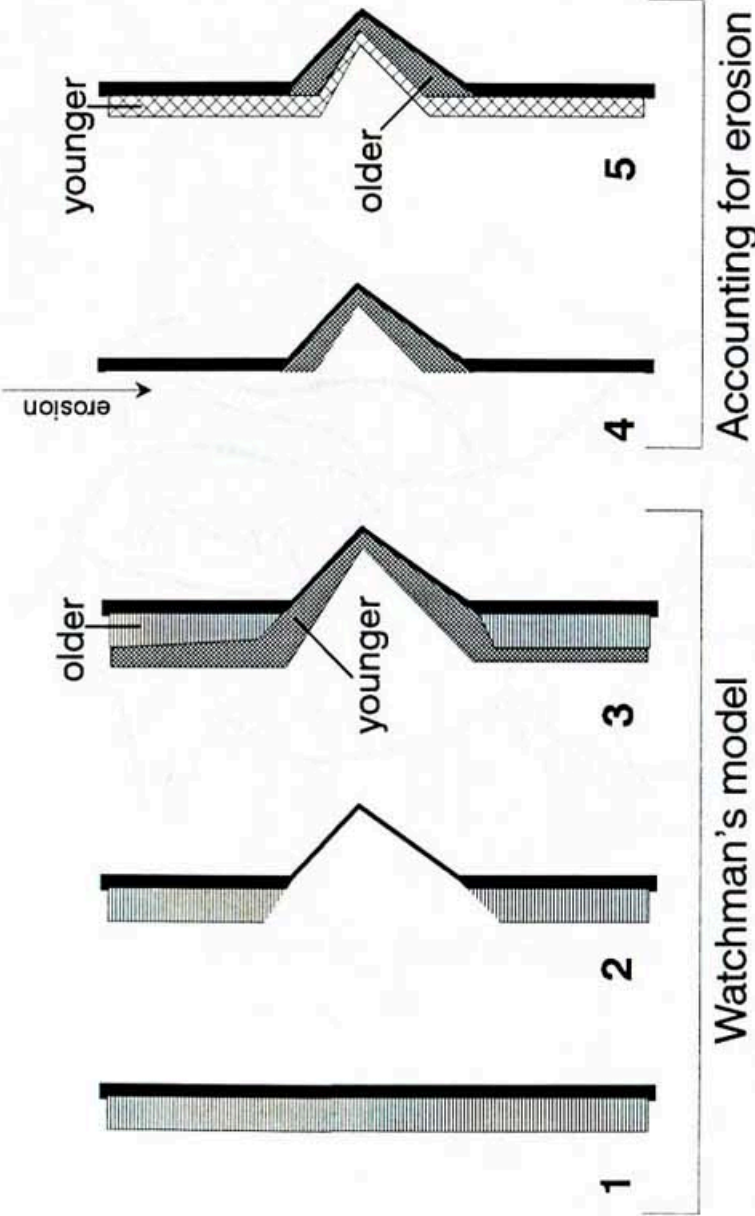


Fig. 3 – Models for the genesis of mineral accretions on rock surfaces. In Watchman's model, the material filling the grooves is younger than that in adjacent rock surfaces: 1. mineral accretion forms on freshly exposed surface; 2. the incision by petroglyph execution eliminates the accretion from the affected area; 3. subsequent accretions fill the groove and bury the former in the adjacent rock surface. If erosional processes are accounted for, the stratigraphic relationship may be reversed: 4. erosion eliminates all mineral accretions on the rock surface, except in the sheltered grooves; 5. subsequent accretions are younger in the adjacent rock surface than at the bottom of the groove.

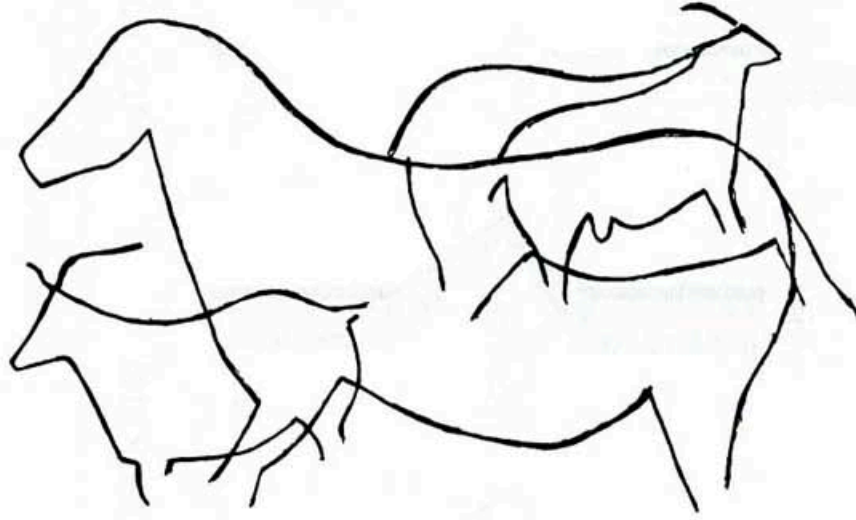


Fig. 4 – Penascosa: tracing of panel 6 (see caption to Fig. 2).

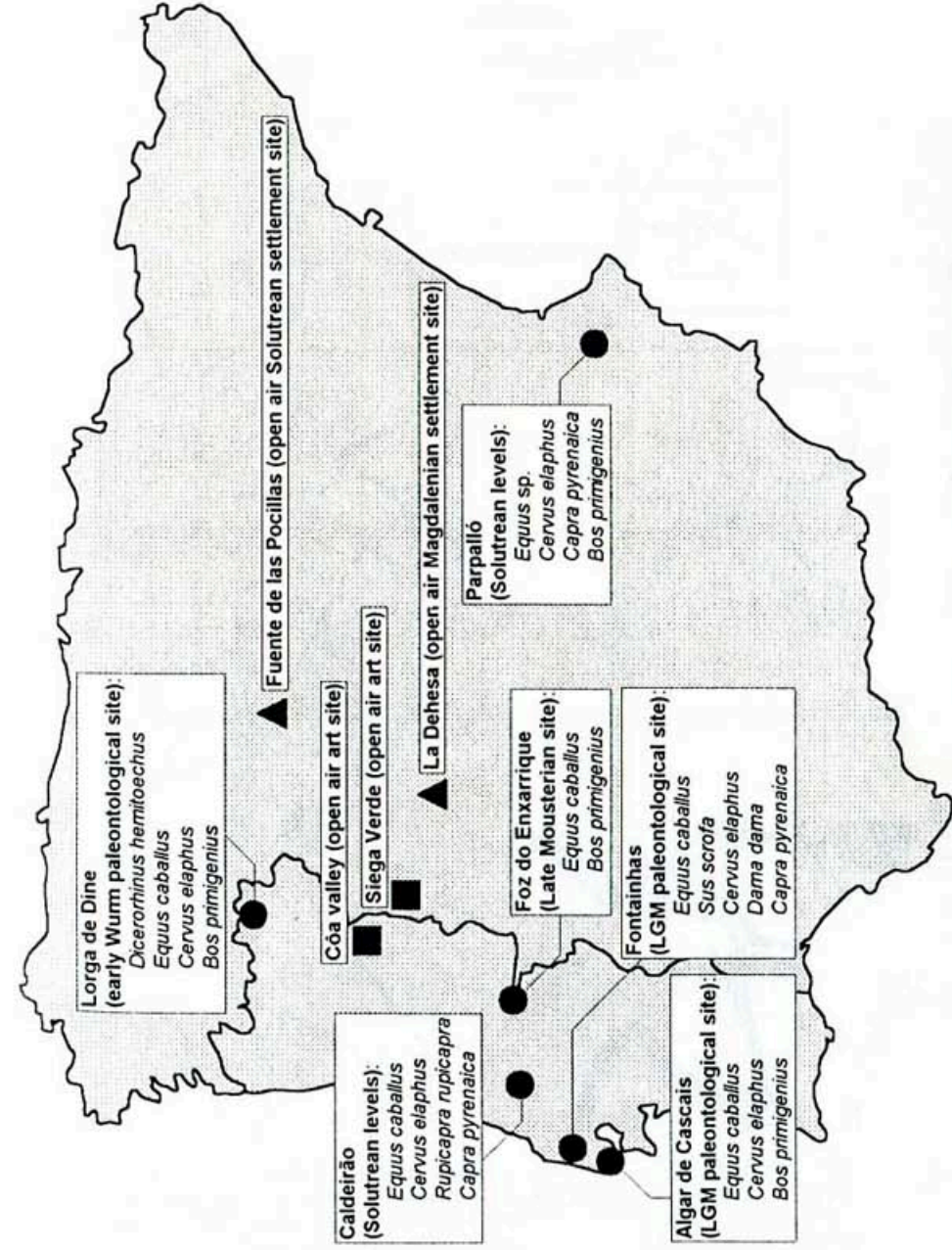


Fig. 5 – Selected Portuguese Upper Paleolithic sites with archaeological and paleontological large herbivore faunas, and settlement sites in Spain close to the Còca valley complex of Paleolithic open air rock art sites.

Shapes	Parpalló	Côa
	Middle Solutrean	present
	Upper Solutrean Solutreo-gravettian Early Magdalenian	present
	Upper Magdalenian	absent

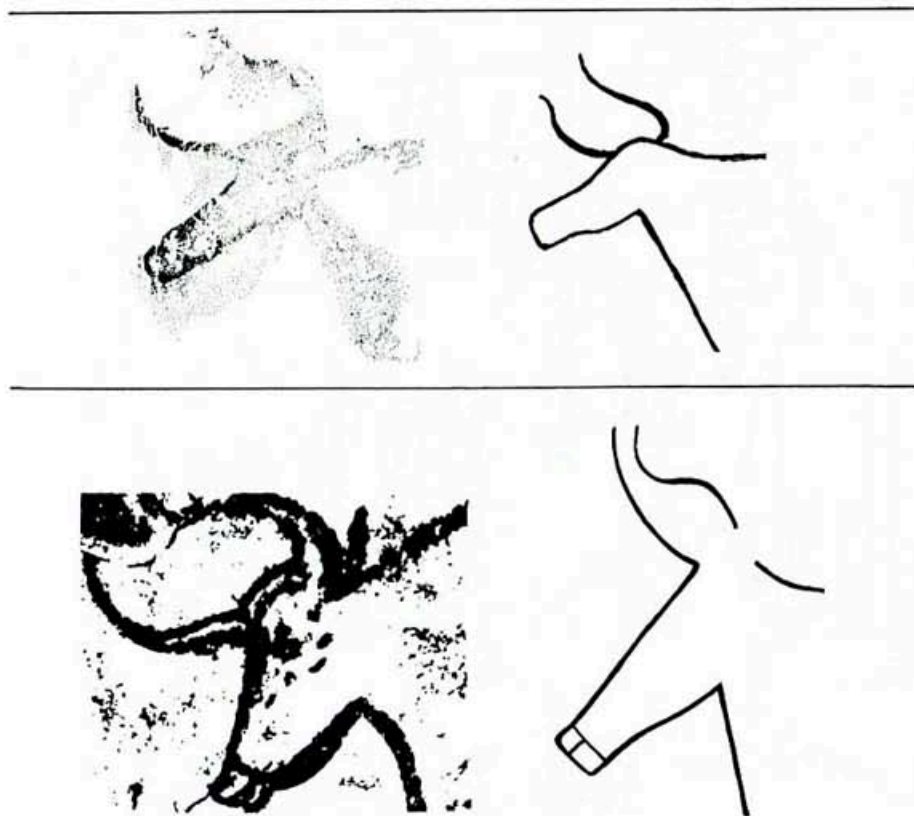


Fig. 6 – Top: horn shapes of the aurochs in the engraved slabs from Parpalló compared to the Côa figures. Middle: the head and horns of the Tête du Lion aurochs (left) compared to an aurochs from the Canada do Inferno panel, which Bednarik describes as a «domestic bovid» (right). Bottom: head and horns of a Lascaux aurochs (left) compared to that of an aurochs from the Penascosa panel analyzed by Bednarik, for whom the shape of its horns and the internal markings on its muzzle «do not resemble Paleolithic art» (right).

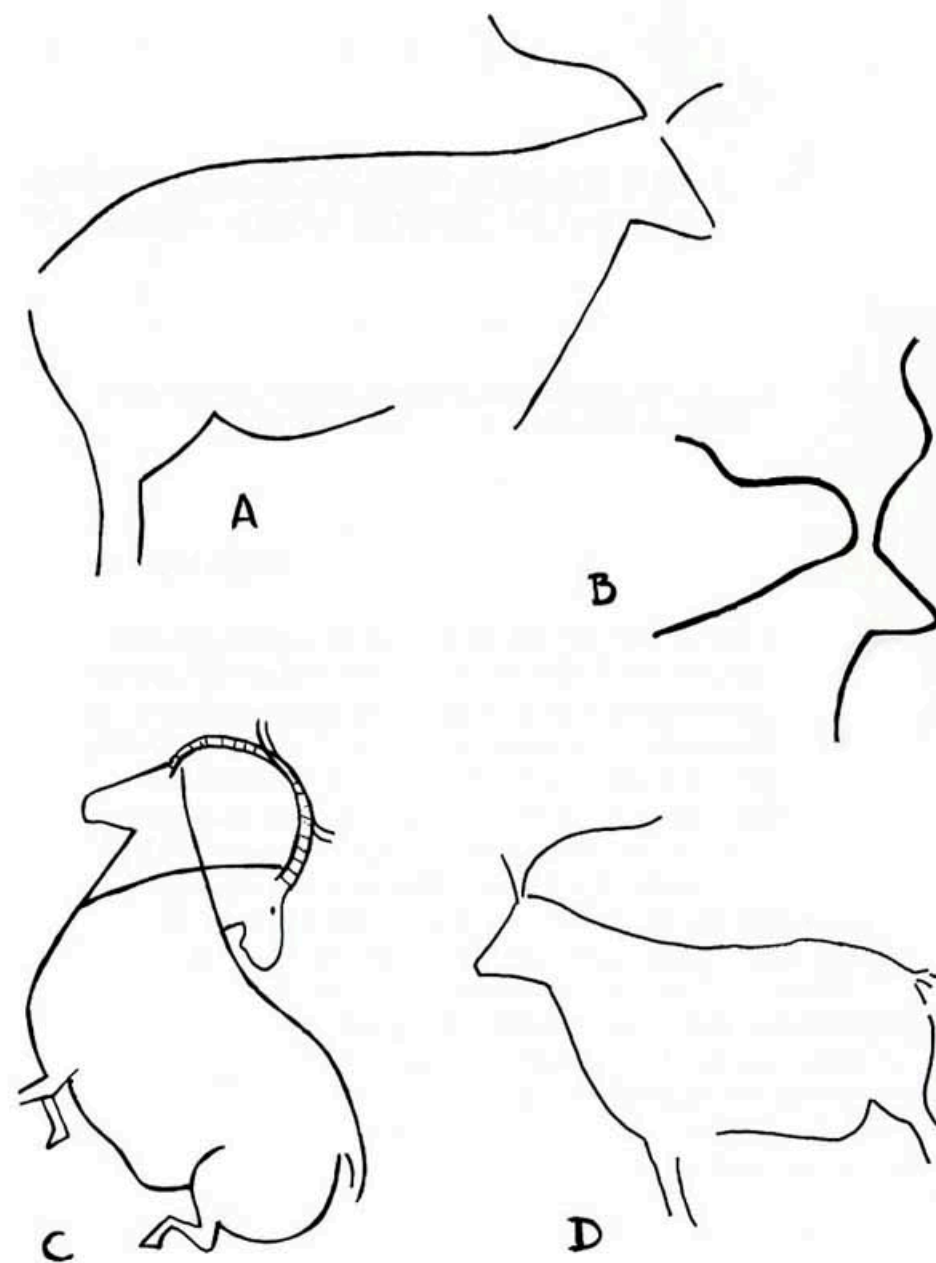


Fig. 7 – Ibex representations in the Côa valley rock art: A. from a panel at Canada do Inferno; B. from a panel at Quinta da Barca I; C. from a panel at Quinta da Barca III; D. from a panel at Penascosa. According to Bednarik, «the large and distinctly curved horns of the ibex are not present, instead the horns found in the petroglyphs resemble those of certain domestic goats».

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PALEOLÍTICO DO SALTO DO BOI (CARDINA, SANTA COMBA, VILA NOVA DE FOZ CÔA)

por

João Zilhão*, Thierry Aubry**, António Faustino de Carvalho*,
Gertrudes Zambujo* & Francisco Almeida*

LOCALIZAÇÃO

O sítio arqueológico do Salto do Boi localiza-se na margem esquerda do rio Côa, cerca de 500 m a jusante da foz da ribeira de Massueime, e está situado cerca de 3 km a montante dos núcleos de gravuras rupestres paleolíticas de Penascosa e Quinta da Barca (Fig. 1). Os terrenos em causa, localmente designados como Cardina, são propriedade do sr. Fernando Augusto Baltazar, residente na povoação de Chãs. Neste ponto do seu curso para norte, o Côa descreve uma curva apertada, determinada pelas dificuldades de ultrapassagem de um importante acidente geológico: uma crista de rochas duras (pórfiros graníticos ou riolíticos) de direcção E-W. O estrangulamento existente no ponto de atravessamento corresponde à zona do vale onde a distância entre as duas margens é mais pequena — apenas 10 m — e está na origem do nome por que o local é conhecido.

Foram identificadas e objecto de sondagem arqueológica duas áreas distintas: Cardina I e Cardina II (Figs. 2-3). Trata-se de plataformas aplanadas, a primeira situada a uma cota de cerca de 25 m acima do fundo do vale e a segunda cerca de 10 m mais abaixo. Em ambos os casos o uso actual do solo é semelhante e corresponde a olivais periodicamente lavrados para remoção do mato rasteiro, tanto por razões agrícolas como de prevenção contra incêndios. Nos últimos anos as lavras têm sido feitas por meios mecânicos, mas sempre sem ultrapassar profundidades da ordem dos 15-20 cm. Em tempos relativamente recentes, ainda de memória do proprietário, toda esta zona era igualmente aproveitada para produção

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa.

** Institut du Quaternaire, Université de Bordeaux I.

cerealífera, sendo ainda visíveis na área Cardina II pequenos muros de contenção de terras derrubados.

DESCOBERTA E ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

O potencial arqueológico do local foi reconhecido em resultado de uma prospecção orientada por critérios decorrentes dos resultados da análise cartográfica. A forma das curvas de nível sugeria a existência neste sítio de aplanamentos susceptíveis de corresponder a zonas de acumulação de depósitos do Plistocénico superior. Por outro lado, a ser esse o caso, a cota acima do fundo do vale a que se encontrariam esses eventuais depósitos punha-os ao abrigo da erosão provocada pelas grandes cheias inverniais do Côa. Sendo o único ponto do vale em que, à escala da cartografia utilizada (1:25.000), tais características eram reconhecíveis, foi à partida seleccionado como local prioritário de investigação. Assim, no dia 14 de Agosto de 1995, uma equipa de prospecção constituída por João Zilhão, António Carvalho e Francisco Almeida dirigiu-se a este sítio com o objectivo de confirmar o potencial previamente intuído, objectivo que foi facilitado pelo facto de os olivais se encontrarem lavrados e limpos de vegetação. As boas condições de visibilidade permitiram, ao fim de alguns minutos, a recolha à superfície, na plataforma subsequentemente designada como Cardina II, de material característico: dois núcleos para lamelas em cristal de rocha; e uma ponta microlítica fusiforme de sílex (Fig. 4, nº 2). A tipologia destes materiais sugeria tratar-se de vestígios de uma ocupação do final do Magdalenense (10.000-12.000 BP). Na plataforma subsequentemente designada como Cardina I foi também recolhido na mesma altura algum material lítico pouco característico (lascas de quartzo e de quartzito).

Estas circunstâncias e, no contexto da polémica decorrente dos resultados do projecto de «datação directa» das gravuras do Côa levado a cabo pela EDP, a premência política de demonstrar a existência de um povoamento paleolítico do vale, determinaram a estratégia de intervenção adoptada. Foi imediatamente aberta uma vala de escavação em L na plataforma Cardina II, na zona adjacente ao ponto onde havia sido recolhida a ponta de sílex — quadrados S/51-55 e Q-R/55 (Fig. 3). Essa vala foi complementada pela abertura de sondagens isoladas destinadas a obter uma primeira avaliação da extensão da mancha de dispersão dos vestígios — quadrados O-P/51 e P45. A natureza arenosa dos sedimentos e o facto de se estar perante depósitos lavrados determinou a opção por uma escavação rápida a pá e picareta acompanhada de crivagem a seco em crivos com malha de 4 mm.

A concluir esta primeira fase da intervenção arqueológica abriu-se igualmente, no último dia (22 de Agosto), uma sondagem na área Cardina I (quadrado

K24 da Fig. 3). A constatação de que, sob a zona afectada pelas lavras, esta área continha estratos intactos, determinou que a segunda fase dos trabalhos, que se reiniciaram a 22 de Setembro e ficaram concluídos a 17 de Outubro, tivesse sido exclusivamente orientada para a caracterização do respectivo potencial arqueológico. Foi aberta uma área de 22 m (quadrados K-L/15-16 da Fig. 3), tendo a escavação sido realizada pelo método da decapagem segundo as camadas naturais, com subdivisão em níveis artificiais no caso dos estratos *in situ*. A elevada densidade de artefactos nas camadas de base obrigou ao uso de pico e colherim, de forma a reduzir ao mínimo os riscos de danificação dos materiais, e tornava impraticável a respectiva coordenação tridimensional individual. Registou-se assim, no que respeita à proveniência, apenas a informação relativa à unidade de escavação (quadrícula e nível) em que as peças foram recolhidas. Tal como na área Cardina II, os sedimentos foram integralmente crivados a seco em crivos com malha de 4 mm.

CARDINA II

Os sedimentos que nesta plataforma se acumulam sobre o substrato xistoso correspondem a um coluvião de composição heterogénea, com uma componente grosseira (areão e seixos, sobretudo de quartzo) heterométrica e mal calibrada, e com uma espessura que variava entre cerca de 35 cm no quadrado S55 e cerca de 70 cm no quadrado P51. Os vestígios arqueológicos são de muito baixa densidade, e correspondem de um modo geral a peças de sílex e cristal de rocha partidas ou de dimensões diminutas. Há igualmente uma componente em quartzito, cujo estado superficial (arestas algo boleadas, bordos esgaçados), no entanto, aponta para que se trate de material transportado, em posição secundária. Os depósitos contêm igualmente raros fragmentos de cerâmica, na sua maior parte moderna. No quadrado P51, porém, foi recolhido um caco pré-histórico decorado (atribuível à Idade do Bronze) a cerca de 50 cm de profundidade.

Estes factos indicam que devemos estar, nesta área, perante uma formação resultante da erosão e redeposição ao longo das vertentes que descem para o rio dos depósitos correspondentes à parte superior da sequência estratigráfica reconhecida na área Cardina I (ver adiante). O momento em que se deu esse coluvionamento não pode, de momento, ser determinado com precisão. Os dados à nossa disposição permitem a formulação de duas hipóteses alternativas:

1. O coluvionamento é antigo, isto é, finiplistocénico, tendo originado a formação de uma cobertura sedimentar homogénea das vertentes abaixo dos 170 m (ver Fig. 2), sobre a qual tiveram lugar as ocupações magdalenenses que deixaram os esparsos vestígios recuperados na escavação da área Cardina II

(os quais estariam portanto em posição primária); a subsequente estabilização dos solos decorrente da colonização do vale pela floresta a partir do Holocénico inicial teria permitido a preservação destas formações até à Idade do Bronze, época em que o uso dado ao local se terá traduzido no abandono de alguma cerâmica; o uso agrícola de época histórica e os revolvimentos decorrentes terão acarretado a incorporação dessa cerâmica nos depósitos e o apagamento do registo estratigráfico original.

2. O coluvionamento é recente, isto é, posterior à Idade do Bronze e, originalmente, todas as ocupações pré-históricas registadas no local terão tido lugar na plataforma correspondente à área Cardina I; subsequentemente (porventura em resultado dos usos agrícolas dados ao local em época histórica), a erosão parcial da parte superior da sequência aí acumulada terá dado origem à redeposição desorganizada, encosta abaixo, das respectivas componentes, incluindo os artefactos (cerâmica do Bronze e indústria magdalenense); estes últimos estariam portanto em posição secundária, e o achado de cerâmica a profundidade relativamente elevada seria explicada não como consequência dos trabalhos agrícolas posteriores à acumulação dos depósitos mas como consequência da natureza e cronologia do próprio processo de acumulação; é aliás possível que a própria intervenção antrópica (construção de muretes) tenha também desempenhado um papel não irrelevante na retenção parcial até ao presente, nas zonas de maior aplanamento (como a plataforma Cardina II), destes coluviões recentes.

À partida, a segunda hipótese parece ser a mais verosímil, e tem a vantagem de poder ser posta à prova de forma relativamente expedita. A sua validação decorreria facilmente, por exemplo, da descoberta na área Cardina I de uma zona em que a densidade e o estado de conservação dos vestígios magdalenenses permitissem a respectiva interpretação como correspondendo ao ponto de proveniência do material encontrado em Cardina II. Os dados obtidos na escavação dos quadrados L-K/15-16 indicam que essa zona poderá efectivamente existir: as camadas 1-3, que formam um depósito de características aparentemente semelhantes às do que se escavou em Cardina II, forneceram cerca de 2 kg de material fresco em quartzito, embora o sílex e o cristal de rocha estivessem também representados sobretudo por peças partidas de dimensões diminutas. Admitindo que destes factos se pode deprender a validação do modelo correspondente à segunda hipótese, restaria ainda, mesmo assim, esclarecer dois outros aspectos fundamentais: o da proveniência da matriz destas camadas, nomeadamente no que diz respeito à componente grosseira (redeposição de terraço fluvial antigo desmantelado e originalmente situado a cota mais elevada?); e o da eventual atribuição de parte da indústria lítica às ocupações da Idade do Bronze representadas pelos poucos fragmentos de ce-

râmica pré-histórica decorada recolhidos nas duas áreas intervencionadas.

A indústria lítica recolhida nos 10 m² escavados em Cardina II é pobre em termos quantitativos, e ainda não foi objecto de inventário, excepto no que respeita aos núcleos, aos restos lamelares de debitage e aos utensílios retocados (Quadro 1).

QUADRO 1
Cardina II
Núcleos, debitage lamelar e utensílios

	Sílex	Quartzo	Cristal de rocha	Quartzito	Total
Núcleos			6(a)	1	7
Lamelas		3	2		5
Utensílios	6	1	4		11
Raspadeira unguiforme	1		1		2
Trapézio			1		1
Lamela com entalhe	1	1			2
Lamela de dorso marginal	1		1		2
Ponta de dorso curvo	1				1
Ponta fusiforme	1				1
Lasca retocada	1				1
Fragmento de peça retocada			1		1

(a) prismáticos, para lamelas ou esquírolas; comprimento médio – 2,26±0,71 cm; peso médio – 2±1 g.

Na Estremadura portuguesa, a associação raspadeira unguiforme/trapézio/ponta fusiforme (Fig. 4) é característica da fase final do Magdalenense, e encontra nomeadamente paralelos em jazidas da denominada fácies Carneira, datadas de cerca de 10.000 BP, embora possa igualmente ocorrer no Magdalenense superior, por volta de 12.000 BP¹. Na parte sul da província de Salamanca existe uma jazida desta última época, a de La Dehesa². O material nela recolhido é abundante e típico, mas fabricado predominantemente em sílex embora, à semelhança do que se passa na Cardina, esteja igualmente bem representada a debitage do quartzo hialino para a produção de lamelas. No que respeita a esta última matéria-prima, os volumes explorados são em ambos os casos cristais inteiros, os quais, em

¹ ZILHÃO, J. (1995) - *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Tese de doutoramento pela Universidade de Lisboa.

² FABIAN, J. F. (1986) - *La industria lítica del yacimiento de «La Dehesa» en el Tejado de Bejar (Salamanca). Una industria de tipología magdaleniense en la Meseta. Avance a su estudio*. «Nvmtia», Salamanca, II, p. 101-141.

Cardina II, apresentam superfícies ligeiramente alteradas, indiciando colheita em depósitos aluvionares situados a distância relativamente curta da jazida primária.

CARDINA I

A plataforma Cardina I situa-se na base de uma vertente pronunciada, onde os depósitos plistocénicos encham o que parece ser um braço fóssil do rio. A conservação até ao presente deste enchimento deve-se ao afloramento de cota máxima 170,5 m que o separa do actual leito do Cão (Fig. 5). Antes da última fase de encaixe do vale, esse afloramento terá provavelmente correspondido a uma ilha e, à medida que o rio se foi instalando no seu curso actual, terá funcionado como uma barreira física que foi retendo os sedimentos provenientes da erosão das vertentes situadas encosta acima. Assim abrigados das forças erosivas que agiam segundo a pendente principal (W-E), os sedimentos aqui acumulados apenas terão sido remobilizados, subsequentemente, de forma limitada, para norte ou para sul, dando origem às manchas de cascalheira situadas por volta dos 160 m em que foram plantados os olivais assinalados na carta cadastral (Fig. 2). Uma dessas manchas é precisamente, como acima se referiu, aquela em que se localiza a área de escavação Cardina II.

Na área aberta em Cardina I não foi ainda possível chegar à base do preenchimento, de forma que, de momento, esta reconstituição da história geológica do local permanece no domínio das hipóteses a testar no quadro do prosseguimento futuro dos trabalhos. A sequência reconhecida no quadrado K15, onde a escavação foi levada até à profundidade de 1,30 m, é a seguinte (Figs. 6-7):

- camada 1 nível superficial de areias claras muito soltas, remexidas pelas lavras periódicas recentes, com cerca de 20 cm de espessura.
- camada 2 nível de areias mais escuras, compactas, de superfície facilmente decapável, com cerca de 10 cm de espessura, cuja base deve corresponder à profundidade atingida pelas lavras mais antigas.
- camada 3 nível com cascalheira de seixos de dimensões médias (pouco maiores que 5 cm de diâmetro), embalada em sedimentos arenosos semelhantes aos da camada precedente e com uma espessura de cerca de 15 cm.
- camada 4 nível de areias castanho-amareladas compactas, com uma espessura de cerca de 40 cm, em que se observam buracos de raízes ou mesmo restos de raízes antigas; a densidade dos vestígios arqueológicos permitiu subdividir esta camada em três partes — 4a, 4b e 4c; na primeira, a densidade é ainda relativamente baixa, da ordem dos 100g/cm³, e sobe para cerca de 500g/cm³ nas outras; a camada 4c distingue-se pela presença de numerosos seixos e de grandes lajes de xisto (com

30-40 cm de comprimento).

- camada 5 nível de areias argilosas avermelhadas muito compactas; embora em descontinuidade marcada com a sequência sobrejacente, ainda contem, na sua parte superior, algum material arqueológico de pequenas dimensões, cuja presença está certamente relacionada com fenómenos de migração pós-deposicional.

A escavação desta sequência nos quadrados K-L/15-16 foi realizada segundo as unidades discriminadas nos Quadros 2-5, nos quais se apresentam também os valores ponderais respeitantes aos artefactos líticos recolhidos. Foi com base nestes valores que se construíram os gráficos da Fig. 7, em que a variação em profundidade das densidades de materiais arqueológicos nos quadrados K15 e L15 é representada em conjugação com o desenho dos respectivos cortes estratigráficos. A consulta da referida figura permite constatar uma diferença importante entre os dois quadrados, a qual se verifica igualmente quando se comparam K16 e L16 (Quadros 3 e 5): na fiada K, a densidade em artefactos dos depósitos correspondentes aos níveis 4b é superior ou semelhante à dos níveis 4c, enquanto na fiada L estes últimos apresentam valores para esta grandeza que são várias vezes

QUADRO 2

Cardina I

Peso (g) por volume (cm) dos restos líticos – quadrado K15

Camada	Nível	Espessura	Sílex	Quartzo	Quartzito	Cristal	Outros	Total	g/cm
1		20	4,0	108	4			116,0	5,80
2		10	1,5	160	116	10		287,5	28,75
3		15		107	432	4		543,0	36,20
4a	1	5	6,5	94	71	10		181,5	36,30
	2	5	8,0	368	636	9		1021,0	204,20
4b	3	5	15,0	460	2685	38	3	3201,0	640,20
	4	5	16,0	960	638	88		1702,0	340,40
	5	5	18,0	638	2607	91		3354,0	670,80
	6	5	9,0	742	3244	70		4065,0	813,00
4c	7	5	4,0	73	1754	9		1840,0	368,00
	8	5	8,0	65	735	35	22	865,0	173,00
5	1	5	4,0	88	31	9		132,0	26,40
	2	5	2,0	65	9	4		80,0	16,00
	3	5	0,5	4	7	2		13,5	2,70
TOTAL			96,5	3932	12969	379	25	17401,5	

QUADRO 3

Cardina I

Peso (g) por volume (cm) dos restos líticos – quadrado K16

Camada	Nível	Espessura	Sílex	Quartzo	Quartzito	Cristal	Outros	Total	g/cm
1		20			2			2,0	0,1
2		10		51	2	6		59,0	5,9
3		15	4,0	323	211	7		545,0	36,3
4a	1	10	6,0	536	1461	33		2036,0	203,6
4b	2	5	8,5	374	2369	42		2793,5	558,7
	2 ou 3		10,0	201	575	18		804,0	
	3	5	13,0	531	1698	88		2330,0	466,0
4c	4	5	13,0	357	2532	83		2985,0	597,0
5	1	5	12,0	495	1705	72		2284,0	456,8
	2	5	9,0	109	421	23		562,0	112,4
	3	5	2,0	47	16	4		69,0	13,8
	4	5		4		3		7,0	1,4
TOTAL			77,5	3024	10992	376		14469,5	

mais elevados que os apurados para os níveis sobrejacentes. Este facto está certamente relacionado com outra importante diferença de natureza estratigráfica: na fiada L, os níveis 4c correspondiam a um denso pavimento de seixos e de artefactos que também continha grandes blocos e lajes de xisto, e em cuja decapagem de base parou a escavação (Fig. 6). Em K15 e K16, este pavimento, embora reconhecível, apresentava uma definição bastante menor. Uma vez que o conteúdo artefactual dos dois horizontes registava também algumas diferenças, como se verá adiante, tudo leva a crer que os níveis 4b e 4c devem corresponder a momentos crono-estratigráficos distintos, embora consecutivos, e que os vestígios da ocupação representada na base desta sequência deverçao estar situados sobretudo para oeste da área escavada, enquanto que os da ocupação subsequente deverão estar situados sobretudo para leste.

A indústria lítica recolhida nas camadas 1 a 3 ainda não foi estudada, mas a respectiva observação cursiva realizada no decurso das operações de crivagem e lavagem não revelou indícios que sugerissem incompatibilidade com a hipótese de se tratar de um contexto magdalenense técnica e tipologicamente semelhante ao identificado em Cardina II: em K15, por exemplo, foi recolhida, no contacto entre as camadas 3 e 4a, uma pequena raspadeira unguiforme de sílex.

A indústria lítica das camadas 4b, 4c e 5 é constituída na sua grande maioria por artefactos em quartzito e em quartzo, a primeira destas rochas correspondendo

QUADRO 4

Cardina I

Peso (g) por volume (cm) dos restos líticos – quadrado L15

Camada	Nível	Espessura	Sílex	Quartzo	Quartzito	Cristal	Outros	Total	g/cm
1		20		5	5			10,0	0,5
2		10	1,0	4		1		6,0	0,6
3	1	5		131	124	2		257,0	51,4
	2	5	4,0	60	427	9		500,0	100,0
	3	5		162	134	1		297,0	59,4
4a	1	5	14,0	760	828	27		1629,0	325,8
	2	5	3,0	462	197	6		668,0	133,6
4b	1	5	11,5	233	971	16		1231,5	246,3
	2	5	5,0	601	231	7		844,0	168,8
	3	5	9,0	570	1822	25		2426,0	485,2
	4	5	11,0	401	1093	67		1572,0	314,4
4c	1	5	27,0	1494	7311	125	9	8966,0	1793,2
TOTAL			85,5	4883	13143	286	9	18406,5	

QUADRO 5

Cardina I

Peso (g) por volume (cm) dos restos líticos – quadrado L16

Camada	Nível	Espessura	Sílex	Quartzo	Quartzito	Cristal	Outros	Total	g/cm
1		10		21	8	1		30,0	3,00
2		10	3,0	61	35	2		101,0	10,10
3	1	5		115	327	3		445,0	89,00
	2	5	4,0	145	29	140		318,0	63,60
	3	5		84	114	2		200,0	40,00
	4	5	3,0	51	69	7		130,0	26,00
4a	1	5	?	?	?	?		?	—
	2	5	9,0	432	1168	12		1621,0	324,20
4b	1	5	5,0	228	474	7		714,0	142,80
	2	5	18,0	729	1415	65		2227,0	445,40
4c	1+2	10	16,5	1018	3458	127		4619,5	461,95
	3	5	19,0	1721	7335	222		9297,0	1859,40
TOTAL			77,5	4605	14432	588		19702,5	

de um modo geral, em peso, a pelo menos 75% do total (Fig. 8). O sílex, o quartzo hialino e outras rochas (entre as quais cremos ter identificado a riolite) estão representadas em percentagem muito baixa (menos de 5%) mas, inversamente, correspondem a uma percentagem muito elevada dos utensílios retocados (Quadro 6). Entre estes últimos avultam as peças esquiroladas, que são sobretudo em sílex nos níveis 4b e sobretudo em cristal de rocha nos níveis 4c+5. Este tipo de objectos deve corresponder a núcleos de tipo especial, a sua abundância traduzindo uma estratégia de aproveitamento exaustivo das matérias-primas de boa qualidade para a obtenção de pequenos objectos de gume cortante (esquírolas ou lamelas). A extrema raridade dos volumes de sílex de bom tamanho no espólio recolhido, e a total ausência, até ao momento, de núcleos prismáticos, apontam por outro lado para que a grande maioria dos artefactos fabricados em matérias-primas siliciosas tenha sido introduzida na jazida sob a forma de utensílios acabados. Após inutilização para a sua função original (em consequência de fratura ou de embotamento irrecuperável dos gumes), esses utensílios terão sido sistematicamente reaproveitados como núcleos para a produção de barbelas, o que é também confirmado, por exemplo, pelo facto de ser patente nalgumas lamelas de golpe de buril que a técnica que os produziu foi aplicada sobre peças que, originalmente, dispunham de uma frente de raspadeira. Estas observações estão em conformidade com a interpretação funcional dos buris e das peças esquiroladas como núcleos de tipo especial para a produção de barbelas e não como utensílios³.

A proveniência exacta das matérias-primas representadas no espólio destas camadas é-nos por enquanto desconhecida. O quartzo é provavelmente local, dado ocorrer sob a forma de filões nos xistos do vale e sob a forma de calhaus rolados, por vezes de grandes dimensões, tanto nas aluviões modernas como nos terraços quaternários do Côa. O quartzito é seguramente de origem não local, uma vez que não há seixos desta rocha nas aluviões desta zona do vale. No entanto, a sua abundância e o facto de ocorrer sob a forma de blocos inteiros (introduzidos seja como matéria-prima para a fabricação de instrumentos seja como material para a construção do pavimento da camada 4c) sugerem uma origem relativamente próxima; no mesmo sentido aponta a ocorrência de quartzitos nas formações fluviais modernas e quaternárias de Penascosa/Quinta da Barca, apenas alguns quilómetros a jusante. Os cristais de quartzo hialino ocorrem nos granitos das imediações, pelo que deverá tratar-se também de uma matéria-prima de aquisição relativamente fácil, embora a análise dos estados de superfície sugira nalguns casos que a sua colheita terá sido realizada em formações aluvionares e não directamente nas jazidas primárias (como acima se referiu a propósito dos materiais líticos de Cardina II). O sílex e outras rochas siliciosas, entre as quais a calcedónia, são

seguramente de origem exterior à região. Em território português, as jazidas mais próximas são as do baixo Mondego, embora não se possa excluir a existência de nódulos de características apropriadas nos calcários de Vinhais que, mesmo assim, se encontram a mais de 100 km de distância. É igualmente possível que as jazidas exploradas pelos ocupantes da Cardina se situassem em território hoje espanhol, uma vez que a abundância do sílex em La Dehesa⁴ indicia um aprovisionamento em fontes de matéria-prima relativamente próximas. No entanto, a distância que separa o Salto do Boi desta estação magdalenense do sul da província de Salamanca é também muito considerável (cerca de 150 km). Todos os dados actualmente disponíveis apontam portanto para que, no baixo vale do Côa, o sílex fosse um recurso de proveniência longínqua, e reforcem a interpretação funcional acima proposta para a preponderância tipológica das peças esquiroladas como relacionada com a carência desta matéria-prima.

A indústria em quartzito ainda não foi objecto de análise, e a abundância do espólio lítico também não permitiu que o respectivo inventário geral tivesse já sido completado. A classificação tipológica dos materiais em quartzo, cristal de rocha e sílex dos níveis 4b e 4c+5 é apresentada no Quadro 6, e alguns exemplares típicos encontram-se ilustrados nas Figs. 9-10. Do ponto de vista tecnológico, os dois horizontes partilham ainda, além da abundância das peças esquiroladas, duas outras características importantes: a debitage de «raspadeiras»/núcleos carenados, tanto em quartzo como em sílex; e a utilização do percutor mole na debitage laminar, produzindo suportes (como o da raspadeira com o n.º 5 da Fig. 9) de talão pequeno, liso, e labiado, que são extraídos de núcleos prismáticos com plano de percussão preparado por abrasão da cornija.

A ocorrência conjugada destas duas técnicas e o recurso sistemático ao quartzo na debitage de lamelas a partir de núcleos carenados são características definidoras de um momento muito preciso da sequência crono-estratigráfica do Paleolítico Superior português, que se encontra datado pelo radiocarbono, directa ou indirectamente, em quatro sequências estratigráficas da Estremadura: Terra do Manuel e Cabeço de Porto Marinho, em Rio Maior; Lapa do Anecrial, em Porto de Mós; e Buraca Escura, em Pombal⁵. Essas datações, bem como as correlações que elas tornaram possível, permitem a subdivisão deste período em dois momentos distintos: o Gravettense final, por volta de 22.000 BP; e o Proto-Solutrense, por volta de 21.500 BP. Embora a pequena dimensão da área escavada e da amostra de utensílios disponível obrigue evidentemente a encarar esta questão com bastante prudência, tudo indica que a diferenciação estratigráfica observada em Cardina I possa corresponder à referida subdivisão. É nesse sentido que apontam,

⁴ FABIAN, J. - op. cit.⁵ ZILHÃO, J. - op. cit.³ ZILHÃO, J. - op. cit.

QUADRO 6

Cardina I

Tipologia dos utensílios retocados (excluindo quartzo)

	Níveis 4b				Níveis 4c+5			
	Sílex	Quartzo	Cristal	Total	Sílex	Quartzo	Cristal	Total
Raspadeira simples sobre lasca		3		3		1		1
Raspadeira atípica sobre lâmina						1		1
Raspadeira sobre lâmina retocada	1			1				
Raspadeira sobre lasca retocada		1		1				
Raspadeira sobre lasca		4		4	4	1		5
Raspadeira carenada		4		4				
Raspadeira carenada atípica	1	5		6	1			1
Buril diedro desviado			1	1				
Buril sobre truncatura côncava			1	1		1		1
Buril de Noailles							1	1
Microgravette (fragmento basal)					1			1
Truncatura oblíqua					1			1
Denticulado						1	1	2
Peça esquirolada	41	3	7	51	12	2	15	29
Lamela de dorso	3			3	2			2
Lamela de dorso truncada					2			2
Lamela com entalhe							1	1
Lamela de dorso marginal	1			1			1	1
Lamela retocada					1			1
TOTAL	47	20	9	76	19	11	20	50

com efeito, os seguintes indícios:

- presença de microgravettes e de lamelas de dorso truncadas apenas nos níveis de base, as armaduras microlíticas dos níveis sobrejacentes sendo exclusivamente constituídas por lamelas de dorso e de dorso marginal;
- presença de um buril de Noailles nos níveis 4c+5;
- presença de «raspadeiras» carenadas típicas (com levantamentos lamelares) de quartzo apenas nos níveis 4b, as dos níveis 4c+5 sendo todas atípicas e representando em certos casos peças de classificação funcional duvidosa, corres-pondendo a formas de transição entre a «raspadeira» espessa/núcleo e a raspadeira sobre lasca (nº 8 da lista-tipo de Sonnevile-Bordes e Perrot).

Estas diferenças industriais entre os dois níveis reproduzem de forma praticamente perfeita os processos de evolução identificados nas sequências estremenhas em que se encontra registada a passagem do Gravettense final ao Proto-

-Solutrense. A ocorrência de sílices calcinados e de carvões nestes níveis permite esperar que, num futuro próximo, venha a ser possível obter confirmação independente da validade desta interpretação crono-estratigráfica mediante a realização de datações absolutas pelos métodos do radiocarbono e da termoluminescência. Essa ocorrência torna igualmente legítima a interpretação dos blocos e lajes de xisto situados sobre o pavimento de seixos identificado no contacto das camadas 4 e 5 como possíveis vestígios de estruturas de habitat, porventura relacionadas com estruturas de combustão, hipótese que só a futura escavação em extensão da jazida permitirá confirmar ou infirmar.

O outro único momento da sequência crono-estratigráfica do Paleolítico superior português em que podem ocorrer de forma conjugada algumas das principais características que definem técnica e tipologicamente o Gravettense final é o que corresponde à fácies do Magdalenense superior representada na jazida de Vale da Mata (Cambelas, Torres Vedras)⁶. Estas indústrias diferenciam-se porém claramente das gravettenses do ponto de vista métrico, conforme se depreende facilmente da consulta das Figs. 11 e 12. Além disso, a exploração do quartzo para a debitage de lamelas a partir de núcleos carenados é desconhecida nestas indústrias, em contraste com o que se passa nas que se encontram datadas de cerca de 21.500 BP, onde é uma componente fundamental dos espólios, mesmo em estações situadas a muito curta distância de boas jazidas de sílex. Por outro lado, as lamelas de dorso truncadas representam sempre, nas jazidas magdalenenses, uma percentagem não superior a 15% do total das armaduras obtusas de dorso e, no Magdalenense superior, são sempre em menor número do que as lamelas de dorso denticuladas. Nas indústrias gravettenses, pelo contrário, as lamelas de dorso truncadas nunca são menos de 30% do referido total (como acontece nos níveis 4c+5 de Cardina I, onde são duas num total de quatro), e as lamelas de dorso denticuladas são inexistentes. Finalmente, lâminas do módulo da que serviu de suporte à raspadeira com o nº 5 da Fig. 9 (e de que há outros exemplares sob a forma de pequenos fragmentos) são muito raras nas indústrias magdalenenses, cujas estratégias de produção revelam uma tendência para a economia da matéria-prima que se traduz nas dimensões lamelares da quase totalidade dos suportes alongados, tendência que, num contexto de carência de sílex como o que acima se caracterizou, teria seguramente sido ainda mais marcada (como, aliás, é confirmado pela análise do material lítico proveniente de Cardina II e dos níveis 1-3 de Cardina I).

⁶ *Idem.*

CONCLUSÃO

Identificaram-se no Salto do Boi duas áreas com materiais arqueológicos que foram objecto de sondagem. A área Cardina II, porém, poderá corresponder a um depósito em posição secundária resultante de remobilização parcial de sedimentos que originalmente corresponderiam à parte superior da sequência reconhecida em Cardina I.

A indústria lítica recolhida em Cardina II e nas camadas 1-3 de Cardina I é atribuível a um Magdalenense superior ou final de cronologia compreendida entre cerca de 12.000 e cerca de 10.000 anos BP. A indústria lítica recolhida nos níveis 4c+5 de Cardina I documenta com segurança uma ocupação do Gravettense final, e a recolhida nos níveis 4b poderá corresponder já a um horizonte protosolutense; na sua totalidade, esta sequência estará cronologicamente compreendida entre cerca de 22.000 e cerca de 21.500 BP.

Estes dois momentos de ocupação correspondem aos que melhor se encontram documentados nas jazidas de ar livre da região litoral entre Tejo e Mondego (Fig. 13). Não é por isso, à partida, de estranhar que tenham sido destas duas épocas (22.000-20.000 e 12.000-10.000 BP) os primeiros habitats do Paleolítico Superior a ser descobertos no vale do Côa. Tudo indica que este fenómeno terá um fundamento geomorfológico e não histórico: a ocorrência, no início do máximo glaciário, primeiro, e do Dryas III, depois, de importantes fenómenos de coluvionamento dos solos formados sob os climas mais húmidos vigentes no início do estágio isotópico 2 e durante o interestádio Bølling/Allerød. A sedimentação importante e relativamente rápida em sopé de vertentes de inclinação acentuada tornou possível a conservação em boas condições dos contextos arqueológicos, e explica o padrão de preservação diferencial que a Fig. 13 deixa transparecer.

Esta concordância com os dados geomorfológicos do litoral sugere que as condições climáticas existentes no vale do Côa ao longo do estágio isotópico 2 e do Tardiglacial não terão sido significativamente distintas das que se têm inferido a partir da informação paleoambiental registada nos depósitos quaternários da Estremadura⁷. No mesmo sentido aponta o facto de as areias coluvionares da sequência escavada em Cardina I não conterem quaisquer crioclastos. Esta constatação tem outra consequência importante: a de permitir colocar a hipótese de os processos de formação e preservação de jazidas de ar livre do Paleolítico Superior na Estremadura e no Alto Douro terem sido no essencial semelhantes. As estratégias de prospecção a aplicar proximamente no Vale do Côa poderão assim inspirar-se com mais confiança nos modelos de localização derivados da expe-

riência adquirida nos últimos 15 anos de trabalho de campo nas regiões de Rio Maior, Torres Novas e Pombal.

Pode ainda concluir-se, finalmente, que os resultados obtidos nos trabalhos realizados no Salto do Boi têm duas implicações muito importantes para a caracterização da arte rupestre paleolítica do vale do Côa:

- fornecem um contexto arqueológico do Paleolítico Superior para essa arte, o qual, no caso das ocupações dos níveis 4b e 4c+5 de Cardina I, data precisamente da época do máximo glaciário, em torno de 20.000 BP, a que, com base em critérios estilísticos, havia sido atribuída a grande maioria dessa arte;
- permitem afastar definitivamente as objecções baseadas em especulações de natureza geomorfológica levantadas contra a cronologia paleolítica da arte do Côa, nomeadamente as de que a escavação do vale apenas teria começado no Holocénico, ou de que o crioclastismo do máximo glaciário teria inevitavelmente destruído quaisquer superfícies gravadas há 20.000 anos ou mais; a simples existência física da jazida é suficiente para falsificar a primeira, que era aliás, à partida, completamente irracional, e a natureza dos depósitos que embalam os contextos arqueológicos demonstra que as condições climáticas vigentes no vale do Côa durante a última glaciação não deram origem a quaisquer fenómenos de crioclastismo dos xistos.

Lisboa e Vila Nova de Foz Côa, 10 de Novembro de 1995

⁷ *Idem.*

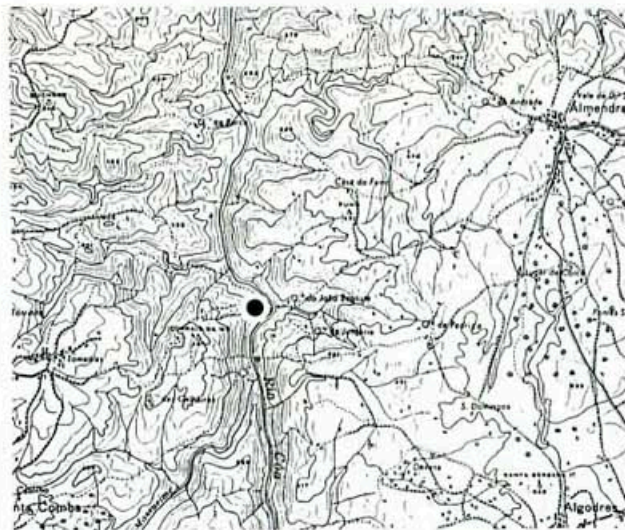


Fig. 1 — Os sítios arqueológicos de Salto do Boi. Implantação na Carta de 1:50.000 (Carta Militar de 1:25.000 dos Serviços Cartográficos do Exército, aqui reduzida para metade).

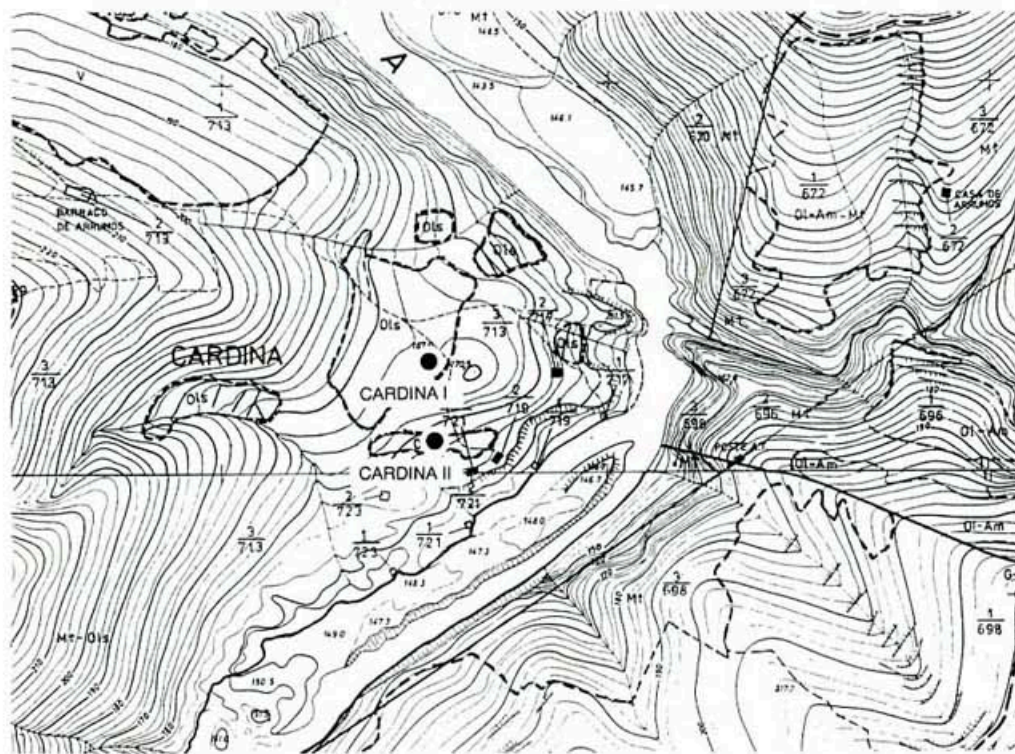


Fig. 2 — Os sítios arqueológicos de Salto do Boi. Implantação na Carta Cadastral 1:5.000 (Com base na Carta de 1:2.500, aqui reduzida para metade).

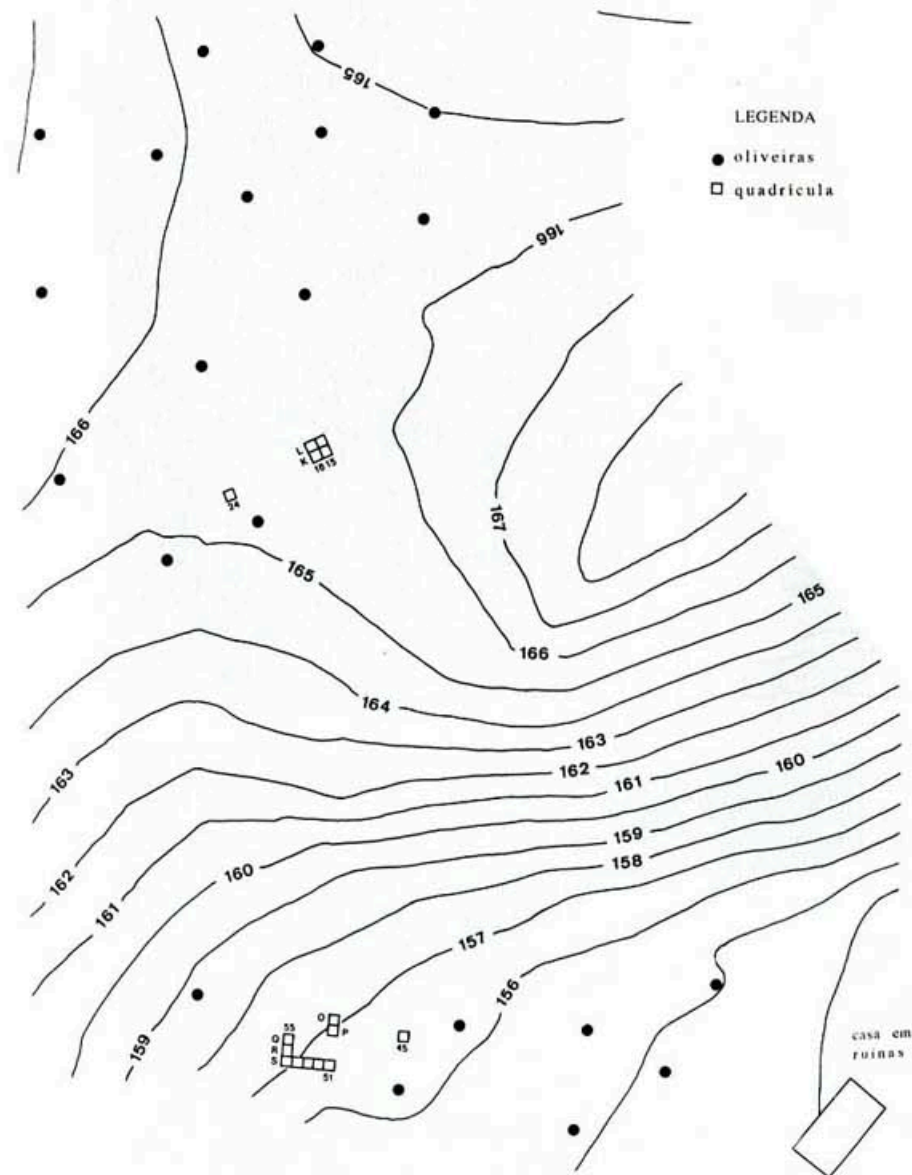
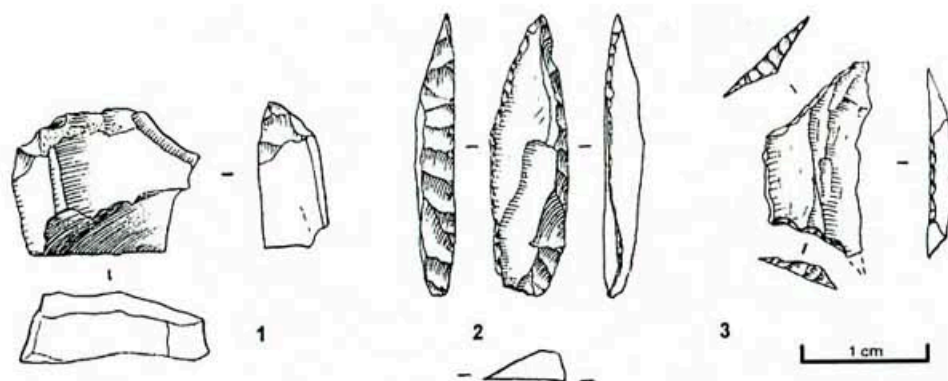
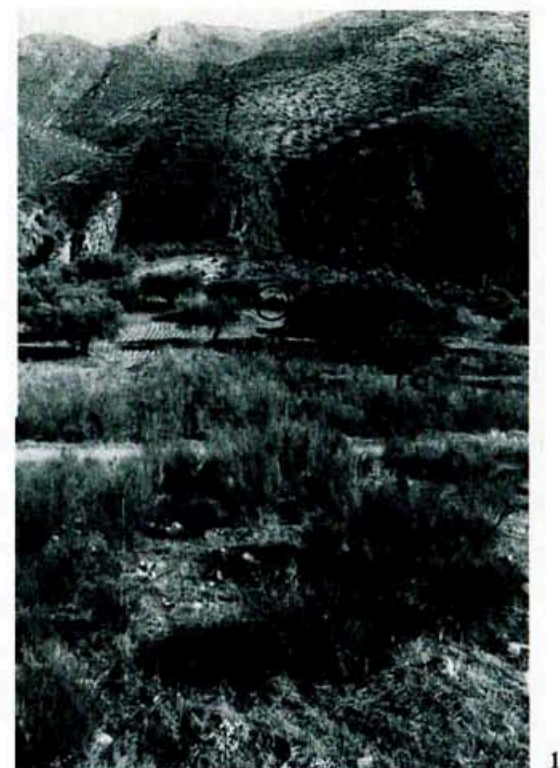


Fig. 3 — Os sítios arqueológicos de Salto do Boi. Planta topográfica com indicação das áreas escavadas e da quadrícula utilizada.



Cardina II

Fig. 4 — Cardina II. Materiais arqueológicos: 1. raspadeira unguiforme (sílex); 2. ponta fusiforme (sílex); 3. trapézio (cristal de rocha).



1



2

Fig. 5 — Cardina I. **Foto 1:** vista de Este para Oeste. **Foto 2:** vista de Oeste para Este. Os círculos indicam a localização da sondagem.



3



4

Fig. 6 — Cardina I. Foto 3: corte K/J15-16. Foto 4: decapagem do pavimento de seixos do Gravettense final nos quadrados L15 e L16.

Cardina I

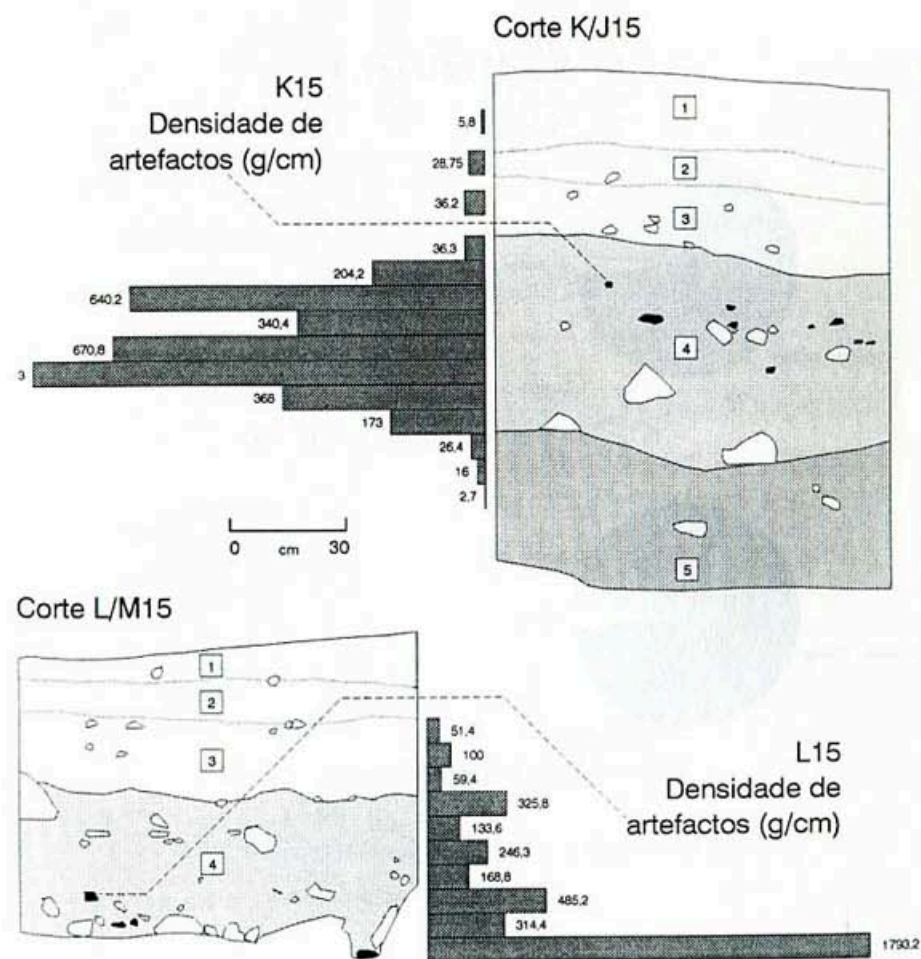
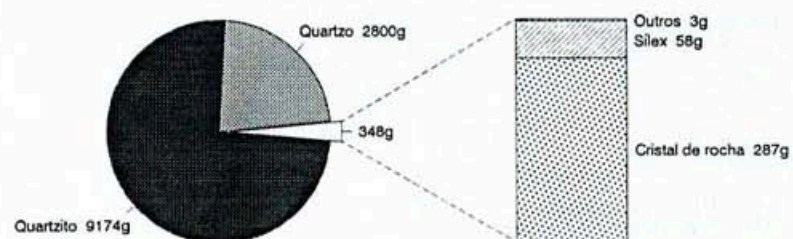
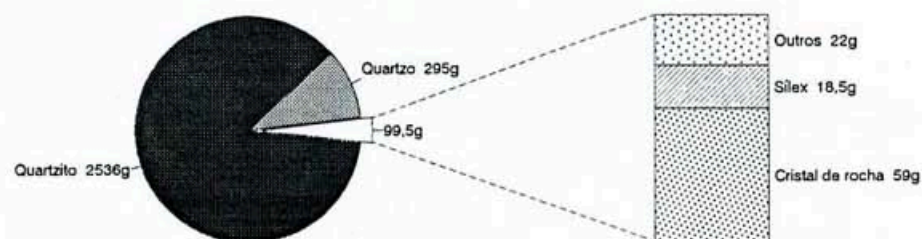


Fig. 7 — Cardina I. Cortes K/J15 e L/M 15 (a estratigrafia está descrita no texto) e variação vertical da densidade de artefactos líticos nos quadrados K15 e L15.

Cardina I

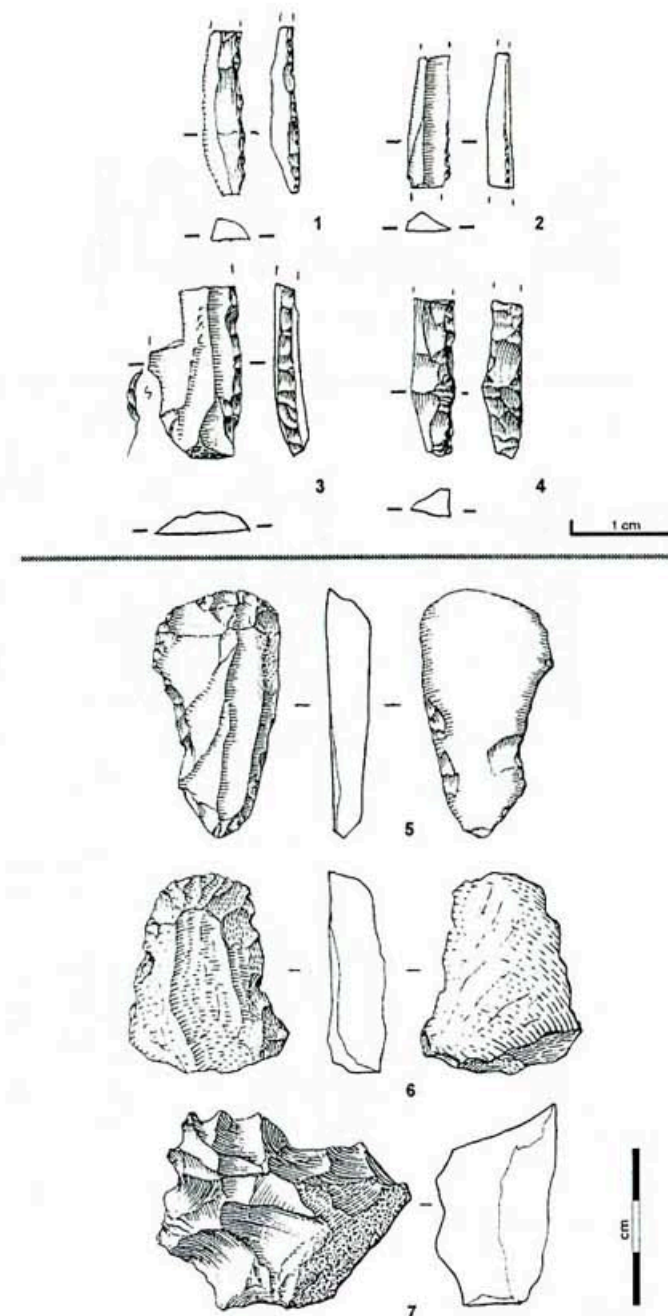


K15 - matérias-primas (nível 4b)



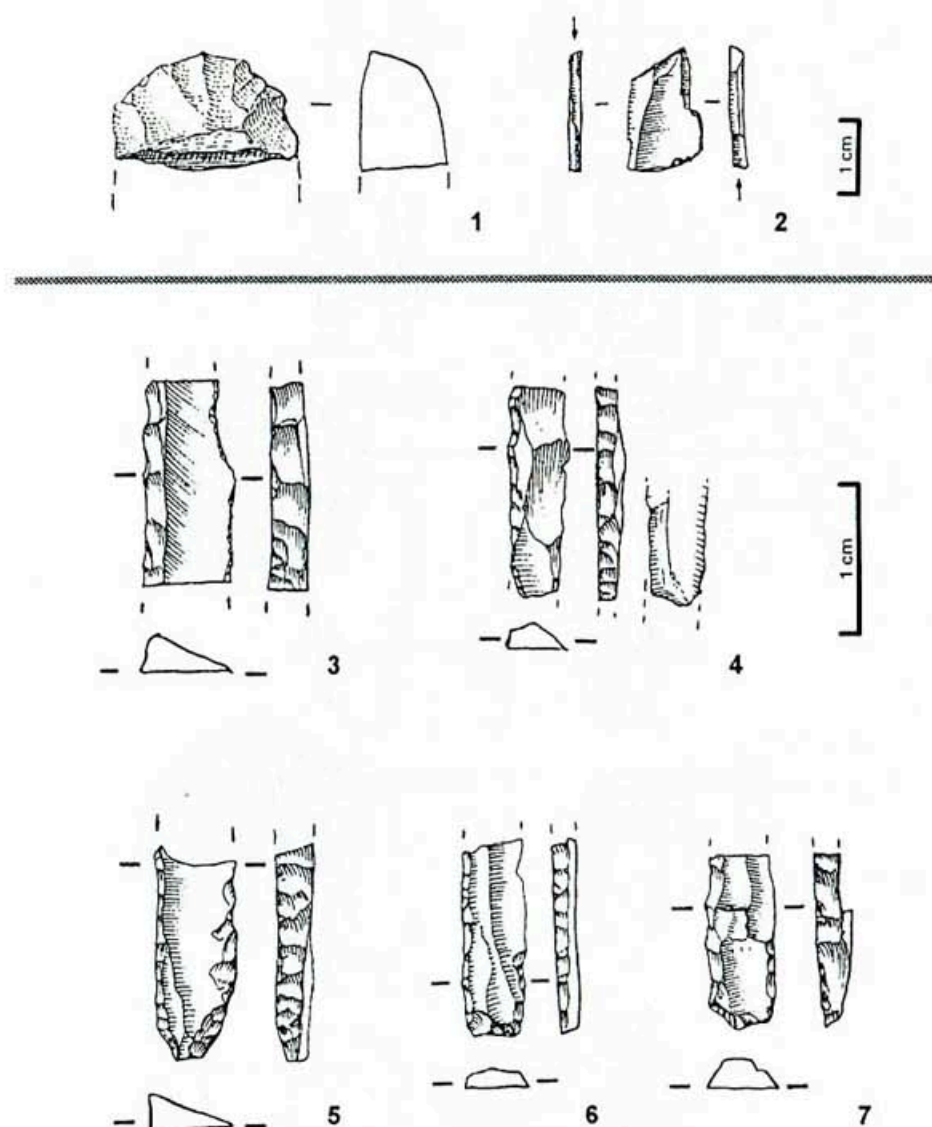
K15 - matérias-primas (níveis 4c+5)

Fig. 8 — Cardina I. Matérias-primas da indústria lítica.



Cardina I - níveis 4b

Fig. 9 — Cardina I. Materiais arqueológicos dos níveis 4b: 1, 3-4. lamelas de dorso; 2. lamela de dorso marginal; 5. raspadeira sobre lâmina retocada; 6. raspadeira sobre lasca retocada; 7. raspadeira carenada atípica de frente denticulada. A peça nº 6 é em quartzo, as restantes em sílex.



Cardina I - níveis 4c+5

Fig. 10 — Cardina I. Materiais arqueológicos dos níveis 4c+5: 1. raspadeira; 2. buril de Noailles; 3-4. lamelas de dorso; 5. microgravette; 6-7. lamelas de dorso truncadas. A peça nº 1 é em quartzo, a nº 2 em cristal de rocha, as restantes em sílex.

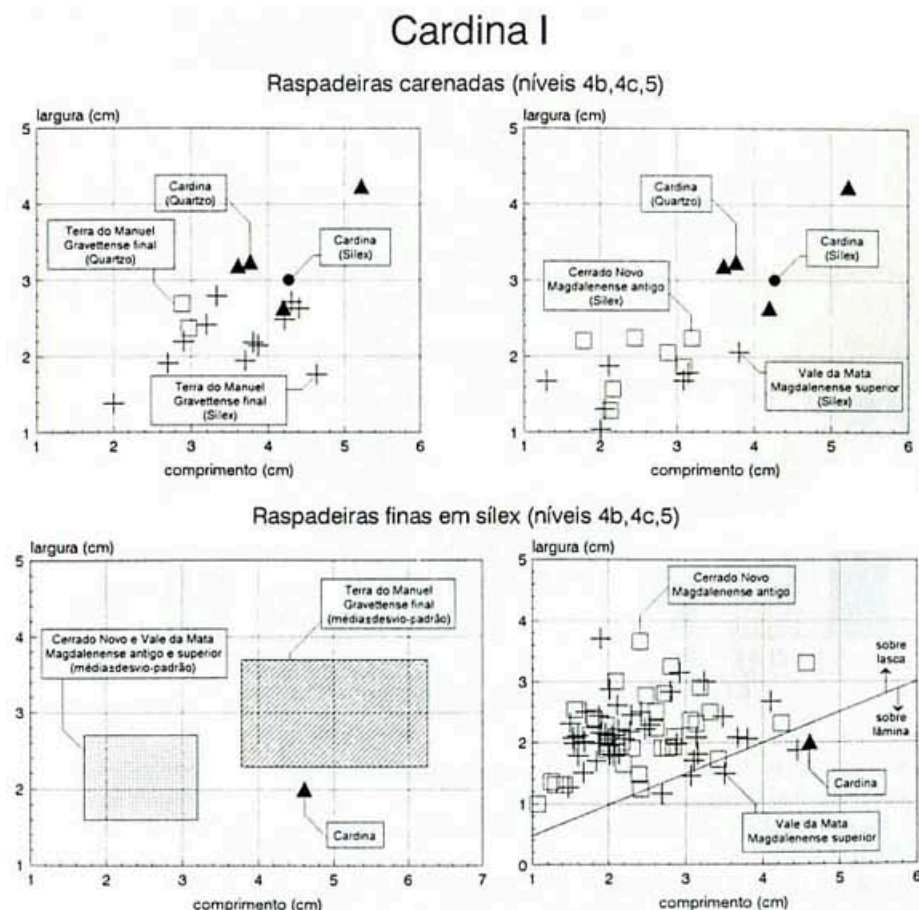


Fig. 11 — Cardina I. Dimensões de raspadeiras. As carenadas são de dimensões semelhantes às documentadas no Gravettense final da Terra do Manuel, e claramente maiores do que as das jazidas magdalenenses de Cerrado Novo e de Vale da Mata. Ao contrário do que acontece no Gravettense final, as indústrias magdalenenses da Estremadura não contêm raspadeiras espessas em quartzo. A raspadeira fina sobre extremo de lâmina retocada de sílex de Cardina I (Fig. 9, nº 5) é também significativamente maior do que a norma magdalenense, época em que as peças deste tipo com suporte laminar são muito raras.

Cardina I - níveis 4c/5

Dimensões das armaduras microlíticas
comparadas com as de jazidas gravettenses e magdalenenses da Estremadura
(média $\pm$ desvio-padrão)

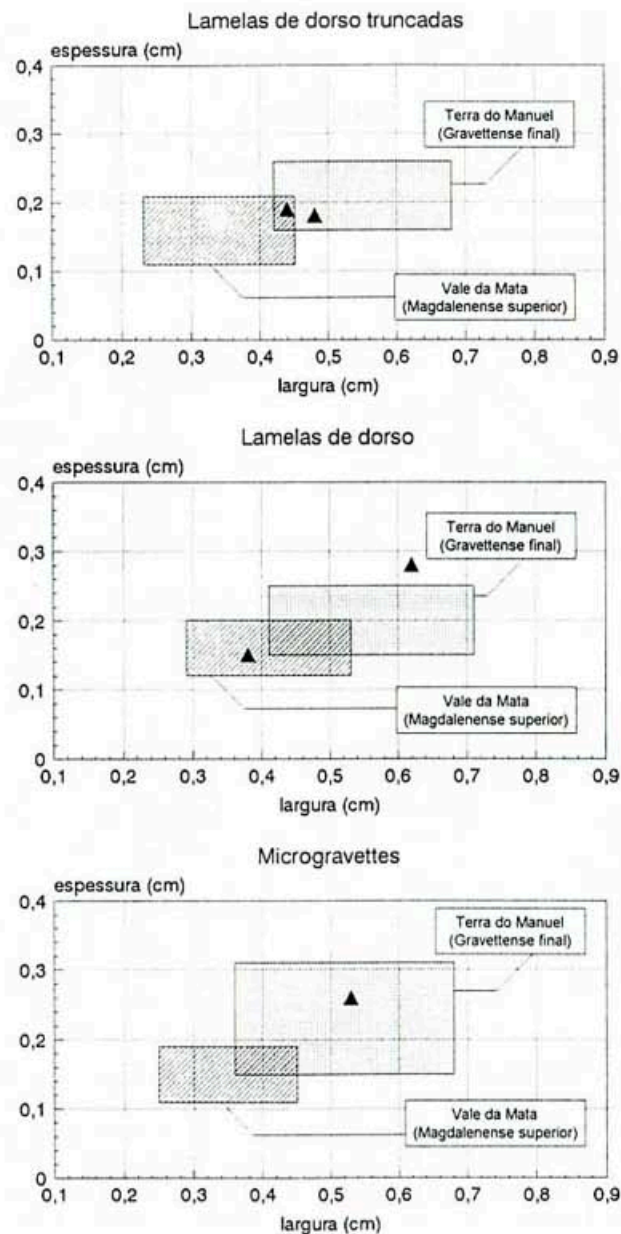


Fig. 12 — Cardina I. Dimensões das armaduras microlíticas. Embora duas peças mais pequenas se enquadrem na margem de variação normal do Magdalenense superior, as outras são de módulo claramente superior. A tipologia (peso das peças truncadas) e as dimensões destas armaduras enquadram-se perfeitamente na norma do Gravettense final tal como representada, por exemplo, pela jazida estremenha da Terra do Manuel.

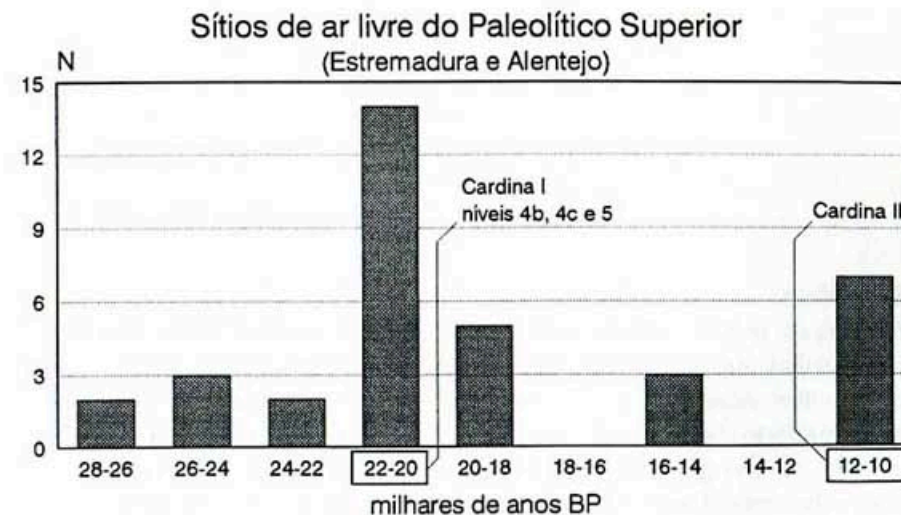


Fig. 13 — Distribuição cronológica dos sítios de ar livre conhecidos em Portugal antes das descobertas realizadas no vale do Côa. A grande maioria data do máximo glaciário (Gravettense final, Proto-Solutrense e Solutrense) ou do Dryas III (dos sete sítios conhecidos entre 12.000 e 10.000 BP, cinco contêm ocupações datadas entre $\approx$ 11.000 e $\approx$ 10.000 BP). Este fenómeno deve-se seguramente a processos de natureza geológica (maior desenvolvimento de fenómenos de coluvionamento proporcionando a conservação de sítios no sopé das vertentes). Os sítios do Salto do Boi enquadram-se perfeitamente neste padrão.

OS MÉTODOS DE “DATAÇÃO DIRECTA” APLICADOS NO CÔA

por

António M. Monge Soares*

1. INTRODUÇÃO

O título deste trabalho poderá induzir em erro o leitor menos familiarizado com os métodos de datação absoluta e que tenha seguido o evoluir da polémica sobre o Côa na Comunicação Social. Na verdade, apenas um dos métodos aplicados se pode considerar de datação directa — o da micro-erosão, utilizado por Bednarik. Todos os outros — ^{14}C , OSL e ^{36}Cl —, na forma como foram aplicados, apenas poderiam ou podem permitir a datação indirecta das gravuras¹.

Os resultados até agora obtidos foram indevidamente interpretados pelos decisores políticos e o seu tratamento pela Comunicação Social terá levado a uma certa confusão no público em geral. Parece-nos que o processo, mesmo no que diz respeito exclusivamente ao problema da aplicação de métodos físicos e/ou radiométricos para datação das gravuras rupestres do Côa, começou mal desde o início.

É difícil de conceber que o programa da datação se tenha iniciado sem haver uma consulta prévia a especialistas em datação absoluta, nacionais ou estrangeiros, sobre qual ou quais os métodos a serem utilizados, em que condições, a que gravuras e a que tipo de suporte seriam aplicados, qual a fiabilidade dos resultados a obter, enfim, toda uma série de questões prévias que deveriam ser debatidas

* Laboratório de Isótopos Ambientais, Departamento de Química, ITN, Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

¹ Ressalve-se o caso da datação pelo Cloro 36 que, apesar dos seus resultados serem ainda desconhecidos, poderia teoricamente ter sido utilizado para datação directa. No entanto, pelo que sabemos sobre o estado de desenvolvimento do método, julgamos que os resultados a serem obtidos representarão apenas um *terminus post quem* para as gravuras.

pelos especialistas coadjuvados pelos arqueólogos conhecedores do terreno. Depois, a colheita de amostras deveria ser realizada pelos especialistas de datação contratados, coadjuvados e em diálogo permanente com os arqueólogos que trabalham no Côa. A amostragem não devia estar previamente limitada no tempo. Nada disto aconteceu. Não houve um diálogo prévio, os especialistas em datação foram contratados não se sabe bem como, o arqueólogo (ou arqueólogos?) do IPPAR que assistiu à amostragem fez figura de corpo presente e os especialistas em datação tiveram limitações de tempo para fazer a amostragem.

O que resultou de todo este processo mal conduzido é do conhecimento público. Esperemos que os erros cometidos tenham servido de lição.

Nos parágrafos seguintes iremos analisar um a um os métodos utilizados e os resultados obtidos. Embora apenas seja conhecido na totalidade o Relatório para a EDP do Sr. Bednarik, as intervenções deste e do Sr. Watchman no Congresso da IFRAO em Turim, os extractos dos relatórios do Sr. Watchman e do investigador Ronald Dorn publicados no "Independente" de 7 de Julho permitem, no entanto, ter já um conhecimento razoável das técnicas usadas, e como o foram, e dos resultados obtidos.

2. MÉTODOS DE DATAÇÃO UTILIZADOS NO CÔA

2.1. Micro-erosão

A utilização deste método, e a maneira como foi aplicado, é exemplar do que atrás se disse quanto à má condução do processo de datação das gravuras do Côa.

É ao Sr. Robert Bednarik que se deve a aplicação do método de datação por micro-erosão à determinação de idades de gravuras rupestres. Num artigo por si publicado, há poucos anos, na revista "Archaeometry" dá a conhecer a base do método e alguns exemplos de aplicação (BEDNARIK, 1992). Em traços muito gerais o método baseia-se no seguinte: aquando da execução das gravuras ficam expostos, na superfície gravada, grãos cristalinos de arestas vivas (por. ex., de quartzo) que, com o decorrer do tempo e devido à erosão, se vão desgastar, tendendo a superfície exposta do grão a ficar arredondada. Se na rocha que contém a gravura, ou numa próxima do mesmo material, existir uma gravura cuja data seja conhecida (por ex., a própria gravação de uma data), comparando o grau de arredondamento dos grãos de uma e de outra gravura (operação a que Bednarik chama calibração do método) é possível determinar a data de execução da gravura de idade desconhecida. Trata-se de um verdadeiro método de datação directa mas, segundo Bednarik, não é aplicável a determinados tipos de rochas, como sejam

aquelas que sofrem esfoliação, e as datas obtidas, embora fiáveis, são de baixa precisão.

Ora as rochas do Côa são, na sua maior parte, xistos (mais propriamente filitos) que sofreram alguma metamorfização e apresentam esfoliação. Isto é reconhecido pelo Sr. Bednarik no seu relatório, onde afirma que as rochas do Côa não são apropriadas para a análise por micro-erosão. No entanto, sabendo que "há alguns petróglifos em granito no Vale do Côa, que é a rocha ideal para este método, mas são de difícil acesso e o tempo não me permitiu vê-las", não aplicou aí o seu método de datação.

Por outro lado, na análise que efectuou não aplicou a condição básica de utilização do seu método, isto é, não determinou a calibração local do método, quando é sabido que há gravuras deste século, do século passado e da Idade do Ferro nas rochas do Côa. No seu relatório é incoerente ao justificar a não realização desta operação básica: por um lado, afirma que não foi possível fazer a calibração devido ao "extremo anisotropismo" da rocha onde se encontrava uma data gravada (1751 ou 1781) (p. 5 do Relatório) e, por outro, que seria possível construir a curva de calibração para dois minerais das rochas do Côa, mas para isso necessitaria de cerca de duas semanas de trabalho (pp. 4 e 5 do Relatório).

Perante estas dificuldades o Sr. Bednarik mandou às urtigas a condição básica da aplicação da técnica e utilizou uma curva de calibração por si determinada em rochas graníticas metamorfizadas ("gneissic granite") do Lago Onega, na Rússia, a uma latitude de cerca de 62° N! Como é fácil de crer, as taxas de erosão num e noutro tipo de rocha, num e noutro local, devem ser idênticas...

Aplicou essa curva a uma das gravuras da Penascosa e obteve a data de 30000 BP. Impossível, pois a rocha não apresentava vestígios de crio fracturação como implica a proximidade do Côa dos glaciares existentes na Serra da Estrela durante o último período glacial e as condições periglaciares que eram tão comuns em Portugal nessa altura (p. 7 do Relatório)! Santa ignorância!... Sobre as condições reinantes em Portugal no último período glacial veja-se o estudo já clássico de DAVEAU (1980).

Aplicou a mesma curva a uma das gravuras da Canada do Inferno e obteve a data $E6500 \pm 2000$ BP, já aceitável, segundo Bednarik. No painel da Ribeira dos Piscos não chegou a aplicar o método, mas concluiu que a maior parte das gravuras do Côa deverão ter uma idade inferior a 3000 anos.

Resumindo, as duas datas obtidas pelo método não têm qualquer fiabilidade, uma vez que a condição necessária para a aplicação da técnica de datação por micro-erosão foi simplesmente ignorada.

2.2. Optically stimulated luminescence (OSL)

A OSL é uma variante da Datação por Luminescência (a Termoluminescência, TL, bem conhecida dos arqueólogos, é outra variante) e aplica-se a minerais (quartzo, feldspatos) que estiveram, durante um certo intervalo de tempo, expostos à luz solar.

O Sr. Watchman, recorrendo à Universidade do Quebeque, procurou datar por este método (a partir de grãos de feldspatos) os sedimentos de base das margens do Côa, junto à Penascosa. A data obtida indicava que os sedimentos estiveram expostos pela última vez à luz solar entre 4000 a 6000 anos antes do presente. E conclui daí que essa seria a idade máxima para o leito actual do rio e para o tempo de exposição das rochas onde foram gravados os painéis. Estes seriam necessariamente mais recentes. No entanto, nenhum estudo geológico e geomorfológico foi realizado para o local que pudesse confirmar ou dar algum grau de credibilidade àquela conclusão. Mais, como profundo conhecedor da região (...), ignorou que o Côa tem um regime torrencial de cheias que, muito possivelmente, deve remobilizar com facilidade os sedimentos depositados em cheias anteriores. Por fim, um corte realizado em local próximo, posteriormente à amostragem do Sr. Watchman, demonstrou que os sedimentos existentes junto ao painel da Penascosa se depositaram a partir dos anos 20 deste século, quando uma azenha e a sua pequena barragem foram construídos próximo — pregos e algumas ferraduras de ferro foram encontrados ao longo de toda a espessura do sedimento acumulado (Zilhão, comunicação pessoal).

Concluindo, aplicar uma técnica pela técnica é um exercício sem razão de ser.

2.3. Datação pelo radiocarbono

O método de datação pelo radiocarbono, quer se utilizem as técnicas clássicas — detectores proporcionais de gás, espectrómetros de cintilação líquida — quer a espectrometria de massa com acelerador (AMS), encontra-se bem estabelecido e em fase de rotina. No entanto, não permite a datação directa de uma gravura rupestre, a não ser que ela tenha sido coberta, imediatamente à sua realização, por pigmentos de origem orgânica, o que, no caso do Côa, não acontece em qualquer exemplar já descoberto.

Quando se procede à datação pelo radiocarbono, qualquer que seja a técnica utilizada, a análise da amostra passa por três fases: i) descontaminação; ii) transformação da amostra num tipo de material susceptível de ser medido pela técnica escolhida; iii) medição (da radiação β^- ou do número de átomos de cada

isótopo do carbono, conforme se trate das técnicas clássicas ou da AMS, respectivamente). A descontaminação, um passo essencial para a obtenção de uma data fiável, consiste na eliminação física de materiais estranhos à amostra e num tratamento químico, que depende do tipo de material, do seu estado de conservação e do ambiente onde esteve conservado, enfim, da "história" conhecida ou julgada mais provável da amostra, com o fim de eliminar também contaminantes orgânicos que se tenham introduzido na própria amostra e não sejam susceptíveis de eliminação física.

O aparecimento e desenvolvimento da técnica AMS veio permitir a datação de muitas manifestações de arte rupestre pré-histórica, o que até então não era possível devido às dimensões necessárias das amostras para análise. No entanto, "a obtenção com rigor de datas para a arte rupestre pré-histórica é difícil, pois somente em circunstâncias muito raras esta arte está directamente relacionada com materiais que podem ser datados de um modo fiável" (NELSON et al., 1995). A arte rupestre do Côa é exemplo desta dificuldade em obter datas fiáveis. Watchman e Ronald Dorn tentaram datar por AMS essa arte. Vejamos como cada um deles procedeu, que resultados conseguiram e como os interpretaram.

2.3.1. Datação por AMS com utilização do Laser

Foi Watchman que utilizou esta "variante" da datação por radiocarbono. A utilização do Laser vai fazer com que a amostra a datar se transforme directamente em dióxido de carbono, o qual pode ser usado no acelerador, depois de purificado, para a realização da análise.

Ao usar-se o Laser, uma das fases de processamento da amostra é ignorada — a descontaminação química (RUSS et al., 1992; von WERLHOF et al., 1995). Daí que a fiabilidade das datas assim obtidas seja posta em dúvida (von WERLHOF et al., 1995). E, na realidade, a série de datas obtidas por Watchman, que se distribuem entre 650 e 7000 BP não são aceites por ele, uma vez que considera as amostras contaminadas por grafite, um dos constituintes da própria rocha. Mas, estranhamente, parece só considerar que estão contaminadas as provenientes das concreções localizadas nas gravuras e não as provenientes da patina da rocha não gravada.

Por outro lado, quer do Relatório de Bednarik, quer do que tem sido dado a conhecer por Watchman, sabe-se que as patinas, tanto das gravuras como da rocha não gravada, não se encontram estratificadas e são de pequena espessura. Ora, nestas condições, segundo von WERLHOF et al., (1995), a patina é um sistema aberto sujeito a todo o tipo de contaminações, quer modernas quer antigas, que não serão eliminadas devido à não realização da descontaminação

química.

A conclusão a que Watchman chega de que as gravuras terão uma idade compreendida entre 100 e 1700 anos é pois falha de qualquer valor, até porque se ignora em que dados se baseia para a espantosa afirmação de que a agricultura foi introduzida na zona há 1700 anos, a qual estaria na origem das concreções que as gravuras apresentam.

A utilização de meios muito sofisticados, mas de uma forma acrítica, pode deixar os “parolos” boquiabertos mas não conduz necessariamente a resultados mais rigorosos.

2.3.2. Datação por AMS (simplesmente)

Ronald Dorn também utilizou a técnica de AMS para datar os vestígios orgânicos encontrados nas gravuras do Côa. Embora só tenhamos tido acesso, até agora, ao pequeno extracto do seu Relatório publicado no “Independente”, onde são reveladas as datas por ele obtidas, julgamos, pelo que conhecemos da bibliografia deste investigador, que terá sido efectuada uma devida descontaminação das amostras datadas.

As datas são apresentadas correctamente como idades mínimas para as gravuras, sendo todas elas mais antigas que 19 cal AD e uma mais antiga que 2703 cal BC, em total contradição com as conclusões de Watchman.

Já atrás se referiu que a patina que cobre as gravuras e as superfícies rochosas não gravadas constitui um sistema aberto. Por isso, aqueles *terminii ante quem* determinados por Dorn terão de ser considerados num sentido lato, ou por outras palavras, não sabemos qual o tempo que medeia entre a execução das gravuras e a altura em que o material orgânico datado se incorporou na patina. Isto é, as datas obtidas por Dorn não põem em causa uma datação do Paleolítico para as gravuras.

2.4. Datação pelo ^{36}Cl (AMS)

O ^{36}Cl é um radionuclido cosmogénico com um período de 301000 anos que tem três mecanismos primários de produção nas rochas terrestres: reacções de espalação do potássio e do cálcio e captura neutrónica in situ pelo $^{35}\text{Cl} - ^{35}\text{Cl} (n,\gamma) ^{36}\text{Cl}$. A taxa de acumulação de um isótopo cosmogénico, tal como o ^{36}Cl , numa rocha pode ser usada para determinar o tempo de exposição da sua superfície e, por conseguinte e teoricamente, a idade de uma gravura. Mas, para isso, é necessário conhecer a intensidade e a composição do fluxo de raios cósmicos, isto é,

determinar as taxas de variação desse fluxo em função do tempo, da latitude, da altitude, da composição e da geometria da rocha, num conjunto de amostras do interior e da superfície de rochas do mesmo tipo, que tenham uma história de exposição aos raios cósmicos bem conhecida. É o caso, por exemplo, de rochas ígneas provenientes de uma erupção bem datada, de rochas cuja superfície foi desgastada por glaciares cuja data de retirada é conhecida, ou de rochas que foram levadas para a superfície da Terra devido ao embate de um meteorito em data também conhecida.

No caso do Côa, em que as gravuras foram executadas em filitos com idades de milhões de anos e com superfícies gravadas verticais, o teor desta rocha em ^{36}Cl , quer no interior quer à superfície, deverá não só ser devido à reacção $^{35}\text{Cl} (n,\gamma) ^{36}\text{Cl}$, mas também às reacções de espalação do potássio e do cálcio nela existente. Por outro lado, dada a pequena profundidade do traço das gravuras será, com certeza, muito difícil, ou mesmo impossível, medir a diferença entre os teores de ^{36}Cl na superfície gravada e na não gravada. Assim, e tendo também em conta a incerteza ainda existente no conhecimento dos valores de vários parâmetros que influem na taxa de produção do ^{36}Cl (ver REEDY et al., 1994), que levam a considerar este método como ainda experimental, parece-nos que os resultados a obter com ele no Côa, deverão constituir apenas, e com fiabilidade reduzida, *terminii post quem* (em sentido lato) para a execução das gravuras.

3. CONCLUSÕES

As conclusões a retirar de todo este processo levado a cabo para datar por métodos científicos, que não pelo método estilístico, as gravuras do Côa e em que se contrataram “os maiores especialistas mundiais” estão, julgo eu, mais ou menos explícitas nos parágrafos anteriores. Mas como se trata da opinião ou “julgamento” de um investigador nacional (e santos da casa não fazem milagres...), nada melhor do que saber o que concluíram sobre o assunto alguns que, estes sim, são dos melhores especialistas na matéria. Assim, a equipa de investigadores do “Research Laboratory for Archaeology and the History of Art” (Oxford) declara²:

“We find the conclusions of the dating project confusing and often contradictory, and in no way secure grounds for concluding that the engravings are ‘Post Palaeolithic’. It follows that much more investigation is required before any decisions can be taken as to the future of development

² Carta de 25 de Agosto de 1995 dirigida à Associação dos Arqueólogos Portugueses e assinada pelo Dr. R. E. Hedges (Director), P. B. Pettitt (Arqueólogo), Dr. C. Bronk Ramsey (Físico) e Dr. G. J. Van Klinken (Químico).

in the area, and that to do so now is certainly premature.”

O Director do Laboratório de Radiocarbono de Gif sur Yvette do “Centre des Faibles Radioactivités, Laboratoire Mixte C.N.R.S./C.E.A.” afirma³, por sua vez:

“Le carbone déposé dans les gravures qui a été daté n’offre aucune garantie de fiabilité compte tenu de la forte probabilité des risques de contaminations comme apparaît l’indiquer la dispersion des résultats obtenus. Il ne peut fournir qu’une estimation d’un âge minimum. Quant aux résultats fournis par la technique de micro érosion, ils ne peuvent être considérés rigoureux, scientifiquement. Les conditions d’application de cette méthode (par ailleurs controversée) n’ont pas été respectées.

D’aucune façon, ces tentatives de datation n’impliquent que les gravures soient ou ne soient pas paléolithiques.”

Gostaríamos, por fim, de recordar o que afirmámos no “Forum do Côa”, realizado na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa em 1 de Julho de 1995, quando ainda não eram conhecidos os resultados:

“Perante os métodos de datação absoluta disponíveis, afigura-se-nos que o único que poderá datar com fiabilidade as gravuras rupestres do Côa é o método de datação pelo radiocarbono. Para isso, é necessário um programa extenso de escavações arqueológicas no local, paralelamente a um programa de obtenção de datas de radiocarbono a partir de amostras colhidas nessas escavações. Será um processo moroso, que não se compadece com a pressa de construção da barragem.

Os métodos de “datação directa” das gravuras que têm sido referidos poderão ser utilizados como um meio complementar ou, talvez melhor, como um teste ao seu aperfeiçoamento e viabilidade...”.

³ Carta de 31 de Agosto de 1995 dirigida à Associação dos Arqueólogos Portugueses e assinada pelo Dr. Michel Fontugne (Director).

BIBLIOGRAFIA

- BEDNARIK, R.G., 1992 — A new method to date petroglyphs. *Archaeometry*, 34 (2), 279-291.
- DAVEAU, S., 1980 — Espaço e tempo. Evolução da ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio*, 2, 13-37.
- NELSON, D. E.; CHALOUPKA, G.; CHIPPINDALE, C.; ALDERSON, M. S. e SOUTHON, J.R., 1995 — Radiocarbon dates for beeswax figures in the prehistoric rock art of Northern Australia, *Archaeometry*, 37 (1), 151-156.
- REEDY, R.C.; TUNIZ, C. e FINK, D., 1994 — Report on the Workshop on Production Rates of Terrestrial In-situ-produced Cosmogenic Nuclides. *Proceedings of the Sixth International Conference on Accelerator Mass Spectrometry*, in *Nuclear Instruments & Methods in Physics Research*, B92 (1-4), 335-339.
- RUSS, J.; HYMAN, M. e ROWE M., 1992 — Direct radiocarbon dating of rock art. *Radiocarbon*, 34 (3), 867-872.
- von WERLHOF, J.; CASEY, H.; DORN, R.I.; JONES, G.A., 1995 — AMS ¹⁴C age constraints on Geoglyphs in the Lower Colorado River Region, Arizona and California. *Geoarchaeology: An International Journal*, 10 (4), 257-273.

LA VALORISATION DU PATRIMOINE ARCHÉOLOGIQUE, SUPPORT DU DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE*

par

Henry de Lumley**

J'ai eu la chance de voir quelques gravures rupestres lors de ma visite dans la Vallée de la Côa. J'en avais, bien sûr, déjà beaucoup entendu parler par la presse internationale, qui a attiré l'attention des archéologues du monde entier sur ce site exceptionnel. Tous attendent maintenant la suite des événements.

En effet, le Portugal a la chance d'avoir, sur une étendue de 17 km, plusieurs centaines, voire plusieurs milliers de gravures qui font de la Vallée de la Côa un sanctuaire, un grand site paléolithique en plein air. Il s'agit, certainement du site d'art rupestre paléolithique le plus important dans le monde, et de très loin, et il constitue le patrimoine, non seulement du Portugal, mais de l'Europe et même du monde entier.

Si l'on essaie de replacer ce site dans le cadre de nos connaissances actuelles sur l'art préhistorique, on peut dire que le site de la Côa est un des rares sites d'art paléolithique connus au Portugal. On pourrait citer la Grotte d'Escoural, au Sud du Tage, (où quelques peintures et gravures, d'âge vraisemblablement solutréen, ont pu être observées) et le cheval de Mazouco, dans le Douro, à quelques kilomètres en amont de Foz Côa.

On peut, dès lors, dire que cette découverte multiplie par l'infini les connaissances sur l'art paléolithique du Portugal.

Même si l'on prend la péninsule ibérique, on peut dire que les découvertes de Côa apportent un enrichissement considérable à nos connaissances sur l'art paléolithique. Il y a plusieurs sites, et on pourrait citer particulièrement le site de Siega Verde, où des gravures en plein air, assez nombreuses et sans doute un peu plus récentes que celle de la Côa, sont éparpillées sur une longueur de 1.500 mètres. Le site de la Côa est considérablement plus ancien, mais aussi plus

* Conférence faite à l'Université do Porto le 2 Mai 1995.

** Directeur du Muséum National d'Histoire Naturelle (CNRS, Paris).

important puisqu'il s'étend sur 17 km, et on peut penser qu'au lieu de 550 gravures environ, il y en aurait plusieurs milliers. On peut encore citer en Espagne, le site de Domingo Garcia, dans la région de la Sierra de Gredos (au centre de la péninsule) où des gravures représentant principalement des chevaux, ont été découvertes sur quelques roches en plein air.

On peut dire aujourd'hui que les gravures de la Vallée de la Côa, d'après leur morphologie, d'après les dessins, d'après les perspectives tordues des cornes, d'après la base des pieds, correspondent plutôt au début du Solutrén, et présentent des rapports avec l'art paléolithique en France, en particulier en Dordogne et surtout dans la Vallée de l'Ardèche. Cela correspond à un art solutréen qui est encore assez peu connu et ces découvertes sont exceptionnelles en raison de leur importance et renouvellent toute notre conception sur l'art paléolithique. En effet, l'art paléolithique était jusqu'à présent surtout un art de cavernes, que l'on trouvait au fond des grottes, très loin de l'entrée.

On peut constater, après la découverte de Côa, que l'Homme du Paléolithique supérieur, l'Homme de Cro-Magnon, gravait toute la Nature. La Vallée de la Côa est une vallée complètement ornée. En France, nous n'avons pas la possibilité de faire une découverte pareille, car s'il y a eu des gravures dans des vallées, comme la vallée de l'Ardèche, elles ont été détruites par les gelées et par les glaciers. Grâce au micro-climat extraordinaire qui règne dans cette Vallée de la Côa, nous savons maintenant que les hommes de Cro-Magnon étaient capables d'orner non seulement des cavernes, mais toute une montagne, les deux rives d'une rivière, près de l'eau. Les archéologues portugais ont mis en évidence des centaines, et même des milliers de gravures, qui renouvellent notre conception de la signification de l'art quaternaire.

Ces gravures apportent des connaissances complètement nouvelles et fondamentales pour comprendre la psychologie et les motivations des grands chasseurs de la fin des temps quaternaires, à la fin de l'époque des glaciers.

Il s'agit d'une découverte extraordinaire, qui est absolument inattendue et qui s'ajoute à deux autres découvertes récentes, quoique de moindre importance, faites dans le Sud de la France.

Tout d'abord, une grotte qui a livré des peintures et des gravures sans doute un peu plus anciennes que celles de la Côa, qui est située dans la région de Marseille, la "Grotte Cosquer". Il y a quinze mille ans, une grande partie de l'eau des océans était stockée sous forme de glace sur les continents et le niveau de la mer était situé à 110 mètres en dessous du niveau actuel. Les chasseurs paléolithiques ont pénétré dans cette grotte et y ont laissé des peintures et des gravures: deux à trois cents représentations animales ont été inventoriées jusqu'à présent. La communauté scientifique internationale s'est enthousiasmée pour cette nouvelle découverte. Une équipe de chercheurs y travaille, en particulier des

préhistoriens français, Jean Clottes et Jean Courtin, ainsi qu'une équipe très importante de géologues, de géomorphologues, de spécialistes de datations et d'analyses chimiques. Aujourd'hui, les collectivités locales, en particulier la Ville de Marseille, mais aussi l'État, le Ministère de la Culture, ont décidé de valoriser ce patrimoine. Ainsi, on s'aperçoit en France, depuis quelques années, que la valorisation du patrimoine culturel, dont je vous parlerai, est un formidable moteur de développement économique.

Plus récemment, le 18 décembre 1994, il y a quelques mois à peine, dans l'Ardèche, des spéléologues ont découvert sur une corniche escarpée une autre grotte ornée, la "Grotte Chauvet". A quelques centaines de mètres de l'entrée, les spéléologues ont pénétré dans une galerie très profonde et là, ils ont découvert un sanctuaire paléolithique de l'âge solutréen absolument extraordinaire qui doit être à peu près contemporain des gravures de la Côa, où ils ont pu mettre en évidence plusieurs centaines de peintures, mais aussi des gravures de chevaux, de bisons, d'aurochs, et aussi des rhinocéros, des ours, des figures rouges et des figures noires, qui ornent les parois de la caverne. Les archéologues français qui ont commencé à étudier cette grotte ont déclaré qu'il s'agissait d'un nouveau sanctuaire paléolithique extraordinaire. Les spéléologues qui ont découvert cette grotte ont immédiatement signalé cette découverte à la Direction régionale de l'Archéologie, qui en a informé le Ministère de la Culture, lequel a immédiatement envoyé une mission d'experts sur place, pour en évaluer l'importance. C'est ainsi que des mesures exceptionnelles de protection ont été prises: la grotte a été fermée par une porte blindée et l'entrée en est surveillée par des caméras. Une équipe interdisciplinaire est en train de se constituer, qui comprendra d'abord des spécialistes de relevé des parois par photogrammétrie, afin de pouvoir en faire des reconstitutions sans même les toucher, des analystes d'images pour pouvoir étudier les peintures avant même d'y poser des calques ou des cellophanes, et des géologues, des paléontologues, des archéologues, des préhistoriens, des spécialistes en géochimie des colorants. Cette équipe qui se met en place, entreprendra l'étude de la grotte après avoir mis au point une méthodologie rigoureuse.

On peut dire que la grotte Chauvet est un sanctuaire paléolithique extraordinaire, et que les chercheurs français, et avec eux le gouvernement français, pensent que l'étude de ce nouveau site, qui vient d'être découvert, qui n'a jamais été piétiné, qui n'a jamais encore été abîmé par des vandales ou par des amateurs, sera l'exemple même de ce qui devrait être fait, car ce sera la première fois qu'une équipe interdisciplinaire abordera méthodologiquement, selon un programme de travail rigoureux, l'étude exhaustive et conçue à l'avance d'une découverte. Dès à présent, le gouvernement français, le Ministère de la Culture, le Conseil Général de l'Ardèche, représenté par son Président, ont décidé d'installer sur place, devant l'entrée de la grotte, un grand musée pour valoriser ce patrimoine

archéologique. Les gorges de l'Ardèche sont une zone touristique; beaucoup de visiteurs y viennent chaque année, mais on a déjà enregistré, depuis la découverte de la grotte, un très net accroissement de la fréquentation touristique de la région.

Ainsi, dans les deux cas, celui de la grotte Cosquer comme celui de la grotte Chauvet, c'est immédiatement, au moment même de la découverte, qu'il a été décidé, non seulement de mener une étude avec des équipes interdisciplinaires, selon une méthodologie rigoureuse faisant appel aux techniques les plus modernes, mais aussi de valoriser un patrimoine exceptionnel pour le grand public, afin d'en faire un moteur de développement économique.

Et voilà que sont découvertes, à côté des six cents gravures et peintures de la grotte Chauvet, la Vallée de la Côa et ses milliers de gravures réparties sur 17 km. Comment comparer la grotte Chauvet, qui pour les Français représente une découverte si exceptionnelle que les chercheurs et les autorités politiques sont venus la voir sur place — le Premier Ministre Edouard Balladur, est venu voir l'entrée de la grotte — avec les milliers de gravures de la Vallée de la Côa?

On peut dire que le site de la Côa est une découverte fabuleuse, l'une des plus grandes que les préhistoriens ont pu faire depuis que la préhistoire existe, c'est un gisement absolument exceptionnel. Il est vrai qu'il y a quelques années, au mois d'octobre 1989, lorsque la décision de construire un barrage dans la Vallée de la Côa a été prise, on avait demandé à Monsieur Sande Lemos, d'effectuer une étude pour évaluer l'importance de cette vallée dans le domaine archéologique. Après quelques mois de travail, il a conclu dans son rapport qu'une équipe de recherche interdisciplinaire devait être chargée d'une prospection systématique dans la vallée pour évaluer son potentiel archéologique, compte-tenu de la découverte de quelques indices d'art rupestre, surtout chalcolithiques (il n'avait pas remarqué les gravures paléolithiques) et il avait aussi découvert des terrasses quaternaires contenant un matériel archéologique important.

En 1990, l'I.P.P.A.R., en concertation avec l'E.D.P., a décidé de prendre en charge la conduite de la prospection archéologique, et en 1992 ont été découvertes les premières gravures paléolithiques; elles ne seront portées à la connaissance du public qu'en novembre 1994. C'est une découverte extraordinaire et, depuis cette date, de nombreux archéologues de plusieurs pays sont venus sur place. Je veux en citer quelques-uns: de France, Jean Clottes, qui est Conservateur du patrimoine et chercheur en archéologie, Président de l'I.C.O.M.O.S., qui fera d'ailleurs partie de l'équipe de la grotte Chauvet, et Denis Vialou, spécialiste de l'art paléolithique et professeur au Muséum National d'Histoire Naturelle; d'Espagne, Rodrigo Balbin, professeur de préhistoire à l'Université de Alcalá de Henares, un grand spécialiste de l'art quaternaire, et Antonio Beltrán, professeur à l'Université de Saragosse, bien connu dans le monde entier; d'Italie, Emmanuel Anati, grand spécialiste de l'art rupestre, Directeur du Centre Camunéen d'Art Paléolithique;

d'Australie, Paul Bahn, Président de l'association pour l'étude de l'art rupestre australien, qui est associée à l'Université de Cambridge.

Tous ces chercheurs ont reconnu l'extrême importance de ce site exceptionnel pour la connaissance de la signification de l'art rupestre paléolithique. Car on ne pourra plus parler de la même façon de l'art paléolithique si l'on arrive à étudier cette fabuleuse vallée. Les préhistoriens pourront donner un sens tout à fait différent au comportement de l'Homme, à la pensée, aux motivations profondes de nos ancêtres chasseurs.

J'ai commencé l'étude du sanctuaire du Mont Bego, dans les Alpes-Maritimes, il y a trente ans, et nous terminons à peine aujourd'hui, l'ensemble des relevés de ses gravures. Nous y allons pourtant chaque année pendant plusieurs mois, avec une équipe de chercheurs français et étrangers. Nous avons beaucoup travaillé, et si nous avons à peine fini les relevés, je ne peux pas dire que j'ai fini cette étude et que d'autres après moi n'auront plus rien à étudier sur ce site. D'autres chercheurs, d'autres observateurs, verront certainement d'autres associations, des traits que nous n'avons pas su voir ou reconnaître, car souvent on a du mal à voir les choses, (on ne les voit que lorsqu'on les connaît, et voir quelque chose de nouveau est toujours difficile).

L'étude de ce fabuleux sanctuaire de la Vallée de la Côa, nécessitera certainement de nombreuses décennies, et je pense que même alors, on n'aura toujours pas fini de l'étudier, et que d'autres archéologues, d'autres générations de chercheurs, avec des technologies nouvelles, avec des méthodes nouvelles, avec des instruments beaucoup plus modernes, avec des technologies qu'on ne peut même pas imaginer aujourd'hui, pourront étudier les techniques de fabrication, les superpositions, etc... et les comprendront mieux. Ils pourront peut-être mieux comprendre et mieux dater ces gravures, et il est nécessaire (comme on l'a fait pour la grotte Chauvet, comme on l'a fait pour la grotte Cosquer, comme on le fait aujourd'hui dans la recherche moderne chaque fois que l'on trouve un site exceptionnel) de constituer une équipe pluridisciplinaire, internationale, placée sous la responsabilité des chercheurs portugais, comme ici à Porto, Monsieur Vítor Oliveira Jorge, et d'autres chercheurs dans les domaines concernés. Il est évident que pour aborder une telle étude, il faut mettre au point au départ, une stratégie, étudier d'abord la morphologie des roches, par exemple par la photogrammétrie, afin de relever les gravures, de faire l'étude des techniques, en faisant des observations au microscope électronique. Il faut aussi trouver des installations paléolithiques, mettre en évidence les habitats, les restes des chasses, les sites cérémoniels, car il doit y en avoir qui sont en relation avec les gravures. C'est un gigantesque travail de comprendre le mode de vie de ces hommes préhistoriques, de pénétrer leur vie quotidienne, pour connaître leur activité mentale, pour comprendre quelles étaient les motivations, quelles étaient les

pensées, quels étaient les rites et les traditions de ces hommes paléolithiques; et quand on n'a pas seulement six cents gravures, mais dix-sept kilomètres de vallée où des parois entières sont ornées par les hommes du Paléolithique, on devrait réussir à comprendre pourquoi les hommes préhistoriques gravaient. Et on peut dire que le site de la Cõa deviendra certainement le site de référence international pour la connaissance et la compréhension de l'art paléolithique. Et puis on peut dire que cette Vallée de la Cõa, ce n'est pas seulement l'art quaternaire de Cõa, un art solutréen, qui doit avoir à peu près 18.000/20.000 ans, mais c'est beaucoup plus, puisque des travaux futurs pourront mettre en évidence des terrasses et des sites du Paléolithique inférieur et moyen. On sait qu'il y a certainement des sites du Paléolithique supérieur, mais il faut les découvrir, puisque les hommes qui ont fait les gravures n'ont pu que laisser des traces. Il y a des sites néolithiques et chalcolithiques, et on connaît dans cette région des peintures de l'Age du Cuivre. On pourrait dire que c'est peut-être de moindre importance, moins exceptionnel, mais cette région, par son potentiel archéologique remarquable, qui n'existe nulle par ailleurs, est vraiment un phare mondial pour la connaissance des mentalités des civilisations du Paléolithique.

On peut dire aussi que cette région a un potentiel exceptionnel pour d'autres raisons: elle a un micro-climat remarquable, et c'est grâce à ce micro-climat que les gravures ont été conservées. Si cela existe à Cõa, cela devrait exister aussi ailleurs, en France par exemple, mais c'est grâce à Cõa que les chercheurs seront désormais alertés, et qu'ils observeront mieux, avec beaucoup plus d'attention, les parois extérieures des montagnes et des vallées, et qu'un jour peut-être, on retrouvera ailleurs des gravures en plein air. Mais on peut dire aussi que c'est grâce à ce micro-climat de la Vallée de la Cõa, que ces gravures ont été bien conservées: ailleurs elles ont été détruites par le gel, et ces conditions de conservation exceptionnelles nous permettent aujourd'hui d'avoir une nouvelle vision, tout à fait originale, tout à fait nouvelle, sur l'art paléolithique et sur sa signification.

On peut dire que c'est grâce à ce micro-climat, que la région a une faune et une flore, en particulier près de la rivière, très exceptionnelles. On peut dire aujourd'hui que la Vallée de la Cõa, toute cette vallée, constitue un patrimoine culturel certes, mais aussi un patrimoine naturel et on pourrait être tenté d'y installer un grand parc naturel et archéologique européen d'un intérêt exceptionnel.

Dans la montagne sacrée du Mont Bego, qui est remarquable, les trente-six mille gravures qu'on a pu relever au cours de trente ans de recherches sont déchiffrées, ou presque, aujourd'hui, grâce à la collaboration des géologues, des préhistoriens, des spécialistes en Histoire des Religions, qui permettent de comprendre la signification religieuse cachée dans les gravures. Elles sont une sorte de bibliothèque inscrite dans la pierre, et il est évident que ce sanctuaire était

menacé. Il était menacé car beaucoup de touristes sont venus, certains ont enlevé des pierres, d'autres ont laissé leurs graffitis, d'autres les ont martelées, et il a fallu prendre une décision rigoureuse pour sauver ce sanctuaire de l'Age du Bronze ancien.

Imaginez un sanctuaire, comme celui du Mont Bego ou celui de la Cõa; ce sont des lieux extraordinaires, comme une riche bibliothèque qui nous laisse un message certes antérieur à l'histoire, à l'écriture, aux cultures, mais ils ont la vénérabilité, aussi la beauté, d'une précieuse bibliothèque, et je pense qu'il ne viendrait à personne l'idée de laisser détruire une bibliothèque... On ne peut imaginer qu'on puisse détruire la Bibliothèque Nationale à Paris, ou la Bibliothèque de Lisbonne; bien sûr, les Barbares ont brûlé la Bibliothèque d'Alexandrie, mais aujourd'hui, dans un monde civilisé, on ne peut pas détruire une grande bibliothèque, et on peut dire que la montagne sacrée du Bego était une grande bibliothèque, car elle nous laisse les messages des hommes de l'Âge du Bronze. On a donc décidé d'en faire un sanctuaire archéologique; cette région a été classée par le gouvernement français, au titre des Monuments Historiques, on y a créé un Parc national et aujourd'hui la zone à gravures est classée en "site rouge", c'est-à-dire qu'on n'a pas le droit d'y aller sans être accompagné par un guide. D'autre part, le gouvernement français, les autorités locales, le Conseil Général et la Région Provence-Alpes-Côte d'Azur ont décidé de construire, au pied même de cette montagne, un musée, afin de valoriser cette découverte, en tenant compte du fait que la valorisation d'un patrimoine culturel et d'un patrimoine naturel constitue un formidable moteur de développement économique.

Je vous ai montré l'aventure culturelle des hommes auteurs de l'art préhistorique; le site de la Cõa constitue un fabuleux patrimoine sur lequel les archéologues devront lire un message, le message des Hommes de Cro-Magnon qui ont habité au Portugal.

C'est un patrimoine irremplaçable et il me paraît impensable de le détruire, il doit être absolument conservé dans son intégralité, car il constitue le patrimoine de l'humanité. C'est le devoir de notre civilisation. Je pense qu'il serait souhaitable, comme on l'a fait au Mont Bego, de créer un Parc Naturel et Archéologique Européen. Je sais qu'un barrage est en cours de construction et que les travaux sont assez avancés, mais je pense que les archéologues ne peuvent pas déplacer le site de la Cõa, alors que le barrage peut éventuellement être déplacé.

Les archéologues doivent évaluer l'importance de ce site qui est exceptionnel et les techniciens doivent dire où il faut installer un nouveau barrage car il est impensable de détruire un tel site.

Des solutions alternatives ont été proposées; en particulier, celle qui consiste à découper quelques roches. Tout d'abord, c'est impensable, car il est impossible de découper toutes les roches, et en les coupant, elles se casseraient. De plus, en

les découpant, on détruirait l'organisation de ce sanctuaire, car la disposition des roches les unes par rapport aux autres a certainement une signification. D'autre part, même en trente ans, tout ne sera pas étudié; d'année en année, on perçoit des associations significatives, des positions de gravures l'une par rapport à l'autre, et d'autres significations apparaissent qu'il faudra étudier par des observations multiples. On ne découvre, on ne comprend que ce qu'on sait, et il est très difficile de faire de nouvelles observations. Il n'est pas pour autant possible de tout étudier en quelques années et il est encore moins possible de tout fouiller (les habitats, les sites culturels, les restes de chasse, les lieux de travail). Il faudra établir que c'est une réserve archéologique exceptionnelle, et je pense que tout l'ensemble doit être conservé. On pourrait aussi dire que l'on va mettre le barrage en eau et puis que, dans 50 ans, on entreprendra des fouilles; j'ai vu des roches hier et ce matin, et il y en a beaucoup qui sont gravées sur du schiste extrêmement altéré, qui n'ont que quelques millimètres d'épaisseur, et il est évident que si elles restent très longtemps sous l'eau, elles seront forcément détruites, alors qu'elles sont un potentiel d'étude tous à fait exceptionnel.

Alors que faire?

A Tautavel, dans les Pyrénées-Orientales, où des restes d'*Homo erectus* ont été trouvés, les autorités ont décidé de construire sur place un musée, le Musée de Préhistoire de Tautavel. Sur 3700 m², partiellement enfouis dans la montagne, ce musée a complètement transformé l'économie locale.

Il ne s'agit pas d'un musée conventionnel, c'est un spectacle avec des consoles interactives pour tous les publics, qui peuvent être interrogées en fonction des différents niveaux de connaissance.

Quand je suis arrivé à Tautavel, c'était un petit village dans le Roussillon, très pauvre, qui comptait six cents habitants. Il y avait beaucoup de maisons en ruines, ni hôtel, ni restaurant. Avec le musée, qui reçoit 350.000 visiteurs par an, l'économie a changé, toutes les maisons ont été reconstruites, il y a trois hôtels et douze restaurants; la cave coopérative qui vendait son vin en citerne, le détaille maintenant en bouteilles. Tout le monde s'est enrichi, et le musée a créé plus d'une centaine d'emplois.

Tautavel prouve l'importance du tourisme culturel et naturel, qui l'emporte sur le tourisme traditionnel, et qui connaîtra une véritable explosion dans les prochaines années.

La valorisation du patrimoine archéologique exceptionnel de Còa devrait s'inspirer du modèle français, en Dordogne, à Lascaux, à Tautavel, dans l'Ardèche, où les autorités ont pris conscience que le tourisme culturel et le tourisme naturel peuvent être un grand support économique d'avenir, et un facteur de développement considérable. A Còa aussi, on peut créer un parc archéologique naturel susceptible d'amener de nombreux visiteurs, car il y aura dans la prochaine

décennie, une explosion du tourisme culturel. Et je pense même que les aménagements qui ont été faits jusqu'à présent peuvent faciliter cette installation, puisque tous les travaux, les chemins, les routes, les plates-formes permettent, si l'on abandonne la construction du barrage, de créer un complexe touristique et un complexe d'appui formidable: des parkings, des hôtels, des restaurants, des cafétérias et un musée qui présentera le site de la Còa dans son contexte géographique, dans son contexte stratigraphique, dans son contexte chronologique et dans son contexte culturel. Les visiteurs seront accompagnés par des guides, car on ne peut les laisser seuls, et ils bénéficieront ainsi d'une initiation non seulement au patrimoine archéologique, mais aussi au patrimoine naturel, à la connaissance de la faune et de la flore.

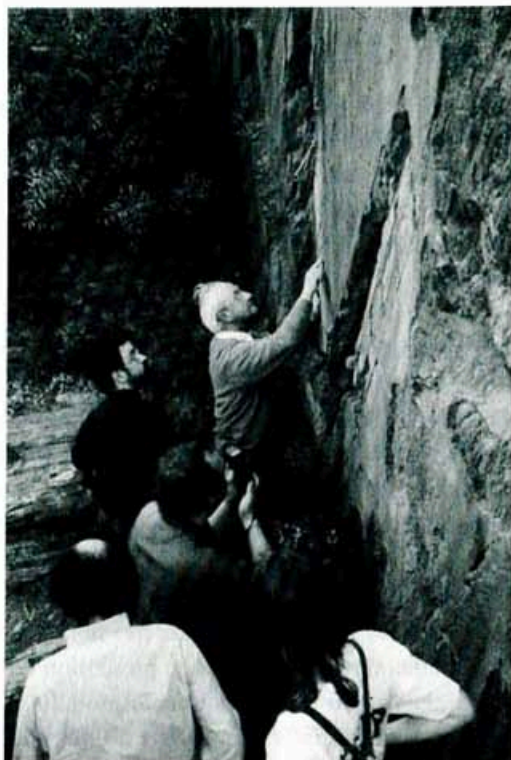
Je voudrais vous dire, pour terminer, que Còa est bien plus important que Lascaux, bien plus important que Niaux, bien plus important qu'Altamira, grâce à ses dix-sept kilomètres de vallée où des centaines de roches ont été gravées par les hommes de Cro-Magnon.

Valoriser le site de la Còa, grâce aux activités qui se mettront nécessairement en place autour du site même, devrait permettre la promotion des produits de Còa, des amandes, de l'huile, du vin, du "Porto", qui sont produits à Còa, à l'instar de ce qui s'est fait à Tautavel, où l'on a su tirer parti du patrimoine archéologique et naturel.

Ce n'est certes pas à moi de décider de ce qu'il faut faire. C'est le rôle des autorités portugaises, du gouvernement, du Président de la République, qui devront choisir la formule propre à préserver ce fabuleux patrimoine; ce serait en effet un crime, ce serait un sacrilège de le faire disparaître, un sacrilège aussi grand que de faire brûler en France la Très Grande Bibliothèque. Il s'agit du message que nous ont laissé les hommes de Cro-Magnon, et que nous devons conserver. On pourrait, pour ce faire, constituer une commission de spécialistes de l'archéologie, mais aussi des spécialistes des parcs, des spécialistes du tourisme culturel, qui pourraient réfléchir avec les archéologues sur la meilleure façon de valoriser le patrimoine pour que le développement économique ne soit pas interrompu par l'arrêt du barrage (qu'il faudra reconstruire ailleurs), mais qu'au contraire, il soit relancé par une valorisation intelligente et audacieuse de ce patrimoine naturel et culturel.

Je sais, par son représentant, que le Président de la République, qui est venu sur place a été "touché" et sensibilisé par cette découverte, et c'est une excellente chose que le Président de la République du Portugal se préoccupe ainsi du devenir de ce patrimoine. Je sais aussi que le Secrétaire d'État à la Culture du gouvernement portugais souhaite conserver ces gravures et que le Premier Ministre du Portugal a annoncé que la conservation des gravures ne serait pas mise en cause.

Il faut absolument que le gouvernement portugais et que le Président de la République du Portugal mettent tout en oeuvre pour sauver cet extraordinaire patrimoine.



Maio de 1995 — vários cientistas observando as gravuras do Côa, nomeadamente os Profs. Henry de Lumley (Museu Nacional de História Natural, Paris) e Alberto Amaral, Reitor da Universidade do Porto. Fotos V. O Jorge.

BRÈVES REMARQUES À PROPOS DU SITE D'ART RUPESTRE DE FOZ CÔA (PORTUGAL), DE SON IMPORTANCE ET DE SON DEVENIR

par

Dominique Sacchi*

Jusqu'à une époque récente, l'art paléolithique, au moins sous sa forme pariétale, demeurait, aux yeux du plus grand nombre, indissociable d'un monde obscur et souterrain. Les décors soumis à la lumière diurne ne manquaient pourtant pas. Mais les prestigieuses cavernes peintes et leur ténébreuse ambiance, ajoutant à l'énigme de leurs saisissantes images, semblaient éclipser les «sanctuaires» établis au seuil des grottes et au creux des abris sous roche naturellement éclairés.

La reconnaissance, de 1981 à 1988, de gravures animalières à l'air libre, de style indubitablement paléolithique, devait conduire à une meilleure appréciation de l'espace investi par les artistes paléolithiques. Toutefois, les études préliminaires consacrées aux rochers gravés de Domingo Garcia¹, Mazouco², Fornols-Haut³, Piedras Blancas⁴ et Siega Verde⁵, citées ici dans l'ordre des découvertes, n'eurent pas le retentissement mérité. Alors que la majorité des spécialistes se contentait d'observer prudemment ce nouvel acquis de la recherche, sans véritablement le

* E.P. 101 du C.N.R.S. et Laboratoire de Préhistoire, 5 rue de l'Olivier 11000 Carcassonne, France.

¹ MARTIN E., MOURE J.A., 1981 — El grabado de estilo paleolítico de Domingo Garcia (Segovia). *Trabajos de Preistoria* 38: 97-108.

² JORGE S.O., JORGE V.O., ALMEIDA C.A.F. de, SANCHES M. de J., SOEIRO M.T., 1981 — Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). *Arqueologia*, Porto, n° 3: 3-12.

³ SACCHI D., ABELANET J., BRULE J.-L., MASSIAC Y., RUBIELLA CI., VILETTE Ph., 1988 — Les gravures rupestres de Fornols-Haut, Pyrénées-Orientales, *L'Anthropologie*, t. 92, n° 1: 87-100.

⁴ MARTINEZ GARCIA J., 1986/87 — Un grabado paleolítico al aire libre en Piedras Blancas (Escullar, Almería). *Ars Praehistorica*, V-VI: 49-58.

⁵ BALBIN BEHRMANN R., ALCOLEA GONZALEZ J., SANTONJA M., PEREZ MARTIN R., 1901 — Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre. *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca: 33-48.

prendre en compte, quelques-uns surent d'emblée en mesurer l'importance⁶. Il faudra attendre la révélation du remarquable complexe rupestre de Foz Côa en 1992, pour que la communauté scientifique prenne enfin conscience de la réalité et de l'ampleur du phénomène**.

Le bassin du Douro, dans sa partie frontalière déjà bien pourvue en témoins de l'art quaternaire avec les sites précédemment mentionnés de Mazouco et de Siega Verde, vient en effet de dévoiler aux archéologues de nombreux ensembles de rochers gravés. Une douzaine d'entre eux, selon un recensement aujourd'hui périmé, relèveraient du Paléolithique supérieur⁷. Cet inventaire provisoire ne donne qu'une mince idée de l'effectif réel de l'imagerie préhistorique de Foz Côa. Celui-ci, ou plus précisément sa part épargnée par le temps, ne pourra être évalué qu'après plusieurs années de prospection active et systématique.

Avant que de recourir précipitamment à d'hypothétiques ou pseudo-méthodes de datations directes, il convient d'exploiter au mieux les possibilités de l'approche archéologique, comme s'y livrent déjà des préhistoriens portugais. Les analyses thématiques, stylistiques, technologiques et la recherche de données concrètes issues de l'environnement immédiat de ces manifestations esthétiques, demeurent les voies prioritaires de la démarche scientifique et, actuellement, les plus sûrs moyens d'estimer l'âge des pétroglyphes.

Bien que la présence de l'homme, attestée sur le *locus* de Ribeiro de Piscos sous la forme d'une tête profilée évoquant irrésistiblement certaines figures de la Marche, et bien qu'il faille s'attendre à déceler de véritables motifs géométriques, particulièrement dans le corpus des images incisées, les thèmes iconographiques appartiennent essentiellement au monde animal sauvage. Quatre espèces d'ongulés, toutes communes au répertoire paléolithique péninsulaire, composent pour l'heure le bestiaire de Foz Côa⁸. Ce sont, dans une succession qui exclut la notion de fréquence: l'Aurochs (*Bos primigenius*), le Bouquetin, dans sa forme ibérique

⁶ Tout particulièrement Antonio Beltran Martinez in LEROI-GOURHAN A., 1984 — *Arte y Grafismo en la Europa prehistorica*; Istmo edit., Madrid: 9-17 et Paul Bahn dans son ouvrage: *Images of the ice age*, Windward edit., Leicester, 1988: 110-112.

** Je dois à l'invitation de Mila Simões de Abreu et Ludwig Jaffe, à la diligence de César Augusto Nunes, à l'accueil de Vítor Oliveira Jorge et à la chaleureuse hospitalité de Catia et João Zilhão d'avoir pu visiter, en compagnie de mon collègue et ami Michel Lorblanchet, quelques-uns des ensembles les plus significatifs de Foz Côa et obtenir toutes informations utiles à leur sujet.

⁷ REBANDA N., 1995 — Barragem de Vila Nova de Foz Côa. Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre, *Boletim da Universidade do Porto*, n° 25: 11-16.

⁸ Au cours d'une conversation, le 26 juin 1995, João Zilhão me précisait qu'il s'agit là des principaux composants de la grande faune portugaise durant le Paléolithique supérieur et que la plupart d'entre eux disparurent de la région de Foz Côa à l'Holocène. Rappelons à ce propos que Alexei P. Okladnikov tirait argument de la disparition des chevaux et taureaux sauvages à la fin du Paléolithique, dans la région de la Haute Léna, pour attribuer au Paléolithique supérieur deux chevaux et un taureau peints en rouge de Chichikino (cf. ABRAMOVA Z., 1995 — *L'art paléolithique d'Europe orientale et de Sibérie*, J. Millon édit., Grenoble: 110).

(*Capra pyrenaica*), d'après la courbure des étuis, le Cheval (*Equus caballus*) et le Cerf (*Cervus elaphus*), préférentiellement sinon exclusivement traité sur le mode incisé⁹. En l'absence de caractères sexuels primaires, pourtant précisément indiqués chez un bouc de l'ensemble de Penascosa¹⁰, il faut s'en remettre à la gracilité ou à la robustesse des formes, aux dimensions des cornes, pour distinguer un taureau d'une vache, un bouc d'une étagne. En revanche, il demeure généralement impossible de différencier un étalon d'une jument. Toutes choses communes à l'art animalier quaternaire.

Les conventions stylistiques des gravures piquetées et largement rainurées — absence quasi constante de pieds ajoutant à la brièveté des membres vus en profil absolu, perspectives et implantations des cornes des bovinés et caprinés, économie des détails anatomiques — s'accordent elles aussi avec ce que l'on sait de l'art paléolithique en Europe occidentale, précisément dans une phase antérieure à son stade récent. Mais bien d'autres traits caractéristiques autorisent ce rapprochement, la question de chronostylistique mise à part. Il faut en effet mentionner les imbrications de figures, parfaitement illustrées par le palimpseste vertical de Penascosa (8: fig. 7). Les procédés d'animation avec pour exemple le bouquetin «bicéphale» de Quinta da Barca III (8: fig. 5). Les notations éthologiques, habilement transcrites chez les deux chevaux, joue contre joue, de Ribeiro de Piscos (8: fig. 6), etc. Les dessins de biches, finement incisés et construits selon des normes de perspective différentes, rappellent bien évidemment leurs homologues pariétaux et mobiliers d'Altamira, du Castillo et du Parpalló. Mais la comparaison avec une biche «striée» de Domingo Garcia s'impose avec plus d'évidence encore¹¹.

L'étude, sous fort grossissement, d'empreintes d'impacts et de tracés dûs au pic ou au burin du graveur, selon un protocole expérimental inspiré de travaux récents¹², devrait permettre de définir la nature des outils utilisés. On sait, en tous les cas, qu'il n'est pas besoin de recourir à une pointe de métal pour inciser très finement une paroi de schiste¹³.

⁹ D'après les relevés réalisés à Canada do Inferno qui m'ont été obligeamment présentés par Mário Varela Gomes au Musée Archéologique de Lisbonne.

¹⁰ De ce point de vue il convient de rapprocher cette figure du bouquetin gravé Bq 4 de la grotte Cosquer (cf. CLOTES J., COURTIN J., 1992 — La grotte Cosquer, peintures et gravures de la caverne engloutie, Seuil édit.: fig. 97).

¹¹ RIPOLL LOPEZ S., MUNCIO GONZALEZ L. J., 1994 — Un grand ensemble d'art rupestre paléolithique de plein air dans la Meseta espagnole, *Lettre internationale d'informations sur l'art rupestre*, n° 7: 2-5.

¹² D'ENRICO F., 1994 — L'art gravé azilien. De la technique à la signification, XXXI^{ème} supplément à *GALLIA PREHISTOIRE*, C.N.R.S. édit., Paris.

¹³ Un simple examen a la loupe binoculaire d'un moulage du panneau C de Forns-Haut, préalable à une étude à venir, a permis à Francesco D'Errico de repérer des stigmates morphologiquement comparables à ceux que l'on provoque expérimentalement avec un outil de silex tranchant.

Quant au contexte archéologique, il gît peut-être sous les limons qui, au creux des talwegs, masquent encore des pans de roches gravées. Dans l'attente de recueillir des documents de proximité culturellement identifiants, il ne faut pas manquer de noter la mise au jour, toute récente, de deux stations leptolitiques dans le bassin du Côa. L'une d'elles ressortit au Gravettien *latu sensu*¹⁴. On tient ainsi la preuve de l'implantation humaine, au coeur de ce terroir, au cours du Pléistocène supérieur.

Les images de Foz Côa, au-delà de ce qu'elles nous apportent par elles-mêmes, de leur contenu intrinsèque, apparaissent comme autant de scellés posés par l'homme préhistorique sur un territoire. Elles en fixent l'âge et les limites. Elles attestent donc, tout à la fois, de la pérennité d'un paysage et de l'emprise matérielle et symbolique de communautés de chasseurs sur le milieu.

Comment dès lors refuser, sous quelque prétexte que ce soit, d'assurer la protection intégrale et la mise en valeur d'un tel site? Comment envisager un seul instant la perte irréparable d'un terrain d'étude à nul autre pareil^{14 bis}? Comment accepter la mort par noyade d'un témoin incomparable du patrimoine portugais et donc européen, sans lui porter secours¹⁵?

La protection de Foz Côa, au titre de réserve naturelle et archéologique s'impose ainsi comme l'unique solution. Une telle mesure, loin d'accentuer la pauvreté et l'exode endémiques de la population d'alentour, devrait contribuer, au contraire, à son mieux-être et à son maintien au pays par le légitime faire-valoir des ressources culturelles régionales. L'étonnante «galerie d'art rupestre», dont la toponymie affirmait l'existence bien avant que le monde savant n'en saisisse la réalité, en composerait l'emblème mais non l'unique aspect.

¹⁴ Renseignement communiqué par Vítor Oliveira Jorge.

^{14 bis} L'action mécanique des vagues causa la destruction de milliers de pétroglyphes des rives de l'Ienisei après la mise en eau du barrage de Krasnojarsk (cf. FRANCFORT H.-P., SACCHI D., SHER JA A., SOLEILHAVOUP F., VIDAL P., 1993 — Art rupestre du bassin de Minusinsk: nouvelles recherches franco-russes, *Arts Asiatiques*, Paris, T. XLVIII: 5-52).

¹⁵ Il a été un moment envisagé de découper quelques roches gravées et de les regrouper en une sorte de musée de plein air. J'ai déjà eu l'occasion de dire, au cours d'une réunion publique à l'Université de Porto, le 23 juin au soir, qu'une telle solution était inacceptable, qu'elle revenait à extraire arbitrairement quelques panneaux de leur inséparable environnement, à les réduire à de banaux éléments décoratifs. Qu'en aucune manière la méthode employée pour le sauvetage du temple d'Abou Simbel ne pouvait s'appliquer aux ensembles rupestres de Foz Côa (cf. *Público* du 25 juin 1995: 41).

PLANO ESTRATÉGICO DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO VALE DO CÔA - PROPOSTA

por

Geoidela*

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta apresenta as linhas fundamentais e os pressupostos técnicos para a realização de um Plano Estratégico de Salvaguarda e Valorização do Património do Vale do Côa.

A proposta baseia-se no cenário da não construção da Barragem de Foz Côa, admitindo a validade das seguintes justificações:

- Importa salvaguardar não só as gravuras em si, mas também o meio natural onde se integram, o qual permite a sua total compreensão;
- Dado o enorme valor científico das descobertas já efectuadas e os indícios da existência de muitos outros elementos patrimoniais de idêntica valia, é indispensável assegurar condições para a continuidade da investigação arqueológica;
- As soluções avançadas até ao momento para compatibilizar a construção da Barragem e a preservação das gravuras (e.g. transplantação das pedras, afundamento com construção de túneis subaquáticos) envolvem custos elevados e, sobretudo, destroem a possibilidade de manter a integração gravuras-meio envolvente;
- Não está comprovado que as vantagens sócio-económicas decorrentes da construção desta Barragem não possam ser garantidas pela construção de outra num local alternativo.

A intenção principal desta proposta consiste em assegurar a salvaguarda do património cultural e natural garantido que, num futuro mais ou menos próximo, a área não seja votada ao abandono. Ou seja, pretende-se criar um conjunto de

* Estudos de Organização do Território, Lda. Julho de 1995.

condições que assegurem a compatibilização entre a continuidade da investigação científica e a possibilidade de fruição cultural e lúdica. A concretização deste desiderato passa, naturalmente, pela assunção do património do Vale do Côa como uma potencialidade fundamental da estratégia de desenvolvimento desta região.

Assim, em síntese, o Plano Estratégico visa, em primeiro lugar, possibilitar a correcta articulação de três grandes dimensões: as condições necessárias ao prosseguimento da investigação científica, a fruição pública de um património único e o desenvolvimento local integrado que garanta a melhoria das condições de vida das populações.

Para concretizar o objectivo que se acaba de definir, propõe-se a implementação de uma estratégia de aproveitamento turístico compatível e potenciadora da salvaguarda e do estudo do património. De facto, a presença controlada, mas regular, de visitantes/turistas não só incrementa a visibilidade da área (o que aumenta consideravelmente a possibilidade de obtenção de apoios financeiros), como evidencia o valor deste património enquanto elemento complementar da formação dos indivíduos. Por outro lado, a instalação de equipamentos de apoio à actividade turística (auditórios, salas de conferências, estruturas de alojamento...) pode representar (desde que os usos sejam compatíveis) um acréscimo potencial nas condições de trabalho dos investigadores.

2. METODOLOGIA

O quadro 1 sintetiza as várias fases metodológicas de elaboração do plano, indicando as condições e elementos externos (*inputs* externos) e internos (*inputs* internos) que interferem na implementação das estratégias de desenvolvimento local que consubstanciam o plano.

Na primeira fase, serão desenvolvidos os grandes objectivos a atingir com o plano estratégico, atribuindo-se particular atenção à preservação *in situ* do património pré-histórico, à necessidade de dar continuidade à investigação e ainda à promoção da empatia entre a comunidade e o património existente no seu território.

Na segunda fase, serão definidos os parâmetros fundamentais que sustentam a actuação no Vale do Côa. Serão tidas em conta as orientações seguidas em casos similares, bem como as que estruturam as propostas de actuação alternativas. No que diz respeito às condições internas privilegiar-se-ão os pareceres dos especialistas que têm estudado a área e os modos de envolvimento da população nas várias fases do projecto.

Quadro 1 – Esquema Metodológico

FASES METODOLÓGICAS	INPUTS EXTERNOS	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	INPUTS INTERNOS - PATRIMÓNIO E COMUNIDADE LOCAL
1) definição dos grandes objectivos		Criação de condições para que o património existente reverta a favor do desenvolvimento local e regional.	Preservação <i>in situ</i> do património pré-histórico, salvaguardando a continuidade da investigação retrospectiva e prospectiva. Promoção da empatia entre a comunidade e o património existente no seu território.
2) definição dos parâmetros de actuação	Orientações estruturantes definidas no âmbito de outras experiências no domínio da conjugação entre a valorização do património pré-histórico e o desenvolvimento turístico. Análise das grandes linhas da actuação alternativas propostas para o vale do Côa.	Assegurar a continuidade e sustentabilidade do projecto. Preservar o equilíbrio entre a utilização pública da área e a salvaguarda da dignidade do património cultural e natural. Potencializar os recursos endógenos no desenvolvimento das novas actividades (emprego, investimento, know-how...) Evitar a concentração das actividades e iniciativas num único local promovendo a criação de uma rede de interdependências que permita a repartição espacial dos efeitos do projecto.	Objectivos fundamentais definidos pelos especialistas no domínio da pré-história e arqueologia. Forte envolvimento da população em todas as fases do projecto.
3) recolha de informação/análise da situação	Análise detalhada de experiências análogas (Lacaux, Alamira, Lepenski Vir, Parque do Vale das Maravilhas – Alpes...) Análise de estudos sobre as tendências recentes do fenómeno turístico aos níveis nacional e internacional, designadamente na vertente do turismo cultural.	Consulta de documentação sobre a área alvo do projecto produzida por diversas entidades: – planos municipais; – planos regionais; – estudos efectuados pelos agentes envolvidos no processo. Levantamento do património histórico cultural. Levantamento do património natural. Análise das redes de infraestruturas e equipamentos. Caracterização dos recursos humanos. Estudo do tecido empresarial local.	Análise dos documentos e pareceres técnicos produzidos no âmbito da salvaguarda das gravuras e do meio envolvente. Inquérito à população. Entrevistas aos agentes locais.
4) identificação das principais vertentes de intervenção	Articulação transfronteiriça, quer no âmbito da atracção turística, quer na promoção de iniciativas conjuntas.	Identificação e implementação da região patrimonial do Côa (RPC). Desenvolvimento de uma rede turística focada num núcleo central e catalisador (Centro da Pré-história) onde se localizariam as principais actividades lúdicas, formativas e culturais, bem como as actividades logísticas de recepção dos visitantes-turistas e de apoio à investigação científica. Os núcleos secundários da rede corresponderiam aos locais de reconhecido interesse patrimonial da RPC e repartiriam entre si os equipamentos turísticos necessários à concretização do projecto.	Tendo em atenção que se trata necessariamente de um processo dialéctico: – Sensibilização da comunidade científica; – Sensibilização da comunidade e dos agentes locais.
5) acções específicas	Iniciativas e investimentos realizados em áreas próximas da RPC (complementaridade). Identificação de fontes de financiamento para as iniciativas a desenvolver: – nacionais; – comunitárias; – extra-comunitárias.	A definir em função dos resultados das fases anteriores, abrangendo os seguintes domínios: – institucional; – territorial; – infra-estruturação e equipamentos; – promoção e marketing; – financeiro.	A definir em função dos resultados das fases anteriores.

As orientações relativas às estratégias de desenvolvimento local incidirão sobre dois vectores principais: o equilíbrio entre a utilização pública da área e a necessária salvaguarda do património; a promoção de um modelo de desenvolvimento ancorado nos tecidos sociais e económicos locais, que passa pela potencialização dos recursos endógenos e pela criação de uma rede de interdependências que leve à dispersão territorial dos efeitos do projecto por toda a área abrangida pela Região Patrimonial do Côa.

A terceira fase corresponderá à recolha de informação (diagnóstico) através de fontes indirectas (experiências análogas, estudos turísticos, pareceres e relatórios técnicos, planos municipais e regionais) e directas, entre as quais se destacam as seguintes:

- inquérito à população;
- inquérito aos potenciais visitantes/turistas;
- entrevistas aos agentes locais;
- levantamentos patrimoniais;
- análise das redes de infraestruturas e equipamentos e das acessibilidades;
- caracterização dos recursos humanos e do tecido empresarial local.

Na quarta e na quinta fases identificar-se-ão as principais vertentes de intervenção que decorrem do diagnóstico efectuado, bem como as acções/medidas específicas que as poderão concretizar.

Como é natural, o conteúdo destas duas etapas não pode ser especificado na medida em que depende, necessariamente, dos resultados do diagnóstico.

Contudo, podemos destacar algumas hipóteses exploratórias sobre as quais importa reflectir desde já:

Identificação territorial e implementação formal da Região Patrimonial do Côa (RPC), a qual incluiria não só uma Parque Arqueológico como uma área circundante que integraria locais de reconhecido valor patrimonial (histórico, cultural e natural), como Freixo de Numão, Castelo Melhor ou Marialva.

Desenvolvimento de uma rede turística na RPC, focada num núcleo central e catalisador (Centro da Pré-história) onde se localizariam as principais actividades lúdicas, formativas e culturais, assim como as actividades logísticas associadas à investigação e à recepção dos visitantes/turistas. No âmbito desta última função, o Centro teria, num primeiro tempo, um carácter centrípeto (centralização das reservas de alojamento, da difusão de informação...) e, num segundo tempo, um carácter centrífugo (encaminhamento dos visitantes/turistas para os núcleos secundários).

Os núcleos secundários da rede corresponderiam aos locais onde se identificassem potencialidades patrimoniais e repartiriam entre si os equipamentos turísticos necessários à concretização do projecto. A constituição da rede permi-

tiria ampliar o potencial atractivo da RPC através da diversificação dos interesses e da complementaridade das valências.

Entre as condições necessárias à implementação da RPC salientam-se a vantagem da articulação transfronteiriça, a necessidade de sensibilizar as comunidades locais e científicas e, ainda, a identificação e a programação dos potenciais apoios financeiros nacionais, comunitários e outros.

CALENDARIZAÇÃO

Fase 1 – Recolha e Tratamento da Informação	
Elaboração do 1º Relatório – Diagnóstico	4 meses
Fase 2 – Reflexão e aprofundamento do Relatório de diagnóstico	
Elaboração do Relatório Final – Estratégia de intervenção/Medidas de acção	2 meses

Para que os prazos de execução propostos sejam efectivamente cumpridos é necessário que se constitua um Gabinete alargado de Apoio à execução do Plano Estratégico. Este gabinete deverá integrar:

- um representante de cada município que integra a RPC;
- um representante do IPPAR;
- um representante da Junta de Turismo da Região;
- representantes das ONG's que estão envolvidas no processo;
- investigadores que tenham efectuado estudos e pareceres sobre as gravuras.

Este gabinete deverá efectuar duas reuniões com a equipa técnica responsável pela elaboração do Plano. A primeira destas reuniões, que terá como objectivo recolher ideias sobre a problemática das Gravuras de Foz Côa e o tipo de acções/medidas a promover, terá de ser obrigatoriamente efectuada durante os primeiros 2,5 meses de realização do trabalho.

A segunda reunião, que deverá ter lugar na terceira semana após a entrega do 1º Relatório, destina-se a auscultar os membros do Gabinete de Apoio sobre o primeiro documento entregue pela Equipa Técnica, de modo a obter críticas e sugestões ao diagnóstico efectuado.

ORÇAMENTO

Recolha e tratamento de Informação	1.700.000\$00
Deslocações e Alojamento	500.000\$00
Secretariado	270.000\$00
Equipa Técnica	2.250.000\$00
Consultores	1.000.000\$00
Sub-total	5.720.000\$00
Despesas Gerais (15%)	858.000\$00
TOTAL	6.578.000\$00

Nota: Este valor será acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

PLANO DE PAGAMENTOS

- 25% imediatamente a seguir à assinatura do contrato.
- 35% após o final da 1ª fase (entrega do 1º Relatório – Diagnóstico).
- 40% após o final da 2ª fase (entrega do Relatório Final).

EQUIPA RESPONSÁVEL PELO PLANO

Fernando João Moreira – geógrafo, mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local (Universidade de Lisboa). Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Especialista em desenvolvimento turístico, museologia e avaliação de projectos. Tem participado em numerosos trabalhos de planeamento territorial, nomeadamente do domínio do turismo e valorização do património, bem como na avaliação de programas comunitários.

Mário Moutinho – arquitecto, doutor em Antropologia (Universidade de Paris VII, Universidade Nova de Lisboa). Professor do ISMAG/ULHT, coordenador da licenciatura em Urbanismo. Especialista em urbanismo, etnografia, antropologia e museologia. Tem participado e coordenado numerosos projectos no domínio da arquitectura, da museologia e da preservação e valorização do património natural e cultural.

Isabel Margarida André – geógrafa, doutora em Geografia Humana, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Especialista em Geografia Económica e Social, nomeadamente nos domínios do emprego, estratégias empresariais e questões sociais, bem como nos métodos de recolha e tratamento de informação de base geográfica. Tem participado em diversos trabalhos no âmbito do planeamento do território e das questões sociais.

Alfredo Tinoco – historiador, mestrando em Cultura e Língua portuguesa (Universidade Nova de Lisboa). Vasta experiência profissional na área da museologia e da defesa e valorização do património, tanto em Portugal como no estrangeiro. Tem participado em diversos trabalhos na área de recuperação do património e da museologia.

Jorge Macaísta Malheiros – geógrafo, mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Especialista em desenvolvimento regional, demografia e migrações. Tem participado em numerosos trabalhos de planeamento territorial, em especial no âmbito do ordenamento social e demográfico.

O estudo contará ainda com a colaboração – consultoria de um jurista e de um economista.

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO CÔA. IDEIAS E PROPOSTAS PARA UM PROJECTO*

por

**Alexandra Cerveira Pinto, Virgílio Hipólito Correia
& António Manuel Silva**

1. INTRODUÇÃO

Desde Novembro de 1994, altura em que os arqueólogos e o público em geral ganharam crescente conhecimento do valioso património arqueológico constituído pela arte paleolítica do Vale do Côa, a ProAPA/Associação Profissional de Arqueólogos tem vindo a seguir com natural preocupação a evolução do processo nas suas vertentes científica, profissional, patrimonial, social e política, tendo acerca deste assunto emitido diversos comunicados de imprensa, participado em visitas e reuniões e discutido a questão com os mais variados intervenientes e interessados.

Na realidade, o valor patrimonial único e insubstituível patente naquele conjunto rupestre de ar livre rapidamente conjugou a quase unanimidade dos cientistas, entre os quais os maiores especialistas mundiais de arte pré-histórica. Algumas questões técnico-científicas que permanecem, como a dos diferentes métodos de datação utilizáveis e a consequente variação na cronologia absoluta dos gravados, não são relevantes no actual nível de decisão, uma vez que em nada beliscam a novidade, a grandeza e o significado de um achado como este, que coloca Portugal nos grandes itinerários mundiais de arte paleolítica.

Isto o sentiram desde muito cedo os milhares e milhares de jovens, com os de Foz Côa à cabeça, e os milhares e milhares de cidadãos das mais diversas regiões, profissões e sensibilidades que há mais de meio ano vêm subscrevendo abaixo-

* O presente texto foi editado pela ProAPA/Associação Profissional de Arqueólogos em Junho de 1995. Agradece-se a colaboração das seguintes pessoas e instituições: Museu Nacional de Arqueologia, Quercus/Associação Nacional de Conservação da Natureza (Núcleos da Guarda e Porto), Francisco Alves, Paulo Dordio Gomes, Gonçalves Guimarães, Vítor Oliveira Jorge, Maria Isabel P. Osório, Gaspar Martins Pereira, Marília Vieira, Paulo Costa Pinto, Luís Raposo, João Pedro Ribeiro.

-assinados, participando em debates, intervindo em jornais e eventos públicos e manifestando a sua opção *pro*-gravuras das mais variadas e criativas formas.

Também a nível internacional isto acontece. Os apelos de reuniões de arqueólogos e outros cientistas, os editoriais da imprensa estrangeira ou os numerosos protestos de cidadãos de todo o mundo, a que se juntam vozes de responsáveis políticos e figuras públicas, reclamam do nosso País a preservação, em condições de dignidade e integridade, dessa “*fonte de memória colectiva europeia*” e mundial que é a arte do Côa, para citar uma expressão da mais recente convenção europeia sobre património arqueológico assinada por Portugal.

A criação de um Parque Arqueológico no Vale do Côa, obviamente alternativo à barragem, é, assim, uma medida que se impõe como a mais adequada para promover a investigação de um património único, a sua protecção e a sua valorização com fins educativos, culturais e de desenvolvimento regional. Isto afirmámos, concretizando com alguns dados preliminares, em comunicado emitido em 27 de Março passado.

Deste modo, a ProAPA tem vindo a estudar um conjunto de ideias e propostas que permitem agora, com alguma propriedade, *simular* um parque arqueológico no Côa. Não o “parque” de plástico e betão, coexistente com a barragem, que a EDP sugeriu há meses. Os fundamentos desse projecto, que assentavam em parte na possibilidade de remoção das rochas gravadas, são inaceitáveis à luz da ética científica e desrespeitam grosseiramente a integridade de um ambiente *mágico*, histórica e globalmente significativa como é a paisagem e a topografia do Côa. Outras iniciativas e propostas tendentes também à criação de um parque no Côa, ultimamente anunciadas e provenientes de arqueólogos, partidos políticos ou outras instituições, devem — independentemente do nosso acordo aos princípios e metodologias aí avançados — ser registadas com agrado, já que um tema desta natureza só tem a ganhar com um debate tão amplo quanto possível e com o cruzamento das diferentes perspectivas e propostas de actuação.

O que pela nossa parte propomos, em síntese, é a criação de um Parque Arqueológico, dotado de um Museu e Centro de Investigação, adiante designado convencionalmente pela sigla **PARC** (Parque ARqueológico do Côa).

Deve ficar claro que assumimos este documento como mera contribuição, através de um conjunto de ideias e propostas, fruto da análise e reflexão e perfeitamente exequíveis do nosso ponto de vista, para o Parque que há que criar no Côa. Não pretendemos posicionar-nos como proponentes ou promotores formais de um empreendimento que, pela sua própria dimensão e natureza, terá de resultar de actos políticos. Como arqueólogos porém, amantes do passado tanto como dos homens e mulheres que hoje têm o direito de o conhecer e usufruir dessa herança comum, entendemos que importava ir mais além na consciencialização da opinião pública, dos agentes socio-económicos e dos decisores políticos. Depois de expor

ao mundo, com palavras sempre pequenas e inadequadas, o espanto e alegria que nos causou tamanho achado, impunha-se pensar um *depois*, simular um cenário atraente mas realizável, tarefa tanto mais importante quanto *do outro lado*, há que rejeitar com coragem um projecto de grande expressão económica, pelos meios que envolve, mas cuja indispensabilidade nunca vimos claramente provada.

2. PORQUÊ UM PARQUE?

Um *parque arqueológico* no vale do Côa constituirá sem dúvida a melhor forma de proteger e valorizar os elementos patrimoniais aí existentes. Esta figura, se bem que não possua ainda o devido enquadramento orgânico-legislativo no nosso País (o que existe são apenas *parques naturais* com património arqueológico e *monumentos, conjuntos ou sítios* classificados com maior ou menor dimensão) reúne características que em tudo se adequam a estes bens, como sejam:

- permite delimitar e salvaguardar um território amplo, única forma de garantir a protecção a monumentos tão numerosos quanto imprevisíveis;
- sustenta uma visão de conjunto, em tudo significativa para a compreensão daquele complexo artístico;
- possibilita uma apreensão integrada passível ainda de reflectir um momento particular de antropização de um espaço que mantém aparentemente pouco alteradas as suas condições topográficas originais; e
- apresenta, por fim, possibilidades de uma dinâmica específica, quer em termos de atracção de público quer em potencial de realizações.

Segundo disposições internacionalmente aceites a criação de um parque arqueológico exige as seguintes pré-condições¹:

- ser uma estação ou área arqueológica classificada;
- apresentar um alto grau de interesse científico, educativo e histórico;
- o seu estado de conservação ser considerado suficientemente bom para exposição ao público.

De pronto se verifica a adequação da riqueza arqueológica do Côa a este enunciado. As gravuras rupestres encontram-se em processo de classificação como bens de interesse nacional, justificando claramente por si só, não só o acto de classificação como a sua inclusão numa área de parque arqueológico. No que se

¹ Adapt. de Querol, M. Angeles, “Filosofía y concepto de Parque Arqueológico”, in *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 13-22. *Idem* (1995), “La Foz del Côa, marco perfecto para un parque cultural”, *Boletim. Universidade do Porto*, 25, Porto, p. 43.

refere ao estado de conservação, parece também claro que as medidas de consolidação e protecção necessárias aos blocos onde foram gravados muitos motivos não desautorizam a que se considere o conjunto, globalmente, como bem conservado e passível de visita pública.

A mesma Autora que citámos, M. Angeles Querol, da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid, escreveu há pouco tempo:

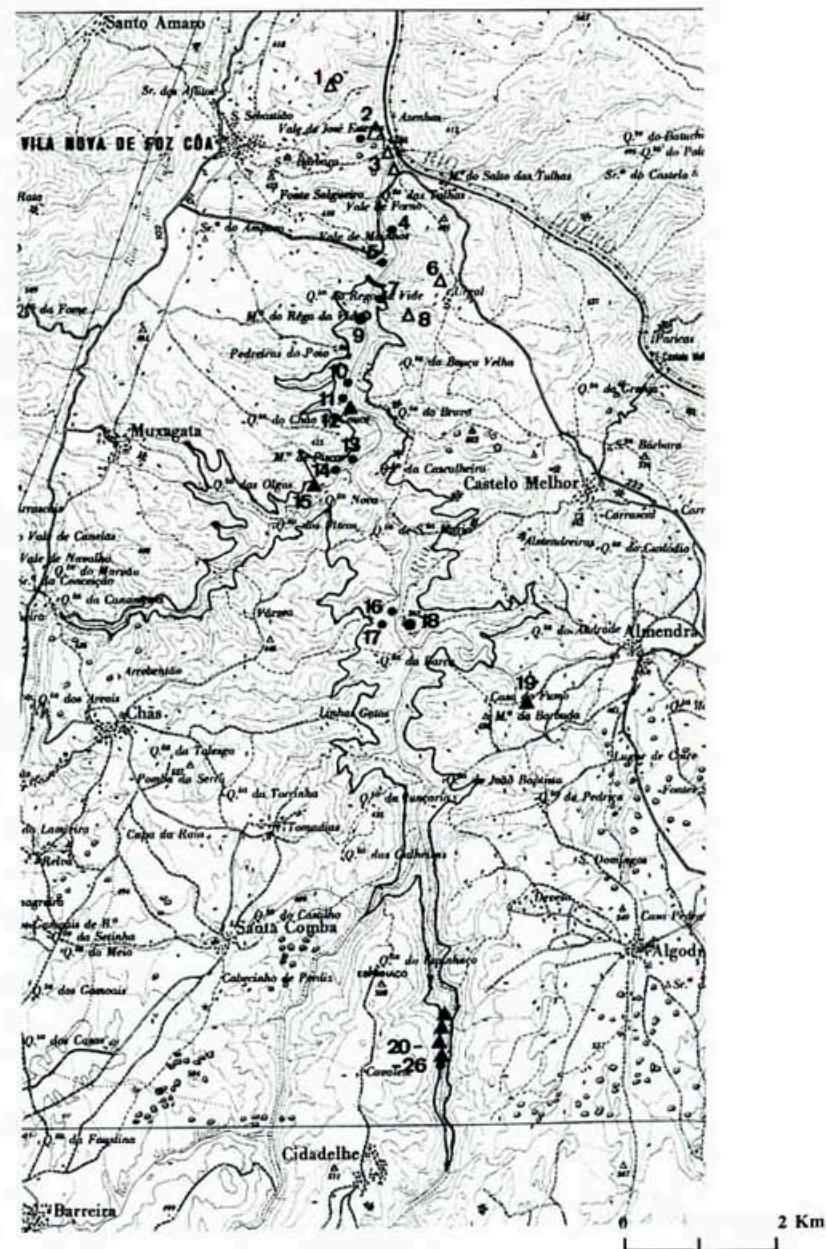
*"Por el lugar que ocupa, por el interés científico que encierra y por la belleza que posee, la Foz del Côa se ha convertido, inmediatamente después de su descubrimiento, en uno de los lugares más apropiados del occidente europeo para conservarse durante generaciones y generaciones, como un Parque Cultural"*².

3. A ARTE RUPESTRE DO CÔA

De acordo com o recente trabalho de Nélson Rebanda sobre a arte paleolítica do Côa³, podemos resumir do seguinte modo a extensão e significado daquele complexo rupestre, adiante apresentado no Mapa 1:

- Integra representações de diversas épocas, estilos e técnicas, desde o Paleolítico Superior à época histórica, até meados do séc. XX.
- Estende-se pelo menos por uma área de cerca de 17 Km, ao longo das duas margens do Côa e ribeiras tributárias;
- Predominam as gravuras em superfícies verticais de xisto, com uma única excepção, até ao momento, de gravuras executadas em zonas de granitos. O maior número de pinturas reconhecidas encontra-se em paredes graníticas.
- A primeira fase, data do Paleolítico Superior (entre 20.000 e 10.000 anos) e é caracterizada por numerosas representações de cavalos, bovídeos e caprídeos, em estilo naturalista, similar às imagens mais clássicas de grutas como Lascaux ou Altamira.
- Até Março de 1995 foram identificados quatro grupos principais de gravuras deste tipo, com cerca de 25 rochas, acima do nível de influência da albufeira do Pocinho no rio Côa (cota de 126 m), havendo, pelo menos, 10 painéis submersos, nomeadamente no sítio de Canada do Inferno.
- O primeiro grupo (Canada do Inferno) encontra-se entre 450 e 800 metros, a montante da barragem projectada, o segundo (Vale de Figueira) a 2,5

Mapa 1. Arte rupestre pré e proto-histórica do Vale do Côa e envolventes (seg. Rebanda, *op. cit.*)



Base cartográfica:
Carta de Portugal, I.G.C.
Escala 1:100.000

● Gravuras de tipologia paleolítica
○ Gravuras de tipologia epipaleolítica

▲ Pinturas do Neolítico
Idade do Bronze
△ Gravuras filiformes da Idade do Ferro

² Querol 1995, *op. cit.*

³ Rebanda, Nelson, *Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre do Côa*, Lisboa, IPPAR, s. d. (1995).

quilómetros, o terceiro (Ribeira dos Piscos/Quinta dos Poios), a 3,5 quilómetros e o quarto (Penascosa/Quinta da Barca) a 6,5 quilómetros.

- O conjunto da arte rupestre paleolítica é, ao momento, o maior que se conhece ao ar livre, o que rompe com a ideia tradicional de uma arte essencialmente *das cavernas*.

Como sintetizou recentemente o Prof. Henry de Lumley, Director do Museu Nacional de História Natural, de Paris:

*"Il s'agit, certainement, de très loin, du site d'art rupestre paléolithique le plus important dans le monde, et constitue le patrimoine non seulement du Portugal, mais de l'Europe et du Monde"*⁴.

4. OUTRAS VALÊNCIAS A POTENCIAR

Se a razão primeira — e bastante — para justificar a necessidade de criação do PARC é o complexo de arte pré-histórica do Côa, outros elementos existem, no entanto, cuja mais valia pode agora ser devidamente reconhecida e potenciada. Desde a paisagem e o património natural até aos vestígios histórico-arqueológicos de outras épocas e viveres, dos signos desse património mundial que é o Vinho do Porto às águas termais ou ao artesanato, abre-se à descoberta todo o mundo rico e diversificado do Alto Douro, Trás-os-Montes e Beira Trasmontana.

4.1. Paisagem e património natural

Conforme tem sido salientado, um dos valores significativos do Vale do Côa é ainda constituído pela paisagem de grande riqueza e por um conjunto de elementos de grande interesse no domínio natural, que vão desde as características particulares da geologia local até a um quadro muito diversificado que integra aves de rapina, uma significativa fauna piscícola, flora protegida, habitats ribeirinhos e outros elementos que merecem atenção.

A nosso pedido, o Núcleo da Guarda da *Quercus*/Associação Nacional de Conservação da Natureza elaborou um parecer sobre a riqueza ambiental do vale do Côa em relação com a possibilidade de criação de um Parque Natural (Anexo IV). Aí se revela que *"o vale do Côa, devido à sua geomorfologia e localização*

⁴ Cit. em *Folhas de Xisto. Jornal da Escola Secundária Tenente-coronel Adão Carrapatoso de Vila Nova de Foz Côa*, 16, V. N. Foz Côa, Junho 1995, p. 12 (v. texto do autor neste vol.).

geográfica alberga algumas associações florísticas típicas e raras a nível nacional, só por si capazes de constituir fonte de desenvolvimento regional se devidamente exploradas", salientando-se ainda a presença de espécies faunísticas raras como a lontra, a cegonha negra, a água real, o abutre do egipto, etc.

A *Quercus* considera mesmo que o Parque Natural do Côa deveria ser alargado aos Vales do Douro e do Águeda, tendo em linha de conta, como afirma, a maior valia ambiental destas áreas. Não é da nossa competência pronunciar-nos sobre esta questão que todavia deveria ser analisada em função do anunciado projecto para o Parque do Douro Internacional.

Na verdade, é hoje comumente aceite pelos pré-historiadores que as manifestações artísticas desses tempos recuados não podem ser devidamente apreendidas sem levar em linha de conta a natureza dos suportes e o enquadramento ambiental em que foram realizadas. Deste modo, qualquer projecto de parque arqueológico terá de relever de forma especial os bens naturais autóctones.

4.2. Património histórico e arqueológico (Anexo I)

A região do vale do Côa era já conhecida pela sua riqueza arqueológica muito antes da descoberta do complexo de arte paleolítica, como o demonstram as dezenas de sítios inventariados no Estudo de Impacte Ambiental, da autoria de Francisco Sande Lemos, e os trabalhos publicados ou em curso sob a direcção de vários arqueólogos, como sejam, Adriano Vasco Rodrigues, D. Domingos de Pinho Brandão, António Martinho Baptista, António de Sá Coixão, Gonçalves Guimarães, Susana Oliveira Jorge e outros⁵.

A região é no entanto rica em vestígios patrimoniais de outras épocas. Entre os locais com trabalhos arqueológicos em curso que podem ser atingidos num raio de 30 Km a partir de Vila Nova de Foz Côa (Anexo I) devemos citar, nomeada-

⁵ Podem citar-se, sem preocupação de exaustividade, Rodrigues, Adriano V. (1957), *Prospecções arqueológicas na região de Longroiva*, Coimbra; *Idem* (1976), *Retrospectiva histórica de Marialva, Longroiva e concelho da Meda*, sep. de "Voz de Lamego", Marialva; *Idem* (1983), *Terras da Meda: natureza e cultura*, Meda; Brandão, D. Domingos P. (1959), "A ara dedicada a Júpiter na Igreja de Vila Nova de Foz Côa", *Humanitas*, XI; Baptista, António Martinho (1983), "O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)", *Arqueologia*, 8, Porto; Coixão, António Sá (1986), "Rumansil, I", *Informação Arqueológica*, 6, Lisboa, pp. 49-52; Guimarães, Gonçalves e Peixoto, M. Graça (1988), *A Estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ermamoira - Muxagata, Vila Nova de Foz Côa (Notícia preliminar)*, Vila Nova de Gaia; Jorge, Susana O. (1993), "O povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da pré-história recente do Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXXIII (1-2), Porto; Alarcão, J. (1988), *Roman Portugal*, Warminster; a que podemos juntar mais recentemente Almeida, Carlos A. Brochado (1995), "Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa", *Boletim. Universidade do Porto*, 25, Porto, pp. 26-27.

mente, sítios com ocupação de época romana (Santa Maria de Ervamoira; Torre de Almofala, por ex.) ou o importante povoado calcolítico do Castelo Velho de Freixo de Numão, monumento com mais de 4.000 anos sem paralelo no Norte de Portugal. A distância pouco maior encontram-se as gravuras rupestres de Mazouco (Freixo-de-Espada-à-Cinta)⁶, cujo achado, em 1981, tornar-se-ia profético da riqueza de arte paleolítica que então não se adivinhava na região; podendo ainda, num percurso mais largo (c. de 50 km) visitar-se o importante complexo de Siega Verde⁷, junto ao rio Águeda, já em Espanha, um conjunto rupestre com cerca de meio milhar de figuras que apresentam bastante homologia com a arte do Côa.

A região do Douro Superior é particularmente rica em **conjuntos urbanos fortificados**, de origem baixo-medieval, os quais permitiram à monarquia emergente organizar o território numa zona fronteiriça onde o rei exercia ainda um domínio precário. Entrando em decadência a partir do século XVI, altura em que os centros de desenvolvimento se fixam decididamente na faixa litoral, algumas destas vilas vão entrar em processo de abandono (Numão; Ansiães; Marialva) outras, sem pressão demográfica e fraco crescimento urbano, guardarão a estrutura urbana e a ambiência de finais de quinhentos (Castelo Rodrigo; Freixo de Espada-à-Cinta; Torre de Moncorvo, etc.).

A cerca, o castelo, a casa da Câmara, o pelourinho, igrejas e misericórdias, fontanários e as próprias casas de habitação, são hoje testemunhos de uma vivência que antecedeu a introdução da modernidade e, em muitos casos, património edificado de grande valor artístico e histórico (Castelo de Penedono; Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa; Igreja Matriz de Torre de Moncorvo; Torre de Menagem e Igreja Matriz de Freixo de Espada-à-Cinta, etc.). A implantação que escolheram, situação estratégica, com boa defesa e boa visibilidade, que lhes acentuava o estatuto de centro de um território, confere-lhes uma particular integração no espaço que lhes acrescenta valor paisagístico (Castelo Melhor; Castelo Rodrigo; Marialva; Vila Velha de Santa Cruz). Também os **caminhos históricos** deveriam merecer um programa de aproveitamento e valorização, como aquele que passa junto às gravuras da Penascosa e tantos outros.

⁶ Jorge, Susana O. *et al.* (1981), "Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta)", *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 3-12.

⁷ Balbín Behrmann, R., Alecolea Gonzalez, J. J. & Santonja Gomez, M. (1995), "El yacimiento rupestre paleolítico al aire libre de Siega Verde (Salamanca, España): una vision de conjunto", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), Porto, pp. 73-102.

4.3. Património cultural de outra natureza

Dentro da mesma área englobada num círculo com raio de 30 km e centro em Vila Nova de Foz Côa, que integra localidades de uma dezena de concelhos, apresentamos, no Anexo II, os principais pontos de interesse turístico-cultural desta natureza. O vinho do Porto, com as suas Quintas tão características e a grande riqueza em águas termais, poderão igualmente decerto constituir polos de interesse a potenciar a partir do PARC. Também os Museus existentes na área poderiam beneficiar do incremento turístico a partir do PARC, como é o caso, por exemplo, dos Museus de Vila Flor, Moncorvo ou Pinhel.

Elemento do património cultural que importaria integrar, reanimar e valorizar no âmbito do PARC e do afluxo turístico que este não deixaria de provocar é o artesanato regional, sejam as mantas e colchas de Pereiros ou de Urros, o calçado de couro ou a funilaria de Riodades ou, num espectro mais vasto, a olaria negra tradicional de Felgar ou o importante trabalho da seda em Freixo de Espada-à-Cinta.

4.3.1. Um roteiro vitivinícola

Assim, é possível diversificar interesses remetendo os visitantes para realidades diferentes dos vestígios históricos e arqueológicos. Pela zona demarcada onde se insere o PARC, um roteiro vitivinícola surge de imediato como itinerário a valorizar e como interesse a promover (cfr. Anexo II).

Um trajecto no concelho de Foz Côa poderá tomar a forma de um roteiro ligando uma série de quintas cujo estatuto lhes advém de um passado importante relacionado com a produção de vinho de qualidade. Consequentemente, foram também elas responsáveis pela criação de uma paisagem que caracteriza o vale do Douro, de escarpas surribadas, fortemente humanizadas e de áridos xistos todavia produtores dos melhores vinhos.

É possível desde já enumerar algumas das Quintas que poderiam integrar este roteiro: partindo da Quinta do Vesúvio, acessível pela estação homónima da linha de caminho-de-ferro do Douro, passando pela Quinta do Vale Meão, produtora do Barca Velha, pela Quinta de Ervamoira, uma das mais modernas explorações vitícolas do Douro, e visitando ainda a Quinta de Leda.

Na perspectiva acima enunciada, procurando remeter os interessados e visitantes para pontos de interesse em freguesias circunvizinhas, é possível ainda estabelecer um roteiro mais abrangente, algo que se poderia designar como "Rotas dos Vinhos do Douro Superior". Um itinerário assim delineado, poderia integrar, entre outras, quintas como a Quinta do Silho, junto a Barca de Alva, a Quinta de

Santiago e a Quinta da Batoca (Freixo de Espada-à-Cinta), a Quinta da Foz do Sabor e a Quinta das Larangeiras (Torre de Moncorvo), a Quinta da Senhora da Ribeira, a Quinta de Lobazim e a Quinta dos Canais (Carrazeda de Ansiães) e a Quinta de Vargelas (São João da Pesqueira).

4.3.2. Um roteiro termal

São certamente de valorizar as potencialidades termais da região, que poderão ser devidamente divulgadas nos centros de acolhimento do PARC. Nomeadamente, seria de todo o interesse valorizar, no vale do Côa, as termas de Longroiva. No concelho vizinho da Meda, as termas de Ariola. Em Numão, as termas da Lagarteira, em Carrazeda de Ansiães as termas de S. Lourenço, e em Vila Flor, as termas de Bensaúde. Veja-se o Anexo II para mais informes a este respeito.

5. UM PARQUE, COMO?

O PARC deve abranger toda a área definida como pertencente ao complexo de arte rupestre e deve ter a possibilidade de gerir directamente essa área, por forma a organizar de modo mais conveniente os seus acessos, a delimitação e protecção física da área e os percursos internos que permitam a visita ao complexo, segundo critérios museológicos. Deverá ainda potenciar o enquadramento na área regional envolvente, valorizando todo um quadro polifacetado de recursos naturais, arqueológicos e turísticos, como acima ficou patente.

Terá também de compreender um edifício de **Núcleo central/Museu** propriamente dito, com áreas de trabalho, de arquivo de documentação, de biblioteca, de reservas de materiais e, sobretudo, de exposições e animação sócio-educativa que auxiliem os visitantes a compreender e a ser enriquecidos por aquelas manifestações artísticas. Deverá também essa estrutura servir de Centro de Investigação, dando aos diversos investigadores condições de trabalho e de alojamento. Outros **centros de acolhimento** receberiam os visitantes junto aos principais acessos e núcleos artísticos de maior relevo.

Descriminemos, seguindo conceitos internacionalmente aceites, as características que um Parque Arqueológico deve apresentar⁸:

- ser dotado de uma infra-estrutura apropriada para atendimento ao público visitante;

⁸ Querol, 1993, *op. cit.*

- a área do parque deve estar claramente demarcada e deve possuir uma área de acolhimento central, com:
 - recepção;
 - área de exposição em que se explique o significado e interesse do Parque bem como os trabalhos aí desenvolvidos. Esta área deverá conter a informação suficiente para que, caso não seja possível uma visita ao Parque, as pessoas saiam com uma ideia clara do que ele contém;
 - cafetaria ou área de descanso;
 - serviços;
 - área para conferências;
 - zona de trabalho de laboratório;
 - biblioteca/centro de documentação.
- Deverão ser criados trilhos interpretados ao longo do PARC, da seguinte forma:
 - de duração variável e adequados a diversos tipos de visitantes;
 - claramente identificados nas áreas de acolhimento;
 - que devem constar de folhetos explicativos;
- A conversão em área visitável deverá ser feita em função da maior rentabilidade social possível, podendo citar-se, por exemplo:
 - colaboração com Universidades nacionais e estrangeiras;
 - cursos práticos de investigação;
 - seminários de arqueologia;
 - cursos de museologia aplicada, conservação ou restauro;
 - inter-acção com programas escolares⁹.

Adiante serão descritas a organização e as componentes possíveis das infra-estruturas do PARC, de acordo com estes princípios gerais.

5.1. Delimitação geográfica

A delimitação da área do PARC deverá atender, essencialmente, à área de dispersão dos elementos de arte rupestre, podendo ainda abranger, se se mostrar

⁹ Almagro-Gorbea, M., "Filosofia y concepto de Parque Arqueológico", in *Seminario de Parques Arqueológicos*. Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 131-144.

oportuno, outras estações arqueológicas ou elementos patrimoniais mais relevantes de área circunvizinha. A unidade estruturante será o vale do Côa e as linhas de água afluentes, podendo a demarcação fazer-se por cotas altimétricas significativas ou seguindo as linhas de cumeadas. O critério principal será o da salvaguarda e valorização da arte rupestre, não sendo determinante a área total abrangida para efeitos de interacção com a região. No Mapa 2 assinala-se, de forma convencional, uma área possível, bem como os principais acessos e centros de acolhimento.

5.2. Modelo de gestão

Para a criação do PARC será necessária uma cuidada planificação, tanto mais que a sua gestão deverá fazer-se de forma integrada. Tratando-se o conjunto patrimonial do Côa de uma área com interesse paisagístico, situada ademais numa região de grande potencial vitícola e até termal, a gestão do parque deve incluir estes como outros aspectos.

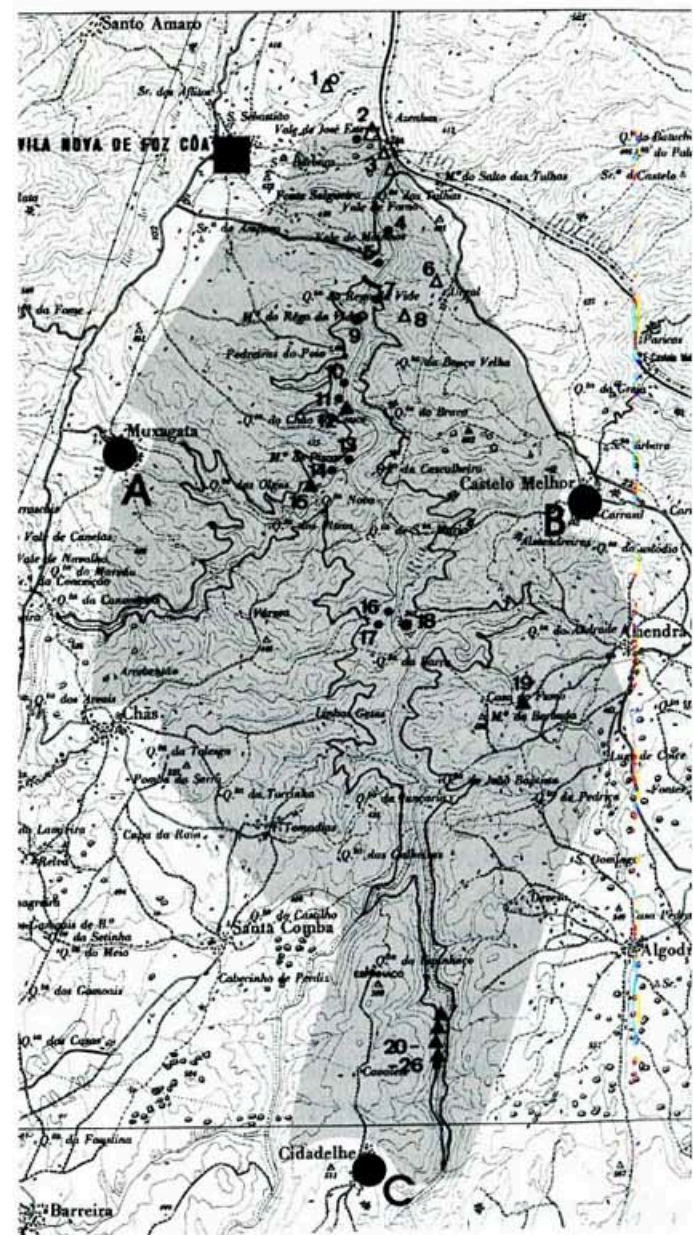
Por outro lado, a proximidade da fronteira ditou a existência de um conjunto de antigas vilas muralhadas e fortificações medievais, de grande interesse histórico e patrimonial, cujos planos de ordenamento e valorização ganhariam também em ser articulados com o PARC.

Assim, após definição das formas de organização mais adequadas e dos meios humanos e materiais necessários, é fulcral identificar as necessidades e os vários canais de financiamento (públicos, comunitários) patrocínios, mecenato, doações, exploração de serviços, etc.

É de notar que a gestão do PARC deve implicar também uma adequada coordenação com políticas de turismo, educação, desenvolvimento regional, económicas, etc., podendo desta forma captar investimentos mais significativos do que os directamente canalizados pelos departamentos ligados à cultura, e potenciar a sua incidência na região. Isto pressupõe uma coordenação dos agentes que possam estar directa ou indirectamente implicados, sejam os diversos níveis de administração local e estatal, os diferentes sectores de cada uma destas administrações, as empresas privadas e patrocinadores, as associações culturais e instituições científicas, as empresas e serviços ou outros¹⁰.

Importa, paralelamente, definir os objectivos da investigação e a forma de os coordenar com a protecção do conjunto e sua difusão. É necessário identificar

Mapa 2. Hipótese de delimitação convencional do PARC



0 2 Km

LEGENDA: ■ Museu/Núcleo Central. ● A, B, C — Centros de Acolhimento. ▨ Área hipotética do parque.

¹⁰ Ballbé Mallol, X., "Filosofia y concepto de Parque Arqueológico", in *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 105-121.

a informação e mensagens que se querará valorizar, eleger os sistemas de difusão, o tipo de serviços de atendimento propostos, etc. Simultaneamente, definir as intervenções a levar a cabo para a protecção e conservação, articuladas com a possibilidade de visita (nem tudo poderá estar pelo menos sempre visitável e o acesso por vezes terá de ser condicionado ou restringido) e as estratégias de manutenção.

Finalmente é necessário desenvolver de forma continuada a promoção e relações públicas dirigidos a populações diferenciadas. A articulação com a população local é um dos elementos que nos parece indispensável para promover a defesa do PARC e a educação para a cidadania cultural devidamente assumida. Independentemente do seu carácter nacional, o que requalificará a região, o PARC não deverá nunca surgir como uma *imposição* alógena, urbana ou que porventura exclua os fozcoenses. Neste sentido, a implementação de sessões de informação, acções educativas e o envolvimento por diversos meios das entidades locais (Autarquias, Escolas, Associações, etc.) é muito desejável. A reserva de um período inicial, após a abertura do PARC, destinado exclusivamente a visitas dos habitantes locais, a emissão de um cartão-residente para proprietários com terrenos na área do parque, ou descontos nos ingressos para a população do concelho poderiam ser oportunidades a encarar.

O enquadramento institucional do PARC/ Museu de Sítio poderá ser feito por vários modelos, mas é claro que o património em questão justifica a criação de uma instituição na dependência directa da Administração Central, seja através do IPPAR (como tantos Monumentos Nacionais), do IPM (como um Museu Nacional) ou do Ministério do Ambiente (o que a dimensão da área pode aconselhar e tem a vantagem de usufruir de um quadro legal já estabelecido), mas o modelo associativo, ou de uma Fundação (permitindo o envolvimento autárquico) é também possível.

5.3. Unidades funcionais

O PARC disporia de uma estrutura tripartida incluindo o Museu/Núcleo Central, diversos polos de acolhimento e acesso ao parque e a área do parque propriamente dita, com os diversos circuitos, núcleos visitáveis de arte pré-histórica e outros pontos de interesse (Mapa 2).

5.3.1. O Museu/Núcleo central

A estrutura base, com capacidade para suportar todas as actividades a desenvolver, deverá incluir:

Área de Trabalho	150 m ²
Área de Reservas	250 m ²
Área de Exposições	800 m ²
Auditório	700 m ²
Biblioteca/Centro de Documentação	100 m ²
Área de Produção e Arquivo de Documentação	200 m ²
Laboratório de Conservação	100 m ²
Alojamentos de Investigadores	200 m ²
Administração	50 m ²
(circulação e infra-estruturas)	10% da área total

Em suma, é necessário um edifício com 2.800 m² cujo custo poderia aproximar-se dos 350.000 contos e cujo projecto, adjudicação e construção poderia decorrer num prazo de 4 anos.

Poderia ser implantado em local próximo do complexo rupestre, aproveitando mesmo acessos e nivelamentos topográficos produzidos pelas obras de construção da barragem, ou então em Vila Nova de Foz Côa, o que poderia contribuir para a dinamização da sede de concelho e, ao mesmo tempo, diminuir a pressão humana sobre o vale do rio (Mapa 2).

— O Museu de Sítio/Centro de Investigação

O Museu/Centro de Investigação deveria funcionar como laboratório-estaleiro de pesquisa na área da arte pré-histórica, promovendo a interacção das mais modernas linhas de investigação a nível mundial. O acolhimento de especialistas estrangeiros, a realização de estágios universitários e campos de trabalho internacional, a realização de seminários ou de congressos periódicos e de acções de formação numa base regular poderiam fazer do PARC um organismo aberto e de ponta para a renovação da arqueologia nacional e para a criação de uma verdadeira *escola* de especialistas portugueses em arte pré-histórica, conservação, protecção e museologia arqueológica.

A componente natural do PARC aconselharia igualmente a instalação de uma unidade de estudo, conservação e educação ambiental, dotada de meios humanos especializados, o que poderia concretizar-se, pelo menos numa fase inicial, através de projectos de colaboração com universidades e associações ambientalistas.

— Equipa de pesquisa e continuação

Uma equipa multidisciplinar alargada teria de permanecer no local, a fim de dar continuidade aos trabalhos de prospecção, investigação, salvaguarda e musealização dos elementos arqueológicos. Essa equipa, que daria continuidade

ao trabalho do PAC/Projecto Arqueológico do Côa, poderia ser organicamente independente do PARC, muito embora houvesse, neste caso, que prever os necessários mecanismos de articulação, distribuição de competências e áreas de reserva funcional e propriedade científica.

O PARC necessitará de um quadro de pessoal mínimo de perto de cinco dezenas de pessoas, que inclua, para além do indispensável sector administrativo, investigadores capazes de assegurar o trabalho continuado necessário, técnicos de conservação que potenciem a salvaguarda do património à sua guarda, técnicos de animação e marketing, pessoal necessário a todas essas tarefas e, claro, o pessoal de guardaria e apoio ao visitante que permitirá o funcionamento do parque.

— Um centro de estudos e documentação

A instalação de uma biblioteca especializada e a edição de uma revista anual e outras publicações criariam condições favoráveis para que ao Côa acrescessem investigadores e estudantes de pós-graduação interessados por arte rupestre ou noutros elementos do património arqueológico da região coense.

— Um forum internacional de arte rupestre

Um congresso bienal de arte pré-histórica poderia sediar no Côa um centro mundial de pesquisa neste domínio. Campos de trabalho universitários internacionais dinamizariam o local, para o que poderiam ser estabelecidos protocolos de colaboração com Universidades portuguesas e estrangeiras. Alojamentos seriam disponibilizados para investigadores visitantes ou curtas estadias de cientistas que aí se deslocassem para trabalhar.

— Um pólo cultural e educativo de âmbito nacional

Cursos de Verão, seminários especializados e acções de formação para professores, técnicos de conservação e arqueologia poderiam funcionar no PARC. Um sector de animação educativa seria desde o início fundamental, já que as visitas escolares rapidamente ganhariam grande expressão, podendo esperar-se, com a adequada divulgação e sensibilização e de acordo com paralelos portugueses, uma afluência inicial de cerca de 30.000 estudantes/ano. A produção de materiais pedagógicos e a previsão de circuitos específicos de visita ao parque, a criação de jogos de exploração ou a instalação de uma oficina de introdução às técnicas de gravura pré-histórica seriam possibilidades entre muitas outras que se abrem neste domínio.

Outras iniciativas poderiam concorrer para tornar o PARC um polo cultural de primeira grandeza para o desenvolvimento do interior: uma bienal de arte moderna, por exemplo, poderia ser uma forma criativa de sublinhar o papel da arte como expressão primeira e fundamental de humanidade.

5.3.2. Centros de acolhimento

Além do Museu de Sítio/Núcleo Central, o PARC poderá dispor de pelo menos 3 outros Centros de Acolhimento, que hipoteticamente sediamos nas localidades de Muxagata, Castelo Melhor e Cidadelhe (Mapa 2).

Estes Centros, para os quais podiam ser adaptadas habitações tradicionais, já que não necessitariam, em princípio, de grandes espaços ou infra-estruturas, estão situados no eixo dos principais acessos e próximo dos núcleos artísticos de momento mais relevantes para visita pública. Teriam a função de acolher os visitantes, fornecer informação elementar sobre o PARC e encaminhá-los para circuitos específicos ou para o Núcleo Central, conforme os casos, tendo em conta os interesses do público e a conveniência de equilibrar ou reduzir a pressão antrópica sobre áreas particularmente sensíveis.

5.3.3. O parque

Além dos condicionamentos habituais, indispensáveis à preservação do ambiente e dos vestígios arqueológicos, a área do PARC deveria ser ordenada em função dos elementos de interesse patrimonial de diferente natureza, estabelecendo-se percursos internos que permitam a fruição e compreensão dos bens proporcionados.

As áreas com interesse arqueológico deverão ser devidamente sinalizadas e eventualmente vedadas ou delimitadas pela forma mais conveniente¹¹. Os acessos e trilhos serão estudados articulando as condições geomorfológicas locais com o estado de conservação dos bens patrimoniais e os percursos museologicamente preferíveis, tendo em conta a necessidade de controlar o afluxo de visitantes, diminuir os riscos de degradação ambiental e assegurar a protecção dos vestígios arqueológicos.

As visitas poderão ser efectuadas através de grupos com guia ou liberalizar-se a circulação providenciando-se a permanência de guardas, a existência de controlo por câmaras de filmar ou outros meios oportunos. Uma dificuldade que haverá que encarar será a do equilíbrio entre a efectiva protecção das gravuras e a instalação de esquemas de segurança “leves”, sem o aparato “policial” que porventura iniba os visitantes. Talvez a criação de um Grupo juvenil de “Amigos das Gravuras” ou algo similar, associado às escolas locais, numa base voluntária,

¹¹ Não é pacífica entre os especialistas a vantagem de colocar vedações convencionais sobre outras formas de sinalização ou delimitação, mas trata-se de uma questão que não importa por agora ao nosso propósito.

possa criar um corpo de guias-guardas mais informal e simultaneamente aumentar a consciencialização para a defesa dos vestígios arqueológicos.

6. DADOS ESTRUTURAIS

6.1. Recursos humanos permanentes

O quadro de pessoal do PARC poderia contar com um efectivo entre 45 e 50 pessoas, distribuído entre Técnicos Superiores e de Conservação (4-5 pessoas), Técnicos Auxiliares de Arqueologia/Museologia (4-5 pessoas), Operários de manutenção (5-6 pessoas), Guardas/Guias (25-30 pessoas), Administrativos/Auxiliares de Limpeza (8-9 pessoas).

Este quadro de recursos humanos e infra-estruturas permite, em princípio, acolher um tecto anual de visitantes na ordem das 100.000 pessoas, sendo portanto bastante para as necessidades imediatas do PARC.

6.2. Custos de instalação e manutenção

De acordo com os dados apresentados, podemos ensaiar uma estimativa dos custos de instalação e manutenção, a preços actuais, do seguinte modo:

Custos mínimos de instalação

Projectos e estudos prévios	50.000 contos
Construção do Museu/Núcleo Central	350.000 contos
Adaptação de Centros de Acolhimento	60.000 contos
Aquisição de terrenos	250.000 contos
Equipamento	200.000 contos
Acessos e arranjos exteriores	60.000 contos
Musealização/preparação de circuitos	100.000 contos

Custos mínimos anuais de manutenção

Encargos com pessoal do quadro	70.000 contos
Outros encargos de funcionamento	10.000 contos
Encargos com manutenção do parque	20.000 contos
Publicidade e divulgação	20.000 contos

De onde resulta que com pouco mais de um milhão de contos de instalação e cerca de 120.000 contos/ano poderia ser posto em funcionamento o PARC.

6.3. Financiamentos

A estimativa das receitas e financiamentos possíveis para um investimento desta natureza resulta difícil, porquanto depende em grande parte do *tipo* de estrutura a implantar e sobretudo da *dinâmica* da sua instalação e gestão, bem como do *empenhamento cultural e político* que a Administração Central e Local colocarem no projecto.

Num primeiro nível dever-se-ão considerar as receitas geradas directamente pelo próprio PARC, quer no que se refere à venda de ingressos, quer no que toca à distribuição de materiais de promoção e informação, concessão de espaços comerciais, organização de acções de formação, rentabilização de alojamentos para investigadores e visitantes particulares, etc., capítulos que poderiam gerar verbas bastante significativas.

Ainda à escala local, poderia considerar-se o envolvimento das Autarquias ou a captação de financiamentos por via de acções mecenáticas. Alguns contactos exploratórios sugeriram mesmo a possibilidade de alguns investidores privados poderem comparticipar significativamente os custos de musealização de estruturas arqueológicas existentes nas suas propriedades.

O Governo, por sua vez, teria de considerar o PARC como um projecto prioritário no âmbito da sua política cultural, nas vertentes museológica, educativa, ambiental, etc. Na realidade, pelas suas próprias características, já devidamente explanadas, o PARC teria condições para justificar o envolvimento de vários sectores governamentais, designadamente os da Cultura, da Educação, do Ambiente e do Turismo.

Finalmente, haveria que deitar mão de todo um conjunto de instrumentos de financiamento comunitário hoje disponíveis e que adiante se discriminam, sem excluir o recurso a outras fontes, como seja a celebração de protocolos de colaboração com Universidades e Centros de Investigação estrangeiros, o recurso a formas de *sponsoring* por parte de grandes empresas internacionais, a promoção internacional de logotipos e imagens características, etc.

6.3.1. Financiamentos comunitários

A excelência do património arqueológico do Vale do Côa e as actividades relacionadas com a criação e funcionamento de um Parque Arqueológico, estreitamente ligadas com a formação, educação, cultura e turismo, justificam e propiciam a candidatura a financiamentos comunitários. Sem que as esgotemos, enunciamos algumas das hipóteses de financiamento que cobrem efectivamente todas as áreas, da investigação à instalação de um Parque, sua gestão e animação.

O capítulo da criação de infra-estruturas, quer se trate de construções de raiz, quer de recuperações ou adaptações — sem que no entanto aqui se inclua a aquisição de terrenos ou imóveis — pode encontrar financiamento no **ProNorte**: no Sub-Programa A, caso se trate de investimento municipal, no Sub-Programa B se se tratar de investimento supra-municipal.

Através do **Sub-Programa C** do mesmo **ProNorte**, poderiam ser canalizados financiamentos para acções a desenvolver no PARC, relacionadas genericamente com o turismo natural e cultural e com a preservação do património. (Trata-se neste caso essencialmente de acções a jusante da parte infra-estrutural do projecto, embora possam ser financiadas ainda na fase de lançamento e promoção uma vez assegurada a viabilidade do projecto e a sua robustez institucional).

Encontrar-se-iam assim contempladas pelo Sub-Programa C todo um conjunto de acções que constituem a essência da criação e funcionamento do próprio PARC. Passando a citar a brochura que dá conta do ProNorte, Sub-Programa C, poderiam candidatar-se acções de animação cultural potenciando

- o “aproveitamento de equipamentos e espaços existentes incluindo-se a sua recuperação”;
- a “ligação entre as actividades artísticas e a investigação científica e o apoio a actividades lectivas e ocupação dos tempos livres”;
- “percursos turísticos, sinalização e informação turística”;
- “acções de sensibilização para protecção ambiental”;
- “roteiros culturais (rotas da seda, do vinho... recuperação de caminhos com interesse histórico)”.

Da mesma forma se poderiam contemplar

- a “recuperação de património edificado”;
- “a criação e valorização de zonas de lazer”;
- a criação e valorização de pequenos museus locais”;
- a própria “protecção e valorização de sítios arqueológicos”.

O Programa de Desenvolvimento do Douro (**ProDouro**) prevê igualmente a possibilidade de financiamento de acções no domínio da cultura e do turismo, designadamente o “apoio à construção e valorização de infra-estruturas polivalentes e de pequenos museus e bibliotecas locais” e o apoio à “realização de iniciativas de animação e promoção turística” (Resolução do Conselho de Ministros, nº 32/95 de 7 de Abril).

O carácter excepcional do património arqueológico do Vale do Côa, que o enquadra claramente no conceito de “local de memória” de carácter “emblemático a nível europeu ou até mundial” e que confere ao projecto de investigação da arte paleolítica a forma de “laboratório europeu do património”, colocam-no na esfera

do Programa **Rafael**. Não será muito arriscado avançar a ideia de que o Vale do Côa aparece claramente como um dos sítios conhecidos melhor posicionados actualmente para justificar este financiamento.

O **Rafael**, programa de acção comunitária específica no domínio do património cultural contempla, para este património de cariz excepcional, financiamentos que cobrem desde a identificação e inventariação, à conservação e restauro, bem como a gestão, valorização, divulgação, etc.

6.4. Acessibilidades e infra-estruturas

De momento, o quadro de acessibilidades viárias da região fozcoense não se encontra ainda devidamente implementado e desenvolvido. Encontra-se em construção, todavia, o IP2, entre Celorico da Beira e Bragança, que através da ligação ao IP4 e ao IP5 permitirá relacionar com alguma facilidade a área com o litoral. Naturalmente que a instituição do PARC teria de suscitar, a curto prazo a construção ou melhoramento dos acessos locais, e a médio prazo a consideração de eixos viários de superior dimensão. Todavia, o modelo de turismo cultural que está em vista não requer, necessariamente, infra-estruturas de grande capacidade ou auto-estradas rápidas: uma parte significativa do turismo qualificado que procuraria o Côa prefere provavelmente demorar mais um par de horas de viagem e poder usufruir, em condições de relativo conforto, de percursos mais variados e estimulantes, por boas estradas nacionais. Por outro lado, importaria considerar as possibilidades de acesso fluvial através do Douro e a dinamização turística da linha ferroviária deste rio.

No Anexo III apresenta-se uma listagem, por certo não exaustiva, de unidades hoteleiras (restaurantes, residenciais, turismo de habitação) disponíveis no Concelho de Vila Nova de Foz Côa e nos municípios circunvizinhos. Sendo esta uma das áreas de serviços particularmente sensível à variação dos fluxos turísticos, não deixaria também este sector de ser fortemente dinamizado com a criação do PARC.

6.5. Divulgação

A criação de uma estrutura permanente que permita suportar pedagogicamente o funcionamento do PARC, divulgar a sua existência e importância e potenciar o seu impacto socio-económico revela-se de grande necessidade, devendo ser dotada de uma equipa *full-time* de pessoal, científica e pedagogicamente qualificado.

Público escolar e agentes turísticos são os dois principais campos de actuação que urge abranger. O maior impacto cultural que o PARC poderá ter, a nível nacional, será provavelmente entre o público escolar (as reacções são já bem visíveis), enquanto a actuação entre agentes turísticos ligados ao turismo cultural e de qualidade terá certamente (vista a divulgação internacional que o Côa já teve) grande sucesso, desde que suportados localmente por estruturas específicas.

Como qualquer produto cultural de grande dimensão uma campanha publicitária de lançamento do PARC seria indispensável, concorrendo posteriormente para este efeito todas as realizações que ocorressem naquele espaço, como atrás se sugere.

7. IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO REGIONAL E NACIONAL

Os Parques Arqueológicos permitem, pela organização e actividades que implicam, a possibilidade de criar “ocupação estável qualificada e não qualificada ao nível da investigação, manutenção, difusão, serviços complementares, gestão, vigilância, etc.”¹², sendo que se pode concluir que “a ratio emprego/escudos investidos, no sector do património cultural é das mais altas relativamente ao conjunto dos investimentos que realiza a administração”, visto que gera muita ocupação qualificada¹³.

Por outro lado, a partir de uma adequada planificação da oferta turística, o nível de gasto e ocupação gerados não reverterão apenas no PARC, mas no conjunto da região onde ele se situa¹⁴. No entanto, a ideia de rentabilizar um património dado, é certamente mal interpretada se for pensada estritamente em termos monetários. Se a rentabilização pode ser entendida em termos financeiros, é-o simultaneamente — e sem que caiba aqui discutirmos se um dos níveis é mais relevante — em termos socio-económicos e culturais, níveis que não são da mesma

¹² Citando a título de exemplo de criação directa de postos de trabalho, o *Ironbridge Gorge Museum*, em Inglaterra, atrai anualmente, no final da década de 80, mais de um milhão de visitantes. Este fluxo de visitas permitia auto-financiar uma estrutura de 450 trabalhadores.

¹³ Ballbé Mallol, Xavier, “Financiación y Gestión Integrada de un Parque Arqueológico”, *Seminario de Parques Arqueológicos*, Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales, Madrid, 1993, pp. 105-121.

¹⁴ Referindo como exemplo o caso de York, em Inglaterra, o estudo económico suscitado pelo *Jorvik Viking Centre*, fundado em 1984, demonstra que no final da década de 80 o movimento anual de cerca de 600 mil contos que o próprio centro gerava, supunha um “efeito multiplicador à escala local de movimento 7,14”, o que representava uma actividade económica de c. de 4 milhões e 284 mil contos “produzido pelo movimento de visitantes atraídos exclusivamente por esta nova oferta cultural” (Ballbé Mallol, X. op. cit.). As visitas eram então na ordem dos 900 mil visitantes/ano (García Blanco, A. e Caballero Zoreda, L., “La comunicación del Parque Arqueológico”, *Jornadas Internacionales de Arqueología de Intervención*, Bilbao, 1992, pp. 374-409).

forma mensuráveis. É a partir do equilíbrio entre “estes três objectivos que se deve basear um modelo correcto de gestão do património cultural”. E o PARC, podendo constituir local privilegiado para outras manifestações de índole artística e cultural, pode vir a “servir de eixo para a vertebração de políticas culturais” para um território mais amplo, que extravasa as fronteiras do concelho. O desenvolvimento de uma dada forma de turismo cultural, centrada no Parque Arqueológico, “baseada no conhecimento integral da região a partir dos seus recursos culturais, naturais e humanos”, dará uma função ao PARC como instrumento de difusão cultural para sectores mais amplos da população¹⁵.

Nesse sentido, deve-se procurar desenvolver as potencialidades educativas, científicas, divulgativas e de criação cultural, a par das potencialidades reais de gerar emprego directo e indirecto, potenciando no conjunto a incidência que o PARC poderá ter sobre o desenvolvimento local e regional e procurar, finalmente, a rentabilização dos investimentos, a redução dos custos, a diversificação e multiplicação dos ingressos¹⁶.

Do impacto económico que o achado das gravuras está já a causar em Vila Nova de Foz Côa, mesmo sem quaisquer esforço de acolhimento ou propaganda, poderá inquirir-se naquela Vila: nos cafés e restaurantes, nas pensões e residenciais, na adega cooperativa que em poucos meses esgotou stocks à custa do *Rupestre*, do *Paleolítico* ou do *Arte do Côa!*... O quadro de potencialidades que aqui quisemos recordar permite traçar, num quadro geográfico mais amplo, um cenário que nos parece optimista, desde que, naturalmente, o afluxo turístico e a procura de serviços encontrem resposta adequada dos investidores locais ou que para a região afluam. Os incentivos do Estado poderiam jogar aqui um papel de relevo, ao mesmo tempo que toda a previsível dinamização dos equipamentos culturais e bens patrimoniais constituiria uma oportunidade histórica para a sua valorização.

8. UM PROJECTO NACIONAL DIGNIFICANTE; UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ALTERNATIVO

Desta forma se daria corpo, em nosso entender, a um projecto cultural de expressão nacional capaz de projectar Portugal na Europa e no Mundo. O processo de classificação do complexo rupestre como Património Mundial deveria ser proposto à UNESCO logo que o PARC fosse implantado, consagrando internacionalmente o que perante os especialistas não oferece já qualquer dúvida: o valor único e insubstituível que representam as encostas do Côa para a decifração das

¹⁵ Ballbé Mallol, X., op. cit.

¹⁶ *Idem*.

origens e do desenvolvimento da humanidade *sapiens sapiens*.

Um parque cultural, arqueológico e natural no Côa dotará o nosso País de um equipamento de nível europeu, potenciando o desenvolvimento de uma região deprimida e ajudando a fixar população num interior em crescente processo de desertificação, como os censos da terra fozcoense cruamente atestam.

Do que se fizer no Côa julgarão os presentes e os vindouros. Travar uma barragem que acumulou já investimentos significativos e que, admitimos, teria um papel de relevo nas nossas políticas hídrica e energética, não é nem nunca será uma decisão fácil e consensual. Mas importa que um acto de coragem concretize o que é imperioso e o que o mundo culto e civilizado espera de nós: salvar a arte paleolítica do Côa no respeito pelo enquadramento natural que 20.000 anos não conseguiram desfigurar; salvar o Côa das grilhetas do betão e libertar aos olhos dos europeus e dos cidadãos de todo o mundo os animais, os signos e os rostos que mãos pacientes e espíritos enlevados arquivaram nos xistos coenses.

ANEXO

Principal Património Histórico-Arqueológico localizado numa área de 30 Km de raio com centro em Vila Nova de Foz Côa

Concelho de Vila Nova de Foz Côa

1. Vila Nova de Foz Côa

Vila fortificada medieval.

O núcleo urbano primitivo localiza-se sobre uma pequena elevação percebendo-se ainda o traçado da cerca ovalada e a organização urbana de malha ortogonal no seu interior, característica da vila nova baixo-medieval. A forte expansão que conheceu na época moderna ficou marcada nas construções da área urbana que se desenvolveu no exterior da antiga cerca destacando-se aí o Largo da Igreja matriz quinhentista, do pelourinho e da Casa da Câmara.

2. Castelo Melhor

Vila fortificada medieval.

Povoação dominada pelo morro do castelo onde existe uma cerca circular com torres adossadas e uma porta em arco quebrado.

3. Almendra

Vila medieval não fortificada.

O núcleo urbano primitivo organiza-se em volta da Praça do Concelho onde existe o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. A Igreja Matriz e a Igreja da Misericórdia são do séc. XVI (1565 e 1571, respectivamente). O Solar dos Condes de Banho é uma imponente construção barroca do séc. XVIII (1743).

4. Muxagata

Vila fortificada medieval.

Sobre uma pequena elevação designada por Castelo, conserva o núcleo urbano primitivo, no sopé do qual se localiza o Largo da Igreja matriz do séc. XVI, do pelourinho e da antiga casa da Câmara. Tem várias casas com cantarias quinhentistas e o Solar das Donas-Botto, construção do séc. XVIII.

5. Quinta da Ervamoira

Povoado com ocupação romana e alti-medieval.

Identificado e caracterizado através de várias campanhas de intervenção arqueológica realizadas sob a responsabilidade de Gonçalves Guimarães da Casa de Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

6. Castelo Velho

Pequeno povoado fortificado da pré-história recente (Calcolítico e Bronze).

É o único povoado fortificado conhecido no Norte de Portugal com uma cronologia tão recuada tendo sido objecto de várias campanhas arqueológicas sob a responsabilidade de Susana Oliveira Jorge da Universidade do Porto.

7. Numão*Vila fortificada medieval abandonada.*

Conserva a cerca amuralhada com diversas portas e torres adossadas. No seu interior observam-se as ruínas da igreja de Santa Maria, de construção românica, bem como de toda a densa malha urbana antiga organizando-se ao longo das ruas, escadas e largos. No exterior tem as ruínas de uma segunda igreja, S. Pedro, rodeada por uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. O primitivo arrabalde, por onde se faz a ligação à aldeia actual, mostra diversas casas com cantarias quinhentistas.

8. Freixo de Numão*Aldeia do antigo termo da vila de Numão e a nova sede do concelho medieval a partir do séc. XVIII.*

O núcleo principal organiza-se em volta do Largo da Igreja matriz onde se situa também o pelourinho e a antiga Casa da Câmara, ambos de construção setecentista. Na Rua Direita, que faz a ligação ao Largo da Feira, localiza-se a Casa Grande, solar construído em 1783, sob o qual foi identificado um conjunto de construções de época romana objecto de intervenção arqueológica sob a responsabilidade de Sá Coixão da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.

9. Cedovim*Vila fortificada medieval.*

No topo de uma pequena elevação é ainda perceptível o traçado da cerca ovalada e a organização urbana de malha ortogonal no seu interior, característica de uma vila nova baixo-medieval, no centro da qual se localiza um largo rectangular com a antiga casa da Câmara e o pelourinho. No sopé do monte, situa-se a igreja matriz de S. João Baptista e o solar barroco dos Teixeira de Aguiar.

Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo**10. Castelo Rodrigo***Vila Fortificada medieval.*

Domina do alto de um monte as terras baixas onde se implanta a nova vila, Figueira de Castelo Rodrigo. Conserva-se ainda completamente no interior da cerca reforçada por numerosas torres circulares adossadas. Tem castelo, transformado no sécs. XVI e XVII em palácio pelo senhor da vila D. Cristovão de Moura.

11. Mosteiro de Santa Maria de Aguiar*Mosteiro cisterciense.*

Um dos primeiros estabelecimentos da Ordem de Cister em território português. Conserva-se a igreja de construção gótica, a sala do capítulo e os dormitórios.

12. Torre de Almofala*Ruínas de uma torre dos sécs. XVI e XVII que aproveitou parte do podium de um templo romano de planta rectangular.*

Implanta-se no topo de uma elevação onde existem numerosos vestígios de um povoado com origem na época romana e que surge referenciado na época medieval e moderna como a Vila da Torre dos Frades. É provavelmente a localização primitiva do

Mosteiro de Santa Maria de Aguiar antes da reforma cisterciense. Foi objecto de várias campanhas arqueológicas dirigidas por Helena Frade do IPPAR da Zona Centro.

13. Monforte*Vila fortificada medieval abandonada.*

Tem castelo com cerca e várias torres, igreja e numerosos vestígios de casas. Implanta-se sobre um povoado fortificado proto-histórico. Na mesma elevação existe a Capela de Nossa Senhora de Monforte.

Concelho de Meda**14. Marialva***Vila fortificada medieval semi-abandonada.*

No interior da cerca destaca-se a Praça, dominada pela antiga Casa da Câmara e pelo pelourinho, o castelo e a igreja de Santiago. No arrabalde ainda parcialmente habitado, onde se localiza a igreja de S. Pedro, muitas das casas mostram cantarias do séc. XVI. No sopé do monte situa-se a aldeia da Devesa gradualmente ocupada pela população que abandonou a vila fortificada e onde surgem numerosos vestígios de ocupação romana, nomeadamente uma inscrição que permite aqui localizar a Civitas dos Aravi.

15. Longroiva*Vila fortificada medieval.*

Conserva o castelo com a torre de menagem mandada contruir em 1176 por D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo. Tem junto a igreja matriz e a Capela de Nossa Senhora do Torrão, a qual se implanta sobre uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha.

16. Meda*Vila fortificada medieval.*

O morro granítico do antigo castelo domina o pequeno núcleo da primitiva vila que se organiza em volta do Largo da igreja matriz quinhentista e do pelourinho. Os eixos de saída ficaram marcados pela forte expansão na época moderna mostrando diversas casas dos séculos XVI, XVII e XVIII.

17. Ranhados*Vila fortificada medieval.*

O núcleo urbano primitivo rodeia um dos lados de um morro granítico onde se localiza o antigo castelo cujos muros com torres adossadas foram reaproveitados no séc. XIX para instalar o cemitério paroquial. No meio do casario, destaca-se o Largo da igreja matriz quinhentista onde também se situa o pelourinho e a antiga casa da Câmara.

Concelho de Penedono**18. Penedono***Vila fortificada medieval.*

Dominada pelo morro do castelo onde em finais do séc. XV foi construído um paço

acastelado do gótico final. No largo junto da porta do castelo localiza-se o pelourinho e a casa da Câmara (séc. XVIII). Das três igrejas medievais permanecem a matriz de S. Pedro, profundamente remodelada nos sécs. XVII e XVIII, e a capela-mor da de S. Salvador. A Casa dos Freixos, solar construído no séc. XVII, corresponde às moradas dos Coutinhos, senhores donatários da vila.

Concelho de S. João da Pesqueira

19. S. João da Pesqueira

Vila fortificada medieval.

O núcleo antigo ocupa uma plataforma quadrada que era rodeada pelo muro da cerca do qual se conserva uma porta gótica. No largo situado no exterior desta localizam-se os edifícios barrocos da antiga casa da Câmara e da igreja da Misericórdia. Na rua Direita observam-se numerosas fachadas quinhentista e seiscentistas. Conservam-se duas das três igrejas medievais, a de S. João e a de S. Tiago. No arrabalde, localiza-se a Casa do Cabo, solar barroco da 2ª metade do séc. XVIII e numa elevação já sobre o Douro, implanta-se o Santuário de S. Salvador do Mundo.

Concelho de Carrazeda de Ansiães

20. Ansiães

Vila fortificada medieval abandonada.

Possui duas cercas no interior das quais as ruínas das construções distribuídas ao longo das ruas permitem reconhecer a organização urbana primitiva. Tem duas igrejas de fábrica românica.

Concelho de Vila Flor

21. Vila Flor

Vila fortificada medieval.

Da cerca primitiva conserva-se uma porta gótica protegida por uma torre troncocónica de alvenaria. A igreja matriz, construção monumental barroca, domina o pequeno cabeço onde se implantou o núcleo primitivo da vila. Junto localiza-se o pelourinho e a antiga casa da Câmara, sede actual do Museu Municipal. No arrabalde de época Moderna observam-se vários solares do séc. XVIII e uma fonte quinhentista com uma abóbada sustentada por colunata de granito.

Concelho de Torre de Moncorvo

22. Torre de Moncorvo

Vila fortificada medieval.

Entre o casario destaca-se a Igreja matriz, imponente construção iniciada em meados do séc. XVI. Do núcleo medieval fortificado conservam-se ainda troços da cerca com torres adossadas, uma das portas e as ruínas do antigo castelo postas a descoberto por uma intervenção arqueológica da responsabilidade de Nelson Rebanda do IPPAR. No interior daquele espaço tem destaque a igreja e casa da Misericórdia. Nos arrabaldes de época Moderna existem vários solares construídos nos séculos XVII e XVIII. Encontra-se em instalação o Museu Municipal que recolheu o fundo do extinto Museu do Ferro.

23. Adeganha

Igreja de construção românica e gótica.

Igreja paroquial de S. Tiago Maior de uma só nave e de estrutura geral românica. É profusamente decorada com esculturas em granito representando figuras grutescas e animais. O portal principal é de arco quebrado.

24. Vila Velha da Santa Cruz da Vilariça

Vila fortificada medieval abandonada.

Abandonada na passagem do século XIII para o XIV, implantava-se na coroa de uma colina que, não apresentando uma cota muito elevada, destaca-se na paisagem dominando o amplo Vale da Vilariça. Uma cerca amuralhada de alvenaria de xisto circutava a coroa da colina existindo uma única entrada a NO ladeada por duas torres tronco-cónicas maciças. No espaço delimitado pela cerca são visíveis vestígios de casas e arruamentos observando-se no topo da colina as ruínas da igreja com um pequeno adro e neste uma torre arruinada. Foi objecto de várias campanhas de intervenção arqueológica da responsabilidade de Nelson Rebanda do IPPAR.

25. S. Mamede no Baldoeiro

Povoado medieval fortificado abandonado.

Os vestígios do povoado organizam-se em três zonas: castelo roqueiro, zona habitacional, igreja e necrópole. O castelo roqueiro, implantado no alto de um grande penedo granítico dominando o Vale da Vilariça, integra uma torre quadrangular de 8 m de lado assinalada apenas por encaixes na rocha. Junto do grande penedo do castelo roqueiro localizam-se abundantes vestígios das habitações. A cota um pouco mais baixa na encosta situam-se as ruínas da igreja de S. Mamede, onde se reconhecem três grandes momentos de construção, um dos quais com programa românico. Numerosas sepulturas, total ou parcialmente escavadas na rocha, localizam-se em volta da igreja. A igreja e a torre foram objecto de várias intervenções arqueológicas da responsabilidade de uma equipa do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM).

26. Mós

Vila fortificada medieval.

Conserva vestígios de uma pequena cerca de contorno ovalado construída em alvenaria de xisto. No exterior da desaparecida porta principal desenvolveu-se um largo onde se observa a antiga casa da Câmara. No lado oposto localiza-se a igreja de Santa Maria. Conserva uma fonte de mergulho.

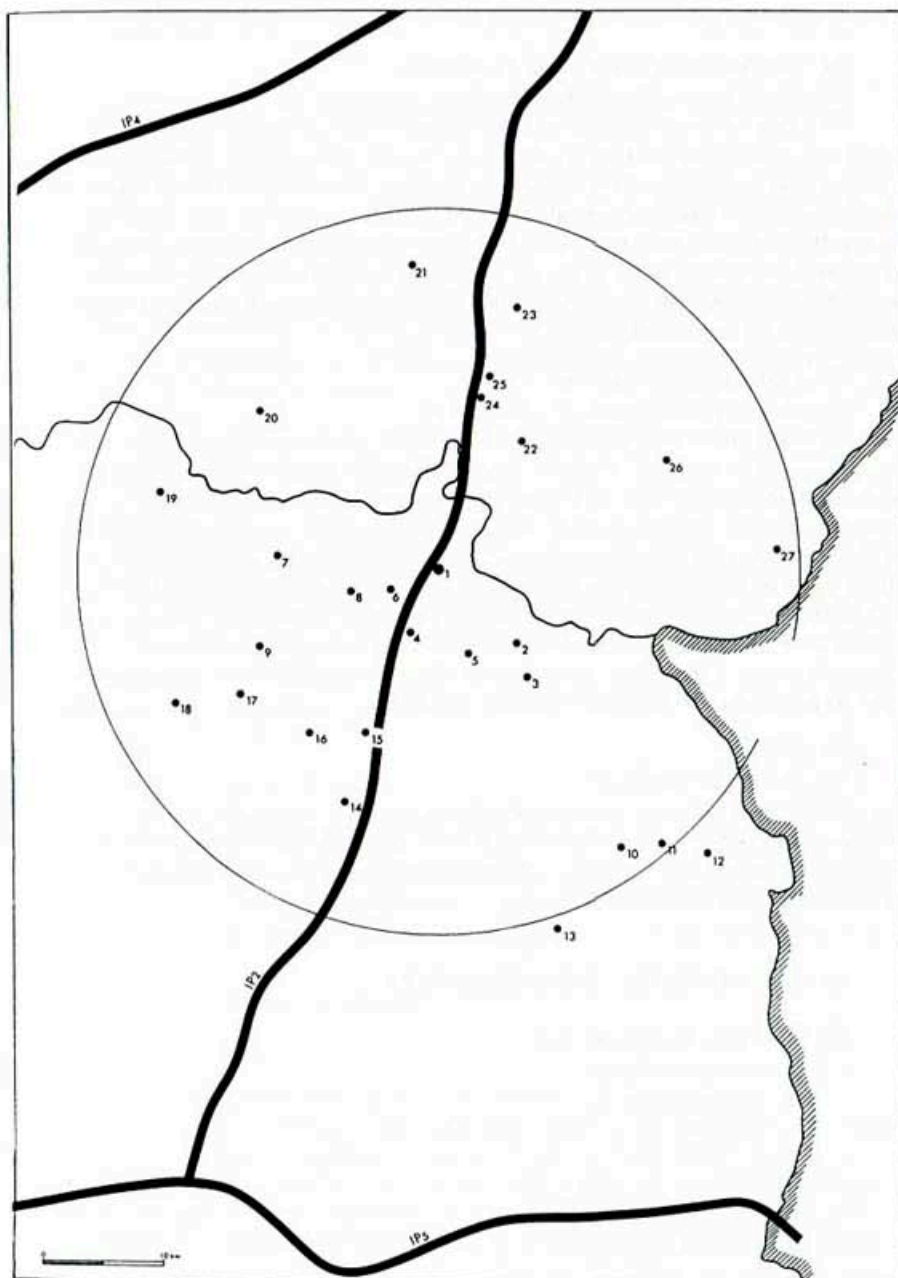
Concelho de Freixo-de-Espada-à-Cinta

27. Freixo de Espada-à-Cinta

Vila fortificada medieval.

Conserva grande parte da cerca do antigo castelo bem como uma das suas torres de planta hexagonal. Num largo situado junto do castelo localiza-se a igreja matriz quinhentista, a igreja de Misericórdia e a antiga casa da Câmara restaurada. Ao longo das ruas que se desenvolvem a partir deste largo, observam-se muitas casas que exibem cartarias do séc. XVI nas portas e janelas. Numa elevação, já na periferia, localizam-se as ruínas do antigo convento da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri, fundado em 1673.

Mapa 3.



ANEXO II

Trajectos vitivinícolas e trajectos termais

Ainda que não se esboce pormenorizadamente a forma de um ou vários itinerários vitivinícolas possíveis, cujo desenho seria necessariamente precoce — os proprietários das quintas, como parte interessada, terão de participar na concepção do roteiro e na sua viabilização — é possível desde já ensaiar uma enumeração das quintas que deveriam integrar um trajecto temático ligado à produção vitivinícola da área.

Quinta do Vesúvio

Por vezes surge designada pelo antigo nome de Quinta da Figueira. Como grande exploração vitícola, surge após 1820, época em que é adquirida pelo comerciante de vinhos da Régua, António Bernardo Ferreira. Tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira, será ela quem, após 1835, irá assumir a direcção da quinta e estender a plantação iniciada pelo sogro. Esta quinta, que confina com o rio Douro e é servida pela estação de caminho-de-ferro de Vesúvio (linha do Douro), tem também como pólos de interesse a visitar a casa e as instalações vinícolas que remontam à centúria de oitocentos.

Quinta do Vale Meão

Quinta fundada no final do século XIX, por D. Antónia Adelaide Ferreira que adquiriu para o efeito parte substancial (cerca de 600 hectares) dos baldios de Foz Côa, baldios que se estendiam por todo o Monte Meão. As plantações, que chegaram a empregar cerca de mil trabalhadores diários, só pararam com a morte da proprietária em 1896. A Quinta do Vale Meão é hoje célebre pela produção do melhor vinho de mesa português, o "Barca Velha" produzido desde 1953 segundo o processo estabelecido por Nicolau de Almeida. Esta quinta mantém actualmente, em muitos aspectos, a ambiência de exploração vitícola finissecular.

Quinta de Ervamoira

Antiga propriedade cerealífera, com excelente localização, foi adquirida em 1974 pela empresa Ramos-Pinto que a transformou numa das mais modernas explorações vitícolas do Douro, produzindo vinho do Porto de primeira qualidade. Grande parte da quinta, entretanto adquirida por outros proprietários de nacionalidade francesa, possui terrenos não adaptados à viticultura, que integram uma extensa reserva de caça. Não possuindo estruturas de vinificação, os vinhos são produzidos na Quinta de Bons Ares.

Quinta de Leda

O trajecto incluiria ainda a quinta de Leda, com cerca de cinquenta e cinco hectares, trinta e sete dos quais foram plantados de vinha pela Casa Ferreira, no ano de 1979.

Remetendo os interessados e visitantes para pontos de interesse em freguesias e concelhos próximos, é possível estabelecer um roteiro mais abrangente, algo que se poderia designar como "Rotas dos Vinhos do Douro Superior". No caminho destas rotas se situam muitas Quintas durienses, como sejam:

Quinta do Silho, junto a Barca de Alva, quinta fundada na segunda década do século passado.

Quinta de Santiago, em Freixo de Espada-à-Cinta, quinta que pertenceu ao comandante Sarmento Rodrigues. Constituiu, no final do século XIX, uma exploração modelo onde, para além da viticultura, dos extensos amendoais e olivais, se fizeram interessantes experiências, desde a pecuária, possuindo uma moderna leitaria e manteigaria, até à tentativa, embora gorada, de introdução do cultivo de café.

Quinta da Batoca, em Lígares, Freixo de Espada-à-Cinta. Pertenceu ao poeta Guerra Junqueiro.

Outras Quintas deveriam constar deste itinerário:

a **Quinta da Foz do Sabor**, e a **Quinta das Laranjeiras**, ambas em Torre de Moncorvo;

a **Quinta da Senhora da Ribeira**, a **Quinta de Lobazim** e a **Quinta dos Canais**, todas em Carrazeda de Ansiães;

e, finalmente, a **Quinta de Vargelas**, em São João da Pesqueira.

ROTEIROS TERMAIS

No Vale do Côa e, de forma mais abrangente, no conjunto do Douro Superior, várias águas termais são de valorizar e poderiam encontrar no PARC, onde se daria conta da sua história e propriedades medicinais, o seu centro de promoção.

Vale do Côa:

Termas de Longroiva – águas sulfúreas (sulfatadas magnesianas). Com edifício termal datado da segunda metade da centúria de oitocentos, restaurado na década de oitenta do nosso século, encontram-se actualmente em funcionamento. As suas propriedades curativas estendem-se às doenças de fígado, baço, ao reumatismo e dispepsia. Já utilizadas na época romana, tiveram grande afluência entre finais do século XIX e os anos quarenta do século XX.

Termas de Ariola (concelho da Meda, vale da Ribeira da Teja, junto a Outeiro de Gatos) – águas sulfúreas sódicas.

Foram exploradas no período romano. Propriedades curativas: reumatismo e dermatoses.

Existem ainda as termas da **Lagarteira**, junto a Numão.

Considerando uma área mais vasta, para Norte do Douro:

Termas de São Lourenço (Freguesia de Pombal, Carrazeda de Ansiães) – águas sulfúreas sódicas, a 33°.

Estas termas, apesar de não se encontrarem em boas condições de acolhimento, recebiam ainda há poucos anos cerca de cinco mil termalistas. As suas propriedades curativas cobrem doenças de pele, reumatismo e doenças do aparelho digestivo.

Águas de Bensaúde (Freguesia de Sampaio, concelho de Vila Flor) – águas férreas, bicarbonatadas sódicas, gasosas naturais.

Estas termas eram conhecidas e exploradas, tal como outras fontes na Vilariça, desde a época romana. As suas águas eram aproveitadas para engarrafamento já no fim da centúria de oitocentos. Foram recentemente objecto de investimentos de uma empresa que as relançou no mercado. Propriedades medicinais: anemias, doenças gástricas e doenças de pele.

ANEXO III

Estabelecimentos hoteleiros na área de Vila Nova de Foz Côa e concelhos próximos

Concelho	Freguesia	Nome	Morada
R	Carrazeda de Ansiães	Restaurante Avenida	Rua Luís de Camões
R	Carrazeda de Ansiães	Restaurante Churrasqueira Veiga	Rua dos Bombeiros Voluntários
Re	Carrazeda de Ansiães	Residencial Pereira	Rua Luís de Camões
R	Ribalonga do Tua	Café Restaurante Calça Curta	Largo da Estação, Foz Tua
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante a Cabana	Estrada Nacional 221
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Aqui Alalas	Rua dos Emigrantes
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Bom Retiro	Estrada Nacional 221
R	Freixo de Espada-à-Cinta	Restaurante Cinta de Ouro	Estrada Nacional 221
Re	Freixo de Espada-à-Cinta	Residencial Cinta de Ouro	Estrada Nacional 221
TH	Longroiva	Solar de Longroiva	Longroiva
R	Meda	Residencial Novo Dia	Avenida Gago Coutinho
R	Meda	Restaurante Nova Era	Rua Dr. Reboredo, 34
R	Meda	Restaurante Santo António	Avenida Gago Coutinho
R	Meda	Restaurante Sete e Meio	Avenida Gago Coutinho
Re	Meda	Residencial Nova Era	Rua Dr. Reboredo, 34
Re	Meda	Residencial Novo Dia	Avenida Gago Coutinho
R	S. João da Pesqueira	Restaurante Cepa Velha	Avenida Marquês de Soveral
R	S. João da Pesqueira	Restaurante Churrasqueira Mesquita	Avenida Marquês de Soveral
R	S. João da Pesqueira	Restaurante Marquês	Rua de São João, 12
Re	Carviçais	Residencial Marquês	R. de S. João, 12
R	Torre de Moncorvo	Restaurante Artur	Lugar do Rebentão
R	Torre de Moncorvo	Adega Regional o Lagar	Rua Adriano Leandro, 16
R	Torre de Moncorvo	Restaurante a Lareira	Rua Abade Tavares, 17
R	Torre de Moncorvo	Restaurante Campos Monteiro	Rua Visconde de Vila Maior, 55
R	Torre de Moncorvo	Restaurante do Chefe Osvaldo	Estrada Nacional 220
R	Torre de Moncorvo	Restaurante Passarinho	Rua Infante D. Henrique, 23
Re	Torre de Moncorvo	Hotel Residencial Brasília	Estrada Nacional 220, nº 19
Re	Torre de Moncorvo	Residencial Campos Monteiro	Rua Visconde de Vila Maior, 33
P	Vila Flor	Pensão Campos	Avenida Marechal Carmona
R	Vila Flor	Churrasqueira Moimho Velho	Rua Dr. Eduardo Cabral
R	Vila Flor	Restaurante Toni	Avenida Marechal Carmona
R	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Dallas	Estrada Nacional 222
R	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Floresta 28	Estrada Nacional 102
R	Vila Nova de Foz Côa	Restaurante Lagosta	Rua Eng.º Carlos Lacerda
Re	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Avenida	Avenida Gago Coutinho
Re	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Marina	Avenida Gago Coutinho
Re	Vila Nova de Foz Côa	Residencial Floresta 28	Estrada Nacional 102

LEGENDA: R – Restaurante; Re – Residencial; P – Pensão; TH – Turismo de Habitação

ANEXO IV

**Parecer do Núcleo da Guarda da Quercus/Associação
Nacional de Conservação da Natureza
sobre a riqueza ambiental do vale do Côa e
a possibilidade de um Parque Natural para a região**

No que concerne ao projecto que a EDP tem para o Vale do Côa, cumpre-nos informar que na nossa opinião, além de inundar o “maior santurário a céu aberto de arte rupestre” (segundo os especialistas), vai também afectar negativamente algumas espécies autóctones de interesse regional, nacional e internacional. Com efeito, o vale do rio Côa, devido à sua geomorfologia e localização geográfica alberga algumas associações florísticas típicas e raras a nível nacional, só por si capazes de constituir fonte de desenvolvimento regional se devidamente exploradas. Do ponto de vista faunístico, ocorrem neste vale, ainda, espécies raras da nossa avifauna, como sejam: a lontra, a cegonha negra, a águia real, abutre do egipto, entre outros.

Obviamente que a maior parte destas espécies faunísticas é susceptível de se adaptar a esse novo habitat; no entanto, algumas verão locais de nidificação destruídos. Para além disso, quer-nos parecer que os propósitos futuros, quer da EDP, quer da autarquia, são de um aproveitamento massivo da albufeira para prática de desportos e outras actividades que serão de todo inconciliáveis com a preservação destas espécies e outras que eventualmente a construção da albufeira trouxesse.

No entanto, no nosso ponto de vista, a nível regional e do ponto de vista estritamente conservacionista, o vale do Côa tem uma importância diminuta quando comparado com o vale do Águeda ou com a albufeira de Sta. Maria de Aguiar. Acresce ainda o facto de o vale do Águeda ser do ponto de vista arqueológico um valor promissor.

Perante estes factos, a nossa opinião é a de que classificar o vale do Côa excluindo os vales dos rios Douro e Águeda não faz sentido, pois quer do ponto de vista geomorfológico, geológico, florístico, faunístico e pensamos que arqueológico, complementam-se, e só assim estariam reunidas condições para que toda esta região pudesse aspirar a um desenvolvimento sustentável e ininterrupto, fruto das diversas potencialidades disponíveis. Acrescento ainda um facto que pode ser relevante, que é a vontade de autarquias como a de Figueira de Castelo Rodrigo, as do Douro Superior e das associações de defesa do Ambiente, nomeadamente a Quercus, em conseguir a classificação de Parque Natural para as zonas atrás citadas.

Guarda, 23 de Junho de 1995
O Vice-Presidente do Núcleo

**O RIO CÔA E A PRÉ-HISTÓRIA RECENTE
DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
- BREVE APONTAMENTO**

por

Susana Oliveira Jorge*

1. Segundo uma hipótese plausível, o interior do Norte de Portugal poderá ter incorporado algumas componentes do sistema agro-pastoril durante o VIº/Vº milénio A.C. (Vº/IVº milénio a.C.), a partir de estímulos oriundos da Meseta, veiculados através do Douro e seus afluentes. Indícios desta “neolitização” continental parecem ocorrer nas ocupações mais antigas dos abrigos de Buraco da Pala (Mirandela) ou Fraga d’Aia (S. João da Pesqueira), localizadas não longe de Foz Côa, nas proximidades de tributários do Douro. Acompanhando a utilização dos primeiros cereais e ovicaprídeos e o fabrico da primeira utensilagem própria desta fase, podem ter ocorrido algumas manifestações de arte rupestre ao ar livre de tipo “esquemático” e/ou “sub-naturalista”, detectadas nos abrigos anteriormente referidos e em outros da Serra de Passos (Mirandela).

No concelho de Vila Nova de Foz Côa são conhecidos diversos “abrigos”, revelando, à superfície, material da Pré-história Recente, cujo estudo poderá futuramente indiciar uma ocupação muito antiga dessa fase. Se tal se verificar, este reconhecimento ajudará a corroborar a cronologia neolítica, atribuída com base em critérios estilísticos, a rochas pintadas e gravadas, representando zoomorfos “sub-naturalistas”, descobertas nas margens do rio Côa (Faia, Penascosa, Canada do Inferno, etc.). Com efeito, o rio Côa, tendo-se constituído como um grandioso santuário no Paleolítico Superior, parece ter continuado a ser utilizado como tal pelos primeiros agricultores/pastores de há cerca de 6.000 anos.

2. Ao longo do IVº e IIIº milénios A.C. (IIIº/1ª metade do IIº milénios a.C.) assiste-se à sistemática ocupação do Norte de Portugal no quadro de grupos que

* Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras do Porto. Este breve texto foi produzido no quadro do projecto, apoiado pela JNICT, sobre “Génese e Consolidação do Sistema Agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro”, de que a autora é a coordenadora.

dominam a produção agro-pastoril. Assim, ocorrem indícios de investimentos agrícolas de longo prazo, de que resultam ocupações continuadas em territórios geográfica e conceptualmente cada vez mais circunscritos. Aos territórios amplos e fluidos dos primeiros agricultores, sucedem-se territórios cada vez mais restritos, cuja gestão, por parte de grupos ainda não politicamente centralizados, exige o reforço da demarcação de fronteiras espaciais. É neste contexto de visibilização de novos espaços de poder, enquanto dispositivos comunicacionais para a afirmação de identidades comunitárias, que deve ser encarada a emergência de povoados murados e de “santuários” com estelas antropomórficas.

No concelho de Vila Nova de Foz Côa encontra-se em estudo desde 1989 o mais importante povoado murado do Calcolítico e da Idade do Bronze conhecido no Norte da Península: Castelo Velho de Freixo de Numão. Situado num remate de esporão, com excelente visibilidade sobre o encaixado vale do Côa, e sobre toda a paisagem envolvente, o povoado é constituído por uma pequena “cidadela” delimitada por um murete descontínuo. No seu interior foram descobertas estruturas e materiais relacionados com actividades como o armazenamento, a moagem e a tecelagem. Entre o Calcolítico e o Bronze Inicial o povoado de Castelo Velho conheceu, pelo menos, três grandes fases de monumentalização arquitectónica.

Fora do concelho, e na margem direita do Douro, a apenas escassos quilómetros em linha recta do povoado referido, localiza-se o “santuário”, ainda inédito, com estelas antropomórficas, do Cabeço da Mina (Vila Flor). Situado numa elevação suave que emerge de um vale, Cabeço da Mina consubstancia, no Norte de Portugal, uma nova concepção de espaço sagrado. Trata-se de uma forma inovadora de “monumentalização” da paisagem. Tal como o povoado fortificado, indicia novas formas de construção do espaço, entre o IIIº e o IIº milénios a.C., em datas não calibradas.

O IIº milénio a.C. é aliás uma fase de intenso povoamento na região. Conhecem-se inúmeros povoados, havendo indicadores de crescimento da economia produtora e de relações com outros espaços peninsulares. A “estela” de Longroiva, encontrada a poucos quilómetros do Côa (Meda), representa a figura de um chefe carismático provavelmente da Iª metade do IIº milénio a.C., rodeado dos seus atributos de poder, nomeadamente armas. Durante esta fase o povoado de Castelo Velho de Freixo de Numão terá permanecido como um importante “lugar central” polarizador dos grupos desta região.

Contudo, ao mesmo tempo que se encenam novos espaços de ostentação do poder e de demarcação territorial, continua-se a utilizar sítios tradicionais de culto - lugares naturais “monumentalizados” - como o vale do rio Côa. De facto, algumas figuras antropomórficas “esquemáticas” e/ou “sub-naturalistas” pintadas, descobertas em fragas localizadas nas margens deste rio (Faia, Ribeira de Piscos,

etc.), ou corniformes gravados (por exemplo, em Orgal), podem reportar-se ao Calcolítico/Bronze Inicial. O Côa terá assim continuado a funcionar como palco de diversas “sacralidades” ao longo de toda a Pré-história Recente.

Devemos ainda fazer referência a um importante complexo de gravuras filiformes atribuíveis à Idade do Ferro localizadas em várias áreas do Côa e outros (mais pequenos) afluentes da margem esquerda do Douro. Os seus temas e estilo conectam-nos claramente com o complexo do vale da Casa, submerso pelas águas do Douro aquando da construção da barragem do Pocinho (Vila Nova de Foz Côa). Na Vermelhosa, por exemplo, em espectaculares painéis sobranceiros ao Douro, figuras de guerreiros desta fase sobrepõem-se a claras imagens de animais, com o corpo estriado, de estilo paleolítico. Também neste domínio se impõe uma prospecção intensiva da região, por forma a registar todas as inúmeras gravuras existentes, bem como as modalidades de povoamento coevas.

Uma tão persistente continuidade de utilização espacial e simbólica do vale do Côa transforma-o num caso raro a nível europeu e mundial. Os achados deste rio constituem, pois, uma das mais inesperadas descobertas da Pré-história do séc. XX. Requerem, consequentemente, um estudo arqueológico exaustivo de todo o vale e área circundante.

Qualquer que seja a área que venha a ser definida para um futuro Parque Arqueológico - única medida séria a tomar neste caso - a envolvência arqueológica mais ampla do mesmo será indispensável para a compreensão dos valores arqueológicos existentes nas suas zonas nucleares. Nessa ordem de ideias, Castelo Velho de Freixo de Numão terá de ser necessariamente incluído nos circuitos culturais e turísticos a estabelecer em conexão com o Parque, e nos projectos de investigação a desenvolver na região do Alto Douro, logo que o cenário alternativo à barragem de Foz Côa seja implementado.

Porto, Setembro de 1995



A colina do Castelo Velho vista aproximadamente de SW (à esq., com o topo rodeado de eucaliptos). À direita, ao fundo, Vila Nova de Foz Côa. Foto V. O. Jorge.



Aspecto das escavações de 1994 no Castelo Velho, vendo-se, em primeiro plano e à direita, a muralha interna do povoado. Foto V. O. Jorge.



"Estela de Longroiva" (Meda), antes de ter sido mostrada ao público no MNA (Lisboa), na exposição "A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder", onde actualmente se encontra (foto V. O. Jorge).

ARQUEOLOGIA DO VALE DO CÔA – A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA QUINTA DE SANTA MARIA DA ERVAMOIRA

por

Gonçalves Guimarães*

Resumo: Descoberta em 1984 devido ao aparecimento de um sarcófago medieval num terreno que se destinava ao plantio da vinha, o estudo desta estação tem prosseguido todos os anos no Verão desde 1985, tendo entretanto revelado estruturas romanas, paleocristãs, alti-mediévicas e medievais de grande interesse para o estudo do povoamento do Vale do Côa e de Riba-Côa. Esta estação, bem assim como muitas outras ainda não intervencionadas, encontra-se ameaçada pela construção da barragem do Côa.

Palavras-chave: Paleocristão. Medieval. Côa.

A DESCOBERTA DA ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Em finais de 1984, quando se estudava o aumento da área de implantação da vinha na Quinta de Santa Maria da Ervamoira localizada na margem esquerda do Vale do Côa em frente de Castelo Melhor, foi descoberto um sarcófago medieval em granito com aspecto muito antigo. A administração da firma Adriano Ramos-Pinto, Vinhos SA, proprietária da Quinta e com sede em Vila Nova de Gaia, contacta então dois arqueólogos do Gabinete de História e Arqueologia desta cidade que vinham estudando um projecto de investigação em Arqueologia Medieval no Vale do Douro, respectivamente Gonçalves Guimarães e Maria da Graça Peixoto que, tendo-se deslocado ao local em Novembro daquele ano, constatarem que aquele vestígio arqueológico deveria datar, pelo menos, da Idade Média Plena. Mais concluíram que aquele achado não podia estar ali isolado, sobretudo considerando que se tratava de uma peça de granito numa área de xisto, mas que deveria fazer parte de uma estrutura que o justificasse e que então não era visível. No ano seguinte, na Primavera, tendo solicitado a devida autorização do IPPC, iniciaram

* Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia e Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense – Infante D. Henrique – Porto.

escavações naquela colina sobranceira ao rio Côa, vindo a descobrir que o sarcófago (Sector I) tinha sido colocado sobre uma sepultura cavada no afloramento de xisto na sua área mais elevada, indício da existência de uma possível necrópole. As prospecções de superfície entretanto realizadas revelaram mais alguns materiais tardo-romanos e alti-mediévidos a uma cota mais baixa, o que indicava a existência de uma estação arqueológica cuja importância e extensão se desconhecia e que era absolutamente inédita na escassa bibliografia e fontes documentais consultadas.

No Verão seguinte, a primeira equipa dirigida pelos referidos arqueólogos inicia escavações sistemáticas vindo a descobrir as ruínas de uma casa medieval do século XIII (Sector II-A) e uma oficina de ferreiro também medieval, junto da qual se encontraram os vestígios de um forno de fundição de minério de ferro, para além de alguns outros utensílios relacionados com esta actividade.

A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS

Desde o ano de 1985, em todos os meses de Julho e Agosto, diversas equipas dirigidas pelos referidos arqueólogos e compostas por estudantes universitários e do ensino secundário, a quem se juntam outros voluntários que totalizaram ao longo destes anos seis dezenas de participantes, puseram a descoberto o edifício romano de uma *mutatio* anterior ao século IV, uma *taberna* do século IV (Sector II-B) a qual, conjuntamente com outras estruturas em escavação (Sectores VI; VII; VIII) deverá ter feito parte de uma *mansio*, a qual, por sua vez, teve ocupação no período visigótico, durante o qual se construiu aqui uma *basilica* ou *oratoria villarum* (Sector IX) de planta rectangular e com vestígios de iconostásis, datável do século VI pelo aparecimento de um *crismon* cruzado. A enorme quantidade de cerâmica exumada demonstra uma intensa ocupação, embora descontínua, entre o Baixo Império, o período visigótico, a Alta Idade Média e a Idade Média Plena. Aqui se cruzaram os portadores de cerâmicas romanas de paredes finas, de *sigillata hispânica tardia*, *sigillata africana tardia* e também de cerâmicas comuns, algumas de possível fabrico local, nomeadamente muitos *dolia*, *tegulae* e *imbrices*.

O estudo desta estação está longe de estar concluído, não só porque as estruturas já postas a descoberto ainda não estão todas estudadas, como o numeroso espólio exumado requer demorados e pacientes estudos laboratoriais pois encontra-se muito fragmentado e foi disperso pelo arado quando, em tempos, o terreno onde se encontra a estação foi lavrado.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

No entanto algumas conclusões podem ser já tiradas: tudo leva a crer que estamos perante uma *mansio* tardo romana, situada em lugar estratégico para

controle, na passagem a vau no Rio Côa, da estrada que de Longobriga (hoje Longroiva) seguia para Calábria, uma *civitas* na margem sul do rio Douro cujo nome poderá advir, segundo uma interpretação alheia que fazemos nossa de *Cale + Briga*, ou seja, a fortificação que defendia a passagem (*cale*) de um rio, neste caso o Douro.

Esta povoação que aguarda escavações arqueológicas, foi sede de bispado no período visigótico. Assim se justificaria também a existência em Ervamoira de uma grande diversidade de cerâmica vinda de longínquas paragens, conforme já atrás ficou dito. O facto de a Quinta actual ser um dos poucos terrenos planos de grande dimensão existentes neste Vale, e mesmo no Douro superior, permitia o acampamento de soldados romanos em trânsito, talvez destinados ao controlo do trabalho nas minas de prata e chumbo existentes nas proximidades. Recordemos ainda a necessidade de apoio logístico dos viajantes aquando das enxurradas do Inverno e da Primavera que tornariam frequentemente impraticável a passagem a vau do Côa devido às súbitas cheias. Aqui poderia igualmente localizar-se um porto fluvial que permitiria a atracagem de barcos carregados com destino ao Douro ou daí provenientes e que, devido à acumulação de pedras e areia neste vau, não podiam navegar mais para montante.

Uma primeira *mutatio* terá sido abandonada ou destruída e depois recuperada, com novas construções, no século IV, mas que vieram depois a sofrer sorte idêntica. A ocupação no período visigótico construiu a *basilica* paleocristã com *tegulae* profusamente decoradas, uma das quais com o *crismon*, marca inconfundível do cristianismo em difusão pelo que restava do Império Romano. No espaço interior da planta rectangular deste edifício apareceram dois fragmentos de mandíbula humana, possivelmente as relíquias do *martir* a quem a *basilica* foi dedicada, pois devido ao facto de esta assentar sobre uma plataforma aplanada e talhada no xisto, afasta de imediato qualquer possibilidade de enterramento no local. Poderá ter sido destruída pelas invasões árabes do século VIII; em 716 Calábria foi abandonada depois de apertado cerco. É também provável que, perdida a importância viária do período romano, a *mansio* se tenha transformado num *vicus* ocupado pela família de algum legionário veterano: assim se justificaria o aparecimento de *cossoiros* e pesos de tear, objectos domésticos indicadores de alguma sedentarização.

A ESTAÇÃO E O SEU ENQUADRAMENTO

A destruição de parte dos edifícios anteriores para construir outros por cima, ou no seu interior, leva a crer que a ocupação do local nunca foi contínua e teve sempre a ver com a importância estratégica atribuída a esta passagem. A subsis-

tência estava assegurada pelas possibilidades de agricultura no nateiro aqui existente na margem do rio, onde ainda hoje vicejam oliveiras multicentenárias.

No século XIII, ou mesmo antes, volta a haver uma efectiva ocupação deste lugar, talvez conjugada com o facto de o Rio Côa ser então a fronteira entre os reinos de Leão e de Portugal.

Já então a Quinta deveria ter a invocação, tão ao gosto moçárabe, de Santa Maria, devendo datar destes séculos o eremitério ou capela cujas ruínas ainda hoje ali existem, junto de uma nascente de água boa que nunca seca, ao lado do caminho que conduzia, pela falda da colina, até à actual estação arqueológica. Ainda não foi possível aqui concretizar qualquer intervenção, mas o sarcófago encontrado perto em 1984, se não for mais antigo, poderá estar relacionado com esta construção religiosa, cuja memória se manteve até hoje, e ter sido daqui deslocado em época indeterminada.

Com o tratado de Alcanizes de 1297, que colocou a fronteira na ribeira de Aguiar, paralela ao Côa e também afluente da margem esquerda do Douro, mas mais para nascente, este lugar volta a perder importância e entra no esquecimento que a vegetação espontânea foi cobrindo. Os poucos moradores que terão ficado no lugar para grangear os terrenos disponíveis construíram um novo aglomerado, cujas ruínas ainda existem mais para montante, perto do assento da ponte que se tentou construir no século XVII, mas que uma enxurrada levou rio abaixo, restando hoje apenas os dois encostos, cada um em sua margem, e alguma cantaria granítica perdida no leito do rio.

Entretanto desenvolvia-se no pequeno planalto no cimo da elevação entre a depressão de Longroiva e o Vale do Côa, a povoação das Chãs, junto de um antigo castro e apresentando importantes vestígios romanos e medievais que estão por estudar, tendo entretanto alguns vindo a ser sistematicamente destruídos por ignorância. Aqui se terão concentrado os descendentes dos antigos habitantes das Quintas de Santa Maria, da Barca e de outras propriedades igualmente possuídas de importantes estações arqueológicas ainda por intervencionar. Segundo uma antiga lenda que ainda corre, a imagem de roca de Nossa Senhora existente na actual igreja das Chãs, uma desgraçada construção moderna que destruiu o antigo templo, terá sido levada da capela que existia na Quinta de Santa Maria.

Uma nova Casa da Quinta foi construída, talvez já no século XVIII, aproveitando em parte a cantaria granítica da inconcluída ponte sobre o Côa, material aqui raro para a abertura de portas e janelas, que os paramentos das paredes são de xisto local. O nome recente de Ervamoira foi-lhe dado pela sua similitude cenográfica e vivencial com o romance do mesmo nome da escritora francesa Suzanne Chantal (1982), que lhe serviu de madrinha, já na posse dos actuais proprietários. O Sr. José Sobral, da família dos antigos donos e actual feitor da Quinta, homem enrijecido por muitos Invernos de gelo e infernos de calor do

Verão ali passados a grangear, outrora as searas e, desde 1974, as famosas vinhas de Vinho do Porto e de mesa, quando viu as equipas de Arqueologia a desenterrar aos poucos um passado a caminho dos dois mil anos, comentou: «tantas vezes lavrei este monte e quem havia de dizer que tinha casas dos antigos aqui debaixo da terra. Realmente o arado aqui se me partiu várias vezes».

Efectivamente, não obstante a destruição, o abandono, e o esquecimento a que os tempos votaram estas ocupações antigas, a Arqueologia tem vindo a revelar uma ocupação notável do Vale do Côa e de todo o Douro Superior, desde a pré-história até aos tempos mais recentes, quando começou a concentração da população em povoações e quintas.

O FUTURO DO VALE E DA SUA ARQUEOLOGIA

A aposta governamental na construção de uma barragem de duvidoso interesse público que irá submergir grande parte do Vale terminal do Côa, sem que estas antigas ocupações estejam estudadas, é um crime de lesa-cultura que se estende à destruição de uma vasta área de grande aptidão vinícola, um Património em que Portugal ainda se revê. Consumar-se-á assim a destruição da paisagem e do trabalho das gentes actuais, numa desgraçada similitude com os abandonos ou destruições antigas que nos deixaram estes vestígios arqueológicos.

A estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira tem ainda muitos dados para revelar com a continuidade dos trabalhos até ao seu estudo total. Terminados estes, as ruínas deviam ser transformadas num pólo de atracção da Quinta e do Vale e o espólio recolher a um pequeno núcleo museológico local, cujo projecto estamos a elaborar. O futuro do Vale do Côa e da sua Arqueologia está no entanto dependente de decisões políticas e do modelo de desenvolvimento que se pretende para a região. A escolha é entre um crescimento sustentado, no qual os Patrimónios natural, cultural e vinícola têm um importante papel a desempenhar e então o estudo, conservação e valorização desta estação — e de todas as outras — estará assegurado ou, pelo contrário, um modelo de desenvolvimento tecnocrático, desumanizado e extremamente agressivo que voltará a dar a Foz Côa uma nova «Lagoa», desta vez gigantesca, com água tão ruim de beber que, tal como aconteceu com a que outrora existiu na vila, os próprios animais a recusarão, ainda que a sede seja insuportável. Mas desta vez a culpa não será do clima. Sabemos os nomes daqueles que a nossa e as futuras gerações irão amaldiçoar. Parem o monstro enquanto é tempo.

BIBLIOGRAFIA

- CHANTAL, Suzanne (1982): *Ervamoira*. Olivier Orban, Paris.
- GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, M^a da Graça (1987): "Vila Nova de Foz Côa: Quinta de Santa Maria de Ervamoira" in *Informação Arqueológica*, nº 8. Secretaria de Estado da Cultura; Instituto Português do Património Cultural; Departamento de Arqueologia, Lisboa.
- GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, M^a da Graça (1988): *A Estação Arqueológica de Santa Maria da Ervamoira — Muxagata — Vila Nova de Foz Côa — Notícia Preliminar*; Quinta da Ervamoira I, Adriano Ramos-Pinto (Vinhos) S.A.R.L., Vila Nova de Gaia.
- GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, M^a da Graça (1989): "A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira — Muxagata — Vila Nova de Foz Côa — Novos Dados", in *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*; Governo Civil do Distrito de Viseu, Viseu.
- GUIMARÃES, Gonçalves; PEIXOTO, M^a da Graça (1995): "A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira — Muxagata — Vila Nova de Foz Côa — Notícia Preliminar" (corrigida) in *Gaya*, vol. VI (1988-1994), Actas do 1º Congresso Internacional sobre o Rio Douro — Arqueologia; Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Gaia.
- TRABULO, Joaquim (1992): *Chãs de Foz Côa — A sua História, a sua Gente (Monografia)*. Edição do Autor; Carvalhos, Vila Nova de Gaia.



Aspecto parcelar da estação, sendo visíveis estruturas romanas, paleocristãs e medievais.



Localização da estação junto do Rio Côa.

ART PALÉOLITHIQUE ET ÉTHOLOGIE

por

António Bracinha Vieira*

«Working on the ethology of extinct species may strike most ethologists as a strange enterprise, but Paleolithic works of art are very old references, just recently uncovered. (...) We can see by their work that Paleolithic artists were empirically oriented, drawing mainly from observation than copying some stylized icon form».

R. DALE GUTHRIE

Resumo. On présente et évalue quelques exemples de représentations paléolithiques d'animaux dont les comportements typiques de l'espèce sont dépeints avec une grande rigueur et susceptibles d'identification à partir des travaux de l'éthologie objectiviste. On a donc affaire à deux catégories d'animaux: les *hiératiques* et les *naturels*. La plupart des représentations naturelles concernant des comportements pré-reproducteurs, on discute de leur rôle et de leur signification dans le cadre sémiotique de la caverne.

Mots-clé: Art. Paléolithique. Éthologie.

I. MODÈLES ET INTERPRÉTATIONS

Vers la fin des années 50, Laming-Emperaire (1962) et Leroi-Gourhan (1965, 1971), en étudiant séparément et systématiquement les figurations de l'art paléolithique occidental — surtout l'art pariétal — ont proposé que chaque grotte ornée représente un microcosme dont les éléments expriment une unité de composition globale. La nature et l'emplacement des formes animales et signes abstraits dans l'espace de la caverne traduiraient une projection des mythes et des croyances qui se sont développés et ont évolué le long d'une grande tradition culturelle qui, malgré des variations chronologiques et régionales, a atteint une période d'à peu près 20.000 ans et une étendue qui va de l'extrême occidentale de l'Europe jusqu'à l'Oural et même certaines régions de la Sibérie.

* Professeur titulaire d'Anthropologie à l'Universidade Nova de Lisboa.

D'après les auteurs nommés ci-dessus, deux principes opposés organisent la caverne en tant que sanctuaire. Ces principes sont donnés par les deux groupes d'animaux les plus représentés — les bovinés (aurochs et bison) et les équidés (chevaux à différents aspects phénotypiques) — qui, indépendamment du sexe des individus dépeints, représenteraient les éléments mâle et femelle, confrontés, affrontés ou juxtaposés. Les signes dits abstraits représenteraient eux-mêmes des équivalents masculins et féminins et proviendraient d'une stylisation à degrés successifs de la figuration du pallas et de la vulve de l'espèce humaine. Cependant, pour Laming-Emperaire le bison signifie le principe mâle et le cheval le principe femelle, alors que Leroi-Gourhan adopte la convention contraire et croit même trouver, à Pech-Merle, des formes de transition entre des représentations de bisons et des silhouettes féminines humaines (Leroi-Gourhan, 1992, p. 158).

Au-delà des deux groupes prépondérants d'animaux, Leroi-Gourhan a admis que des espèces (ou plutôt des genres, en termes de systématique animale) moins représentées constituent un groupe extérieur à l'opposition des principes sexuels mis en jeu, ce qui place entre eux un facteur de désymétrie dont la fonction reste problématique. En de rares cavernes il arrive même que ces animaux «complémentaires» soient particulièrement nombreux — comme il arrive à Rouffignac, grotte dominée par la présence du mammoth.

La répétition de base de la structure rupestre dans les grottes étudiées par Leroi-Gourhan a permis à son hypothèse de survivre pendant toute une décennie à la refutation, et de jouer le rôle d'un modèle central aux études de préhistoire du Paléolithique européen. Plus récemment, la recherche a suivi d'autres directions (p. ex. Sauvet et al., 1977; Conkey, 1987, 1989).

Autant Leroi-Gourhan que Laming-Emperaire ont remarqué que, par-delà les figurations animalières que nous appellerons hiératiques, on observe aussi, quoique exceptionnellement, des scènes narratives où l'artiste décrit des interactions entre des animaux conspécifiques comme on en observe dans la nature, tout en respectant la règle de l'absence de paysage, commune à l'art glaciaire. Or les animaux hiératiques, qui contrastent avec ceux des scènes animées, sont plutôt figés (même s'ils sont figurés en mouvement) et interactivement isolés (même quand ils se multiplient en certains endroits de la caverne).

Ce qui nous semble intéressant est de constater que les chasseurs paléolithiques connaissaient jusqu'au détail les comportements typiques des espèces qui vivaient dans leur monde — surtout la mégafaune mammalienne —, ce qui fait preuve d'une observation attentive et prolongée des animaux sur le terrain. — «It should not be surprising that the successful hunter-gatherers of the last glacial period were ecologically sophisticated.» (Conkey, 1981, p. 23).

Les schémas comportementaux ont été décrits en des peintures, gravures et reliefs qui correspondent aux «pictogrammes» de Leroi-Gourhan. On en observe et

dans l'art pariétal et dans l'art mobilier. Cet aspect descriptif des comportements des animaux est l'objet de l'analyse menée dans cet essai. Quelques-unes des scènes représentées sont susceptibles d'une lecture éthologique, telle est la rigueur figurative. Lorsqu'elles concernent des espèces éteintes, elles vont jusqu'à permettre des comparaisons avec les formes vivantes de leur clade.

En fait, les chasseurs du Paléolithique supérieur ont été les premiers «éthologistes», et l'attitude éthologique naît avec leurs capacités d'observation et figuration de ce qu'ils ont observé sur le terrain, en toute objectivité. Plus tard, les artistes épipaléolithiques, comme ceux du Levant espagnol¹, en décrivant des scènes vécues de groupes humains — costumes, armes et outils, et maints comportements sociaux (chasse, danse, bataille, et beaucoup d'autres) — deviennent les premiers «ethnologues». Enfin, les populations néolithiques qui surgissent avec les premiers éleveurs-cultivateurs, apportent des animaux vivants dans le voisinage des groupes humains et exercent sur eux une sélection variationnelle qui aboutit à la domesticité (qui n'est pas sans rapport avec l'*imprinting* et la manipulation trans-générationnelle de comportements agonistiques et territoriaux reconnus comme ayant une base héréditaire).

Konrad Lorenz a écrit que, à la ressemblance des hommes du Néolithique, il a été lui-même un éleveur d'animaux sauvages qu'il a vu naître et dont il a suivi pas à pas l'ontogénèse; alors que Nikolaas Tinbergen a procédé autrement, plutôt en analogie avec les chasseurs paléolithiques qui guettent les animaux et surprennent des moments décisifs de leur comportement. Ainsi, ces deux voies ancestrales de la relation de l'homme aux animaux reparaissent, presque intactes, dans les motivations et les méthodes de base de l'éthologie objectiviste. — «The 'hunter type' of behavior researcher, embodied in my friend Nikolaas Tinbergen, is the opposite of the 'herder type' who wants to own animals and above all, to breed them and to increase their number. Herders stalk animals only in order to capture them and, subsequently, to keep them. C.O. Whitman and Oskar Heinroth were such animal keepers; I, myself, am also one.» (Lorenz, 1981, p. 48).

¹ Il y a près de 11.000 ans, avec la fin de la dernière glaciation, l'Europe a subi de grandes transformations climatiques et écologiques. Le réchauffement entraîna la croissance de la forêt, qui envahit les espaces précédents de la toundra-steppe. Mammouths et bisons laineux se sont déplacés vers l'Asie centrale, et de là à travers Beringia, vers l'Alaska, puis sont disparus; les populations de chevaux se sont réduites et déplacées vers les steppes asiatiques; des espèces comme la renne, le bouquetin et le glouton se sont confinées aux régions péri-arctiques; d'autres encore, comme l'antilope saïga, sont passées dans les espaces sibériens; d'autres enfin, tels le bouquetin, le chamois et l'ours, ont survécu dans les massifs montagneux.

Dans l'espace européen, ces transformations se sont accompagnées d'un remaniement radical de la culture des populations humaines: bases de l'économie, mais aussi systèmes mythiques et style des figurations artistiques, ont subi une rupture d'avec les précédents, comme l'illustre l'art rupestre du Levant espagnol: c'est ici que, pour la première fois dans la préhistoire de l'art européen, hommes et animaux sont représentés en parité de composition et de style.

II. HIÉRATISME ET OBJECTIVITÉ

Nous avons donc affaire à deux types de représentations animalières: les hiératiques, dont l'effigie semble tracée dans le contexte exclusif d'une fonction symbolique (et il faut remarquer que le mouvement n'y est pas nécessairement exclu); et les naturelles, qui transcrivent des comportements, comme si l'animal était vivant et, en certains cas, comme si deux ou plusieurs animaux étaient en train d'interagir. Or ces interactions illustrent des systèmes de comportement, des moments cruciaux de l'éthogramme des espèces concernées.

Ce qui a motivé l'artiste à exécuter soit le *type hiératique* soit le *type naturel* ne nous est pas clair. Doit-on admettre que le deuxième type, plus fréquent dans l'art mobilier mais pas absent dans l'art pariétal, ait eu un rôle pré-établi dans la composition dynamique de certaines cavernes? ou doit-il être compris comme une espèce de «transgression» de l'artiste, qui place subrepticement des projections vivantes en certains endroits des grottes sans en troubler l'équilibre sacré?

Or les formes hiératiques, indépendamment de l'éventuelle maîtrise de l'exécution, montrent des animaux rigides et comme soustraits à la vie extérieure de la steppe ou de la montagne; tandis que les scènes narratives convoquent des «portraits» d'animaux en pleine exhibition des comportements qui les animent. Par ailleurs, les signes stylisés qui entourent ou s'inscrivent sur les animaux hiératiques n'existent pas autour des groupes naturels. La différence qui sépare les uns des autres est celle d'un animal naturalisé, soit-il au galope, à un groupe d'animaux vivants surpris dans la nature.

«Cette animation est variable mais limitée à des éléments rituels de reproduction comme dans la nature; le groupe de chevaux ne dépasse pas une dizaine d'individus dont une minorité, parfois réduite à un seul, marque des temps, déterminés de l'action: flairer le sol en tournant autour des juments, redresser les membres antérieurs en ébauchant un cabré, se cabrer en battant l'air des antérieurs. Tous ces mouvements s'inscrivent dans le comportement sexuel de l'étalon et je ne connais aucun cas indiscutable de l'épisode décisif.

Ces quelques exemples d'une attitude allusive se retrouvent dans d'autres animaux: bison se roulant sur le sol, bouquetins ou mammoths affrontés, cerfs bramant.» (Leroi-Gourhan, 1983b).

En fait, à l'unique exception de la monographie de Freeman sur Altamira (Freeman, 1978), c'est Leroi-Gourhan qui, à maintes reprises le long de son œuvre, constate l'évidence des «pictogrammes», ces groupes animés qui siègent à côté des animaux intégrés en «mythogrammes».

Or les chasseurs de l'Age du renne ont laissé des documents qui témoignent d'une observation attentive et ordonnée des animaux, surtout des grands mammifères de leur monde.

La représentation des comportements a parfois été faite avec une rigueur exceptionnelle. On se demande presque si l'auteur de la gravure mobilière trouvée à Laugerie-Haute et qui décrit un combat entre deux mammoths, ou l'artiste qui a reproduit le nid de chouettes harfang des Trois-Frères (cf. *infra*) ont pu recréer les scènes de mémoire, ou s'ils ont dû les ébaucher sur une surface lisse d'argile ou d'ardoise alors qu'ils y assistaient, attentifs et cachés.

La valeur de ces documents devient majeure quand il s'agit d'espèces disparues: *in illo tempore*, un observateur curieux et capable d'une grande rigueur, aux capacités psychiques équivalentes aux nôtres, a réussi la description éthologique et reproduit les moments décisifs d'interactions entre animaux que nous ne trouvons plus sur la biosphère.

Les mots éthologie et écologie apparaissent d'ailleurs dans les textes de quelques auteurs: «L'art rupestre prouve une connaissance profonde de l'éthologie (...) et les figurations tendent à représenter les animaux en attitudes qui sont connues des chasseurs eux-mêmes.» (Quirós, 1987, p. 25). — «Voir dans ces fréquences (d'animaux d'espèces différentes) un reflet de l'éthologie des animaux sauvages semble peut-être imprudent, mais il existe des arguments pour soutenir cette hypothèse.» (Leroi-Gourhan, 1974-75, p. 397). — «Les préhistoriens des premières générations n'ont eu que rarement la possibilité d'observer le comportement du renne, du cheval sauvage, ou à défaut celui des animaux actuels les plus proches des rhinocéros laineux ou des mammoths disparus l'un et l'autre. Une grande partie de l'iconographie paléolithique est à réintégrer sous un jour plus écologique ou plus éthologique (bisons «bondissant» d'Altamira).» (Leroi-Gourhan, 1980-81, p. 455).

Dans la biote complexe du Pleistocène final en Europe, la disparité entre le pourcentage d'animaux chassés et représentés est énorme: les évaluations zoo-archéologiques ont prouvé que les chasseurs d'Altamira peignaient surtout des bisons et mangeaient des cerfs et des sangliers, alors qu'à Lascaux on représentait des chevaux, des aurochs et des bisons et on mangeait des rennes, dont les os correspondent à 88,7 p. 100 de la totalité des résidus d'animaux consommés. L'univers mythique, on le sait, ne coïncide pas avec l'univers économique, quoique leurs éléments ne s'excluent pas mutuellement: les chevaux, très représentés, étaient peu chassés, mais ils l'étaient pourtant; le sanglier avait le sort inverse. La mammoth, fréquent dans les figurations des grottes de l'Ardèche, n'était pas chassé dans le pays, alors que rennes et bouquetins, base protéique animale de l'alimentation des populations magdaléniennes locales, ont été à peine figurés.

L'absence de certains animaux est mystérieuse. Les canidés, le loup surtout, représenté très peu de fois, ont dû constituer un élément important dans la vie et même l'imaginaire de l'homme magdalénien. Ils ont certes joué un rôle dans les expéditions de chasse, soit comme commensaux qui guidaient les groupes humains sur les traces des grands ongulés, soit comme compétiteurs dans la dispute des carcasses

fraîches². Encore plus étrange est l'absence complète de figurations de hyènes animaux puissants, grégaires et territoriaux, à intelligence sociale développée, chasseurs coopératifs et charognards (tout ceci en analogie avec l'homme) — sans exclure que, dans l'Europe glaciaire, les hyènes, peu fréquentes, aient pu adopter des comportements moins grégaires que quelques-unes de leurs congénères africaines actuelles.

Dans les cavernes ornées de grand style, les grands herbivores sont mieux représentés que les carnivores. L'homme préhistorique a dû avoir regardé longuement les troupeaux d'équidés et des bovinés broutant ou se déplaçant de long des steppes, et d'une façon plus épisodique et fugace l'ours et les grands félinés, d'ailleurs plus rares, cryptiques et dangereux que les ongulés. Ce n'est pas impossible que les espèces crépusculaires et nocturnes — loup, hyène, glouton³, sanglier — soient exclues des figurations rupestres puisque la nuit participe de l'essence même de la caverne.

III. ÉCOLOGIE ET ÉTHOLOGIE DANS L'ART GLACIAIRE

Les animaux de la toundra-steppe, de la montagne, de la forêt ou des antres souterrains, ne semblent pas occuper des endroits spécifiques dans la structure de la caverne: soustraits à leurs écosystèmes, ils sont projetés sur un firmament culturel où, peints, gravés ou modelés, ils passent du réseau écologique qui les liait, à un réseau mythico-symbolique que les relie à travers d'autres relations significatives. Tracés dans les parois des grottes, ils sont pris dans les mailles du tissu mythique, auquel les signes dits abstraits apportent l'efficacité symbolique. Et pourtant ça et là, parmi les animaux magico-hiératiques entourés des signes, on décèle des figurations d'animaux «vivants» qui développent des comportements fonctionnels comme dans la réalité objective.

Marshack attira l'attention sur le fait que, à mesure que l'art magdalénien franco-cantabrique a évolué, les artistes ont peint des spécimens dans leurs morphes saisonniers avec de plus en plus de rigueur: un cheval en fourrure d'été (Lascaux) ou d'hiver (Niaux), un bison en fourrure d'été (Lascaux, Altamira, Niaux) ou d'hiver (Lascaux), des cerfs aux ramures développées et bramant pendant le rut d'automne (Marshack, 1972).

² Dans le chapitre *The Covenant* de son livre *King Solomon's Ring*, Konrad Lorenz admet l'existence de deux phases successives dans les relations canidés/hominidés. D'abord, les chiens sauvages suivent les chasseurs humains et après la capture de grandes proies leur disputent la dépouille; plus tard, en explorant une relation symbiotique entre macrosmatiques et microsmatiques prédateurs, les chiens précèdent les hommes, les conduisent auprès des herbivores, les laissent chasser puis s'en aller, et se jettent finalement sur la curée (Lorenz, 1976).

³ Le loup, *Canis lupus*, est représenté à Les-Combarelles, et le glouton, *Gulo gulo*, à Los Casares.

Sur un bâton percé gravé en bois de renne qui provient de la grotte de Montgaudier, on voit un couple de phoques, *Phoca hispida*, au dimorphisme sexuel accentué, un saumon dont la mandibule est incurvée en crochet comme celles des mâles lorsqu'ils montent les fleuves pour aller se reproduire, deux serpents dont l'organe sexuel est exposé, et des fragments végétaux (des algues?) qui flottent dans le courant. Après observation microscopique des détails de cette pièce mobilière, Marshack conclut qu'il s'agissait d'une représentation de formes vivantes dans un cours d'eau signalant le début du printemps. (Marshack, 1975, 1988).

Des comportements de plusieurs sortes ont mérité l'attention des artistes paléolithiques. À l'abri Colombier II (Vallon-Pont-d'Arc), qui appartient au Magdalénien final, le panneau des bouquetins en marche montre un groupe de ces animaux qui se déplacent sur les sentiers de la montagne. Au centre on voit deux mâles adultes que l'on reconnaît à la taille et à l'incurvation des cornes, et, sur un plan plus bas-placé, une femelle (ou peut-être un juvénile) qui s'avance à pas. Les pattes de ces animaux sont «animées», traduisant les temps du mouvement: sur le mâle d'avant les pattes sont gravées en positions kinétiques successives, comme sur un film au ralenti (fig. 1). On trouve ailleurs d'autres exemples de cette analyse biomécanique de la marche, comme sur des bisons de la grotte Chauvet.

Dans la caverne cantabrique de Covalanas on a reproduit une harde de six biches, dont trois sont en état d'alerte et les autres déjà en fuite. Quelque menace non représentée s'annonce du côté droit de qui regarde cette fresque: alors que trois biches s'échappent vers la gauche et se dispersent, les autres trois restent encore sur place, immobiles et tendues: les oreilles se soulèvent et tournent vers un même point, scrutant les sons suspects; les museaux se dressent dans la même direction, flairant un danger (fig. 2). Les contours sont donnés par un trait d'ocre rouge épaisse, interrompu en certains endroits. Il s'agit d'une de ces hardes de femelles assez structurées et hiérarchisées typiques de *Cervus elaphus*. La matriarque, plus grande et intégralement représentée, occupe la place de droite, plus près du danger. La position des têtes et des lignes dorsales traduit la synchronie de leurs motivations et les mouvements d'intention de fuite.

Les «bisons acculés» de Lascaux (fig. 3) réagissent eux aussi à un danger: se serrant l'un contre l'autre l'arrière-train, la région la plus vulnérable de leurs corps, ils tiennent tête à ce qui pourra être un prédateur grégaire qui les rôde (non représenté: il n'y a pas de scènes de prédation dans l'art pleistocénique d'Europe), comme le font les bovidés en général. Sur les silhouettes colorées est évidente la tension extrême des deux animaux, d'après la position d'appui des pattes prêtes à les propulser, les crinières soulevées et l'animation des queues qui s'entrecroisent. Le bison de droite mugit et émet un jet d'urine, activité de déplacement hypothétique qui souligne l'état de conflit motivationnel (entre la contre-attaque et la fuite).

Dans la nef de Lascaux on trouve la fameuse gravure de la frise des cerfs à la

nage (fig. 4), qui occupe cinq mètres de la paroi. On a suscité des doutes à l'égard de cette interprétation, mais une analyse détaillée du panneau semble la confirmer. Des cinq cerfs, seules les têtes avec les ramures et les encolures émergent d'un niveau de rugosités ondulées de la paroi rocheuse, comme s'il s'agissait d'un courant d'eau tourbillonnant. L'angle de l'axe de l'encolure avec l'horizontale varie énormément d'un animal à l'autre⁴, ce qui n'arriverait pas dans une marche en ligne sur terrain ferme (dans un galop ils ne seraient pas si proches les uns des autres ni si alignés).

La position de la tête de chaque cerf trahit la recherche précaire de stabilité à la nage dans les eaux mouvantes, et les cinq animaux soulèvent les museaux au-dessus de la surface houleuse, tellement que, pour quelques-uns parmi eux, les bois se placent en position horizontale. Nous pouvons conclure, d'autre part, que la scène a eu lieu vers la fin de l'été ou le début de l'automne, alors que les ramures sont dans la plénitude de leur développement quoique le groupe des mâles adultes (le nombre de branches des ramures nous l'indique) demeure encore ensemble⁵.

À Teyjat on a trouvé une gravure en os qui représente une rangée de rennes, comme il arrive lors des migrations saisonnières: en fait, *Rangifer tarandus* forme de longues colonnes migratoires où les animaux se placent tous près les uns des autres. La petite gravure de Teyjat offre un exemple de stylisation et simplification d'un groupe: les trois premiers rennes sont intégralement représentés, de même que le dernier de la rangée. Les autres ne sont évoqués que par les pattes et les ramures. En fait, l'observateur ne voit d'un tel troupeau qu'une masse confuse où les corps se confondent et où seules se détachent les extrémités des ramures et de pattes (Jelínek, 1981).

L'éthologiste anglais William Thorpe écrit dans son histoire abrégée de l'éthologie: «Dans les grottes préhistoriques il y a des peintures d'animaux remarquablement animées, dont beaucoup relèvent d'une observation exacte. (...) Il y a, par exemple, une gravure de chouettes harfang (*Nyctea scandiaca*) qui est extraordinaire puisqu'elle fait preuve d'une observation attentive.» (Thorpe, 1979, p. 19).

⁴ Les angles formés par les bissectrices des ramures et le plan horizontal donnent, du premier cerf jusqu'au cinquième, respectivement: 0°, 63°, 30°, 10° et 49°. Si l'on adopte comme critère l'angle entre les bissectrices des encolures et l'horizontale (étant donné que les animaux se présentent dans un profil parfait et que l'écart entre les bois vise à obtenir un effet de perspective non réaliste), on obtient successivement: 67°, 132°, 112°, 118° et 134°.

⁵ L'éco-éthologie du cerf rouge, *cervus elaphus*, prouve que la société de ces animaux est matrilocale. Après la saison de l'accouplement, les mâles de plus de trois ans se rassemblent en hardes de mâles, moins structurées que celles des femelles, perdent les bois (caducs et à croissance saisonnière dans la plupart des cervidés) l'un après l'autre, entre la fin décembre et février. De nouvelles ramures repoussent alors qui, chez les jeunes animaux, intègrent à chaque an un nouveau andouiller, et ne deviennent tout à fait développées et endurcies qu'au commencement de l'automne. Peu après les mâles se séparent, entrent en rut et envahissent les territoires des femelles pour s'accoupler. Donc, la frise de lascaux concerne un épisode automnal.

On trouve deux représentations pariétales de l'harfang, au Portel et aux Trois-Frères. Vraisemblablement Thorpe s'adressait à la deuxième (fig. 5), parce qu'elle dépeint un groupe de trois individus en interaction: deux adultes d'un couple et entre eux un oisillon. Le mâle, à gauche, identifiable par son plumage blanc, se soulève sur les pieds et exhibe les plumes hérissées en attitude d'intimidation comme face à un intrus. Son contour est gravé à traits multiples parallèles — possiblement il l'a été avec le biseau dièdre d'un burin de silex —, ce qui rehausse la blancheur de l'effigie contre la couleur du fond et transmet l'impression des plumes soulevées. Le petit se penche vers lui et allonge le cou comme s'il quémandait des aliments.

Les chasseurs de l'Age glaciaire ont dû se surprendre — comme nous, aujourd'hui — de la beauté étrange de ce grand rapace (60 cm de hauteur, 170 cm d'envergure) à couleur pâle (le mâle est presque tout à fait blanc), aux grands yeux jaunes, survolant la toundra-steppe neigeée, planant au ras de sa surface, en plein jour, ou alors guettant derrière quelque accident du terrain. La femelle nidifie sur le sol nu et incube seule un nombre d'oeufs qui varie selon les ressources alimentaires de chaque année; le mâle transporte incessamment des proies (rongeurs) qu'il dépose auprès du nid, et surveille le territoire de nidification, menaçant intrus et prédateurs (Dif, 1995).

La présence de l'harfang dans les domaines de chasse magdaléniens montre, d'autre part, avec autant de rigueur qu'une analyse palynologique, les conditions du climat en Europe occidentale vers la fin du Pleistocène. Aujourd'hui, l'harfang vit sur la toundra; comme les populations flottent, dans les années favorables son aire de distribution hivernale se dilate vers le sud. La zooarchéologie nous prouve, cependant, que l'harfang a été chassé intensément vers la fin du Magdalénien en certaines régions, surtout dans le sudouest de la France: dans la grotte du Morin, en Gironde, ses dépouilles parfont 94 p. 100 des traces ostéologiques d'oiseaux. (Hervé, 1984).

IV. COMPORTEMENTS SEXUELS ET SYMBOLES DE SÉXUALITÉ

De même qu'il n'y a pas des scènes de prédation figurées dans l'art paléolithique, les scènes d'accouplement, on le sait, sont inexistantes. Pourtant, des épisodes épigamiques, voire de cour et de combat ritualisé dans le contexte de la sélection sexuelle, sont parfois dépeints en détail et avec beaucoup de rigueur. La plupart des représentations de comportements typiques des espèces figurées — ce qu'on appelle en éthologie des coordinations héréditaires (*fixed action patterns*), même si, parmi les Vertébrés évolués, elles ont assez de plasticité — concernent le système reproducteur: marquage territorial, signaux d'appel pour la cour (comme la brame chez le cerf), d'approche inter-sexuel (comme le *flehmen* des ongulés), de combat intra-sexuel ritualisé entre mâles rivaux.

Seuls les épisodes de copulation sont éliés, rares fois suggérés: les bisons

modelés en argile du Tuc d'Audoubert, les chevaux de Chair à Calvin, évoquent le moment qui précède l'accouplement — lui-même très bref, inférieur à 4 secondes entre les bisons américains actuels, *Bison bison* (Berger et Cunningham, 1994). La représentation des caractères sexuels primaires des animaux est d'ailleurs exceptionnelle, en contraste avec ce qui concerne les figurations d'anthropomorphes. Pourtant, les phases et séquences motrices qui précèdent l'union sexuelle sont signalées, soit dans la culture solutréenne, soit dans les étapes successives du Magdalénien, et autant dans l'art pariétal que sur des objets mobiliers.

Un bâton percé provenant de la grotte des Hoteaux (Ain), découvert par J. Tournier en 1894 et exposé au musée de Brou, en Bourg-en-Bresse (Desbrosse et Laurent, 1984), montre la brame du cerf. Si nous réduisons l'inscription sur bois cylindrique de renne à un dessin sur un plan (Desbrosse et Laurent, *op. cit.*), nous voyons alors un mâle adulte de 5 à 6 ans, fermement appuyé sur les pattes en extension, la queue levée, qui soulève la tête jusqu'à ce que les bois soient parallèles au dos, et ouvre la bouche pour émettre la brame (fig. 6).

Il s'agit d'un comportement typique du cerf rouge: dans cette posture, le mâle nuptial qui a quitté sa harde de mâles (*cf.* note 5) et cherche à s'approcher des groupes de femelles, émet la brame, vocalisation grave qui transmet aux biches un signal de sa présence et motivation, en même temps qu'il doit écarter les rivaux.

Il faudra reconnaître que les chasseurs magdaléniens ont connu l'existence et les fonctions des territoires animaux, au sens très proche du concept éthologique (qui n'a été conçu, il faut le dire, qu'au commencement du XX.^{ème} siècle par l'ornithologue anglais Elliot Howard), et les comportements de marquage odoriférant typiques des mammifères.

Dans la légende d'une illustration de son livre *Les chasseurs de la préhistoire*, Leroi-Gourhan écrit: «Les bisons mâles ont pour habitude d'uriner sur le sol et de se rouler sur la boue pour marquer leur territoire. L'exemple ci-dessus est un des célèbres bisons «bondissant» d'Altamira». (Leroi-Gourhan, 1983, p. 113). Et, dans un de ses cours au Collège de France, il ajoute: «L'analyse détaillée (du grand plafond d'Altamira) conduit à constater au minimum deux faits: 1) les bisons occupent le champ central, les autres animaux (biches, chevaux, sanglier) la périphérie; les «bisons bondissants» sont figurés dans un acte capital du comportement du bison d'Europe mâle: uriner sur le sol, puis s'y rouler pour marquer ensuite son territoire en se frottant sur les arbres.» (Leroi-Gourhan, 1973-74, p. 383).

En fait, les «bisons bondissants» sont redevables de deux interprétations éthologiques, selon qu'on les considère couchés de côté ou debout. L'été, le bison américain⁶ perd son manteau d'hiver et se roule dans quelque concavité poussiéreuse

de la prairie: couchés de côté, les mâles s'y frottent, lancent des ruades à vide et se couvrent d'une couche de poussière qui les protège des piqures d'insectes. Ou alors un mâle adulte, debout face à l'approche d'un rival, peut émettre un spray d'urine et soulever par des ruades un nuage de poussière (Berger et Cunningham, 1994).

Alors que Nancy-Olsen (*in* Conkey, 1981) a admis que la plupart des bisons du grand salon d'Altamira sont des femelles en travail de parturition (ce que rien n'autorise à penser), Freeman y a vu un comportement nuptial des bisons où plusieurs mâles entourent une femelle en oestrus, représentée au centre du plafond (Freeman, 1979; Quirós, 1987). Plus probablement cette femelle vient d'être fécondée, comme sa posture peut le suggérer: tête en extension, queue levée: les femelles de bison restent la queue levée pendant 15 à 360 minutes après la copulation (Berger et Cunningham, 1994). — «Dernier détail d'animation segmentaire, la queue traduit, pour la plupart des espèces, le degré d'agitation du sujet. Le bison fournit le maximum d'exemples où toutes les positions possibles sont représentées». (Leroi-Gourhan, 1973-74, p. 388). — «A long tail can be used to express emotion.» (Guthrie, 1990 p. 170).

Il serait intéressant d'analyser sous une pareille lumière éco-éthologique la grande fresque d'Ekain (Guipuzcoa) qui représente un troupeau de chevaux. Les animaux sont plus statiques que les bisons d'Altamira: une douzaine de chevaux, dont les plus périphériques, à tracé incomplet, se groupent sur ce qui semble être un terrain déclive (les sabots antérieurs se placent plus haut que les postérieurs), avec la tête dirigée vers la gauche. Seul le cheval d'en haut se tourne vers la droite. Leroi-Gourhan croit qu'il s'agit d'une «sentinelle» qui scrute, dans le vent, des signes de danger. Des bisons entourent les chevaux. Il est d'ailleurs raisonnable de voir dans les troupeaux mixtes — à bisons et chevaux, à bisons, chevaux et mammouths — des scènes témoignées dans la toundra-steppe, où broutaient et se déplaçaient, tout en se croisant et se mélangeant, des multitudes de grands herbivores — en analogie avec ce que l'on peut observer de nos jours en d'autres écosystèmes et avec d'autres espèces d'ongulés et de proboscidiens.

À Vale de Piscos (Côa, Portugal) deux chevaux de type Przewalski accomplissent un comportement d'allo-lustrage réciproque (*grooming social*) avec les dents (fig. 7), fréquent chez ces animaux, surtout entre exemplaires apparentés (Boyd et Houpt, 1994).

Assez surprenante est la connaissance que les chasseurs magdaléniens avaient des comportements territoriaux des grands félins, comme le prouve un des lions de Lascaux qui émet un jet d'urine. Les grands félins actuels, tigre et lion, marquent les pistes et les limites de leur espace avec des jets d'urine et d'une sécrétion glandulaire phéromonique. Lorsqu'ils le font, ils lèvent la queue sur le dos, soulèvent les pattes postérieures et les écartent, tellement que l'objet à marquer soit visé, et l'aspergent avec un jet interrompu dirigé en arrière, comme une nébulisation. C'est tel que le

⁶ Il faut remarquer que le bison de l'Age glaciaire, *Bison priscus*, était plus proche, autant du point de vue morphologie que comportemental, du bison américain, *Bison bison*, que de l'europpéen, *Bison bonasus*.

comportement qui est enregistré au «cabinet des félins» à Lascaux, «la seule caverne qui offre une véritable composition de félins. (...) L'un d'eux, mâle, est représenté la queue dressée, dans l'attitude du félin qui marque son territoire d'un jet d'urine, jet qui est d'ailleurs représenté par un tracé sinueux.» Leroi-Gourhan, 1965, p. 256).

Le comportement de *flehmen*, caractéristique du pré-accouplement des ongulés, est représenté à plusieurs reprises et concernant diverses espèces. Il s'agit d'un schéma comportemental, décrit par Karl Max Schneider, dénommé d'habitude par son mot allemand, et qui peut se caractériser comme l'approche d'un mâle reproducteur à une femelle dont il flaire la vulve ou touche des lèvres l'urine (Heymer, 1977), ce qui lui permet d'évaluer son degré de réceptivité au moyen de l'organe voméro-nasal, lié à l'olfaction. La concentration urinaire d'hormones sexuelles le long des cycles signale à chaque moment son état motivationnel, sondé par le mâle avec son sensorium chimique.

Le mâle approche le museau des organes génitaux de la femelle, le cou arqué, la tête légèrement élevée, entrouvre la bouche, peut redresser la lèvre supérieure et exposer les dents, et élargit les narines. — À Teyjat est figuré un épisode de *flehmen* entre aurochs (figs. 8 et 9); à la Vache, le même comportement est documenté entre rennes (fig. 10); et dans la grotte de Santimamiñe, en Biscaye, on peut observer une interaction homologue entre bisons.

V. AFFRONTMENT ET COMBAT

Dans une fase de la parade nuptiale chez quelques espèces, voire celles à dimorphisme sexuel accentué et dans le contexte de ce que l'on appelle depuis Darwin (1871) la sélection sexuelle, les mâles rivaux s'affrontent, et s'ils sont de taille et motivations équilibrées, se livrent à des combats ritualisés.

Sous l'abri de Roc-de-Sers, à quelques kilomètres d'Angoulême, Henri Martin a découvert, en 1927, plusieurs blocs rocheux disposés en demi-cercle qui contiennent sur l'une des faces des bas-reliefs du Solutréen supérieur. Ces représentations, à mi-chemin entre l'art pariétal et l'art mobilier, portent la description d'un combat épigamique saisonnier entre bouquetins (fig. 11): l'artiste reproduit le moment de l'entrechoc.

Ces luttes ont lieu entre mâles adultes, dont les grands exemplaires ont des cornes arqués en sabre qui atteignent une longueur de 100 cm. La bataille débute après un comportement préliminaire ritualisé. Enfin les animaux cherchent appui sur un rocher et se jettent l'un sur l'autre. Le choc, violent, intéresse la base des cornes et peut être entendu de très loin. Le crâne des mâles est renforcé par un os épais, et des muscles cervicaux très puissants permettent la répétition des chocs, parfois pendant des heures, jusqu'à la fuite ou l'épuisement d'un des rivaux. Chez cette espèce, *Capra*

ibex, le dimorphisme sexuel est poussé, et les mâles adultes pèsent plus 40 p. 100 que les femelles, qui sont douées de cornes plus petites et moins incurvées.

Un propulseur du type «animal sans tête» provenant de la grotte de l'Enlène, en Ariège, montre deux bouquetins affrontés. La pièce est finement sculptée et transmet l'impression d'un grand dynamisme. Les têtes des chèvres sauvages font défaut par décision, semble-t-il, de l'artiste lui-même, qui a choisi la bifurcation de l'andouiller. Nous voyons sur ce propulseur un moment d'un combat de jeu (*mocking fight*) entre mâles juvéniles: le «jeu» anticipe toujours sur des comportements futurs d'une importance majeure pour le succès génétique et social des individus des espèces qui «jouent».

Sur une côte de cheval trouvée dans la caverne de Pekarna, en Moravie, il y a des gravures de bisons: les deux mâles de gauche sont engagés dans un combat (Jelínek, 1981) dont les détails peuvent être observés sur une amplification du fragment d'os (fig. 12). *Bison priscus* luttait en entrechocant les fronts, et disposait pour cela de structures osseuses et tégumentaires spécialisées: le crâne entre l'insertion des cornes est d'une grande épaisseur, la peau qui le couvre atteint 22 cm et est recouverte d'une touffe de poils de 15 cm de long, comme on la prouve sur une momie (Guthrie, 1990). Ces luttes ont laissé des traces sur les crânes fossiles et momifiés (Guthrie, *op. cit.*), et ont dû être d'une grande violence.

À Le Portel, en Ariège, le peintre, profilant du relief de la paroi rocheuse, décrit une lutte entre deux mâles, sur un plan oblique comme une pente. Le bison qui se présente du côté droit, plus corpulent et s'élançant d'un niveau supérieur, charge sur le rival, et ses traits — ligne du dos, appui des pattes, animation de la queue — expriment la violence de la charge et la pugnacité de l'animal.

Dans la grotte Chauvet, où abondent les représentations de rhinocéros laineux, *Coelodonta antiquitatis*, deux de ces animaux s'affrontent dans un tournoi. Le comportement d'écrit prouve être homologue de celui qui est connu des espèces actuelles de rhinocéros: le mâle territorial, dès qu'un autre mâle envahit son espace, lui tient tête et cherche à l'intimider du regard, tandis qu'ils pressent tous-les-deux les cornes nasales latéralement l'une contre l'autre (*horn against horn stare*). Cette préambule exerce, dans la plupart des cas observés, son effet de dissuasion sur l'intrus (Owen-Smith, 1974)⁷.

Quand il s'agit d'espèces disparues, le registre de l'art préhistorique proportionne des documents particulièrement intéressants qui prêtent à comparaison avec des comportements homologues d'espèces vivantes, connues de l'éthologie. Dans le cas des *Proboscidea*, qui évoluent depuis 55 millions d'années, *Primelephas*, genre

⁷ Chez *Coelodonta*, la lèvre supérieure large et l'étalement complexe de l'émail des dents molaires prouvent qu'il broutait, tout comme le rhinocéros blanc africain, *Ceratotherium*, qui dispose de spécialisations semblables (Guthrie, 1990).

Le travail cité de Owen-Smith concerne justement *Ceratotherium simum*.

du Miocène final, a été l'ancêtre commun des genres *Elephas*, auquel appartient *Elephas maximus*, l'éléphant asiatique actuel, *Loxodonta*, qui comprend *Loxodonta africana*, l'éléphant d'Afrique actuel, et *Mammuthus*, qui inclut *Mammuthus primigenius*, le mammoth laineux qui a habité l'Eurasie pendant la période plio-pleistocénique (éteint depuis l'Holocène⁸).

Ce clade dispose d'un schéma moteur homologue pour les tournois épigamiques. Dès que les mâles entrent en rut et éprouvent une agressivité augmentée (désignée par le mot anglais *musth*), ils luttent en s'appuyant les fronts, emboîtent les défenses et poussent le rival jusqu'à ce qu'il vacille et recule, quittant le combat⁹. Une telle séquence s'observe autant chez *Loxodonta africana* que chez *Elephas maximus*, où seuls les mâles ont des défenses.

C'est ce même schéma moteur qui apparaît gravé sur le bâton percé provenant de la Laugerie-Haute et qui se trouve maintenant au musée de Les Eyzies¹⁰: les deux mammoths s'appuient front sur front, les trompes se raidissent, la force s'exprime par l'obliquité des pattes, très visible sur l'animal de droite (fig. 13). Le puissant dynamisme qui émane de cette pièce incisée nous porte témoignage du comportement d'une espèce éteinte depuis dix mille ans (cf. note 8) et permet la comparaison avec les comportements homologues des éléphants vivants. Pourtant, l'écho-kinésie pourrait tout aussi bien traduire le long moment d'immobilité où mâle et femelle, après acceptation mutuelle, restent appuyés tête contre tête, les trompes entremêlées: ce ne serait que l'observation des suites de cette posture qui pourrait établir ce qui est en train de se jouer (Rue III, 1994).

À Rouffignac, l'artiste a représenté deux rangs de mammoths: les animaux qui sont en tête, aux dimensions plus grandes, sont ceux qui s'affrontent. Ils se placent en parfaite position écho-kinétique (fig. 14), qui correspond à une phase précédant la joute dont le bâton de la Laugerie-Haute traduit l'aboutissement.

VI. CONCLUSIONS

Même si, comme nous l'acceptons, le contexte global de la caverne sémantise et ordonne chacun de ses signes et de ses images, on peut distinguer deux types de représentations animalières: les «hiératiques» et les «naturelles», ces dernières

⁸ Dans l'île Wrangel, au nord-est de la Sibérie, dans l'Arctique, des populations d'un mammoth nain ont survécu pendant les premiers millénaires de l'Holocène, et vivaient possiblement encore il y a 4.000 ans (Vartanyan et al., 1993).

⁹ Le vaincu, après la prélude au combat où se manifeste l'asymétrie des forces ou de la pugnacité, abandonne le territoire du vainqueur et perd en quelques heures les signes de *musth*.

¹⁰ Cette pièce appartient à des niveaux inter-gravetto-solutréens et représente le plus ancien objet de son type à décoration animalière (Leroi-Gourhan, 1965).

dépeignant des scènes qui entraînent des comportements typique des espèces concernées, décrits à partir d'observations rigoureuses menées dans la nature, sans que la présence de l'observateur ait perturbé leur déroulement. Plus fréquentes dans l'art mobilier, elles existent pourtant dans l'art pariétal. Quelques exemples en sont discutés.

Il n'y a cependant pas de scènes de prédation ni de copulation, même si elles nous semblent particulièrement susceptibles d'éveiller l'imaginaire des chasseurs de l'Age glaciaire. C'est comme si les artistes esquissaient des comportements d'appétence sans jamais aboutir à la représentation de l'acte consummatoire. On ne figure pas non plus des épisodes de parturition, ni des adultes avec leurs petits (encore là les harfangs des Trois-Frères font exception). On trouve surtout décrits des comportements épigamiques: stimulus-signaux de sollicitation de partenaires, comme la brame; comportements d'approche et d'inspection de la femelle, tels le *flehmen*; affrontements écho-kinétique et luttes entre mâles rivaux dans le cadre du processus de sélection sexuelle.

En fait, les schémas moteurs épigamiques, représentés avec des détails parfois étonnants par leur réalisme, préfigurent la tension d'une confrontation sexuelle à niveau symbolique. Pourtant, ces scènes qui se rattachent à la sélection sexuelle défient toute interprétation idéologique: si la sexualité y engage des partenaires et des rivaux qui sont, comme dans la nature, des conspécifiques — et à moins que la représentation des épisodes «éthologiques» n'ait été que le fruit d'une transgression de certains artistes — comment la transposer en abstrait vers une relation symbolique entre différents clades d'ongulés?

Enfin, la représentation de l'effigie humaine (anthropomorphes ou thérianthropes) atteignant au plus haut degré de refus du naturalisme, n'autorise nulle interprétation dans le cadre de l'éthologie humaine.

BIBLIOGRAPHIE

- BERGER, J., CUNNINGHAM, C. (1994) — *Bison: Mating and Conservation in Small Populations*, New York (Columbia University Press).
- BOYD, L. HOUP, K. A., eds. (1994) — *Przewalski's Horse. The history and biology of an endangered species*, Albany (State University of New York Press).
- CONKEY, M. W. (1981) — A Century of Paleolithic Cave Art — *Archaeology*, 34(4): 20-28.
- CONKEY, M. W. (1987) — New approaches in the search for meaning — *Journal of Field Archaeology*, 14: 413-430.
- CONKEY, M. W. (1989) — The structural analysis of Paleolithic art, in: C. C. Lamberg-Karlovsky, ed., *Archaeological Thought in America*: 135-154 (CUP).
- DARWIN, Ch. (1871) — *The Descent of Man and selection in Relation to Sex*, London (John Murray).
- DESBROSSE, R., LAURENT, P. (1984) — Armes et outils — *Histoire et archéologie*, 87:

30-32.

- DIF, G. (1995) — Chouette harfang, délire d'amour pour une reine des neiges — *Terre sauvage*, 92: 56-69.
- FREEMAN, L. G. (1978) — Mamut, jabali y bisonte en Altamira: reinterpretaciones sugeridas por la Historia Natural — *Curso de Arte Rupestre Paleolítico*: 157-178, Zaragoza (U.I.M.P.).
- GUTHRIE, R. D. (1990) — *Frozen Fauna of the Mammoth Steppe*, Chicago and London (The University of Chicago Press).
- HERVÉ, C. (1984) — Le tableau de chasse — *Histoire et archéologie*, 87: 26-28.
- HEYMER, A. (1977) — *Vocabulaire éthologique*, Paris (P.U.F.).
- JELÍNEK, J. (1981) — *Encyclopédie illustrée de l'homme pré-historique*, 7^{ème} éd., Paris (Gründ).
- LAMING-EMPERAIRE, A. (1962) — *La signification de l'art rupestre paléolithique. Méthodes et applications*, Paris (Picard).
- LEROI-GOURHAN, A. (1965) — *Préhistoire de l'art occidental*, Paris (Lucien Mazenod).
- LEROI-GOURHAN, A. (1970-71 à 1981-82) — *Annuaire du Collège de France, Résumé des cours et travaux*, Paris.
- LEROI-GOURHAN, A. (1971) — *Les religions de la préhistoire*, Paris (P.U.F.).
- LEROI-GOURHAN, A. (1983 a) — *Les chasseurs de la préhistoire*, Paris (A. M. Métailié).
- LEROI-GOURHAN, A. (1983 b) — Communication personnelle.
- LEROI-GOURHAN, A. (1992) — *L'art pariétal. Langage de la préhistoire*, Grenoble (Jérôme Millon).
- LORENZ, K. Z. (1976) — *King Solomon's Ring*, 8th reprint, Cambridge (Cambridge University Press).
- LORENZ, K. Z. (1981) — *The foundations of Ethology*, Wien & New York (Springer-Verlag).
- MARSHACK, A. (1972) — *The Roots of Civilization*, New York (McGraw-Hill).
- MARSHACK, A. (1975) — Exploring the Mind of Ice Age Man — *National Geographic*, 147 (1): 62-89.
- MARSHACK, A. (1988) — Paleolithic Image, in: I. Tattersall, E. Delson & J. van Couvering, eds., *Encyclopedia of Human Evolution and Prehistory*: 421-429, New York & London (Garland Publishing).
- OWEN-SMITH, R. N. (1974) — The Social System of the White Rhinoceros, in: *The Papers of the International Symposium on the Behavior of Ungulates* (The University of Calgary Press).
- QUIRÓS, F. B. de (1987) — El Mundo del Arte Rupestre Paleolítico, in: *Arte Rupestre en España*: 22-29 (Zugarto Ediciones, S.A.).
- RUE III, L. L. (1994) — *Elephants. A Portrait of the Animal World*, Leicester (Magna Books).
- SAUVAT, G., SAUVET, S., WLODARCZYK, A. (1977) — Essai de sémiologie préhistorique — *Bulletin de la Société Préhistorique française*, 74: 545-558.
- THORPE, W. H. (1979) — *The origins and Rise of Ethology*, London (Heinemann).
- UCKO, P. J.; ROSENFELD, A. (1966) — *L'Art Paléolithique*, Paris (Hachette).
- VARTANYAN, S. L., GARUTT, V. E., SHER, A. V. (1993) — Holocene Dwarf Mammoths from Wrangel Island — *Nature*, 362: 337-340.

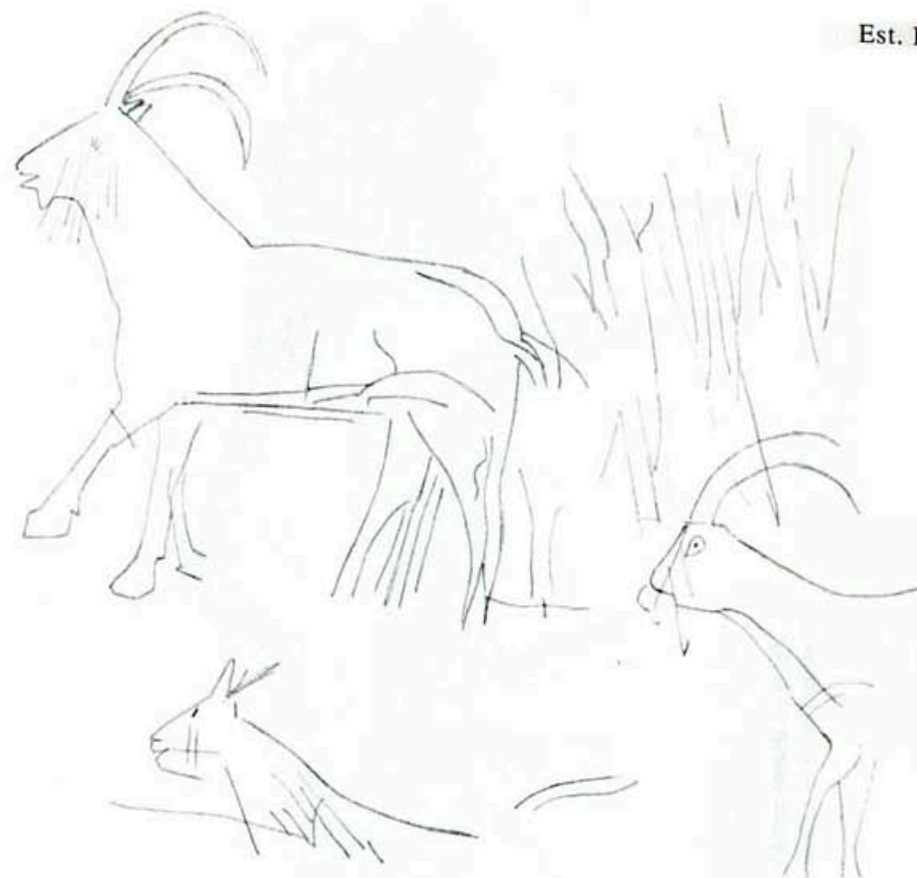


Fig. 1 — Bouquetins en marche: animation des pattes (Colombier II).

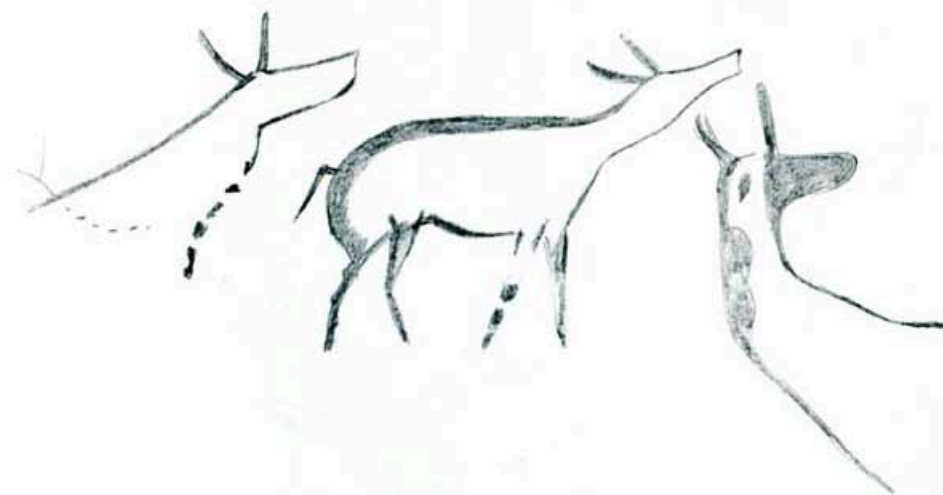


Fig. 2 — Harde de biches en alerte (Covalanas).

Est. II

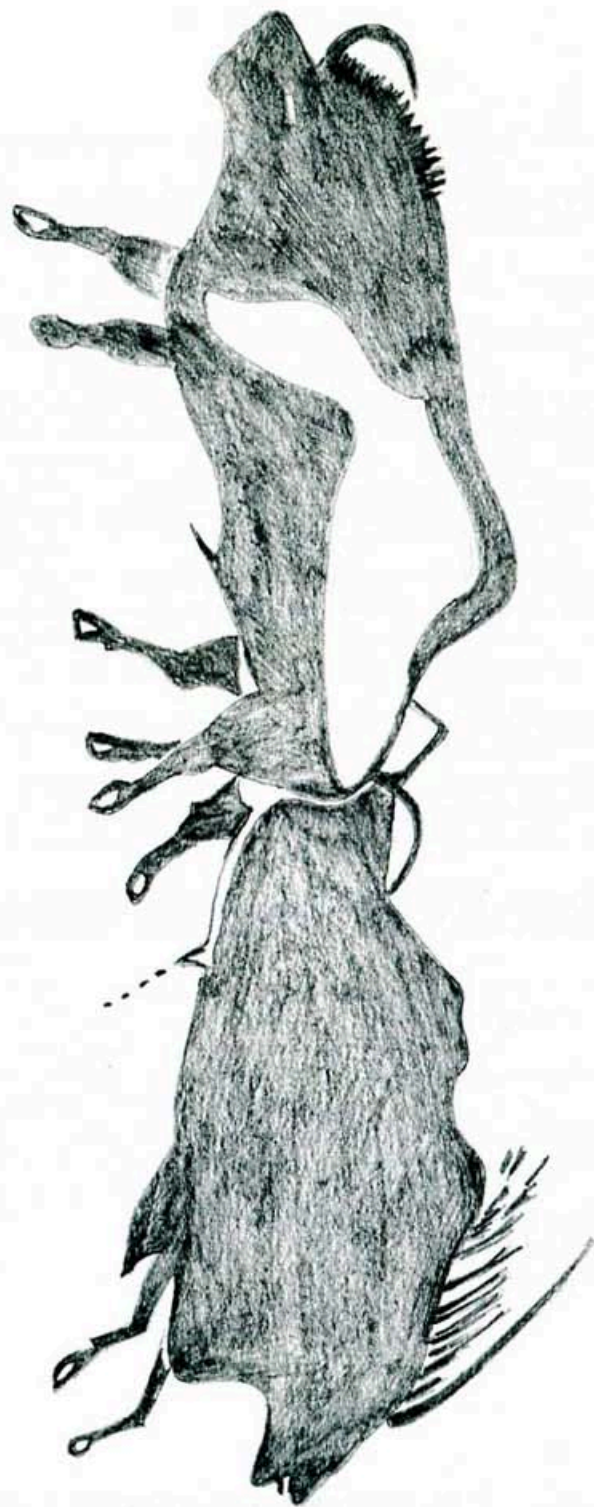


Fig. 3 — Bisons aciculés (Lascaux).

Est. III

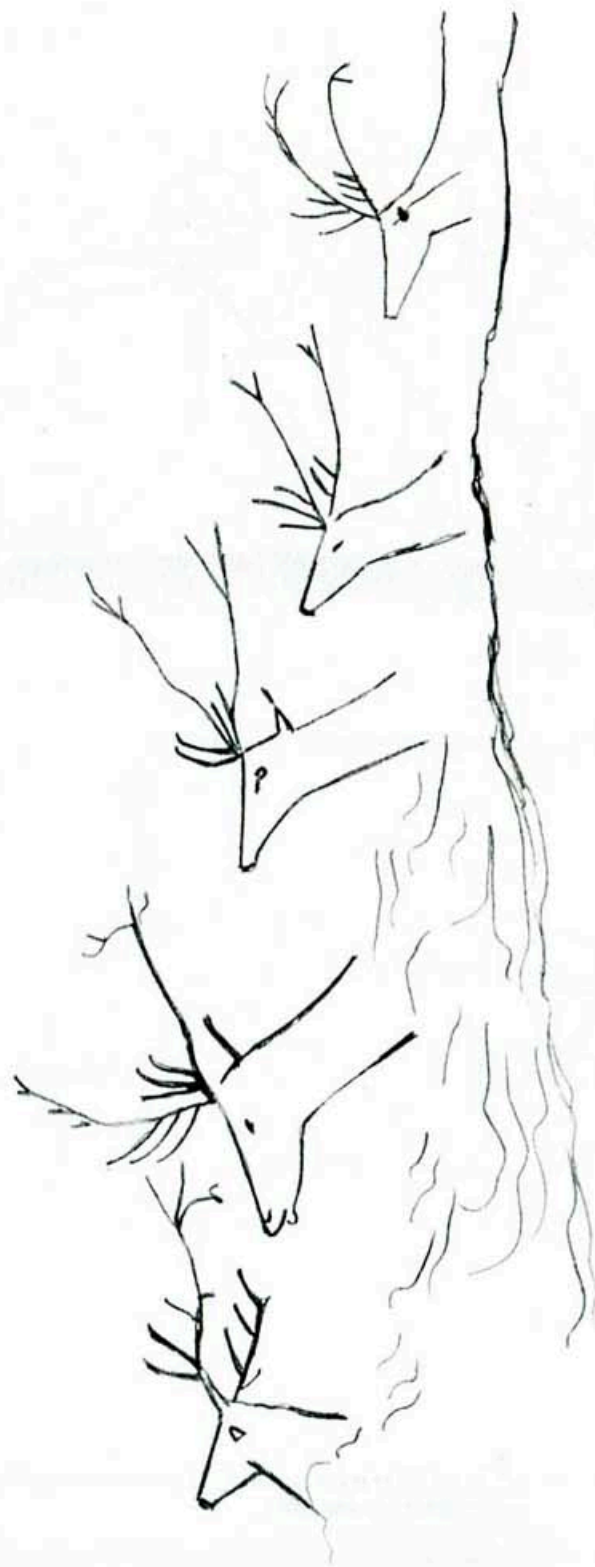


Fig. 4 — Cerfs à la nage (Lascaux).

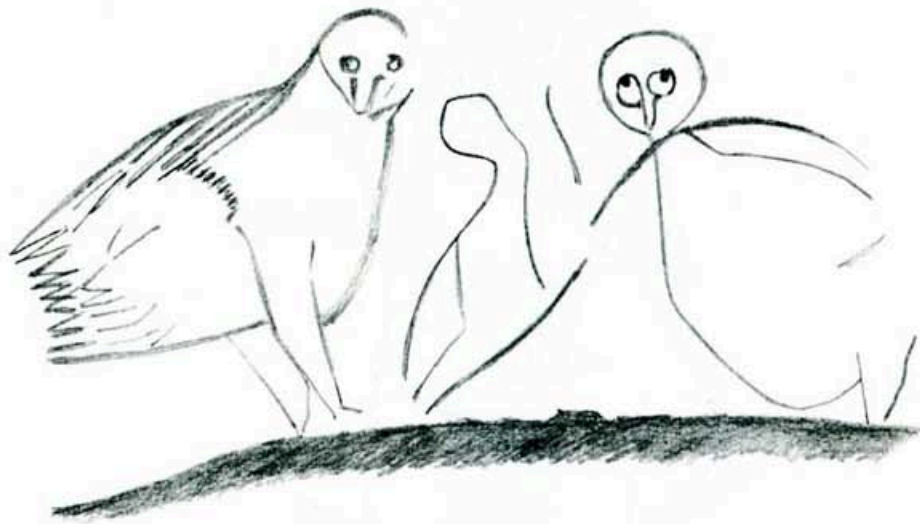


Fig. 5 — Chouettes harfang au nid (Trois-Frères).

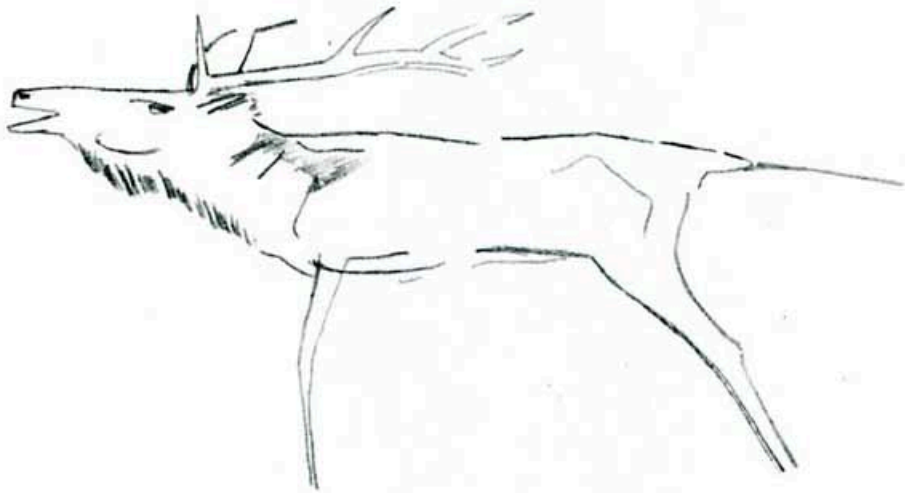


Fig. 6 — Brame d'un cerf, gravure sur un bâton percé (grotte des Hoteaux, à l'Ain). D'après Desbrosse et Laurent, 1984.

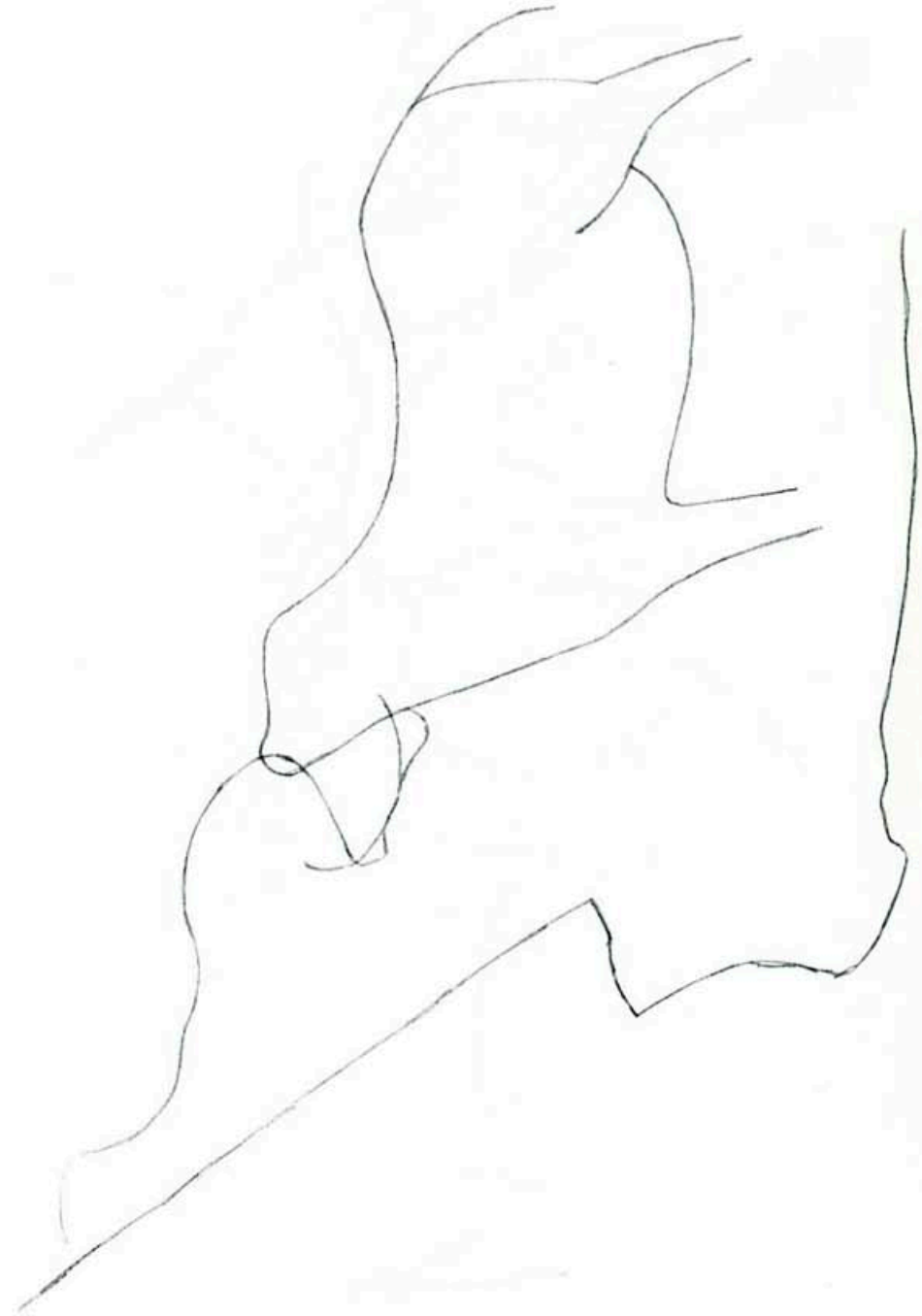


Fig. 7 — Allo-lustrage réciproque entre chevaux de type Przewalski (Côa, Portugal).

Fig. 8 — Épisode de *flehmen* entre aurochs, gravure (Teyjat).

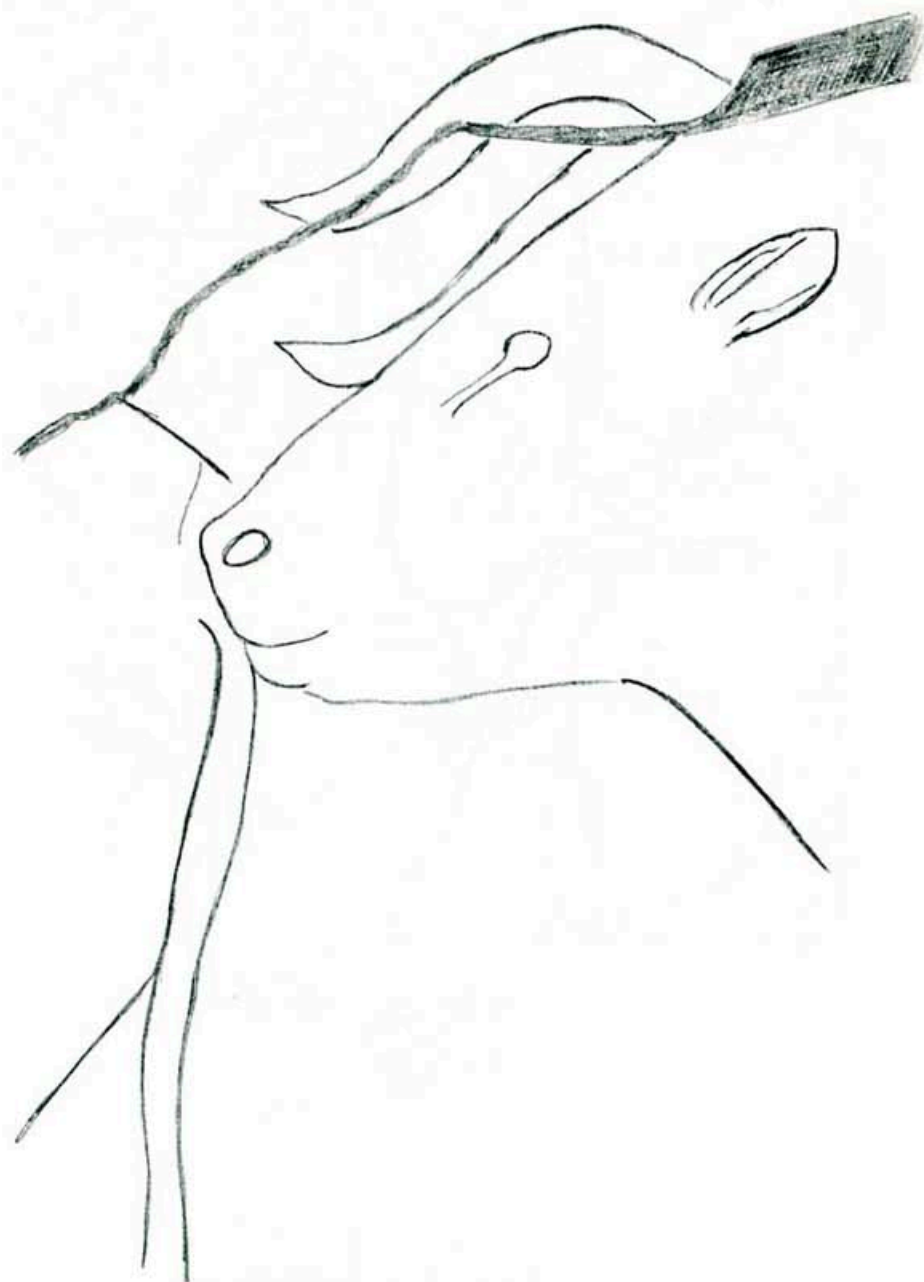
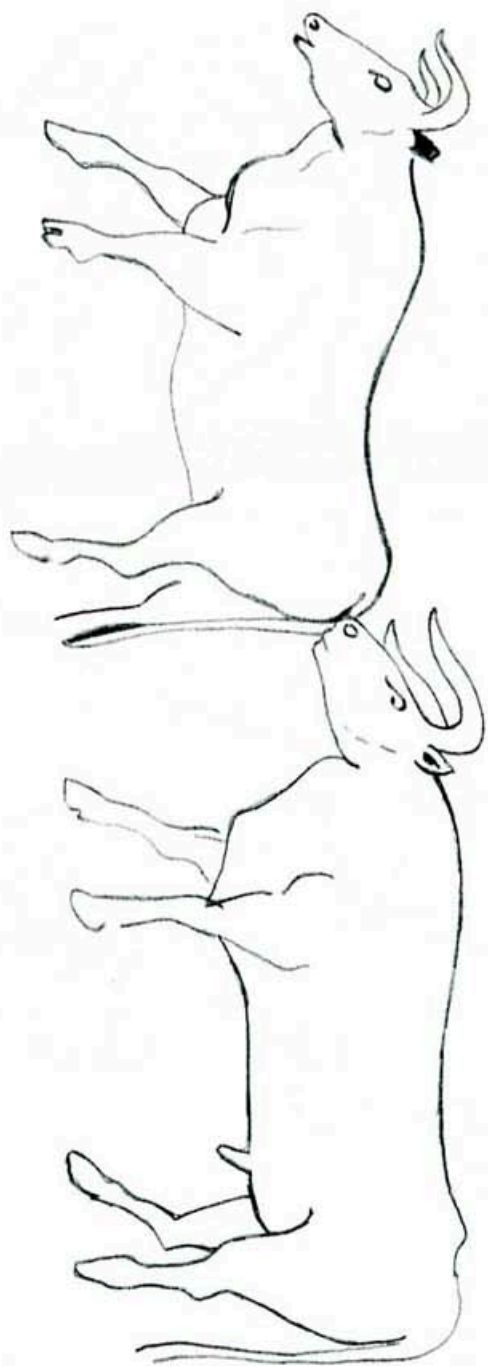


Fig. 9 — Détail de l'illustration précédente.

Fig. 10 — *Flehmen* entre reines (Lagerie-Basse).

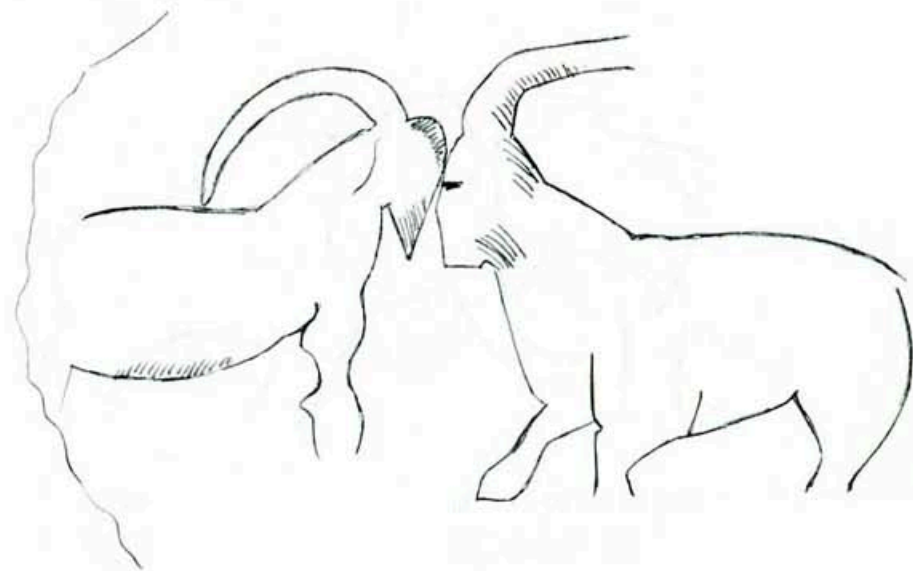
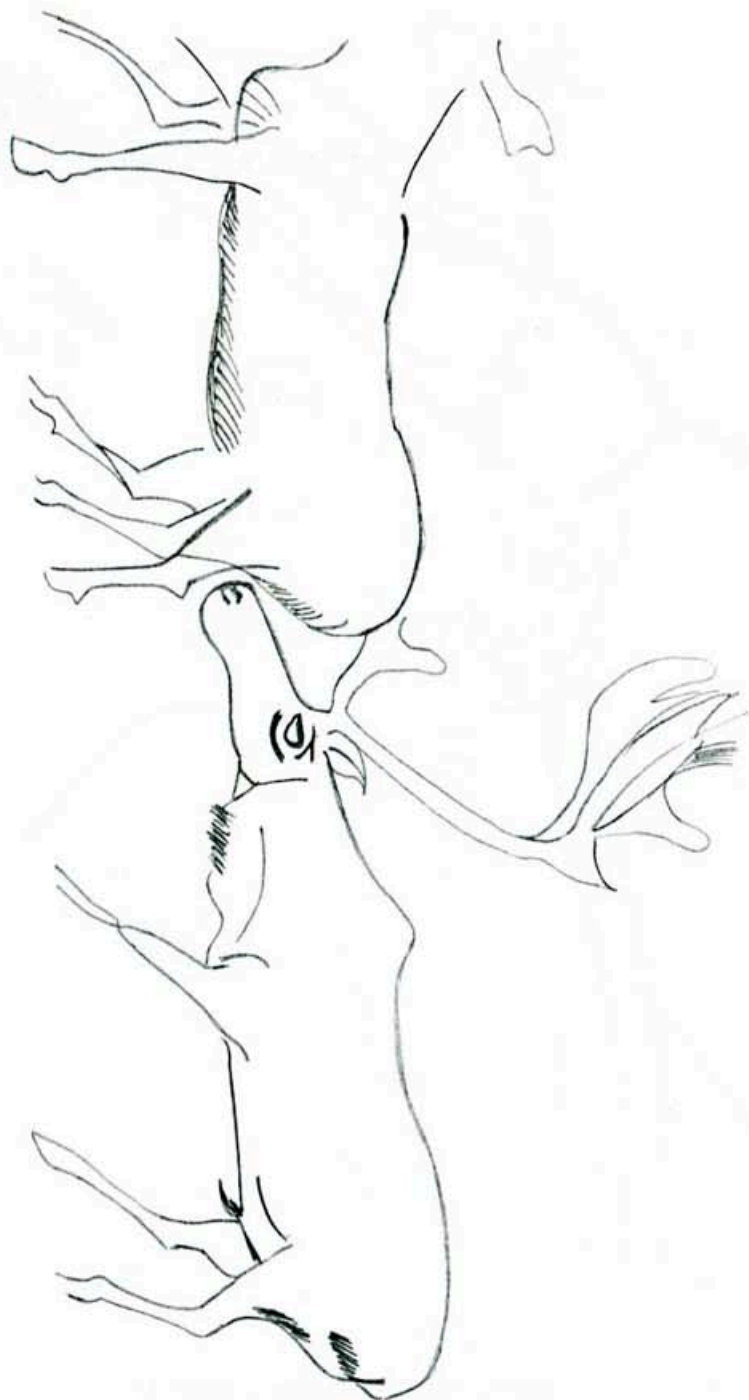


Fig. 11 — Combat épigamique de bouquetins (Roc-de-Sers).

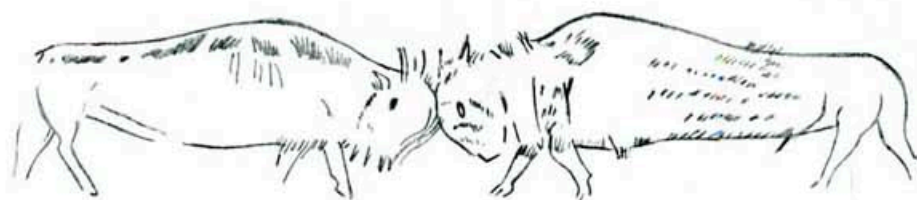


Fig. 12 — Lutte pré-nuptiale entre bisons, *Bison priscus*. Détail d'une gravure sur une côte de cheval (Pekarna, Moravie).

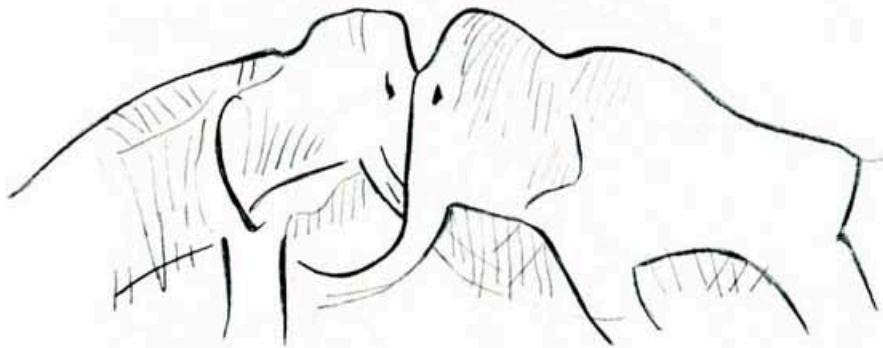


Fig. 13 — Lutte de mammoths. Gravure sur un bâton percé (Laugerie-Haute).

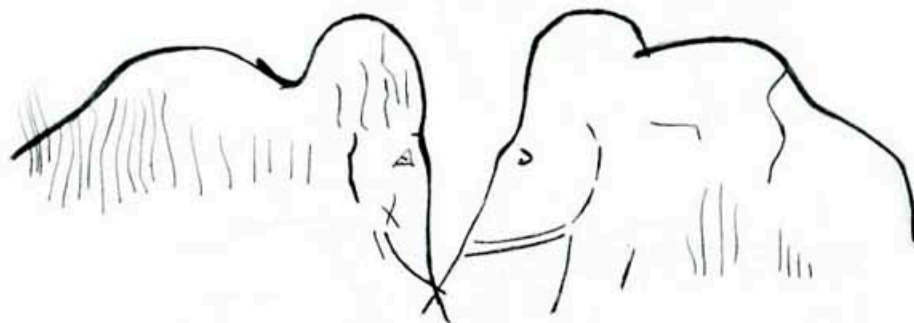


Fig. 14 — Mammouths affrontés (Rouffignac).

II

TEXTOS DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DE DIVERSOS AUTORES

QUANTO VALE UMA BARRAGEM?

por

Manuel Carvalho*

Sempre que as entidades oficiais francesas pensam construir uma simples estrada para atravessar uma região vitícola têm de contar à partida com enorme polémica e feroz oposição. Para os franceses, a vinha não é um simples instrumento de criação de riqueza; a sua presença e preservação marca também os contornos de uma cultura e de uma paisagem que urge a todo o custo proteger. Em França, o anúncio do afogamento de Ervamoira motivou uma onda geral de rejeição junto de todos os que se interessam pela enofilia. Desde o anúncio da construção da barragem, a quinta com morte anunciada tem recebido várias visitas de jornalistas franceses. José Rosas, o principal criador de Ervamoira, foi inclusivamente homenageado na edição deste ano do «Printemps Portugais» que se celebrou em Bordéus com a presença de Mário Soares.

Por cá, a sina de Ervamoira ficou ofuscada pela miragem de um projecto messiânico. António Gouveia, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa desde 1986, não esconde o seu regozijo sempre que fala dos impressionantes números da barragem que a EDP vai construir nos seus domínios. Não é de admirar: no local vão ser investidos 43 milhões de contos, que darão origem a cerca de 1700 novos postos de trabalho durante cinco anos. Para António Gouveia, o problema da desertificação vai inclusivamente ser superado pela grandiosidade da obra. «À sombra deste projecto vão nascer pequenas empresas subsidiárias, tais como bombas de gasolina, oficinas metal-mecânicas e um centro de distribuição de peixe congelado» (*Jornal de Notícias* de 21-06-94).

Regalado com a catadupa de dinheiros, o autarca e os seus munícipes nem querem saber do triste destino que vão ter 900 hectares incluídos numa das melhores zonas de produção da mais antiga região demarcada e regulamentada do mundo. Não interessa; o valor imaterial do património não dá dinheiro a curto prazo. Muito menos a EDP parece preocupada. «São apenas três por cento do

* Jornalista do jornal *Público*.

potencial vitivinícola da região que vão ficar submersos», afirmam até à exaustão os seus responsáveis. Num ano de colheitas médias, esses três por cento poderiam produzir, contas por baixo, umas 2500 pipas de vinho do Porto de categoria superior, envolvendo verbas na ordem dos 3,5 milhões de contos. É pouco?

Mesmo ao nível do debate político a barragem passou incólume, ao contrário do que acontece com a maioria das instalações do género. Apenas o ex-Secretário de Estado da Energia Nuno Ribeiro da Silva se lhe opôs, não apenas por considerar que a produção de energia não compensava os investimentos previstos, mas igualmente por temer profundos impactes negativos no sensível ecossistema da região. Ribeiro da Silva é um tecnocrata de formação humanística, tem à cabeça «Memórias de Adriano» de Marguerite Yourcenar, e estudou os legados culturais do país em várias expedições antropológicas. Não podia aprovar a barragem.

Longe dos principais interesses políticos, o empreendimento que vai alagar uma área de 1560 hectares suscitou apenas o veemente protesto de pessoas e instituições ligadas à economia e cultura do vinho. Como a Escola Superior de Agronomia de Montpellier, o Instituto de Enologia da Universidade de Bordéus, a Associação para a Salvaguarda dos Territórios Vitícolas Mundiais, com sede nesta cidade, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Instituto do Vinho do Porto. Em uníssono, estas entidades denunciaram um «atentado» contra o património mundial. «Esta obra (...) fere de forma irrecuperável o património vitícola de uma das mais importantes denominações de origem do mundo», sintetizou com mágoa o presidente do Instituto do Vinho do Porto, um homem que no início da sua carreira acompanhou de perto a revolução de Nicolau de Almeida e de Ervamoira.

Resta ainda uma questão: será a barragem de Foz Côa, que promete ser a segunda maior do país, uma obra indispensável, sem que se vislumbrem alternativas capazes de evitar a destruição de Ervamoira e zonas afins? Para muitos a resposta é negativa. A prova está no próprio sistema de funcionamento previsto: uma vez que o rio tem caudal suficiente para alimentar a sua albufeira, parte da água utilizada na produção de energia será bombada a partir da barragem do Pocinho, já no rio Douro. Os custos de bombagem fazem elevar substancialmente os preços da energia produzida. Por isso, há quem defenda uma alternativa composta por uma série de pequenas barragens, tal como a própria EDP previa há apenas 20 anos atrás.

Mas na era do Lindoso e do Alqueva, Foz Côa apenas poderia ser uma obra para dar nas vistas. Nem que para isso tudo se submeta ao mito fácil da sua imprescindibilidade. Exemplo: no estudo de impacte ambiental — alvo de duras críticas — o projecto considera de «importância moderada» a inundação de terras agrícolas. Pior: «As alterações climáticas, com grande influência na produção de

uvas em zona de benefício, surgem completamente desprezadas» no estudo, protesta Rui Vitor Cortes, professor assistente da Universidade de Trás-os-Montes.

A barragem tinha de se fazer. Por obediência a uma concepção de desenvolvimento feito estritamente à custa de balancetes e outros estudos rascunhados num qualquer gabinete com ar condicionado. Nem que isso constitua uma séria ameaça a um dos mais valiosos patrimónios culturais e económicos do país. Quem visita Ervamoira e as colinas que a cercam, algumas com vinhas já abandonadas, não pode deixar no ar um lamento e uma pergunta: quanto vale uma barragem?

ADEUS ERVAMOIRA

por

Manuel Carvalho*

A Quinta da Ervamoira vai morrer com o século, quando as águas da barragem de Foz Côa começarem a galgar as encostas onde foi construída. Juntamente com as suas vinhas de insondável beleza, em Ervamoira acabam também o sonho de um homem visionário e apaixonado e a dedicação do seu sobrinho. A história de José Rosas e de João Nicolau de Almeida que um dia quiseram mostrar ao mundo que na natureza tudo é possível, excepto quando os tecnocratas se põem a fazer contas com base na estreita lógica do deve e haver.

Os segredos da Quinta da Ervamoira não se escondem apenas na geometria dos bardos da sua vinha. Com um pouco de sorte ou de saber, talvez se descubram nos caminhos poeirentos e pedregosos que ora a rasgam na horizontal, ora descem encosta abaixo até à margem esquerda do rio Côa. A verdade é que aquela mancha verde que se distingue entre cores quentes e monótonas da paisagem estival duriense encerra em si um mistério. Cada videira, cada pedaço de vinha guarda em silêncio memórias de um homem visionário que um dia sonhou com a descoberta de «um novo mundo» algures nos confins tórridos do Douro Superior; com uma quinta modelar, capaz de revolucionar para o futuro a três vezes centenária história das vinhas durienses e do vinho do Porto.

Em cada canto dessa deslumbrante paisagem arrancada à natureza e ao xisto esconde-se ainda um destino trágico que lhe marca os limites da sua existência. Quando as águas do rio Côa começarem a inundar os seus vales recônditos e apertados, lá para o fim de século que se avizinha, Ervamoira, sonho e exemplo, ficarão para sempre submersos debaixo de uma imensa toalha de água. Não são apenas 189 hectares de vinha que se afogam: pela força da lógica de custos e proveitos imposta pela tecnocracia da água, mergulharão para sempre no vazio o exemplo de dois homens que fizeram de Ervamoira um dos mais avançados e impressionantes monumentos da viticultura mundial.

* Jornalista do jornal *Público*.

José Ramos Pinto Rosas começou a dedicar-lhe uma fatia da sua vida ainda antes de a descobrir. Sensível à poesia das vinhas, apaixonado pelo Douro e herdeiro de uma tradição estética iniciada há décadas pelos cartazes voluptuosos encomendados a artistas de renome pelo seu tio-avô, Adriando Ramos Pinto, José Rosas passou anos a fermentar essa ideia. Com a paciência que o rigor e a minúcia não dispensam, o homem que a escritora Chantal Lecouty apelidou de «Papa do Douro», partiu para a difícil tarefa de procurar um naco de terra onde pudesse desenhar o projecto que lhe morava na imaginação. Nas poucas franjas de terrenos do Douro ainda não ocupadas pela vinha, buscava «uma área extensa, com declives moderados que permitissem a mecanização, perto do rio». Era nesse mundo ainda etéreo que um dia haveria de nascer a mais perfeita e moderna de todas as suas obras.

A década de 60 aproximava-se do fim e José Ramos Pinto Rosas começou a prescrutar esse lugar quase intangível nas curvas de nível dos mapas militares. Queimadas as primeiras escolhas, raras numa paisagem regional marcada pela onnipresença do vinhedo, a encosta com o nome de Santa Maria, situada a pouco mais de três quilómetros da foz do Côa, começou a ser tracejada no mapa. Tinha as condições geográficas desejadas, mas faltava ainda a prova final, a dos sentidos. «O problema é que não havia maneira de lá chegar», recorda. Até que num dia da Primavera de 1972 vislumbrou «um estradão aberto» e decidiu-se «meter o carro ao caminho». Andou «uns quilómetros. Entre o pó da estrada e a dificuldade do relevo acidentado do vale esperava-o o destino da sua profecia.

«Passei por uma curva e dei com aquilo a meus pés», recorda hoje numa voz ainda embargada pela emoção. «Aquilo»: um anfiteatro todo voltado para o sol, ondulado em colinas suaves, tendo por trás uma montanha imponente, pontilhada de oliveiras. «Um cenário bíblico», como o define o sobrinho, João Nicolau de Almeida. Por ali não havia vinha, apenas cereal ainda verde das chuvas de inverno. Mas «tinha tudo o que pensei». José Ramos-Pinto Rosas sentiu-se «feliz»: encontrara um lugar que para além de cumprir os desígnios da vinha com que sempre sonhou encerrava nos seus contornos uma das mais belas e sublimes paisagens do Douro.

A LONGA ESPERA

Indiferente à solidão e à inclemência do clima do Douro Superior, José Sobral viveu toda a sua vida na pequena casa ao fundo da encosta de Santa Maria, ali a dois passos do inconstante caudal do Côa. «É como que um príncipe consorte», diz José Ramos-Pinto Rosas, referindo-se ao herdeiro do lugar que a sua família habita desde o século XVIII. Foi pela boca de José Sobral que José

Rosas conheceu os primeiros obstáculos do seu projecto. «Perguntei-lhe de quem era aquilo e disse-me que pertencia a duas irmãs idosas de Valongo dos Azeites, uma terra perto de Vila Nova de Foz Côa. Quis saber se estariam interessadas em vender a quinta, e ele disse-me que não». Era verdade. Santa Maria não estava à venda, «apesar de ter insistido muito com elas».

José Rosas guardou segredo de tudo o que se passara com o mesmo cuidado da criança que esconde o doce da gula do colega. Não podia correr riscos, morava ali tudo com que sonhara. Nas encostas da quinta de Santa Maria estava depositado o principal objecto de um desejo tão difícil de realizar que se transformou numa obsessão. Não desistiu, porque a renúncia seria «impossível». Esperou, com paciência. «Durante dois anos fui para lá namorá-la», do cima do monte, sentado sobre um pedaço de xisto ou passeando-se nos caminhos que cheiram a fiolho e a outras flores silvestres. Não podia abandonar o sonho.

Numa dessas cenas de namoro José Rosas teve um sobressalto. A paz dos campos de centeio estava a ser quebrada por um «catrapilo» — um buldozer, na gíria local — que lhe rasgava os xistos fragilizados pelo tempo e pelo sol abrasador do estio duriense. «Corri a saber o que se passava». José Sobral anunciava-lhe outra vez uma réstea de esperança. «As duas senhoras tinham falecido e os herdeiros, uma data de sobrinhos que vivia em Lisboa, preparavam-se para substituir o cereal pela vinha». Rosas contacta os herdeiros, insiste na compra, não olha a meios. Mas mais uma vez Santa Maria lhe foge das mãos.

«Dessa vez fiquei mesmo desiludido. Julgava que tinha perdido a última possibilidade de comprar aquela terra», lembra. Enganou-se. Logo depois o país muda de rumo, o 25 de Abril de 1974 constitui uma séria ameaça para os proprietários absentistas. Nos dias quentes do PREC, «telefonei candidamente a um dos sobrinhos herdeiros, um tal que era engenheiro, a perguntar se continuava sem interesse de vender a terra. Desta vez ele não me disse logo que não. Que ia perguntar aos outros herdeiros». Três meses depois, em Julho de 1974, estavam todos com “ar compungido a assinar a escritura de venda de uma quinta que por séculos pertenceu à família». José Rosas descobriu-os mais tarde «num café em grande galhofa». Talvez mais que eles, o administrador da Ramos Pinto tinha razões de sobra para celebrar.

A REVOLUÇÃO DE UM “MESTRE”

João Nicolau de Almeida descobriu o Douro e o vinho ainda jovem. A vocação levou-o a Dijon, primeiro, e a Bordéus, depois, para cursar enologia. Tinha 27 anos quando completou os estudos. Regressou a Portugal com a cabeça cheia de «ideias e de vontade» de consagrar o seu desejo impenitente da enofilia.

A videira, a uva e o vinho tornaram-se para ele o princípio, meio e fim de uma causa que lhe absorve a vida desde então. Uma causa em que pesam os pergaminhos legados pelo seu pai, o mestre Fernando Nicolau de Almeida, criador, entre outras preciosidades, do mundialmente famoso «Barca Velha».

Quando se decidiu procurar foi naturalmente ter com o mestre seu pai, desde sempre ligado à produção de vinho na prestigiada Casa Ferreira. Viu ali as suas portas abertas, mas antes de tomar uma decisão final quis saber o que tinha o seu tio José Rosas para lhe oferecer. «Encontrei-me com ele e disse-me: “Vens comigo para o Douro e aí falamos”», lembra João Nicolau de Almeida. Sem o saber, estava a cair numa cilada inteligente, montada por alguém que já tinha reflectido longamente sobre o valor do seu regresso.

Resultou. O tio levou-o à quinta há pouco adquirida. Af, o jovem enólogo soube o desafio impressionante que lhe estava reservado: investigar e plantar nas suas encostas castas seleccionadas capazes de produzirem ao mais baixo custo os melhores mostos da região do Douro. «De vindimas sabemos nós», asseverou-lhe José Rosas, «agora deves trabalhar naquilo que ainda está para fazer e que é indispensável para o futuro de toda a região demarcada. Isso é que é um trabalho bonito». Nicolau de Almeida não tinha por onde escolher senão optar pelo desafio da revolução que o tio lhe propunha iniciar em Santa Maria, quinta que entretanto recebera um novo nome: Ervamoira, uma pequena flor silvestre da região que serviu de inspiração a um romance homónimo da escritora francesa Suzanne Chantal, onde se relata a saga de uma família duriense em várias fases de construção do vinho do Porto.

A sua relação com o Douro era nessa altura ainda ténue e curiosa, própria de um tempo em que a vinha e o vinho estavam separados pela distância entre os socalcos e os armazéns de Gaia. «Videiras era com o Douro, vinho com o Porto», estabelece. Três décadas antes, o tio, educado no Minho e no Porto, sentira-se primeiro «abafado» com o calor excessivo do vale antes de se «apaixonar por aquela força telúrica» feita de xisto, videiras e socalcos. Para João Nicolau de Almeida, «ir ao Douro era como ir numa expedição à África», aventura da qual «regressavam apenas alguns sobreviventes».

«Das primeiras vezes que fui lá para cima sentia-me asfíxiado pelo calor. Ficava entorpecido», lembra Nicolau de Almeida. Nos carreiros pedregosos e desconfortáveis das vinhas, ele e o tio apalpavam os solos, examinavam castas, estudavam folhas, provavam uvas em fase de maturação, tomavam notas. «Não parávamos nunca, desde as cinco da madrugada até às duas da manhã». Por vezes, o tio, ainda inebriado pela conquista definitiva de Ervamoira, «até se esquecia de comer». Da ansiedade dos dois homens descendentes de uma velha linhagem vínica, emergia exclusivamente a vontade de levar até às últimas instâncias as potencialidades da natureza. «A natureza do Douro oferece-nos tudo para fazer

excelentes vinhos. Só que muitas vezes os homens não sabem aproveitar aquilo que lhes é oferecido de graça», diz José Rosas.

Nicolau de Almeida estava contagiado. Levou para a quinta do Bom Retiro, propriedade da família Ramos Pinto desde 1919, um laboratório de análises e avançou nas pesquisas contra a falta de electricidade sistemática ou, simplesmente, de compostos químicos banais que as farmácias do Pinhão não conseguiam prover. O tio tinha avançado previamente no projecto juntamente com outros estudiosos, e entre as 80 castas da região, havia seleccionado 10. Colheram-se uvas de todas em diferentes pontos da região; observaram-se como preserverança a sua película, a sua reacção ao calor, a sua capacidade para a feitura do vinho. «Fizemos milhares de experiências e estudos». À espera das conclusões estavam os solos de Ervamoira.

O FIM DO SONHO

Passados 18 anos da primeira vindima, a quinta reflecte toda essa aventura de dois homens obstinados pela paixão dos vinhos e do Douro, «a mais fantástica região vinhateira do mundo», como orgulhosamente sublinha Nicolau de Almeida. Pela primeira vez na região, cinco castas seleccionadas estão plantadas separadamente para que assim se respeite a sua individualidade. «As uvas são como as pessoas», diz o enólogo: «A Tinta Roriz resiste bem ao calor, é como um homem; a Tinta Barroca é elegante, se apanha sol a mais esvazia: é a mulher...». Para Nicolau de Almeida cada uma deve ser plantada, tratada e colhida ao sabor dos seus caprichos. Nunca o Douro respeitou tanto o seu património vínico.

Os ensinamentos de Ervamoira alastraram aos quatro cantos mais velha região demarcada e regulamentada para a produção de vinhos em todo o mundo. Um amplo programa de recuperação de áreas abandonadas (PDRITM) seguiu-lhe as pisadas para a escolha de castas; o plantio de «vinha ao alto», estudado no Douro e em vistas ao estrangeiro por Nicolau de Almeida para substituir na paisagem os socalcos pré-filoxéricos e os terraços de adopção recente, são hoje comuns em toda a região. «Nunca quisemos esconder nada», dizem tio e sobrinho.

O resultado é ainda um dos melhores mostos de sempre — como o atesta a excelência do «Duas Quintas», que recebe igualmente mostos da Quinta dos Bons Ares, e o «Ervamoira 10 anos» —, produzido a custos três vezes inferiores à média do Douro; um projecto de experimentação constante — hoje realizam-se ali estudos com castas próprias para a produção de vinhos brancos —, que fez de Ervamoira um marco decisivo para a revolução que se anuncia na região. Os caminhos do futuro regional e do vinho do Porto vão ter de passar por ali.

Nicolau de Almeida viu o seu trabalho reconhecido internacionalmente

— é convidado frequente de universidades estrangeiras, entre as quais a prestigiada Universidade de Davis, nos Estados Unidos. Pedem-lhe para escrever em revistas de expansão internacional, para contar a sua experiência em entrevistas a publicações tão destacadas como a «Decanter». O seu tio, hoje com 75 anos, viu cumprida a sua profecia e o seu desejo. Ali, no isolamento de Ervamoira, foi escrita uma página da história das vinhas e dos vinhos do Douro. Até que no silêncio dos gabinetes alguém decidiu «cometer um crime contra a natureza». Mais de 900 hectares de terra, entre os quais Ervamoira, vão desaparecer. O «novo mundo», o lugar de futuro do vinho do Porto foi apenas uma realidade fugaz.

José Rosas, cansado e desiludido com a insensibilidade dos homens, refugiou o que resta do seu projecto numa pequena quinta que comprou perto de Foz Côa. O seu sobrinho, ainda hoje, quando as obras da barragem avançam a todo o vapor, acredita que a humana providência vai interromper o pesadelo. Mas para além da realidade ou da simples intuição, a água vai um dia subir encosta acima para afogar a casa da família de José Sobral, um sítio arqueológico recém descoberto e as vinhas sonhadas, construídas e protegidas com fervor pelos dois homens. Resta-lhes apenas dizer adeus a Ervamoira e esperar por uma indemnização. Mas que dinheiro pode pagar a perfeição de um sonho que um dia se tornou possível?

O ESCÂNDALO DO CÔA*

por

João Pedro Cunha-Ribeiro**
e João Zilhão***

As circunstâncias da descoberta da arte rupestre paleolítica do Côa são já do conhecimento da opinião pública (veja-se o *Expresso* e o *Público* de 26/11/94). A reacção do IPPAR às acusações que lhe foram feitas limitou-se até agora a um comunicado oficial e a declarações públicas relacionadas com duas questões: a do momento em que os achados foram feitos e a das razões por que a descoberta foi ocultada durante tanto tempo. Esses esclarecimentos não só são completamente insatisfatórios do ponto de vista das garantias de estudo e salvaguarda da jazida como agravam consideravelmente as responsabilidades das várias partes envolvidas no processo de ocultação denunciado pela imprensa, desde o técnico Nelson Rebanda até ao topo da hierarquia do Instituto.

QUANDO É QUE AS GRAVURAS FORAM DESCOBERTAS?

Dos elementos até agora publicados depreende-se que a cronologia oficial da descoberta é a seguinte:

- 1989 — O estudo de impacto ambiental assinala explicitamente a presunção da existência de gravuras rupestres no vale do Côa;
- 1993 (Verão) — Nelson Rebanda descobre as gravuras cuja presumível existência havia sido anteriormente assinalada e refere-a em relatórios internos do IPPAR;
- 1994 (Verão) — O abaixamento do nível das águas permite a descoberta de um número substancial de gravuras até então submergidas;

* Divulgado no jornal *Público* de 7-12-94.

** Docente de Arqueologia Pré-Histórica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*** Docente de Arqueologia Pré-Histórica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Presidente da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Membro do Conselho Permanente da Union Internationale des Sciences Pré et Proto-Historiques (UISPP).

- 1994 (Novembro) — O IPPAR decide anunciar oficialmente a descoberta.

Existem diversas dúvidas quanto à veracidade desta versão. Acreditando nela, a intervenção na jazida teria sido realizada no quadro de um plano aprovado pela hierarquia do IPPAR, como se depreende do comunicado citado no *Público* de 26/11/94: «A descoberta parcial das gravuras na margem esquerda do Côa consta de relatórios técnicos internos e foram tomadas todas as medidas tecnicamente adequadas ao seu registo e posterior publicação». Esta afirmação diz respeito ao achado de meados de 1993. Ou seja, hoje, em finais de 1994, teria já passado um ano e meio de intervenção «tecnicamente adequada», tendo a não divulgação do achado sido guiada unicamente pela intenção de «proteger a descoberta contra actos de vandalismo», conforme declarações de um vice-presidente do IPPAR (*Expresso* de 26/11/94).

Seria bem melhor, porém, que esta versão não passasse de uma mentira piedosa para protecção dos implicados. Sendo verdadeira, então o modo como o assunto foi tratado releva de uma incompetência tão confrangedora que a sua denúncia, embora necessária, não deixa de ser penosa.

EM TEMPO ÚTIL?

Com efeito, se o estudo de impacto apontava explicitamente para a presumível existência de gravuras, e se era sabido que, a confirmar-se a presunção, a construção da barragem iria submergi-las, por que razão foi preciso esperar quatro anos para que essa presunção fosse investigada? O IPPAR podia defender-se argumentando que não dispunha dos meios necessários, que só teriam sido reunidos após a assinatura, em Março de 1993, de um protocolo com a EDP que tinha como objectivo «detectar, registar e salvar eventuais vestígios patrimoniais desconhecidos e que se presumia poderem existir» e com base no qual se lançou o «Projecto Arqueológico Côa» (PAC). Mas não: para o IPPAR «tudo foi feito em tempo útil, e tanto quanto é possível face à natureza da obra» (*Público* de 26/11/94)!

Que esses trabalhos só tenham começado quando a construção da barragem já estava decidida não é infelizmente uma situação incomum em Portugal. Mas não pode deixar de se considerar espantoso que o organismo do Estado responsável pela defesa do património arqueológico diga que, nestas circunstâncias, a intervenção foi atempada! Mais: as notícias publicadas sobre o PAC referem-se ao «arqueólogo Nelson Rebanda e sua equipa» (*Jornal de Notícias* de 23/11/94). Significa isto que o trabalho de «detectar, registar e salvar» o património arqueológico do Côa que, segundo o *Público* de 26/11/94, inclui ainda «pinturas rupestres

e uma vila romana de interesse excepcional», foi entregue a um único arqueólogo? É a isto que o IPPAR chama ter feito tudo? Ainda por cima quando não se pode desculpar com as limitações financeiras que consabidamente afectam a actividade arqueológica em Portugal, uma vez que o protocolo assinado com a EDP previa que o PAC fosse integralmente financiado por esta empresa?

A resposta a estas questões parece clara. O IPPAR agiu tarde e fez muito pouco. Para todos os efeitos, aceitou a construção da barragem como um facto consumado, sem cuidar de averiguar previamente se a preservação dos valores patrimoniais por ela destruídos não seria mais importante do que os seus eventuais benefícios económicos.

Admitamos por um momento que este juízo de valor é exagerado, ou precipitado. Admitamos que, em vez de negligente e incompetente, o IPPAR foi simplesmente pragmático. Admitamos que, pensando que a oposição à construção da barragem podia não passar de um acto quixotesco, terá decidido tirar da situação o partido possível, e aproveitar os meios financeiros da EDP para salvar o que, em 1993, era ainda possível salvar.

Infelizmente, a sua actuação no processo não permite que lhe demos o benefício da dúvida, conforme resulta do modo como o problema das gravuras foi tratado. O IPPAR encarregou do estudo de um património de importância mundial, importância de que tinha plena consciência, conforme resulta das declarações de Nelson Rebanda (vide *Público* de 21/11/94 e *Jornal de Notícias* de 23/11/94), uma única pessoa, ainda por cima sem qualquer currículo na matéria. E considerou dispensável obter o parecer dos especialistas portugueses em arte parietal e no estudo do período paleolítico, bem como o das organizações internacionais, como a UNESCO, que têm responsabilidades na defesa deste tipo de património.

O argumento da protecção contra vândalos é absolutamente inqualificável. Podia até conceber-se que o IPPAR não quisesse fazer a divulgação ao grande público para evitar destruições pontuais, embora uma tão comóvente preocupação não deixe de ser estranha no contexto da indiferença com que aceitou a submersão das gravuras. Mas em que é que a protecção da jazida era incompatível com a consulta dos especialistas? Por que é que não se pediram pareceres independentes, mesmo que a apenas um número reduzido de pessoas? Só há duas respostas possíveis: ou o IPPAR considera que a intervenção do técnico por si nomeado era suficiente; ou considera que os arqueólogos excluídos do segredo também são vândalos.

O QUE NÃO FOI FEITO E DEVIDA TER SIDO

Continuamos a não saber, até hoje, qual foi o trabalho efectivamente realizado pela equipa do IPPAR. Das referências publicadas na imprensa escrita de-

preende-se que se procedeu ao registo em fotografia e em vídeo das gravuras, bem como a decalques das mesmas.

No entanto, da própria versão dos factos divulgada pelo IPPAR resulta que o abaixamento, este ano, do nível das águas da albufeira do Pocinho permitiu a descoberta de um grande número de novas gravuras. Cabe por isso perguntar: e se esse abaixamento tivesse sido maior?, qual a extensão da jazida que se encontra submergida desde que foi construída a barragem do Pocinho?, que medidas foram tomadas pelo IPPAR para averiguar a hipótese de essa extensão ser muito superior à actualmente conhecida? Mais: segundo os jornais, as gravuras já localizadas estão situadas num trecho de 300 m do vale. Não haverá outros núcleos, a montante, que estão já, ou virão a estar, submergidos? Procedeu-se a sondagens e escavações junto às gravuras, para tentar encontrar vestígios da sua execução que contribuíssem para uma datação mais precisa?

Este rol de questões não deve ser considerado exaustivo. Os levantamentos de arte parietal são um trabalho muito complexo, em que os problemas de interpretação são numerosos e as divergências de leitura comuns, razão pela qual são normalmente efectuados por equipas e não por indivíduos isolados, sendo de regra a consulta mútua entre especialistas para eliminar ao máximo a subjectividade que lhes está inerente. O modo de actuação escolhido pelo IPPAR sugere que os seus responsáveis nem sequer têm consciência destes problemas.

A NECESSIDADE DE UMA COMISSÃO DE PERITAGEM

Dos factos resulta portanto que o IPPAR agiu de forma perfeitamente incompetente ou, no mínimo, que deu cobertura à actuação irresponsável de um seu funcionário. Nesta situação, deixa de ser possível depositar qualquer confiança no carácter adequado das decisões que por ele venham a ser tomadas. A opinião pública deve exigir ao Governo que adopte a única solução que lhe poderá permitir convencer-nos da sua boa fé: nomear uma Comissão Independente de Peritos, nacionais e estrangeiros, e comprometer-se a seguir as suas recomendações. Mais: deve exigir a realização de um inquérito à actuação dos serviços do IPPAR e o correspondente apuramento de responsabilidades pela sua cumplicidade na destruição do património que por lei lhe competiria defender.

CASOS, ACASOS, OCASOS*

por

Luís Raposo**

Tínhamos prometido a nós próprios não nos deixarmos envolver nesta página pela espuma das vagas onde cada vez mais se vai afundando a estrutura que ironicamente se diz ter por missão cuidar do nosso património arqueológico. Não porque não apreciemos a polémica, mas somente porque após sucessivos assaltos contra um edifício política e operacionalmente caduco, suportado por poderes ignorantes e criterialmente autocráticos, chegámos há algum tempo à conclusão que já não valia a pena continuar a «gastar cera com ruins defuntos». Por isso, aquilo que mais nos tem interessado neste diálogo semanal com os leitores tem sido a possibilidade de abrir na imprensa portuguesa um espaço até então inexistente: o do compromisso entre a notícia, o ensaio e a crónica, procedendo à divulgação inteligente de temas arqueológicos, tratados sem o complexo da vulgarização sensacionalista, destinada a indigentes, nem o seu oposto, o da erudição iniciática, considerando que apenas é sério aquilo que surge escrito em revistas de especialidade ou teses académicas. À nossa maneira e segundo a nossas opções, não temos nesta página evitado combates incómodos. Esforçamo-nos, todavia, em dirigi-los para onde mais nos interessa: a inteligência dos leitores, onde sabemos bem existir um razoável número de estudantes e amadores de Arqueologia. Pouco nos interessa já a indolente alarvice do submundo que vai parasitando os bens arqueológicos. No entanto, há silêncios ruidosos. E não queremos que a opção editorial exposta possa como tal ser tomada. A lamentável acumulação dos «casos» arqueológicos que nas últimas semanas ocuparam os *media*, obriga-nos, hoje, a dedicar alguma atenção à espuma dos dias. Tempo perdido, certamente. Mas indispensável ao exercício do «direito à indignação», que afinal ainda existe.

* Publicado na página de «Arqueologia» do Suplemento «Cultura», do *Diário de Notícias*, Lisboa, 8-12-1994.

** Arqueólogo e docente universitário.

Arte rupestre do Côa. Em fase adiantada da execução de uma grande obra hidro-eléctrica, alguém resolveu denunciar aos quatro ventos a provável submersão de um núcleo de gravuras rupestres pré-históricas, que tudo indica eram já conhecidas dos serviços oficiais há bastante tempo (dois anos?) e tinham sido mantidas em segredo, sob pretexto da sua não exposição ao vandalismo do vulgo. Independentemente do processo de avaliação da real importância do núcleo artístico em questão (o que deveria desde o início ter passado pela constituição de uma comissão de peritos independente), e estando até preparados para admitir a sua pura e simples submersão, garantidos os registos necessários, aquilo que mais nos importa salientar neste «caso» é o seu carácter exemplar do modo de actuação dos serviços públicos nesta área. Culpar-se-á o arqueólogo que cometeu o erro deontológico de não dar mais cedo a conhecer amplamente aos seus pares as descobertas e os perigos que as ameaçavam? Admitimos que sim, mas sem austeridades excessivas, tanto por razões subjectivas porventura menos relevantes (compreende-se que, em face de precedentes que magoam, custe correr o risco de ver outros aproveitar-se de descobertas próprias), como principalmente pela situação objectiva que decorre das opções administrativas perfilhadas pela estrutura oficial onde aquele técnico é mero funcionário. E estas são muito claras: concentrar o poder sobre si própria, celebrar protocolos (electricidade, gás, auto-estradas, celuloses...), obter recursos financeiros para assim suprir a falta de verbas próprias, iludindo a realidade de uma estrutura administrativa moribunda, onde se mantém e cultiva o estatuto precário de numerosos «agentes» que ano após ano vão vivendo de sucessivas «aquisições de serviços». Por isso, aquilo que verdadeiramente importaria questionar a propósito deste «caso» é saber quais as opções estratégicas de quem, por deter o poder político, tem obrigação de as tomar. Se, como supomos, elas forem filhas da consigna «menos Estado, melhor Estado», então facilmente se concluirá que em todas as situações idênticas (avaliações de impacte ambiental; intervenções programadas; etc.) se deveria seguir o princípio do concurso, público ou limitado, a grupos interessados ou pura e simplesmente o convite expresso a gabinetes, institutos e equipas (designadamente no âmbito universitário, museal, associativo ou privado), emergentes da chamada «sociedade civil». A opção contrária é no caso vertente tanto mais chocante quanto em estudo prévio de impacte ambiental elaborado há anos, já o arqueólogo Francisco Sande Lemos tinha apontado expressamente a via susceptível de reunir uma equipa interdisciplinar capaz de proceder aos estudos e propor as acções que, em devido tempo, pudessem minorar os inevitavelmente danos provocados pela barragem.

Arqueologia subaquática. Existem no caso anterior aspectos cujo pleno entendimento obriga a trazer à colação a situação verdadeiramente catastrófica em que a mais recente legislação sobre a actividade arqueológica subaquática (Decre-

to-Lei nº 289/93, de 21 de Agosto) veio mergulhar um sector já de si bastante exposto aos equívocos que resultam de uma mediatização sensacionalista da Arqueologia. É espantoso como no final do séc. XX se produziu um texto legal enformado por ideias do séc. XIX, um texto onde se equipara tão descaradamente Arqueologia e «caça aos tesouros», onde se incentiva a «recuperação» (o termo é em si mesmo significativo) de objectos em detrimento (e com a inevitável destruição) dos contextos, onde se trata do mesmo modo a investigação científica e a exploração comercial... Haverá aqui a ignorância dos numerosos conselheiros acácios em que a proverbial incultura na nossa classe política é fértil. Sem dúvida. Haverá interesses e «propostas irrecusáveis», comportamentos éticos menos transparentes... Claro que sim, mas nisso o nosso país não tem a patente. Não consta, aliás, que os grandes tubarões cresçam nas nossas águas. Aquilo em que somos originais, isso sim, é na facilidade com que estes predadores atacam — depois de os peixes que metem na boca terem já antes preparado o terreno, através da demolição de todas as artes de pesca onde de algum modo se poderiam revelar os seus verdadeiros apetites.

E aqui nos juntamos ao «caso» da arte rupestre do Côa. Nenhum bem arqueológico, em terra ou no mar, estará a salvo enquanto sobre os pés dos políticos de turno não restar da máquina administrativa do Estado na área da Arqueologia mais do que um amontoado de ruínas, com ar tristemente enfatuado. Hoje, no organismo que se diz ser do Património Arqueológico, não existem arqueólogos em quaisquer postos de chefia importantes, tanto a nível regional como a nível nacional; serviços regionais com alguma operacionalidade, foram extintos e os seus meios dissolvidos em máquinas de intervenção generalista; órgãos de consulta supostamente especializados não têm especialistas (dos dezasseis potenciais membros de secção de arqueologia do conselho consultivo do IPPAR, apenas quatro serão arqueólogos...; na comissão do património subaquático, que tem por missão «acompanhar os trabalhos arqueológicos subaquáticos e proceder à respectiva fiscalização», apenas há um arqueólogo, aliás por acaso, por inerência de funções). Nestas condições, bem pode um qualquer humilde funcionário, arqueólogo de profissão, fazer a sua informação, expor as suas razões. Elas terão todas as probabilidades de morrer na gaveta do primeiro escalão hierárquico onde chegarem. Por outro lado, bem podem os arqueólogos em geral fazer exposições e abaixos assinados. Eles acabarão inevitavelmente por ficar dentro das mesmas gavetas.

«Casos», «acasos» ou «ocasos», ocorre-nos perguntar quando passamos em revista estas situações e numerosas outras a que por falta de espaço não pudemos fazer referência. «Casos»? Certamente, porque conseguiram publicamente elevar-se acima da rotina pavorosa onde todos os dias se vão triturando ocorrências idênticas, e porventura mais gravosas. «Acasos»? Jamais, porque nestas coisas as

«meras coincidências» não existem e os cemitérios políticos estão cheios de responsáveis que no seu tempo se recusaram a ver a realidade, atribuindo as vicissitudes por que passaram à mera acumulação fortuita de ocorrências infelizes. «Ocasos»? Talvez...porque aquilo que mais une, e explica, a sucessão de eventos relatada é a decrepitude e a incompetência do edifício administrativo que idealmente teria por missão promover a actividade arqueológica.

A VERDADEIRA IMPORTÂNCIA DAS GRAVURAS DO CÔA*

por

Luís Raposo**

Nas últimas semanas, tem-nos sido repetidamente solicitado o esclarecimento do verdadeiro significado e importância dos achados do Côa. Pensamos que é ainda demasiado cedo para o fazer fundamentadamente. No entanto, no cumprimento dos objectivos editoriais desta página, é talvez possível dizer alguma coisa. Como tem sido divulgado, as gravuras do Côa surgem ao ar livre, sobre superfícies rochosas situadas muito próximo do nível das águas, distribuindo-se ao longo de centenas de metros (alguns quilómetros?). Encontram-se de tal modo desligadas de qualquer contexto sedimentar e arqueológico que se compreende bem a pergunta decisiva que nos tem sido dirigida: as gravuras do Côa são mesmo paleolíticas e, sendo-o, é legítimo considerá-las assim tão importantes?

Hoje responderíamos afirmativamente a ambas as interrogações. Mas não iludimos o desconforto que sentimos numa datação puramente estilística tanto destes, como de muitos outros motivos artísticos pré-históricos. Nunca o mero critério estilístico foi suficiente para estabelecer solidamente datações precisas. Como dizia Brögger, em tese geral, «o orgulhoso edifício da cronologia, construído sobre uma fundação tipológica é uma miragem perigosa». No caso da arte paleolítica, foi assim logo no início, há mais de um século, quando se tornou preciso muito mais do que os desenhos de Marcelino de Sautuola para que a sua autenticidade pudesse ser aceite. Foi necessária uma paciente acumulação de provas irrecusáveis: sequências estratigráficas (grutas com a entrada selada desde a «Idade Glaciária»; pinturas e gravuras cobertas por sedimentos contendo ocupações humanas do Paleolítico), alterações geoquímicas (cobertura dos motivos artísticos por espessos mantos e crostas calcíticas, por formações ferro-mangane-

* Publicado na página de "Arqueologia" do Suplemento "Cultura", do *Diário de Notícias*, Lisboa, em 19 de Janeiro de 1995.

** Arqueólogo e docente universitário.

sicas, etc.), testemunhos paleontológicos e evidências ecológicas (representação de animais extintos, associações faunísticas reveladoras da ocorrência de climas glaciários, etc.). Mais tarde, quando os arqueólogos se dedicaram à tentativa da interpretação e datação da arte pré-histórica, fizeram-no com laborioso empenho, é certo, a partir de observações parcelares (comparação entre o estilo de figuras em objectos móveis e em paredes rochosas, sobreposição dos motivos nestas últimas, etc.), sendo convincentes em muitos casos. Mas foram talvez longe de mais ao pretenderem construir modelos de suposto valor global. Na base deles, a chamada «arte levantina» espanhola foi durante décadas considerada paleolítica, quando afinal hoje se sabe ser muito mais recente. O erro foi tal que nele caíram redondamente especialistas conceituados, como o chamado «Papa da Pré-História», Henri Breuil. E não se pense que vícios metodológicos deste tipo já acabaram: ainda hoje nos lembramos da caricatura que no nosso espírito representou o comportamento operático de um célebre especialista italiano, quando nos anos 70 pretendeu estabelecer de um relance toda a cronologia da arte rupestre do vale do Tejo, pela mera catalogação estilística das gravuras que ia encontrando.

Claro que não se pode meter tudo no mesmo saco. Para o Paleolítico, o sistema de periodização estilística que ainda hoje se utiliza, estabelecido por André Leroi-Gourhan, é um marco importante. Ademais, Gourhan desenvolveu uma sedutora teoria interpretativa baseada na consideração das grutas paleolíticas como conjuntos organizados (santuários), onde se representavam verdadeiras mitologias, baseadas em oposições binárias essenciais, que os animais simbolizariam. Todavia, nem mesmo um sistema suportado pelo rigor metodológico e a argúcia intelectual de um grande mestre pôde resistir convenientemente ao tempo: nos últimos anos, descrevem-se os chamados «santuários monotemáticos» (estranhos à lógica dualista acima indicada) e, coisa impensável até há pouco, dataram-se directamente, pelo Carbono 14, os pigmentos orgânicos utilizados em algumas pinturas, obtendo indicações de idades por vezes sensivelmente diferentes das que a análise estilística recomendaria. Pessoalmente não estranhemos que assim seja. Como algo provocatoriamente dissemos há anos, durante um colóquio comemorativo da descoberta da gruta do Escoural, nunca entendemos bem as segmentações estilísticas da arte paleolítica, pelo cavalgamento que sistematicamente operavam sobre as «culturas» com que tradicionalmente os «pré-historiadores da cultura material» dividem o período — e isto (tranquilizem-se os espíritos ilustrados, que nesta posição depressa identificarão o mais primário cartesianismo) sem embargo de sabermos bem que nem essas culturas correspondem necessariamente a «povos», nem a dinâmica dos diferentes subsistemas culturais é forçosamente a mesma.

Postas estas considerações gerais, como fazer revertê-las para o caso das gravuras do Côa? A sua datação, até ao momento, é, tanto quanto sabemos, pu-

ramente estilística. É possível que uma análise atenta dos motivos permita identificar a ocorrência de espécies animais extintas no final da Idade Glaciária (não o auro-que, ali figurado, que na Península Ibérica sobrevive pelo menos até ao Calcolítico, mas alguma outra). É possível também que venham a ser detectadas gravuras cobertas por formações sedimentares plistocénicas. Se alguma destas ocorrências se verificar, a sua atribuição ao Paleolítico deixaria de sofrer qualquer tipo de discussão. Talvez seja todavia legítimo ir um pouco mais longe. Não apenas porque essa é a opinião de especialistas, portugueses e estrangeiros, que pessoalmente muito consideramos (em ciência, onde tudo carece de prova, não nos impressionam demasiado os chamados «argumentos de autoridade»), mas principalmente pela quantidade e coerência global dos motivos. Uma coisa é encontrar, como há anos se fez em Mazouco, um ou outro motivo isolado, de tipologia paleolítica e, fora de todo o contexto regional, atribuí-lo efectivamente ao Paleolítico. Nunca julgámos sensato fazê-lo. Coisa diferente é reconhecer que essa particular tipologia artística, exclusivamente paleolítica segundo os especialistas (do que não temos razões para duvidar, muito embora nos causem incómodo notícias acerca da grande identidade entre estas gravuras e as pinturas, aparentemente calcolíticas, descobertas por F. Sande Lemos em dois abrigos na mesma área), se repete em numerosas representações ao longo da bacia média do Douro (em Portugal e em Espanha), não sendo por isso fortuita.

Nestes exactos termos, subscrevemos a atribuição cronológica global que tem sido proposta para as gravuras do Côa. Continuamos, porém, a não considerar possível para já ir mais longe, colocando-as num determinado momento daquele período. Mas isso pouco importa. Se de facto forem paleolíticas, como tudo indica, as gravuras do Côa são igualmente extraordinárias, datem elas de há 20 mil ou de há 10 mil anos. Em primeiro lugar, porque são gravuras de ar livre, quando até aqui se imaginava a arte paleolítica como essencialmente cavernícola (a «arte das cavernas»). Elas poderão constituir parte do único verdadeiro santuário paleolítico de ar livre conhecido em todo o Mundo, vindo conferir nova actualidade às antigas considerações de A. Laming-Emperaire sobre a previsível importância da arte rupestre paleolítica no exterior das grutas. Em segundo lugar, porque se trata de um núcleo artístico situado num vale fluvial localizado já em plena Meseta Ibérica, numa região que durante a última glaciação deveria apresentar uma paisagem estépica muito fria, onde quase se desconhecem outros vestígios de ocupação humana do mesmo período.

Sendo tudo isto assim, as novidades são de tal monta que bem se pode dizer estar a nascer na raia do Douro um novo mundo para a Arqueologia europeia. Onde se estabeleceram os povos que fizeram as gravuras? Abaixo do nível das águas actuais, porque nessa altura os rios corriam muito mais encaixados? Ou será que a falta de prospecções explica tudo? Quais os seus territórios de circulação

e qual a sua sazonalidade? Como viviam, quando em toda a faixa litoral, muito mais povoada, encontrariam climas mais amenos e recursos alimentares mais variados? Porque resolveram investir de tamanha carga simbólica um ignoto vale fluvial, em tudo oposto ao conceito de *axis-mundi* que tanto tem servido para explicar outras ocorrências? Hoje, em toda a Europa, haverá quem faça estas perguntas. Com a consciência de que o mais interessante virá depois, quando tivermos de abandonar modelos antigos, para erguer outros onde a vida dos caçadores do Côa tenha pleno cabimento¹.

¹ Este texto veio a ser completado, na mesma página do "Diário de Notícias", em 2 de Fevereiro seguinte, pela seguinte nota:

Há duas semanas deixámos expressa nesta página alguma prudência quanto à definitiva atribuição das gravuras do Côa ao Paleolítico Superior. Desde então tivemos conhecimento mais pormenorizado das descobertas feitas no sítio de Siega Verde, ao longo de 3 km do vale do rio Águeda, afluente do Douro, a cerca de 30 km do Côa. Segundo os dados preliminares obtidos por uma equipa dirigida por Rodrigo Balbín, professor catedrático de Pré-História na Universidade de Alcalá de Henares, num total de quase 100 painéis e 600 gravuras, metade das quais figurativas, regista-se ali pela primeira vez a representação de animais extintos no final da "Idade Glacária" (rinoceronte, rena, veado de grande porte, bisonte e alguns felinos). A própria percentagem de ocorrência dos diferentes signos abstractos e espécies de animais, assim como a sua distribuição espacial, fazem aproximar notavelmente o núcleo espanhol do tipo de universo estruturado próprio dos santuários paleolíticos em gruta. Na base destes dados, deixa de haver *qualquer dúvida* quanto à existência de um conjunto de arte rupestre paleolítica na bacia média do Douro — porventura uma nova "província artística" daquele período na Europa. Dir-se-ia que, na ausência de cavidades expressivas, que só uma rede cársica desenvolvida poderia proporcionar, os caçadores durienses representaram ao ar livre as mesmas mitologias, revelaram a mesma cosmovisão, que noutros lugares "esconderam" em cavernas. A datação paleolítica das gravuras do Côa, incluídas estilisticamente neste imediato contexto arqueológico (e não apenas em longínquos modelos de suposto valor universal), fica substancialmente reforçada, senão definitivamente esclarecida. Resta apenas esperar que as equipas encarregadas do seu estudo tenham a humildade de as observar sem o espantilho das ideias-feitas e do auto-convencimento. Mas isso é outra história... Por agora, ainda estamos na batalha mais elementar: a da sua preservação. Ora, importa ter presente que, havendo quem sugira ser o núcleo do Côa 10 vezes maior do que o de Siega Verde, ele passa a poder constituir o centro do único santuário paleolítico de ar livre conhecido em todo o Mundo! Nestas condições, a sua importância é tal que deixa a partir de agora de ser admissível continuar a haver quem, arqueólogo, político ou mero cidadão, possa resistir ao grito que o verdadeiro bom senso nos dita: "Parem a barragem, já!".

O BETÃO TAMBÉM SE ABATE*

por

Mário Melo Rocha**

Com 20 séculos de existência estimada, as gravuras rupestres de Foz Côa correm o risco de ter de ser visitadas de escafandro ou, em visita guiada, de submarino. Tudo porque, se não for impedida, a construção de uma barragem tornará visível aos peixes o que a respectiva albufeira priva dos olhos dos homens. Grande consolo...

Como sempre acontece nestas coisas, o caminho começou no segredo dos gabinetes técnicos e era suposto dali não transpirar. Quando foi conhecido, mesmo antes da divulgação pela comunicação social da existência em grande escala das gravuras, logo veio o argumento do "progresso" e do "desenvolvimento". Mas quando a imprensa estrangeira mais prestigiada cobriu a situação e concedeu páginas inteiras ao assunto, fazendo com que se deslocassem ao local arqueólogos de todo o lado e das mais variadas escolas, aí a argumentação em favor do betão passou a desdobrável publicitário para consumo dos incautos. Primeiro argumento em favor do betão: começou a fazer-se crer que Portugal é um país com forte dependência energética do exterior. *Falso*. Dizem os técnicos que a dependência energética do exterior é inferior a um por cento. Segundo argumento pró-betão: os postos de trabalho que a construção da barragem criaria para as populações locais. *Falso*. Dizem os engenheiros especialistas que, nas actuais barragens, a manutenção é feita por um reduzido número de técnicos, o que demonstra que a criação de postos de trabalho seria temporária, cingindo-se à construção da obra. Terceiro argumento pró-betão: a atracção turística, de desporto e lazer, que a albufeira da barragem constituiria. *Falso*. Comprovadamente, o fluxo turístico das albufeiras das barragens é pequeníssimo, não constituindo qualquer atracção significativa. Acresce, para concluir a desmontagem desta teia falsa como Judas, que é sabido que os técnicos estimam poder otimizar e massificar a médio prazo

* Publicado no jornal *Diário de Notícias*, de 11-02-95.

** SEDES (Porto).

outras fontes de energia, o que quer dizer que o tempo médio de vida da barragem seria relativamente reduzido.

Que fazer, então, nesta encruzilhada na qual é crescente o cepticismo em torno da compatibilização entre a preservação das gravuras e a construção da barragem? Parece quixotesco defender a pura e simples preservação das gravuras, tal como se conhecem hoje, como mera atracção turística. E, sobretudo, seria pernicioso fazê-lo por lhes retirar a importância que têm. A confirmar-se, como tudo o indica, que o que se encontrou em Foz Côa é a parte visível de uma *província artística do Paleolítico* (a designação é dos arqueólogos) que se estenderia Espanha dentro, único espaço no mundo a céu aberto conhecido, não pode deixar de se pensar, como a SEDES fez, no aproveitamento do achado como motivação para a constituição de um centro universitário internacional de estudo e investigação do Paleolítico, que aí teria a sua sede, trabalhando em estreita cooperação com outros centros de outros países. O que, aliás, sempre traria consigo a criação de postos de trabalho *duradouros* para as populações locais. E o que sempre devolveria a quem trata de nos dar a conhecer a História o usufruto das gravuras para estudo e investigação: a comunidade científica.

Se a Grécia se agitou nos últimos dias com o pretendido (e parece que pretenso) achado do túmulo de Alexandre, “o Grande”, o que diria (e já disse) a comunidade internacional de Portugal, se um achado arqueológico com vinte mil anos, unanimemente reconhecido (o que não sucedeu na Grécia), fosse submerso pela decisão de permissão da construção de uma barragem? E não esgrimam com documentos da UNESCO, que valem como documentos técnicos (que é o que são) e não como textos de onde se possa extrapolar salvaguardas interpretativas como justificação de decisões que são políticas.

As gravuras de Foz Côa valem pelo que são. Têm um *valor intrínseco* e não podem ser pesadas na balança cujo fiel é dado por estritos e estreitos critérios de rentabilidade, produto do deve e haver dos tecnocratas cinza. Uma realidade histórica e cultural com vinte séculos de existência estimada não pode ser olhada à luz de critérios tecnocratas, que são impenetráveis e insensíveis a todos os valores que escapem à imediata contabilização economicista.

Eu sei que os tecnocratas cinza não se emocionam com causas históricas e culturais, se não virem associados a elas factores de rentabilidade imediata. Também sei que a sociedade civil portuguesa está adormecida e que acorda tarde para as causas, como sei o que são *lobbies* e como funcionam. Mas, por uma vez, não envergonhem Portugal e não façam com que um dia os nossos filhos nos chamem ignorantes.

A causa de Foz Côa é uma causa nacional, que deve motivar um forte movimento cívico, que, com a sua voz, pressione o(s) poder(es) político(s) em vista do respeito por um legado com vinte séculos.

Se avançarem com a barragem e inundarem tudo, os homens que riscaram as pedras de Foz Côa, lá donde se encontrem, olharão os responsáveis pela decisão e pensarão neles como figuras que trocam a História com vinte séculos pelo betão para quarenta anos. Não pensarão grande coisa de tais figurinhas...

O betão também se abate. E os *lobbies*?

P.S. – A uma semana do Congresso do PSD, qual é a posição de cada um dos candidatos a líder do partido sobre as gravuras de Foz Côa? São favoráveis a que vejamos as figuras em terra ou de escafandro?



Fevereiro de 1995 — dois aspectos de manifestações de estudantes em prol da conservação das gravuras do Côa: em cima, junto às obras da barragem; em baixo, em frente à Escola Secundária de V. N. de Foz Côa. Fotos V. O. Jorge.

DA CRÍTICA DO PLANO HIDROLÓGICO ESPANHOL AOS ACTUAIS IMPASSES DA NOSSA POLÍTICA DE AMBIENTE*

por

Mário Baptista Coelho**

A Lei de Águas espanhola — texto tão invejável e progressista como o Plano Hidrológico Nacional Espanhol (PHNE) o é obsoleto e irresponsável — estipula, na alínea 2 do seu artigo 13º, um necessário “respeito pela unidade das bacias hidrográficas, pelos sistemas hídricos e pelo ciclo hidrológico”, colocando assim, e muito bem, o ponto fulcral desta questão. À luz de consensos considerados básicos pela comunidade científica e pelo direito internacional, é, para todos os efeitos, inquestionável que as bacias hidrográficas formam e devem ser tidas como um todo indissolúvel. Eventuais fronteiras nacionais que seccionem o seu curso são, de facto, pouco mais que um mero acidente de percurso que em nada altera essa sua natureza intrinsecamente integrada. Contudo, o PHNE ignora por completo, e olímpicamente, esse facto aparentemente óbvio — não referindo sequer Portugal ao longo do seu texto. Muito oportunamente, o deputado europeu Barros Moura apresentou, no PE, uma proposta de resolução visando o estudo conjunto dos nossos recursos comuns. A parte portuguesa, por seu lado, tem vindo a mudar radicalmente de posição — para melhor, felizmente. Das inqualificáveis posições do duo Borrego/Taveira, passou-se, lentamente e já com a actual equipa do MARN, para posições cada vez mais conscientes da extrema relevância da questão — sobretudo depois da Presidência Aberta do Ambiente —, até chegarmos, na Cimeira Luso-Espanhola do Porto, à defesa, penso que convicta, da “partilha integrada e equitativa dos nossos recursos hídricos comuns”. Longa estrada esta e, convenhamos, reconheça-se o mérito a quem o merece. Mantendo, porém, uma lógica negocial assente no secretismo, Portugal efectivamente deu-se ao luxo de desperdiçar um fabuloso potencial de pressão sobre a Espanha, visto a nossa opinião pública começar a dar sinais e a estar razoavelmente mobilizada.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Docente universitário, colaborador da Presidência da República.

FRAGILIDADES DA POSIÇÃO PORTUGUESA

Se é um facto inofismável termos já dado passos importantes na abordagem das implicações para Portugal do PHNE, a verdade é que nos encontramos hoje, aparentemente, numa situação de total impasse. É tão absurdo negar a evidência do carácter integrado das bacias hidrográficas como o é condenar publicamente os malefícios e perversões do PHNE e, em simultâneo, ignorar ou branquear idênticos malefícios ou perversões verificáveis na nossa metade dessas mesmíssimas bacias. Tanto os “lobbies” estabelecidos — obras públicas, cimenteiras, hidráulica, EDP, etc. — como a vertigem eleitoralista que condicionou o “timing” da construção e inauguração das grandes infra-estruturas, ou ainda o menor peso político do MARN face ao de outros ministérios — precisamente os mais insensíveis a essas subtilezas esotéricas da paisagem, dos ecossistemas ou biótopos — acabaram por paralisar qualquer eventual desejo do MARN de assumir a mobilização da opinião pública portuguesa e, publicamente, criticar na substância o PHNE. Fazê-lo, jamais seria tolerado pelos restantes ministérios, pois tratar-se-ia, muito claramente, de um tiro no próprio pé.

SECTOR POR SECTOR – OS NOSSOS TELHADOS DE VIDRO

Vejamos, um pouco mais em detalhe, a genealogia e o metabolismo desse impasse:

- Só assumindo e trazendo, nós próprios, à mesa das negociações as estimativas reais dos nossos recursos hídricos — inclusive e sobretudo os subterrâneos — é que teremos plena e incontestável legitimidade para pública, frontal e oficialmente contestarmos as manipulações que caracterizam as estimativas que falaciosamente justificaram as estratégias do PHNE. Até à data, tal não tem sido feito.

- Dificilmente poderemos, desse mesmo modo frontal, condenar o facto de o PHNE destinar, precisamente agora, em plena crise da água, 80 por cento dos transvases previstos para fins de regadio — percentagem que os técnicos e especialistas consideram um perfeito absurdo e arcaísmo, tanto pelas perdas inerentes a tal prática, como pelo acréscimo exponencial da salinização dos solos, contaminação química dos aquíferos e da eutrofização, por excesso de nutrientes, dos rios. E dificilmente o faremos porque nós próprios destinamos à agricultura 75 por cento dos volumes utilizados (sendo 90 por cento dessa quantidade para regadio), correspondendo, à escala, os 500/600.000 ha de novos regadios, previstos no PHNE, aos nossos futuros 110.000 ha dos três sistemas de rega do Alqueva — acrescidos ainda das novas áreas de regadios previstas para a Cova da Beira.

Se tal prática de agricultura intensiva, altamente poluidora e perdulária em termos de água é, em Espanha, contrária em absoluto à nova PAC e às medidas agro-ambientais de acompanhamento, igualmente o é aqui em Portugal. Quanto a disparates, estamos quites. A diferença reside, note-se, essencialmente no facto de a água para a agricultura ser, em Espanha, praticamente de graça — gerando assim subsídios encapotados e situações óbvias de “dumping”, nomeadamente face a Portugal. Se em Espanha os campos de golfe da orla mediterrânica — precisamente a zona mais carenciada de água e à qual se destinam os transvases — consomem tanta água como a cidade de Madrid, a que corresponderiam os 80 campos de golfe actualmente em lista de espera, ansiosa, pelo Alqueva?

Dificilmente poderemos atacar de frente a lógica de construção de pelo menos 100 faraónicas barragens e de centenas e centenas de quilómetros de canais ou condutas de transvase. Em nome da rentabilização de uma só dessas barragens, mas enorme, construída na Galiza e escandalosamente sobredimensionada, pirateiam-se agora águas, doa a quem doer. É esta, aliás, a história do processo sumário em curso contra o Tuela e o Rabaçal. Contudo, é difícil, como se disse, denunciar tudo isto quando ao mesmo tempo se permite Foz Côa — um empreendimento vetado pelo anterior secretário de Estado da Energia como claramente não necessário e economicamente inviável — e quando, por outro lado, tudo indica que se começa a pensar de novo num sistema nacional de transvase norte-sul, entre Pocinho-Foz Côa e Crato-Alqueva, passando, entre outras, pela precisamente agora anunciada Barragem do Sabugal.

Seria patético gritarmos, indignados, contra os malefícios do PHNE, enquanto vamos preparando, na sombra, idêntica estratégia. Não seria sério nem ficaria bem.

- Portugal realizou, já há alguns anos, um clamoroso erro histórico, destruindo o Baixo Mondego com a canalização, em betão, de grande parte das águas deste rio. As intenções eram as melhores: a regularização do curso inferior do rio, o fim das cheias e um ambicioso e “moderno” plano de rega e de emparcelamento generalizado. Contudo, a necessidade e urgência de abastecimento de água “limpa” às celulosas de Leirosa viria a condicionar o projecto e o “timing” do mesmo, resultando daí a catástrofe que resultou. Parece que pouco ou nada aprendemos e estamos hoje em vias de repetir, felizes e eufóricos, na Cova da Beira e no Alto e Baixo Alentejo, os erros cometidos.

- O Real Decreto Legislativo nº 1302 de 1986 pretende — e, como se verá, pior que mal — verter para o direito interno espanhol a célebre Directiva comunitária de 1985 sobre a Avaliação de Impacte Ambiental. Esta Directiva não só viria a ser profundamente amputada, como nela é ainda introduzida uma cláusula espantosa que isenta da obrigação de realização de estudos de impacte ambiental as matérias que vieram a ser discutidas e votadas nas Cortes, caso, precisamente,

do PHNE. Os responsáveis portugueses bem querem acreditar que tais estudos, no tocante às implicações para Portugal do PHNE, estão já em curso. É de crer, com alguma probabilidade, que tais estudos de impacto ambiental não foram no passado realizados (isto é, quando seria suposto terem tido lugar), não estão sequer hoje em curso e, suponho eu, jamais serão realizados — pela simples razão de o Estado espanhol não ser, nesta matéria, e com a óbvia complacência de Bruxelas, a tal obrigado.

A Directiva de 1985 está actualmente em fase adiantada de revisão, pelo que, em breve, a Espanha terá de a voltar a transpor. Uma atenção particular quanto à forma e conteúdo dessa futura transposição será, pelo que nos toca, aconselhável — apesar de Portugal ter, em sede de avaliação de impactes ambientais, tremendos telhados de vidro. Portanto, em consciência, pouco ou nada poderá Portugal a este propósito opinar e, muito menos, condenar ou exigir. O que é pena, pois a posição espanhola nesta matéria não é, nem jamais será, tolerável ou legítima.

E, À LAIA DE CONCLUSÃO, O GRANDE MISTÉRIO POR ESCLARECER

Se o PHNE é grave, e é-o claramente, talvez ainda o seja mais pelo que não diz que por aquilo que claramente afirma. São, para nós, em especial gravosas as lacunas ou indefinições quanto aos trajectos precisos dos transvases previstos, para já não falarmos do grande mistério deste plano, o abastecimento de água à bacia do Guadalquivir — a que mais precisa, a que politicamente é mais influente, e a que, contudo, quase nem uma gota recebe. Curioso. E ainda mais curioso é se atendermos ao facto de o PHNE ter sido suspenso devido aos atrasos verificados na realização dos planos da bacia do Douro, do Guadiana e do Guadalquivir, isto é, dos três rios eventualmente envolvidos nesta misteriosa questão, a título, respectivamente, de origem, transporte e destino das águas a transvasar. A questão resume-se do seguinte modo: é ponto assente que a bacia de Guadalquivir se encontra numa situação quase catastrófica — contendo o seu caudal apenas um terço do que se considera o mínimo dos mínimos como caudal ecológico. A situação do abastecimento de água às principais cidades (Cádiz, Jaén/Granada e mesmo Sevilha) começa a ser dramática, para além de que é enorme a premência de água para regadio.

Contudo, e perante uma tal situação, não deixa de ser espantoso e paradoxal que apenas estejam previstos, no PHNE, o transvase de uns míseros 100 hm³ (e mesmo esses a longo prazo) com origem nas cabeceiras do Guadiana — face aos 700 e aos 1000 hm³ previstos, desde logo, respectivamente, para as Bacias do

Júcar e do Segura. Posta a questão nestes termos, por algum lado e de algum lado essa imprescindível água suplementar teria ou terá de vir. Faria Ferreira, ex-director-geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, lançou em tempos o que, aos olhos de hoje, poderá constituir uma interessante pista: aproveitar o traçado norte-sul do Guadiana (isto é, Caia-Pomarão/bacia do Chança) para o eventual abastecimento da região de Huelva-Cádiz e, esgotados (e abusados) que estão pela Espanha os limites supostamente impostos pelo Convénio de 1968, a solução teria que passar, necessariamente, por uma renegociação do mesmo com Portugal. Renegociação essa que, por sinal, está presentemente em curso. Subjacente a esta reflexão encontra-se a preocupação, mais que justificável, de garantir ao empreendimento do Alqueva os necessários caudais, questão das mais misteriosas de todo este processo. Das três uma: ou a Espanha está já formalmente a negociar com Portugal um transvase significativo (vindo da bacia do Douro, pois não há alternativa) para a bacia do Guadalquivir, o qual teria lugar a jusante da foz do Chança, com o correspondente acréscimo do caudal do Guadiana, isto é, com a viabilização do Alqueva, insistindo estranhamente os espanhóis que este acabará por sair beneficiado com o PHNE.

Esta hipótese, teoricamente a mais provável, é, contudo, formal e taxativamente negada pelos responsáveis governamentais portugueses. Aceitando tal desmentido, restam apenas duas hipóteses. A Espanha, à revelia de Portugal, teria vindo a estrangular o Guadiana — quer quanto a caudais levados a níveis irresponsavelmente diminutos (estando em curso a construção, na região de Mérida, de mais quatro barragens destinadas a novos planos de regadio), quer quanto à qualidade das águas, hoje impróprias para consumo humano. Isto de modo a oportunamente poder pressionar Portugal, no caso de este avançar com a Barragem do Alqueva e, naturalmente, necessitar de água para a encher.

Nessa circunstância, Portugal poderia vir a aceitar, sem alternativa de recurso, o transvase quase integral do Baixo Guadiana para a bacia do Guadalquivir, secando e salinizando quase por completo o troço final do rio e acabando este, sem glória, como mero “afluente” do Guadalquivir. Finalmente, e como última hipótese, Portugal preparar-se-ia para trocar as voltas a Espanha e à tal misteriosa “lacuna” do PHNE, delineando uma estratégia própria (aliás gizada nos anos 50 e repensada, já recentemente, pelo ex-secretário de Estado dos Recursos Naturais, António Taveira) de um transvase nacional, isto é, interno, das águas do Douro para o Guadiana — partindo do Pocinho/Foz Côa e ao longo do eixo já atrás referido — abastecendo, deste modo, e autonomamente, a futura albufeira do Alqueva. Neste cenário, só falta mesmo dar-mo-nos conta, perplexos, de que a razão última (e primeira) de tanta obstinação quanto a Foz Côa reside, ou melhor desague no Alqueva, passando pela Cova da Beira e pelo Tejo. Seja como for, em matéria desta gravidade, não é de modo algum aceitável o secretismo por tantos

até hoje mantido e cultivado. Mais uma vez, não deveríamos questionar e acusar a Espanha pela tal misteriosa “lacuna” do abastecimento do Guadalquivir sem que, a nível interno, esclareçamos, de uma vez por todas, os nossos próprios mistérios. Talvez daí resulte este nosso inquietante silêncio oficial quanto aos mistérios do Guadalquivir no PHNE.

É esta a questão que, como cidadão interessado, e sobretudo intrigado, que sou e me sinto, aqui, neste texto, coloco.

A CONFUSÃO DE FOZ CÔA*

por

António Ressano Garcia Lamas**

Não fui ainda a Foz Côa e tudo o que sei sobre o local e as suas manifestações rupestres foi lido, visto na televisão ou decorre de um curto relato de quem as viu. Tenho-me limitado, de facto, a seguir o caso e a sua fama crescente, como qualquer leitor atento de jornais.

Mas sei, por experiência, o que pode acontecer quando um valor cultural surge a estorvar os interesses da construção, e posso prever o caminho mais provável das gravuras de Foz Côa: enquanto se opina sobre o achado, as obras decorrem em ritmo acelerado; acumulam-se os factos/investimentos consumados; a comunidade intelectual protestará mas irá cansar-se; a opinião pública acabará por convencer-se de que o custo de preservar as gravuras está para além das suas posses; acaba-se a barragem e toda esta discussão. No fim, todos concordarão que teria sido interessante preservar as gravuras se se pudesse pagar a factura — quem não tem dinheiro não tem vícios! Os outros europeus podem ter preocupações culturais porque têm meios para isso, mas nós ainda precisamos é de infra-estruturas; até lá, paciência...

Este é o desfecho mais provável do caso Foz Côa. Talvez nem tarde tanto como poderia parecer à primeira vista, pois aparentemente os meios de comunicação social aceitaram bem as medidas dos actuais responsáveis pela Cultura e a declaração de que estão de boa fé à espera que um especialista estrangeiro lhes diga o que devem fazer.

De facto e aparentemente, conseguiu-se convencer a opinião pública de que o caminho encetado é correcto e até de que existe um processo de auscultação democrático, e este é o ambiente propício a uma conclusão rápida do caso: vamos estudar tudo pois há tempo; não havendo dinheiro para mais, retiram-se alguns espécimes para museu.

* Publicado no jornal *Público*, de 21-02-95.

** Professor catedrático do Instituto Superior Técnico. Antigo presidente do IPPC, actual IPPAR.

Temos um exemplo parecido e próximo no “caso Éden”, em Lisboa, embora de importância cultural diferente, pois tratava-se de um valor de interesse nacional e Foz Côa parece ser de interesse mundial. No “caso Éden”, a opinião pública foi também convidada a visitar e descobrir o interesse e valor estético do edifício ameaçado por um projecto que previa a sua demolição. Entusiasmou-se com a perspectiva de o preservar, mas a demolição ocorreu mesmo, porque, apesar de tudo, custava muito dinheiro compensar os investimentos já feitos pelo construtor. Tudo se passou com a opinião pública convencida da boa fé da Câmara, que, para o provar, até impôs que se salvasse um pedaço da fachada original!

Indignei-me com aquele caso e lembro-me de comentar com amigos, no início do caso Foz Côa, que ia tentar não lhe dar atenção para não sentir, no fim, a mesma impotência e vergonha. Por outro lado, procuro não falar de assuntos que envolvam o ex-IPPC.

Mas o facto é que ninguém, mesmo que queira, consegue alhear-se de Foz Côa, tal a sua repercussão. E tendo identificado neste caso métodos perversos que, a terem sucesso, terão consequências graves no tratamento futuro das questões do património, achei que os devia denunciar. Daqui este artigo.

Explico: parece que as gravuras já eram conhecidas há cerca de dois anos, mas só o alerta feito por arqueólogos independentes do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico) obrigou as entidades responsáveis a moverem-se. Parece também que a ideia do IPPAR foi então a de colocar aos arqueólogos a pergunta sobre o que fazer, dado a barragem estar já em construção. E estes, pouco habituados a serem consultados em casos relevantes e a manterem diálogo com interesses financeiros de monta, sentiram-se em situação de “concurso de ideias” e de desafio a imaginar soluções conciliadoras entre interesses culturais e empreendimentos contrários. Ao mesmo tempo, o IPPAR chamou um especialista da UNESCO-ICOMOS, seu conhecido, pedindo-lhe também uma ideia sobre o que deve fazer. A presença de um especialista estrangeiro inspira respeito e tal atitude parece surtir efeito.

O IPPAR afastou-se, assim, da subida da pressão para intervir, pois conseguiu fazer esquecer que é de sua responsabilidade a condução do processo de salvaguarda do património, além de que muitos parecem convencidos de que agiu prontamente — nada se conhece sobre o que fez nestes quase dois anos — e de que o seu papel é o de aguardar que, da manifestação de vontades múltiplas e do correr do tempo, surja a forma de ser aliviado de posições claras.

Houve indubitavelmente habilidade no afastamento de responsabilidades e na criação de um ambiente que permite aceitar a continuação da construção da barragem enquanto muitos discutem Foz Côa e concorrem com ideias. Está criado o ambiente propício ao desfecho que prevejo e, até, ao louvor da “discussão democrática” em curso...

Que eu saiba, foi Cláudio Torres — com a sua reputação e independência — o primeiro a ter a clarividência de dizer que a construção da barragem devia parar enquanto se estudavam as gravuras, e que se estava perante um caso em que o interesse cultural estava acima dos outros e não podia sofrer com omissões ou erros de processo. E é em relação aos erros de processo que sinto a obrigação de falar.

Admitamos que é verdade que os responsáveis pela Cultura só souberam dos achados arqueológicos pelo alerta dado nos jornais pela arqueóloga Mila Simões de Abreu. Admitamos também que a EDP procedeu correctamente, que não omitiu nenhuma informação relevante e que iniciou a construção da barragem sinceramente convencida de que podia, sem objecções, realizar a obra naquele local.

O procedimento correcto do IPPAR, ao ter conhecimento dos vestígios arqueológicos de Foz Côa, seria solicitar aos seus serviços de Arqueologia, e ao seu Conselho Consultivo, informação sobre a importância cultural dos mesmos. Se essa importância não podia ser avaliada com os conhecimentos disponíveis em Portugal, justificar-se-ia o recurso a especialistas estrangeiros.

A resposta dos especialistas deveria esclarecer o IPPAR sobre se estava perante valores culturais que, a terem sido conhecidos a tempo, teriam indubitavelmente aconselhado a não construir aquela barragem e também se são de importância tal que o devem levar a pedir agora, por todos os meios ao seu alcance, para serem salvaguardados. Durante o período necessário para a formulação destes pareceres — não certamente os vários meses que têm decorrido —, justificava-se não interromper as obras, pois elas não afectavam o estudo imediato das gravuras (nada se tendo dito ainda sobre abrigos e pinturas que parece existirem).

Determinada que fosse a sua importância — e tudo leva a crer que Foz Côa é mesmo importante —, o IPPAR devia propor, com base em argumentos culturais, a classificação da zona — não de algumas das rochas com gravuras — como sítio de interesse nacional (a classificação como património de interesse da humanidade não é relevante para a sua preservação).

Esta classificação pressupõe a salvaguarda e conservação do sítio e a promoção das medidas de defesa adequadas. A homologação da proposta competia ao membro do Governo responsável pela Cultura, o primeiro-ministro. Para isso, e tratando-se de uma decisão a que se opõem outros interesses, devia solicitar a avaliação das consequências. É óbvio que, ao receber a proposta de classificação, devia promover a suspensão das obras da barragem, pois cada dia que passasse com elas em curso desactualizaria essa avaliação.

Para a tomada de decisão sobre a homologação da classificação de Foz Côa, estando em causa investimentos da EDP a compensar e consequências socioeconómicas para a região, justificar-se-ia que o primeiro-ministro decidisse ouvir,

organizadamente, as várias posições, para o que poderia recorrer a um inquérito a conduzir por personalidade de idoneidade inquestionável.

Se, no fim, o primeiro-ministro viesse a decidir não classificar Foz Côa, colocar-se-ia então, e só então, o problema de conceber soluções alternativas para preservar estas manifestações de arte rupestre e acautelar a sua fruição: a remoção de fragmentos para um museu, a moldagem de outros, a construção de uma ensecadeira parcial, enfim, o estudo de como se comportariam as rochas submersas pela barragem e de como poderiam ser visitáveis e a sua evolução acompanhada por mergulhadores, etc.

Mesmo que não se viesse a concordar com a decisão política tomada, só uma metodologia semelhante, traduzindo um claro entendimento de que interesses nacionais devem sobrepor-se a interesses locais e de que os interesses culturais devem, em princípio, estar acima de interesses circunstanciais, seria civilizada e aceitável.

Mas não foi este o processo adoptado para o caso de Foz Côa, em que os especialistas foram postos pelo IPPAR a discutir soluções para conservar as gravuras no tempo disponível ou a conceber soluções para depois do alagamento da zona. Pode dizer-se que foram entretidos a comparar a relevância da barragem em termos hidroeléctricos com o valor cultural das gravuras e desafiados a tentar sensibilizar as populações locais numa campanha cultural quase referendária.

Assim ocupados, os arqueólogos poderão esquecer a incorrecção do processo em que estão envolvidos, acabando por se sentir responsáveis por imaginar cenários alternativos de desenvolvimento socioeconómico ou por terem de encontrar, eles próprios, financiamentos para compensar a construção da barragem, que prossegue em ritmo acelerado. Dificilmente conseguirão, neste contexto, emitir uma posição cultural convergente e clara.

Entretanto, o especialista estrangeiro já foi avançando o que o IPPAR e a EDP queriam ouvir, isto é, que submergir as gravuras pode ser uma boa solução para povos vândalos e sem recursos, incapazes de conservar as gravuras após a sua descoberta.

Enfim, ironizando, se a confusão lançada não resultar, pode-se ainda recorrer à desacreditação da posição que defende a salvaguarda do sítio, acusando-a de partidária, ou à ameaça de termos de pagar tarifas mais elevadas à EDP se a barragem não se construir. O tempo e a tática do facto consumado farão o resto...

Porém, à medida que cresce o interesse nacional e internacional por Foz Côa, estão a surgir mais vozes esclarecidas e Cláudio Torres não está, como me pareceu a certa altura, só.

Pode acontecer que as populações locais venham a demonstrar mais sentido do futuro do que os actuais responsáveis pela Cultura e tomem entre mãos a de-

fesa do património nacional situado na sua zona depois de perceberam que este lhes pode trazer uma vitalidade regional bem superior aos benefícios agrícolas que esperam da barragem.

Pode ser que o processo perverso que descrevi não resulte, que os arqueólogos denunciem a armadilha em que caíram e digam definitivamente que Foz Côa deve ser preservado e que o primeiro-ministro decida pôr cobro a este processo, chamando a si a sua condução e tomando a posição exemplar, e de repercussões históricas para a Cultura em Portugal, de parar a obra e encetar um caminho correcto de decisão.

Pode ser que os meus receios sejam infundados. Se tal acontecer, a confusão gerada em torno de Foz Côa não terá o desfecho do Éden e resultará, pelo contrário, no aprofundamento da participação democrática e do progresso cultural. Oxalá!

GENTE REMOTA*

por

Miguel Vale de Almeida**

Há milhares de anos, seres humanos retrataram em rochas as imagens daquilo que para eles tinha importância, fazia sentido, aquecia a alma e dava a ilusão de agirem sobre o mundo. Um resto desse gesto tem agora o nome de gravuras de Foz Côa. Na época em que foram feitas, nem o local se chamava Foz Côa, nem a língua falada por esses homens e mulheres era português. Só milhares de anos depois surgiria Portugal, e depois Descobrimentos, cuja memória é zelosamente preservada por todos, do Governo às criancinhas das escolas.

A polémica em torno das gravuras e da barragem é absurda. Por uma razão muito simples: é que nem devia ter havido polémica. Esperar-se-ia que fosse evidente, para não dizer automático, que, uma vez descobertas, fosse abandonada a ideia da barragem e se sentisse em relação a este património um entusiasmo no mínimo igual ao que as entidades sentem em relação aos Descobrimentos.

Mas não. É que temos aqui um problema cultural mais profundo. O PÚBLICO divulgou um inquérito que correlacionava o grau de instrução com a vontade de preservação das gravuras. Nesse caso, só se pode concluir que no IPPAR e no Governo a instrução é pouca. O problema cultural não se fica por aqui. No meio do torpor cultural que devia fazer com que a nossa idade se chamasse, ela sim, “da Pedra”, investe-se na eterna celebração dos Descobrimentos. Provavelmente já se gastou mais dinheiro nas suas celebrações do que se perderia não construindo a barragem. Ao Estado interessa celebrar os Descobrimentos porque a sua mitologia contribui para o reforço do Estado-Nação, da sua afirmação no mundo, e na criação de uma compensação afectiva para a decadência. Triste desculpa: um país devia afirmar-se por ser culto, democrático e igualitário, e não pelo seu passado mercantil ou colonial.

* Publicado no jornal *Público*, de 26-02-95.

** Antropólogo. Professor do ISCTE (Lisboa).

Existe em Portugal um senso comum generalizado, desde o século XIX, em torno dos Descobrimentos. Quase sempre sem o mínimo sentido crítico sobre o que eles constituíram para “os outros”. Se há uns anos se celebrava a glória do império, hoje a correcção política pós-integração europeia obriga ao elogio da vertente “encontro de culturas”. Esta expressão, em si positiva, é no entanto usada como um fetiche. É uma expressão a que não corresponde nenhum conteúdo. Basta ter visto uma exposição promovida pela Igreja Católica, intitulada... “Encontro de Culturas”: um panegírico do sofrimento dos missionários às mãos de algozes selvagens. Nela não havia nada sobre “encontros”, sobre qualquer coisa das outras culturas que os missionários tivessem aprendido, incorporado e trazido de volta. Na base de uma mentira, perpetuava-se a ideia de uma qualquer superioridade, mascarada com a falácia da vocação universalista.

Na televisão (na do Estado, não da Igreja) passa uma série chamada Gente Remota, estranhamente elogiada pelos críticos. Diz-se documental, mas não passa de reportagem. Está cheia de olhares turísticos, de vozes “off” declamando textos gongóricos, de mau gosto e péssima sintaxe; sem plurivocalidade, só dá a voz a meia dúzia de relíquias que, em paragens exóticas, falam português, e deleita-se sempre que há traços de “presença portuguesa”. Do sentido contrário, o de lá para cá — nada. Gente Remota devia ir às obras do metro, ouvir de viva voz o que têm os guineenses a dizer sobre a sua vida. Então sim, seria um documentário.

Os descobrimentos tiveram como resultado a criação dos países mais pobres do mundo e uma guerra eterna? Não faz mal. Em nome de uma invenção cultural, tudo vale, até falar em encontro de culturas — se for essa a expressão da moda. Do mesmo modo que, em nome de um progresso fontista, uma barragem é melhor do que umas gravuras que não falam de Portugal; uma ponte mal localizada é melhor do que a preservação ecológica, coisa de bichos e plantas; uma emigração que envia cheques não é celebrada como “gesta” e “encontro de culturas” porque é feita de subjugados e não de subjugadores; e os imigrantes dos PALOP não são agentes de encontro cultural, mas mão-de-obra.

No meio desta tristeza, valham-nos os estudantes de Foz Côa e as associações ecologistas (não o oportunismo de Mário Soares com a ponte), e os brasileiros e cidadãos dos PALOP que se estão nas tintas para nós. É que, a continuarmos a iludir-nos, seremos nós que não passaremos de gente remota.

COMPROMISSO COM O CÔA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Desde 1989 que trabalho em Vila Nova de Foz Côa, apoiando a minha mulher e colega, Susana Oliveira Jorge, na direcção das escavações de um dos mais notáveis povoados pré-históricos de Portugal: o do Castelo Velho, na freguesia de Freixo de Numão. Trata-se de um sítio com muralhas e bastiões, que fica num esporão de onde se avista uma vasta paisagem, para sul, incluindo a Serra da Marofa e, evidentemente, o “canyon” do Côa. A grandiosidade e nobreza daquela paisagem, nas cambiantes por que vai passando ao longo das estações e dos dias, marcam uma pessoa para sempre. Por vezes, ao fim da tarde, a vila de Foz Côa brilha silenciosamente, enquanto a noite já se anuncia nas pregas arredondadas do xisto, acentuando-as sensualmente, a perder de vista. Trabalhámos ali muitos dias até ao pôr do sol, com razões científicas muito fáceis de enunciar, mas no fundo motivados por algo de mágico que existe nestes lugares; quando a nossa equipa, na pressa de tomar banho e de comer, nos abandonava, sentávamo-nos nas muralhas, como que impossibilitados de partir. Precisávamos talvez de nos despedir do dia, quando as palavras e os risos se afastavam para longe. Ainda assim aconteceu no último mês de Setembro, durante o qual visitámos de novo as pedreiras do Poio, onde se extrai um xisto negro, em placas, e de onde se avista o Côa e o paredão da ensecadeira da projectada mega-barragem. Estávamos longe de imaginar que ali em baixo, nas fragas xistosas situadas a poucas centenas de metros, começava um dos maiores e mais antigos complexos artísticos do mundo.

É certo que já em 1991, alertados por Francisco Sande Lemos, da Universidade do Minho (autor da parte patrimonial do Estudo de Impacto Ambiental realizado em 1990), havíamos procurado vestígios de arte pré-histórica no vale do Côa, no troço fronteiro à aldeia de Algôdres, já no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Tratava-se de abrigos com pinturas esquemáticas, antropo-

* Publicado na brochura *A Phala*, Lisboa, Assírio & Alvim, n.º 43, Março 1995. O texto original sofreu pequenas adaptações.

morfos e zoomorfos, que aquele colega nos disse ali existirem, e que podiam integrar-se no contexto arqueológico do Castelo Velho (Idades do Cobre e do Bronze, ou seja, 3º e 2º milénios antes de Cristo). Mas foi apenas num intervalo curto das escavações, uma tarde abafada de sábado, sem guia local, e tão só com um mapa genérico, fornecido por aquele colega, por orientação. Alguns dos elementos da equipa iam tendo um ataque de exaustão. Mas o momento inolvidável — que aliás registei em filme — deu-se quando, cansados no fundo do vale, entre apertadas paredes graníticas, com a suspeita de estarmos sob vigilância das escondidas pinturas, parámos para mergulharmos os pés na água. As plantas, os peixes e as aves, bem como os blocos rochosos, eram os nossos únicos companheiros naquele perdido lugar. Tive a consciência de estar num dos sítios mais belos de Portugal, um dos poucos locais onde ainda se pode escutar o silêncio. Dava vontade de ficar ali, de mergulhar na água e de nos confundirmos com ela, de liquefazermos o nosso corpo e a nossa consciência, de voltar a ser fluído e de transcorrer, de novo em paz com a natureza de que fazemos parte. Nesse dia o rio transfigurou o nosso rosto, criámos mutuamente um compromisso, lamentámos também ter de ir embora, sem data de volta marcada.

Compensá-vamos da tristeza de que aquela área seria inundada um dia, a ideia de que uma equipa de prospecção do IPPAR faria a necessária batida de terreno exaustiva, inventariando tudo, registando tudo, publicando os seus resultados para benefício da comunidade. Por isso foi com grande interesse que escutei a comunicação de Nelson Rebanda, em Maio de 1993, nas V.^{as} Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses em Lisboa, dando conta das suas prospecções na área. Falou do Plano Arqueológico do Côa (PAC), que resultara de um acordo entre o IPPAR e a EDP, e que visava estudar arqueologicamente toda a área da futura albufeira resultante da barragem, a implantar a c. de 2,4 km. da foz do Côa. Tal albufeira atingiria a cota de 230 m., e abarcaria territórios dos concelhos de V.ª N.ª de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e ainda Pinhel. Tanto quanto os apontamentos tirados na altura me recordam, referiu-se à existência de abrigos com arte rupestre junto da área da futura barragem, a um outro abrigo também com vestígios “artísticos” em Almendra, perto de pedreiras, num tributário do Côa, e à existência, no vale da Ribeirinha, afluente da margem direita do rio, de pinturas esquemáticas a vermelho (mais concretamente a um antropomorfo) semelhantes às do abrigo da Fonte Santa, em Lagoaça, Freixo de Espada-à-Cinta. E, já a concluir a sua comunicação, onde também se referiu a vários povoados pré-históricos, mencionou “conjuntos rupestres detectados na zona da construção da barragem”, que apenas abordaria na publicação das Actas. Infelizmente, estas, já editadas por aquela Associação, não contêm a comunicação do autor.

Quando preparávamos o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (realizado

no Porto, Faculdade de Letras, em Outubro de 1993) recebemos uma proposta de trabalho a ser apresentado ao mesmo Congresso por aquele arqueólogo, intitulada “Arte rupestre da Bacia Média do Douro”. O seu resumo era sucinto (vem publicado no respectivo “Livro-Guia”, p. 74, e neste vol. VIII de Actas): “Efectua-se um balanço sobre arte rupestre na Bacia Média do Douro à luz das descobertas realizadas nos últimos anos, especialmente desde 1980.” E acompanhavam-no três palavras-chave: “Gravura rupestre. Pintura rupestre. Sub-naturalismo.” Seleccionado como “poster” pela Comissão Científica do Congresso, e apesar de não ter sido apresentado na altura, este trabalho poderia ainda ter sido publicado neste VIII e último vol. das Actas, à semelhança de outros “posters” ou comunicações apresentados no Congresso, ou como elemento deste “Dossier”.

Totalmente ignorantes de que no Côa existia arte paleolítica, foi grande o nosso espanto quando, nos inícios de Novembro de 1994, fomos confrontados com a notícia pública deste grande achado, sem dúvida uma das mais importantes descobertas da história da Arqueologia portuguesa. Recordámo-nos imediatamente dos trabalhos conduzidos pelos nossos colegas espanhóis da Universidade de Alcalá de Henares e do Museu de Salamanca (Rodrigo de Balbín Behrmann, Manuel Santonja e colaboradores) no vale do rio Águeda, para norte de Ciudad Rodrigo, a escassos 50 km do Côa. Os primeiros resultados desses trabalhos já haviam sido publicados em 1991 e 1992, em Espanha e França. Nós próprios, com outros colegas, tínhamos revelado ao mundo científico, nos inícios dos anos 80, as gravuras animalísticas de Mazouco, também paleolíticas, a uns escassos 30 Km do Côa, hoje mundialmente famosas. Curiosamente, a cronologia genérica que indicávamos para estas últimas — entre os estilos III e IV de Leroi-Gourhan, ou seja, em torno de há 16.000 anos — é basicamente a que aqueles estudiosos espanhóis apontam para o complexo de Siega Verde, no vale do Águeda. Só que enquanto em Mazouco existe apenas meia dúzia de figuras, dominadas por um belíssimo cavalo (a maior parte deve ter ficado sob as águas do Douro), e em Siega Verde se contaram, até hoje, c. de 550 gravuras paleolíticas, no Côa existem vários núcleos, dispersos por uma área de talvez uns 10 km ou mais, contendo, quiçá, vários milhares de figuras. Além disso, e na opinião dos nossos colegas espanhóis, as imagens que puderam ver no dia 29 de Janeiro de 1995, na Quinta da Barca, na ribeira de Piscos e na Canada do Inferno parecem sugerir uma cronologia um pouco mais antiga do que a de Siega Verde.

O estudo, preservação e conservação do complexo de arte paleolítica de ar livre do Côa abrem uma nova era da compreensão e valorização da arte paleolítica, até aqui maioritariamente conhecida em grutas, e portanto, em muitos casos, praticamente invisível (por razões de segurança) pelo grande público. Constitui pois o Côa um património mundial de incalculável valor, histórico, educativo, turístico, e portanto também económico. Ele pode ser visto e usufruído, é um

valor democrático. Veio tarde ao nosso conhecimento. Está em perigo. Mais uma razão para nos unirmos, foz-coenses, portugueses e cidadãos do mundo, em sua defesa. Como se a um familiar muito querido surgisse de súbito a ameaça de uma doença má — alguma pessoa bem formada olharia a dinheiro ou a esforços para a tentar debelar? Não percamos o Côa, não percamos a memória do mundo, não percamos a nossa alma.

O nosso movimento em salvaguarda do Côa não é conduzido contra nada nem contra ninguém. Não somos fundamentalistas de nenhuma causa. Mas temos uma ética e uma ideia de cidadania. Esses são valores que não alienaremos. Esse o nosso compromisso, a única razão que nos move. Que as gravuras do Côa, valorizadas e integradas em circuitos de visita, continuem a mirar o silencioso correr das águas, como desde há quase 20.000 anos. Para prazer da nossa geração e de todas as gerações vindouras. Esse usufruto da beleza não é um luxo, é fonte de bem-estar, única verdadeira razão para estar vivo. E não só é compatível com o desenvolvimento, como é o grande motor do modelo de progresso que se avizinha. Defender o Côa é também defender um futuro para o interior do país.

É por isso urgente parar obras que — sabemo-lo agora — gastam o nosso dinheiro e põem em risco o nosso património, e sentar a uma mesma mesa técnicos e cidadãos capazes de estudar e de implementar uma solução para este tão grave problema nacional.

Porto, Fevereiro de 1995



Conjunto de arqueólogos portugueses e espanhóis observando os pinéis da Ribeira dos Piscos em Janeiro de 1995. Foto V. O. Jorge



Paul Bahn (Inglaterra), Angelo Fossatti (Itália) e Susana O. Jorge em Foz Côa, perto das obras da barragem, Fevereiro de 1995. Foto V. O. Jorge.

O MILAGRE DE FOZ CÔA*

por

Augusto Abelaira**

Por que não compreender que hoje os tempos são outros e continuar agarrado a ideais que tiveram o seu papel há quarenta, trinta ou vinte anos, agora ultrapassados? A pergunta: a juventude actual tem ideias e é capaz de se bater por elas? A prudência impõe-se, as generalizações (não há uma juventude, há muitas) são o pecado mortal de quem emite sentenças. De resto, a existência de organizações juvenis dentro dos partidos sugere, embora não prove, que há largos estratos de jovens com ideais políticos e sociais. E o facto de muitos deles não se inscreverem nos partidos também pode significar a mesma coisa.

O pouco que sei e me conduz a algum pessimismo é fundamentalmente o que leio (o que vejo talvez seja simples aparência). Mas se a minha experiência directa tem algum valor, concluo muitas vezes, a propósito dos jovens A, B e C (socialmente desinteressados), o seguinte: se eles têm vivido durante o fascismo, viveriam apaixonadamente certas preocupações não meramente pessoais. Verificação que me leva a pensar — perdoem o humor negro — que o fascismo nos faz falta, que a democracia, não só a cavaquista (ao fim de dez anos, estamos todos mais ou menos cavaquizados), amolece os espíritos, rouba o espírito de utopia.

Especulações de leigo, não de sociólogo.

Uma recente reportagem, publicada no “Público” e da autoria de Margarida Portugal, veio, e ainda bem, perturbar-me. Intitula-se “O Milagre de Foz Côa” e narra a autêntica revolução que, graças à descoberta das gravuras pré-históricas, se manifestou na escola secundária daquela terra. De acordo com a autora “os professores andam extasiados com os alunos, os alunos andam deslumbrados com a escola. Mês e meio de polémica fizeram mais pelo ensino da região que todas as reformas do sistema educativo”. E acrescenta: “Porquê? Porque subitamente *tudo faz sentido*”. E, para mim, o “subitamente” é revelador. Por um lado, confirma o pessimismo: antes do “subitamente” nada tinha sentido. Por outro lado,

* Publicado no *Jornal de Letras*, de 29-03 a 11-04-95.

** Escritor.

um justo optimismo.

Subitamente. Como declara um professor: “Pela primeira vez, temos aqui um grupo de alunos que querem, de facto, fazer alguma coisa.” A autora comenta: “Tal é o envolvimento dos jovens nas inúmeras actividades em que se desdobram para dar corpo à sua posição em relação à defesa das gravuras.” Defesa que tantos incómodos causa às nossas entidades governamentais, que aos Santos Apóstolos ofereceram, sem êxito, meia dúzia de velinhas para intercederem junto da UNESCO no sentido de esta se manifestar a favor da continuação das obras da barragem.

Um dos professores fala (a expressão é bonita e poderia ser de Bourdieu) no “capital de curiosidade” dos alunos e confessa com modéstia: “Nós (professores) limitámo-nos a constatar o facto e a agir de acordo com ele.” Alunos que de tal modo estimularam os professores que estes “reorganizaram as actividades da área-escola para irem ao encontro das motivações” deles.

Entusiasmo dos alunos, só possível por ter surgido alguma coisa em que acreditaram (“Estamos a defender — diz um aluno — aquilo em que acreditamos”). E, conta ao jornalista, “não são as cartas sem resposta enviadas para o ministério e o mutismo da ministra que os vão desencorajar, o reconhecimento e o encorajamento público não lhes faz falta”. Saliente-se a inimaginável preocupação pedagógica que leva um burocrático Ministério da Educação a deixar sem resposta o entusiasmo daqueles jovens!

“Milagre educativo”, dizem os professores, eles próprios espantados. Possivelmente, já tinham deixado de acreditar nos jovens (e neles próprios ou na eficácia da escola). Professores que, “subitamente”, também passaram a acreditar.

O capital de curiosidade, de paixão, sem o qual não há ideais e que encontrou um motivo para acordar: a descoberta das pinturas rupestres. Que, muito possivelmente (e sirvo-me do título dum grande filme), os conduziu de “rebeldes sem causa” a “rebeldes com causa”. De tal modo que “a taxa de problemas disciplinares na escola baixou drasticamente”.

Conclusão: o capital existe, a apetência para os ideais existe. Mas também o problema: nem todos os dias, e em todas as terras, se descobrem gravuras pré-históricas. Por outras palavras: é preciso inventá-las e essa é, julgo eu, a tarefa de todos nós. Mas como?

P.S. Li nos jornais que um dos nossos ilustres pedagogos, professor catedrático de Direito, descobriu o método de estimular a curiosidade jurídica dos seus alunos ao perguntar-lhes nos exames coisas como: “Quem esteve no enterro de Grotius?” Imagino que um catedrático de Física ou de Matemática pergunta ao aluno Einstein: “Quem esteve no enterro de Newton?” Ou o professor que ensinou contraponto a Beethoven: “Quem esteve no enterro de Bach?” Como um era irónico e o outro malcriado, gostaria de saber como responderiam.

CONTRA A HUMANIDADE*

por

Manuel António Pina**

Esta semana, o “Times”, de Londres, e o “Le Monde”, de Paris (à semelhança do que outros jornais, um pouco por todo o Mundo, têm andado a escrever de há uns tempos para cá) acusaram o Governo do prof. Cavaco Silva de coisas como vandalismo cultural a propósito do que se está a passar com as gravuras rupestres de Foz Côa. Para aqueles jornais, como para instâncias internacionais como a UNESCO, a jazida pré-histórica de Foz Côa, que parece ser a maior e mais importante da Europa a céu aberto, é património cultural da Humanidade e não do Governo do prof. Cavaco Silva ou da EDP, pelo que intimam o professor a pôr termo às obras da barragem e a entregar, livre e aluvial, gravuras e jazida à dita Humanidade.

É uma injustiça. Também esta semana, um jornal financeiro inglês chamava, em título de caixa alta, “República das Bananas” ao Portugal do prof. Cavaco Silva só por causa do frete bolsista que o Dr. Eduardo Catroga fez ao benemérito empresário António Champalimaud, permitindo-lhe meter o Totta ao bolso sem ter que conformar-se a minudências como as leis que regulam o mercado de valores.

O prof. Cavaco Silva é, pelos vistos, tão incompreendido lá fora como cá dentro. O caso de Foz Côa, então, é paradigmático. A Humanidade diz, pelas penas circunspectas do “Times” e do “Le Monde”, que as gravuras são dela. Não queria a Humanidade mais nada!

O Governo do prof. Cavaco Silva já deu que baste à Humanidade em matéria cultural. Mas a Humanidade tem, ao que parece, má memória; ou, pelo menos, a perplexa e suspeita parte da Humanidade que são o “Times” e o “Le Monde” (porque ainda ninguém ouviu nenhum “coolie” de Xangai, nenhum “homeless” de

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 15-03-95.

** Jornalista e poeta.

Nova Iorque, nenhum “fella” do Egipto, nenhum pária ou “sudra” do Bangladesh, nem sequer nenhum desempregado do Alentejo, a gritar pelas gravuras...)

Um Governo que já entregou de mão beijada ao património cultural da Humanidade coisas inestimáveis como os concertos para violino de Chopin, a “Utopia” de Thomas Mann ou o Centro Cultural de Belém merecia que a Humanidade fosse mais bem agradecida!

Se todos os inúmeros secretários de Estado da Cultura que há por esse Mundo fora tivessem ocupado o mandato a descobrir ao menos um concerto para violino de Chopin, ou um solo de “jazz” de Beethoven, ou só que fosse um vira de António Vitorino de Almeida; se todos os primeiros-ministros, como o prof. Cavaco Silva, tivessem interposto ao menos uma acção de paternidade literária ilegítima como a que permitiu apurar que foi Thomas Mann, e não Thomas More, quem escreveu a “Utopia” (teria realmente Camões escrito “Os Lusíadas” ou foi Manuel Alegre?, será Vergílio Ferreira o verdadeiro autor da “Eneida”?, e Vasco Graça Moura o do “Dr. Kildare”? — provavelmente nunca o saberemos...); e se todos os Governos, e não só os de Keops, de Kublai Khan e do prof. Cavaco Silva, mandassem fazer centros culturais do tamanho do de Belém, já a Humanidade estaria cheia de cultura até ao pescoço e andaria mais preocupada em não submergir ela própria do que com a submersão das gravuras de Foz Côa...

Por isso se afigura mais do que justo que o Governo do prof. Cavaco Silva continue a resistir heroicamente à ganância cultural da Humanidade (que mais quer ainda a Humanidade do prof. Cavaco Silva?!) e às investidas das legiões de arqueólogos, historiadores, estudantes do Secundário, jornalistas e outras forças de bloqueio; se for necessário, formaremos em quadrado, como em Aljubarrota! A Humanidade não levará a melhor!

CÔA: “FUNDAMENTALISMO” DO BETÃO?*

por

Vítor Oliveira Jorge

Uma barragem leva muito tempo a projectar, envolve numerosos e alongados estudos e avultados investimentos e, naturalmente, interesses poderosos. Compreendemos assim, em princípio, que uma decisão política sobre a sua suspensão e eventual abandono não possa ser tomada de ânimo leve, nem seja fácil, psicologicamente, de admitir, sobretudo para quem vê nela o próprio símbolo do progresso. Assim tem acontecido com a barragem de Foz Côa.

Porém, estamos aqui, no Côa, perante um *caso excepcional a nível mundial*, pois afecta um património único, cujo potencial cultural e económico é absolutamente inédito. Em consequência, o caso requer também uma coragem política e uma *decisão excepcionais*, sustentadas numa opinião pública esclarecida. Tal decisão terá, a curto e médio prazo, certos custos materiais indiscutíveis, mas, a mais longo prazo, uma valência ética, cultural e sobretudo económica — e, consequentemente, política — também excepcionais.

É este ponto de vista (que não erigimos em dogma) que, há meses, tentamos explicar ao Governo, à Oposição, ao IPPAR e à EDP, às populações, aos jornalistas e aos estudantes, enfim, a todos os nossos interlocutores. Fazemo-lo na condição de cidadão que se julga consciente das suas responsabilidades cívicas, e de investigador de Arqueologia com 30 anos de prática, e não de “fundamentalista”, ecológico ou outro. Detestamos, aliás, qualquer tipo de fundamentalismo, radicalismo, ou dogmatismo, seja de que sentido for.

Mas, precisamente por isso, neste caso do Côa pensamos que mais vale parar já — desde logo para realizar estudos que vão ser necessariamente demorados,

* Texto apresentado em conferência de imprensa realizada, em 27 de Março de 1995, na Faculdade de Letras da U. P., por ocasião da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular e do anúncio do IIº Congresso de Arqueologia Peninsular em Zamora (Setembro de 1996), e publicado no *Jornal de Notícias* de 18-04-95. Naquela sessão, em que igualmente se fez a apresentação de uma proposta de criação do Parque Arqueológico do Côa, participaram o Prof. Rodrigo de Balbín Behrmann, da Univ. de Alcalá de Henares, um dos secretários-gerais para Espanha do IIº Congresso, e os Drs. António Manuel Silva e Virgílio Correia, da Pró-APA.

mas que são perfeitamente conciliáveis com o começo do aproveitamento turístico da área — do que tarde demais, no interesse do bem comum.

Uma barragem não costuma gerar emprego local: segundo fomos informado, na do Pocinho trabalham actualmente c. de 4 pessoas.

Cremos (nomeadamente através de estudos feitos pelo Eng.º Nuno Ribeiro da Silva, ex-Secretário de Estado da Energia), que não estamos carecidos em energia eléctrica ao ponto da barragem de Foz Côa, em concreto, se nos tornar absolutamente imprescindível, tanto mais que há muitas outras barragens programadas ou em execução. Mas neste aspecto estamos abertos a todos os esclarecimentos que os técnicos da matéria, sem preconceitos, nos queiram prestar.

No dia 24 do corrente a Sr.ª Ministra do Ambiente veio declarar que nunca foi intenção do seu ministério utilizar a barragem do Côa para, por um sistema de transvases, abastecer a albufeira do Alqueva.

Se tal barragem não serve para produzir um significativo desenvolvimento local e regional, se não parece visar primordialmente a produção, em moldes rentáveis, de uma electricidade de que estivéssemos prementemente carecidos, se também não é para regar o Sul e atacar a seca, para que servirá? Como reservatório estratégico de água, no sentido de compensar as perdas hídricas do Douro, por via das acções espanholas nesse rio? Mas, neste caso, não haveria antes que negociar convenientemente com os nossos vizinhos uma política, digna, de partilha dos rios internacionais ibéricos, e não admitir factos consumados que ainda por cima iríamos tentar compensar com outros factos ainda mais gravosos, numa espiral de erros crescentemente detractores do nosso património ambiental e histórico-arqueológico?

Não estamos com estas palavras a pressupor que uma barragem como a de Foz Côa seria, em si mesma, uma inutilidade. Tal atitude, além de obviamente leviana, constituiria uma falta de respeito para com dezenas de técnicos capacitados que trabalharam durante muitos anos no seu planeamento, numa esfera de competência que não é a nossa. Estamos apenas a questionar a indispensabilidade absoluta que alguns lhe atribuem, tornando-a assunto quase intocável, para não dizer sagrado, só discutível por técnicos; se assim fosse, onde estaria o nosso direito de cidadania, que se baseia numa partilha da informação e no exercício do diálogo? Se erramos, que nos corrijam, com a mesma boa fé com que procuramos questionar publicamente o problema. Mas só podemos dialogar com interlocutores que também admitam *a priori* que podem cometer erros de apreciação em matérias que não são da sua competência, como é neste caso a da arte rupestre, ou do património histórico-cultural em geral, de um dos (ainda) mais belos rios portugueses. Queremos ser parceiros de um diálogo que só em clima de respeito mútuo e visando o interesse nacional se pode desenrolar. Diálogo que, não nos esqueçamos, tem por pano de fundo uma obra que, apesar de todas as recomendações,

teima em não parar.

No já citado dia 24 do corrente, o Sr. Primeiro Ministro afirmou publicamente que, desde a chegada do relatório dos especialistas da UNESCO (inícios do corrente mês) não tinham sido feitas adjudicações de novos contratos para o Côa. Tal declaração, a nosso ver demasiado geral para a importância do assunto em causa, gera de imediato as perguntas seguintes:

– Que contratos estão feitos neste preciso momento e quais os custos exactos dos trabalhos já realizados? O que é que, concreta e especificadamente, foi já adjudicado?

– Que outros contratos estão ou estavam previstos? O que é que falta adjudicar?

– Perante o avanço permanente (noite e dia, segundo somos informados) da obra por parte da EDP, e declarações desta empresa de que não tenciona parar tal obra (v. jornais de 25 do corrente), quando se irá dar a interrupção real, física, da mesma, já aconselhada pelos técnicos da UNESCO? Ou existirá aqui algum "fundamentalismo" — neste caso, do betão a todo o custo — que o não consente?

Note-se que apenas nos limitamos a perguntar, com o fim de um melhor esclarecimento do que *realmente* se passa, na assunção de que, num regime democrático, a circulação de informação é o próprio sangue que drena e vitaliza o sistema.

Não nos satisfazemos por isso com declarações de princípio, nem intenções de carácter geral. É óbvio que a EDP é poderosa, mas é o Governo do Prof. Cavaco Silva quem, neste momento, governa o país, e é esse governo que está a ser acusado de "vandalismo" pela imprensa internacional e a ser alvo de apelos de especialistas de todo o mundo, para que trave o holocausto, ainda evitável, da destruição do património mundial do rio Côa. Isso afecta a imagem de todos os portugueses, de todos os universitários do nosso país — onde ninguém duvida de que há especialistas de alta qualidade — e da Arqueologia nacional e seus organismos de tutela.

Urge actuar, não por palavras, mas por actos. Já passou demasiado tempo.

Porto, Março de 1995

POR QUE É QUE O PATRIMÓNIO CULTURAL DO CÔA NÃO PODE IR POR ÁGUA ABAIXO?*

por

Vítor Oliveira Jorge

As primeiras manifestações artísticas da humanidade, datáveis de há uns 30.000 anos, ocorrem na sua esmagadora maioria em grutas, situadas principalmente no Sudoeste de França e no extremo Norte de Espanha. São pinturas e gravuras praticadas nas paredes das cavernas, como em Altamira (Espanha) e Lascaux (França). Existe também a chamada arte móvel, constituída por objectos “decorados” ou pequenas esculturas, e alguns destes têm uma expansão pan-europeia, ocorrendo por vezes em locais de ar livre.

Neste mundo artístico, a Meseta ibérica constituía até há alguns anos uma simples e pobre periferia. Conheciam-se algumas grutas (de que a portuguesa do Escoural — Alentejo — era a manifestação mais ocidental), que revelaram arte parietal e/ou móvel.

Começou-se depois a encontrar *arte parietal de ar livre*, e essa foi a grande novidade dos anos 80 do nosso século. Mazouco, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, com o seu magnífico cavalo gravado, rodeado de outros animais, tornou-se histórico, sendo hoje citado em todos os manuais, como o célebre «Atlas de Arqueologia» da Times. Provavelmente, a área em torno de Mazouco conteve outras gravuras; mas estas foram submersas pelas águas do Douro e da sua afluente, a ribeira de Albagueira. Em 1989 foi descoberto o complexo de Siega Verde, no rio Águeda, o qual tem cerca de 550 figuras do período paleolítico superior (há cerca de 18.000 anos), as quais têm vindo a ser estudadas e publicadas desde então pelo professores da Universidade de Alcalá de Henares, Rodrigo de Balbín Behrmann e Javier Alcolea Gonzalez.

Mazouco e, sobretudo, Siega Verde, deixavam antever a possibilidade de um dia, nos xistos e grauvaques do Douro ou seus afluentes, se encontrarem novas gravuras paleolíticas.

* Texto divulgado nos jornais *Público* e *Jornal de Notícias* de 30-03-1995.

Mas tal possibilidade tornou-se uma realidade, que excedeu todas as eventuais expectativas, no rio Côa, ao longo de 10 ou mais km. do seu percurso, o que o torna o maior santuário desta época de ar livre do mundo. Há ali certamente milhares de gravuras praticadas nas rochas, em sítios escolhidos pelo seu valor simbólico, numa espécie de “marcação” da paisagem, que não era casual, mas obedecia a um complexo sistema de natureza religiosa.

Como sabemos isso? Por que razão chamamos “santuários” a estes locais?

Quando, nos finais do séc. XIX, foi descoberta a arte paleolítica, a primeira ideia que sobre ela vingou foi a da «arte pela arte». Ou seja, os “artistas” do Paleolítico pintariam ou gravariam as paredes das grutas com uma finalidade puramente estética. Tratava-se de uma nítida projecção no passado da concepção moderna da arte, e portanto anacrónica. Mais tarde, nos inícios do séc. XX, quando se começou a conhecer melhor as populações caçadoras-recolectoras do planeta, verificou-se que para nenhuma delas (como os Aborígenes australianos) a prática de grafismos era gratuita, mas estava imbuida de intencionalidade, inserida no quotidiano das populações. E surgiu a teoria da “arte mágica”. Os caçadores pintariam animais de espécies de que se alimentavam para, por magia simpática, se assegurarem da sua captura ou promoverem a sua fertilidade e propagação. Um materialismo de pequeno alcance presidia a estas concepções, inspiradas no espírito anticlerical de alguns dos seus defensores.

Só nos anos 60 do nosso século a perspectiva “estruturalista” de Leroi-Gourhan revolucionaria por completo estas teorias redutoras e primárias. A partir de um estudo exaustivo e de um tratamento estatístico das figurações parietais e móveis, aquele professor de Paris concluiu que os temas mais representados eram os dos bovídeos (bois e bisontes) e equídeos, seguidos de toda uma série de animais secundários, como os cervídeos. Estes, com frequência, estavam em zonas de passagem ou figuravam na periferia dos painéis. Tais temas animalistas eram acompanhados de sinais esquemáticos, que também podiam ser reduzidos a dois grandes grupos: os sinais cheios (interpretáveis como alusões ao feminino) e os sinais alongados, conotáveis com o princípio masculino. Estaríamos pois, na arte do Paleolítico superior, perante o suporte gráfico de uma complexa mitologia, que parecia organizar-se em torno de princípios duais, representando os cavalos o masculino e os bisontes ou auroques o feminino. As próprias grutas, na sua forma tão específica, como invaginações naturais, poderiam estar conectadas com uma realidade feminina.

Se as interpretações de Leroi-Gourhan são, ainda hoje, controversas, não há dúvida de que elas marcaram uma revolução na maneira como passámos a ver a arte do Paleolítico. Animais, sinais, ou figuras humanas, não tinham sido representados ao acaso, justapostos ao longo do tempo anarquicamente, em momentos de ócio ou com puras intenções de expressão estética; nem tinham sido figurados

apenas para se assegurar um melhor êxito nas caçadas. *As grutas eram todos organizados*, em que a relação das figuras entre si e com a topografia desses locais era altamente significativa. Ou seja, as cavernas eram a moldura que dava sentido às próprias composições que, longe de serem realistas, estavam impregnadas de um refinado simbolismo, não só na escolha sistemática dos temas tratados, mas também nos convencionalismos plásticos que evidenciavam.

É isso que nós notamos agora no Côa, mas desta vez ao ar livre, e numa extensão tão vasta, que *nos vai permitir, pela primeira vez, perceber como é que estes nossos antepassados organizavam conceptualmente a paisagem*, como se esta última fosse uma gigantista gruta a céu aberto. Os cavalos e os bois são af os mais representados. Com frequência tem grandes dimensões ou são picotados de forma a serem mais visíveis. Pelo contrário, certos cervídeos ou caprídeos são figurados em posição lateral ou em traço mais fino. Todo um jogo entre o que é para se ver logo, até de longe, e o que só se dá a ver com o tempo, está praticado naquelas rochas. A decifração desse jogo, só possível com a limpeza cuidada de rocha a rocha e com o estudo sem pressas da mesma, é, só por si, um fascinante trabalho. Muitas superfícies que hoje parece não conterem gravuras poderão tê-las, ou mesmo estar recheadas das mesmas, só sendo visíveis em certos momentos do dia ou segundo determinados ângulos de luz. A relação dos painéis gravados com os painéis não gravados, destes com a topografia envolvente, com os cursos de água e com todos os outros elementos da paisagem é um dado fundamental da pesquisa. É por isso que as alterações já produzidas pelas obras da projectada barragem, mesmo que estas últimas parassem hoje mesmo, constituiriam, por si sós, um gravíssimo atentado a um património que deve ser considerado como uma edição única da Bíblia ou do Corão: o livro da sabedoria milenária dos primeiros europeus modernos, escrito na rocha há 20.000 anos.

Tudo o que foi dito visa sustentar a afirmação de que, mesmo que fosse possível cortar cada rocha gravada e colocá-la noutra local, a sua relação mútua e com a paisagem perder-se-iam, destruindo irremediavelmente o seu sentido. É essa a razão que nos leva a dizer que a barragem e a preservação e usufruto deste imenso santuário rupestre são incompatíveis. Mesmo admitindo que isso fosse tecnicamente possível, “salvar” algumas gravuras e condenar as restantes e todo o vale que lhes dá contexto, seria como guardar algumas páginas de um livro único e precioso e queimar todo o resto. Para sempre e irremediavelmente.

É isto que é importante transmitir. As pessoas que estão contra a barragem não são fundamentalistas ecológicos, adversários do progresso, teimosos sem sentido do equilíbrio, ou com os pés não assentes na terra. Pelo contrário. Essas pessoas perceberam que a projectada barragem de Foz Côa, com a sua imensa albufeira, submergiria para sempre todo um ecossistema, que não era visto pelos homens de há 20.000 anos como algo de alheio, de exterior, onde eles fossem

“rabiscar as fragas”, mas como parte da sua alma. O rio Côa era, com certeza, um rio sagrado, um enorme santuário, com o seu silêncio, com os seus animais e as suas ribeiras, com a memória dos mortos e dos deuses. Um santuário que se preservou milagrosamente até aos nossos dias e a cuja morte não podemos assistir, impávidos e serenos. Seria um holocausto cultural tremendo, comparável com as fogueiras que os regimes autoritários fizeram durante a última guerra para queimarem pilhas de livros, para tentarem apagar, intransigentemente, uma parte da memória de muitos milhões de homens e de mulheres, só porque pensavam de maneira diferente. A barragem de Foz Côa seria um dos maiores actos de vandalismo jamais praticados num país com 8 séculos de história e de cultura, que se honra de ser uma nação tolerante.

Estarei com estas palavras a procurar ofender os promotores da barragem? Não é essa a minha intenção. Compreendo a sua falta de conhecimentos em Pré-história, assim como eu assumo a minha ignorância em matérias de engenharia, e tantas outras. Mas, por favor, saibam ouvir, neste caso, quem sabe do assunto, senhores engenheiros e senhores políticos! Ouçam a voz de centenas de milhares de pessoas que, em todo o mundo, apelam para o governo português para que trave, quando antes, este crime cultural. Tenham a coragem de fazer marcha atrás, admitindo o erro, aliás certamente involuntário. E colaborem todos numa solução alternativa, planeada, que dê emprego e verdadeiro desenvolvimento às gentes de Foz Côa e do interior em geral. Essa solução existe e pode ainda ser implementada. É uma questão de decisão política, que, a não ser tomada já, tornará tristemente célebres, para todo o sempre, os nossos actuais governantes. Não creio que o desejem; acredito, apesar dos formidáveis interesses em jogo, que o processo ainda é reversível e que o prestígio do país será reposto, até enriquecido, e que as populações da região de Foz Côa se regozijarão, no futuro, com a solução que se terá de encontrar. A paragem da barragem, solicitada pelos peritos da UNESCO, é apenas o começo de uma nova fase, fase de muito trabalho, de investimento em imaginação e em dinheiro, para criarmos aqui um projecto grandioso, certamente um dos mais ambiciosos deste país durante o corrente século, e que orgulhará a nossa geração e quem o decidir executar.

Em resumo, que projecto é esse? Criação de um vasto parque natural e arqueológico luso-espanhol, recorrendo, se possível, a fundos comunitários. Esse parque contará com um museu e centro de estudos, capaz de albergar estudiosos de todo o mundo e permitir a realização de cursos e de congressos. Aí se poderá vender uma imensidão de produtos culturais, desde postais e T-shirts até livros e vídeos. Aí se mostrarão os resultados das escavações e análises entretanto feitas em toda a área. Circuitos pedestres e para jeeps, devidamente sinalizados, mapas e brochuras, guias treinados para o efeito, dominando várias línguas, encaminharão os turistas para as diversas zonas do vale, onde os esperarão placards

explicativos de cada conjunto de gravuras, ou de cada estação arqueológica entretanto estudada e musealizada. Esses turistas alimentarão uma plêiade de restaurantes, hotéis, pousadas, parques de campismo, permitirão reactivar, por exemplo, a linha de caminho de ferro do Douro até Espanha, ligando o Côa e o Águeda. Os vinhos da região tornar-se-ão ainda mais famosos em todo o mundo, bem como todos os valores culturais e naturais da zona.

Nada disto surgirá por encanto, mas é óbvio que exigirá muito trabalho. Porém, o vale do Côa merece-o. Nele existem sinais da ocupação humana desde o Paleolítico superior até hoje. Todos os actuais estudantes de Arqueologia do país, desde que tornados profissionais competentes, não chegarão para integrar ou coordenar as equipas que terão de se formar. Mas o vale não precisará de ficar interdito aos turistas durante os estudos. Com uma articulação bem planeada, investigação e desenvolvimento de um projecto de rentabilização imediata irão a par.

Não sou natural de Foz Côa, mas trabalho ali desde 1989 e apaixonei-me por aquela terra. Que as minhas palavras sejam entendidas como um contributo para o seu autêntico progresso e valorização, ditadas por um imperativo de consciência, e com todo o respeito por todos quantos ali trabalham e se orgulham do que é seu. E neste caso, do que também é de todos nós, portugueses, e da humanidade em geral. Bem hajam os que me souberem ouvir sem preconceitos.

Porto, Março de 1995

PATRIMÓNIO DO CÔA: NOVO ESCLARECIMENTO À OPINIÃO PÚBLICA*

por

Vítor Oliveira Jorge

I. PONDERANDO COM ISENÇÃO

No momento em que escrevo (18.03.95), a questão do património do Côa parece centrar-se, redutora e simplisticamente, em duas posições antagónicas: a “**pró-barragem**” e a “**pró-gravuras**”. Criadas as condições para uma polémica pública em torno do sim ou não (sempre a de maior eco nos órgãos de comunicação social), para a maioria dos cidadãos que tem acompanhado o assunto, incluindo a comunidade científica, o problema equaciona-se, ao que julgo, nos termos seguintes.

1. Quem defende a construção da barragem normalmente relaciona-a com:
 - grandes investimentos já feitos e compromissos assumidos, constituindo o abandono ou até a paragem temporária da obra um custo demasiado elevado, impossível de pagar pelos meios ao dispor do nosso país;
 - criação de postos de trabalho na região e factor de desenvolvimento futuro da área do interior;
 - necessidade de produção de energia eléctrica para o país e, conjuntamente ou em alternativa, reserva estratégica de água, nomeadamente tendo em vista a sua transferência para o Sul do país e, em particular, para o empreendimento do Alqueva;
 - o facto de se não ter provado que, com a construção da barragem, e consequente inundação sob a sua albufeira, as “gravuras paleolíticas” praticadas nos xistos se deteriorem. Há até quem defenda — mesmo adentro da comunidade científica — que as gravuras, debaixo de água, ficarão mais protegidas. O único inconveniente seria o de, durante umas quatro gerações (cerca de um século que

* Texto publicado no jornal *Diário de Notícias* de 30-03-95.

a barragem poderá ter de vida), a sua observação ser impossível. Mas, que teríamos a perder assim de tão importante, se tais gravuras já estiveram no olvido durante cerca de 200 séculos e ninguém deixou de viver por causa disso? Por outro lado, as “gravuras” estariam assim protegidas de todos os vandalismos que, se ficarem ao ar livre, e com a publicidade que já lhes foi dada, não deixarão de se verificar, dada a tradicional tendência portuguesa para não prestar a devida atenção ao património, acabando, uma vez passada a fase do entusiasmo e dos propósitos líricos, por se deixar tudo ao abandono. Quem se poderia, então, responsabilizar por uma tal situação, nomeadamente pela ira das populações que se sentiriam enganadas, uma vez mais, com propostas vãs que jamais veriam concretização prática? O melhor é fazer como se tem feito em certas grutas paleolíticas “decoradas”: registar o melhor possível e fechar tudo (neste caso, alagar), permitindo aos interessados que observem cópias, réplicas, filmes, etc.

— são essencialmente os arqueólogos, ou alguns deles, eventualmente interessados em se assenhorearem do prestígio do estudo e publicação de tão notável conjunto, e os ecologistas, uns e outros “fundamentalistas” do património e do ambiente, e portanto renitentes ao “progresso”, que se opõem à barragem. Para estes senhores “esclarecidos”, que não dispensam o conforto das cidades em que vivem, o interior seria uma espécie de “reserva” de natureza selvagem e primitiva que, com as suas marcas do passado humano, formaria um todo, restabelecedor de energias psíquicas e físicas para ultrapassar o stress em períodos de férias;

— mas, se os arqueólogos acham as gravuras tão importantes, porque é que deixaram acontecer um facto destes, chegar-se a um dilema tão extremo, quando uma observação mais cuidadosa do vale já poderia atempadamente ter detectado o santuário paleolítico há muito tempo, evitando tão grave escândalo e custo para a imagem de Portugal? Agora, é tarde demais;

— em suma, a barragem de Foz Côa representa um factor de progresso inequívoco para a região e para o país, um bem praticamente inquestionável, um dado adquirido, e quem anda a tentar travar o processo é apenas um impecilho, um renitente teimoso, fechado nas suas posições e incapaz de dialogar abertamente, com os pés assentes na terra, com o conjunto das partes envolvidas;

— a paragem da obra teria custos imensos de popularidade e consequências políticas nefastas, principalmente em ano de eleições.

2. Quem, pelo contrário, opta pela defesa intransigente das “gravuras” advoga que:

— elas são um património histórico, cultural e artístico, de valor mundial, uma vez que constituem o maior conjunto de arte rupestre paleolítica ao ar livre conhecido no planeta;

— jornais e especialistas credenciados de todo o mundo, numa atitude que

envergonha Portugal, estão a acusar o nosso país e seus actuais governantes de vandalismo, pedindo insistentemente ao governo português que suspenda tal acto, dado que se trata de um património que pertence à humanidade;

— tudo indica que as “gravuras” se não conservarão bem, ou se não conservarão de todo, dentro de uma albufeira, principalmente se esta estiver sujeita a oscilações de nível, sabendo-se que o pior que pode acontecer aos complexos xistosos (apesar da sua diversidade) é o facto de serem submersos, embebidos de água, e depois sujeitos a um processo de secagem (caso em que estalariam). Também nas zonas profundas a acidez da água será intensa, alterando ou destruindo as gravuras por fenómenos químicos. Quer dizer, este património, debaixo de água, desagregar-se-á, destruir-se-á mais ou menos irremediavelmente;

— não são só as “gravuras” paleolíticas praticadas nos xistos e grauvaques do Côa que são um importante património histórico-cultural. Há também ali abrigos pintados (para sul, já na área dos granitos, que parece conter igualmente motivos paleolíticos, além de outros mais recentes), arte rupestre que vem até à Idade do Ferro e às épocas históricas, povoados pré-históricos, sítios romanos, medievais, quintas modernas onde se produz vinho fino, dito “do Porto”, etc.;

— todo o vale do Côa constitui um património ecológico e histórico-cultural que importa preservar, nas suas valências paisagísticas, de flora e fauna, etc., podendo ser rentabilizado sob a forma de um parque natural e arqueológico que criará muito mais postos de trabalho e fará de Foz Côa uma região visitada por turistas (de qualidade) de todo o mundo, à semelhança de Stonehenge na Inglaterra, de Val Camonica na Itália, ou do Mont Bégo em França;

— os especialistas da Unesco que visitaram o Côa e elaboraram um relatório que apresentaram ao governo português e ao Presidente da República recomendaram a feitura de um vasto conjunto de estudos, a constituição de uma equipa internacional de peritos para os realizarem, a paragem temporária das obras para que tal seja possível, e a criação de um museu de sítio que, em qualquer dos casos (barragem ou não barragem) fique a servir de elemento de elucidação de todo o valor patrimonial em causa.

II. AGORA, UMA PEQUENA PARTE SARCÁSTICA

Os dias passam, os políticos vão agendando visitas ao Côa e ponderando se “aquilo” pode dar votos, a Assembleia da República ouve os arqueólogos e estes vão-se desdobrando em declarações públicas, os jovens fazem diversas iniciativas anti-barragem (“as gravuras não sabem nadar”, ou “não nos ensinam arqueologia, dêem-nos antes um curso de escafandrismo”), os jornais vendem, as obras prosseguem, o Presidente da Câmara de Foz Côa, agora famoso, já não é capaz de

contar as entrevistas que deu, o governo diz que precisa de mais estudos para tomar posição, a EDP diz que não tem nada a ver com isto e só executa, certos cientistas da pedra dizem que só se poderiam pronunciar se..., depois de... aturados estudos, mas que também não têm tempo para, etc., etc. Entretanto, os donos de cafés, restaurantes e pensões locais estão fazendo dinheiro (coisa que a barragem nunca lhes tinha proporcionado) e há já indivíduos pronunciando conferências ou publicando artigos por esse mundo sobre a arte do Côa, com o intuito de a divulgar, claro. Meia dúzia de pessoas, em Foz Côa e noutros pontos do país, angustia-se com o que acontece, trabalha o mais que pode para esclarecer e se esclarecer no meio deste ruído informativo, mas o problema é deles; coitados, apaixonaram-se por isto, precisavam de uma causa. Ganharam visibilidade, protagonismo. *So far, so good.*

O pior é que o divertimento vai, mais cedo ou mais tarde, acabar. Diz-se que a barragem tem um ponto de não retorno (tornar-se-á irreversível) em Agosto, ou talvez antes. E depois, meus meninos, tudo de novo ao trabalho, que quem pode pode, quem manda manda, quem ganha com o betão e o resto não está aqui para brincadeiras, quem pode deixa-se ir até à ópera ou para o laboratório, que se faz tarde, e assim esquece-se esta maçada. Que diabo, há muita outra cultura para fazer, tanta outra coisa para investigar, espectáculos lindos para ouvir e ver! Temas e temas para outros tantos jornais, até ao fim dos séculos! Fronte erguida, compatriotas, que podemos bem com o facto dos outros nos chamarem vândalos. Os senhores do governo, se dizem que isto é complexo, lá sabem porque o fazem. E a verdade é que a gente precisa de beber, de regar os campos, de acender a luz, da vidinha. Cultura, aquelas fragas riscadas, isso nunca deu de comer a ninguém. Biba o pobo, biba Portugal, biba o progresso e o sucesso!

III. ONDE O TEXTO VOLTA A SER A SÉRIO

Quando, nos fins do séc. XIX, se descobriu a arte das grutas paleolíticas (estão hoje conhecidas umas trezentas, concentradas no Sul de França e extremo Norte de Espanha) houve uma polémica imensa sobre a sua autenticidade. Seria possível selvagens de há 30.000 ou 20.000 anos terem feito obras de arte? Tendo-se admitido finalmente que sim, elas não poderiam servir para outro fim que não fosse o daqueles homens e mulheres se distraírem, durante os longos invernos glaciários, fechados nas grutas, exprimindo o seu gosto estético emergente através dos bisontes, dos cavalos, dos bois, e de outras figuras. A arte era, como hoje, uma expressão (então titubeante) de beleza gráfica, absolutamente gratuita, feita ao sabor da ocasião.

A observação de indígenas de outros pontos do mundo, vivendo da caça-recoleção, e exprimindo-se por meio de sinais pintados em grutas, ou outras

formas plásticas, veio abrir os olhos para o facto de, afinal, tais actos serem atitudes sociais e não individuais, estarem impregnados de uma intencionalidade consciente. A “arte” paleolítica passou então a ser explicada por motivações mágicas; as figuras dos animais seriam realizadas com o fim de assegurar a sua apropriação na caça, ou a sua reprodução e fertilidade. Mas cada motivo continuava a ser encarado isoladamente, independente do suporte.

Até que chegámos aos anos 60 do nosso século e os Profs. Laming-Emperaire e Leroi-Gourhan (sobretudo este último) operaram uma revolução na forma de encarmos a “arte das cavernas”. Estas eram um todo organizado, em que cada figura, fosse ela um animal, uma figura humana, ou um sinal esquemático, tinha relação com as outras e com a sua localização topográfica no interior da gruta. Não só estávamos, pois, perante “mitogramas”, ou seja, grafismos que serviam de suporte a uma mitologia estruturada, como eles faziam sistema entre si e com o contexto físico em que tinham sido implementados.

Uma relação entre dois princípios fundamentais podia discernir-se, seg. Leroi-Gourhan: bisontes ou auroques, por um lado, e cavalos, por outro, eram as figuras mais abundantes, e/ou mais em destaque nos painéis. Rodeavam-nos uma série de outros animais, nomeadamente cervídeos, que se encontravam em regra em posição periférica ou secundária, ou em lugares de passagem das cavidades. Estas tornavam-se, assim, autênticos santuários subterrâneos, locais sagrados, tanto mais misteriosos quanto, muitas vezes, as primeiras figurações nos aparecem longe da entrada e portanto na total obscuridade desses sítios, cujo silêncio só é interrompido, às vezes, pelo correr de um riacho subterrâneo ou pelos pingos de água a cair do tecto. As grutas eram como templos cristãos ou mesquitas muçulmanas; e a rica iconografia que revestia as suas paredes não estava ali por acaso nem ao acaso, nem teria sentido sem a própria gruta que lhe servia de contexto, que lhes dava sentido.

O mesmo acontece, sabemos-lo agora, nas estações de ar livre, de que o Côa é, de longe, o melhor exemplo mundial. Por isso se torna tão fulcral perceber isto: **a razão pela qual não podemos afundar as gravuras do Côa é que elas, por si sós, não tinham há 20.000 anos, nem teriam agora, significado algum.** O complexo de gravuras paleolíticas daquele rio, debaixo de água, ficava estragado, mesmo que cada uma das suas imagens (suposição bem problemática, para não dizer mesmo impossível) se conservasse. Porque a obra de arte, o monumento a preservar, era o vale — o equivalente ao ar livre de uma gigantesca gruta — e não cada conjunto de gravações de per si. Painéis com gravuras e sem gravuras, acidentados de terreno, cursos de água, toda a geomorfologia do vale é, em suma, neste caso, a verdadeira valência cultural que temos de decidir preservar ou não. Se a decisão for não, sabemos o que estamos a estragar: estamos a cometer um crime hediondo contra a memória da nossa espécie. O mundo jamais nos per-

doará. Se decidirmos preservá-lo, as instâncias internacionais ajudar-nos-ão neste esforço, não só meritório, mas eticamente obrigatório. É preciso desde já levar o assunto a Bruxelas e ao Parlamento Europeu, a todos os foros internacionais, para colhermos conselhos, ajudas. É preciso parar as obras agora. Em prol do autêntico progresso. É um acto de coragem que honra quem o tomar.

Porto, Março de 1995

TODOS TEMOS A VER COM O CÔA*

por

Vitor Oliveira Jorge

Como tem sido largamente noticiado, no vale do rio Côa, no NE. de Portugal, existe um património cultural *único no mundo*, constituído por centenas, se não milhares, de gravuras datáveis do Paleolítico Superior (com c. 20.000 a 17.000 anos). Mas também abrigos sob rocha com pinturas da Pré-história recente e numerosas gravuras da Proto-história, além de povoados de todas as épocas, da Idade do Cobre (3º milénio a.C.) à época contemporânea.

Esse património, devido em grande parte ao isolamento da região, e à diminuta comunidade arqueológica portuguesa (tudo índices do nosso atraso de décadas em relação a outros países europeus, resultado do regime retrógrado que sofremos antes de 1974), era desconhecido até há alguns anos. Mas, do mal, o menos: assim chegou aos nossos dias em estado de ainda ser conservado, estudado, e valorizado, constituindo um bem cultural e económico extraordinário.

Ou seja, *pela primeira vez*, em termos de património arqueológico, temos em Portugal, país, apesar de tudo, relativamente pobre neste domínio, *algo que não existe em mais parte alguma do mundo*, e com o qual podemos contribuir para a memória da humanidade no seu todo.

Se perdermos o Côa, perderemos o que de melhor temos para oferecer neste campo, em termos científicos, culturais e turísticos. Por isso, repetimos: a sua destruição pela construção da barragem de Foz Côa seria um holocausto tremendo, provavelmente o maior crime do século contra o nosso património cultural.

Por mais que compreendamos as razões afectivas que levam os autores do projecto a defendê-lo a todo o transe, há que encarar a situação de frente, estudando alternativas e desviando para outros rios, depois dos necessários estudos, as valências económicas que se pretendiam obter do Côa, e que neste caso redundariam em catástrofe. Se respeitamos o trabalho investido por técnicos de engenharia na preparação desta obra, contra os quais nada nos move, já não

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 23-05-95.

podemos aceitar manobras de adiamento sucessivas, que duram há seis meses. Os técnicos de Arqueologia já foram bem claros: neste caso, é incompatível a construção da barragem com a protecção e usufruto de um enorme santuário de ar livre que é todo o rio Côa.

Há 200 séculos que as gravuras paleolíticas do Côa se conservam ao ar livre, sofrendo notáveis variações climáticas. Quem pode *garantir a 100%* que elas se conservarão debaixo de água? Adianto a resposta, depois de falar com numerosos especialistas de geologia e áreas afins: ninguém, no seu perfeito juízo.

Mas o que está em causa no Côa não são gravuras desgarradas, mais ou menos abundantes, mais ou menos espectaculares, mais ou menos valiosas artisticamente. O que temos tentado explicar é que, *neste caso, o monumento é todo o rio, pois ele foi usado, pelos caçadores-recolectores paleolíticos, como uma arquitectura natural. Estamos perante uma paisagem cultural, carregada de simbolismo.* Desfigurá-la (mais do que o que já está) ou afundá-la corresponderia à sua destruição patrimonial. Não haveria alibis, de espécie alguma, para esse crime inqualificável, que colocaria Portugal, agora sim, na verdadeira "Idade da Pedra", aos olhos da opinião pública esclarecida de todo o mundo.

Como diz o ditado: "quem te avisa, teu amigo é". Se aquele crime viesse a ser permitido por todos nós, os decisores não poderiam referir, nunca, para se desculparem, que os técnicos de Arqueologia os não avisaram a tempo do que estavam a cometer. As gerações actuais e vindouras lerão estas minhas palavras e julgarão os actos dos governantes que mandarem avançar ou parar as obras da barragem. É que sim, senhores, por uma vez, *estamos infelizmente perante uma situação dilemática*, de preto ou branco, situação-tipo que raramente se apresentará com contrastes tão nítidos como aqui. Não é possível ter a mega-barragem do Côa e, ao mesmo tempo, preservar o património histórico-cultural do rio. Não é possível estar, ao mesmo tempo, dos dois lados da barricada. Por questões que nos ultrapassaram a todos, sabemos agora que o nosso dinheiro está a ser, todos os dias, mal gasto no Côa; quando o leitor chegar ao fim deste breve artigo, já mais umas centenas de contos terão ido por água abaixo, desde que o começou a ler. Temos todos de assumir as consequências desta infeliz circunstância, por mais custosas que sejam. Quanto mais tarde se actuar eficazmente no terreno (de palavras e de "ruído" na comunicação social — apesar do inestimável contributo que tem dado — estamos já todos fartos), tanto pior.

Mas a defesa, *cada vez mais urgente*, desse valor colectivo, simultaneamente direito e dever cívicos inalienáveis, não compete apenas aos arqueólogos, ou aos foz-coenses. Trata-se, repito, de um património artístico e espiritual, com duzentos séculos de idade, que *importa a toda a comunidade portuguesa.*

Somos todos responsáveis, e não só os nossos governantes, pelo que

vier a acontecer. Em democracia o poder emana do povo, e o que precisamos é de dar força aos decisores, qualquer que seja a nossa cor política, ou a deles, para que actuem segundo a opinião da maioria dos cidadãos, idóneos, informados e esclarecidos.

Manter o silêncio ou, por inércia ou comodismo, nada fazer, corresponde a apoiar activamente as forças, cada vez mais minoritárias, mas poderosíssimas, que, a todo o custo, querem construir a barragem.

Cidadãos portugueses: qualquer que seja a vossa opinião sobre o assunto, manifestem-se, dentro das normas legais e constitucionais em vigor.

A História julgará a dignidade ética da vossa atitude.

Porto, Maio de 1995

FOZ CÔA: O DESERTO DE BETUME E AS FALSAS OPOSIÇÕES*

por

Luiz Oosterbeek**

Aproximamo-nos do desfecho do debate público, nacional e internacional, sobre Foz Côa, a arqueologia e a barragem. O debate foi, e ainda é, uma demonstração vigorosa da força da sociedade civil (e não apenas dos arqueólogos) e, simultaneamente, da inadequação de algumas das estruturas do aparelho de Estado, vocacionadas para a defesa do património (como o IPPAR), para cumprir as suas obrigações legais.

Foz Côa dividiu opiniões, instituições, interesses. Mas nem sempre essa divisão se manifestou nos recortes reais, antes assumindo uma sucessão de falsas aparências que geram potenciais equívocos. Se as contradições forem aprofundadas, contudo, será possível não só salvar a arqueologia do Côa, como melhorar o quadro nacional de protecção ao património.

Em primeiro lugar, não se trata de um confronto entre defensores e opositores das barragens ou das gravuras. Naturalmente, alguns defensores da construção da barragem terão interesse em colocar a questão nestes termos, mas até esta data não houve nenhum defensor das gravuras a negar a importância de definir um plano estratégico de energia e recursos aquíferos. O que é dito, por muitos cidadãos, é que não pode construir-se uma barragem que tem por objectivo ajudar a resolver problemas de curto prazo pagando o preço de destruir um património milenar e único no mundo. Assim, a boa fé dos defensores da barragem deveria conduzir à suspensão dos trabalhos (como a UNESCO, o Governo e o Presidente da República sugeriram) e à elaboração de estudos alternativos para a localização da barragem.

Como é sabido, tal não foi feito pela EDP, existindo embora estudos de hidrogeologia, parcialmente divulgados, que sugerem, por um lado, essa última possibilidade e, por outro, a inelutável destruição do complexo arqueológico se

* Publicado no jornal *Público* de 02-05-1995.

** Doutor em Arqueologia e coordenador da Rede Europeia de Arqueologia.

for submerso. Em conclusão, só há um argumento que poderá justificar a construção da barragem: a sua necessidade absoluta e sem alternativa, para fazer face a faltas de energia ou água para as populações. Até este momento, ninguém o afirmou. E, se for este o caso, há que justificar essa situação: falta de confiança em Espanha e nos outros parceiros da União Europeia?

Em segundo lugar, não se trata de um confronto entre especialistas de arqueologia e especialistas de engenharia ou hidrogeologia. Na verdade, em todo este debate, nem um só “especialista” assegurou a sobrevivência dos vestígios arqueológicos sob a barragem. Naturalmente, houve opiniões com diversos matizes, mas o debate conduziu a um amplo consenso, traduzido na incompatibilidade entre a construção da barragem e a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, que só a EDP teima em não reconhecer (porque será?).

Em terceiro lugar, não se trata de apenas mais um caso de vestígios arqueológicos ameaçados. Infelizmente, todos conhecemos casos de quotidiana destruição desses vestígios, muitas vezes perante a inépcia de auto-intitulados “arqueólogos”. Contudo, no vale do Côa, estamos perante um complexo único de arte paleolítica ao ar livre, que se articula com vestígios artísticos e arqueológicos quase ininterruptos, ao longo de 20 mil anos. Destruí-lo é apagar um capítulo do passado não apenas de Portugal, mas de toda a humanidade. Se a barragem submergir o complexo do Côa, com que autoridade poderemos, amanhã, solicitar o reconhecimento de complexos patrimoniais como Évora ou Angra do Heroísmo?

Em quarto lugar, não se trata de uma oposição entre desenvolvimento económico e preservação do património. A barragem de Foz Côa, uma vez construída, dificilmente criará tantos postos de trabalho como um plano arqueológico e de turismo cultural. Mais ainda, o impacto indirecto em Vila Nova de Foz Côa será, seguramente, muito menor no caso de a barragem ser construída. O sector terciário, em especial, poderá conhecer um crescimento enorme em torno da arqueologia, além da manutenção da produção vinícola e de outras actividades do sector primário. Existem exemplos, na Europa e no mundo, de rentabilização económica do património arqueológico, por vezes em casos bem menos “espectaculares”.

Em quinto lugar, não se trata de uma opção entre uma solução ideal mas incomportável financeiramente (a não construção da barragem) e uma solução de “compromisso” e adaptada aos nossos recursos financeiros de forma mais “realista”. É estranho que uma empresa pública, a EDP, se permita ignorar as indicações do Governo no sentido de abrandar os trabalhos e que agora ignore a posição do Presidente da República, alegando que tal abrandamento seria um acto de má gestão.

A gestão do vale do Côa não é meramente contabilística, resulta de opções políticas do Governo. A boa gestão dos empreendimentos públicos exige, designadamente, que se tenha em conta as opções políticas do Governo. Caso o

Governo opte por não submergir a área com a barragem, deverão ser encontradas alternativas para o financiamento quer das carências energéticas do país, quer de um parque arqueológico no vale do Côa. No âmbito da União Europeia e de outros organismos internacionais de que Portugal faz parte, serão sem dúvida encontradas essas alternativas financeiras.

Em sexto lugar, não é uma questão que constitua reserva de arqueólogos ou outros especialistas. Embora o IPPAR, depois de um momento inicial de quase absoluto desleixo, tenha erigido o vale do Côa em reserva de arqueólogos e da EDP, a verdade é que só tem sentido preservar aquele vale, aquele património, para usufruto do conjunto da sociedade. Reservá-lo para alguns estudos técnicos e submergi-lo é socialmente inaceitável e constitui, talvez, a dimensão mais negra dos projectos atribuídos à EDP.

Numa altura em que metade da população se auto-exclui dos processos eleitorais (conforme um estudo recente divulgado pela SIC) e em ano de eleições, a concretizar-se este cenário, ele revelaria um desprezo enorme pela população, que tem tanto direito a usufruir daquele espaço como quaisquer especialistas (sendo necessário tomar medidas de protecção contra vandalismos que, fruto de acções individuais, possam retomar a acção voraz das máquinas da EDP).

Que a decisão do Governo se ilumine, também, nas palavras de Rimbaud: “Do deserto de betume fogem em debandada / por toalhas de brumas escalonadas em bandos horríveis / num céu que se recurva, recua e se abate, / feito da fumarada negra mais sinistra / que o oceano em luto possa formar, / os cascos, as rodas, as montarias, os barcos — a batalha!” (in “Iluminações”).

VILA NOVA DE FOZ CÔA. CONSERVACIÓN Y RENTABILIDAD SOCIAL DEL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO

por

Alfonso Moure Romanillo*

La conservación del arte paleolítico occidental a lo largo de más de veinticinco milenios sólo ha sido posible como consecuencia de toda una serie de circunstancias especialmente favorables. El arte de las cavernas, concentrado especialmente en Aquitania, Pirineos, l'Ariège y Region Cantábrica, representado en más de 400 estaciones francesas, españolas, portuguesas e italianas, ha llegado hasta nosotros gracias a las especiales características y a la estabilidad del medio subterráneo.

Aun así, es evidente que conocemos una parte mínima de las evidencias parietales realizadas por aquellos artistas cazadores del Paleolítico Superior, ya que la mayor parte de las mismas han desaparecido como consecuencia de procesos de degradación natural. Más compleja aún es la conservación de lugares al aire libre, expuestos a todos los agentes erosivos y variaciones del clima exterior que afectan tanto a las figuras pintadas o grabadas como a la propia roca soporte. El hecho de que, por razones obvias, las grandes regiones del arte señaladas correspondan a zonas cársticas y el carácter alterable de la caliza hace que la conservación de evidencias artísticas quede virtualmente relegada a las cavernas.

Por eso, y dentro de la excepcionalidad general de la conservación del hecho artístico rupestre, los ejemplos al aire libre eran hasta hora algo insólito: Siega Verde, Domingo García y Piedras Blancas en España, Fornols-Haut en Francia y Mazouco en Portugal, a los que ahora se suma Vila Nova de Foz Côa. Siega Verde y Foz Côa nos sitúan ante varios aspectos inéditos del hecho artístico. En la misma medida que el arte de las cavernas destaca por su organización interna y la utilización de la arquitectura natural de la cueva, el arte al aire libre presenta una insólita disposición en el paisaje que hace que cada uno de sus paneles o

* Catedrático de Prehistoria y Vicerrector de la Universidad de Cantabria, Santander (España).

figuras sean algo inseparable de su entorno.

Queda fuera de toda duda que Foz Côa es un bien cultural de valor excepcional que con todos los merecimientos debe ser considerado Patrimonio de la Humanidad y, en consecuencia, que es un bien a conservar a costa de cualquier esfuerzo a nivel internacional. La propia naturaleza y las dimensiones del *sítio* (o sitios) excluyen la posibilidad, e incluso la viabilidad, del traslado de los grabados a otro u otros emplazamientos, por lo que habría que descartar proyectos de documentación y traslado parcial similares a los ejecutados hace años con motivo de la construcción de las presas de Assuan en el Nilo y de Taqba en el alto Eúfrates. *A priori* tampoco parece adecuada la solución alternativa de su estudio y posterior "conservación" sumergidos bajo las aguas del pantano en construcción, porque ni el más riguroso de los registros podría suplir la preservación de un conjunto que es insustituible.

Soy consciente de que se recaba mi opinión como prehistoriador con cierta experiencia en gestión de bienes del Patrimonio Histórico, pero creo que nadie puede vivir alejado de la época y del entorno social en que nos movemos. Sin duda, la elección entre la conservación sobre el terreno de todos los grabados del valle y la construcción de un pantano en que se han realizado elevadísimas inversiones y que va a rendir un importante servicio a la ciudadanía no es una decisión *política* fácil. No soy un experto en economía ni dispongo de suficiente información sobre el entorno sociológico de la región en que se construye el pantano ni de la incidencia de la producción energética y acuífera del mismo en otras regiones de Portugal, pero creo que es preciso llevar a cabo un gran esfuerzo en la búsqueda de soluciones alternativas.

La conservación in situ y la transformación del vale en un gran *Parque Arqueológico* no sólo sería rentable desde un punto de vista social y cultural, sino que, con una planificación y promoción adecuadas, tendría un influencia económica no desdenable en su entorno. No hay que olvidar que todos los indicadores sociológicos y demográficos subrayan la creciente demanda de un tipo de turismo de carácter cultural y ecológico interesado por los valores históricos y medioambientales. Actuaciones en ese sentido pueden ayudar a lograr una sociedad más culta, sensible y receptiva hacia un legado histórico que tenemos la obligación de conservar y transmitir a nuestros descendientes.

Santander, 23 de Mayo de 1995

DEIXEM DESCANSAR OS DEUSES*

por

Cáceres Monteiro**

Antes de ser um problema político ou técnico, a questão das gravuras rupestres de Foz Côa é um assunto de inteligência e de consciência de cidadania. Não há razões de ordem económica que justifiquem o injustificável, nem malabarismos tecnocráticos que conciliem o inconciliável.

A região do Côa encerra um carácter místico especialíssimo, uma atracção magnética que se sentiu, desde sempre, no ar daquela terra de fragas e giestas. Com a descoberta das gravuras, parte desse mistério ficou finalmente explicado, e aumentado. Uma frase de um paleontólogo do Museu do Homem de Paris forneceu o elemento essencial: o vale constituía um santuário dos homens da Pré-História.

Foram desastrosas, em todo o mundo (embora haja excepções na Europa), as tentativas para fazer coexistir as manifestações de "civilização" com os achados arqueológicos ou as riquezas naturais. De tudo o que vi, não sei o que será mais ruinoso: se a pressão dos hotéis e o comércio em cima das pirâmides de Gizé, se os néons nos túmulos Ming, os camelos escanzelados na Grande Muralha e o bricabraque junto ao túmulo das terracotas em Xian, se as barracas de hot-dogs nas ravinas das cataratas do Niágara, ou as danças de índios oxigenados sobre o Templo Maia do Zócalo da Cidade do México. No caso de se erguer o sonhado Parque Jurássico nas margens do Côa, o Estado português também poderia ir pensando em vender os Painéis de São Vicente num leilão da Sotheby's ou a Janela do Convento de Tomar para uma nova torre da 5ª Avenida.

Algumas semanas antes da descoberta das gravuras rupestres, e naturalmente sem adivinhar o que aconteceria, falei, num programa da TV2, em directo das muralhas de Almeida, à cerca da impressão que sempre me causara o denso manto de força divina que emanava da terra bruta e do céu de nuvens baixas. Lembro-

* Publicado na revista *Visão* de 25-05-95.

** Jornalista. Director da revista *Visão*.

-me de, numa outra ocasião recente, ter comentado esse magnetismo oculto com aquele que é porventura o filho mais ilustre daquelas terras, Eduardo Lourenço. Ele respondeu-me que sempre sentira o mesmo, que uma vez falara disso com Santana Dionísio que o registara nas páginas do *Guia de Portugal*. Imagino bem que todas estas considerações, providas de quem, na infância, tantas vezes cruzou, pela madrugada, as margens xistosas e escarpadas do rio, por tortuosas estradas, em primitivas camionetas, de quem viu, inebriadamente, em cima de carros de bois, muito nascer do sol, aos solavancos pelos caminhos de terra e xisto das Terras de Riba Côa, pareçam ridículas e mesquinhas aos senhores do poderoso lobby da maior empresa pública portuguesa, a EDP. Mais me custa compreender que um homem inteligente como Mira Amaral não entenda o peso dos valores patrimoniais que se impõem. Não é lá por causa da BBC e do *Times*, porque os ingleses também andam à procura de petróleo no jardim do castelo de Windsor. É por nós próprios.

Gravuras para ver de submarino! Gravuras transportadas de helicóptero para um museu! A ser feito algo do género, quem a História responsabilizaria não seria os técnicos, mas toda a geração de contemporâneos. Se, agora ou no futuro, prosseguir a malbaratação dos desenhos rupestres, por delonga ou inépcia, o Governo será culpabilizado.

Vítor Oliveira Jorge, velho companheiro da política antes do 25 de Abril, acha que o caso está a evoluir favoravelmente, depois das declarações do ministro Marques Mendes sobre a não construção da barragem. No âmbito deste dignificante espectáculo de coesão... que o Governo dá em final de mandato, Mira Amaral declarou que as ordens que tem do primeiro-ministro são para continuar as obras. Acreditemos, contudo, que o arqueólogo tem razão, há motivos para algum optimismo. As declarações do primeiro-ministro encerram o compromisso de que não vamos ter um Luna Park com gravuras cortadas às postas junto à albufeira do Côa. As gravuras só fazem sentido na sua envolvimento paisagística. Deixem descansar os deuses do Côa.

CÔA: COSMOS OU CAOS?*

por

Vítor Oliveira Jorge

À memória de André Leroi-Gourhan, um dos expoentes das ciências humanas do nosso século, com quem tive a honra de poder encontrar-me, numa inesquecível entrevista sobre arte pré-histórica, no Collège de France, em Março de 1972, juntamente com Susana Oliveira Jorge, Maria de los Angeles Querol, Francisco Sande Lemos e Jorge Pinho Monteiro, do "Grupo Para o Estudo do Paleolítico Português"

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZANDO

Neste momento, dia 9 de Abril de 1995, concluo a redacção do quinto texto de intervenção e esclarecimento sobre a urgente e grave situação do património histórico-cultural ameaçado no vale do Côa, no NE. de Portugal.

O primeiro foi inserto num nº especial da publicação "Phala", de Lisboa, dedicado ao assunto, que foi distribuído há dias. O segundo, escrito há mais de um mês, foi finalmente divulgado, em simultâneo (por razões que escaparam ao meu controlo) no "Público" e no "Jornal de Notícias" de 30 de Abril p.p. O terceiro safu a lume no mesmo dia, mas no jornal "Diário de Notícias". O quarto foi lido publicamente, e distribuído aos jornalistas, em conferência de imprensa realizada na Faculdade de Letras do Porto em 27 do mesmo mês, aquando da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, e entregue pessoalmente a S. Exa o Presidente da República, a 29, dois dias depois. Isso, não contando com um poema que dediquei ao assunto e que foi também inserto na página de Cultura do "J.N."¹. Para eles remeto o leitor, para não ter de repetir, aqui, afirmações já reiteradamente assumidas. E a minha con-

* Publicado no *Boletim* da Universidade do Porto, nº 25, Junho de 1995. O texto original sofreu, aqui, algumas pequenas alterações de pormenor.

¹ Poema que abre este "dossier".

tribuição para este caso — que é tão só uma, assumidamente modesta (até por falta de tempo), entre muitíssimas outras, e que não tem incluído apenas intervenções escritas, mas inúmeros contactos pessoais, muitas declarações para a rádio e televisão, deslocações a Foz Côa, Lisboa, etc. — não ficará, espero, por aqui, a não ser que algo de imprevisivelmente drástico me aconteça.

Aqueles que porventura contam com o esmorecimento progressivo, por via do cansaço, dos que têm lutado, com gasto pessoal de tempo, energia e dinheiro, pelos valores espirituais do rio Côa, que não são só valores da nossa pátria, mas também do Mundo, que se desenganam. Só pararemos no nosso empenho quando as obras da barragem de Foz Côa forem de facto interrompidas, quando os responsáveis políticos proclamarem claramente a decisão que se impõe (embora saibamos que não é fácil de tomar), e quando virmos estudos científicos condignos, interdisciplinares, imparciais e internacionais, serem iniciados por uma equipa credível e a funcionar em condições proporcionais ao tamanho e seriedade do trabalho a realizar, tal como aconselha o relatório dos peritos da UNESCO chegado a Portugal nos inícios de Março de 1995.

Nós, arqueólogos, mas também pessoas dedicadas à cultura e à ciência, e cidadãos despertos em geral, queremos continuar a poder viver de cabeça erguida no nosso país, que não desejamos ver reduzido a uma paisagem monótona e desqualificada, uma periferia triste, um conjunto de não-lugares.

Não aceitamos, pois, qualquer situação de menoridade cultural ou cívica, dominada por factos consumados e por visões de curto prazo, ou interesses parcelares, procurando ilegítimamente impor-se — porque dispõem de meios económicos, de informação em primeira mão e, temporariamente, do poder de decidir — ao interesse geral, à conservação e promoção da nossa memória colectiva. Não pensamos possuir o monopólio de qualquer “verdade”, nem encaramos quem pensa ou actua de outro modo como estando automaticamente de má fé. Queremos apenas o diálogo, os dados sobre a mesa, a partilha de responsabilidades e de meios de decidir. Não aceitamos que haja assuntos “tabu”, só discutíveis por “técnicos”, nem a arrogância de alguns que, por ocuparem postos de poder, até se permitem ironizar em relação a valores que lhes deveriam merecer melhor respeito. Esse é o espírito da verdadeira democracia, algo de tão frágil e de tão permanentemente ameaçado como a saúde dos indivíduos, se estes não forem agentes intervenientes, activos e informados. Tal democracia disputa-se e conquista-se todos os dias, em todas as instâncias, e não apenas no acto periódico, solene, anónimo, de votar, porque este é tão só o resultado de um menor ou maior esclarecimento público, que deve processar-se quotidianamente.

Qualquer que seja o desfecho deste, em grande parte, triste episódio da história da nossa Arqueologia, estou convencido, sem receio de exagero, de que haverá uma fase pré-Côa, e uma fase pós-Côa, dessa mesma história. E esta última tirará as

devidas conclusões sobre a actuação dos vários intervenientes no processo.

Recuada em relação às espectaculares campanhas mediáticas, a Universidade, sítio de reflexão e sede de saber (não de todo ele, nem de longe, evidentemente), tem sempre uma palavra a dizer sobre as grandes decisões do país, e, neste caso, pode contribuir significativamente para que a Arqueologia adquira, de uma vez por todas, direito de cidade na sociedade portuguesa. Intolerável, de facto, seria que a comunidade universitária cruzasse os braços, e não procurasse, com a competência que lhe é própria, contribuir para o esclarecimento científico das questões envolvidas no processo, por natureza interdisciplinares. Seria um triste espectáculo de demissão, de anquilosamento, nomeadamente por parte de uma Universidade como a do Porto, que quer intervir activa e positivamente no meio em que se insere. A atitude científica, e a prudência e rigor que a caracterizam, não podem ser estratégias para o “deixar andar”, que objectivamente é uma posição muito activa de reforço do *status quo*, de legitimação de posições de domínio de uns valores e interesses em relação a outros. *Não há saberes neutros, meus senhores, a sua apresentação como tal é apenas um lance de jogo (ingénio) para tentar neutralizar saberes (e portanto poderes) alternativos!* E quando aquele *status quo* está mal, ou menos bem, ou é pelo menos controverso, pois que se abra o debate e que todos possam, com compostura e respeito mútuo, exprimir-se.

Não importa (nem seria desejável, ou evidentemente possível) que, sobre tão magna questão como esta do Côa, todos estejamos de acordo. Interessa porém que este caso não seja considerado como um “assunto dos arqueólogos”, vistos como uns “fundamentalistas” do património sem a noção das realidades, nem capacidade de diálogo com outros parceiros sociais, sejam eles técnicos da EDP, economistas, engenheiros hidráulicos, especialistas em conservação, autarcas, políticos, técnicos de Parques naturais, populações interessadas, ou outros.

Por isso há algum tempo tenho trabalhado (inclusivamente solicitando colaborações várias) para que este “Boletim” da Universidade do Porto — verdadeiro “cartão de visita” da Escola a que, há mais de 20 anos, me orgulho de pertencer — dedique um “dossier”, como aquele que aqui se concretiza, ao assunto do Côa, no que encontrei sempre toda a receptividade por parte dos seus responsáveis, incluindo o Reitor.

A ARTE PARIETAL PALEOLÍTICA: UMA HISTÓRIA DE CONTROVÉRSIAS

Podemos dizer que o respeito pelas manifestações artísticas do Paleolítico superior e a admissão do seu interesse têm constituído, desde meados do séc. XIX, um parto difícil. Fácil é distinguir, nesse processo, três grandes etapas: a da

arte móvel (conhecida desde os anos 60 do séc. passado, e a primeira a ser aceite), a da *arte parietal das grutas* (admitida na sua autenticidade a partir dos fins do séc. XIX, inícios do séc. XX, após intensa polémica), e a da *arte parietal de ar livre*, que principia a ser valorizada nos inícios dos anos 80 do nosso século, e na qual o Côa vem jogar um papel excepcional.

A partir de 1861, as escavações de Lartet na região da Dordogne, no Sudoeste da França, demonstraram à exaustão que durante o Paleolítico superior se tinham produzido numerosos objectos com interesse artístico: tais peças apareciam em camadas arqueológicas que datavam dessa época. Um primeiro patamar da compreensão da relativa complexidade dos homens e mulheres de há milhares de anos tinha sido atingido: esses “selvagens” da última glaciação, embora caçadores e nómadas, tinham sido capazes de nos deixar uma imagem dos animais seus contemporâneos nos pequenos objectos que os acompanhariam nas suas digressões.

Em 1879, o espanhol Marcelino de Sautuola detectou as pinturas parietais de Altamira, em Santander; acreditou serem paleolíticas, mas quem as viu primeiro foi sua filha, que para elas chamou a atenção do pai, ocupado nas escavações da gruta. Eis como o olhar desprevenido de uma criança pode, às vezes, estar mais atento do que o de um adulto. Porém, a maioria dos investigadores não deu crédito à revolucionária descoberta. Foi preciso um amadurecimento das mentalidades, que caminhou a par com a revelação de numerosas outras grutas pintadas e gravadas no Sudoeste da França. Tal movimento desembocou em 1901 num trabalho de Breuil e de Capitan intitulado “As grutas com paredes gravadas ou pintadas na época paleolítica.” Até E. Cartailhac (autor de uma obra sobre a Pré-história da Península Ibérica, que esteve em Portugal aquando do famoso congresso internacional de 1880) acabou por se render à evidência, publicando, em 1902, um texto significativamente intitulado “Mea culpa de um céptico.” A arte parietal paleolítica, à qual pertencem autênticas obras-primas da história da pintura, gravura ou escultura (como as da conhecida gruta de Lascaux, só encontrada em 1940) passou a ser uma realidade aceite pela generalidade dos investigadores, permanentemente enriquecida, até ao momento presente, com novos achados, por vezes espectaculares. Nenhuma história da arte universal deixa de lhe consagrar o seu primeiro capítulo; é um dos temas da Pré-história (juntamente com o das origens do “homem”) que mais fascina o público, incorporando-se, desde os bancos do liceu, na mais elementar cultura geral de um cidadão médio.

Um dos aspectos que mais surpreendem neste “ciclo artístico”, que dura uns 20.000 anos (de há c. de 30.000 anos a c. de há 10.000) é, como acentuou Leroi-Gourhan, a sua relativa unidade ao longo do tempo e do espaço, uma vez que se estende da área franco-cantábrica (onde hoje se conhecem umas três centenas de grutas), até aos Urais. Porém, na Europa central e oriental o que predomina lar-

gamente é a “arte móvel”, havendo também de ter em consideração as dispersas manifestações em ambiente mediterrânico, de que as da Meseta Ibérica (incluindo o Côa) fazem geograficamente parte. Tal unidade não exclui inúmeros regionalismos, nem o facto de que, para apenas considerar as grutas, cada sítio seja um “caso” próprio, de modo algum redutível a apressadas generalizações.

Se em investigação nenhum “dossier” se pode fechar definitivamente, então em arte paleolítica podemos dizer que estamos perante um dos mais complexos e interessantes problemas que permanentemente nos abre o estudo da história da humanidade. De facto, trata-se dos primeiros testemunhos da expressão artística, sinal de que o *Homo sapiens sapiens* do Paleolítico superior era já, num certo sentido, um ser moderno e complexo, capaz de sobreviver nos mais diferentes meios-ambientes, provavelmente integrado em formas embrionárias de hierarquização social, e dotado de um pensamento estruturado, organizado em mitologias que davam um sentido de conjunto ao mundo que o rodeava — um cosmos. Mundo esse que, muito provavelmente, não era percebido como uma “realidade exterior”, objecto da acção humana (como acontece connosco hoje), mas como uma envolvimento em que animais, plantas, todas as realidades animadas e inanimadas da Natureza fariam um todo com as comunidades humanas, simbolizadas como fazendo intrinsecamente parte dessa envolvimento, e actuando de acordo com o que se julgaria serem as suas regras. Ou seja, toda a realidade estaria impregnada de sacralidade, de que os seres humanos eram apenas uma parte, não fazendo sentido a acção dos indivíduos fora de um quadro explicativo onde as grandes entidades ou princípios do cosmos seriam representadas por certos animais, acompanhados de sinais esquemáticos e de figuras humanas, estas por vezes muito estilizadas ou mesmo híbridas.

Porém, estas ideias, que hoje são lugar-comum entre os investigadores — e que substanciam a chamada de atenção para a importância do contexto no estudo e conservação desta arte, quer ela se apresente em grutas, quer ao ar livre, como espantosamente ocorre no caso do rio Côa — levaram décadas a impor-se. Quando os primeiros investigadores chegaram a acordo sobre a autenticidade da arte paleolítica, tanto parietal como móvel, abriu-se o campo dos debates sobre o seu significado, a sua motivação.

A segunda metade do séc. XIX e os inícios do séc. actual são dominados pela ideia da “arte pela arte”, isto é, a de que a intenção dos artistas-caçadores era puramente “estética”, como se se tratasse de autores nossos contemporâneos. Por detrás dessa negação da religiosidade da primeira arte estavam posições características de um certo racionalismo anti-clericalista, típico da época. Ainda em 1900 Girod e Massénat podiam escrever: “(...) para além de desenhos destinados à ornamentação dos pendentives, punhais e diversos outros instrumentos, existem desenhos gravados com o fim de realizar uma obra puramente artística, como os

quadros que fazemos hoje para corresponder a aspirações elevadas, sem outra finalidade que a da satisfação artística mais pura.”

No entanto, em 1903, Salomon Reinach, conhecedor de história das religiões e ciente de novos dados provenientes da antropologia de campo, publica um artigo fundamental intitulado “A arte e a magia”, em que vai revolucionar este campo de estudos, mostrando que a arte paleolítica tinha tudo menos de gratuito, sendo antes o vestígio material de crenças e de ritos que povos “primitivos” actuais ainda hoje ilustrariam. Cai, porém, numa outra forma de simplismo redutor, querendo ver na magia da caça ou da fecundidade a motivação fundamental dos artistas paleolíticos. Perseguindo os animais de que se alimentavam, e desejando assegurar a sua multiplicação e/ou a sua captura, os nómadas paleolíticos iriam deixando na pedra imagens que lhes permitiriam apropriar-se magicamente do objecto representado. Os animais figurados seriam como “feitiços”, dispositivos de actuação indirecta sobre a realidade exterior. Reinach escreveria mesmo: “Esta arte não era pois o que é a arte para os povos civilizados, um luxo ou um jogo; era a expressão de uma religião muito grosseira, mas muito intensa, feita de práticas mágicas e tendo como único objectivo a conquista da alimentação quotidiana”.

Ecos desta perspectiva que, como vimos, data do princípio do século que agora finda, são ainda hoje apresentados ao grande público como verosímeis por estudiosos portugueses actuais, como constatámos há dias no programa sobre o Cão intitulado “Rio Sagrado”, emitido pela RTP 2. Nesse filme, aliás um trabalho de boa qualidade, nomes (ou ideias) de autores como Leroi-Gourhan ou Margaret Conkey (importante investigadora americana) não são citados uma só vez, talvez por se considerar que são demasiados complicados para o tal “grande público”; no entanto, vários manuais do ensino secundário já os referem há muitos anos. Quanto a mim, penso que todas as mensagens são transmissíveis, o que é preciso é encontrar o modo certo de o fazer, como qualquer publicitário nos poderá ensinar. Friso este ponto, não por vontade de criticar (embora construtivamente, claro) os dois colegas intervenientes naquele filme, mas porque ele é importante para a estratégia correcta de preservação e de valorização do Cão, como veremos adiante.

Que descobriu afinal Leroi-Gourhan, de tão importante, nos anos sessenta? Através de um estudo sistemático — impossível de resumir aqui (remetemos o leitor para o seu livro “As Religiões da Pré-história”, Lisboa, Ed. 70, 1983, cap. IV) —, com recurso à estatística, de toda a informação disponível, realizou para a arte paleolítica aquilo que Lévi-Strauss vinha fazendo para o parentesco ou para os mitos. O mais importante não é o que directamente se vê (empirismo vulgar), mas o “campo de possibilidades” que subjaz aos fenómenos, as estruturas que regem a sua manifestação sensível. Leroi-Gourhan esquematizou a “gruta ideal” em várias unidades topográficas, verificando que “temas” apareciam associados,

e de que modo, a cada uma dessas localizações tipificadas. Chegou assim à conclusão de que *as grutas são monumentos, santuários organizados segundo uma ideia de conjunto*, e não simples “amontoados” caóticos de figurações realizadas com um objectivo momentâneo fosse ele motivado por razões “estéticas” ou de “magia simpática”. Nada impediu, aliás, que esses dois objectivos estejam presentes; mas eles não esgotam o sentido principal desta arte (esta nova teoria “regionaliza” ou, se quisermos, relativiza as anteriores, ultrapassando-as, sem as eliminar — diz apenas que elas “explicam” pouco).

Longe de reproduzir a fauna que rodeava o homem paleolítico, a temática da arte é selectiva, o que evidência o seu simbolismo. Há espécies muito mais representadas do que outras. Mas de metade dos temas tratados dizem respeito ao cavalo e a bóvidos (bisontes e uroques), bem como a sinais esquemáticos. Estes últimos são divididos em dois grandes grupos: sinais “cheios” (considerados estilizações do sexo feminino) e sinais alongados (de conotação masculina). Ora, o que se verifica é que os “motivos centrais” dos painéis, ou seja, das melhores superfícies decoradas, são os bóvidos, acompanhados do cavalo. É esse par bisonte (ou boi) e cavalo, justaposto a um tema macho — fêmea (dado pelos sinais) o principal “assunto” da arte paleolítica. Já animais como o cabrito-montês, veado e corça, ou mamute e ren, ocorrem principalmente nas periferias. O facto, por exemplo, de sinais alongados ocorrerem com frequência nas proximidades de fendas ou divertículos (em cujo interior há por vezes sinais femininos) dá lugar à suspeita de que essas áreas reóncavas das grutas simbolizariam o próprio princípio feminino, se é que toda a caverna, invaginação natural, não seria, ela própria, conceptualizada como tal.

A questão, no conjunto, é muito mais complexa e diversificada, mas o ponto essencial é o de que, a partir de Leroi-Gourhan, nunca mais os estudos de arte paleolítica puseram em causa a profunda relação religiosa desta arte, o facto dela conotar todo o espaço em que se insere com uma significação estruturada, em suma, o de só podermos compreendê-la se percebermos que nada, nela, acontece por acaso, sendo tão importantes as superfícies figuradas como as “lisas”, as representações elas mesmas como os suportes em que se inserem e a totalidade do espaço em que se inscrevem. Trata-se, na verdade, de transformar certos espaços “naturais” numa verdadeira *arquitectura*, que se vale das pré-existências volumétricas, topográficas, etc., daqueles espaços.

CONCLUINDO

Até aos anos 80 do nosso século, esses espaços eram fundamentalmente subterrâneos. Agora, pela primeira vez, surge aos nossos olhos toda uma paisa-

gem sagrada, significativa, um imenso santuário de ar livre, em Portugal, no rio Côa, com continuidade em Espanha, em Siega Verde, no rio Águeda e, certamente, também em Mazouco, no Douro. Em qualquer dos casos, *gravuras e rio, qual grande gruta ao ar livre, formam um todo indissociável, uma globalidade que nos tira toda a possibilidade de conjugar uma mega-barragem com a sua preservação. Aqui, o monumento é todo o vale do Côa.* É preciso que os decisores compreendam isto com inteligência, e com urgência, pois quaisquer outras tentativas de “conjugar”, aqui, a falsa dicotomia “cultura” e “progresso”, estão votadas ao fracasso. Nem soluções de tipo Assuão — completamente ultrapassadas no tempo, em termos de filosofia de conservação —, cortando rochas e deslocando-as para outros sítios, nem o afogamento das manifestações artísticas, desprovenendo-as da maior valência que é o próprio vale, são aqui aplicáveis. Cultura e progresso são, no Côa, não só articuláveis, como verdadeiramente potenciadores de uma nova forma de cultura e de uma nova forma de progresso, retroagindo positivamente um sobre o outro. Um grande Parque natural e arqueológico é a resposta, à semelhança de outros existentes nos Estados Unidos, Austrália, França ou Itália.

Tenham paciência, mas neste caso não podemos continuar a adiar a solução incontornável. Segundo o jornal “Público” de hoje, o Sr. Ministro Mira Amaral, confrontado com o destino a dar ao santuário do Côa, teria afirmado: “Santuário, só conheço um, o de Fátima.” Espero que, se tiver a oportunidade de ler este meu texto, se lembre de que santuários existem muitos, na nossa e noutras religiões, quer actuais quer passadas. E que esses sítios — todos esses sítios — como lugares onde homens e mulheres de alguma maneira oraram, em qualquer momento do espaço e do tempo, a algo que sentiam que os transcendia, nos devem merecer respeito. Podemos não crer em Deus, mas todos somos religiosos. Desde há muitos milhares de anos. É uma herança, e característica, únicas da nossa espécie. Os arqueólogos, como quaisquer cidadãos de cultura mediana, podem ensinar isso aos que, aparentemente fechados no seu auto-convencimento, parece não os quererem ouvir. Ouçam então ao menos os milhares de jovens que, neste momento, afluem a Foz Côa, mostrando que não desejam um futuro em que a felicidade e a beleza da vida sejam sacrificadas ao pseudo-progresso de uma tecnocracia sem alma. Não transformemos em caos o que já foi um cosmos, símbolo da união íntima do ser com a paz e a alegria.

Porto, Abril de 1995

CÔA, RIO DO NOSSO DESLUMBRAMENTO*

por

Vitor Oliveira Jorge

Na segunda metade do séc. XIX aprendemos que os “selvagens” que habitaram a Europa há 30.000 ou há 20.000 anos eram capazes de produzir obras que hoje consideramos como artísticas. Nos princípios do séc. XX já ninguém tinha dúvidas de que essas “obras” não eram apenas objectos portáteis, mas painéis inteiros que se inscreviam na arquitectura natural das cavernas. Nos anos 60 ficámos a saber que esses painéis não eram feitos ao acaso, nem simples produtos de uma magia de caça ou da fertilidade: eram mitogramas, representavam o suporte visual de uma religião, impregnavam de sentido cósmico aqueles espaços obscuros. Mas agora, a partir dos anos 80 e 90, sobretudo com o Côa, temos a certeza de que os tais “selvagens” organizavam conceptualmente paisagens inteiras, a maior das quais se preservou miraculosamente em território português. A partir dos volumes da natureza, vista como uma totalidade significativa, figuras de animais, motivos antropomórficos ou esquemáticos, eram realizados com o fim de sacralizar todo o curso de um rio, qual grande gruta ao ar livre. Abre-se aos nossos olhos deslumbrados uma nova “imagem” da mentalidade desses antepassados de há 200 séculos. Afinal, eles só eram “selvagens” na nossa deturpada imaginação, que assim desvalorizava o que era já uma evoluída forma de vida, escorada num sentido de conjunto do mundo. Esse sentido não emergia instantaneamente das figuras gravadas ou pintadas. Exigia silêncio, tempo, passagem do imediatamente visível para o outro lado. Talvez essa “viagem” fosse conduzida por iniciados, talvez essa força que assim adquiriam lhes orientasse o pulso no traçado, com um gume ou ponta de pedra, da forma perfeita, certa, a que permitia exprimir a ordem e a harmonia da realidade.

* Texto parcialmente publicado no desdobrável da Exposição das fotografias de Duarte Belo sobre o vale do Côa realizada pela Fundação Gomes Teixeira no Círculo Universitário do Porto, em Junho de 1995.

Talvez estas palavras sejam só uma nova tentativa de mitificar esses “primitivos” em que nos retratamos no espelho deformante da nossa memória. Mas, poderemos viver amnésicos? Poderemos prescindir do Côa sem o sentimento de termos cometido um monstruoso crime?

O som das ondas que agora de vez em quando já banham os cavalos e os bois que daquelas rochas nos olham, ou que até cobrem figuras que se tornaram temporariamente invisíveis debaixo de água, parece pedir-nos, numa espécie de aflição escorrida, interminável, que acorramos a salvar algo de nós que ali jaz.

Estas águas jamais poderão ser uma torrente de sangue ou um pântano de agonia da nossa identidade. O Côa em todo o seu deslumbramento, nós, aqui presentes, para sempre exigimos.

Porto, Junho de 1995

POLÍTICA E CIÊNCIA NA QUESTÃO DO CÔA*

por

João Zilhão**

Entre os partidários da barragem do Côa começa a ser utilizada, embora ainda em surdina, a tática de pôr em causa a credibilidade dos arqueólogos que têm vindo a defender a paragem das obras e a transformação da região num Parque Arqueológico com o argumento de que, na verdade, ninguém sabe muito bem qual a real antiguidade da arte rupestre aí descoberta e que, se calhar, as gravuras até nem são paleolíticas...

O mote foi dado, logo em princípios de Janeiro, nas declarações prestadas à RTP por um suposto especialista espanhol de arte rupestre (que, aliás, é completamente desconhecido em Espanha). Segundo ele, as gravuras tinham de ser póspaleolíticas, porque a fauna representada (cavalos, auroques, cabras e veados) não incluía as espécies extintas características do Paleolítico Superior (bisonte, mamute, rinoceronte lanígero, rena). A enormidade do disparate é evidente. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de informação acerca do assunto sabe que as espécies mais bem representadas em toda a arte parietal paleolítica são precisamente o cavalo e o auroque! Se as premissas do raciocínio fossem válidas, a famosa gruta de Lascaux também seria póspaleolítica...

A ausência no Côa das referidas espécies extintas nada tem de surpreendente: o mesmo acontece na arte parietal e móvel paleolítica do sul de Espanha, e explica-se pela simples razão de que elas não habitavam estas regiões. Em todas as jazidas paleolíticas de gruta (as únicas em que os restos ósseos se preservam sempre) até hoje conhecidas em Portugal, seja na faixa litoral entre Tejo e Mondego seja em Trás-os-Montes, nunca foi encontrado um único resto ósseo de bisonte, rena, mamute ou rinoceronte lanígero. Como podiam os artistas do Côa ter representado animais que não conheciam?

* Publicado no jornal *Público* de 13-06-1995.

** Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, Presidente da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Membro do Conselho Permanente da Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques (UISPP).

Em dois recentes programas da SIC (Tostões e Milhões de 31/5, e debate sobre a barragem a seguir ao Telejornal de 4/6) tivemos oportunidade de assistir à ressurreição do argumento, desta vez na boca de responsáveis do governo e da EDP, e de comentaristas especializados em assuntos económicos. Por coincidência, ou talvez não, isso acontecia na mesma altura em que os jornais (*Público* de 31/5, por exemplo) noticiavam que, contratados pela EDP, alguns especialistas estrangeiros em datação directa de gravuras rupestres tinham estado no Côa a recolher amostras.

A realização de tais trabalhos é obviamente necessária, mas está longe de constituir a prioridade do momento. A atribuição da maioria das gravuras ao Paleolítico Superior que, com base em critérios estilísticos, tem sido proposta por todos os especialistas que já visitaram o sítio, deve ser considerada como um dado adquirido. Esses critérios estão comprovados por um século de investigação e, no caso das pinturas de grutas cujo pigmento foi datado pelo radiocarbono, a atribuição estilística ao Paleolítico Superior, entre 30.000 e 10.000 anos antes do presente, tem sido sempre confirmada pelas datações absolutas. A importância científica e patrimonial das gravuras do Côa advém de serem paleolíticas, isto é, de pertencerem ao primeiro ciclo artístico da História, a uma época em que se pensava que a arte parietal apenas era feita nas cavernas, e que elas vêm demonstrar definitivamente que era também (e, provavelmente, sobretudo) feita ao ar livre; e não é diminuída pelo facto de terem 10.000 em vez de 20.000 anos, ou aumentada pelo facto de terem 30.000 em vez de 20.000.

A pressa com que a EDP procurou levar a cabo os referidos trabalhos de datação directa só pode por isso resultar de uma motivação mais política do que científica, e revela uma percepção errada do valor históricocultural do vale do Côa. A antiguidade paleolítica de uma grande parte da sua arte é com efeito apenas um dos aspectos que lhe confere um carácter único. O outro é o de o vale conter igualmente imagens da Pré-história recente (Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro) e, portanto, corresponder a uma espécie de «galeria de arte» natural onde é possível, tendo como referencial um espaço que, no essencial da sua topografia, pouco ou nada parece ter mudado nos últimos 20.000 anos, observar a forma como a expressão gráfica das ideias evoluiu ao longo do tempo, e a relação dessa evolução com as modificações ocorridas no povoamento humano da região.

Mesmo admitindo, por absurdo, que venha a acabar por se concluir que a grande maioria das gravuras são afinal póspaleolíticas, isso em nada diminuiria a importância que o sítio tem sob este último ponto de vista. A determinação de qual é a percentagem exacta das gravuras que são efectivamente paleolíticas (e a cronologia exacta da sua criação), e qual é a das que são póspaleolíticas, sendo certamente de um enorme interesse científico, é por isso irrelevante para a decisão

política que tem de ser tomada: a de construir ou não construir a barragem. Quaisquer que sejam essas percentagens, o sítio não pode deixar de ser preservado como um valor patrimonial e cultural que pertence a toda a Humanidade, e que o Estado português não tem o direito de destruir.

A via escolhida pela EDP para determinar a cronologia da arte do Côa, sendo a que eventualmente permitirá obter «números» mais rapidamente e, portanto, a que mais útil se pode vir a revelar do ponto de vista dos interesses políticos da empresa, não é por outro lado nem a melhor, nem a mais indicada, do ponto de vista científico. De facto, os métodos usados pelos especialistas contratados pela EDP ainda estão em fase experimental de desenvolvimento, e os resultados que através deles se obtiverem, quaisquer que eles sejam, necessitarão sempre de confirmação independente. Por outro lado, tendo as figuras, ou pelo menos algumas delas, sido reavivadas ao longo do tempo, esses resultados dirão em qualquer dos casos respeito apenas à última vez que isso foi feito, não ao momento em que as gravuras foram criadas.

No que respeita a este último, a via mais promissora de abordagem do problema seria a da escavação dos depósitos quaternários da Penascosa, em Castelo Melhor. Neste sítio há figuras soterradas, o que significa que é possível, através do método OSL (Optically Stimulated Luminescence), datar o momento em que se depositaram as areias que as cobrem e, portanto, obter uma idade mínima para as gravuras. O facto de haver figuras enterradas implica ainda que a superfície original a partir da qual elas foram executadas se situe a cota inferior à actual (provavelmente 12 m mais abaixo). É muito possível que a acumulação de sedimentos entretanto sobrevinda tenha conservado mais ou menos intacta essa superfície. A escavação desta última poderia portanto permitir também a descoberta de vestígios arqueológicos (porventura ligados à execução das próprias gravuras) através dos quais fosse possível chegar a uma cronologia mais precisa da arte rupestre.

A estratégia que aqui se sugere impor-se-ia naturalmente a qualquer arqueólogo experimentado que tivesse um conhecimento directo das problemáticas e dos sítios. O que é surpreendente, por isso, é que ela não esteja a ser executada. Mais surpreendente ainda é que, ao mesmo tempo que se continuam a gastar rios de dinheiro com as obras, e com a contratação dos especialistas em datações directas, aquela que devia ser, essa sim, a prioridade fundamental — o levantamento sistemático dos vestígios existentes no vale — continue por realizar: segundo um dos consultores nomeados pelo IPPAR para o Côa, António Martinho Baptista, não há qualquer actividade de prospecção em curso, e a situação atingiu um ponto tal que o mesmo se vê obrigado a declarar à imprensa que «eu só não me vou embora por uma questão cívica» (*Público* de 31/5).

Assim, enquanto a paralisia do IPPAR se agrava, é a Administração da EDP

que decide quais são as prioridades da investigação arqueológica do Côa, é ela quem decide o que se faz, como, onde, e por quem. Como é óbvio, fá-lo em função dos seus próprios interesses. Assim, o dinheiro que em teoria afirma ter disponível para promover o «estudo» e a «preservação» das gravuras, na prática só é gasto onde pensa poder vir a obter argumentos políticos para continuar as obras: em experiências de corte de rochas que mantenham em aberto a «alternativa Abu Simbel»; e em ensaios de datação física que eventualmente lhe permitam pôr em causa a credibilidade científica dos arqueólogos e, por essa via, lançar a confusão sobre a real importância do sítio.

Com que qualificações, e com que mandato, a Administração da EDP dirige os trabalhos arqueológicos do Côa, em vez de promover a constituição de uma Comissão Científica Independente, conforme lhe foi recomendado em Dezembro passado pelo seu próprio Conselho Ambiental, não se sabe. Em qualquer dos casos, esta é uma situação que já é considerada escandalosa nos meios científicos internacionais ligados à arqueologia, e que levanta, em relação aos especialistas em datações directas que aceitaram a encomenda da EDP, graves questões de ordem deontológica, que os arqueólogos portugueses não deixarão de suscitar nos foros apropriados.

Passados seis meses sobre o anúncio oficial da existência da arte paleolítica do Côa, continuamos pois à espera de iniciativas válidas e de boa fé para que, independentemente da decisão final que venha a ser tomada sobre a barragem, o monumento seja estudado com os meios que a sua grandeza requer. Até quando permitirão os cidadãos portugueses, cujos impostos sustentam a hierarquia do IPPAR, e cujas contas de electricidade alimentam os orçamentos sumptuários da EDP, que esta vergonha continue?

PARQUE ARQUEOLÓGICO NACIONAL DO RIO CÔA (PANRC): UMA REALIDADE A IMPLEMENTAR URGENTEMENTE NO INTERESSE DO BEM COMUM*

por

Vítor Oliveira Jorge

A polémica instalada à volta do rio Côa, desde os inícios do mês de Novembro de 1994, e de todos conhecida, embora, até certo ponto, constitua um saudável exercício de cidadania, está, na minha opinião, a entrar numa fase de esgotamento. Encontramo-nos todos, quer sejamos intervenientes no processo, quer simplesmente observadores do mesmo, algo cansados de perder tempo, recursos e energias com uma questão que, a meu ver, e no muito boa gente, só tem uma solução razoável, dada a manifesta incompatibilidade da barragem do Côa com o património do rio.

Dependendo naturalmente tal solução de uma decisão política, e encontrando-nos num ano de eleições, penso que seria bom que os actuais governantes, naturalmente coadjuvados pelos mais diversos técnicos, a tomassem o mais rapidamente possível. Assim se evitaria que assunto de tão grande transcendência para Portugal se transformasse em recurso eleitoralista, fosse qual fosse o partido a utilizá-lo. Por outro lado, ultrapassar-se-ia uma negativa tendência, que de outro modo se fará inevitavelmente notar, para o extremar de posições e para o aumento de «ruído» informativo, para a manutenção de equívocos, e para o clima de incerteza que paira sobre todos os que mais directamente são afectados pela situação gerada. Todo esse clima desgastante pode ser ultrapassado pela positiva.

Sem pretender ser detentor da verdade ou da solução milagrosa, alerto uma vez mais para a necessidade de diálogo sereno, mas construtivo e pragmático, entre técnicos e decisores, e para o *sentido de Estado* que deve presidir a uma opção sobre uma questão em que está em causa o bom nome de Portugal, perante a comunidade internacional e, sobretudo, perante a consciência culta (não tenhamos medo da expressão) nacional.

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 20-06-1995.

Essa opção, imposta por circunstâncias antes inesperadas na dimensão que tomaram, mas que hoje são do domínio público, honrará o Governo Português e o povo que representa, e abrir-nos-á caminho para um dos grandes empreendimentos do final do séc. XX, que ficará a marcar a nossa geração.

Não podemos nem alagar o Côa, nem fazer uma réplica dele, nem cortá-lo aos bocados para os pôr noutro sítio. Este não é um problema “técnico”, de engenharia, onde temos pessoas competentíssimas em Portugal. É um problema cultural, na sua acepção mais lata, no qual as pessoas ligadas ao património têm, por uma vez, de fazer ouvir a sua voz autorizada, sem tensões, mas de forma construtiva. Trata-se, neste caso, de um património mundial único, que nos honra que se tenha conservado no nosso território, devendo-se portanto actuar de imediato em conformidade com tal evidência, que entra pelos olhos dentro de qualquer observador sensibilizado, tanto quanto possível atento, neutral e sensato. Não poder fazer a barragem de Foz Côa é evidentemente pena, mas é uma perda em larga medida desprovida de significado perante o que vamos ganhar com a sua alternativa, o Parque Arqueológico Nacional do Rio Côa (ou qualquer que seja o nome que se atribua ao projecto). Electricidade é precisa, sim; vamos produzi-la noutros lados. Armazenamento de água é vital, sim; vamos fazê-lo noutros lados, não descurando uma negociação permanente com os nossos vizinhos sobre a utilização dos rios internacionais. Preservação de postos de trabalho, e criação de outros, impõem-se obviamente: muitos trabalhadores, de todos os sectores, serão necessários às obras de construção do Parque e sua manutenção, para todo o sempre. Desenvolvimento regional, claro: neste momento, o maior valor que tem Foz Côa e outros concelhos limítrofes é o potencial de progresso constituído pelo fabuloso património internacional do rio Côa. Esse potencial de progresso já começou a dar indícios claros na região (que o digam os hoteleiros e responsáveis de adegas cooperativas, por ex.); mas tornar-se-á impressionante quando for tomada a decisão que urge e quando ela se começar a implementar no terreno.

O rio Côa é o único curso de água neste momento conhecido no mundo que constitui uma galeria de arte e de história com 200 séculos, ao ar livre, visitável por um número à partida não restrito de turistas, desde que sejam implementadas no terreno as infraestruturas para os receber, tanto do ponto de vista material como humano. E esse aproveitamento económico, mais dirigido a um turismo de qualidade do que de massas, articulado com a produção do “vinho fino” e de outros valores locais, poderá ir-se fazendo paralelamente ao desenvolvimento dos estudos técnicos e das obras da montagem do Parque. Não carecemos de esperar por mais estrangeiros para nos virem dizer que destino acham que devemos dar ao Côa (embora a sua presença seja sempre bem-vinda, e capital até para granjearmos ajudas económicas internacionais) — temos felizmente em Portugal, país moderno europeu, técnicos de Arqueologia capazes de aconselhar, com o sentido

da responsabilidade que assumem, os decisores políticos. Nem isoacionismo nem servilismo, nem arrogância nem complexos de inferioridade, mas sentido do interesse nacional, eis a atitude que, julgo, deve presidir às decisões a tomar.

O Parque é uma entidade em cujo projecto e implementação terão evidentemente de estar envolvidos técnicos de todos os tipos, bem como autarcas e populações locais.

Para ser breve, referirei apenas uma estrutura tripartida que, no meu entender, deverá ser criada para conduzir este processo, necessariamente complexo, e difícil, porque inovador entre nós. As expressões que utilizarei são dadas apenas a título indicativo, competindo a juristas e pessoas com experiência administrativa — e, evidentemente, ao Governo, em última análise — a decisão quanto ao “figurino” específico mais adequado a adoptar. Algo como o “Gabinete do Côa”, entidade promotora do Parque, directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros, deveria começar a funcionar com carácter de urgência, por forma a minimizar os custos económicos e os decorrentes do desgaste da imagem do país que a situação em que nos encontramos está a causar.

Tal estrutura tripartida seria composta por:

Conselho Directivo — incluindo elementos do Conselho Científico, e entidades ligadas à actividade económica, autarcas, etc.

Conselho Científico — constituído por arqueólogos, especialistas do património, e outros cientistas, nacionais e estrangeiros.

Equipas operacionais de terreno — dirigidas por técnicos das diferentes operações a realizar.

Portugal, que, ao longo da sua história, enfrentou muitas situações de crise, e sobreviveu, consolidando-se como nação, hoje integrada nos países que estimam o seu passado como base de um desenvolvimento sustentado e ancorado em valores, não pode continuar a titubear perante esta surpreendente, extremamente enriquecedora, descoberta.

Permita-se-me que conclua de uma forma algo solene. O mar largo, há séculos, não nos assustou. Já recentemente, estamos a vencer o desafio da integração europeia. Por que nos havia de intimidar o repto do Côa? Para utilizar uma frase batida, saibamos, também aqui, cumprir Portugal.

Porto, Maio de 1995

FOZ CÔA: O ÓNUS DA PROVA*

por

José Mariano Gago**

Todos sabem a história. É aliás exemplar.

Era uma vez uma barragem em construção. Nesse rio encontra-se o que os arqueólogos de todo o mundo consideram ser o maior santuário de arte rupestre paleolítica, ao ar livre, do planeta. A completar-se, a barragem destruirá as gravuras que o tempo, espantosamente, conservou.

Barragem “versus” gravuras. Parece fácil? Portugal é realmente um extraordinário país: parece-lhe fácil. É só remover as gravuras. Para outro lado. Para debaixo de água. Para outra época: serão assim tão antigas? Para o futuro, porque não: afundam-se agora e daqui a cem anos lá estarão, desfeitas em lodo, pó de xisto, rastos. E mais: quem é essa gente que clama pelas gravuras? Arqueólogos?! Mas esses, não são eles juízes em causa própria? E que sabem de barragens para invocar o valor de um suspeito achado paleolítico? Que nos provem, sim, preto no branco, que as gravuras são mais importantes que a barragem! E já agora que nos provem também que a barragem não é precisa, para guardar água, para servir de moeda de troca com Espanha, para dar luz, sei lá, que eles, os rupestres, nos provem isso tudo e mais ainda...

Ouvimos a boca de um responsável gargalhar, contente, que rupestres eram os outros, os do partido adverso. “Rupestre” passou a ser, está visto, infamante: como bandido, ou pior. São castigos, estes senhores.

Portugal é mesmo extraordinário. Exemplo único de regressão dramática: os vindouros da arte rupestre não a conseguem perceber! Vinte mil anos depois, a civilização, pfff, barragem!

Não se trata de transformar em parque, para turistas medianamente cultos, o vale do Côa, não! Esse, afunde-se e já, e faça-se do resto todo, capital São Bento, faça-se do resto do país o Luna Parque dos Primitivos Portugueses, tipo

* Publicado no jornal *Público* de 28-06-1995.

** Professor do Instituto Superior Técnico.

Aldeia dos Macacos da Europa em grande e vivo e real, com governo, eleições, impostos, barragens e tudo!!! Que magnífico projecto! (Temo embora que não seja original e esteja quase pronto.)

Senhores! Tenham juízo! A quem cabe provar que a barragem é absolutamente indispensável, naquele exacto sítio, e agora? A quem cabe provar que o maior parque ao ar livre de arte rupestre do mundo não vale os benefícios de uma barragem no mesmo lugar? A quem cabe provar que o turismo no vale do Côa preservado rende menos, dá menos empregos, custa mais que a barragem destruidora disso tudo?

É aos arqueólogos que cabe provar isso, ou a quem defende a barragem? Quem chegou primeiro: o Paleolítico ou o Governo?

Tenham mas é juízo! Então acham normal enterrar-se meia centena de milhões de contos NOSSOS numa barragem sem nos provarem, preto no branco, a sua prioridade? Sem nos provarem que alagar o vale do Côa naquela imensa extensão não traz prejuízos maiores que as vantagens esperadas? A quem cabe a prova?

Como é possível uma empresa da importância da EDP não ter encontrado, cem vezes encontrado, achados daquela importância, quando andou a estudar o vale do Côa? Que estudos de impacto foram os seus?

Mas encontrou, dizem-me. Foi precisamente o estudo mandado fazer pela EDP que revelou as gravuras. É deveras extraordinário. E então porque começou a adjudicar obra, e a construir, depois desse achado? O estudo do impacto era um pró-forma? É possível uma grande empresa pública, responsável, não se ter imediatamente colocado na linha da frente do apoio à valorização do património que o acaso, ou a incúria de outros, colocou no seu caminho?

Mas foi o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), organismo oficial que nos representa na protecção do património, que, interrogado pela EDP, não reagiu, esqueceu, deixou andar, dois anos, dizem-me.

Talvez agora se perceba como o país absolutamente precisa de instituições públicas realmente independentes, competentes e em primeiro lugar responsáveis perante o seu próprio mandato, isto é, perante nós. Aquilo a que se chama “tutela” do Governo não pode querer dizer nem obediência nem demissão. Os organismos públicos cujo mandato é a defesa competente, num domínio de especialidade, do interesse público existem para ter personalidade e princípios deontológicos firmes. As suas leis orgânicas, o estatuto do seu pessoal dirigente, os mecanismos independentes de avaliação a que se devem sujeitar, são elementos que, ao contrário do que hoje se passa, deverão convergir na garantia dessa independência e competência, fontes da confiança que desejamos ter nas instituições sérias.

Mas é razoável, sendo as coisas o que são, e o IPPAR o que não é, aceitar-

mos que a EDP, como Pilatos do Côa, nas faltas dos outros lave as suas mãos? Desde quando não têm as empresas, públicas ou privadas, responsabilidades sociais? É porventura normal que uma grande empresa responsável ajude a alimentar na opinião pública esta ideia assassina de que engenharia é incultura e destruição?

É porventura normal defender-se (noutro extremo) que o fanatismo da “conservação” é um valor decente e civilizado, a brandir contra a acção transformadora das sociedades humanas, de que a engenharia é porventura um dos mais significativos expoentes?

Nas coisas da razão, a revolta é má conselheira. Sobretudo quando tem razão. A responsabilidade primeira da onda emocional que, a propósito de Foz Côa, diminui e achincalha a engenharia está, parece-me, na instituição que primeiro a diminuiu e reduziu à noção primitiva de obra de cimento, e lhe pretendeu retirar o sentido social: a empresa Pública, ou o Governo, ou ambos, ou simplesmente o desconcerto novo-rico da época que está agora a findar.

A arte não se opõe à engenharia. A engenharia não se opõe à história, muito menos à civilização. Engenharia é também arte e história e civilização.

É óbvio que a barragem se não pode fazer ali. É pelo menos certo, se preferirem, que aquela barragem não se pode fazer ali, agora. Porquê?

Porque quem defende a construção não provou ainda nada, a não ser que se tinha, infelizmente, procedido mal. Não provou que não existem alternativas viáveis. Não provou o valor dos objectivos a alcançar. Não provou, enfim, e por aí deveria sempre ter começado antes de qualquer adjudicação de obra, e da criação de expectativas de mercado a outras empresas, não provou que assegura cabal e integralmente a salvaguarda do parque rupestre do Côa.

Por que razão isto não foi óbvio desde o princípio? Então submerge-se um vale e não se vai inventariar, antes mesmo de qualquer projecto de obra, o património que lá está? E antes de inventariado e avaliado, começa-se a construir? E depois de inventariado ainda se mantém a intenção original? Porquê? A quem compete provar a necessidade da barragem, e, em caso de necessidade, as alternativas?

A quem aproveita a negligência? Quem nos reembolsará dos prejuízos de ter iniciado uma obra impossível? E o Estado? Onde está a organização dinamizadora dos estudos arqueológicos? Quem, no papel, é responsável pelo património arqueológico nacional tem os meios para exercer essa responsabilidade?

E a universidade? Que consciência colectiva é a sua e que responsabilidade moral assumem, nesta emergência, os seus órgãos científicos?

Senhores! Metam a mão nessa coisa negra e rota a quem os antigos (esses tontos!) chamavam consciência e respondam: quem tem de provar o quê? São as pessoas do Paleolítico, os nossos mais que tetra-avós, quem tem de explicar por que razão tentavam, pelo meio de uma vida material duríssima, pensar, sentir,

construir símbolos vivos da ascensão humana?

É a civilização porventura que tem de se explicar aos vindouros?

Matem-na! Matem essa civilização tão crédula que foi num futuro melhor! Descendência desta é melhor não ter avós. Ter nascido do nada, sem história, nem futuro, nem ideais alguns.

Portugal rupestre, gravado no Côa, gente do nosso antigo sangue, perdoai-lhes: eles não sabem o que fazem.

RIO CÔA: UM ESPAÇO NATURAL MONUMENTALIZADO*

por

Vítor Oliveira Jorge

Os anos 80 e 90 do nosso século poderão ficar marcados por um significativo passo em frente na nossa compreensão das “origens da arte”. *Pela primeira vez na história, percebeu-se que as comunidades de caçadores-recolectores do Paleolítico Superior (de há 30.000 até há 10.000 anos) eram capazes de organizar simbolicamente paisagens inteiras, e não apenas lugares circunscritos e obscuros como as cavernas.* Mas essa percepção só se tornou clara nos últimos meses, quando o rio Côa, no NE de Portugal, se revelou como um complexo enorme de gravuras, que se estendem, pelo menos, por 10 km. daquele rio, e onde a relação entre as figuras e a envolvência paisagística é evidente. Por isso esta revolucionária descoberta, de consequências científicas ainda imprevisíveis, se pode considerar como uma das mais importantes do séc. XX, a nível da Arqueologia mundial. *E, em termos de património histórico-cultural, o rio Côa é certamente, neste momento, uma das nossas riquezas mais importantes, se não mesmo a mais importante.* Ou, se quisermos utilizar uma linguagem turística, é um dos poucos “produtos” que podemos oferecer que mais ninguém, no mundo, possui. Portugal, que em termos de património tem sido, até hoje, bem mais pobre do que países vizinhos como a Espanha, França, ou Itália, dispõe agora, com a possibilidade de afastamento do fantasma da barragem, e da criação do Parque Arqueológico do Côa, da sua oportunidade histórica de ser um centro, em lugar de uma margem, neste domínio. Um pólo de atracção turística mundial, desde que dotado de meios para o efeito, como noutros lados acontece. Infraestruturas e pessoal adequado serão imprescindíveis para assegurar o tratamento e a manutenção desta enorme riqueza potenciadora de desenvolvimento local, desde que bem gerida.

* Texto apresentado oralmente ao “Forum do Côa”, realizado na Aula Magna da Reitoria da U.L., em 01-07-95.

O nosso empenho na sua defesa não é, pois, produto de outro interesse que não seja o de termos compreendido, com a clareza das ideias óbvias, o que acabamos de declarar acima. Mas, como para o leitor isso pode não ser assim tão óbvio, aqui estamos de novo a tentar explicá-lo, dado que é essa a nossa obrigação como arqueólogo.

Antes de mais, urge acentuar de novo que a projectada barragem de Vila Nova de Foz Côa não é compatível, de modo algum, com a preservação e usufruto (cultural e económico) daquele património. Trata-se de uma questão dilemática, onde se não pode querer tudo ao mesmo tempo. Os cenários, por vezes imaginosos, que têm sido encarados pelas chefias da EDP/IPP, numa estranha coligação de silêncio ao arrepio de todas as opiniões de numerosos técnicos portugueses, não têm qualquer viabilidade, pelas razões que brevemente abordaremos de seguida.

1. *Cenário da “consolidação” de rochas com figurações pré-históricas, e de afundamento, pela albufeira, de todo o complexo.*

“As gravuras não sabem nadar”, disseram-no os jovens. As rochas desagregar-se-ão, dizem muitos geólogos, pedindo todos eles longos anos para proceder aos estudos adequados. As gravuras que eventualmente se conservassem seriam entulhadas por metros e metros de sedimentos, diz-nos o mais banal senso comum. Mas, sobretudo, *quem pode garantir, com 100% de certeza*, que debaixo de água tais gravuras se manteriam? Que após o período de utilização da barragem e o assoreamento do fundo da albufeira, elas se poderiam recuperar? Mesmo que alguém, que ainda não apareceu, o pudesse garantir com aquele grau de certeza, teria sentido privar 3 ou 4 gerações do usufruto de um complexo artístico único no mundo? Este cenário é absurdo, ignorante, irresponsável. Não cremos que qualquer pessoa séria o subscrisse, neste momento. As gravuras, em número de muitas centenas e, provavelmente, de milhares, conservaram-se ao ar livre 18 ou 20.000 anos. Essa é a única verdade indesmentível a seu respeito.

2. *Cenário de “tipo Assuão”, em que algumas rochas com gravuras seriam cortadas, e transportadas para outro local, e as restantes afundadas.* É um cenário que foi ironicamente apresentado na imprensa como o de “ensinar as gravuras a voar, uma vez que elas não sabem nadar”. Esse “voo” seria, parece, o de um helicóptero que removeria as rochas, assim amputadas do contexto que lhes dá sentido. Esta “solução”, que a concretizar-se ficaria nos manuais do crime internacional de lesa-património, seria ainda pior — se alguma comparação, nestes extremos de ignorância e de sobrançeria a que se chegou, é possível — do que a primeira. Em primeiro lugar, o templo de Abu Simbel nada tem a ver com o Côa; é um monumento “construído” no seio da rocha, com uma fachada imponente, elaborado por uma civilização “evoluída”. As gravuras do Côa são o produto de comunidades de caçadores-recolectores que não erigiam obras arquitectónicas, fossem elas aéreas ou subterrâneas, mas que consideravam toda a natureza envol-

vente como o monumento. Valendo-se das massas e volumes da própria paisagem, inscreviam nas superfícies rochosas sinais, formas, que se revestiam de um simbolismo evidente, dando um significado novo a essas pré-existências. Não eram indiferentes os locais em que tais sinais eram praticados; os motivos escolhidos, a sua posição relativa, a sua técnica de feitura, a sua exposição à luz, a sua relação com as correntes de água, a sua maior ou menor visibilidade à primeira vista, etc, etc. Tal como não teria sentido demolir uma gruta como Lascaux, ou Altamira, para apenas guardar num museu algumas das suas superfícies parietais, seria um absurdo arrancar pedaços do grande monumento da humanidade que é o rio Côa, para expor os destroços num qualquer “parque” de fantasia, esse, sim, verdadeiro monumento à incultura e à amnésia da nossa “civilização”. Não podemos permitir esse holocausto cultural, praticado por frios executores de interesses parcelares, indiferentes a valores morais, sem os quais a vida se tornará um jogo degradante de poderes de curto prazo, sem visão colectiva de futuro.

Assuão não serve pois de exemplo para o Côa. Corresponde aliás a uma filosofia da conservação totalmente ultrapassada, pois hoje sabemos bem quanto os elementos que qualificam um sítio são indissociáveis da sua envolvente. Sem a manutenção do “espírito do lugar”, um património histórico perde qualquer significado. Com muito mais força de razão quando estamos perante um vale que é a única área conhecida no mundo onde se conservou, de forma tão extensa, um ou vários santuários rupestres paleolíticos. Cuja cronologia, a atender ao estilo das figuras, deverá ser relativamente antiga, no contexto deste “ciclo artístico”; isto é, predominantemente solutrense (há c. de 18.000 anos), embora possa haver no Côa motivos mais antigos e — como parece ser evidente — mais recentes do que aqueles, ainda que adentro da arte pleistocénica.

Mas, se as gravuras paleolíticas são as que permitem alcandorar este rio a património da humanidade, impondo em absoluto a remoção da ideia de aí construir a projectada mega-barragem — qualquer que seja o custo de tal decisão, que já não é adiável por muito mais tempo — elas não são o único valor histórico-arqueológico da área. Existem aí gravuras de outras épocas, da Proto-história e até mais recentes, abrigos com pinturas “esquemáticas” pós-paleolíticas, povoados da Pré-história recente, etc., etc. Estes últimos adquirem todo o seu significado se articulados com o vizinho habitat fortificado (com muralhas e bastiões) do Castelo Velho, em Freixo de Numão, escavado por Susana Oliveira Jorge, da FLUP, desde 1989, e já devidamente preparado para acolher visitantes. É datável das Idades do Cobre e do Bronze, sendo estranho o silêncio que sobre ele tem recaído em tantos escritos últimos sobre Foz Côa. Já para não falar de sítios e estelas da Idade do Bronze e de estações romanas que ocorrem na região, e que a tornam uma das áreas do nosso país mais ricas em Arqueologia.

Na verdade, no Côa joga-se simultaneamente o futuro de uma região, o

estatuto da actividade arqueológica portuguesa, e um melhor conhecimento da ainda tão incompreendida arte do Paleolítico superior. Pertencemos à mesma subespécie dos homens e mulheres que, há 200 séculos, aí viveram. Cerca de 800 gerações nos separam deles. Mas, ao observarmo-nos o requinte dos traços dos equídeos, dos bovídeos, dos caprídeos e cervídeos que polvilham o vale (não de forma anárquica, mas estruturada), como também de outras figuras (humanas, sinais esquemáticos) que aí existem, apercebemo-nos da sua estranha modernidade. Muitos poderiam ter sido feitos por artistas plásticos contemporâneos. Estes encontrarão nessas enigmáticas figuras motivo de “inspiração” para as suas composições actuais, como acontece com tantos artistas ocidentais que têm ido “beber” às “fontes” das artes “primitivas”. Que apenas assim foram chamadas porque os preconceitos evolucionistas, europocêntricos, que herdámos, nos fazem arredar para a ordem do menos “evoluído” tudo quanto é diferente — e não só a arte dos povos sem escrita.

Se continuarmos a recalcar em nós e na sociedade em que vivemos, em nome de uma “racionalidade” irracional, as forças da criatividade humana, na sua variabilidade e diferença, veremos brotar por todo o lado a violência, a intolerância, a droga, num mundo que foge em frente, numa espiral de depressão e ansiedade.

Defender o Côa dos que o pretendem depredar (invocando o interesse nacional para afinal acobertar objectivos discutíveis de curto alcance), é defender o verdadeiro progresso, o autêntico desenvolvimento. É fundamental que esta posição não seja entendida como uma perspectiva de elites urbanas ou “letradas”, mas como uma autêntica alternativa de futuro, entre outras, para o nosso país, e que os seus principais protagonistas sejam todos aqueles que vivem ou que se querem fixar no interior, e que desejam aí encontrar razões de orgulho da sua terra.

Porto, Maio de 1995



E. Anati na Canada do Inferno (Côa). Foto: João Félix.

FAZ-DE-CONTA EM FOZ CÔA*

por

Nuno Ribeiro da Silva**

Decidi dar-me à penosa tarefa de compilar algumas histórias e reflexões sobre o “caso Foz Côa”. Penosa porque, para além do dispêndio de tempo, sobretudo obriga a retomar episódios pouco edificantes onde são actores instituições e personalidades que nos devem merecer o maior respeito pela influência que as suas decisões têm no nosso dia-a-dia.

Este artigo contempla basicamente duas partes:

— a primeira situa o meu posicionamento relativamente ao problema em causa e os pressupostos que me levaram a intervir;

— a segunda onde trago para o debate a minha experiência sobre o problema, na pretensão de ser objectivo e rigoroso nos aspectos que relato.

É impossível expor num artigo de jornal todo o vasto conjunto de complexos argumentos técnicos ligados, nomeadamente ao interesse no uso da água para fins hidroeléctricos, de transvasamentos, de regularização das enxurradas do Côa, de alternativas — no Côa ou noutras bacias hidrográficas —, à solução adoptada. Depois, não tenho o talento “queirosiano” de conseguir transmitir a “ambiance” de posições e interesses pessoais e/ou institucionais que dão o “sal” às razões que movem todos os que estão ligados ao projecto.

Até à data, nunca fiz comentário sistemático ao “caso”, tendo-me limitado por três vezes a responder pontualmente a solicitações da comunicação social, para confirmar afirmações de terceiros que reportam ao tempo em que tive a responsabilidade do sector e a tutela da EDP. Essas afirmações eram, infelizmente, erradas e irresponsavelmente distorcidas.

Como não as avalizei, tenho sido alvo, mais ou menos à “boca pequena”, de um conjunto curioso de boatos e calúnias, afirmando-se que comentei o “caso” porque sou herdeiro de uma quinta de produção de Vinho do Porto, que ficará inundada, ou

* Publicado no jornal *Público* de 04-07-1995.

** Deputado do PSD, ex-Secretário de Estado da Energia.

porque tenho interesses em empresas estrangeiras, que, por sua vez, têm interesses no Vale do Côa(!?). Quem mente assim não é gago e os métodos dão bem a ideia da confiança que aqueles padrinhos do empreendimento têm nos seus argumentos técnicos e os métodos “transparentes” que são capazes de utilizar no “debate”...

Obviamente que este desabafo não significa que estou a acusar instituições no seu conjunto de má-fé ou de “bandos de malfeitores”. Esse argumento, demagógico e balofo, que alguns administradores da EDP, ou pessoas noutras instituições, têm feito passar para “ajornar” emocionalmente aqueles que nelas trabalham, poderá colher junto dos incautos, sendo apenas relevante para, mais uma vez, dar a ideia de como entendem o debate aberto e esclarecedor.

Com efeito, não vi, a título de exemplo, aqueles responsáveis a desmentirem as afirmações públicas do porta-voz da EDP quando erradamente afirmava em princípios de Dezembro de 1994 que:

— a barragem é necessária para não termos problemas em Portugal de fornecimento de electricidade em 1996;

— a barragem é necessária porque dependemos em demasia das importações de electricidade de Espanha;

— no Vale do Côa não existiu nunca qualquer estudo alternativo para o seu aproveitamento em moldes alternativos à construção da barragem do “caso”.

Todos estes argumentos são incorrectos tecnicamente e falsos factualmente. Mas o mais relevante é que evidenciam uma reacção atabalhoada e não preocupada em esclarecer os cidadãos. Prefere-se lançar boatos sobre quem questiona as afirmações feitas e fazer comunicados públicos dizendo que a barragem era essencial e rentável.

Aqui está outro ponto curioso, valendo a pena referir sumariamente alguns episódios.

Chumbei a barragem por ela não ser rentável, mesmo sem considerar os efeitos negativos de destruição de zonas ricas na produção de vinho. Por razões meramente “economicistas”, dado que desconhecia a existência de património arqueológico relevante.

A rentabilidade da barragem era inferior ao “plafond” mínimo aceitável para qualquer investimento energético, que é de 10 por cento, segundo foi definido por uma equipa do então Departamento Central de Planeamento, para o Plano Energético Nacional. O “pânico nas hostes” foi tal que uma equipa de técnicos da EDP “entusiasta” da barragem foi tentar demover os responsáveis pelo estudo a baixarem aquelas “fasquias” dos 10 por cento, sob pena de a barragem nunca se fazer... Foi a primeira tentativa de fazer “jogo de secretaria”, contornando o meu despacho feito sobre o estudo da EDP “Caracterização técnico-económica dos aproveitamentos hidroeléctricos com entrada em exploração prevista até ao ano 2010”, onde dizia que a “EDP só desenvolverá aproveitamentos que tenham manifesta rentabilidade,

nomeadamente face a outras aplicações alternativas” e, ainda, “a EDP só assume as responsabilidades referentes à valia eléctrica dos aproveitamentos”. Foz Côa estava francamente abaixo do mínimo de 10 por cento, por isso foi chumbada. O segundo passo do despacho é relevante para a minha conclusão mais adiante.

Falhada aquela tentativa, vem-se a saber em comunicado público que, agora, a rentabilidade já estava quase, quase nos 10 por cento! Enfim, nos 9,8 por cento. Quem duvidaria se o Banco Europeu de Investimento aprovou? Sobre este último argumento, é sabido que o BEI se bate por emprestar mais dinheiro à EDP e que recebe as garantias necessárias, independentemente do projecto em si.

Fica a questão de como aumentou a rentabilidade da barragem, tendo-se mantido o mesmo conceito, já que entretanto o preço da electricidade tem vindo a baixar todos os anos — ver anúncio da EDP SA em conjunto com a tutela, desculpem, o accionista — e os custos de betão, ferro, trabalho, têm vindo a aumentar?

Aumentam os custos e em simultâneo diminuem os proveitos e a rentabilidade sobe!

E porque não são esses estudos públicos?

E porque não são sequer entregues à Comissão Ambiental, órgão oficial que faz parte dos corpos sociais da EDP?

E porque pede agora a tutela, melhor, o accionista, a especialistas para, entre outros aspectos, estudarem a valia eléctrica e a economia do projecto? Agora, sublinho, depois de ter sido dada “luz verde” ao projecto e dizer-se que estão “empatados” 30 milhões de contos?

Sabemos que a “ciência” faz milagres e, por exemplo, pode-se tentar “lá chegar” com uns “ajustes” das séries estatísticas da hidraulicidade, ou dando uns retoques nas amortizações... Albarde-se à vontade do dono!

Se refiro estes episódios, é para dar uma pálida ideia de que a decisão e o debate sobre um caso desta importância e dimensão, envolvendo instituições responsáveis, não foge à maneira de estudar e decidir tão portuguesa: opta-se “a priori”, fazem-se uns estudos “de peso” de seguida, se “a coisa” não dá, ajustam-se uns parâmetros, “provada” a justeza da opção tomada — de início, ou de preferência antes porque há que recuperar 40 anos de atraso — arranca-se com a obra. Se alguém vier “chatear”, faz-se uma campanha de imprensa recorrendo a especialistas na matéria, se continuarem a insistir, concede-se que “até poderão ter razão nalgumas coisas” mas não se pode perder o dinheiro já empatado!

Eis a metodologia da Europa recriada por Portugal. Desde a transformação de barracas em alvenaria até à barragem do “caso”.

Em súmula, a barragem não é justificável — independentemente da questão das gravuras — pela sua valia decorrente da produção de electricidade. O próprio Ministério da tutela manda agora reestudar o assunto e vários responsáveis da EDP o admitem.

Temos capacidade de produção instalada de electricidade no país superior às nossas necessidades — ponta do ano de 1994 de 5089 mw para uma potência instalada de 7621 mw, sem incluir autoprodutores e produtores independentes, logo cerca de 33 por cento de potência de reserva.

A grande central da Tapada do Outeiro está em construção e quando o gás natural estiver disponível, se for competitivo, irá retirar algum mercado ao consumo de electricidade.

Fica o desafio: apresentem-se os números! Mostrem-se ao próprio Conselho Ambiental da EDP e tragam-se a público, porque há mais quem saiba ler na terra!... E, já agora, incluam-se nos custos os 3 a 11 milhões de contos (?) de protecção às famosas gravuras (números passados pelo Ministério da Tutela ao “Independente” de 13 de Abril).

Então porque, teimosamente, se quer fazer a central?

Respondo: uns porque “não querem dar o braço a torcer”, outros porque na EDP sempre trabalharam para aquele projecto e vêem nele a realização de uma vida profissional, outros ainda porque dizem que a electricidade é de pouco interesse e que o importante é regularizar as cheias do Côa, por fim, a última “bóia de salvação” — assumida em declaração à Lusa em 16 de Fevereiro —, “a barragem é a primeira concretização do que até agora era um mero plano de intenções (...) os transvasamentos de água do Douro para o Alentejo”.

E aqui está o cerne da questão. A barragem é virtual. O mérito pela qual é feita não é suficiente e o que alguns vêem nela não pode ser dito! Porque nunca se discutiram transvasamentos estruturais no país e porque não os podemos assumir para não perder força no debate com a Espanha sobre o Plano Hidrológico. É um argumento de princípio do Governo português.

Depois, se os méritos estão na regularização de cheias ou nos transvasamentos para o Sul, não cabe à EDP decidir sobre essas matérias e, sobretudo, não devem ser as empresas e famílias a pagar na electricidade obras que nada têm a ver com o consumo eléctrico. Aliás, a EDP sempre se bateu, justamente, para não ter de pagar valias das barragens de fins múltiplos, no que não tenha a ver exclusivamente com a valia eléctrica. Este princípio foi adoptado em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e foi um dos aspectos incluídos no plano de recuperação económico e financeiro da EDP de 1988.

Resultado, a tutela da energia diz que o Côa é bom como reserva de água, a tutela da água diz que o Côa é bom para a energia e a tutela do planeamento não diz nada, embora cisme com o fim das cheias na Ribeira do Porto.

Foz Côa deve ser debatido mas com transparência. Pegando com coragem os prós e os contras pertinentes. Senão, estamos a dar tempo e espaço às manobras de “chicos espertos”, que julgam passar atestados de ignorância a dez milhões de cidadãos. É o faz-de-conta em Foz Côa!

SOBRE O (PRECÁRIO) ESTADO DA ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL: BREVE DEPOIMENTO*

por

Vítor Oliveira Jorge

A Arqueologia, em Portugal, vai mal. Só isso explica que, por exemplo, um caso como o do rio Côa tenha surgido como surgiu e conhecido os desenvolvimentos que até agora conheceu. Por mais que certos organismos oficiais façam propaganda, na televisão e nos jornais, do que, segundo eles, está a ser feito pela Arqueologia, o que é certo é que, neste domínio, reina um total desnorte, que não é apenas resultado da acção dos responsáveis actuais — sejamos justos — mas de décadas de atraso em relação aos nossos vizinhos europeus, para não ir mais longe. Tentarei, neste breve depoimento (pois que o tema dava para um livro), ser breve, esquemático, e, portanto, necessariamente algo simplista e redutor.

O património cultural português tem de dispor de uma Lei de Bases, devidamente regulamentada, que dê à Arqueologia o estatuto a que ela tem jus. A “Lei de Bases” que tem estado na forja, para substituir uma que nunca foi regulamentada, é, simplesmente assustadora. Nesse campo, há que começar de novo.

É preciso notar que o tipo de património com que trata a Arqueologia, ao contrário do dos Arquivos, dos Museus e Palácios, ou das Bibliotecas, se encontra espalhado por todo o território (incluindo as zonas aquáticas), e, por definição, está em ampliação constante. Implica pois um tratamento próprio, que tem de ser conduzido por pessoas da especialidade — arqueólogos, cuja profissão urge reconhecer, até para fins fiscais — necessariamente coadjuvados por muitos outros especialistas. Com o devido respeito, a Arqueologia não pode estar entregue a arquitectos, engenheiros, “políticos” ou “burocratas” não formados neste domínio; os arqueólogos têm de tomar nas suas mãos as rédeas da Arqueologia nacional. Têm de ser vistos como parceiros com quem há que contar em todas as acções que interfiram com qualquer parcela da fisionomia do território, sejam elas em ambiente terrestre (rural ou urbano) ou aquático.

* Divulgado no Jornal Público de 10-07-1995.

Só um Instituto Português de Arqueologia (IPA) poderá responder a duas finalidades básicas: coordenação do sector e descentralização das acções a desenvolver ao longo do ano por todo o país. Terá pois de dispor de uma estrutura orgânica adequada, e de meios financeiros, humanos e técnicos próprios ao exercício da sua actividade.

Consequentemente, deverá possuir equipas operacionais nas várias regiões do país (enquanto a almejada regionalização se não processar, sugere-se, no mínimo, a instalação de uma unidade em cada sede de distrito). Este Instituto, integrado num Ministério da Cultura, terá de ter um Conselho Consultivo onde estejam representadas as mais diferentes entidades e competências necessárias ao aconselhamento da sua actividade.

Mas é importante acrescentar dois aspectos.

Sendo a Arqueologia uma actividade praticada nos mais diversos organismos, que interfere com numerosos aspectos da vida nacional, e que tem a ver com a gestão da nossa memória e do nosso passado, é importante que exista um Conselho Superior de Arqueologia (CSA), interministerial, ou directamente dependente do Primeiro Ministro, que defina as grandes linhas de rumo da Arqueologia nacional. Nele os arqueólogos deverão estar sempre em maioria (tal como no CC do IPA), assegurando-se a representação das universidades, do próprio IPA, das autarquias, das Associações profissionais ou académicas e de defesa do Património, etc., etc.

Por outro lado, tal como noutros sectores, o Estado não pode nem deve ser hegemónico na Arqueologia nacional, mas ter apenas um papel condutor e corrector de assimetrias, ou ajustador de actividades. Deverá encorajar-se uma política de constituição de empresas, ou de profissionais liberais, e para muitos trabalhos deverá o Estado abrir concursos.

É óbvio que o Banco de Dados da Arqueologia Portuguesa, capaz de gerar todo o tipo de informações, e nomeadamente a Carta Arqueológica de Portugal (CAP), tem de estar sob a coordenação do IPA, mas sem que seja este necessariamente, por inteiro, a realizá-lo. O que é importante é "ligar em rede" todos os agentes intervenientes na sua feitura, com certas regras de acesso ao sistema e diferentes níveis de consulta, por forma a adequar tais níveis aos fins em vista em cada caso, e a acautelar os direitos de autor.

Aqui, como em muitos outros sectores do país, há que dispor de uma estratégia a médio prazo, documentos de planeamento muito claros, realistas e pragmáticos, sem prejuízo da implementação de acções urgentes, como é o caso, paradigmático, do rio Côa onde, abandonada a ideia da barragem, há que criar um gabinete "de emergência", interdisciplinar, que leve à criação do Parque Arqueológico Nacional do Rio Côa (PANRC), integrado numa política coerente para a Arqueologia e Património cultural e natural portugueses.

Tal política, simplesmente, não existe, tanto ao nível da investigação, como do inventário, valorização, ensino e divulgação do património arqueológico português. Este está a ser delapidado todos os dias; as verbas afectadas à Arqueologia são, simplesmente ridículas; a comunidade arqueológica é muito insuficiente de um ponto de vista numérico, e em muitos casos ainda com fraco nível de preparação (veja-se a relativa raridade dos técnicos com doutoramento, por ex.). Instalou-se ao longo do tempo um clima de "salve-se quem puder", com falta de consciência de "classe", impondo-se uma ética diferente, com espírito de equipa e formação de gente nova, tanto ao nível do ensino médio, profissionalizante, como do superior, com licenciatura própria, e multiplicação de cursos de mestrado e de doutoramento.

A Arqueologia será no futuro uma das protagonistas do desenvolvimento, baseado em novos valores, através de uma "indústria" da cultura e do lazer que tem de começar por "produtos" voltados para as crianças, que sensibilizem as próximas gerações. Mais uma vez o Estado não pode monopolizar, mas antes pelo contrário, deverá incentivar a produção, por agentes privados, de filmes, brochuras, postais, livros, réplicas, T-shirts, programas televisivos, etc., etc., que promovam a Arqueologia, mas onde a Arqueologia também ajude a promover outros bens de "consumo".

Já que estamos na sociedade do espectáculo, na instantaneidade, do futebol e da telenovelas (com todo o cortejo de frustrações daí resultantes), entremos na corrente, fazendo do "passado", dos "passados", produtos consumíveis. Mas sem esquecer que é tão urgente dirigir-nos às massas, como às elites. A Arqueologia é antes de tudo um ramo do saber, uma ciência, com toda a auréola de dificuldade, de aprendizagem e de obscuridade que sempre um saber terá, quer queiramos quer não. O "passado" é um bom antídoto para o stress em que vivemos. Apostar na Arqueologia é também dar um sentido de vida a muitos jovens abandonados ao deserto de uma sociedade de hipermercados e de violência.

Porto, Junho de 1995

**CÔA:
ALGUMAS ETAPAS (CONDENADAS AO FRACASSO)
DE UMA AMEAÇA DE ATENTADO CONTRA
O PATRIMÓNIO MUNDIAL***

por

Vítor Oliveira Jorge

Desde inícios de Novembro de 1994 (para não recuarmos mais atrás) que assistimos em Portugal a uma das mais rocambolescas “histórias” da Arqueologia mundial.

Como toda a gente sabe, foi nessa altura tornada pública a identificação, no vale do Côa, afluente da margem esquerda do Douro português, de um número indeterminado de gravuras rupestres ao ar livre, em área que iria ser coberta pela albufeira de uma das maiores barragens projectadas para o país: a de Foz Côa. Tendo em atenção as descobertas de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta) e de Domingo Garcia (Segóvia, Espanha), nos inícios dos anos 80, e de Siega Verde (Ciudad Rodrigo, Espanha), no final da mesma década, aquelas gravuras foram desde logo consideradas como de idade paleolítica (entre 30.000 e 10.000 anos antes do presente). Em Siega Verde terão sido mesmo detectados animais extintos, como o megaceros, a rena, ou o bisonte.

A abundância das gravuras do Côa não parou de crescer com o tempo, atingindo, hoje (inícios de Julho de 1995), uma extensão de c. de 17 km. de rio. Verificou-se, mesmo, um facto inusitado: o de que muitas dessas gravuras foram identificadas em primeira mão pelas próprias populações locais, que desde logo encetaram um movimento em prol da sua protecção, participado por milhares de jovens.

Ao mesmo tempo, os maiores especialistas mundiais de arte rupestre, e em particular da sua mais antiga fase, a paleolítica, visitaram sucessivamente a área (em certos casos por mais de uma vez) confirmando o estilo inequivocamente paleolítico de muitas das gravuras descobertas. Citemos apenas, a título de exemplo, Rodrigo Balbín e Antonio Beltran (Espanha), E. Anati (Itália), H. de Lumley,

* Publicado no *Jornal de Notícias* de 11-07-1995.

M. Lorblanchet, J. Clottes, D. Sacchi (França), Paul Bahn (Reino Unido), Ben Swartz (EUA). Também os portugueses Mila Simões de Abreu (IFRAO), António Martinho Baptista (PNPG) e Mário Varela Gomes (da Academia Portuguesa da História), com décadas de trabalho realizado em arte rupestre, além do signatário, entre muitos outros, confirmaram o carácter paleolítico das figuras gravadas do Côa. Nelson Rebanda, do IPPAR, que detectou as primeiras gravuras, registou mesmo na Faculdade de Letras do Porto uma tese de doutoramento sobre o assunto. Os especialistas portugueses de Paleolítico, João Pedro Ribeiro (U.P.), João Zilhão (U.L.), José Meireles Batista (U. M.), Luís Raposo (U.A.L.) e Nuno Bicho (U.A.) confirmaram igualmente a importância mundial deste património excepcional que o território português contém.

Esse património extraordinário não se confina aliás, como se sabe, ao Paleolítico: a área do Côa contém também gravuras atribuíveis às Idades do Cobre, Bronze e Ferro, para além de gravações mais modernas, e, no seu troço superior, vários “abrigos” pintados datáveis do Neolítico ou Calcolítico. Para além disso, há outros vestígios de ocupação humana pré-histórica, incluindo povoados com cerâmicas decoradas da mesma época presumível do Castelo Velho de Freixo de Numão (a poucos quilómetros de V.^a N.^a de Foz Côa), escavado por Susana Oliveira Jorge, da FLUP, desde 1989. Este notável povoado fortificado (com pelo menos duas linhas de muralhas, visto que outras podem ter sido destruídas pelo plantio de eucaliptos) data das Idades do Cobre e do Bronze (mais ou menos entre 2.200 e 1.200 a.C.).

Por sinal, estudos preliminares de ossos de animais encontrados neste último povoado (realizados por Miguel Telles Antunes, da UNL) não revelaram até agora restos de cavalo, um dos animais mais abundantes na arte do Côa, juntamente com o boi, os caprídeos e os cervídeos, temas característicos da arte do Paleolítico superior em toda a Europa. Pelo menos uma dezena de argumentos, estilísticos, compositivos e temáticos, poderiam ser aduzidos em prol da classificação paleolítica de muitas das gravuras do Côa, onde até não faltam os sinais esquemáticos e a figura humana próprios daquela arte. Realmente, e só para nos atermos ao antropomorfo fálico da Ribeira de Piscos (afluente da margem esquerda do Côa), poderemos considerá-lo como uma verdadeira certidão de autenticidade paleolítica.

Perante uma certa anemia do governo e das entidades que tutelam o património em Portugal, aparentemente incapazes ou sem vontade de tomar a decisão que há muito se percebeu que se impõe, a de mandar parar as obras da barragem de Foz Côa, a empresa EDP, que, tanto quanto saibamos, tem a seu cargo apenas a produção de energia, tomou uma estranha liderança neste processo, também inédita a nível mundial. Pareceu arvorar-se em improvisado “Instituto do Património Arqueológico”, dotado de grandes meios financeiros, mas com a finalidade de

construir a barragem a todo o custo. Tentou então, em três “etapas” que aqui esquematicamente podemos considerar, encontrar os argumentos necessários à consumação desse acto, publicamente apresentado com a boa intenção de, moderada e consensualmente, conjugar o “progresso” com o “respeito pelo património”. A versão caricatural de tal intenção foi repetidamente exposta pela presidência da autarquia local como sendo a adição do totoloto (barragem) e do jackpot (barragem + gravuras). Este “prémio” excepcional arriscar-se-ia, porém, se não fosse o levantamento da consciência pública, a figurar futuramente no “Guinness” dos atentados contra o património mundial. Pelo bom nome de Portugal e de Foz Côa não permitiremos que tão triste celebridade, produto de ignorância (até certo ponto compreensível...) e de interesses de curto prazo (mas lesíveis do futuro), venha a ocorrer.

A primeira dessas etapas foi a de, pura e simplesmente, afundar as gravuras debaixo da albufeira. Ficariam assim mais “protegidas dos vândalos”. Alguns “cientistas” de serviço deram cobertura a esta tentativa. Falou-se de impermeabilização de rochas, até de campânulas subaquáticas com câmaras de filmar para, do exterior, se poder observar e “monitorizar” a eventual degradação, ou não, das rochas. Não se lembraram de que as rochas do complexo xisto-grauváquico que serve de suporte às gravuras certamente não resistiriam muito tempo à erosão química e mecânica. E de que, passados uns 70 anos, quando a barragem, por assoreamento, tivesse de ser abandonada, o leito do rio ficaria coberto por dezenas de metros de lodo e pedras, entulhando por completo os vestígios que milagrosamente tivessem resistido (?) a tal “preservação”. Após a publicação, num conhecido semanário, de tão sensacional solução, ela ficou na história do humorismo português, sendo bem aproveitada por diversos cartoonistas.

A concorrência a populares programas de divertimento televisivo não ficaria, porém, por aqui. Um helicóptero com jornalistas terá sido trazido de Lisboa para que estes pudessem assistir a outra solução, a uma segunda etapa de “conjugação” da barragem com as gravuras. *Tratar-se-ia, agora, de, com sofisticada técnica sueca, cortar as rochas gravadas, para as transportar para outro local,* com absoluto menosprezo pela envolvência paisagística que lhes dá todo o sentido e significação simbólica. Por “não saberem nadar”, as gravuras passariam, agora, a “saber voar”. O carácter arriscado de tal operação, verdadeira “espectacularização” de um atentado contra o património (cujo tratamento há muito ultrapassou a filosofia das “soluções” tipo “Assuão” dos anos 60) não surtiu os efeitos mediáticos pretendidos.

Só restava, agora, uma terceira solução, que pode ter estado, desde sempre, “na manga”. Servindo-se, de novo, de solícitos “cientistas” prontos a cooperar, desta feita sem que tenham tido qualquer contacto com a comunidade científica nacional, procurou-se desacreditar os arqueólogos portugueses e europeus. O Côa

foi cobaia de novos métodos de datação “científica”, ainda em fase experimental e altamente falíveis, ensaiados por australianos, canadianos ou norte-americanos, tendentes a *provar que as gravuras são muito mais recentes do que se imaginou*. A já esperada acção mediática ocorreu em mais uma edição, recente, do semanário que anteriormente se tinha feito eco do “parque jurássico” do Côa. Mas desta vez foi-se mais longe: acusou-se de fraude, em título de primeira página, todos aqueles que têm lutado para demonstrar a antiguidade e a importância da arte do Côa. Esses mesmo que, como o signatário, repetidamente afirmaram que, mesmo que por absurdo se viesse a provar que nenhuma das gravuras daquele rio data do Paleolítico, tal em nada diminuiria o seu excepcional valor mundial.

Os promotores deste tipo de acções de propaganda, envoltas em roupagens “científicas”, mas sem qualquer discussão prévia em foros sérios, denunciam-se a si próprios. Têm pouca consideração pelo discernimento dos portugueses, muitos dos quais podem perceber ainda pouco de arqueologia, ou de métodos de “datação”, ou de “arte rupestre”, mas reagem de forma muito negativa a tudo quanto lhes cheire a processos pouco isentos, ainda por cima utilizando o seu dinheiro de contribuintes.

E já perguntam, passando da bonomia condescendente a certa irritação, na expectativa de mais um episódio rocambolesco: qual será a etapa seguinte desta fotonovela de mau gosto? Até quando iremos permitir este escoamento do nosso capital, material e ético?

Tenham juízo, meus senhores! E, já que produzem electricidade, faça-se luz no vosso espírito, nem que seja recorrendo a uma pequena lâmpada de 25 watts!

Porto, Julho de 1995

SOBRE A POLÉMICA DA DATAÇÃO DAS GRAVURAS RUPESTRES DO VALE DO CÔA*

por

João M. Peixoto Cabral**

Não costumo ler «*O Independente*». A circunstância, porém, de ter assistido no dia 7 de Julho ao *Encontro sobre a Barragem de Foz Côa e as Gravuras Rupestres*, organizado pelo Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, onde foi citado e serviu de motivo em conversas de corredor, levou-me a ler o artigo publicado no número desse mesmo dia, intitulado «A FRAUDE», sobre as referidas gravuras.

Devo dizer que já me tinham chegado ecos da tendência para o sensacionalismo desse semanário. Apesar disso, confesso que fiquei chocado. Não com os resultados da datação directa das gravuras, obtidos pelos especialistas consultados pela EDP, que aí são revelados e que, embora um tanto surpreendentes, eram em certa medida de esperar — adiante se explicará porquê —, mas com a maneira ultrajante de proceder para com os arqueólogos, nacionais e internacionais, que acusa de fraude, e o modo de «esclarecer» os leitores sobre a questão em causa, em particular sobre o significado dos mencionados resultados.

Que fizeram os arqueólogos para merecerem tal tratamento? Simplesmente o seguinte. Procuraram datar as gravuras que pouco a pouco foram sendo achadas no vale do Côa, caracterizando-as do ponto de vista estilístico e comparando depois o seu estilo com o estilo de pinturas rupestres de idades bem estabelecidas, determinadas geralmente através da aplicação do método do ^{14}C . Quer dizer, procurara fazer a sua datação aplicando um método muito semelhante ao que é usado em investigação na área da História da Arte. Isso permitiu-lhes concluir que as gravuras achadas teriam sido feitas ao longo de várias épocas, desde o Paleolítico até à Idade do Ferro. E reconhecendo que as atribuídas ao Paleolítico se revestiam

* Publicado (embora com título diferente) no *Jornal de Notícias*, de 14-07-95.

** Investigador Coordenador do Instituto Tecnológico e Nuclear, responsável pela criação do laboratório de datação pelo radiocarbono nesse instituto, e Professor Catedrático Convidado do Instituto Superior Técnico.

de importância excepcional, não só a nível nacional como ainda mundial, o que foi confirmado por vários especialistas internacionais em pinturas rupestres, alertaram os portugueses para a necessidade de se estudar e preservar esse riquíssimo Património. Poderá dizer-se que o método por eles utilizado na datação é pouco rigoroso mas nunca fraudulento, a menos que o propósito de quem o designe deste modo seja, esse sim, mal intencionado.

Se existe um método de datação mais rigoroso, como o do radiocarbono atrás citado, com o qual foi possível estabelecer com segurança as idades de algumas pinturas rupestres, será legítimo perguntar por que motivo não foi ele usado pelos arqueólogos para datar as gravuras do vale do Côa? A resposta é simples. Porque para se datar uma obra de arte por este método, é necessário que ela tenha sido feita com um material contendo carbono não-fóssil ou que possa ser correlacionada de forma segura com materiais carboníferos achados no mesmo contexto arqueológico. Ora as gravuras do Côa não satisfazem à primeira condição e, por outro lado, não houve ainda tempo nem se criaram as condições necessárias para fazer escavações cuidadosas junto às rochas onde se encontram as gravuras.

Na verdade, ao contrário de muitas pinturas rupestres onde o carbono foi introduzido pelos artistas nos aglutinantes adicionados a alguns pigmentos ou nos próprios pigmentos — como é o caso do pigmento negro derivado do carvão de madeira —, as gravuras rupestres não contêm carbono que tivesse sido adicionado pelos seus autores na altura da realização da obra de arte, mas apenas carbono casualmente associado ao longo do tempo em consequência da acção prolongada de certos agentes biológicos e físicos, designadamente microorganismos ou vestígios vegetais trazidos pelo vento que acabam por aderir à superfície das gravuras. É óbvio que, nestes casos, qualquer carbono que se extraia das gravuras para fazer a datação pelo ^{14}C não pode conduzir à sua «verdadeira» data, mas a uma data posterior que apenas poderá indicar que as gravuras são certamente mais antigas do que ela.

Assim, é evidente que todos os resultados obtidos mediante este método por alguns dos especialistas consultados pela EDP se encontram nestas condições e que, portanto, não discordam das conclusões a que tinham chegado os arqueólogos, ou seja, as gravuras do vale do Côa são mais antigas do que as datas determinadas por intermédio do ^{14}C por aqueles especialistas. Quanto? Esses resultados não permitem sabê-lo.

Outros métodos, porém, foram aplicados os quais, considerando as notícias publicadas não só n'«*O Independente*» mas também no «*Público*», terão sido o da análise da microerosão e o do ^{36}Cl , complementados com exames no microscópio óptico e ensaios de luminescência. Importa notar, no entanto, que os xistos argilosos — as rochas onde se encontra a maior parte das gravuras rupestres do Côa

— não são, de acordo com R. G. Bednarik (*Archaeometry*, 34, 2, 1992, pp. 279-291), o autor do método de análise da microerosão, as mais apropriadas para serem datadas por este método e, por outro lado, não foi ainda estabelecida nenhuma curva de calibração que tenha feito uso de rochas locais com superfícies de idades conhecidas. Tem interesse notar, além disso, que o método do ^{36}Cl está sujeito às incertezas de algumas variáveis que influenciam a sua taxa de produção *in situ*, designadamente a intensidade e a composição do fluxo de raios cósmicos, bem como a sua variação em função do tempo, da latitude e altitude do lugar, etc., incertezas essas que continuam por estimar. Resumindo, a exactidão destes métodos de datação está ainda longe de ter sido comprovada e, por isso, os resultados por eles obtidos devem ser apreciados com as devidas reservas.

Mas não foi isto o que procurou esclarecer «*O Independente*». É certo que, exceptuando raras e honrosas excepções, os jornalistas portugueses que se têm ocupado do sector das ciências, sobretudo das ciências físicas e naturais, não têm revelado grande rigor nas suas tentativas de esclarecimentos dos vários problemas que têm procurado clarificar. É óbvio, contudo, no artigo d'«*O Independente*», que a intenção não foi o esclarecimento mas precisamente o contrário — procurar a todo o custo levar à opinião pública a ideia de que as gravuras do Côa não são tão antigas como se dizia e que os arqueólogos ou são uns ignorantes ou já o sabiam e andavam a enganar o povo. É óbvio também, tendo em conta sobretudo a decisão da EDP de entregar as informações contidas nos relatórios dos especialistas consultados a «*O Independente*», que o pseudoesclarecimento não foi feito por iniciativa própria mas por encomenda da EDP.

Acho que os portugueses merecem mais respeito. Que a EDP procurasse esclarecer-nos sobre a importância da construção da barragem de Foz Côa como fonte de produção de energia e fonte de abastecimento de água seria natural e altamente vantajoso. Mas que tivesse contribuído para procurar desacreditar a opção contrária — Parque Arqueológico do Côa — e os seus principais defensores, da maneira incorrecta como o fez, pareceu-me pouco saudável e bastante prejudicial. Se já era a favor do Parque Arqueológico, passei agora a sê-lo muito mais.

OS CHARLATÃES DO CÔA*

por

António M. Monge Soares**

Publicou *O Independente*, no passado dia 7, um «trabalho jornalístico» intitulado *A Fraude*. E que fraude! Nele dava a conhecer fragmentos de relatórios de «peritos» em datação absoluta, os quais indicariam que nenhuma das gravuras do Côa seria atribuível ao Paleolítico. Não irei examinar ou comentar o texto de *O Independente*, mas apenas me basearei nas cópias dos textos em inglês que o jornal reproduz, além de me apoiar naquilo que conheço dos «peritos», das técnicas utilizadas, do que têm publicado e da minha experiência como investigador, especialista em datação absoluta pelo radiocarbono.

Comecemos pelo sr. Robert Bednarik. Este senhor, que é presidente da Federação Internacional das Organizações de Arte Rupestre, inventou um método de datação de gravuras rupestres, a datação por micro-erosão, tendo-o dado a conhecer à comunidade científica num artigo publicado em 1992 na revista *Archaeometry*. Em traços muito gerais, o método baseia-se no seguinte: aquando da execução das gravuras ficam expostos, na superfície gravada, grãos cristalinos de arestas vivas (por ex., de quartzo) que, com o decorrer do tempo e devido à erosão, se vão desgastar, tendendo a superfície exposta do grão a ficar arredondada. Se na rocha que contém a gravura, ou numa próxima do mesmo material, existir uma gravura cuja data seja conhecida (por ex., a própria gravação de uma data), comparando o grau de arredondamento dos grãos de uma e de outra gravura (operação a que Bednarik chama calibração do método) é possível determinar a data de execução da gravura de idade desconhecida. Trata-se de um verdadeiro método de datação directa mas, segundo Bednarik, não é aplicável a determinados tipos de rochas, como sejam aquelas que sofrem esfoliações, e as datas obtidas, embora fiáveis, são de baixa precisão. Ora as rochas do Côa são xistos (mais propriamente filitos)

* Publicado nos jornais *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*, de 14.07.95 e de 27.07.95, respectivamente.

** Investigador do Lab. de Isótopos Ambientais, Dep. Química, Instituto Tecnológico e Nuclear.

que sofreram alguma metamorfização e apresentam esfoliação. Isto é reconhecido pelo sr. Bednarik no seu relatório, onde afirma que **as rochas do Côa não são apropriadas para a análise por micro-erosão**. E mais, na sua análise, **não aplicou uma das bases do método — a calibração** — quando é sabido que há gravuras deste século, do século passado, da Idade do Ferro, do Neolítico (segundo os arqueólogos, claro) nas rochas do Côa. E, pasme-se, sabendo que «há alguns petróglifos em granito no vale do Côa, que é a rocha ideal para este método, mas são de difícil acesso e o tempo não me permitiu vê-las», não aplicou aí o seu método de datação. Nem aí, nem em nenhum lado, segundo se depreende do seu texto. Enfim, um turista bem pago pela EDP. Que credibilidade têm as datas que apresenta? Inventou-as, com certeza.

Deixemos este turista perito (ou será perito em turismo?) e passemos ao sr. Watchman, que tem uma empresa própria, a «Data-Roche Watchman Inc.», especializada em conservação, administração e datação de Arte Rupestre. Este senhor começou a ser conhecido (parece) no meio da datação da Arte Rupestre quando descobriu que algumas gravuras, no norte da Austrália, estavam cobertas por crostas de sais de ácido oxálico de origem orgânica. Como as moléculas do ácido oxálico contêm carbono, é possível datar essa crosta pelo método do radiocarbono, embora a data que se obtenha nos dê apenas uma idade mínima para as gravuras, isto é, há sempre um intervalo de tempo, maior ou menor, entre a execução das gravuras e a formação de crosta de ácido oxálico, cujo tempo de formação também se ignora. Mas estas crostas são raras e a empresa do sr. Watchman virou-se para outros métodos, entre eles o radiocarbono e a OSL (Optically Stimulated Luminescence), uma variante da Datação por Luminescência (a Termoluminescência, bem conhecida dos arqueólogos, é outra variante). A OSL é um método de datação absoluta que produz resultados fiáveis quando aplicada a sedimentos que estiveram durante um intervalo de tempo relativamente longo expostos à luz solar (como é o caso do **loess**, constituído por pequenas partículas que sofreram um transporte eólico normalmente longo antes de se depositarem). Pois o sr. Watchman, recorrendo à Universidade do Quebeque, procurou datar por este método os sedimentos das margens do Côa, junto a Penascosa. A data (as datas?) obtida indica que os sedimentos (a que profundidade?) estiveram expostos pela última vez à luz solar entre 4.000 a 6.000 anos antes do presente. E antes não teriam estado expostos à luz solar? Não terá havido remobilização de sedimentos com as cheias? Que estudos geológicos e geomorfológicos estão realizados para o vale do Côa? E noutros lugares do Côa, que resultados se obterão? É aceitável datar apenas um lugar? Isto constitui um programa coerente de datações? A resposta é, evidentemente, não! Mas o sr. Watchman, honra lhe seja feita, não aplicou só este método. Pelo exame da patina que cobre as rochas, chega à conclusão que esta é constituída por duas concreções (por duas capas) diferentes, embora ambas

siliciosas. A transição entre uma e outra terá ocorrido há 1.700 anos, quando as vertentes do Côa foram cultivadas pela primeira vez. Não sabemos como chega a estas espantosas conclusões. Possivelmente pela datação pelo radiocarbono de carvões agregados a esta última capa de patina. Mas se datou esses carvões, obteve uma idade mínima para a formação desta capa mais recente (caímos num caso semelhante ao dos sais do ácido oxálico). Mas, mais espantoso ainda, é que identificou fragmentos de grafite (!) na última capa. Se tivesse datado esses fragmentos teria sido, então, uma revolução! A grafite é fóssil, a sua idade está para além do limite máximo (cerca de 50.000 anos) possível de ser atingido pelo radiocarbono. Como terá aparecido a grafite nessa última crosta que cobre as rochas? O arqueólogo dr. João Zilhão afirma que há documentos fotográficos que provam que as gravuras foram reavivadas, depois de descobertas, «com giz, com carvão, com lápis pelas pessoas que iam lá tirar fotografias para ficar mais bonito, numa altura em que aquilo não estava protegido». O lápis, esse maroto, andou a pregar partidas aos peritos!...

Um outro perito contratado pela EDP foi Ronald Dorn, professor associado do Departamento de Geografia da Universidade Estatal do Arizona, em Tempe (EUA). Este professor tentou desenvolver, nos anos 80, um método de datação de determinado tipo de crostas que podem também cobrir gravuras rupestres mas, perante resultados aberrantes obtidos na Austrália, parece tê-lo abandonado. Actualmente procura determinar, através da aplicação da datação pelo radiocarbono, idades mínimas para a execução das gravuras. Para isso recorre aos laboratórios Beta Analytic Inc., ou ao Centro de Espectrometria de Massa com Acelerador (AMS) do Lawrence Livermore National Laboratory (Livermore, EUA). Foi o que aconteceu com a sua intervenção do Côa, tendo obtido a datação de cinco amostras orgânicas que estavam «encapsuladas» na patina que cobria cinco das gravuras. As datas convencionais de radiocarbono, depois de convertidas em anos de calendário, variam entre os anos 135 depois de Cristo e 3.343 antes de Cristo. São, como muito bem escreve, idades mínimas (**minimum ages**) para as gravuras datadas. E, perante isto, PUM! O «blind test» tão apregoado em *A Fraude* deu bota! Então, este conjunto de datas determinado pelo prof. Dorn é mais antigo que a mais antiga das datas (1.700 anos antes do presente) determinadas pelo mesmo método em materiais da mesma proveniência pelo Sr. Watchman?! Eu recomendaria à EDP que gastasse mais umas centenas ou milhares de contos neste tipo de datação — talvez obtivessem algumas datas mínimas da ordem dos 10.000 ou 2.000 anos. É só uma questão de paciência e de tostões...

Por fim, veio a Portugal o investigador Fred M. Phillips, do Departamento de Geociências da New Mexico Tech. (Socorro, EUA), um especialista conhecido no domínio das aplicações do ^{36}Cl . A datação de rochas utilizando este isótopo cosmogénico é um campo novíssimo, onde muitas incógnitas e incertezas pare-

cem ainda não terem sido ultrapassadas, mas que potencialmente se revela de grande importância, não só para a datação directa de gravuras rupestres, mas também em estudos de geologia, de geofísica, de hidrologia, etc. Esperemos pelos resultados e pelo grau de fiabilidade que Fred Phillips lhes atribuirá.

Resumindo, em jeito de conclusão, que este artigo já vai longo. *A Fraude* demonstrou que:

- 1) As datas até agora obtidas não põem em causa a datação das gravuras atribuída pelos arqueólogos;
- 2) Não são os métodos até agora utilizados pela EDP que permitirão uma datação correcta e precisa das gravuras;
- 3) A datação estilística da Arte Paleolítica na Europa nunca foi posta em causa pela datação pelo radiocarbono quando este foi passível de ser aplicado (apenas precisou a sua cronologia).

A finalizar, uma recomendação ao IPPAR, que parece infelizmente ter estado alheado de todo este processo: iniciem-se imediatamente escavações arqueológicas em larga escala, quer junto dos painéis gravados, quer em abrigos, quer em sítios de *habitat* e, com certeza, serão recolhidos materiais orgânicos associados contextualmente a artefactos dos homens que executaram as gravuras do Côa. Estes materiais orgânicos poderão ser datados rigorosamente e com precisão elevada aqui, em Portugal, tal como temos feito para outras estações do Paleolítico e da Pré-História recente. Fica muito mais barato e poupa-nos o insulto que *A Fraude* constituiu para a comunidade científica, especialmente para os arqueólogos.

“LES JEUX SONT FAITS”*

por

Luís Raposo**

Desde Janeiro (v. *DN-Cultura*, de 19.1.95: *A verdadeira importância das gravuras do Côa*) que nesta coluna não nos referimos à «questão do Côa». Atentos os objectivos editoriais desta página, bastante diversos dos da mera guerrilha mediática, e mantendo no nosso espírito a avaliação substantiva que na data indicada expusemos aos leitores, nada nos impelia a de novo aqui voltar ao assunto. Julgamos agora chegado o momento de retomar a matéria porque atingimos o momento crucial em que os dados se encontram lançados e apenas resta aguardar uma tomada de decisão final, necessariamente de ordem política.

A propósito, vale a pena recordar as fases por que passou o debate em curso: entre Novembro e Dezembro assistiu-se à inicial tomada de consciência dos arqueólogos mais interessados nesta temática. Daqui resultou uma primeira posição pública, quando em 19 de Dezembro um grupo de 18 pré-historiadores universitários elaborou um comunicado onde reconhecia a importância extraordinária do património arqueológico do Côa, propunha a imediata constituição de uma equipa devidamente dimensionada e responsabilizava o IPPAR pela ocultação das gravuras (o que viria a dar origem a uma queixa apresentada junto da Procuradoria-Geral da República, traduzida depois num inquérito que ainda decorre). Na altura, porém, nem este grupo de universitários, nem a generalidade dos arqueólogos portugueses eram ainda claros na consideração de que a barragem de Foz Côa seria incompatível com a salvaguarda das gravuras. Nós próprios, nesta página, chegámos explicitamente a admitir que seria talvez possível conjugar ambos os interesses (v. *DN-Cultura* de 8.12.94). Já então, e praticamente desde o primeiro dia, toda uma outra movimentação baseada principalmente em amadores de arqueologia e simples interessados em questões patrimoniais, reclamava o abandono

* Publicado na página de “Arqueologia” do Suplemento “Cultura”, do jornal *Diário de Notícias*, em 27-07-95.

** Arqueólogo e docente universitário.

da barragem, muitas vezes com argumentos que excediam a vertente estritamente arqueológica (oposição genérica aos grandes empreendimentos hidro-eléctricos, defesa das quintas e vinhedos da região, etc.). Estavam no seu direito, é claro. Mas nenhum arqueólogo responsável poderia, *ab initio*, aderir a movimentos difusos, que na vertente arqueológica requereriam um indiscutível suporte científico. Pouco a pouco, os arqueólogos portugueses, no seu conjunto, foram também tomando consciência do que realmente estava em causa. Hoje, e desde há meses, nenhum já pensa possível compatibilizar os interesses em presença: existe unanimidade total entre arqueólogos quanto à absoluta necessidade de preservar as gravuras do Côa *in situ* e fora de água, assumindo a sua total incompatibilidade com a construção da projectada barragem. O que se regista gratificadamente, tanto pelas gravuras, obviamente, como pela própria credibilidade e capacidade de afirmação futura dos arqueólogos. Como já escrevemos noutro local¹, nada depois do Côa passará a ser o mesmo na Arqueologia portuguesa: a.C./d.C. – «antes» e «depois do Côa», ficará como mote deste episódio.

Passada a fase prévia do reconhecimento pelos arqueólogos da importância da arte do Côa e da incompatibilidade dos interesses em presença, assistiu-se ao progressivo envolvimento na sua defesa das mais diversas instituições profissionais, académicas e científicas. Sucederam-se as conferências, dadas por especialistas nacionais e estrangeiros. E chegou-se finalmente à organização de iniciativas melhor estruturadas, verdadeiros «pontos de situação» susceptíveis de fornecer aos decisores políticos os elementos de avaliação que repetidamente vinham dizendo faltar-lhes. Perante a paralisia dos organismos responsáveis pelo nosso património cultural, que durante todo este tempo e até hoje apenas mantêm no Côa uma pequena equipa de três ou quatro elementos e não foram sequer capazes de proceder à elaboração de nenhum estudo credível acerca da viabilidade cultural e económica de um espaço alternativo à barragem, pode dizer-se que a «sociedade civil» tomou em suas mãos a discussão séria destas questões. Entre finais de Junho e inícios de Julho realizaram-se em Lisboa e no Porto sucessivos encontros, mesas-redondas, colóquios, exposições, boletins... Neles mobilizaram-se instituições tão variadas como o Centro Universitário Padre António Vieira, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Associação Política Regional e de Intervenção Local, a Escola Secundária de Foz Côa, a Associação Juvenil «Olho Vivo», a Associação Projecto Património, a Associação Profissional de Arqueólogos, o Museu Nacional de Arqueologia, o Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Sociedade Portuguesa de Espeleologia, a Associação Portuguesa de Museologia, a

Ordem dos Engenheiros, etc., etc. Também alguns órgãos do Estado intervieram, à sua maneira, no debate: a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República reuniu-se e tomou posição, o Senhor Presidente da República patrocinou e fez-se representar em algumas iniciativas. Pelo menos um partido político, o PCP, teve a coragem de tomar posição pública inequívoca em favor das gravuras.

Do muito que foi dito nestes locais, e sem que possamos ter estado presentes em todos, sempre salientaríamos três contribuições marcantes: uma delas, com origem na Associação Profissional de Arqueólogos, refere-se à apresentação do primeiro esboço do que, com o aprofundamento a que os organismos da Cultura se deveriam sentir obrigados, poderia ser o estado de definição programático e viabilidade económica de um «Parque Arqueológico do Côa». As duas outras têm a ver com informações e pontos de vista publicamente facultados por dois especialistas das áreas da engenharia e da gestão dos recursos naturais. Assim, no «Forum do Côa», organizado na Reitoria da Universidade de Lisboa, o professor Raimundo Delgado, da Faculdade de Engenharia do Porto, expôs circunstancialmente a evolução das ideias acerca do aproveitamento das potencialidades hidro-eléctricas da bacia do Douro em Portugal, desde o inicial «Plano de Bacia» elaborado pela Hidroeléctrica do Douro, até aos planos adoptados pela EDP. Ficou a saber-se que em Espanha está quase concretizado o respectivo plano de bacia, enquanto do lado português pouco se fez em quase meio século, encontrando-se actualmente por executar quase 80% dos empreendimentos que ali visam tirar partido dos recursos hídricos, havendo por isso inúmeras alternativas à barragem de Foz Côa. No debate do Instituto Superior Técnico, o professor Valadares Tavares deixaria claro o tremendo défice de cidadania existente no nosso país em matéria de tomada de decisão sobre grandes empreendimentos públicos, afirmando designadamente que sempre que um técnico diz à população, e aos políticos que a representam, que não há alternativas, ele mente, porque existem sempre alternativas. Ninguém pode afirmar que a não realização da barragem de Foz Côa tenha consequências gravosas para o País, pelo menos nos próximos... séculos!

Em face do tom sério, documentado e institucionalmente respeitável, que o debate adquiriu nos últimos meses, a EDP entrou em pânico e resolveu jogar a sua máxima cartada: lançar a confusão, procurando diminuir o valor científico das gravuras. Surge assim a «manobra da datação directa». Simples manobra propagandística, como já foi sobejamente demonstrado. Nem os métodos utilizados são fiáveis, nem a forma como foram aplicados é minimamente credível. Sugestivamente, deve assinalar-se que em Março, a milhares de quilómetros do Côa, onde nunca tinham estado, já os especialistas em datações escreviam à EDP a oferecer os seus principescos serviços, dizendo que uma datação recente das gravuras viria beneficiar muito a empresa, no seu diferendo com a comunidade científica de

¹ «As leis do património e a arte rupestre do Côa», *Projecto Património*, n.º 2, Junho de 1995, ed. da Associação Projecto Património, Queluz.

arqueólogos. Para bom entendedor... Chegados a Julho, em véspera das férias, podemos hoje dizer com toda a propriedade que os dados estão lançados. Nada a partir de agora justifica mais delongas na tomada de decisão política. Compreende-se que o actual Governo adie o problema para depois das eleições e que o partido seu apoiante se prepare para, no caso de passar à oposição, ser o mais intrépido defensor das gravuras. Menos se compreende que o partido maioritário da actual oposição não diga claramente aos portugueses o que pensa fazer em caso de vitória eleitoral. Ou será que está à espera de Outubro para neste particular passar a ser situacionista, defraudando as expectativas de quem quer ver o País mudar?

CÔA, A BARRAGEM SILENCIOSA*

por

João Pedro Cunha-Ribeiro**

Nos últimos tempos, tem-se assistido ao aparecimento de múltiplas notícias, entrevistas, artigos de opinião e mesmo de subtis anúncios publicitários em defesa da continuação da barragem de Foz Côa, quase sempre veiculados, promovidos ou protagonizados por responsáveis quer da própria EDP quer da respectiva tutela governamental. Esta estratégia revela uma cadência e um nexos que, no mínimo, sugere a existência de uma campanha bem orquestrada, visando, antes do mais, o branqueamento de uma imagem degradada e o desenvolvimento de um “lobbying” adequado.

Não dispondo, obviamente, os defensores do património paleolítico do Côa nem das sumptuárias receitas da EDP nem tão-pouco dos dinheiros arrecadados aos contribuintes para financiar uma campanha em sentido oposto, resta-lhes contrapor à força desse mesmo poderio económico a força da sua própria razão.

No que à arqueologia propriamente diz respeito, a arrogância com que muitas vezes se procura defender a continuação da barragem tem sido quase sempre acompanhada por uma dose proporcional de ignorância ou má fé.

Só assim se pode compreender a continuada referência à exposição ao público da réplica da gruta de Lascaux, a par do encerramento da jazida original, por forma a garantir a sua preservação para as gerações futuras. Oculta-se deliberadamente que na gruta de Lascaux estamos perante pinturas cuja conservação enferma de problemas claramente mais complicados do que os que se põem para as gravuras, como sucede em Foz Côa.

Por outro lado, omite-se também o facto de, no caso de Lascaux, a réplica realizada abranger a totalidade do monumento, não tendo implicado o retalhar do original, nem a amputação do respectivo espaço de integração, como se pretendia fazer no vale do Côa com o corte das rochas gravadas e a sua deslocação para outro local. Tão-pouco se assistiu ao afundamento da gruta original.

* Publicado no jornal *Público* de 13-08-95.

** Arqueólogo; docente de Pré-História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O exemplo do famoso parque arqueológico da Vallée des Merveilles, em França, surge também inquinado. Com efeito, ignora-se ostensivamente que as réplicas das gravuras aí realizadas se restringiram aos casos em que as mesmas se efectuaram em rochas amovíveis (tipo estátua-menir), tendo-se colocado cuidadosamente as respectivas duplicações nos locais de proveniência dos originais.

Já o caso da barragem de Villerest, construída em França no alto vale do rio Loire, é apontado como exemplar. Tratar-se-ia de uma situação em que a viabilização do empreendimento se sobrepôs ao património arqueológico existente na área a inundar, entre o qual se destacava a jazida de Vigne Brun, considerada tão-só como o maior acampamento do género conhecido em França.

Mas, se tal classificação da jazida de Vigne Brun peca por excesso de zelo, de quem procura jogar com dados que de todo em todo desconhece, nem uma referência sequer se adianta em relação ao facto de todo o processo ter sido conduzido de forma a proporcionar, atempadamente, o estudo adequado dos vestígios ameaçados. A própria jazida de Vigne Brun, em cuja escavação de emergência o autor destas linhas teve oportunidade de participar, viu o seu estudo iniciar-se em 1977 e apenas terminar pouco antes da finalização da barragem.

Convém, aliás, sublinhar que na esmagadora maioria das jazidas pré-históricas, após a sua descoberta e consequente estudo, raramente se impõe preservá-las para outros fins que não sejam os que visam assegurar, no futuro, a possibilidade de continuar o seu estudo com outros meios e métodos que a própria evolução do conhecimento arqueológico vai permitindo alcançar.

Os custos de conservação e musealização de um local arqueológico, envolvendo estruturas de apoio sempre onerosas e a presença permanente de guardas e de guias para acompanhamento dos visitantes, apenas se justificam num restrito número de casos, quando o seu inequívoco valor patrimonial determina a natural fruição cultural que dele deve dispor a totalidade da população. Ora, por muito que isso custe à EDP ou desagrade à respectiva tutela governamental, as gravuras de Foz Côa são, incontornavelmente, um dos melhores exemplos desses casos raros.

Contudo, se a importância de tais gravuras reside na sua antiguidade paleolítica, nada melhor que promover o seu rejuvenescimento, engendrando o esvaziamento do seu próprio valor patrimonial. Surgem assim as famosas datações e a fraude em torno delas encenada.

Se a fiabilidade dos métodos de datação aplicados foi atempadamente questionada por credenciados investigadores portugueses da matéria (ver "Jornal de Notícias" de 14 de Julho), pouco importa. Nesta campanha de transparência, o importante é lançar a dúvida. (Que o parecer do prof. Peixoto Cabral e do eng. Monge Soares tenha passado despercebido em muitos dos meios de comunicação social, lamenta-se. Que a EDP e a sua tutela actual os ignorem ostensivamente,

compreende-se. Mas que o chefe da oposição e candidato a primeiro-ministro pareça desconhecê-los, é no mínimo preocupante — ver "Público" de 3 de Agosto).

Conhecemos, porém, as condições eticamente "exemplares" a que os investigadores responsáveis por tais datações se sujeitaram para se deslocarem a Portugal: ausência de qualquer contacto com os órgãos de comunicação social e com os arqueólogos do país. Por outro lado, os resultados díspares a que chegaram de forma declaradamente independente são, por si só, eloquentes.

Com valores todos eles diferentes entre si, as datações apresentam apenas em comum o facto mais significativo e importante: as gravuras são, em qualquer dos casos, pós-paleolíticas. Nem que para isso se tenha de omitir a existência de uma outra data claramente paleolítica (30 mil anos), considerada "a priori" como demasiada antiga para se poder tomar como válida. Antes do mais, não era pós-paleolítica!

Chegamos, por fim, ao exemplo zelosamente repetido da transferência do templo de Abu Simbel, na sequência da construção da barragem de Assuão, no Egipto, apresentado também como paradigmático e justificativo do corte das rochas gravadas do Côa.

Neste caso, não só se desliga a situação da sua época, ignorando as mudanças de concepção que se sucederam nos últimos anos sobre o património e o seu enquadramento, como se escondem deliberadamente as consequências de um projecto então apresentado como imprescindível para o desenvolvimento de todo um país. A salinização crescente do delta do Nilo e a acentuada diminuição da histórica fertilidade das suas margens constituem, porém, preocupações bem reais da actualidade.

Uma das estratégias a que mais frequentemente têm recorrido os defensores da barragem de Foz Côa visa abordar preferencialmente o assunto em fóruns e suplementos especializados na área de economia ("Tostões & Milhões" de 31 de Maio, "Diário de Notícias" de 3 de Julho e "Público" de 31 do mesmo mês). Não se trata, porém, de discutir este acalorado tema apenas na sua vertente económica, como seria até lícito e compreensível que se fizesse. Procura-se, isso sim, desvalorizar, de forma deliberada e concertada, a sua componente patrimonial e científica, ou seja, aquela que mais claramente torna lícito o questionar da viabilidade do empreendimento.

Além do mais, nem sempre é fácil contrapor os múltiplos problemas de quem apenas procura melhor conhecer a sua envolvência espacial e temporal às certezas arrogantes da tecnocracia.

Em toda esta polémica, uma coisa, porém, é certa. O fundamentalismo não está do lado daqueles que desde o início entenderam como dever cívico pugnar pela defesa das gravuras paleolíticas do Côa, perante o silêncio cúmplice e a

inoperância de quem por direito o devia fazer. Tão-pouco está também do lado daqueles que, tendo tomado consciência da inequívoca importância patrimonial das gravuras paleolíticas, cedo se viram confrontados com as nefastas consequências que adviriam do seu afundamento na albufeira da projectada barragem e, consequentemente, denunciaram os malefícios da sua concretização e a ela se opuseram.

O fundamentalismo está com quem, desde o início, nunca sequer quis admitir a possibilidade de encarar cenários alternativos à construção da barragem e tudo fez para defender a sua realização, procurando criar situações de facto consumado, não olhando por vezes a meios para atingir os fins pretendidos.

FOZ CÔA: REFERÊNCIA UNIVERSAL DE UMA NOVA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Pude de novo percorrer, recentemente, certas áreas do vale do Côa e de pequenos afluentes do Douro no território de Foz Côa, na companhia de Susana O. Jorge (U.P.), de alguns colegas que ali trabalham e de vários amigos locais, que nos ajudaram a localizar inúmeros sítios com gravuras. Confirmámos, uma vez mais, o que já se sabia: toda a região de Foz Côa e, provavelmente, de concelhos limítrofes, está literalmente pejada de rochas contendo gravuras rupestres de todas as épocas, do Paleolítico Superior à actualidade. Entre elas, têm particular destaque inúmeras figuras pertencentes a várias etapas do Paleolítico Superior; representações (algumas pintadas) da chamada “arte esquemática” pós-paleolítica, como por exemplo um magnífico veado de Vale de Cabrões, ou os antropomorfos com extremidade corniforme do Orgal; e uma plêiade de figurações filiformes, características da Idade do Ferro, com paralelos em Vale da Casa (Foz Côa) e, eventualmente, no friso da Fraga d'Aia (abrigo que escavei em Paredes da Beira, S. João da Pesqueira, em 1988, com a colaboração de vários colegas). No vale da Vermelha, não longe da estação de caminho de ferro do Côa (lamentavelmente abandonada pela CP), num painel magnífico voltado ao Douro, um característico cervídeo estriado típico do Paleolítico Superior (quem tiver dúvidas, compare com as placas da gruta de Parpalló, em Valência, Espanha, estudadas por quem já visitou o vale do Côa — o Prof. Villaverde Bonilla) é sobreposto por um guerreiro, armado de lança, da Idade do Ferro. Este simples painel (“simples” é uma forma de dizer, uma vez que está recamado de gravuras, entre muitos outros das redondezas) é um claro desmentido das ridículas datas apontadas por alguns “cientistas de arte rupestre”, e ao mesmo tempo um atestado da sua ignorância profunda sobre a nossa Pré-história. Visitámo-lo na companhia de João Zilhão, da U.L. e sua equipa, e do Sr. José Constâncio, de Foz Côa, que ali nos conduziu.

* Publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 30-08-95.

Tais factos, associados ao recente achado, pela equipa de especialistas do período paleolítico (João Zilhão, da Univ. de Lisboa, e José Meireles, da Universidade do Minho), de artefactos do Paleolítico Superior em pleno vale do Côa (v. *Expresso* de 19-08-95), e de novas e importantes descobertas do séc. VI (possível basílica) na Quinta da Ervamoira, pela equipa da Gonçalves Guimarães (Gabinete de História e Arqueologia de Gaia) (v. *Diário de Notícias* de 17-08-95) acentuam a imprescindibilidade de criação, na área, de um Parque Natural e Arqueológico, várias vezes proposto.

De facto, o constante achado de novas gravuras em áreas que não seriam afectadas pela projectada barragem de Foz Côa só acentua a importância e viabilidade da criação de tal Parque, tanto mais que no próprio vale do Côa gravuras de todas as épocas não cessam de aparecer, aos olhos espantados de diversos elementos da população local que, perante a escassez de meios disponibilizados pelo IPPAR, decidiram pôr eles próprios mãos à obra e realizar o programa de prospecções que o EIA de 1989 recomendava com veemência, estendendo-o a vales inteiros da região. Tal programa deveria ser considerado, por um governo responsável na área do património, como uma prioridade nacional, ao revés do que está acontecendo.

Aliás, estudos que vêm de há muitos anos apontam para a excepcional importância da região do Côa e áreas circunvizinhas. Basta recordar os trabalhos efectuados no decurso da preparação de cartas arqueológicas e outros levantamentos, desde Adriano Vasco Rodrigues (Meda) a António Sá Coixão (V.ª N.ª de Foz Côa).

Em Freixo de Numão encontra-se, ao dispor dos visitantes que agora tanto se acercam da região, um povoado pré-histórico, muralhado, para cuja importância convém alertar uma vez mais. Tem sido escavado desde 1989 sob direcção de Susana Oliveira Jorge, e é atribuível às Idades do Cobre e do Bronze (entre c. de 2.200 e c. de 1.200 a.C.). A sua extraordinária importância advém-lhe do facto de ser o único sítio do Calcolítico com muralhas e bastiões no Norte de Portugal: ora, como é sabido, essa modalidade arquitectónica é típica do Sul da Península, de Los Millares em Almeria, a Zambujal (Torres Vedras), não parecendo ser indiferente a ambiência "mediterrânica" de Foz Côa ao aparecimento, em tal região, de uma forma de arquitectura tão caracteristicamente meridional.

Também no concelho da Meda, em Longroiva, foi detectado, há muitos anos, um extraordinário monumento do Bronze Antigo (1ª metade do IIº milénio a.C.), agora exposto no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa como um dos "ex libris" da exposição "A Idade do Bronze em Portugal – Discursos de Poder", comissariada por S. O. Jorge. Trata-se de um enorme bloco granítico, em cuja face principal, apainelada, foi gravada a figura de um indivíduo rodeado das suas armas (alabarda, punhal, arco), atributos de poder e, provavelmente, de sacralidade.

Esta "estela" ou "estátua-menir" de Longroiva, como é conhecida, é, nas suas características, caso único na Península, onde escasseiam, precisamente, os exemplares do Bronze Antigo. Tem uma cabeça encimando a figura, cabeça essa que já é em parte esculpida no rebordo superior da peça, conferindo à mesma uma dupla hipótese de leitura; se ela é um bloco insculptado com uma figura humana, parece também, no seu conjunto, querer conotar tal figura como tal, como se a "estátua-menir" quisesse "emergir" do bloco ou "estela". Encontra-se, cronologicamente, entre as estátuas-menires do tipo Cabeço da Mina (Vila Flor) — um sítio próximo de Foz Côa, igualmente excepcional, e sobre o qual se espera que ocorra em breve um estudo condigno, a cargo de técnicos do IPPAR — e as estátuas-menires de Chaves, já do Bronze Final, e agora expostas também em Lisboa.

A região do rio Côa e áreas limítrofes não param, assim, de nos surpreender. São um alfobre da Pré-história e Arqueologia nacionais e internacionais, alfobre esse durante muito tempo mantido no olvido, devido à interioridade da região e ao atraso dos estudos de inventariação arqueológica em Portugal, estudos que urge rapidamente desenvolver.

Num recente documento do Conselho da Europa, anuncia-se a realização, em Oxford, de 20 a 22 de Setembro próximo, de um Colóquio sobre "O Património Arqueológico: Normas relativas ao Inventário e à Documentação na Europa", no qual Portugal estará representado (a nível de apresentação de comunicações) por três colegas. Congratulamo-nos com o facto, porque esse colóquio é muito importante para nós, neste momento, nós que estamos a braços com a candente situação do Côa. Significativamente, na introdução do tema da reunião, o documento explicita que (permitimo-nos transcrever): "o património arqueológico na Europa está submetido a diversas formas de pressões económicas e sociais. Hoje estamos mais conscientes da importância do contexto geográfico na compreensão dos sítios arqueológicos, mas a influência das forças económicas modernas põe gravemente em risco a sobrevivência de paisagens herdadas de todas as épocas. É urgente que as organizações de salvaguarda do património façam o inventário das paisagens arqueológicas na sua totalidade para lançar as bases do debate sobre a gestão e a preservação dos sítios".

De facto, é angustiante pensar que a Arqueologia, à medida que refina os métodos e obtém alguns meios de trabalho, perde cada dia o seu objecto específico. O que é que está aqui, verdadeiramente, em causa? A Arqueologia já há muito que não tem como unidade informativa o objecto, ou a "estação", repositório de objectos, mas a realidade inteira envolvente. Nesse sentido o transplante de testemunhos arqueológicos ou o seu "isolamento" em "ilhas" numa paisagem devastada (por plantio de eucaliptos, por exemplo) é um desastre e um erro conceptual básico. Neste aspecto, os países nórdicos são precursores, ao integrarem em organismos estatais relacionados com o ambiente a salvaguarda dos bens ar-

queológicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde há numerosos parques nacionais, esses bens arqueológicos estão relativamente protegidos nessas áreas, embora fora delas já o panorama não pareça tão feliz.

Se continuar isolada na área da “Cultura” (mesmo que elevada a Ministério) a Arqueologia arrisca-se a permanecer “entalada” financeiramente entre a urgência de acudir a outros elementos patrimoniais mais “visíveis”, em decadência por esse país fora (palácios, mosteiros, castelos, etc.) e actividades culturais mais mediáticas, como os espectáculos, exposições, etc. Por outro lado, se a encararmos pelo prisma da investigação científica, cada vez mais tecnocratzada, é óbvio que a Arqueologia, como ciência humana, terá sempre uma fatia muito insuficiente do orçamento do Estado, ou dos programas tipo Praxis XXI. Por isso defendo a criação de um Instituto Português de Arqueologia que, embora integrado num Ministério da Cultura, disponha de alguma autonomia e de meios legais para estabelecer acordos transversais com outros sectores da intervenção no território, por onde o património arqueológico se encontra espalhado, em surgimento constante, e sujeito a ameaças no limite imprevisíveis, como acontece com a floresta em relação aos fogos, se me é permitida a analogia.

A sociedade industrial em que vivemos é, por vocação, destruidora, homogeneizadora por excelência e, não se podendo “patrimonializar” tudo, há que insistir no planeamento e prevenção, por um lado, e, por outro, há que alijar o Estado de muitas responsabilidades a que ele não pode fazer face, por maior que seja o orçamento. A Arqueologia depende da regionalização, do envolvimento das autarquias, mas, em última análise, de todos os cidadãos, que terão de definir qual é a “paisagem” em que querem viver. Estamos mais uma vez perante um problema de educação, em que os bens arqueológicos, para serem mantidos, terão que ser sentidos como uma necessidade pelo colectivo local, regional, ou nacional, que é quem, em última análise, os vai pagar.

O Côa, ao revelar a ignorância em que sobre Pré-história se encontram tantas figuras públicas nacionais (“aquilo não é espectacular”, “aquilo quase não se vê”, “são garatujas, não gosto” — numa atitude de altivez e displiscência que recorda as reacções com que foi recebida pelo pública a arte moderna, em várias das suas etapas), veio alertar para o nosso subdesenvolvimento gritante neste aspecto. Chega a apetecer perguntar o que é que grandes pintores contemporâneos, de Picasso a Paul Klee (para só citar dois clássicos), passaram a vida a fazer, senão “garatujas”? Que seriam as artes africana ou oceânica, tão cotadas hoje no mercado, senão um conjunto de objectos mais ou menos esquisitos e exóticos, não fosse a evolução do gosto nestas últimas décadas? O que seria a música de Stockhausen ou de Berio, para um ouvido pouco “educado”, senão um conjunto de ruídos verdadeiramente “pré-históricos”?

Precisamos de nos munir de uma paciência infinita para dialogar com toda

a gente, evitando precisamente atitudes arrogantes, e procurando, no jogo de culturas concorrentes em que nos encontramos, impor a nossa, explicar por que razão muita coisa terá de ser destruída, para termos todos mais conforto, mas não tudo. De outro modo, no engodo desse conforto, desse “desenvolvimento” cego, perder-se-ão todas as hipóteses de felicidade.

Porto, Agosto de 1995

A PROPÓSITO DA ARTE DO CÔA

por

António Bracinha Vieira*

A arte do Paleolítico superior, primeira arte conhecida da humanidade — que com ela atinge um dos seus pontos culminantes —, exprime a complexa visão do mundo de homens equiparáveis a nós pelo aspecto e as capacidades mentais. A nossa espécie existia já, provavelmente originária de África, desde há 100.000 a 200.000 anos. Só algum tempo após a chegada à Europa das suas populações (entre 35.000 e 30.000 anos antes do presente), que substituíram populações autóctones arcaicas, os homens de Neandertal, se deu início a uma tradição cultural que, apesar de notáveis variações no tempo e no espaço, desenvolveu padrões básicos comuns. Esta sucessão de culturas dotadas de uma matriz unificadora inconfundível, percorreu cerca de 20.000 anos de Pré-história e abrangeu o espaço imenso entre regiões da estepe siberiana e a Península Ibérica.

As imagens desenhadas, gravadas, esculpidas, tanto nas paredes de cavernas como em objectos móveis encontrados nos estratos sedimentares dos solos, reflectem os mitos dessas populações — a relação do homem com o cosmos, com os animais, as estações, os princípios antagónicos em jogo, possivelmente também com o *porquê* e o *para quê* de estar presente no mundo, e as questões universais dos grupos humanos: de onde vêm e para onde vão, em termos de destino.

A caverna, microcosmos labiríntico, mostra-nos uma correlação óbvia mas indecifrada entre as espécies de animais representadas (sobretudo grandes animais) e cada uma delas e signos geométricos e abstractos de várias formas, dispersos junto delas; e também, raras vezes, com a figura humana. Mas esta é representada sob forma híbrida ou em proporções que a distorcem e desfiguram. O “firmamento” de representações da caverna permanece um desafio à nossa compreensão, para além das interpretações sucessivas, algumas admiráveis de rigor e coerência, que dela foram dadas.

* Prof. Catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

Nas paredes xistosas que contêm a corrente do Côa, aparecem inscritas, num estilo local belo e sóbrio, indesmentivelmente paleolítico, dessas figurações animais, uma também humana, que parecem saídas das cavernas: a sua magia poderosa cresce ainda pelo mistério da sua idade indetectada (talvez que no fundo das incisões subsistam pólenes fossilizados de que uma observação microscópica revele os géneros e espécies vegetais de pertença, e com eles a paleo-ecologia e a idade provável, igual ou posterior à das gravuras...).

Assim sobreviveram sob o sol e o céu, durante talvez vinte milénios, as gravuras que correm por quilómetros do rio. Quantas se desvaneceram? Quantas restam, que se poderão ainda encontrar? Que nexos as ligam e lhes dão sentido, na interacção da sua forma e da sua disposição no novo espaço? — É como se a caverna (ela própria resultante da acção de um rio subterrâneo) tivesse sido aberta, desdobrada e alongada pelas margens abruptas do Côa, sendo os seus conteúdos não já preservados no interior selado do seu bojo, mas confiados aos elementos, suscitando nova ordenação de signos e sentidos.

Resta-nos procurar o que falta obter; reflectir e comparar o que se nos for deparado, em função do local das gravuras e das suas correlações enigmáticas; procurar provas objectivas; propor teorias e submetê-las à refutação de factos futuros a descobrir. Para tanto, é necessário que o que acaba de surgir do desconhecido permaneça. Que os sinais subtis não sejam aniquilados pela mentalidade titânica e o olhar dos cíclopes.



Episódios de *grooming* social entre cavalos arcaicos. Ribeira de Piscos (Côa).
Foto: António B. Vieira.



GRAVURAS DO CÔA: FUNÇÃO E UTOPIA

por

António Bracinha Vieira*

"... cada povo tem por sobre si um céu de conceitos matematicamente repartidos, e, por exigência da verdade, aceita que qualquer deus conceptual não possa ser procurado senão na sua esfera."

Nietzsche

Que as inscrições parietais dos artistas da Idade Glaciária exprimam complexos sistemas míticos e religiosos, valores superiores da sua cultura, parece um conceito hoje geralmente aceite. A caverna ornamentada, onde se inscrevem imagens de animais e de antropomorfos em conjunto com sinais geométricos que trazem um factor de hermetismo e abstracção, ordena e semantiza os seus conteúdos, que por seu lado a tornam como um cosmos reduzido onde se concentram os elementos de eficácia simbólica.

Foram grandes as variações do modo e estilo das representações ao longo do tempo e de região para região. Mas os padrões básicos da cultura paleolítica no espaço europeu, da Península Ibérica aos Urais (ou da gruta do Escoural à gruta Kapova) mantêm elementos constantes: não apenas o estilo mas o modo de estar-no-mundo e de estar-com-o-mundo dos seus artistas, de combinar os elementos significativos do próprio horizonte existencial das populações do Paleolítico superior.

Devemos atribuir a origem das gravuras de feição paleolítica do Côa, na singularidade da sua representação a céu aberto, à evolução das crenças e abandono da caverna como espaço a sacralizar? ou como um complemento da caverna, lado solar de uma relação dialéctica entre a luz e a sombra? Houve um núcleo de populações que, integradas na tradição paleolítica franco-cantábrica, transpôs os elementos da sua religião e da sua arte para os planos rochosos de vales dos rios?

* Prof. Catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

O rio era e tinha sido sempre um complemento da caverna? — Ou, de outro modo: falta ainda descobrir cavernas ornamentadas do núcleo do Côa? e terão desaparecido, por efeito da erosão, as inscrições em calcites e dolomites nas margens dos rios em regiões de grutas-santuários?

Que as culturas da Idade Glaciária tenham tido um polo sombrio (caverna) e outro luminoso (margens do rio) não parece inverosímil. A mentalidade dos homens do Paleolítico superior surge-nos dominada por relações dialécticas entre símbolos, como decorre da investigação sistemática que foi conduzida por Laming-Emperaire e André Leroi-Gourhan (sabemos que o discorrer dialéctico reflecte um nível emocional de avaliar o mundo).

Mas o que nos é dado hoje ver convoca nova ordem de questões: qual a relação imediata da água com as gravuras? Em certas estações, em certos anos, o nível das águas erguia-se e envolvia algumas das gravuras. Que significado tomava essa imersão — para a água, e para as gravuras?

Que relação existia então entre as gravuras dos planos junto à água, que eram periodicamente submersas, e as dos planos elevados, preservadas do convívio com a água? E que relação tinham as gravuras com o sentido da corrente do rio? com o trajecto do sol? com os astros da noite? com as estações? com os ventos dominantes? Que inter-acções, oposições ou complementariedades se podiam estabelecer entre o que era representado numa e noutra margens? Que figuras se inscreviam nas margens do rio-santuário, e que outras figuras se representavam nos recessos e nos afluentes do rio?

Esta dimensão heracliteana das figurações rupestres do Côa traz novas questões à obscura hermenêutica dos conjuntos gravados: que tensões simbólicas se estabeleceram entre os animais virados a jusante e virados a montante? entre os que afrontam o passado e os que fazem face ao futuro, simbolizados no fluir da corrente que se aproxima e logo se afasta?

Será que as coordenadas de organização da caverna, a ordenação dos seus signos, a eficácia simbólica dos seus grafismos, se revêem nas inscrições do rio — como se, por acção de uma geometria não euclidiana, a caverna fosse aberta, e os seus elementos transpostos para as margens abruptas sobre superfícies verticais de xisto?

Como a nave da caverna se prolonga em divertículos, corredores e ábsides, também o leito do rio se encurva em recessos e recebe ribeiros tributários: nesses vários pontos, e de modo não aleatório, distribuem-se os acervos de representações. Pode ter havido liturgias subterrâneas e solares a partir dos mesmos sistemas míticos.

A disposição e natureza dos animais figurados no exterior — nas gravuras como as observamos hoje, que são fragmentos de fragmentos do que foram *in illo tempore* — parecem sob muitos aspectos reflectir o conteúdo das grutas ornamen-

tadas. Mas os signos abstractos, que na caverna detêm uma importância decisiva na semiótica rupestre, e, pintados ou gravados perduram junto às representações de animais, são difíceis de caracterizar nos xistos incisados. E a cor, que junta sentido às figuras da caverna, falta no exterior. Nada impede supor que junto às gravuras figurassem representações pintadas que a erosão suprimiu, e que por isso o sentido global das figuras privadas do seu componente cromático se tenha tornado definitivamente opaco.

Se concebermos as grutas ornamentadas como privadas de cor, o seu significado será ainda, naturalmente, bem mais problemático. Veríamos então simples contornos incisados onde teria havido cores de ocre, como recebemos da Grécia arcaica as *korai* e os *kouroi* pálidos de mármore que outrora tiveram cores vivas? Ora, além do eventual componente de cor, perdeu-se também o nexos com os objectos móveis pertencentes à mesma condição cultural.

As cavernas mantiveram temperaturas e condições higrométricas estáveis; fechadas, ficaram ao abrigo de agentes erosivos, durante milénios. O contrário acontece com gravuras externas, como as do vale do Côa. Vemos, de facto, uma pequena fracção do que foi o rio-santuário. O ritmo das descobertas e a distribuição dos locais com gravuras leva a crer que certos pontos das margens estiveram intensamente ornamentados.

Como na caverna, alguns painéis sofrem sobreposição de imagens, às vezes uma pululação de silhuetas que se intersectam. Também no vale do Côa se nos depara sobreposição, intensa por vezes, de animais. Algumas das imagens, finíssimas e ténues, obrigam a procurar novos planos de decifração. A totalidade do seu conteúdo só transparece quando a luz do sol nascente ou crepuscular, ou a lua-cheia, lhe realça os contornos, de outro modo emaranhados. Que relação podem ter tido com os astros e os ritmos astrais? Marshack mostrou como os homens da área euro-siberiana do fim do Pleistoceno construíram calendários lunares sobre objectos móveis.

Nada sabemos das populações a que pertenceram os artistas, nem se o vale do Côa e os vales dos rios próximos, incluindo Siega Verde, foram lugares de habitação periódica ou permanente, ou de cerimónias reunindo grupos distantes. Tão-pouco sabemos se a região foi frequentada em continuidade ou por períodos intercalares, e se, num caso ou noutro, os protagonistas das renovações culturais atenderam à tradição mítica expressa nos traçados prévios, deixados por populações ancestrais. Tudo indica que vários estilos se sobrepõem, e sabemos que certas efígies foram retocadas, que outras sofreram a sobrecarga de novas incisões. As culturas sucedem-se, mas os lugares sagrados repetem-se; os temas míticos transformam-se, mas as suas unidades permanecem.

DATAÇÃO PALEOECOLÓGICA DAS GRAVURAS DO CÔA*

por

A. Bracinha Vieira**

Há cerca de vinte mil anos, a última glaciação atingia o apogeu, apesar de períodos intercalares breves, de mais ou menos um milhar de anos, que a entrecortaram (como o «interestádio de Lascaux»), amenizaram o clima e modificaram momentaneamente a composição e a distribuição da flora e da fauna. Dobrados tais períodos, voltava o extremo rigor do clima.

Entre treze e doze mil anos antes do presente, o «aquecimento de Alleröd» constituiu a última dessas fases interglaciares, seguida ainda de breve período de arrefecimento, após o qual a paisagem de estepe fria e pouca arborizada deu lugar, na Europa Ocidental, à propagação de florestas densas. Estas transformações climáticas e ecológicas deram-se há perto de onze mil anos e correspondem ao início do Holoceno, último período do Quaternário, em que ainda nos encontramos.

Clima, flora e fauna modificaram-se então radicalmente na Eurásia: a floresta ocupou grande parte da extensão da tundra-estepe. Mamutes, rinocerontes lanudos e bisontes lanudos desapareceram; as populações de cavalos deslocaram-se para leste. Extinguiram-se algumas espécies de grande mamíferos; outras, como a rena, o boi almiscarado e o glutão, confinaram-se à região periártica; outras ainda, como o antílope saiga, as zonas da estepe siberiana; outras enfim, como o boquetim e a camurça, sobreviveram nos maciços montanhosos.

No espaço europeu, estas transformações da paisagem fizeram-se acompanhar de uma metamorfose rápida da cultura material e espiritual das populações humanas: bases da economia, mas também crenças e sistemas míticos; modo, objecto e estilo da expressão artística, sofreram um corte abrupto com a tradição paleolítica. Assim o ilustra a chamada arte do Levante espanhol, epipaleolítica: aqui, pela primeira vez na pré-história da arte ocidental, homens e animais são

* Divulgado no jornal *Público*, de 31-08-95.

** Professor Catedrático de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa.

representados em paridade de estilo e composição, integrando cenas descritivas.

Com o aparecimento destas culturas pós-glaciares, o Paleolítico desapareceu da Europa. Persistiu noutras zonas do mundo, e chegou até ao século XIX, como o testemunharam os Tasmanianos, última população paleolítica da Terra, dizimada até ao último indivíduo pela colonização inglesa.

A fauna representada no Vale do Côa reflecte a existência e um ecossistema peculiar, que existiu no Sudoeste da Europa durante os últimos tempos da Idade do Gelo, e no qual se combinaram áreas de estepe fria com zonas arborizadas de bosques de folha caduca. Todos os cavalos ali gravados que pude observar diferem dos actuais: antes são semelhantes ao tarpan e ao cavalo de Przewalski, cujas últimas manadas vivem hoje em estepes planálticas da Mongólia.

As proporções corporais destes cavalos de outra ou de outras espécies, ou talvez subespécies, diferentes das dos cavalos actuais, reflectem uma adaptação ao frio: corpo e pescoço espessos, ventre redondo, patas curtas e finas destinadas a reduzir as perdas calóricas, cascos largos – traços a que se juntam a existência inconfundível de uma crina erecta, que se prolonga por uma banda escura até à cauda, e de uma pelagem de inverno (que também se desenvolvia sazonalmente nos auroques).

Estes cavalos desapareceram definitivamente da Península Ibérica com o termo da última glaciação, e é incoerente admitir que os artistas do Côa descreveram em gravuras traçadas com rigor naturalístico formas de animais inexistentes no seu mundo. Tais factos só por si não permitem atribuir às gravuras datações inferiores a onze mil anos antes do presente.

A curiosa fauna de grandes mamíferos do Pleistoceno final encontra-se bem ilustrada pelas gravuras do Vale do Côa. No «local 3» da Canada do Inferno, pouco acima do nível actual das águas, observa-se a gravura de um felino: tamanho relativo e configuração da cabeça, ondulado da linha dorsal, forma e posição das patas, não podem deixar dúvidas. É impossível caracterizar a espécie a que pertence, mas trata-se nitidamente de um animal do género «*Panthera*», que é representado no fim dos tempos glaciares por espécies de grande porte, como o leão das cavernas, figurado em algumas das grutas ornamentadas franco-cantábricas, entre os quais Lascaux.

Se passarmos ao painel de animais sobrepostos e entrecruzados de Penascosa, o grande cervídeo que se encontra virado para a direita de quem olha, emaranhado nos contornos de um auroque e de um tarpan, representa bem provavelmente «*Megaceros giganteus*», o veado gigante das turfeiras: assim o indicam a sua grande estatura, a angulação do dorso e as dimensões e morfologia das hastes em perfil. Este animal, adaptado aos climas frios, também desapareceu do Sul e Ocidente da Europa há cerca de onze mil anos. Dele há representações rupestres em várias cavernas (como Pair-non-Pair, Cougnac e Pech-Merle); embora raro na

arte parietal, compreende, segundo André Leroi-Gourhan, 0,4% do total de figuras parietais paleolíticas que estudou.

Estilo, estrutura das composições, proporções e relações entre os animais representados, correspondem basicamente ao que se conhece das cavernas e abrigos rochosos ornamentados na área franco-cantábrica – tendo em conta óbvias diferenças regionais de execução e da própria megafauna, e os estilos cronológicos sucessivos. As diferenças faunísticas são sensíveis entre as grutas do País Basco e as dos vales da Dordogne e do Ariège.

Uma hipótese de reconstituição da paleoecologia a tentar consistiria numa análise palinológica do fundo de certas incisões (as gravuras foram feitas com técnicas diferentes, como tem sido divulgado, e algumas foram retocadas). Quando se trata de fósseis, usa-se por vezes este método indirecto de datação, que permite situar o organismo no seu mundo. Uma lavagem com meios especializados permite recolher poeiras microscópicas contidas na espessura das fissuras de um fóssil. O exame em microscópio electrónico de «scanning» leva então a identificar os pólenes e classificar os géneros, por vezes mesmo as espécies vegetais a que pertencem, dando indícios cruciais sobre a flora dominante, o clima e conjunto paleoecológico.

Não sei que esta técnica tenha sido algumas vez aplicada ao estudo de gravuras a céu aberto. Se surtir efeitos nas gravuras do Côa, será de considerar que as formas vegetais identificáveis, outrora levadas pelos ventos e conservadas no fundo das incisões, e os ambientes de que provieram, nunca teriam idade anterior, podendo em contrapartida ser muito posteriores. Como as técnicas de gravação variam nos acervos de gravuras distribuíveis ao longo de quase vinte quilómetros do rio (além de que Siega Verde se integra na mesma área cultural), a palinologia, a ser usada, deveria com certeza comparar amostras recolhidas em vários pontos dos diversos tipos de incisões.

Só um estudo transdisciplinar convergente pode clarificar sob ângulos diversos e complementares a datação das gravuras do Côa. Por isso, não é fácil de compreender a interdição oficial (zonas vedadas) a estudos por investigadores independentes e mesmo à observação dos locais por visitantes anónimos que ali acorrem – quando as figuras vão ser submersas, ou cortadas e retiradas dos seus locais, isto é, desnaturadas. Nalguns pontos, as gravuras perdem-se ao nível do solo, mas nem assim parece facilitado um trabalho metódico, rigoroso e independente de prospecção. Proteger as gravuras é fundamental, não enclausurá-las! Contaram-me, de resto, ao visitar Penascosa, que os meios rudes e o descuido postos em instalar a cerca «protectora» tinham fracturado uma rocha que continha incisada uma cabra selvagem...

De momento, os dados paleofaunísticos tais como estão expressos nas gravuras são eloquentes por si mesmos e designam sem dúvida o Paleolítico superior.

É inaceitável supor deter o monopólio da verdade perante um problema complexo, transdisciplinar por natureza, só por dispor de uma tecnologia recente, de aferimento precário e fundamento frágil, sem que se pondere a inverosimilhança das conclusões.

Absurdo é tentar a datação das gravuras rupestres sem olhar as imagens, a paisagem, o mundo em volta, sem considerar em si a profundidade dos tempos e do espaço. Sair de um laboratório e ser colocado frente a um xisto gravado, executar nele técnicas minuciosas (mas de fiabilidade insuficiente) sem olhar em redor, e passar da microscopia dos sulcos à afirmação peremptória de resultados, pode levar a conclusões ridículas – como as que foram divulgadas –, por impossíveis.

PLACING «ROCK ART» IN ITS ARCHAEOLOGICAL CONTEXT: THE CASE OF THE HIGH DOURO REGION, AND PARTICULARLY OF THE CÔA AREA (NORTH OF PORTUGAL) IN LATE PREHISTORY*

(ABSTRACT)

by

Susana Oliveira Jorge**

1. The economic system based on the practice of agriculture and husbandry may have been settled in the inland regions of Northern Portugal during the VI/V millenium B.C. (V/IV millenium in conventional 14C dates). Its components may have spread from East to West along the Douro river and its tributaries. We have some indications of this «continental» process of neolithization in the first occupation levels of two rock shelters — Buraco da Pala (Serra de Passos, Mirandela) and Fraga d' Aia (S. João da Pesqueira). These important sites are located in the proximity of two tributaries of the Douro; on the other hand, they are not far from the Foz Côa region. Along with the cereals, the sheep and goats, and new types of artifacts, some schematic or sub-naturalistic paintings may have been produced. These occur in the above mentioned rock shelters, and in some other ones located in the vicinity of Buraco da Pala.

In the upper Côa valley (Faia, Cidadelhe) we know the existence of some painted «rock shelters» which, to the present moment, have not been studied in detail. Located in the granitic area of the valley, they contain anthropomorphic and zoomorphic motifs, the last ones being of «sub-naturalistic» character. It would not surprise us that future analysis (namely, excavations carried out in their vicinity) would confirm the Neolithic chronology of (at least) some of these painted sites. If that should be the case, we would confirm that the Palaeolithic sacred valley of

* Paper presented to the 1995 Turin Congress on Rock Art (Symposium: «Rock Art and Excavation»).

** Professor of Archaeology, Institute of Archaeology, Faculty of Arts, Oporto University, Portugal. Portuguese Scientific Delegate to the «Bronze Age Campaign» of the Council of Europe.

the Côa river has continued to be used as a religious place by the first farmers and herds-men of 6.000 years ago.

2. Throughout the IV and III millenia B.C. (or the III and the first half of the II mill. in C14 dates) we observe a process of systematic occupation of the inland regions of Northern Portugal by groups of farmers/herders and metalurgists. A new kind of relationship with the territory is developed. The space occupied by each community is now more restricted, both in the physical and in the conceptual senses. This long term investment of agricultural effort in the same areas created the need for more formal boundaries. Also, it may explain the visibility of new settings for the expression of power, such as settlements surrounded by walls, or areas where a certain amount of «stelae» were concentrated (like at Cabeço da Mina, Vila Flor).

In the Vila Nova de Foz Côa area we find the more important walled settlement of the Chalcolithic and Bronze Ages of Northern Iberian Peninsula: Castelo Velho, in Freixo de Numão. It has been systematically excavated and restored by the author since 1989. It is situated in the top of a prominent hill, from which we may observe a large landscape, including the river Côa banks. The central part of the «fortification» is defined by a discontinuous wall built with schist plaques. There, several activities were carried out: storage, grinding, weaving, and the excavations revealed structures and artifacts connected with those activities. Throughout 700 or 800 years of its existence, several phases of architectural transformation affected the settlement. These phases probably relate to different roles played by the site in the surrounding landscape, according to the variable visibility of its «monumental» architecture.

On the right bank of the Douro — outside the Foz Côa area, but only a few kms. in straight line from Castelo Velho — we know the existence of an important cult site — Cabeço da Mina (Vila Flor) — where many anthropomorphic «stelae» have been found. Located on a low hill which is settled in the middle of a fertile valley, Cabeço da Mina seems to correspond to a new conception of the sacred space. In fact, if further research confirms that the place had no previous occupation of the same epoch, then it appears as a «virgin» area which was purposely chosen to create a religious open air precinct.

These new power settings didn't signify that the traditional ritual spaces, like the Côa valley itself, were abandoned; to the contrary. In fact, we find in that valley (Orgal, for instance) some «horned» anthropomorphic schematic engravings which are very typical of the Chalcolithic/Bronze Age «rock art» of inland Portugal and Spain. Just to mention some similar stylistic cases, the same motifs occur in petroglyphs of the Tagus valley, or in the painted rock shelters of the interior of our country, from Penas Róias (Mogadouro) in the North, to the Serra dos Louçães (Arronches) in the South. And we should not forget the above mentioned paintings

of Faia, near Cidadelhe, which could also be dated to the Chalcolithic or to the Bronze Age.

We should add to all these data the important complex of scratched petroglyphs found in many areas of the Côa; their themes and style clearly connect them with the engravings of Vale da Casa, not far from Pocinho (V^a N^a de Foz Côa). They may belong to the Iron Age, and it is very important to search, by an intensive survey, for related settlement sites throughout the valley.

So, the Côa river is, at the present moment, one of the most prominent areas in the world for the study of «rock art» in close relation to a long human settlement, from the Upper Paleolithic to the Iron Age and beyond. The various ways in which this «wild» landscape was used throughout the times and cultures are a matter of great importance for the prehistorians of Europe and, indeed, of the entire world. Therefore, the Côa valley's case is now an universal one.

August 1995

ROCK ART AND ARCHAEOLOGICAL EXCAVATION IN PORTUGAL: SOME REMARKS*

(ABSTRACT)

by

Vítor Oliveira Jorge**

The so-called “rock art studies” don’t have a long tradition in Portugal. Most of our archaeologists still think that this field is a minor one, capable of favourising subjectivistic approaches. On the other hand, Portuguese archaeological research has been mainly a site-centred one. Both the systematic survey, and the settlement archaeology, which consider the entire landscape as their object, have not been enough developed. These approaches demand a team based, long term work, and a stability of the infra-structures at the disposal of the archaeologists — precisely the conditions that never existed in Portugal. In our country — as in many others — archaeology is not a profession, but an “activity” with a low social status. Having this situation in mind, it is easy to understand the fact that often the “rock art” has not been integrated in regional research projects. In my view, these projects should consider, without prejudice, every aspect of the human activity in a given area of the territory: different kinds of settlements, burial sites, and other ceremonial or “symbolic” places, like the so-called “rock art” sites. In fact, the study of the “rock art”, when considered as an isolated matter, is, in my opinion, of reduced interest for the building of a mature Prehistory. Therefore, the correct placing of every “rock art” site in its geographical and archaeological context is of vital importance in order to overcome the tendency for isolation of this “field” of archaeology. Researching “rock art” *per se* is, in fact, not only a conventional way of approaching the archaeological record (obviously, every approach is conventional), but a misleading one, because it reifies an aspect of the organization of the prehistoric landscape. This one will be only understandable in the broader

* Paper presented to the 1995 Turin Congress on Rock Art (Symposium: “Rock Art and Excavation”).

** Professor of Archaeology, Faculty of Arts, Oporto University, Portugal.

context of human activity and its environmental background, both in a permanent process of transformation.

In Portugal, after the first, pioneering studies by Santos Júnior, mainly concentrated in the North of the country and made according to an "amateur" methodology, the "turning point" has been the result of the discovery, in the beginnings of the seventies, of the "rock art complex" of the Tagus valley, near the Spanish border. Then, just before the Fratel dam was built, it has been possible to record systematically hundreds of engraved panels (by photography, filming, tracing, and latex modeling). Most of these c. 40.000 individual engravings of the Tagus valley were drawn by the waters of the dam, and they were never extensively published. Anyway, we know that they are all of Holocene age, and that their style is predominantly schematic, the circle (or compositions which take the circle as a base) being their most characteristic "motif". In the area, open air Early Neolithic settlements are known, as long as passage graves; but the megalithic cemeteries located to the south of the river, on the schist area, were practically demolished by the plantation of eucalyptus. Although the cultural context of the Tagus "rock art" was a matter of concern for the teams working in the zone since the very beginning of the process, the fact is that well structured programme of research, with appropriate funding and technical support, was never settled by the Portuguese authorities. In the lack of such means, everything depends on individual efforts, which sooner or later reach a point of exhaustion.

Anyway, the Tagus "project" has produced the first people seriously concerned with "rock art" in Portugal, like António Martinho Baptista or Mário Varela Gomes, or the deceased Jorge Pinho Monteiro. Other specialists, like Mila Simões de Abreu, were formed abroad.

We need to wait by the 80's — the golden age of our archaeology — to find the first attempts to connect more directly "rock art" sites and their archaeological context. As examples, I may indicate the publication of a group of open air engravings in the area of a fortified chalcolithic settlement (some of them being located under the walls of the settlement), in Santiago do Escoural, Montemor-o-Novo, in the South of the country. Also, the rock shelter of Fraga d'Aia (Paredes da Beira, S. João da Pesqueira) has shown two groups of red paintings, which may partially be related to several structures and artefacts excavated in the shelter sediments.

The endings of the 70's and the 80's were also marked by the systematic study of the "rock art" of the North of Portugal, by researchers like António M. Baptista, Eduardo Jorge Silva, Ana Leite da Cunha, and Maria de Jesus Sanches. The main synthetic views are due to the first of these authors. Anyway, it is the last one (specialy for the Mirandela region, Trás-os-Montes) that exemplifies better the tendency mentioned above to integrate, in the same regional

research project, "rock art", prehistoric settlements, and burial sites, following the ideas presented by Susana Oliveira Jorge in several influential interpretative papers.

Also, during the last two decades the study of the passage grave art of the North of Portugal (paintings and engravings) has greatly improved. Significant studies have been carried out by Eduardo Jorge Silva, Domingos Cruz, Ana L. da Cunha, António M. Baptista and the author of this paper. Made in direct relation to the systematic excavation of some important passage graves, these studies are of major interest to the very interpretation of "conventional" "rock art" sites. In fact, some of the "themes" found, for instance, in the Tagus valley, or in some painted rock shelters, also occur in "megalithic art". Indeed, we may be sure that the difference of contexts doesn't allow us to be simplistic in the "isolation" of motifs or in the interpretation of highly elaborated compositions that need to be contextualized and interpreted with great caution.

Since last November the Portuguese archaeological milieu has been shocked by the astonishing reveal of an authentic "open air gallery" of rock art sites in the Côa valley, in the northeast area of the country. These sites, as everybody knows, are menaced by the project of the construction of a dam. This intention must be reversible when one thinks that in Côa valley we have the most important complex of open air Upper Paleolithic engravings known in the world. This identification was confirmed by the greatest European Upper Paleolithic rock art specialists, and was not, in my view, put in question by the essay of new methods recently used there. The authors of these essays are not prehistorians, and they work in distant parts of the world, knowing absolutely nothing about the Prehistory of Portugal, a speciality which demands decades of study in the field.

But the Côa valley is a new and important opportunity to articulate "rock art" studies and archaeological excavations. That valley also contains engravings or paintings belonging from the Neolithic to the Iron Age. Remains of settled places may still be preserved in the valley, dated not only of the Palaeolithic, but of several of the epochs above mentioned. A few kms. from Vila Nova de Foz Côa, to the west of the river, Susana O. Jorge has been excavating an important fortified settlement since 1989. This site was occupied during the Chalcolithic and the Bronze Age; we know that it is not the only one of its kind and epoch in the region.

We, Portuguese prehistorians, with decades of work dedicated to our country, we attend the Turin Congress with an idea in mind, with a public demand to make. Please help us by all means to protect the Côa valley, which is a world heritage, from the technocratic forces which try, with all their influence, power and money, to build the Foz Côa dam at any cost. The destruction of the Côa valley would be a terrible crime against our common memory. The silence or the

ambiguity of the archaeological and scientific community would be tragic in this crucial moment. We have in our hands, by the strenght of our reason, the capacity of stoping this action. Our victory will prevent other similar cases to be carried out.

August 1995

FOZ CÔA, UNE DÉCOUVERTE EXCEPTIONNELLE

par

Denis Vialou*

L'art paléolithique est rapidement devenu très célèbre pour ses représentations *pariétales*, grottes et parfois abris sous roche, *mobilières*, objets, armes et outils, sculptés ou gravés (plus rarement coloriés ou peints), *corporelles* enfin, les fameuses parures par lesquelles les hommes modernes de la Préhistoire ont débuté leur emprise symbolique sur le monde et leurs sociétés. Avec la découverte grandiose des gravures de Foz Côa, après celles également remarquables de Siega Verde (Espagne) et quelques autres plus discrètes (Mazouco, Domingo Garcia ou Fornols-Haut, en premier), l'art paléolithique acquiert la dimension *rupestre* qui lui manquait. Mais, alors que le monde entier compte des centaines de milliers de sites rupestres et un nombre extrêmement réduit de grottes ornées, l'Europe paléolithique occidentale recèle des milliers de représentation pariétales dans quelque 300 grottes et abris rocheux. Le phénomène pariétal souterrain, majoritairement Magdalénien, reste une singularité des sociétés de chasseurs paléolithiques, parfaitement complémentaire du développement, nulle part égalé, des formes mobilières et corporelles. Foz Côa et les autres sites rupestres, déjà connus visiblement paléolithiques quoique non encore datés avec précision, ne réduisent pas la spécificité complexe de l'art paléolithique européen.

L'infinie diversité géologique et géomorphologique des concentrations de rochers et des affleurements rocheux, le plus souvent ruiniformes, suffit à expliquer l'éclatement multidirectionnel de l'espace symbolique des dispositifs rupestres. En cela, l'art des rochers s'oppose radicalement à celui des grottes qui se déploie dans un volume enveloppant ou à celui des abris sous roche qui se déroule sur un axe avant tout linéaire. Cependant, l'ensemble gravé de Foz Côa, de Mazouco à l'ouest, de Siega Verde à l'est sur le proche rio Agueda et probablement du fleuve Douro lui-même (inconsidérément englouti par les retenues de barrages) offre les orientations naturelles des axes fluviaux formant un réseau relativement étendu

* Laboratoire de Préhistoire du Muséum National d'Histoire Naturelle (CNRS). Paris.

mais cohérent. Cette échelle hydrographique régionale, l'ensemble Foz Côa-Douro-Siega Verde forme un espace rupestre structuré, orienté, tout différent des espaces rupestres chaotiques de la plupart des gigantesques concentrations sur rochers connues dans le monde, souvent montagneuses, Cedarberg en Afrique du sud par exemple, ou collinaires comme à Dampier en Australie occidentale.

La position péninsulaire excentrée de l'ensemble gravé de Foz Côa donne aussi à sa découverte une importance majeure pour la connaissance de la géographie humaine paléolithique et de la régionalisation des sociétés avant la fin du Pléistocène. Foz Côa et ses conjoints rupestres sont en marge des ensembles pariétaux ibériques, celui effiloché le long de la côte cantabrique, comme celui dispersé de la meseta centrale; ils semblent exprimer une conception des représentations nouvelle ou différente, par rapport à celle pratiquée dans la péninsule par des Solutréens puis selon d'autres modalités symboliques par des Magdaléniens. Cette originalité de l'ensemble Foz Côa se manifeste aussi bien dans les choix thématiques que dans leurs assemblages envisagés à l'échelle des panneaux aussi bien qu'à celle des concentrations égrénées dans la vallée sur des kilomètres et à la macro-échelle régionale.

Avec Foz Côa, l'art paléolithique prend une ampleur rupestre exceptionnelle, magnifiquement révélatrice des innovations symboliques des peuples chasseurs, à l'extrême occident de leurs territoires.

ARCAÍSMOS NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

por

Francisco Sande Lemos*

1. INTRODUÇÃO

Em 1972 fui informado, por familiares, que nas margens do Tejo, próximo de Fratel, existiriam sinais gravados na rocha. Imediatamente comuniquei a informação aos meus colegas do GEPP (Grupo para o Estudo do Paleolítico Português) e organizou-se uma expedição, cuja primeira equipa (Maria Querol, Susana Jorge, Jorge Pinho Monteiro e eu) para além de recolher artefactos paleolíticos em diversos terraços, identificou as primeiras rochas do vasto santuário de Arte Rupestre do Tejo. À equipa inicial juntaram-se, numa primeira fase, Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Oliveira Jorge e, depois, numerosos outros estudantes, hoje nomes conhecidos da Arqueologia Portuguesa, entre os quais António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes. Das prospecções em paleolítico saíu uma outra corrente de estudos em que se destacaram Luís Raposo e António Carlos Silva, os quais estudaram os sítios paleolíticos de Vilas Ruivas e Foz do Enxarrique. Criou-se, mesmo, uma linha de estudos regionais, com expressão no NR1A, alimentada pelo entusiasmo de João Caninas e F. Henriques, na altura estudantes do ensino secundário.

Quase uma década depois em 1983, por minha iniciativa, decidi prospectar um dos troços do vale do rio Douro, que ainda estava livre, apesar da sequência de barragens construídas nas décadas anteriores. Assim, a montante do Pocinho, a equipa que eu dirigia, formada Jesus Martinho, Vladimiro Pires e Manuel Pires, descobriu um importante conjunto de gravuras, no sítio do Vale da Casa. Já totalmente afastado dos estudos de arte rupestre, sendo Director do Serviço Regional de Arqueologia do Norte, imediatamente pedi a presença de especialistas, tendo-se deslocado para o Pocinho o Dr. António Martinho Baptista.

* Professor da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Em 1989, no âmbito de prospecções para elaborar um relatório sobre o património arqueológico a ser incluído no EIA da barragem de Vila Nova de Foz Côa, encontrei dois conjuntos de gravuras, uma delas com figuras de traço fino semelhantes ao Vale da Casa e assinalei a hipótese de existirem muitas outras, debaixo da água, submersas pela albufeira do Pocinho. Cerca de quinze quilómetros a montante encontrei (com Luís Fontes e Manuel Pires) quatro abrigos com notáveis pinturas pré-históricas. Destes achados dei logo conta aos meus colegas interessados no domínio da arte rupestre, tenho sublinhado as potencialidades do vale ameaçado de ser submerso.

Os meandros do processo de estudo do património arqueológico do vale do Côa entre 1989, data em que assinalei a sua importância e 1993, momento que o ex-IPPC/IPPAR e a EDP assinaram um protocolo, estão por divulgar.

Sabe-se que o ex-IPPC/IPPAR lançou em 1990 o Projecto Arqueológico do Côa. Todavia, pouco se sabe do que foi feito nesse ano e no seguinte (1991).

O relatório que elaborei em 1989 está no prelo (revista *Forum*), assim como um texto que redigi para a revista *Al-Madam*, gizando uma cronologia do processo, e tecendo algumas considerações. Não vou voltar a estes aspectos, embora não deixe de sublinhar que o texto remetido à EGF foi profundamente alterado no EIA, pelo que me é difícil considerar autor da versão «oficial». O espírito do relatório foi profundamente desvirtuado. A solução de um concurso público para se constituir uma equipa autónoma para acompanhar o projecto do empreendimento, mediante candidaturas apreciadas por um júri formado por especialistas de reconhecido mérito foi preterida em favor da cooperação institucional (EDP-IPPC).

Mas, para lá dos meandros específicos do processo, interessa em especial focar aspectos globais da Arqueologia Portuguesa que tiveram reflexos negativos neste episódio chamado Foz Côa, dominado pelo espírito antiquário que possui sólidas raízes no nosso país. Em pano de fundo, sob as agitadas águas do polémico dossier do património arqueológico do vale do Côa, destacam-se problemas globais da Arqueologia Portuguesa que é necessário abordar com lucidez. Como é óbvio, ao tecermos as considerações que se seguem, não pretendemos escamotear a questão de não terem sido detectadas, em 1989, gravuras com arte paleolítica, ou pelo menos não terem sido atribuídas a tal período as rochas descobertas.

2. DIREITOS DE AUTOR, ESPÍRITO ANTIQUÁRIO E COMUNICAÇÃO

Um dos problemas mais importantes é o dos direitos científicos, ou de autor. Em nosso entender o passado não é propriedade física ou intelectual de ninguém, de indivíduos, instituições, grupos ou sociedades. Os vestígios materiais do pas-

sado são um bem público, um valor social imediato. Os arqueólogos não possuem quaisquer direitos especiais sobre os sítios que descobrem, sobre os resultados das escavações que realizam, sobre o espólio que recolhem. Não tem sentido algum que o arqueólogo se considere o proprietário intelectual de uma anta, ou de uma gruta, porque a descobriu, ou de um machado de bronze, porque o recolheu.

A propriedade intelectual do arqueólogo reside exclusivamente nas leituras e nos discursos que produz sobre o passado. É a este nível que o arqueólogo pode, e deve, exigir ser citado. Infelizmente esta perspectiva está pouco difundida.

A generalidade dos praticantes preocupa-se mais com os sítios inéditos, com as peças a revelar, do que com ideias inéditas, criativas. Ou seja na Arqueologia Portuguesa domina o espírito do antiquário, do coleccionador.

Este espírito antiquário vai de par com uma extrema relutância em publicar, em comunicar. Na Arqueologia Portuguesa existem casos célebres de arqueólogos (ou antiquários) que realizaram numerosas escavações sem a mínima divulgação. Se organizarmos uma lista de escavações licenciadas nestes últimos vinte anos, verificamos que o problema está muito difundido e que se tornou um fenómeno preocupante. Das escavações realizadas nas duas últimas décadas, no nosso país, estão publicadas menos de dez por cento. E é inútil esperar que os relatórios enviados às entidades de tutela (IPPC-IPPAR) possam garantir a sobrevivência dos conhecimentos. Como relator de dezenas e dezenas de relatórios de escavações posso garantir que, na grande maioria, apenas apresentavam os elementos mínimos para serem aprovados. Quanto ao espólio pode imaginar-se a sua dispersão, uma vez que o controlo é diminuto.

As descobertas e os resultados das escavações deveriam ser divulgadas de imediato junto das entidades oficiais, da opinião pública e no meio científico.

Leis draconianas não resolvem este problema.

É imperativo que os arqueólogos se habituem a divulgar as descobertas, no mais curto prazo de tempo, através de notícias preliminares, nos locais próprios, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, na Sociedade de Antropologia do Porto, em conferências promovidas pelos Institutos das Universidades. Só assim será possível remover o espírito antiquário.

Paralelamente é indispensável que haja uma política editorial firme, suportada financeiramente pelos órgãos próprios do Estado. Só assim será possível que as revistas saiam regularmente, devidamente actualizadas. À entidade da tutela competiria publicar com mais assiduidade a sua "Informação Arqueológica", que deverá ser o retrato anual da actividade arqueológica nacional, com listas de pedidos de autorização apreciados e subsídios atribuídos. O Departamento de Arqueologia deveria editar anualmente relatórios detalhados das actividades das suas equipas, com as verbas aplicadas.

A publicidade anual das acções efectuadas pelas equipas do Instituto, das

Universidades, dos Municípios, e de outras instituições teria a vantagem de abrir caminho à transparência. Tráficos de influência e clientelismo serão incompatíveis com relatórios oficiais que descriminem as verbas concedidas, os protocolos assinados, as licenças de escavação. É óbvio que existem, e sempre hão-de organizar-se “lobbies”, por este, ou aquele, conjunto de afinidades e de relações. Todavia, se as entidades públicas e privadas forem obrigadas a declarar as fontes de financiamento, os quantitativos, as acções realizadas, será possível a cada arqueólogo ajuizar e reclamar, caso entenda que há motivo para tal.

Talvez este quadro seja utópico, mas nem por isso é menos necessário.

Caso persistam os silêncios, as omissões voluntárias, os segredos burocráticos, a esperança é diminuta.

3. EQUIPAS ESPECIALIZADAS E INTERDISCIPLINARIDADE

Outro atavismo é o receio ao especialista, à multidisciplinaridade, ao trabalho em equipa, à permuta de informações e conhecimentos. O trabalho em equipa é sempre difícil, mas nem por isso menos necessário. Nos dias de hoje a Arqueologia atingiu domínios de especialização tão díspares que o tradicional ordenamento por áreas cronológicas está a ser pulverizado, quer no domínio da *praxis* quer na exploração dos dados.

Em nosso entender esta relutância pela interdisciplinaridade teve implicações no desenrolar do processo do Cda. A circunstância de não ter sido seguida a estratégia de criação de equipas nos diversos domínios (Paleolítico, Calcolítico, etc.), teve grande incidência no evoluir do processo.

Só passados quase cinco anos principiou a funcionar uma das equipas especializadas (em paleolítico) que tinham sido preconizadas no relatório redigido em 1989. Este tempo é, por si mesmo, elucidativo.

Braga, Setembro de 1995

ARQUEOLOGIA PORTUGUESA – ALGUNS PRESSUPOSTOS DE UMA NOVA DINÂMICA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Tal como acontece com quaisquer outras questões do nosso tempo, que são interdependentes, os problemas da Arqueologia não se podem equacionar nem resolver isoladamente. Integram-se na gestão dos bens culturais, cuja extensão (adentro de um conceito de Cultura como envolvimento) se confunde, praticamente, com todo o ambiente, natural e social, em que nos movemos. Ora, gerir significa fazer opções, estabelecer prioridades, articular meios dispersos, numa palavra, uma estratégia pensada, mas pragmática, capaz de atingir o máximo de fins com os meios realisticamente disponíveis. Se por “património arqueológico” podemos entender uma realidade tão ampla quanto possível (movimento expansivo do pensamento, inerente à vontade de “hegemonização” que é tendência de qualquer actividade), a definição daquela estratégia necessita a realização de concessões, o trabalho articulado com outros actores sociais, ou seja, uma contracção do referido movimento. Esta negociação estará sempre sobre a mesa: é um jogo interminável, reflectindo o carácter contraditório de todo o funcionamento social. A Arqueologia só crescerá se se fizer em confrontação permanente (no sentido construtivo, claro) com todas as outras esferas de actividade científica, cultural, e de intervenção no território. Nesse sentido, e transferindo para este contexto uma frase de Abel Salazar, aquele que só souber de Arqueologia nem de Arqueologia sabe. Inoperante ao nível da acção individual, necessariamente amadorística, a Arqueologia não pode ser programada em vaso fechado, mesmo que dotada de enormes equipas e de completos equipamentos.

E, no entanto, à medida que se abre, a Arqueologia tem necessidade de definir o seu estatuto, de se profissionalizar. Numa sociedade de “especialistas”, ela tem de circunscrever as suas capacidades técnicas específicas. Quem é e quem

* Divulgado no jornal *Público*, de 03-09-95.

não é arqueólogo, o que é que a sociedade pode legitimamente esperar deste, que estudos e graus o habilitam a tal. Uma profissão, com vários escalões e níveis de preparação, tem de surgir. Ninguém nos vai outorgar esse estatuto de mão beijada; somos nós, através de uma associação profissional (não confundir com sociedades ou associações científicas) que temos de lutar por ele.

O arqueólogo deverá pois ter, não um perfil, mas uma pluralidade deles. Isto é, adentro desta profissão cabe uma grande diversidade de vocações e de formações. Essa variabilidade adequa-se melhor aos múltiplos âmbitos em que a Arqueologia tem de actuar. E se cada indivíduo terá de se “especializar” particularmente numa dessas facetas, ele não poderá ignorar, pelo menos, a existência das outras, não deverá fechar os canais de comunicação com as restantes. Os melhores serão provavelmente seleccionados pela sua capacidade de articular um “saber fazer” que os torna imprescindíveis, com um “saber comunicar” que lhes permitirá a conjugação com outros colegas, de perfil diverso. Capacidade de focagem e de desfocagem das questões, reequacionamento constante das perspectivas e dos métodos num “tabuleiro de jogo” variável, adaptação ao “seu campo” de terminologias e de estratégias importadas de outros campos, poder de “exportar” para diferentes domínios conceitos e procedimentos inicialmente “seus” — eis algumas das características do “bom” arqueólogo. O seu “lugar”, contraditoriamente, tem de ter um mínimo de estabilidade (fronteiras profissionais) conjugado com um máximo de “dispersabilidade” (diálogo em todos os foros, indispensabilidade reconhecida pela sociedade num cada vez maior número de focos decisores). Não há uma “essência” da Arqueologia, ela é uma peça de um jogo, tão convencional como qualquer outro, e portanto em permanente disputa de um espaço de manobra. No planeamento do território, nos estudos de impacto ambiental e de impacto patrimonial (figura jurídica a criar), nas escolas (a todos os níveis de ensino, desde o inicial), nos museus, exposições e sítios de lazer, nas publicações (desde as brochuras e desdobráveis mais elementares), não há campo algum em que a Arqueologia não tenha um papel a jogar.

Porém, de que vale enunciar tudo isto se o conhecimento, valorização e usufruto do “património arqueológico” não forem sentidos como uma necessidade pelos actores sociais? Se o “desenvolvimento” for reduzido às necessidades básicas de higiene, alimentação, saúde, circulação, se a “cultura” for entendida como entretenimento (de elite ou de massas) e não como uma envolvente, se a “ciência” for instrumentalizada para a produção de tecnologia, a Arqueologia não será precisa para nada. A quem vou “vender” um produto, se este não é entendido como interessante pelo público, que tem de o pagar, ou directamente, ou através dos seus impostos? Toda uma nova noção de cultura terá de ser implementada, para que a Arqueologia possa exercer o seu papel, sair do apertado ghetto em que tem estado. Por que é que um engenheiro, um médico ou um advogado têm um esta-

tuto que o arqueólogo nem vislumbra? Obviamente, porque as pessoas têm de recorrer a eles para resolver problemas fundamentais da vida. Enquanto a cultura for entendida como um ornato, um espectáculo, ou uma mais-valia de prestígio, e não como um “produto de consumo” de primeira necessidade, a Arqueologia terá sempre um papel reduzido. E os discursos sobre a sua importância só serão ouvidos pelos já convencidos, como acontece nas seitas mais ou menos esotéricas — uma actividade e um saber funcionando em vaso fechado, em que o ruído dos aplausos é directamente proporcional ao auto-convencimento dos aderentes, sem transmissão para o exterior. Os apelos à preservação do património ou as lamentações sobre a sua destruição progressiva são lugar-comum do “happy end” de qualquer congresso de Arqueologia, numa impotência confirmada pela sua própria repetição.

Como sair deste círculo vicioso? Não há uma solução única, mas uma pluralidade de urgências, que têm de ser sistematicamente enfrentadas, calibrando o nível de “stress” para uma eficácia máxima.

A Arqueologia não se dirige preferencialmente a objectos, nem a locais privilegiados (repositórios de objectos ou estruturas), ilustrativos de momentos do “passado”. O seu campo de trabalho é toda a realidade actual envolvente, urbana, rural, subaquática. Os arqueólogos têm de lidar com “paisagens arqueológicas”. Essas paisagens não podem ser encaradas como estáticas — em todas as épocas se “agrediu” o meio, se transformou a natureza. O equilíbrio desta sempre foi dinâmico. Se uma “paisagem”, se um espaço qualificado com história, com memória, não for habitado por pessoas actuais, capazes de aí se desenvolverem segundo novos modelos, ela será um fóssil, um zoo humano. As áreas com valores arqueológicos — os quais urge, antes de tudo, inventariar, segundo “malhas” informativas hierarquizadas — têm de ser vivas, úteis, produtivas, voltadas para o futuro. Numa sociedade que mercantilizou tudo, temos de ter a imaginação suficiente para, ouvindo os habitantes de cada região, entrar em diálogo que nos permita equacionar soluções diversificadas e queridas pelas pessoas. A Arqueologia ou é um serviço público, sentido como tal, ou então nunca passará de uma parente pobre das outras ciências humanas. Sem o prestígio da História ou da Sociologia, e muito mais cara do que elas. Sem a espectacularidade de um concerto, sem o imediatismo de outros “produtos turísticos”.

Um Instituto Português de Arqueologia, autónomo e operacional, sem excesso de burocracia, capaz de articular uma actuação regional — descentralizada, envolvendo as autarquias —, com uma série de normas claras e capazes de dar coerência à acção governativa neste domínio, parece ser, como já propus anteriormente, uma solução possível. Uma instituição onde se pratique uma cultura de diálogo com todos os intervenientes no planeamento do território e nas grandes obras públicas. Onde se estabeleçam protocolos com outros organismos, públicos

ou privados. Onde se estimule o aparecimento de empresas de serviços e a acção criadora dos indivíduos, pois que o Estado não pode fazer tudo, sobretudo num domínio que atinge todo o território. Onde se definam prioridades, se apliquem com critério os dinheiros públicos e se veja obra que incentive os jovens a escolherem este ramo de actividade e a procurar nele um futuro. Não podemos perder mais tempo: há que pôr mãos à obra, antecipando e precavendo o aparecimento de casos como os do vale do Côa, uma área preciosa que qualquer país do mundo se orgulharia de ter. Se não, então sim, e para utilizar um dos topónimos daquele rio, o futuro do nosso passado irá desembocar numa verdadeira "Canadá do Inferno".

Porto, Agosto de 1995

SOBRE LOS GRABADOS DE FOZ CÔA Y SU CRONOLOGÍA

por

César González Sainz*

El que suscribe es profesor de las asignaturas «Arte Prehistórico» y «Paleolítico y Epipaleolítico de la Península Ibérica» en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad de Cantabria (Santander, Españā), y lleva mas de 15 años investigando en el campo del arte rupestre y mobiliario paleolítico del norte de España.

En Noviembre de 1994 fue convocado por investigadores de la Universidad de Lisboa a un encuentro de expertos e interesados en arte prehistórico en Vila Nova de Foz Côa. Allí, durante dos días, pudo reconocer y fotografiar un buen número de conjuntos de grabados rupestres sobre las riberas del Côa. Ante el conflicto planteado por la construcción de una presa (que sin duda destruiría rápidamente todo vestigio prehistórico por debajo del nivel del río), y mas recientemente, por la publicación o interpretación de algunos intentos de datación absoluta promovidos por EDP, quería resumir mis impresiones en los siguientes puntos:

1. No tengo ninguna duda de la cronología Paleolítico superior (35.000-11.000 BP) de los conjuntos examinados en Noviembre de 1994, que al menos en dos casos coinciden con los que la EDP ha *intentado* fechar (Ribeira de Priscos y Penascosa). Más en concreto, y también por analogía estilística con el arte mobiliario e rupestre conocido en el S.O. de Europa (y fechado frecuentemente por C14 el primero y por C14-AMS em ambos casos en los últimos años), y a pesar del conocimiento aun muy sumario que tenemos de estos conjuntos del Côa, cabe expresar la alta probabilidad de que, en su mayor parte, correspondan a las fases estilísticas III y IV antiguo de las reconocidas por A. Leroi-Gourhan y normalmente empleadas en Europa occidental; por tanto, a una cronología situable entre 21.000 y 16.000 BP.

* Prof. titular de Prehistoria. Departamento de Ciencias Históricas. Universidad de Cantabria.

2. Los conjuntos rupestres de las riberas del río Cõa constituyen ya hoy, si quiera ou no, uno de los principales centros de arte rupestre paleolítico de Europa, de importancia no inferior a la de las concentraciones de conjuntos parietales en cuevas de los alrededores de Les Eyzies de Tayac y de Tarascon-sur-Ariège en Francia, o del centro de la provincia de Cantabria y de la cuenca asturiana del Nalón, en España. Esto es sencillamente así; y seguirá siéndolo tanto si se destruyen como si se preservan estos conjuntos del Cõa: la magnitud de los mismos y la existencia de una base documental -fotografía y video- relativamente pormenorizada en un buen número de universidades y centros de investigación de Prehistoria de todo el mundo garantiza el interés permanente que esta aglomeración de conjuntos al aire libre despierta, no solo entre los especialistas en sociedades paleolíticas sino entre los interesados en comprender lo que la especie humana es y representa.

3. De cara al conocimiento de las poblaciones de cazadores-recolectores paleolíticos del S.O. de Europa, la potencialidad de la investigación arqueológica de estos nuevos conjuntos -apenas iniciada- es inusitadamente amplia, y muy superior, hoy, a la que cabe esperar de esas otras aglomeraciones parietales europeas citadas (sobre las que se continúa investigando con intensidad creciente).

Como todo el mundo sabe, los conjuntos del Cõa y otros más limitados en España (los de Siega Verde en Salamanca y Domingo García en Segovia), siendo integrables sin la mas mínima duda entre la amplia serie de conjuntos parietales paleolíticos del S.O. de Europa, presentan sin embargo una serie de características peculiares en cuanto a situación y estructuración, técnicas aplicadas e incluso el sentido de algunos de los conjuntos (que frente a lo usual, son visibles a cierta distancia, a modo de marcadores territoriales más o menos destacados en el paisaje). De esta forma, la potencialidad de su investigación es enorme, sobre todo, en lo referido a estructuración y composición de los conjuntos, y al significado o papel jugado por los mismos.

Aparejada a las peculiaridades indicadas, estos conjuntos presentan otra particularidad, en este caso enojosa. Al ser al aire libre y estar afectados en muy superior medida que los conjuntos kársticos por todo tipo de agentes son mucho más difícilmente datables por los procedimientos usuales en arqueología prehistórica, incluyendo los físico-químicos de base radioactiva (C14 y C14 por acelerador esencialmente en cuanto que han dado ya resultados abundantes, coherentes y -en muchos casos, no siempre- aceptables). No es precisamente excluible, sin embargo, que la investigación arqueológica extensa de estos conjuntos permita datar alguno de ellos (quizá aparejado a contextos de habitación) de manera más contundente que no por mera analogía estilística.

4. En relación a los análisis efectuadas con vistas a la fechación de los grabados, desearía suscribir en su totalidad la excelente exposición, análisis y discusión realizada por J. Zilhão y A. M. Monge Soares como portavoces de los

arqueólogos portugueses («Report on the «Direct Dating Project» of the River Coa engravings (Portugal)»).

4a. La osadía y absoluto desconocimiento del tema que muestra R. G. Bednarik en su «análisis» estilístico de los grabados puede servir como indicador para calibrar sus conclusiones a partir de la microerosión de los grabados. Un procedimiento de datación apenas empleado en ningún sitio, absolutamente en estado experimental, desaconsejable -y de resultados poco menos que aleatorios- sobre la clase de rocas en que fueron realizados los grabados (que desde entonces, además, no han estado sometidos a condiciones de alteración precisamente estables en el tiempo).

4b. Los resultados de C14 y C14-AMS demuestran, en todo caso, que los grabados no son una falsificación reciente, pero en absoluto permiten descartar una cronología Paleolítico superior. Teniendo en cuenta las condiciones y agentes a que están expuestos esos grabados, la toma de muestras para su datación por esos procedimientos tan solo adquiere sentido en un contexto de confrontación con los intereses de la EDP. En ningún otro escenario se habrían tomado esas muestras, ni -en último término- se hubieran publicado, provocando intencionadamente una interpretación errónea y sensacionalista por parte de algunos medios de comunicación.

5. A título aun más personal querría añadir que a pesar de su muy escaso conocimiento por el momento, y la práctica ausencia de análisis arqueológicos publicados, los conjuntos rupestres del Cõa se han integrado ya, desde el curso 1994-1995, en la asignatura correspondiente de la Universidad de Cantabria, por la obviedad de su cronología y la claridad de su integración estilística, temática, técnica etc. en el arte del sudoeste europeo durante el Paleolítico superior.

Por su parte, todo el proceso de reconocimiento y salvaguarda de estos conjuntos rupestres, estrategias de la EDP, «expertos consultados» (en algún caso absolutamente desconocidos en medios académicos y científicos), interpretación (onírica en varios casos, especialmente la de R. G. Bednarik) de los análisis y resultados de datación «positiva», tratamiento periodístico del tema, y en la otra orilla, la postura de casi todos los arqueólogos portugueses, van a convertirse sin duda en los próximos años, en el caso más interesante y en el mejor ejemplo didáctico de pugna entre los intereses económicos y los culturales (con evidente repercusión económica también); de contrastación entre el sentido común y procedimientos de verificación no positivos (pero científicos al fin) de un lado, y la ciencia-ficción (o quizá ciencia-micción?) pseudo-positiva de otro. Estoy esperando en que las autoridades portuguesas concluyan felizmente este proceso, que por lo visto y leído hasta el presente, corre serio riesgo de convertirse en monumento, no ya a la ignorancia a estas alturas, sino a la estupidez y necedad humanas.

Santander, 5 de Septiembre de 1995

REFLEXIONES SOBRE EL CONJUNTO DE GRABADOS RUPESTRES DE FOZ CÔA

por

Antonio Beltrán*

Sirvan estas líneas para establecer una especie de declaración de principios dentro del marco de nuestra sociedad que está, con demasiada frecuencia, sometiendo los principios del humanismo y espíritu a la tiranía de razones económicas, políticas o de otra índole, incluso a la hora de manejar técnicas y de estudiar las consecuencias de la acción del hombre sobre la materia. Lo que llamamos “arte rupestre” o “prehistorica” es, en realidad, la expresión gráfica de las ideas de su tiempo y tal conducta sabemos por los últimos descubrimientos que se produjo de un modo regular y sistemático a partir del 40.000 BP con casos como el de varias estaciones australianas, la Border Cave en Kwazulu o la Apolo II en Namibia, que se confirman en Europa por las dataciones directas o indirectas de la cueva Chauvet en el Ardèche francés, hacia el 32.000 BP y algo después en Cosquer (Marsella) o El Salin (Cantabria, España).

Desde que se descubrió Altamira hace poco más de un siglo, tres generaciones de prehistoriadores han sentado de modo satisfactorio las bases de los serios estudios sobre arte rupestre. En los últimos años, descubrimientos espectaculares se multiplican y uno de los excepcionales es el de Foz Côa, en el norte de Portugal, el más importante yacimiento grabado al aire libre de toda Europa, complementado con los españoles de Siega Verde (Salamanca) y Domingo García (Segovia) que subrayan una gran novedad peninsular que estimamos única en lo que conocemos.

Pensamos que los 17 Km. de rocas grabadas del Côa, a los que hay que añadir Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta) sobre el Duero y los que forman un “santuario” o zona sacralizada en ambos ríos, presenta problemas y ofrece soluciones de alto interés científico no solo para la península sino para toda la Humanidad.

* Professor Catedrático Emérito da Universidade de Saragoça, Espanha.

Creemos, incluso después de conocer las recientes dataciones directas de varios técnicos, que los grabados cubren un espacio cultural de cerca de 30.000 años, que permiten penetrar en el misterioso mundo de las ideas desde el Paleolítico hasta la II Edad del Hierro, si, como suponemos, sobre la estación de ferrocarril de Cõa se grabó una figura de Anubis egipcio y un elenco de temas decorativos de la cerámica helenística o ibérica.

Descubrimientos de figuras semejantes, pintadas o grabadas, en abrigos o cuevas datadas con seguridad al estar cubiertas por estratos arqueológicos solutrenses (Cueva Ambrosio, en Almería; La Viña, en Asturias) y los numerosos, en parte inéditos del Sur de la Península, garantizan el carácter paleolítico de los grabados del Cõa y permiten postular un papel especial de Portugal, desde el Duero hasta Escoural, y de España, desde el Tajo a Andalucía y el Sudeste, en el origen y desarrollo del arte prehistórico, especialmente en el Paleolítico.

Por lo tanto, aparte de consideraciones político-sociales o económicas que no nos incumben, el conjunto del Cõa, desde el punto de vista científico, merece ser conservado, en su ambiente y sin desnaturalizarlo, sin duda dentro de un Parque Cultural que ayude al desarrollo de la zona y exige el estudio exhaustivo que el IPPAR ha acometido, archivo, fotografía, calco, vaciado, levantamiento topográfico, excavaciones arqueológicas, etc.

Esto sería así aunque los grabados no fueran paleolíticos sino de las culturas dominantes en los años 6.000, 3.000 o y 1.500 y aun posteriores, porque seguirían formando un impresionante conjunto, único en el mundo, junto con el, por desgracia, parcialmente anegado por el río Tajo entre Fratel y Herrera de Alcántara.

Pero creemos que son, en buena parte, paleolíticos a despecho de la negativa de los recientes estudios técnicos. La presencia de especies paleolíticas (por ejemplo *Equus Przewalsky*), y la semejanza y hasta identidad con muchos modelos lo hace evidente. Por otra parte el arte neolítico, eneolítico o del bronce, así como sus modos funerarios, religiosos, rituales y económicos (los conocemos perfectamente en la Península)¹ y no hay modo de insertar en ellos los grabados antiguos de Foz Cõa que nada tienen que ver con el esquematismo de las épocas citadas.

No importan los argumentos que se esgriman ni las técnicas que se aduzcan; es rotundamente imposible que los équidos, bovinos y caprinos de Foz Cõa y que se asignan a poblaciones de pastores, agricultores, ceramistas o metalúrgicos lo sean puesto que tienen diferentes modos de expresión en la Península.

¹ Para Portugal en el propio Congreso de Turín y después de redactado este escrito han presentado hallazgos paleolíticos en la zona del Cõa el prof. Zilhão y un amplio repertorio muy bien definido de los Neolíticos y posteriores, esquemáticos, la prof. Susana Oliveira Jorge.

No dudamos de la competencia de los técnicos citados ni de la bondad de los métodos usados; pero algo ha tenido que fallar para llegar a conclusiones inadmisibles, salvo que todos los prehistoriadores se hayan equivocado y deban rectificar de acuerdo con tales conclusiones, por otra parte divergentes entre sí, de los citados informes. Sería necesario comprobar si los análisis se han realizado sobre muestras adecuadas, materiales aptos, sedimentos no contemporáneos de los surcos, acciones recientes sobre ellos, etc.²

Por lo tanto, indudablemente de las decisiones que se tomen hay que proceder a inexcusables estudios exhaustivos.

Si las dataciones 6.000/3.500/1.500/tiempo actual fueran válidas nos hablaríamos ante un hecho excepcional sin precedentes; poblaciones de pastores-agricultores y metalúrgicos expresándose como cazadores o campesinos “inventando” un estilo paleolítico.

Toda prudencia sería poca, pero hay hechos inmutables y los trabajos de Breuil, Leroi-Gourhan, Almagro, Graziosi e todos nosotros, Nelson Rebanda, Mário Varela Gomes, Martinho Baptista, João Zilhão, Vítor Oliveira Jorge, Mila Abreu, entre los portugueses y un gran número de investigadores de todos los países en cuyo nombre puedo firmar esta nota merecen más respeto y consideración de los que reflejan algunos extremos de los informes citados.

² No puede afirmarse que una técnica es inaplicable sobre un tipo de roca y aplicarla, que puede ser efectiva en granitos y escusar su análisis por la distancia o falta de tiempo ni rechazar dataciones antiguas porque resultan poco congruentes con las que se desea obtener. No pueden admitirse como válidas conclusiones cuyo carácter experimental y sus riesgos se advierten. Ni otras declaraciones que no es necesario subrayar por su propia falta de apoyo.

O SANTUÁRIO DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA. DA POLÍTICA DOS ADIAMENTOS AO ESCÂNDALO DA DESINFORMAÇÃO*

por

Vítor Serrão**

Mau grado todas as vicissitudes ligadas às circunstâncias do seu achado, o acervo de petróglifos de arte pré-histórica a que se convencionou chamar o *Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa* não pode deixar de ser visto como a grande descoberta científica da História portuguesa recente. É incontestável a valia artística dos vastos conjuntos composicionais gravados há dezenas de milhar de anos que se distribuem, ao longo de dezassete quilómetros do rio Côa, nos afloramentos xistosos das suas margens, num percurso verdadeiramente excepcional de «arte de ar livre» datável da fase Solutrense-Magdalenense que, pela sua ancianidade e riqueza iconográfica, se impõe como um «*unicum*» no quadro da arte pré-histórica subsistente no planeta.

Perante esta fabulosa evidência, que coloca o nosso país no roteiro dos lugares mais expressivos da Europa com marca cultural do Paleolítico Superior, a única atitude consciente (e consequente) do Poder deveria ser a de potenciar todos os meios técnicos e humanos disponíveis para a salvaguarda desse espaço arqueológico e natural, fazendo parar de imediato as obras da barragem em curso, e movendo os passos legislativos para a classificação do sítio e para a sua consequente protecção.

Assim, caberia ao Estado português viabilizar — com o carácter de urgência que o assunto requer — as bases de uma Área de Paisagem Protegida, apta a congregar (como sucedeu em Val Camonica, com a equipa de Emmanuel Anati, e os resultados turísticos e científicos que se sabem) número considerável de postos de trabalho, na certeza de que um conjunto arqueológico como este será, durante muitas dezenas de anos, um laboratório vivo de métodos de pesquisas, de

* Publicado no jornal *Avante* de 14-09-95.

** Historiador de Arte.

escavações sistemáticas, de congressos regulares, etc., envolvendo toda a comunidade científica internacional.

Neste quadro, e quanto à EDP, como empresa responsável, caber-lhe-ia — ao invés de promover a desinformação, encomendando relatórios a geólogos fora da sua alçada de competência e, mais grave, divulgando-os sob forma incompleta e sensacionalista —, provar a oportunidade da construção de uma barragem no Côa: o que ainda não consta que tenha feito de forma irrecusável, quando se sabe até das ponderadas suspeitas sobre a inoportunidade do plano energético que advoga (ver Nuno Gomes da Silva, *Público*, 6-7-95).

Quanto ao IPPAR, entretanto, cumprir-lhe-ia dinamizar, com energias acrescidas e sem qualquer espécie de reservas ou de «conciliação» impossível entre gravuras e barragem (entendida sempre como grave desautorização da comunidade arqueológica nacional), o programa de estudo científico do santuário, fornecendo meios à equipa já designada para que avance no recenseamento dos xistos com composições gravadas e no estudo dos abrigos pintados da fase neolítica, e bem assim para as escavações em sítios da «entourage» do vale passíveis de fornecer dados de identificação cronológica mais precisos para o enquadramento sociocultural do conjunto.

Nove meses passados sobre a divulgação pública da descoberta, verifica-se que nenhuma destas linhas de conduta foi tomada a sério. Antes se moveram forças ocultas de obstaculização ao trabalho dos cientistas e de demagógica despromoção da descoberta — sempre em nome da incondicional construção da barragem, custe o que custar em termos de imagem exterior do País! Essas forças não se coíbem de recorrer a todos os meios para confundir a opinião pública: é o caso da forma sensacionalista como os relatórios dos geólogos Robert Bednarik, Ronald Dorn e Alan Watchman foram dados a conhecer (*Independente* de 7-7-95), sem informação prévia sobre os grandes limites dos métodos experimentais utilizados (o «optical stimulated luminescence» e a análise de microerosão) para se obterem datações directas, e sem um debate prévio que, ao menos, enquadrasse a possível falibilidade de resultados e a concatenação cruzada com outras metodologias recorrentes.

A falta de seriedade e o absurdo decorrentes do modo como tais relatórios foram impostos à opinião pública constitui, também, mais um sintoma de que o nosso país está ferido de doença incurável: de facto, Portugal vai perdendo a ritmo crescente a sua cidadania e a sua vitalidade de democracia participada e, com elas, a sua memória patrimonial e a sua corporalidade nacional. Depois, este esvaziamento identitário ocorre — brade-se! — com sorrisos de satisfação à mistura e «manifestações de alívio» (!) por parte de alguns políticos completamente irresponsáveis! Qualquer nação consciente e avisada não poderia deixar de considerar escandalosa a indiferença da sua estrutura governativa face a uma

descoberta como é o santuário paleolítico de Foz Côa. Aqui, porém, aproveita-se a arma da desinformação mais obsoleta e a demagogia mais podre para se atingirem fins inconfessáveis mas adivinháveis: em nome do economicismo, o depauperamento do traço patrimonial, base da identidade portuguesa!

A questão da cronologia é muito importante; ainda que as gravuras do Côa fossem, por hipótese académica, de data ligeiramente mais recente (como sucede com as 30.000 gravuras do santuário do vale do Tejo, que datam do Neolítico à Idade do Ferro, e foram submersas em 1974), a valia patrimonial do conjunto continuaria a recomendar, necessariamente, a devida protecção. A arte rupestre de Fratel — S. Romão (em cujos «levantamentos» aliás trabalhei em 1971-74) deveria servir de exemplo pertinente neste caso, por ser uma «história de insucesso da arqueologia portuguesa» em que os valores economicistas imperaram e em que, mais grave, o estudo arqueológico não se cumpriu dentro do limitado tempo que a construção da barragem do Fratel e demais circunstâncias impuseram. Também aí havia, de resto, «graffiti» de pastores, por vezes misturados com as próprias composições pré-históricas: por via disso, alguns pseudo-responsáveis de então chegaram a duvidar da ancianidade do acervo tagano (atribuindo-o mesmo, em delírio de interpretação, a obra dos trabalhadores que fizeram a instalação da via férrea!), até à definitiva identificação cronológica de Emmanuel Anati e demais comunidade arqueológica internacional...

De facto, no caso do Côa, qualquer estudioso minimamente informado sobre o tipo de representação artística gravada e pintada nos cerca de duzentos e cinquenta abrigos e grutas do Paleolítico Superior, identifica no desenho destes grandes animais associados (alguns deles desaparecidos da paisagem europeia depois da fase magdalenense) a mesma identidade cultural, o mesmo «estilo», o testemunho de um mesmo mundo de referências. De resto, a técnica de gravação por desbaste de ponteiro pétreo, segundo o método que se designa por litostíctico, não deixa lugar a dúvidas quanto à sua ancianidade, e não permite confusões com os «grafitos» que ali também existem (um deles datado de 1948), abertos por ponção metálico e com patinações bem diferenciadas.

Quero com isto dizer que o **método de análise estilística** é o mais indicado e veraz nestas circunstâncias, ainda que a conjugar, sempre, com outros dados de interrelação, fruto de escavações «in situ» e de cotejos iconográficos.

Enquanto Historiador de Arte, também eu me movo, desde há muitos anos, num terreno científico que tem metodologias afins: utilizamos como primeira via de datação aproximativa a análise estilística da peça particular, cruzando-a depois com a contraprova documental, a análise de laboratório e a contextualização histórico-sociológica. Nesse âmbito, tenho procedido a centenas de datações de obras de arte portuguesa dos séculos XV a XVIII, as quais, posso garanti-lo, são maioritariamente confirmadas em fase ulterior pelo recurso a métodos laboratoriais e/ou

arquivísticos.

Assim, nem sequer imagino que possa ser desautorizada a aferição cronológica de, por exemplo, uma pintura considerada do século XV e do período gótico, por qualquer pseudo-*connoisseur* que venha a terreno afirmar que a dita peça é, afinal, do século XVII e do período barroco! A «cultura de totalidades» em que a Ciência Histórica se baseia, com recurso a paralelos fidedignos e ao entrelaçar dinâmico da pulsação histórica nas suas diversíssimas componentes, assegura sempre uma margem de aproximação fidedigna na datação estilística (e o mesmo se passa, ainda que com acrescidas dificuldades, no terreno da arte pré-histórica). É evidentemente impensável que alguém se alce com sobrançeria junto da comunidade científica — sem o perigo de incorrer em eterno descrédito — para contestar a datação de uma igreja românica do século XII considerando que, afinal, ela é barroca e do século XVIII(!), ou de uma obra como os Painéis de S. Vicente, de Nuno Gonçalves (indiscutivelmente de cerca de 1470, mais ano menos ano...), considerando-a, por exemplo, já do século XVI...

É o mesmo que se passa com a pseudo-datação das gravuras do Côa: ainda que os resultados dos métodos de termoluminescência utilizados pelos geólogos chamados pela EDP apontassem para datas entre 1.700 (!?) e um máximo de 6 a 8.000 anos (relatório Bednarik), nunca esses dados poderiam ser vistos fora da margem de erro das metodologias experimentais, e muito menos desenquadrados da análise estilística do conjunto, do seu cotejo com uma realidade franco-cantábrica que é hoje bem conhecida, etc., etc. O que é evidente (e bem impiedoso) é o descrédito científico em que tais estudiosos incorrem, assim como quantos, ao abrigo de estruturas confortáveis, deram aval a esta verdadeira fraude de desinformação e de antimemória nacional.

A questão, no fim de contas, é tão simples e tão evidente quanto às soluções que se perfilam no horizonte, as quais não podem deixar de ser, apenas, estas:

1) Que se decupliquem os meios ao dispor da equipa de arqueólogos e geólogos responsáveis pelo estudo do Côa (e que inclui técnicos altamente qualificados como António Martinho Baptista, Mário Varela Gomes, Vítor Oliveira Jorge, João Zilhão, Monge Soares, Mila Simões de Abreu, etc.), de modo a que o levantamento científico dos petróglifos e as sondagens do espaço abrangido pelo santuário possam ser cumpridos de maneira mais acelerada e eficiente;

2) Que as autoridades responsáveis do Poder promovam (de modo a que se repita o que sucedeu em 1974 no vale do Tejo) a candidatura do sítio a Património Mundial/UNESCO, delimitando-o enquanto Área de Paisagem Protegida como valor arqueológico e natural, estancando as destruições, já ocorridas, promovendo a reflorestação do vale e a instalação em regime de permanência (seguindo o exemplo italiano de Vale Camonica) de um centro de investigação.

Nota final:

Este artigo, escrito em inícios de Julho aquando da saída na imprensa dos pseudo-relatórios sobre a cronologia das gravuras do vale do Côa que acima se analisam, não foi publicado no jornal a que se destinava.

Cumprir recordar que, entretanto, ocorreram três factos de significativa importância para a questão:

a) o Congresso Internacional de Arte Rupestre, em Turim, onde a excepcional validade dos petróglifos paleolíticos do Côa foi atestada pela comunidade científica;

b) a notícia das primeiras descobertas «contextuais» de objectos paleolíticos no leito do vale, atestado seguro da ancianidade vinte vezes milenária desse acervo artístico;

c) e a posição assumida pelo PCP, no seu Programa Eleitoral, com propostas concretas para a salvaguarda deste conjunto único do Património Cultural da Humanidade: «promoção urgente»... (p. 167) «da defesa do conjunto de arte rupestre do vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País».

É de referir que o PCP foi o único dos grandes partidos políticos nacionais a fazê-lo.

A DEFESA DO SANTUÁRIO DE ARTE RUPESTRE DO CÔA, IMPERATIVO CULTURAL DO POVO PORTUGUÊS*

por

Vítor Serrão**

1. Passando à margem de todo o processo de desinformação, de contra-informações de redutor sensacionalismo e de pura demagogia em que a gestão cavaquista envolveu a descoberta das gravuras do Côa, e que alimentou páginas e páginas da imprensa escrita e amplos tempos de antena da informação televisiva, o conjunto do *Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa* tem necessariamente de ser encarado como a magna descoberta científica da História portuguesa do nosso século.

Acima de um preocupante nível de mediocracia revelada quer por acéfalas paixões pró-barragistas quer, também, por mal equacionados «fundamentalismos patrimoniais» (pois de tudo existiu um pouco num percurso muitas vezes a resvalar para o não-senso...), o dado incontestável que reverte para o terreno da Ciência é o reconhecimento da excepcional valia artística dessas duas centenas de conjuntos composicionais gravados, desde há duas dezenas de milhar de anos, que se distribuem ao longo de vinte e três quilómetros do rio Côa e de algumas das ribeiras adjacentes nas plataformas dos afloramentos de xisto das suas margens. Trata-se de uma descoberta que transcende o âmbito nacional, que dignifica o esforço interdisciplinar de arqueólogos, etnógrafos, historiadores de arte, geólogos, e também de autarcas, deputados, professores, estudantes e a opinião pública esclarecida no seu conjunto, movidos pela preservação de um sítio e pelo repúdio da barbárie, que congregou neste caso, como sempre, as forças mais reaccionárias da sociedade portuguesa.

A defesa dos valores essenciais de uma cultura específica transcende sempre os limites partidários e as fronteiras de um país. Não é propriedade da Esquerda, com frontalidade o reconhecemos, mas é à Esquerda, efectivamente, que a consciência deste combate melhor se equaciona com códigos indissolúveis da instância social.

* Texto a publicar na revista *Cadernos de Intervenção*, 1, 1996.

** Historiador de arte. Professor da FLUL.

Convém não esquecer, quinze meses passados sobre o seu anúncio público, as atitudes mais do que dúbias da anterior gestão do IPPAR face à descoberta, os relatórios de arqueólogos perdidos no pó das gavetas do poder do PSD, os esforços de maquiavélica desinformação promovidos pelo ex-ministro Mira Amaral e outros sectores da governação cavaquista, a larga acção de demagogia concertada promovida por alguns sectores da EDP junto dos «media» no sentido da desvalorização dos achados arqueológicos (através dos pseudo-«científicos» relatórios Bednarik e Watchman, alvo de total descrédito), etc., etc.

A batalha parece, para já, ganha: nasceu e autonomizou-se, no seio do nável Ministro da Cultura, o Instituto Português de Arqueologia, velho anseio dos técnicos de sector, articulam-se os princípios de candidatura do santuário pré-histórico a Património Mundial junto das instâncias da UNESCO, surgem alternativas credíveis à barragem no vale do Sabor (com funções idênticas de armazenamento de água), esquematizam-se acções concretas para o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa com princípios orientadores que, convém recordar, correspondem aos que o P.C.P. já antes esboçara como necessidade premente para uma tão depauperada região carecida de infraestruturas como é esta da raia beirã-transmontana, e que apontam à criação/manutenção de postos de trabalho, dignificação de populações desde sempre alvo de «tratamento de segunda», etc, etc.

A este nível, e só a este, se pode falar com propriedade de *compatibilização*: o Património Cultural não é um reservatório de coisas mortas, antes e sempre (ao contrário do que defendeu a incultura cavaquista) reservatório de *memórias essenciais* e *factor de progresso e desenvolvimento do nosso povo*.

2. A arte rupestre do Côa — e falamos com conhecimento de causa, já que tivemos o privilégio de integrar algumas das duríssimas campanhas de reconhecimento e registo das gravuras, orientadas pelos arqueólogos António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes — assume apetências e contornos de Património Mundial. Atrevemo-nos mesmo a afirmar que, desde 1882 (com a ocasional descoberta dos Painéis de São Vicente, de Nuno Gonçalves, uma das obras-primas da arte europeia do *Quattrocento*), não mais ocorrera neste país um achamento tão relevante da nossa memória patrimonial como é o conjunto de petróglifos do Côa!

O verdadeiro milagre concentra-se no carácter *sagrado* de um vale que, durante milhares de anos, se preservou íntegro, guardando em si o valor simbólico de sucessivas gerações de caçadores-recolectores, de sociedades de agricultores, pescadores e camponeses, de ocasionais viajantes fluviais, todos eles respeitando o sentido identitário e cultural de um espaço sempre entendido na globalidade dos seus valores orográficos, paisagísticos e de transcendência religiosa. Por isso que o contexto excepcional desse conjunto de «arte de ar livre», datável numa primeira fase da época solutrense-magdalénense, foi sempre entendido como *lugar sagrado*, e mereceu a

atenção comovida de gerações cíclicas que prosseguiram o hábito de gravações nas plataformas roqueiras, tanto na Idade do Ferro como mesmo em «tempos históricos» — vejam-se as Custódias em louvor do Santíssimo Sacramento, algumas delas datadas (1630, 1641, 1697, etc.) que enriquecem o núcleo da Canada do Inferno e da Penascosa e que devem ser entendidos como uma *devolução cristológica* ao sentido cultural de um indiscutido espaço de características heliofânicas) —, sem esquecer outras de cronologia mais recente («graffiti» de pescadores e de pastores) que, longe de adulterarem o espírito do lugar, melhor acentuam esse eterno sentido de cultuação dos elementos naturais.

É por tudo isto que o património artístico do Côa se não esgota nas gravuras paleolíticas que encerra, e se estende, afinal, à majestosa grandiloquência desse vale que as vicissitudes do tempo e dos homens preservaram incólume até ao arranque das obras da EDP com a polémica barragem. Não fazia sentido, pois, qualquer «terceira via» de compatibilização entre o que é incompatível, sem falar já no escândalo que seria a mutilação e transposição de alguns dos espécimes gravados (como propunha o plano Mira Amaral), e se impunha portanto uma firme acção do Estado (entendido a este nível como um servidor do produto cultural) no sentido da firme preservação do complexo rupestre.

Os comunistas portugueses, em conformidade com os seus princípios de sempre, à luz do conceito alargado que têm de *acção cultural como factor determinante de transformação* e de uma avaliação sobre o que entendem ser a defesa intransigente dos valores memoriais e identitários do nosso povo, assumiram este debate como imperativo nacional contra a mediocracia, inscrevendo no seu programa eleitoral propostas concretas para a salvaguarda deste conjunto único do Património da Humanidade. Recorde-se o que se diz no Programa Eleitoral do P.C.P.: «promoção urgente (...) da defesa do conjunto de arte rupestre do vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País».

3. É da maior importância lembrar que o complexo rupestre e natural do Côa se impõe como um *unicum* no quadro da arte pré-histórica subsistente no planeta. Assim, cabe ao Estado português avançar para além das boas intenções corajosamente expostas e viabilizar as bases de uma Área de Paisagem Protegida que esteja apta a unificar (como sucedeu no complexo de arte rupestre italiana de Vale Camonica, com os resultados de desenvolvimento que se conhecem) pesquisa científica, dinamização regional, promoção turística e preservação ambiental, abrindo-se número considerável de postos de trabalho, na certeza de que um conjunto arqueológico como este será, durante muitos anos, laboratório vivo de métodos de pesquisas sem fim, escavações sistemáticas, congressos regulares para a comunidade arqueológica internacional,

num processo que, no fim de contas, envolve e dinamiza toda a comunidade e, em primeira instância, toda a região.

A contemplação de um painel como a grande rocha com equídeos associados de estilo sub-naturalista da foz da ribeira de Piscos, uma das mais celebradas gravuras da arte do Côa, revela-nos por si só como, ao valor intrínseco do sítio como estaleiro arqueológico paleolítico, se associa o da exemplar qualidade estilística dos artistas-pastores de há 20.000 anos, facto que nos transporta para o terreno da mais afectiva, sensual e operante História da Arte — testemunho de um mundo de referências ideologicamente comprometidas com modos de vivência onde práticas mágicas, rituais de culturação holiofânica e crenças na força dos elementos vitais se entrecruzam. As pinturas e gravuras da recém-descoberta Gruta paleolítica de Chauvet (e lembremos, a propósito, que na imprensa francesa nem um grão de polémica sobre a sua autenticidade transpareceu) constituem um paralelo crono-estilístico para o conjunto do Côa onde a técnica de gravação por desbaste de ponteiro pétreo segundo o método litostáltico não deixa lugar a dúvidas quanto à sua ancianidade.

O «DRAMA» DA ÁGUA, MALTHUS E O CLUBE DE ROMA

por

Nuno Ribeiro da Silva

Nos anos mais recentes os problemas ligados à água têm vindo a «transvasar» para a comunicação social e a opinião pública em geral.

Naturalmente que a questão da água e da sua gestão há muito que é discutida pelos especialistas e profissionais da matéria nos *fora* profissionais. Um conjunto de factores levou recentemente a este «baldear» para fora dos gabinetes dos técnicos, hipersensibilizando os cidadãos para o problema da alegada escassez de água e da sua qualidade.

A esfera política responde a esta «preocupação popular» começando a pronunciar-se sobre a matéria e a agendar pontos relativos à água em Conselhos de Ministros e em reuniões internacionais.

A discussão sobre a gestão de água não é nova.

Diria que é tão antiga como o Homem...

Obviamente que nos sítios onde a escassez é maior, o debate tem mais tradição e a «necessidade aguçou os engenhos» mais cedo.

Porque este pico no debate sobre o assunto?

Será que existem condições objectivas estruturalmente diferentes às da década de 80, por exemplo, onde o tema da água não alcançou a projecção pública de agora?

Curiosamente as populações são mais sensíveis à «falta de água» do que à qualidade dos recursos hídricos. No entanto, o que se poderá dizer é que a grande mudança objectiva e sensível que se vem fazendo sentir, pelo menos na última década, é a da degradação qualitativa dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos.

Claro que é sabido que a qualidade e quantidade têm forte correlação e que os últimos anos têm sido anos de precipitação anormalmente baixa. Mas, quantos «ciclos de seca» não tem havido nas últimas décadas?

O outro dado sensível para animar a atenção da opinião pública tem sido o célebre Plano Hidrológico Espanhol (PHE). Aqui está uma boa razão para o

problema da «falta de água» ter ganho novo protagonismo, pelo menos no nosso País.

Mas, esta febre não é só portuguesa e diz-se agora que é um drama de todo o sul da Europa, que passa a exigir a solidariedade do norte verde. Até já se reproduzem notícias sobre a escassez (!?) de água nas Ilhas Britânicas e a estabilidade de regiões como a Bacia do Mediterrâneo, o Médio Oriente, etc. depender da garantia de soluções políticas equilibradas sobre a água. Como se há milhares de anos este tema não fosse já alvo de negociações e disputas naquelas regiões e, em Portugal, não se tivesse verificado muito mais mortes e brigas pela partilha da água do que aquelas que hoje se verificam.

Isto para dizer que a crise actual me faz lembrar quando o célebre Malthus, há alguns séculos, profetizou que o mundo iria acabar porque a terra era escassa para produzir os alimentos necessários para alimentar a população em crescimento acelerado. Esqueceu-se obviamente da «revolução verde» e do progresso tecnológico que levou recentemente os países da União Europeia a terem de diminuir compulsivamente as áreas agricultadas...

Ou, mais recentemente, nos anos 70 o célebre relatório Meadows ou do Clube de Roma que profetizou também que o petróleo «acabaria» lá para 1995... Também aqui, apesar do consumo ter aumentado significativamente no Mundo, as reservas hoje existentes são maiores do que em 1970 e o preço real está ao nível do que antecedeu o primeiro choque petrolífero.

Sem dúvida que o referido relatório constituiu um dos ingredientes que levaram à histeria do esgotamento dos recursos e ao consequente salto nos preços do petróleo em 1973. Meadows e a sua equipa mais uma vez descuraram o potencial criativo do Homem no plano tecnológico e... *o fabuloso jazigo de poupança possível de obter se se tiver algum cuidado com o evitar dos desperdícios.*

Era aqui que queria chegar. Quando se fala na «calamidade da falta de água» não se ouve dizer que o desperdício é muito superior ao recurso útil efectivamente usado para satisfazer as múltiplas necessidades humanas a que a água acode.

Já vimos este filme. A situação é empolada e feito um «bom cozinhado» de dramatismo que leva à conclusão aparentemente óbvia que urge fazer mais barragens, transvases, canais, bombagens, tubos e redes. *A gestão do desperdício é o parente pobre deste debate, sendo a característica mais marcante do sector.*

São necessárias algumas obras e infraestruturas, acordos e compromissos políticos mas, não se esqueça o essencial: a racionalização e o combate ao desperdício.

Estive envolvido nas discussões do PHE enquanto deputado e ouvi um colega das Cortes espanholas, representante da Andaluzia, dizer que a situação era dramática no seu país. É que os agricultores só acham que as laranjeiras estão regadas se virem uma «lâmina de água» a toda a extensão do terreno, ensopan-

do-o... Trata-se de gente menos inteligente que os agricultores israelitas, por exemplo, que fazem a rega gota-a-gota?

E que dizer do uso de água potável, que se perde desde logo em cerca de 1/3 entre a captação e o local de consumo, para regar jardins, lavar ruas ou inundar as hortas?

Hoje produz-se a mesma unidade de riqueza com menos 30% a 40% da energia que era necessária em 1970, tira-se o petróleo do mar a profundidades para além dos dois mil metros e os poços já não se consideram esgotados após recuperar 15% do petróleo contido.

Nos recursos hídricos o potencial de racionalização do seu uso é incommensuravelmente mais vasto do que a situação de desperdício de energia que os anos 70 evidenciavam.

Talvez ainda não seja desta que o Mundo acaba...

Outubro 95

UM PATRIMÓNIO PARA A NOSSA VIDA*

por

Augusto Santos Silva**

A decisão do governo sobre Foz Côa foi oportuna, corajosa e coerente. Para trás fica, convém recordá-lo, uma triste e longa história de estudos de impacto ambiental mal realizados, descobertas arqueológicas escondidas, desprezo soberano pela melhor zona de produção de vinho do Porto, demissão absoluta do IPPAR e da Secretaria de Estado da Cultura, chantagem política conduzida por um ministro que brandia imaginários custos astronómicos, aliciamento de investigadores pouco escrupulosos, e a suspensão fingida de obras, que, de facto, continuavam a bom ritmo. Perdemos 19 milhões de contos. Convém não esquecer quem foram os responsáveis por essa perda.

Da discussão pública havida, e que não está ainda fechada, podem retirar-se dois ou três resultados: de uma banda, o valor patrimonial único das gravuras rupestres, que pede estudo, salvaguarda e usufruto temperado; da outra banda, o escasso interesse da barragem projectada para a produção eléctrica propriamente dita, e o seu interesse estratégico, do ponto de vista do armazenamento de água e da regulação da sequência de barragens do Douro. Deveria considerar-se ainda, num plano mais geral, se a grande barragem ainda é, hoje, o meio óptimo para esse ponto de vista. Mas, com essa ressalva, percebe-se a coerência da decisão governamental, quando à suspensão de Foz Côa, articular a antecipação do projecto do Sabor. Além do mais, esta antecipação permite transferir contratos e minorar, assim, alguns custos.

Compreendo a imediata chamada de atenção de alguns ambientalistas e arqueólogos: também o Sabor tem valor ambiental e patrimonial, que deve ser integrado na nossa decisão. Não compreendo, porém, o tom que alguns adoptam, reivindicando, explícita ou implicitamente, um quase direito de veto. E creio que

* Publicado no jornal *Público* de 16-11-95.

** Sociólogo. Professor da Faculdade de Economia da U.P.

é urgente pensarmos em conjunto sobre isso, sob pena de resvalarmos para posições inconciliáveis.

O património natural e edificado é um elemento básico da nossa vida em comum. Traça uma herança natural que temos o dever de respeitar e transmitir às gerações futuras; e contém recursos e condições indispensáveis à estruturação sustentada da nossa organização social, seja ela económica, material ou cultural.

Ora, como legado, o património é sempre construído e permanentemente reconstruído. Não é uma espécie de marca original inalterada e, por isso, inalterável. É uma sucessão de usos humanos do meio natural e social, e de valorações desses usos. O que definimos hoje como valor patrimonial não é o mesmo que definíamos noutras épocas. E o que valorizamos hoje como referência patrimonial — por exemplo, um sítio monumental — é o resultado de múltiplas e, muitas vezes, contrárias intervenções humanas. Não vejo, pois, como haveremos de pensar produtivamente, em matéria de conservação e salvaguarda, se teirmos em procurar autenticidades e primordialidades imaginárias.

Como quadro de condições, no duplo sentido da palavra — limites e recursos —, o património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento. Ele não está lá por estar, ou por ser um sagrado intocável. Ele está cá, no meio de nós, das nossas necessidades e dos nossos projectos, porque precisamos dele para umas e para outros: precisamos de referências paisagísticas, monumentais e culturais que alimentam a nossa própria construção de paisagens, de monumentos e de cultura; precisamos dos nossos recursos naturais e sócio-históricos, porque, sem eles, não conseguimos nem ordenar o nosso território, nem potenciar meios próprios de riqueza, nem endogeneizar, equilibrar e sustentar o nosso desenvolvimento.

Mas, então, não podemos fazer do património uma coisa; e não podemos fazer dele uma coisa intocável. Não é uma «coisa», seja um vale, um estuário, um edifício, uma ruína, um vestígio, uma maneira de tecer, uma rotina, etc. É uma criação e um recurso de pessoas, em diálogo umas com as outras e todas com a natureza, e as gerações umas com as outras, e todos com as respectivas marcas de identidade, pertença e comunhão; mas uma criação complexa, mutável, e que deve ser valorada por relação com o valor das pessoas, não contra elas. Por conseguinte, não se trata de um intocável, mas, ao contrário, de algo que pode e deve ser usado e potenciado nos projectos de construção dos nossos futuros — e por aí, assim mesmo, valorizado.

A atitude extremamente conservacionista, em matéria patrimonial e ambiental, parece-me esquecer todos estes elementos da discussão. Nas suas versões mais fechadas, faz do património quase uma maldição dos mortos sobre os vivos, ou da Terra sobre os homens.

Não tocar, não mexer, não destruir, não alterar, em nenhuma circunstância, parecem-me emblemas a bem dizer reaccionários, que fingem desconhecer, primeiro, que o que apreciamos hoje como património e ambiente é já o resultado de muitas apropriações, manipulações e recriações passadas; segundo, que património nosso são também as pessoas, as suas vidas e necessidades quotidianas, e a sua capacidade de imaginar e construir futuros; terceiro, que é possível combinar os dois compromissos básicos na salvaguarda, salvaguardar para transmitir e salvaguardar para usufruir sustentadamente, e para isso é preciso sermos selectivos, rigorosos e abertos.

Selectivos, porque não podemos conservar tudo, e haveremos de conservar testemunhos e enquadramentos bastantes para que a maior diversidade de marcas do passado sejam acessíveis ao nosso futuro. Rigorosos, porque deveremos defender com firmeza as marcas escolhidas, protegendo-as da rapina e da destruição, as quais, como se sabe, tanto provêm do abandono aos interesses imediatos como do abandono das coisas formalmente protegidas e vedadas, mas nunca cuidadas nem usufruídas. Abertos, porque o património existe para que nós possamos viver hoje, convivendo com ele, e há-de, portanto, fazer-se com que as políticas de preservação sejam ao mesmo tempo políticas de usufruto, não necessariamente massivo, porque as estações não aguentam geralmente muita pressão turística, mas disponível, temperadamente, ao usufruto dos cidadãos, sem discriminação de condição.

Tudo indica que Foz Côa seja um desses casos em que as duas dimensões do património, como legado e como oportunidade, se combinam com rara felicidade. Podemos fazer do belo vale das gravuras um lugar de protecção da nossa própria civilização, de valorização das nossas próprias coisas, e de usufruto temperado delas. Agora, que a suspensão está decidida, com os custos que se conhecem, quer financeiros, quer sociais, é preciso avançar com determinação e celeridade. Se o Ippar não parece em condições de responder, encontrem-se soluções de emergência, formas de mobilização e organização «ad hoc». Pense-se já articuladamente a investigação arqueológica e a fundação do Parque. Desenvolva-se a campanha internacional de recolha de apoios para a salvaguarda de um património que é mundial. Tenha-se o sentido do tempo, das oportunidades.

Quanto ao Sabor, evitem-se os erros e perversões passadas. Façam-se os estudos de prospecção e impacto ambiental, com honestidade e seriedade intelectual. Definam-se rapidamente as situações problemáticas e os interesses a concertar. Mas, por favor, amigos patrimonialistas, não se coloquem de fora dos nossos problemas económicos e sociais, como se falassem em nome de exigências primeiras que não tivessem de confrontar-se com mais nenhuma. Lembrem-se, por exemplo, amigos ecologistas, que na semana passada passearam com o Sr. Presidente da República pelo mesmo campo de tiro militar, em Alcochete, que há

anos contestaram por pôr em perigo a vida selvagem no Tejo e agora celebram como barreira à especulação urbanística.

O desafio, o nosso desafio comum, é este: pensemos articuladamente o que tem de ser pensado articuladamente: património, ambiente, ordenamento e desenvolvimento. Assumamos o que deve ser assumido: as pessoas, e não as coisas, é que estão no centro de tudo. Disso é que precisamos: de defender, com toda a energia, e usufruir, com todo o afecto, um património que sirva para a nossa vida.

O CÔA E AS «LETRAS»*

por

Vítor Oliveira Jorge

Há dias, na sua habitual crónica do suplemento «Leituras» do jornal *Público* (11.11.95), Eduardo Prado Coelho, autor que muito admiro, pelo estímulo que sempre para mim constituíu lê-lo (independentemente de estar ou não de acordo com ele), referia-se finalmente à questão de Foz Côa. Mais vale tarde do que nunca! De facto, uma das minhas perplexidades neste caso, que «dura» há um ano na opinião pública, é o facto da «inteligência» nacional não se ter apercebido, cedo, de que não estávamos aqui perante uma questão pontual, de arqueólogos *versus* técnicos de barragens (ou de como se queira colocar simplisticamente o caso), mas diante de um **problema estrutural da sociedade contemporânea** (e não só portuguesa), que tem a ver com a função da chamada «Cultura» e também, logicamente, com a do papel das chamadas «Faculdades de Letras». Se algum «escândalo» senti durante todo este conturbado processo, foi o do silêncio perturbante da maioria dos nossos «intelectuais» e «artistas». Assim, tem sentido abordar brevemente o tema neste *Boletim*, precisamente no momento em que a nossa Faculdade inaugura o seu edifício definitivo e os seus elementos (docentes e discentes) reúnem numerosas vezes em «grupos de reflexão» para tentar equacionar o futuro da Escola e o seu lugar na sociedade.

Desenganem-se desde já os que pensam que vou brandir o estafado argumento dos valores «humanísticos» contra os da «tecnocracia dominante». Tal dicotomia não tem, a meu ver, qualquer sentido. Opor, como sugere E.P.C., uma perspectiva meramente tecnocrática da «modernização», a outra em que as lógicas «sociais» e «culturais» seriam tomadas em conta, pode redundar, afinal, na defesa do «supérfluo» como valor «incalculável». O que as gravuras de Foz Côa repre-

* Publicado como «Editorial» do *Boletim* da Faculdade de Letras do Porto, nº 1, Dezembro de 1995. Trata-se, pois, de um texto necessariamente esquemático e breve na abordagem de complexos problemas que aflora. V., por exemplo, "Les Nouveaux Maîtres du Monde", Paris, Le Monde Diplomatique, Nov. 1995, "Manière de Voir" 28 (caderno temático que trata de como os grandes grupos financeiros e os meios de comunicações de massa tomaram conta do mundo).

sentam seria, em última análise, radicalmente **inútil**, e aí residiria a sua importância. Salvo erro, já há anos E.P.C. veio defender algo de análogo para as Faculdades de Letras: o saber que nelas se produz e veicula seria, numa lógica puramente economicista, meramente supérfluo, mas aí residiria precisamente o seu valor acrescentado. Há coisas «do coração», como a literatura, a arte, a memória, que não se podem medir numa lógica estritamente racionalista de «produtos vendáveis», pois que escapam definitivamente à lógica do lucro que rege o mundo, lógica implacável que chega hoje aos seus mais afastados recantos.

Penso, ao contrário, que não há «mais qualquer coisa» para além do mercado. Simplificando a realidade, creio que o que permeia o mundo contemporâneo — quer gostemos ou não — é o dinheiro, a sua lógica totalizante. Reconheço-o sem ressentimento nem nostalgia. Se me é permitida a expressão, diria que, hoje, a realidade está toda «facturizada», e que a gestão (de coisas, de pessoas, de informação, de sentimentos e valores) formata o nosso universo mental, sendo ilusório agarrarmo-nos a qualquer «resíduo» que idealmente pudesse escapar à globalização e fechamento de tal lógica. A «Cultura» não é uma qualquer ilha de um qualquer Robinson Crusoé. Ou se impõe como um recurso, um recurso fundamental de desenvolvimento, ou está condenada ao gheto das «gentes remotas» ou dos «povos primitivos em extinção». Pois não são esses, também já, um produto turístico, com as suas «tabelas de preços» próprias?

As «ciências sociais e humanas» preparam pessoas incrivelmente mais adaptadas à mudança e à lógica movente do mercado global do que as tecnologias tradicionais, sedimentadas muitas vezes em saberes que rapidamente se tornam obsoletos. A «ciência» ensinada em muitas Faculdades é, com o devido respeito, profundamente estúpida, porque canaliza as mentes para um raciocínio linear baseado em «jogos de racionalidade» extremamente simplificados, mesmo que enroupados num forte aparato matemático, ou numa teia de conceitos e cálculos que se apresentam ao exterior como um edifício imbatível. A maior parte das pessoas assim «formatadas» (para utilizar um «calão» da informática) têm muita dificuldade de passar para outro «programa»; ora, os grandes cientistas sempre foram, precisamente, aqueles que deram o salto para fora dos constrangimentos da sua formação de base. Na ciência ou na arte, só nos surpreendem aqueles que nos abrem novos horizontes mentais — e são esses horizontes, hoje, os que se vendem, porque fomentam novas políticas, novas actuações, novos comportamentos interactivos, numa palavra, novos produtos para o mercado.

A dificuldade de perceber que o rio Côa, com as suas gravuras, é, de facto, «espectacular», que constitui um dos bens mais rentáveis, a prazo, do nosso território, é a mesma daqueles que não entendem que, numa economia global, num universo interdependente, o que importa é uma nova educação para o aproveitamento integrado e partilhado dos recursos, e não a autarcia bacoca dos

que só vislumbram a sua pequena horta e a manutenção dos seus hábitos de pensamento e de acção. A vitória da «questão Côa» não será a de um grupo corporativo contra outro, ou a de valores humanísticos contra valores tecnocráticos. É a vitória, absolutamente histórica, de uma visão relacional, aberta, do mundo, contra a perspectiva provinciana das soluções mais imeditas, mais simples, mais «óbvias», validadas pelo hábito dos «Robinsons Crusoés» que, de tanto se terem de adaptar às suas pequenas ilhas, perderam a esperança (ou se quisermos, a capacidade de imaginação) de verem surgir um veleiro do mar.

Meus amigos: creio que é por esta via que nos podemos orgulhar de ser «das Letras». Somos utilíssimos desde que ousemos ser parceiros da construção do país, coprodutores de uma realidade comum, membros de um diálogo e de uma gestão em que **diferentes culturas** disputam o jogo de poder decidir sobre o que é melhor para todos nós.

CULTURA, ARQUEOLOGIA, E ALGO MAIS: UM DESAFIO PARA UMA POLÍTICA TRANSVERSAL

por

Vítor Oliveira Jorge

Vivemos numa sociedade compartimentada em saberes e especialidades. Falando constantemente de interdisciplinaridade e mesmo de transdisciplinaridade, na prática cada um trata de desenvolver o que aprendeu e, se não se acautela, acaba encapsulado numa série de hábitos mentais e de técnicas de actuação que o isolam dos outros e do conjunto da sociedade. A Universidade e o sistema de ensino não fazem senão perpetuar este estado de coisas, quase inevitável no complexo mundo contemporâneo.

Esse mesmo quadro reflecte-se, necessariamente, no aparelho de estado e na organização dos governos. É difícil evitar que, em diferentes ministérios e secretarias de Estado, se criem estruturas e mecanismos de acção que se sobrepõem (quando não se atropelam ou contradizem) nos projectos e na execução destes. Como evitar esse perigo de «autismo» para que somos conduzidos pelo próprio enquadramento do sistema, mau grado a vontade dos agentes e a sua profissão de fé na transversalidade das políticas? Fórmulas mágicas ninguém as possui, decerto, nem é fácil encontrar o ponto de equilíbrio entre a prática do imprescindível diálogo e a urgência da actuação, que se não compadece com delongas.

Vivemos num contexto em que a rede de informações em que nos situamos e a antecipação das decisões e sua implementação são fulcrais. A palavra-chave, se há alguma, não é já o saber, mas a gestão. E a gestão, para caricaturalmente dar o exemplo das operações da Bolsa, implica a rapidez dos lances, numa mesa de jogo com infinitas variáveis. A gestão, repito, permeia todo o «real» em que nos movemos, real esse sobre o qual, de tão complexo que é, ninguém tem uma visão de conjunto. Isto é, ninguém pode ter, à partida, certeza de que vai ganhar, precisando de gerir uma permanente situação de risco. O nosso paradigma não é já o da «verdade», mas o da simulação (no sentido que se usa em informática). A prática da experimentação e da argumentação não se processam em situação de (ilusório) vaso fechado, como numa discussão académica ou num laboratório, mas

«contra» a pressão do tempo e das diferentes forças sociais, forças essas que, no limite, são indivíduos, cada um com a sua própria estratégia de afirmação pessoal.

Se a prática da multidisciplinaridade e da transversalidade, se a horizontalidade de visão e de actuação são já difíceis em pequenas comunidades, dada a compartimentação do sistema e a especialização que exige, muito mais árduas se tornam ao nível global do Estado e da resistência (activa ou passiva) das instituições, onde a simples palavra «mudança» faz sorrir ironicamente os «homens do aparelho», especialistas, precisamente, na armadilhagem do sistema para manterem as suas prerrogativas. O topo dos órgãos de decisão tende assim a «refrescar-se» ciclicamente com protagonistas mais ou menos bem intencionados, mais ou menos esclarecidos, que alimentam a voracidade dos «media», enquanto nos «andares» inferiores todo um formigueiro de funcionários trabalha, com a eficácia e a capacidade de reprodução dos insectos, para a manutenção da mega-estrutura de que se alimentam e que os alimenta.

O cepticismo popular em relação aos «políticos» vem daqui: da intuição magnífica de que a agitação da superfície é apenas a rodagem de palco de um cenário em que a maior parte da população (incluindo os «criadores» desencantados) está ali, apenas, para ver.

O que acabo de dizer são lugares-comuns, bem conhecidos de todos; mas é precisamente característica do mundo contemporâneo a aproximação do senso comum e do pensamento reflexivo, abandonando a ilusória autoridade de uma «ciência» que se comprazia no achamento da «verdade» sob a ilusória aparência do saber corrente. Este, moldado permanentemente na e pela acção, foi o que permitiu aos indivíduos e às sociedades movimentarem-se e realizarem-se no palco concreto da vida. Cada vez mais, hoje; o que parece, de facto, é; porque «passa a ser» a partir do momento em que «aparece».

Vejamos, para dar um exemplo específico, o caso da Arqueologia, tradicionalmente incluída na esfera dita da «Cultura» (na Fundação Gulbenkian, por exemplo, onde também existe um «Serviço de Ciência», a Arqueologia depende do «Serviço de Belas-Artes»). Só é possível evitar a degradação a que chegou no nosso país — de que os clamorosos casos de Foz Côa ou dos «caçadores de tesouros» subaquáticos são exemplo — considerando o chamado «património arqueológico» (entre outro) como um recurso de desenvolvimento. Tal como as florestas, a água ou o petróleo, por ex., esse recurso é finito, permanentemente ameaçado e destruído, tendo portanto de ser gerido, adentro de uma estratégia concertada de planeamento e ordenamento do território.

Mas para que serve esse recurso, se quisermos, «cultural»? Só poderemos chegar a uma resposta clara se entendermos a «Cultura» como uma envolvente (uma característica intrínseca da nossa espécie, e portanto algo que todos os cidadãos possuem), algo de substancial ao ser humano, e não apenas como um

fenómeno «especializado», quer se trate da «cultura de elites» (exposições, ópera, ciência, etc.) ou de «massas» (mega-concertos, futebol, televisão, etc.).

A Arqueologia não trata do passado. O passado passou, já lá vai, que faça boa viagem. A Arqueologia trata de «acidentes» da paisagem que nos são contemporâneos, e que precisamos que «façam sentido», quer os atribuamos aos «mouros» (cultura dita «popular»), quer a outras entidades quaisquer, com designações mais ou menos eruditas.

A Arqueologia, como a História, como qualquer fenómeno de memória, trata do presente, isto é, da ideia, necessariamente actual, que fazemos daquilo que aconteceu, no mundo que nos envolve, antes de nós. A memória tem a ver com as formas de simbolização do que «já fomos». Não se trata pois de, através de «vestígios», re-apresentarmos o passado, tal como ele existiu, aos olhos maravilhados dos nossos contemporâneos. Não se trata de «reconstituir» rigorosamente nada. Trata-se de **construir uma imagem verosímil** do que se passou aqui, necessariamente plural, validada por diferentes públicos. Tais imagens não podem ser só transmitidas em livros ou noutros suportes de informação mais modernos. Têm de poder ser consumidas «in loco», pelos próprios utentes do território, ou seja, por todos nós. Os «bens» arqueológicos ou são percebidos como um recurso corrente, de primeira necessidade, porque sem eles a paisagem perde qualidade e transforma-se num deserto amnésico, monótono e triste, ou não terão qualquer hipótese de defesa face às pressões do desenvolvimentismo tecnocrático.

A Arqueologia não é passado, mas, sim, matéria-prima de uma das **indústrias culturais** do futuro. Mas, para que assim seja, os recursos arqueológicos não podem ser abandonados ou estar a saque; não podem ser um ornamento. Mas não podem também ser conservados na sua integralidade. Não podemos «patrimonializar» o país, transformando-o num jardim zoológico para recreio turístico. Os «bens arqueológicos» têm de ser geridos no conjunto das actividades que incidem sobre o território, apartando-se o que deve ficar «in situ», o que deve ser transferido para outros locais ou para museus, e o que pode, pura e simplesmente, ser destruído.

O «velho» não é impecilho para o «novo». O velho é um suporte da imaginação inovadora. Uma paisagem agrária, uma «ruína», são desafios interessantíssimos para qualquer engenheiro, arquitecto, ou geógrafo, ou seja, para os que planeiam, para os que constroem o território. O que está aqui em causa é um direito democrático de intervenção em condições de paridade.

Se o arqueólogo não tiver um estatuto social semelhante ao deles, se não souber ser dialogante e tornar-se, também ele, num agente de produção do território, se não participar, desde as primeiras fases, num processo de planeamento e de ordenamento do espaço que nos rodeia, a Arqueologia perderá a sua batalha e o país não merecerá, sequer, os arqueólogos que já tem. E que custaram dinheiro

ao erário público, perguntando-se se são para ser encarados a sério ou como mero grupo sectário e folclorizado.

A Arqueologia não é um problema da «Cultura» (no seu sentido restrito), nem, apenas, de qualquer Ministério a ela afecto. A Arqueologia é uma questão de cultura quotidiana, vivenciável por todos os cidadãos, e portanto, também, um problema de todos os ministérios, da Educação ao Turismo, da Indústria à Ciência e Tecnologia.

Foi essa **deslocação** fundamental da posição política da Arqueologia que Foz Côa, pela sua importância mundial, provocou. Transplantando o problema das «páginas culturais» dos jornais para a primeira fila das notícias nacionais e internacionais, veio colocar uma questão central da nossa sociedade, que aqui procurei esboçar. É esse um dos desafios históricos que se coloca ao novo governo português saído das eleições de 1 de Outubro de 1995. Que modelo de desenvolvimento queremos para o interior do nosso país? Quem vão ser os seus protagonistas? Estaremos, todos, à altura de um tal desafio? Apesar da enormidade da tarefa, estou optimista.

NADA DE NOVO*

por

Clara Pinto Correia**

Agora que já toda a gente disse tudo o que tinha a dizer sobre a preservação das gravuras rupestres de Foz Côa e a consequente interrupção do projecto da barragem, eu gostava só de acrescentar mais uma coisa. Não tem nada a ver com o dilema de «cultura *versus* progresso tecnológico», ou o que quer que queiram chamar-lhe, que sobre isso já correram rios de tinta e obviamente nunca estaremos todos de acordo. Eu pessoalmente estou muito satisfeita com o resultado final, se é que estas coisas alguma vez são finais, mas isto agora não tem a ver com as razões profundas da minha satisfação. Tem apenas a ver com a maneira como se transmite a informação às pessoas, e com os pequenos detalhes em que se revela o curioso prisma através do qual a informação filtra a sua escala de prioridades.

É assim: quando o novo Governo decidiu parar a barragem e salvar as gravuras, uma das primeiras coisas que fez foi mandar alguns dos seus representantes ao local do crime para explicar à população local o que estava em causa. E não eram propriamente uns representantezitos de segunda: nada menos que quatro ministros (Adjunto, Economia, Cultura e Ambiente) e três secretários de Estado (Juventude, Energia e Desenvolvimento Regional) abandonaram a complacência dos seus gabinetes em Lisboa para irem a Foz Côa numa missão de alto risco: mesmo com protecção da GNR e tudo, o que estava em causa era a apresentação de todas as suas boas intenções e todas as suas propostas alternativas contra a revolta de uma data de gente que sentia a sua qualidade de vida ameaçada e estava firmemente decidida a exigir a barragem a todo o custo. Estes governantes sabiam que os esperava uma sessão dolorosa de gritaria, histeria, demagogia fácil e pranto sincero, maremotos de perguntas excitadas que não iam compadecer-se com respostas cuidadosamente ponderadas. Ah, e uma bateria incansável de jornalistas e de microfones — e já se sabe como o pessoal adora desatar aos

* Publicado no *Diário de Notícias* de 10-12-95.

** Bióloga e escritora.

berros assim que se apanha com um microfone à frente — num arraial enorme de puxões e de encontrões e de ânimos exaltados nem que mais não fosse pela exaltação contagiosa do momento. Para todos os efeitos, seja qual for o partido que se tome, esperava-os uma enorme maçada. Uma maçada que eles poderiam perfeitamente ter evitado. Poderiam ter ficado calmamente nos seus corredores, tomando as suas decisões sobre o conforto das suas alcatifas, assinando os papéis competentes com as competentes canetas e falando apenas uns com os outros e com as secretárias, entre dois cafés e uma água mineral e na pior das hipóteses um almoço de serviço. Ninguém lhes teria chamado nomes. Assim como assim, durante os últimos oito anos as coisas tinham sempre sido feitas desta maneira e ninguém prestava contas a ninguém a menos que fosse obrigado. E mesmo assim tinha que ser mesmo muito obrigado, e de qualquer maneira nunca prestava contas particularmente claras, como ficou exemplarmente ilustrado com o caso das portagens na Ponte. Para dar apenas um exemplo. Mas estes governantes sentiram-se no dever de ir a Foz Côa falar com a população afectada. Foram eles que tomaram essa iniciativa, de sua livre vontade. Um gesto destes, depois de dois mandatos consecutivos de absolutismo cavaquista, é para todos os efeitos uma novidade radical. É um sinal dos tempos, da diferença nos tempos, tão significativo e tão poderoso que só por si deveria ter merecido análises, ensaios, editoriais e mesas-redondas e um desses debates que as televisões de vez em quando ainda organizam fora de horas. Então agora o Governo fala directamente com o povo? Desculpem, isto é notícia. Isto é uma interessante e problemática novidade. Para o melhor e para o pior, isto é sociologia a fazer-se. Mas eu ouvi a notícia na rádio, a cavalo em mais um molho de outras notícias. Era só assim: «seis membros do Governo (mas não eram sete? Ou fui eu que contei mal? A aritmética nunca foi o meu forte, e, agora que estou a pensar nisso, o Governo também não...) foram a Foz Côa falar com a população afectada pelo cancelamento da barragem. Entretanto, a grande notícia do dia é que já foi nomeado o titular da pasta de...».

Não sei qual era a pasta. Sei que isso não era nenhuma grande notícia, comparado com o caso raro e nunca visto de os responsáveis por decisões delicadas se darem ao trabalho de ir ao encontro dos problemas levantados por essas decisões. Se uma destas acontece em Portugal e a informação acha que não aconteceu nada de novo, talvez fosse bom pensarmos todos no que é que é realmente prioritário no funcionamento de um país. Talvez fosse boa ideia a informação ir frequentar um curso nocturno intensivo sobre a gestão das prioridades.



Aspecto da Canada do Inferno em Novembro de 1995. Foto V. O. Jorge.



Visita de ministros e secretários de Estado à Penascosa, Novembro de 1995. Foto T. Marques.

LIÇÃO DO CÔA - PONTO DE VISTA DE UM REPÓRTER

por

José Gomes Bandeira*

1. Era como se as pessoas sentissem que lhes queriam tirar algo de transcendente e poético, qualquer coisa que lhes materializava a memória e o sonho e as levava ao encontro de coisas aprendidas já não sabiam onde. Tudo o que estava à sua frente — contornos sobrepostos de animais de múltiplas dimensões, gravados no xisto há milhares de anos — lhes parecia agora familiar. O olhar, as palavras e os gestos repetiam finíssimos e, por vezes, imperceptíveis traços que se iam descobrindo na face da rocha. A visita de Mário Soares, quando a aceleração das obras radicalizara a polémica, tinha levado muita gente ao vale do Côa nesse dia inesquecível dos meados do Inverno.

2. Com o andar do sol e o enfraquecer da luz avivavam-se as formas dos bichos e durante horas as pessoas subiram e desceram a encosta para ver de perto as gravuras rupestres. Um pequeno grupo, junto à famosa «rocha nº 1», na Canada do Inferno, ouvia Antonio Beltrán que fazia surpreendentes comparações entre os cavalos e os auroques gravados no alto da pedra onde agora apoiava a sua mão cansada e as pinturas, que conhecia em pormenor, das grutas de Lascaux e Altamira. «As gravuras do Côa são fantásticas», dizia. O velho catedrático de Saragoça, mais de sessenta anos de investigações sobre arte paleolítica no currículo, estava tão emocionado como aqueles que o ouviam.

3. Agora, decorridos que estão estes (tão longos) meses, recorro aquela tarde de silêncios e de espantos, de tensões e ansiedades, e pergunto-me se as obras da barragem não ficaram definitivamente interrompidas pela magia, que tanta gente era capaz de testemunhar, das vozes longínquas que «perturbavam» a quietude do esquecido afluente do rio Douro naquela tarde de Fevereiro. Não, não

* Licenciado em Direito (Universidade de Coimbra); jornalista do JN.

era possível afundar um tal museu. A «lógica» da barragem acabava de ser destruída pela alegria dos cânticos gravados nas rochas e que, finalmente, vinham ao nosso encontro.

4. Já se sepultou muita da memória cultural e patrimonial existente em território português. Depois de Foz Côa é difícil conceber que tais situações se repitam, como até há pouco, no silêncio e na impunidade. Quando se acorda tarde para o problema dos recursos hídricos, um sítio paleolítico como o de Foz Côa não pode servir de alibi para o desleixo e a incompetência. A mobilização internacional em torno deste problema, marcado pelo facto inédito das manifestações a favor da arte da Pré-História, tornou verdadeiramente simbólico este empenhamento pela defesa das gravuras rupestres do norte de Portugal. A suspensão do projecto da barragem tem um significado que não se circunscreve à zona do «conflito». O fim desta barragem mal pensada acompanha uma denúncia e um protesto, partilhados nos jornais e nas ruas de diversos países, contra as decisões que desprezam patrimónios como o de Foz Côa ou que invocam razões da cultura apenas quando elas lhes são particularmente vantajosas...

5. Se nos lembrarmos bem, podemos ver que foi o próprio Côa quem deu a melhor ajuda para o defender dos ataques às riquezas que «escondia»: quando os senhores do poder queriam diminuir o seu valor, mais e mais belas gravuras se descobriam nas encostas; quando «peritos» lhes queriam roubar os anos, novos achados surgiram em escavações; quando ensaiavam o arrancar das pedras, sabia-se de centenas de mais gravuras já afundadas pelas obras, e ainda de outras que se estendiam por quilómetros de vale; quando alguns falavam de «rabiscos», vinham arqueólogos de toda a parte e confessavam-se deslumbrados.

Quando «investidores» faziam as suas contas, veio um Governo e devolveu Foz Côa à região, ao país e ao mundo.

6. Finalmente, os nossos arqueólogos souberam prescindir de «lições» encomendadas por terceiros. Com os achados do Côa, a Arqueologia portuguesa também iniciou uma mudança.



Dois aspectos da visita de membros do governo às gravuras de Penascosa em Novembro de 1995. Fotos: J. Paulo Coutinho.



Membros do governo e arqueólogos convivendo em frente ao conjunto de gravuras paleolíticas de Penascosa (Novembro de 1995). Foto: J. Paulo Coutinho.

SALVAR O CÔA: O MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA

por

Mila Simões de Abreu*

Talvez nunca tenha havido um movimento em Portugal como aquele pela salvaguarda da arte rupestre do Vale do Côa. Ao longo de um ano a contestação contra a construção da barragem e em favor das gravuras foi subindo de tom.

Primeiro foram os arqueólogos a levantar a voz mas com o passar do tempo o *Movimento* foi abrangendo toda a sociedade portuguesa. Atravessou partidos, classes, grupos económicos, interesses culturais e gerações. Durante doze meses houve encontros, debates, conferências, manifestações, abaixo-assinados, petições, discussões no parlamento e visitas de políticos. Escreveram-se cartas de protesto, manifestos, documentos e centenas de artigos de jornais. Fizeram-se exposições, concertos, acampamentos, jejuns, vídeos, pinturas murais, programas de rádio e de televisão. Entre as 30.000 assinaturas recolhidas durante o jejum de protesto à frente dos Jerónimos figuravam, é verdade, os maiores nomes do panorama cultural Português mas estavam acompanhadas por milhares de nomes anónimos de portuguesas e portugueses que pediam para que as obras de construção da barragem fossem suspensas e que fosse criado um Parque Arqueológico no Vale do Côa. No campo político não foi só o Presidente da República, Mário Soares que defendeu as gravuras. Do mesmo lado vimos deputados de todas as bancadas como Eurico Figueiredo (PS), Nuno Ribeiro da Silva (PSD), Paulo Velez (PCP), José Queiró (CDS-PP), Heloisa Apolónia (Verdes) e Mário Tomé (UDP). Até o Ministro dos Negócios Estrangeiros, do então Governo de Cavaco Silva, Durão Barroso manifestou-se pela conservação das obras Paleolíticas. Os próprios defensores da barragem (o ex-Ministro Mira Amaral, o Presidente de Vila Nova de Foz Côa, os administradores da EDP...) nunca tiveram coragem de ir para além de

* Arqueóloga, especialista de arte rupestre. Representante portuguesa da IFRAO.

propor a absurda teoria da chamada «solução de compromisso». Poucos foram os que afirmaram que as gravuras não constituíam um património cultural de inegado valor, o qual valia a pena salvar. Nunca se falou tanto de arqueologia e poucos argumentos culturais apaixonaram tanto a opinião pública portuguesa. Mas o *Movimento para a Salvaguarda da Arte Rupestre do Vale do Côa* foi também um grande *Movimento* de solidariedade internacional. Em nenhuma outra ocasião (nem, infelizmente, por Timor) pessoas de todo o mundo participaram numa campanha que, como esta, tinha a ver com Portugal. Jamais o Mundo se levantou de tal forma para defender o que quer que fosse do nosso País.

Durante um ano, por causa do Côa, o nome de Portugal ocupou espaço nos jornais e nas televisões mais importantes do Mundo. Quantas vezes o *Herald Tribune* dedicou a sua primeira página a um assunto Português? Quantas vezes a *BBC* falou de um assunto cultural de Portugal no seu *Telejornal*?

Agora, que a decisão justa foi tomada, o prestigioso *Times* de Londres agradeceu, num editorial, ao Primeiro-Ministro António Guterres ter tomado a decisão de suspender a construção da barragem.

Todos os que participaram nesta luta nunca esqueceram o apoio que durante um ano veio do estrangeiro. Os Portugueses não devem deixar de se lembrar daqueles que em muitas partes do Mundo fizeram parte do *Movimento Internacional para a Salvaguarda da Arte Rupestre do Vale do Côa*.

O MOVIMENTO INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DA ARTE RUPESTRE DO CÔA

Através da sua representante em Portugal, a IFRAO, a *International Federation of Rock Art Organizations* denuncia a ocultação da descoberta das gravuras rupestres do Côa e o perigo que representa para a sua conservação a construção da barragem. Logo que foram alertados do que se passava no Vale do Côa numerosos investigadores tomaram imediatamente posição. No dia 11 de Novembro, com informações ainda muito fragmentárias sobre as gravuras, Paul Bahn escreve «(...) the new discovery sounds fascinating! And potentially very important. (...)». Nesse mesmo dia, da Itália, Angelo Fossati e Andrea Arcà enviam mensagens dizendo «si tratta di un sito eccezionale interesse archeologico in quanto vi si trovano figurazioni zoomorfe incise su rocce all'aria aperta, istoriazioni che ricordano lo stile delle pitture della grotta di Lascaux. (...) È necessario che questo sito sia studiato da una équipe internazionale (...) e fare sì che venga impedita la costruzione di una diga che dovrebbe ricoprire per sempre le rocce incise. (...)». Do outro lado do mundo, na América, Benjamim Swartz manda um fax alertando: «Long terms implications should be considered. The

likely effect of expanded tourism and national notoriety may be of more importance than immediate hydroelectric development(...)». Quando em 29 de Novembro, Eurico de Figueiredo faz, na Assembleia da República, a primeira conferência de imprensa entrega aos jornalistas já uma longa série de cartas — dirigidas ao Presidente da República — apelando para a suspensão da obra. Entre elas contam-se a de Dario Seglie, Presidente da IFRAO dizendo «(...) *Le trasmetto illustrissimo Presidente il più pressante appello per la salvaguardia, lo studio e la valorizzazione del sito di Vila Nova de Foz Côa*(...)». O protesto do mundo dos investigadores de arte rupestre levanta voo.

Essas pressões internacionais fazem-se sentir de tal forma que o IPPAR conjuntamente com a EDP chama a Portugal, nos dias 14-17 de Dezembro de 1994, Jean Clottes, Presidente do *International Committee on Rock Art. CARICOMOS*. Apesar de, em 30 de Novembro, ter escrito numa carta dirigida a Mário Soares, «(...) if it were covered under many meters of water, it would be destroyed and this would be a terrible loss(...)». Clottes muda de opinião, e talvez influenciado por alguns técnicos portugueses, afirma que para as gravuras talvez seja melhor ficarem cobertas de água a serem vandalizadas...

Em 18 de Dezembro, Paul Bahn conjuntamente com Tim Rayment, escreve no *Sunday Times* de Londres, o primeiro artigo sobre o escândalo do Côa publicado no estrangeiro, intitulado «*Dam scandal threatens Ice Age art treasures*». Nesses dias Bahn grava para a *BBC World Service* uma mensagem descrevendo a descoberta e a sua problemática. Em 27 de Dezembro o prestigioso *New York Times*, por mão de Marlise Simons, intitula a toda a página *Vast Stone Age Art Gallery is Found But Dam May Flood It*. A notícia espalhou-se por todo o Mundo.

O ano de 1995 começa com a visita de Paul Bahn, Angelo Fossati e Andrea Arcà ao Vale do Côa. A partir daí estes especialistas de arte rupestre tornam-se nos grandes embaixadores da causa. Paul Bahn profere a primeira conferência fora de Portugal sobre o Côa e sensibiliza os americanos para o problema. Fossati e Arcà fundam o *Movimento per la salvaguardia dell'arte rupestre del Fiume Côa* que durante meses recolherá, em Itália, milhares de assinaturas.

Depois dos primeiros dramáticos meses e da intensa campanha internacional em jornais e revistas de prestígio como por exemplo o *Time Magazine*, o *Le Monde* e o *Globo*, o *Movimento Internacional* cresce em número e em acções.

Os emigrantes portugueses pela mão de João Crisóstomo criam em Nova York o *Save the Côa Movement*. Por diversas vezes, incluindo o dia de Portugal, os nossos compatriotas manifestam-se em frente do edifício das Nações Unidas pedindo a suspensão dos trabalhos da barragem. Com as suas acções conseguem, por exemplo, que Patrick Kennedy, do Congresso Americano, escreva a Soares.

Se houve, porém, órgão de informação internacional que se tornou no eco das nossas preocupações, esse, foi o *Times* de Londres. Através da pena de Eduard

Owen, o conceituado e conservador jornal londrino publicou diversos (e sempre oportunos) artigos e editoriais sobre o caso Cõa.

Com a ajuda de António Guerreiro em Portugal e Francisco Almeida no Texas, o Cõa entra na *Internet*. A *rock Art list* distribui, entre dezenas de investigadores de arte rupestre no mundo, notícias sobre o Cõa. As gravuras viajam através do ciberespaço.

Durante um ano o apoio ao *Movimento* traduziu-se em mil pequenas maneiras. Como não lembrar Jane Kolber do Arizona que escreveu aos amigos a pedir que ajudassem economicamente o Movimento? Ou Hugh Cairns, da Austrália que estando na Escócia e lendo a notícia da greve de fome de protesto em frente dos Jerónimos, apanhou o avião e veio dar-nos o seu apoio moral. E Graham Jenkins que mesmo às portas da morte leu o editorial do *Times* e escreveu (referindo-se às hipotéticas datações directas) «(...) *Their work is unreliable and you should ignore their ³⁶CI dates* (...)». Uma menção especial vai também para Stuart Reevel que depois da sua visita em Junho ao Cõa, movimentou em Inglaterra uma campanha de apoio ao Cõa, sem igual. Conseguiu que os mais prestigiosos nomes da arqueologia britânica tomassem posição como o fez, por exemplo, até através dos jornais, Lord Colin Renfrew.

Infelizmente do estrangeiro também vieram aqueles que sonhando talvez numa hipotética glória pessoal não hesitaram em contestar as opiniões dos maiores especialistas mundiais. A verdade prevaleceu e os seus nomes devem talvez nem sequer ser lembrados.

Durante todo este ano houve alguém que não sendo nascido em Portugal e portanto sendo *estrangeiro* merece aqui também ser mencionado. Ludwig Jaffe, inglês, especialista em arte rupestre, durante meses deu todo o seu esforço à causa do Cõa. Escreveu centenas de cartas e tranquilamente teceu muitos dos contactos. Participou em todas as actividades do *Movimento*. Fez jejum em frente dos Jerónimos representando simbolicamente todos os que espalhados pelo Mundo ali queriam estar connosco. A sua modéstia fez com que fosse pouco notado mas o seu trabalho foi essencial para o movimento do Cõa.

Jamais esqueceremos os colegas, conhecidos e desconhecidos, que nos ajudaram. Portugal tem uma grande dívida para todos aqueles que com os seus actos, acções a palavras ajudaram para que a construção da barragem fosse suspensa. A todos, no mundo, aqui vai o nosso obrigada.

Agora contamos com eles para tornar o sonho do Parque Arqueológico do Cõa uma realidade.

O Movimento Português recebeu durante um ano numerosas cartas de apoio. Aqui vão os nomes de todos os que conseguimos lembrar. Perdoar-me-ão os esquecidos:

Andrea Arcà, Itália; Dúsko Aleksovki, Macedónia; Paul Bahn, Inglaterra; Massimo Baistrocchi, Itália; Rodrigo Balbin, Espanha; Robert Bednarik, Austrália; Frank & A. J. Bock, E.U.A.; Richard Bradley, Inglaterra; Primitiva Bueno, Espanha; Gian Maria Cametti, Itália; M. O. H. Carver, Inglaterra; Stefania Cassini, Itália; Arminée Chahbazin, E.U.A.; Christopher Chippindale, Inglaterra; Jean Clottes, França; Francis & Robert Connick, E.U.A.; Barry Cunliffe, Inglaterra; Tomothy Darvill, Inglaterra; Claire Dean, E.U.A.; Raffaele De Marinis, Itália; Marc Denhez, Canadá; Thomas Dowson, África do Sul; Francesco Fedele, Itália; Josephine Flood, Inglaterra; Angelo Fossati, Itália; Patrizia Frontini, Itália; D. R. Harris, Inglaterra; William Hyder, E.U.A.; Alan Hutchison, E.U.A.; Johanson, E.U.A.; Graham Jenkins, País de Gales; Patrick Kennedy, E.U.A.; Christopher Knüsel, Inglaterra; Jane Kolber, E.U.A.; Jürgen Kretschmer, Alemanha; Giririj Kumar, Índia; Roy Querejazu Lewis, Bolívia; David Loeffler, Suécia; Lawrence Loendorf, E.U.A.; Michel Lorblanchet, França; Keller Lucas, Brasil; Fidelis Masao, Tanzânia; Paul Mellars, Inglaterra; Nola Montgomery, E.U.A.; Carlos Motta, Brasil; D. J. Mulvaney, Austrália; A. Muzzolini, França; Arcadi Nebolsine, E.U.A.; Sven Ouzman, África do Sul; Shirley-Ann Pager, África do Sul; Maria Angeles Querol, Espanha; Stuart Reevel, Inglaterra; Colin Renfrew, Inglaterra; Peter Rowley-Conwy, Inglaterra; Dominique Sacchi, França; Polly Schaafsma, E.U.A.; Dario Seglie, Itália; Claire Smith, Austrália; Lucas Smits, Holanda; Jack Steinbring, Canadá; Lawrence Straus, Inglaterra; Benjamin Swartz, E.U.A.; Denis Vialou, França; Steve Waller, E.U.A.; P. M. Warren, Inglaterra; Thomas Wyrwoll, Alemanha; Nancy Zeno, E.U.A.; Christian Züchner, Alemanha.

III

TOMADAS DE POSIÇÃO DE
DIVERSAS ENTIDADES INDIVIDUAIS
OU COLECTIVAS

**COMUNICADO DA
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
SOBRE AS GRAVURAS PRÉ-HISTÓRICAS DO CÔA**

(Dezembro de 1994)

A direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, instituição de utilidade pública fundada em 1918, com cerca de 600 sócios, entre os quais se encontra a maioria dos arqueólogos portugueses, tendo tomado conhecimento, através da imprensa e televisão, das gravuras pré-históricas do rio Côa, decidiu, em reunião ordinária de 2 de Dezembro de 1994, tornar pública a seguinte declaração:

1. Tudo indica que as gravuras em causa, paleolíticas ou de estilo paleolítico, e ao ar livre, são um dos mais importantes conjuntos europeus deste tipo de manifestações rupestres, e se integram num complexo artístico que inclui o sítio de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), já mundialmente conhecido, e manifestações análogas existentes em Espanha, na zona raiana contígua. **Trata-se de um património de valor mundial, absolutamente excepcional**, e de incalculável interesse, quer no contexto português — visto que o nosso país era, até agora, relativamente pobre em arte paleolítica — quer, sem dúvida, no contexto internacional.

2. Em Outubro de 1993 reuniu na Universidade do Porto o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, organizado pela SPAE, o qual juntou cerca de 800 arqueólogos e estudantes de ambos os países, e que, entre outros aspectos, recomendou, como consta das conclusões, já publicadas no vol. VI das Actas, o incremento dos estudos fronteiriços luso-espanhóis. O conjunto de gravuras rupestres do Côa é um dos sítios ideais para pôr em execução essa colaboração, nomeadamente porque existem colegas espanhóis, nas imediações, realizando estudos idênticos.

3. Deve assim ser constituída, com a máxima urgência, uma comissão internacional de especialistas, naturalmente coordenada por investigadores portugueses competentes para o efeito, que proceda a **estudos interdisciplinares** que permitam a recolha, conservação, divulgação e valorização do máximo de elementos possíveis sobre tão excepcional conjunto artístico, que honra o nosso país e que projectará internacionalmente a região de Foz Côa.

4. Não parecendo realista — apesar da importância mundial das gravuras em causa, que mais uma vez se sublinha — exigir o abandono das obras da barragem, tal o montante dos investimentos já feitos, é no entanto de pedir, com a maior

veemência, às entidades envolvidas — nomeadamente à EDP, ao IPPAR, e também à SEC e à autarquia de Foz Côa, bem como à CCRN — que envidem todos os esforços no sentido de salvaguardar, o melhor possível, e utilizando os mais sofisticados meios técnicos existentes, o património agora dado a público.

5. O ambiente de efervescência que envolveu a divulgação destes achados, e as contradições óbvias existentes nas notícias vindas a lume, exigem evidentemente que os mais altos representantes do IPPAR se pronunciem, clara e pormenorizadamente, o mais depressa possível, sobre todo o desenrolar do processo desde a sua génese. Temos o direito moral e profissional de esperar de quem tutela o sector do património arqueológico a máxima transparência neste domínio. Está em causa o bom nome do país e a sua imagem internacional.

6. Acima de tudo, temos a responsabilidade de legar ao futuro um património da humanidade a cuja eventual depredação ou perda não poderíamos nunca permanecer indiferentes. A SPAE é herdeira de uma longa tradição de estudos sobre arte rupestre, realizados nomeadamente na região transmontana e duriense, por antecessores nossos na direcção da instituição, pelo que não pode manter o silêncio perante mais um sintoma da situação inquietante em que se encontra o estudo e salvaguarda do património arqueológico nacional, que tem na zona do Côa um dos seus mais altos expoentes.

PARECER*

O Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto tem vindo a acompanhar com a maior atenção e especial interesse o desenvolvimento do processo relativo ao Complexo de Arte Rupestre do Vale do Côa desde a sua primeira divulgação na comunicação social, publicada em 20 de Novembro de 1994 («Gravuras Rupestres descobertas no Douro») [Sic], *Correio da Manhã*, p. 28), onde se transcreve uma nota de imprensa do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) sobre este assunto.

Nesse sentido, reunido a 7 de Fevereiro de 1995, entendeu por bem declarar e tornar pública a seguinte posição relativamente ao Complexo de Arte Rupestre do Vale do Côa:

Trata-se de um conjunto excepcional a nível mundial, pela quantidade, qualidade e dispersão geográfica das gravuras, que formam, com a paisagem envolvente, uma unidade indissociável. Infelizmente, o seu estudo, valorização e aproveitamento cultural são incompatíveis com a mega-barragem em construção no Côa. Nesse sentido, o IAFLUP só pode recomendar às autoridades competentes aquilo que é já opinião praticamente unânime dos arqueólogos: a paragem imediata das obras e a constituição de uma equipa multidisciplinar, bem dotada de meios humanos e técnicos, por forma a avaliar toda a extensão e contexto arqueológico deste único santuário paleolítico de ar livre e a potenciar a sua riqueza para o desenvolvimento da região.

Neste contexto, julga-se ainda premente apelar para a implementação de uma arqueologia preventiva mais eficaz, através da realização de estudos de impacto ambiental e patrimonial, exaustivos e rigorosos, que evitem situações como a que presentemente se assiste no vale desse rio.

Este parecer foi aprovado por unanimidade na reunião do IAFLUP de 7 de Fevereiro de 1995.

A Direcção

* Aprovado por unanimidade pelos Conselhos Científico e Directivo do FLUP.

DÉCLARATION

L'ensemble des gravures préhistoriques du Vale do Côa présente un intérêt non seulement national mais européen par l'abondance, la variété et la qualité des gravures qui ont été découvertes.

La richesse de ce patrimoine archéologique mérite qu'il soit d'urgence protégé contre toutes les manifestations de destruction.

De plus, son étude doit être considérée comme prioritaire.

*Jean Roche**

REDE EUROPEIA DE ARQUEOLOGIA ORGANIZA APOIOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA O VALE DO CÔA

Junto enviamos a V. Exa. o texto das decisões tomadas pela Rede Europeia de Arqueologia, na sua reunião plenária anual, que teve lugar em Tautavel (França).

Permitimo-nos sublinhar os seguintes aspectos:

1. A referência à importância fundamental do vale do Côa para o reforço da unidade cultural da Europa, tão importante numa altura em que o Projecto Europeu é repensado, e mesmo por muitos questionado;

2. A conclusão assumida por essa estrutura europeia, de que não irá ser construída a barragem, dada a sua total incompatibilidade com a preservação das gravuras (que por sua vez é defendida por todos), pelo que considera o debate internacional concluído neste domínio;

3. A explicação de que o Parque Arqueológico, Ambiental e Turístico irá recuperar os investimentos feitos para a barragem, pelo que a paragem desta não acarretará prejuízos significativos;

4. A comprovação, documentada com o caso de Tautavel (uma pequena aldeia outrora isolada e pobre e hoje extremamente próspera graças à Arqueologia), de que o Parque Arqueológico e Ambiental terá capacidade para se auto-sustentar, e será factor de riqueza, de criação de postos de trabalho e da fixação de população na região. Estes dados são essenciais, face a algumas preocupações de que a imprensa portuguesa se fez eco;

5. A decisão de apoiar directamente a criação de um Centro Europeu de Arte Rupestre e Arqueologia em Vila Nova de Foz Côa;

6. A decisão de, por contacto directo com diversas instâncias europeias, incluindo o Presidente da Comissão, Jacques Santer, mobilizar os apoios comunitários para o projecto do Parque.

*Luiz Oosterbeek**

* Maître de Recherche Honoraire au CNRS, Paris.

* Coordenador da Rede Europeia de Arqueologia. Escola Superior de Tecnologia e Gestão - Iomar.

ANEXO 1

MOTION CONCERNING THE ARCHAEOLOGY
OF THE CÔA VALLEY (PORTUGAL)

The participants gathered at the Thessaloniki Conference on Archaeology in European Higher Education (12-13 May 1995), have followed with the greatest interest the debate involving the archaeological complex of the Côa Valley, in Portugal.

Given its international relevance, namely for the study of the Upper Palaeolithic, we are particularly pleased to understand that both the President and the Prime-Minister of Portugal have declared that no harm should be done to the archaeological remains.

We consider that a 17 Km. long valley with Palaeolithic carvings and various other remains will require a long term attention from a multi-disciplinary team, thus being not compatible with a dam, that would destroy most of the archaeological evidence.

As European scholars, we consider that this site is of major relevance for Europe's Heritage, and that European funding after the European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage should support an archaeological and environmental park, that would contribute both for the research and preservation of the archaeology, as well as for the local economic development.

SCIENTIFIC COMMITTEE / COMITÉ SCIENTIFIQUE

Dr. Mies H. Wijnen
Chair Person
Staff member of Netherlands
Organisation
for Scientific Research

Prof. H. Friesinger
Institut für Ur-und Frühgeschichte
Universität Wien

Prof. dr. V. von Graeve
Faculty of History
Ruhr Universität Bochum

Prof. P. Pensabene Perez
Università di Roma I "La Sapienza"
Fac. di Lettere e Filosofia

Prof. L. P. Louwe Kooijmans
Leiden University
Dept. Pre- and Protohistory

Prof. Ari Stiriäinen
Dept. of Archaeology
University of Helsinki

Prof. D. Pandermalis
Conference Coordinator
Dept. of History and Archaeology
Aristotle University Thessaloniki

Prof. Tony Hackens
Université Catholique de Louvain
Collège Erasme

Prof. M. Bendala Galán
Universidad Autónoma de Madrid
Dep. de Prehistoria y Arqueología

Dr. G. Cooney
University College Dublin
Dept. of Archaeology

Prof. J. d'Encarnação
Universidade de Coimbra
Instituto de Arqueologia

Prof. S. Stoddart
Dept. of Classics and Archaeology
University of Bristol

Mme C. Zoller
Executive Committee Representative
UNICA
Dep. des Relations Internationales

Prof. S. Andersen
University of Aarhus
School of Prehistoric Archaeology

Prof. A. F. Laurens
Université Paul-Valéry
Montpellier III

Prof. R. Haaland
Universitet i Bergen

Prof. S. Welinder
Dept. of Archaeology
Gustavianum – Uppsala

Prof. Dr. K. Kristiansen
Observer – Chairman of
European Association of Archaeology

PARTICIPATING UNIVERSITIES / UNIVERSITÉS PARTICIPANTES

(A) Austria / Autriche

- Karl-Franzens Universität Graz
- Universität Wien
- Leopold-Franzens Universität Innsbruck
- Paedagogische Akademie des Bundes in Oberösterreich

(B) Belgium / Belgique

- Universitaire Instelling Antwerpen
- Université Catholique de Louvain
- Université Libre de Bruxelles
- Vrije Universiteit van Brussel
- Katholieke Universiteit Leuven
- Rijksuniversiteit te Gent
- Université de Liège

(CH) Switzerland / Suisse

- Université de Lausanne
- Université de Genève
- Université de Neuchâtel

(D) Germany / Allemagne

- Universität Bielefeld
- Ruhr Universität Bochum
- Hochschule Aachen
- Universität Köln
- Universität Leipzig
- Universität Osnabrück
- Freie Universität Berlin

(DK) Denmark / Danemark

- Aarhus Universitet
- Københavns Universitet

(E) Spain / Espagne

- Universidad de Granada
- Universidad Autónoma de Madrid
- Universidad de Valladolid
- Universidad Complutense de Madrid
- Universidad de Las Palmas Gran Canaria
- Universidad de Cantabria

(F) France

- Université de Toulouse le Mirail
- Université Paris-Sorbonne
- Ecole des Hautes Etudes Commerciales Jouy-en-Josas
- Université Jean Moulin – Lyon III
- Université Charles de Gaulle – Lille III

(GR) Greece / Grèce

- Ethnikon kai Kapodistriakon Panepistimion Athinon
- Aristoteleion Panepistimion Thessalonikis

(I) Italy / Italie

- Università degli Studi di Torino
- Università degli Studi di Roma "La Sapienza"
- Università degli Studi di Venezia
- Università degli Studi di Roma III
- Università degli Studi di Bari
- Università degli Studi di Siena

(IRL) Ireland / Irlande

- University of Limerick
- University College Dublin

(L) Luxembourg

- Institut Supérieur d'Etudes et de Recherches Pédagogiques – Walferdange

(N) Norway / Norvège

- Universitetet i Bergen
- Universitetet i Trondheim

(NL) The Netherlands / Pays-Bas

- Katholieke Universiteit Nijmegen
- Rijksuniversiteit Leiden
- Erasmus Universiteit Rotterdam
- Rijksuniversiteit Groningen
- Universiteit van Amsterdam
- Rijksuniversiteit te Utrecht
- Stichting voor Historische Wetenschappen. Den Haag

(P) Portugal

- Universidade de Coimbra
- Universidade do Porto
- Universidade do Minho

(S) Sweden / Suède

- Lunds universitet
- Uppsala universitet
- Stockholms universitet
- Umeå universitet
- Göteborgs universitet

(SF) Finland / Finlande

- Helsingin yliopisto
- Oulun yliopisto
- Jyväskylän yliopisto
- Åbo Akademi

(UK) United Kingdom / Royaume Uni

- University of Bristol
- London School of Economics
- University of Exeter
- University of Warwick
- Nottingham Trent University

ANEXO 2

**DECISÕES TOMADAS PELA REDE EUROPEIA DE
ARQUEOLOGIA SOBRE A ARQUEOLOGIA
DO VALE DO CÔA (PORTUGAL)**

Na reunião plenária anual, em 29 de Maio
de 1995, em Tautavel (França)

A Rede Europeia de Arqueologia (R.E.A.), reunida no Centro Europeu de Pesquisas Pré-Históricas de Tautavel (França), em 29 de Maio de 1995, fez um ponto da situação sobre o vale do Côa.

A R.E.A. reiterou o parecer formulado em 2 de Maio passado na Universidade do Porto, por Henry de Lumley, e subscreveu a decisão assumida em Tessalónica, em 12 de Maio, pela Conferência de Arqueologia Europeia, organizada pelo Grupo SIGMA.

A Arqueologia do Vale do Côa é um património único, que renova a nossa concepção de Arte do Paleolítico elaborada por uma civilização brilhante, que deixou marcas em vários locais da Europa (como o vale do Ardèche): a Civilização Solutrense. Este património é um elemento fundamental para a noção de unidade cultural da Europa, e por isso está fora de questão a possibilidade da sua destruição.

Não apenas os arqueólogos, mas mesmo os principais responsáveis políticos de Portugal, são unânimes em considerar que o património arqueológico do Côa não pode ser posto em causa. As hipóteses de conciliação com a construção da barragem são nulas. A amputação ou submersão das gravuras seriam formas diferentes de destruição.

Como tal, é necessária uma alternativa ao projecto da barragem que não vai ser construída. É necessário criar um Parque Arqueológico, Ecológico e com forte desenvolvimento turístico. Aproveitando as obras da própria barragem (rentabilizando esse investimento, que não será perdido), serão criadas as várias infraestruturas (museu, hotéis, etc.). Este parque, cujo acesso será facilitado pelo desenvolvimento da rede viária que serve Vila Nova de Foz Côa, será um enorme factor de desenvolvimento económico para a região, de criação de postos de trabalho e de fixação da população. O Parque deverá estabelecer programas integrados e auto-sustentados, que aproveitem todos os recursos disponíveis. O exemplo de Tautavel, o seu fabuloso desenvolvimento económico e cultural, é uma prova indelmentável da viabilidade deste projecto.

A R.E.A. considera também que deve ser criado, no âmbito do Parque, um Centro Europeu de Estudo e Formação de Especialistas em Arte Rupestre e Arqueologia, para o qual a Rede se dispõe a contribuir.

O debate internacional sobre Foz Côa, que tocou a essência da unidade cultural da Europa, conclui-se pela inevitabilidade da construção deste Parque Arqueológico, Ambiental e Turístico, como única alternativa possível. Por razões culturais, mas também económicas, é preferível não adiar mais a paragem definitiva da barragem, com a reconversão dos investimentos a favor do Parque.

A R.E.A. está já a trabalhar no sentido de mobilizar o esforço e a consciência europeia, para ajudar Portugal a salvaguardar vestígios insubstituíveis da nossa memória europeia. Nesse sentido, a Rede decidiu:

1. Que encorajará e apoiará directamente a criação de um Centro Europeu de Arte Rupestre e Arqueologia em Vila Nova de Foz Côa, designadamente em articulação com os planos de Ensino integrados no programa Sócrates e com os projectos de investigação integrados em diversos programas da União Europeia;
2. Que, no sentido de estudar, no quadro do esforço europeu, os meios de apoio financeiro ao Projecto de Parque Arqueológico, Ambiental e Turístico, irá contactar, de imediato:

- o Presidente da Comissão Europeia;
- a Comissária para a Ciência, I & D, Formação e Educação;
- todas as Direcções-Gerais da União Europeia;
- a Agência Europeia do Ambiente.

A União Europeia deverá apoiar Portugal na criação das infraestruturas deste projecto, que, à semelhança de outros na Europa, será auto-sustentado a breve prazo.

3. Todos os apoios e progressos obtidos através dos esforços da R.E.A. serão colocados à disposição das autoridades portuguesas.

Tautavel, 29 de Maio de 1995

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO INTER-UNIVERSITÁRIA DE ARQUEOLOGIA SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO RIO CÔA

A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, constituída por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), reunida na Universidade de Coimbra a 4 de Julho de 1995, decidiu emitir e tornar pública a seguinte declaração sobre a questão em epígrafe:

1 – O património cultural e natural do rio Côa, que vem sendo alvo da particular atenção de numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, e da comunicação social, desde os inícios de Novembro de 1994, constitui neste momento um problema nacional e internacional de proporções inusitadas, cuja resolução é importante para o prestígio do nosso país.

2 – Para o esclarecimento do problema, e desde o início do processo, as universidades portuguesas têm vindo a contribuir de forma significativa, nomeadamente através de inúmeras iniciativas, promotoras de estudos e de debates, saudavelmente plurais, dos arqueólogos que nelas trabalham. Não obstante, tais iniciativas podem agora assumir uma nova expressão por via das actividades da presente Comissão, hoje iniciadas.

3 – A maior parte dos especialistas que se têm pronunciado sobre o assunto em causa considera o vale do Côa como um complexo patrimonial riquíssimo no contexto do país e, no domínio da arte paleolítica, como único a nível mundial. Trata-se pois de um bem insubstituível, constitutivo da nossa identidade e memória, e de que, em consequência, não podemos abdicar. Se, por exemplo, não seríamos capazes de assistir à eliminação ou desfiguração do Mosteiro da Batalha ou da Torre de Belém, como símbolos da identidade nacional, também não podemos ficar impassíveis perante a ameaça que impende sobre um património da humanidade, de que somos, como portugueses e cidadãos do mundo, fiéis depositários.

4 – Sendo aquele património não apenas um conjunto de «obras de arte» susceptíveis de serem destacadas do seu contexto, mas sim o próprio rio, com cuja envolvente o complexo de gravuras paleolíticas forma uma unidade; e não sendo justo, nem vantajoso, privar gerações actuais e vindouras da sua fruição, inundando a área com a albufeira da projectada barragem de Foz Côa — a qual, com toda a probabilidade conduziria, a prazo, à destruição do referido complexo — torna-

-se clara a incompatibilidade dos dois projectos, ou seja, o da verdadeira protecção daquele património e o da construção da referida barragem.

5 – Nestes termos, a solução mais racional será a da tomada de decisão política, por parte das entidades competentes, e tão rapidamente quanto possível, da suspensão imediata e definitiva dos trabalhos da dita barragem.

6 – Só tal decisão poderá abrir o caminho a soluções alternativas para o desenvolvimento da região, que tomem como ponto de partida o referido património, nomeadamente no sentido da criação de um Parque Arqueológico na área. Nesses termos, julga-se oportuno recomendar que o complexo arqueológico, artístico, histórico e natural do rio Côa seja desde logo incluído na candidatura a património mundial prevista para o vale do Douro.

7 – Esta tomada de posição resulta de uma ponderada avaliação da complexa problemática em causa, não desconhecendo as diversas valências da projectada barragem de Foz Côa, sejam elas energéticas («barragem de potência») ou estratégicas em relação à água (compensação de deficits de caudais do Douro ou eventuais transferências para outras bacias). Também não ignora que a substituição daquela obra de engenharia por outras terá custos, que terão de ser assumidos a nível nacional e internacional, dado tratar-se de um património que, como se disse acima, transcende Portugal. Porém, considera que se trata, aqui, de um caso excepcional, onde os valores que se pretende ver protegidos não têm preço, nem são susceptíveis de serem reduzidos a uma mera lógica economicista.

8 – A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia, consciente das múltiplas competências existentes no seio da Universidade portuguesa, indispensáveis à resolução de uma questão com tal multiplicidade de facetas, encontra-se necessariamente disponível para também ajudar a implementar, no terreno, todas as soluções que se afigurem, neste caso, mais consentâneas com o interesse nacional e com o prestígio do país.

9 – Independentemente da tomada de decisão política quanto à construção da barragem de Foz Côa, torna-se absolutamente indispensável dar início imediato aos estudos sistemáticos das manifestações artísticas do vale do Côa e do seu respectivo contexto, bem como ao estudo do restante património aí existente, correspondente a outros momentos da sua ocupação. Considerando a urgência, significado e dimensão das acções a levar a cabo, não se afigura compreensível o atraso no arranque dos trabalhos, nem admissível que o mesmo seja justificado com base no argumento de que não existem, ou não se encontram disponíveis, os necessários recursos humanos. É falso que a comunidade arqueológica nacional não disponha, de entre os elementos que a integram, designadamente no meio académico, das competências necessárias à concretização das investigações no vale do Côa.

10 – A Comissão Inter-Universitária de Arqueologia sente-se, por isso, na obrigação de expressar o seu descontentamento pelo modo como globalmente tem sido conduzido o processo, designadamente quanto à morosidade no arranque dos estudos, manifestando, contudo, a sua disponibilidade para encontrar soluções que ajudem a desbloquear a presente situação e a dignificar o país perante a comunidade internacional.

DECLARAÇÃO DO SENADO DA UNIVERSIDADE DO PORTO SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO RIO CÔA

O Senado da Universidade do Porto, reunido a 22 de Junho de 1995, decidiu, por maioria, emitir e tornar pública a seguinte declaração sobre a questão em epígrafe:

1. O património cultural e natural do rio Côa, que vem sendo alvo da particular atenção de numerosos especialistas nacionais e estrangeiros, e da comunicação social, desde os inícios de Novembro de 1994, constitui neste momento um problema nacional e internacional de que a Universidade do Porto, até pelo facto daquele património se situar na zona norte do país, entende não poder nem dever alhear-se.

2. A maior parte dos especialistas que se têm pronunciado sobre o assunto considera o vale do Côa como um complexo patrimonial único no país e, no domínio da arte paleolítica, como único a nível mundial. Trata-se pois de um bem insubstituível, constitutivo da nossa identidade e memória, e de que portanto não podemos abdicar, ao mesmo título que não poderíamos assistir à eliminação ou desfiguração do Mosteiro da Batalha ou da Torre de Belém, por exemplo.

3. Sendo aquele património não apenas um conjunto de “obras de arte” susceptíveis de serem destacadas do seu contexto, mas sim o próprio rio, com cuja envolvência as gravuras paleolíticas formam uma unidade; e não sendo justo, nem vantajoso, privar gerações actuais e vindouras do seu usufruto, inundando a área com a albufeira da projectada barragem de Foz Côa, torna-se clara a incompatibilidade dos dois projectos, ou seja, o da protecção daquele património e o da construção da referida barragem.

4. Nestes termos, a solução mais racional será a da tomada de decisão política, por parte das entidades competentes, e tão rapidamente quanto possível, da suspensão imediata e definitiva dos trabalhos da dita barragem. Essa decisão abrirá o caminho a soluções alternativas para o desenvolvimento da região, que tomem como ponto de partida aquele património, e que facultem o apoio de organismos internacionais para tal projecto, recomendando-se que o recém-descoberto património do rio Côa seja desde logo incluído na candidatura a património mundial prevista para o vale do Douro.

5. Esta tomada de posição não desconhece as diversas valências da projectada barragem de Foz Côa, sejam elas energéticas (“barragem de potência”) ou

estratégicas em relação à água (compensação de deficits de caudais do Douro ou eventuais transferências para outras bacias). Também não ignora que a substituição daquela obra de engenharia por outras terá custos, que terão de ser assumidos a nível nacional e internacional, dado tratar-se de um património que transcende Portugal. Porém, considera que se trata, aqui, de um caso excepcional, onde os valores que se pretende ver protegidos não têm preço, nem são susceptíveis de serem reduzidos a uma mera lógica economicista.

6. A Universidade do Porto, consciente das múltiplas competências existentes no seu seio, indispensáveis à resolução de uma questão com tal multiplicidade de facetas, encontra-se necessariamente disponível para ajudar a implementar, no terreno, todas as soluções que se afigurem, neste caso, mais consentâneas com o interesse nacional e com o prestígio do país.

DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL DO RIO CÔA

(Julho de 1995)

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, reunida em Assembleia Geral ordinária a 8 de Julho de 1995, decidiu por unanimidade emitir e tornar pública a seguinte declaração sobre a questão em epígrafe:

1. A S.P.A.E. tem vindo a acompanhar atentamente o problema da preservação e valorização do património cultural e natural do rio Côa, desde os inícios de Novembro de 1994, altura em que dele tomou conhecimento.

2. É hoje evidente que o vale do Côa é um complexo patrimonial riquíssimo no contexto do país e, no domínio da arte paleolítica, único a nível mundial. Trata-se pois de um bem insubstituível, constitutivo da nossa identidade e memória, e de que, em consequência, não podemos abdicar. Deve ser considerado um património da humanidade, de que somos, como portugueses e cidadãos do mundo, fiéis depositários.

3. Tendo-se tornado progressivamente clara a incompatibilidade da protecção desse património com a construção da barragem de Foz Côa, cremos que a solução mais racional será a da tomada de decisão, necessariamente política, por parte das entidades competentes, e tão rapidamente quanto possível, de suspensão imediata e definitiva dos trabalhos da dita barragem.

4. Não aceitamos, por razões que têm sido amplamente explicitadas por parte da comunidade arqueológica, qualquer medida que passe pela remoção das rochas gravadas, amputando-se deste modo a integridade original daquele complexo artístico.

5. *As tentativas de iludir a opinião pública com os resultados de ensaios experimentais de datação directa não colhem suficiente credibilidade científica enquanto prova única de cronologia daqueles vestígios nem diminuem o parecer de mais de uma dezena de grandes especialistas mundiais em arte paleolítica que têm visitado as gravuras do Côa. Aliás, os projectos científicos que a SPAE tem em curso na área do Douro superior, dirigidos por investigadores experientes e credenciados, desmentem categoricamente a possibilidade de uma cronologia mais recente da globalidade das gravuras rupestres assumidas como paleolíticas.*

6. A decisão de travar a construção do empreendimento hidro-eléctrico é

susceptível de abrir o caminho a soluções alternativas para o desenvolvimento da região, que tomem como ponto de partida o referido património, nomeadamente no sentido da criação de um Parque Arqueológico na área.

7. A descoberta, praticamente todas as semanas, de novos testemunhos arqueológicos no Côa, impõe que as entidades que tutelam o património em Portugal coloquem com a máxima urgência no terreno uma equipa suficientemente bem dimensionada para poder levar a cabo estudos inadiáveis, essenciais inclusivamente à constituição de “dossiers” de candidatura a património mundial e à obtenção de financiamentos internacionais para o Côa. Não o fazendo, estão a assumir uma responsabilidade de consequências incalculáveis.

**COMUNICADO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES SOBRE O ARTIGO DE “O INDEPENDENTE”
DE 7/7/95 REFERENTE À DATAÇÃO DAS
GRAVURAS DE FOZ CÔA**

1. A Direcção da AAP lamenta, em primeiro lugar, que o semanário “O Independente” se tenha prestado a uma descarada manobra de contra-informação por parte da EDP, sobrepondo o objectivo de “vender papel”, à obrigação ética de informar com rigor e imparcialidade, não hesitando mesmo em ofender gravemente todos os arqueólogos do país, que lutam há várias décadas em defesa de um património que a todos pertence, sem que lhes sejam dados por parte das entidades oficiais os meios necessários para realizar essa tarefa.

2. Nesta grosseira tentativa de desprestigiar os arqueólogos portugueses “O Independente” omitiu, porém, deliberadamente, que nesta questão estes não estão sòzinhos. Com efeito, os mais reputados especialistas europeus que se deslocaram ao Vale do Côa nos últimos seis meses, foram unânimes em considerar este complexo de arte rupestre ao ar livre como o mais importante até agora conhecido na Europa, e em atribuir ao Paleolítico Superior as gravuras mais antigas dos principais núcleos até agora encontrados, nomeadamente na Canada do Inferno, na Ribeira de Piscos, e na Penascosa. Entre estes, citem-se, a título de exemplo, Jean Clottes, Presidente do Comité International de Arte Rupestre do ICOMOS, que se deslocou a Portugal em Dezembro de 1994, Mounir Bouchenaki, Alain Bouineau, Jacques Brunet e Philippe Malaurent, investigadores que integraram a missão pluridisciplinar da UNESCO que se deslocou a Portugal de 29 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1995, Emanuel Anati, director do Centro de Arte Rupestre do Val Camonica, em Itália, Henri de Lumley, Director do Museu do Homem, em Paris, e do Parque Arqueológico de La Vallée des Merveilles, um dos mais importantes complexos de arte rupestre proto-histórica dos Alpes Franceses, Rodrigo Balbín Behrmann, professor catedrático da Universidade de Alcalá de Henares, e um dos descobridores do núcleo de Arte Rupestre de Siega Verde, situado a cerca de 50 km do Vale do Côa, António Beltrán, decano dos pré-historiadores espanhóis, Paul Bahn, especialista britânico de arte paleolítica, Lorblanchet e Dominique Sacchi, dois dos mais prestigiados especialistas franceses nesta matéria, Benjamin Swartz, Presidente da American Rock Art Association, e tantos outros. Será possível que os melhores especialistas mundiais em arte do paleolítico este-

jam enganados, e que só os contratados e pagos pela EDP estejam certos? Seria uma curiosa coincidência...

3. Quanto ao conteúdo dos “relatórios” acima indicados, não surge como uma surpresa, pelo menos para os cientistas portugueses especializados em métodos de datação cronométrica, um dos quais, o Engº Monge Soares, responsável pelo Laboratório de Isótopos Ambientais do Instituto de Tecnologia Nuclear, ainda antes da sua divulgação, já havia chamado a atenção para o carácter experimental, a reduzida fiabilidade, ou mesmo a inaplicabilidade às gravuras do Vale do Côa, dos chamados métodos de datação directa, num relatório entregue ao IPPAR há cerca de 2 semanas, e apresentado publicamente no “Forum do Côa”, que teve lugar no passado dia 1 de Julho, na Aula Magna da Universidade de Lisboa, e que foi amplamente noticiado na comunicação social. Aliás, os resultados divulgados, só vêm comprovar a extrema falibilidade dos métodos de datação directa, pois tendo cada investigador trabalhado de forma independente, obtiveram-se resultados muito diversos. Quem merece “compaixão” são, assim, não os arqueólogos portugueses e de outros países que unanimemente atribuíram as gravuras mais antigas ao Paleolítico Superior, mas sim os investigadores contratados pela EDP, em especial Bednarick e Watchman, os quais mostraram ao Mundo que os seus métodos não têm ainda qualquer fiabilidade.

4. A Direcção da AAP condena vivamente a actuação da Administração da EDP, a qual em vez de estudar as alternativas para a barragem de Foz Côa, como era sua obrigação, anda a esbanjar o dinheiro dos contribuintes e dos assinantes, procurando, de uma forma que chega a ser patética, demonstrar o indemonstrável: primeiro, que a submersão das gravuras seria a melhor forma de as “proteger” do alegado vandalismo do povo português; depois, que seria mais fácil mudar os 17 km de gravuras do que a barragem, e, finalmente, que as gravuras afinal nem sequer seriam paleolíticas, e que os arqueólogos portugueses seriam incompetentes. Parece que só lhes resta tentar eliminar fisicamente as gravuras e os próprios arqueólogos, o que decerto não será consentido pela esmagadora maioria da população portuguesa.

O Presidente da Direcção
José Morais Arnaud

RESOLUTION

The General Assembly of IFRAO formed by AURA (Australia), ACASPP (U.S.A.), AARS (Sahara), ARARA (U.S.A.), Le Orme dell' Uomo (Italy), CeSMAP (Italy), APAAR (Portugal), ARAPE (France), MRARS (Macedonia), JPS (Japan), SIARB (Bolivia), MCRARB (Russia), CIARSAA (Argentina), SPAP (France), SARARA (South Africa), RASI (India) on the 3rd of September 1995 in Turin (Italy) unanimously declares:

Given that the cultural heritage of the Côa Valley, Portugal, is under threat and on the basis of the scientific and cultural evidence presented at the NEWS 95 International Rock Art Congress:

1. It is accepted among the international archaeological and associated scientific community that the cultural heritage of Côa Valley is of immense national and international importance.

2. The unique context of the rock art of the Côa Valley makes this art of great significance to humankind. The significance of the Côa sites exists irrespective of their being dated to any specific cultural period.

3. There is an urgent need for comprehensive and ongoing investigation of the cultural heritage of the Côa region. In particular, it is important to conduct further research in order to clarify the cultural context of rock art sites in the Côa Valley.

IFRAO, which has taken a stand on this issue since November 1994 thereby resolves that the Côa dam project should be stopped, and that the rock art and its context should be preserved, appropriately managed, and studied in depth with all available modern means.

ABAIXO-ASSINADO DO CONGRESSO DE TURIM

(Agosto/Setembro 1995)*

PETITION re: Côa Valley heritage from delegates to the NEWS 95 International Rock Art Congress to the government of Portugal

Given that the cultural heritage of the Côa Valley, Portugal, is under threat and on the basis of the scientific and cultural evidence presented at the NEWS 95 International Rock Art Congress, the members of this Congress are agreed on the following:

1. It is accepted among the international archaeological and associated scientific community that the cultural heritage of the Côa Valley is of immense national and international importance.

2. The unique context of the rock art of the Côa Valley makes this art of great significance to humankind. The significance of the Côa sites exists irrespective of their being dated to any specific cultural period.

3. There is an urgent need for comprehensive and ongoing investigation of the cultural heritage of the Coa region. In particular, it is important to conduct further research in order to clarify the cultural context of rock art sites in the Côa Valley.

This conference thereby resolves that any development that threatens the rock art of the Côa Valley and its associated context must not be allowed to take place or proceed. Specifically, work on the dam presently under construction must stop. The Côa Valley must be assessed in terms of its World Heritage significance, including the development and implementation of a site and visitor management plan which fully respects the integrity of the rock art sites. This meeting requests the conference organisation to transmit this message to the government of Portugal and other relevant authorities.

Proposed by:

Stuart Reeve, University of Cambridge, England

Sven Ouzman, National Museum, South Africa

Claire Smith, University of New England, Australia

Luke Godwin, Queensland Department of Environment and Heritage, Australia

Cliff Ogleby, University of Melbourne, Australia

* Este abaixo-assinado foi subscrito por cerca de 150 investigadores, de todos os países do mundo, presentes no Congresso Mundial da IFRAO.



Visita do Engº António Guterres às gravuras de Penascosa, em Março de 1995. Foto V. O. Jorge.



Arqueólogos e jornalistas no Congresso de Turim, Setembro de 1995: da esq. para a direita, S. O. Jorge; repórter da SIC; S. Reeve; J. Zilhão; V. Marcelino. Foto V. O. Jorge.

EUROPEAN ASSOCIATION OF ARCHAEOLOGISTS*

RESOLUTION**

At its 1st Annual Assembly, held in Santiago de Compostela on 23 September 1995, the European Association of Archaeologists calls upon the Government of Portugal, acting in the spirit of the Malta Convention, to suspend all further construction work on the planned dam in the Côa valley to permit the remarkable series of rock carvings and the surrounding cultural landscape to be comprehensively studied and analysed by means of a coordinated multidisciplinary survey, under the supervision of an international expert commission, in order to develop a project for the future management and conservation of this exceptional archaeological landscape.

* Secretariat: Directorate of Cultural Heritage, Dronningens gt. 13, Postboks 8196 Dep., N-0034 Oslo 1, Norway.

** Aprovada por unanimidade no 1º Congresso da Associação Europeia de Arqueólogos, realizado em Santiago de Compostela, em Setembro de 1995, e ulteriormente enviada pelo Presidente da Associação, Prof. Kristian Kristiansen, ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro e ao Secretário-Geral do Partido Socialista de Portugal.

DECLARAÇÃO*

Os arqueólogos portugueses e estrangeiros reunidos no colóquio «Existe uma Idade do Bronze Atlântico?», organizado com o patrocínio do Conselho da Europa e integrado na «Campanha da Idade do Bronze» entendem dever lembrar às autoridades portuguesas e europeias que o internacionalmente famoso Vale do Côa, no Norte de Portugal, inclui também importantes elementos para o estudo da fase da história da Europa que este Colóquio abordou. Tais elementos são constituídos não só por arte rupestre, mas também por povoados atribuíveis à referida Idade do Bronze. Assim, o Colóquio de Lisboa recomenda vivamente o estudo, a preservação e a musealização de um património que, iniciando-se no Paleolítico superior, vem até à actualidade, constituindo um exemplo típico de uma «paisagem arqueológica» bem conservada que deve ser integralmente preservada como bem cultural e natural, português, europeu e mundial, insubstituível.

* Aprovada por unanimidade em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, no dia 14 de Outubro de 1995, pela totalidade das pessoas presentes no Colóquio (c. de 200).

**AS GRAVURAS DE ESTILO PALEOLÍTICO DO VALE
DO CÔA SÃO DE IDADE PALEOLÍTICA
OS RESULTADOS DO PROJECTO DE DATAÇÃO
DIRECTA DA EDP ESTÃO ERRADOS
A ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA CONSTITUI
UM PATRIMÓNIO DE VALOR MUNDIAL QUE
NÃO PODE SER DESTRUÍDO**

**Tomada de posição da Associação dos Arqueólogos Portugueses
e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, com o
apoio individual ou institucional de especialistas e
laboratórios de renome mundial***

A importância mundial da arte rupestre paleolítica do vale do Côa foi imediatamente reconhecida pela generalidade dos especialistas a partir do momento em que a sua existência foi tornada pública, em Novembro de 1994. Esse reconhecimento traduziu-se no envio às autoridades portuguesas de centenas de cartas em que se pedia a suspensão dos trabalhos de construção da barragem que ameaçava submergir/destruir essa arte.

Em Conferência de Imprensa realizada em Lisboa a 13 de Julho de 1995, o Conselho de Administração da EDP manifestou a posição de que as gravuras do vale do Côa não eram afinal paleolíticas. Apoiando-se em relatórios preliminares apresentados por quatro especialistas em datação absoluta por ela contratados, a EDP afirmava que se tratava de figuras pós-paleolíticas, na sua maioria de época relativamente recente (proto-histórica) ou mesmo contemporânea (século XIX). Com base nesta caracterização cronológica, a EDP exprimia a sua opinião de que o sítio não tinha a importância que inicialmente se lhe havia atribuído, e que não havia portanto qualquer razão para pôr em causa a construção da barragem.

Apesar de esgrimidos como arma fundamental desta argumentação, os relatórios dos referidos especialistas não foram nunca divulgados publicamente senão

através de excertos reproduzidos pela imprensa. Foi no entanto possível à Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa) e à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Porto) obter uma cópia de um desses relatórios, o do sr. Robert G. Bednarik. A argumentação de um dos outros especialistas, o sr. Alan Watchman, foi igualmente divulgada através de entrevistas por ele concedidas a diversos órgãos de imprensa, nacionais e internacionais, e de uma sua comunicação ao Congresso Internacional de Arte Rupestre de Turim (Itália), realizado em finais de Agosto e princípios de Setembro de 1995.

Com base nesses elementos, aquelas duas organizações elaboraram um relatório sobre o «Projecto de Datação Directa» da EDP, o qual foi enviado a colegas e instituições de diversos países durante o mês de Agosto de 1995 e em que se refutavam os resultados obtidos por aqueles dois especialistas e as conclusões práticas deles extraídas pela EDP. Essa refutação dava continuidade à denúncia da falta de validade dos métodos utilizados pelos especialistas em datações absolutas contratados pela EDP que foi feita pelos arqueólogos portugueses, tanto através dos meios de comunicação social como através dos canais de intercâmbio científico internacional, logo após a divulgação dos respectivos resultados.

O acolhimento da comunidade científica internacional às posições dos arqueólogos portugueses dificilmente poderia ter sido melhor, e manifestou-se de diversas formas, nomeadamente:

- Pelo envio de cartas às autoridades portuguesas, reafirmando não ser legitimamente possível pôr em dúvida a cronologia paleolítica das gravuras de estilo paleolítico descobertas no vale do Côa, e insistindo no carácter excepcional, a nível mundial, deste complexo artístico de ar livre, que tornava imprescindível o seu estudo e preservação em moldes adequados à sua importância científica e patrimonial;
- pelo envio de cartas à Associação dos Arqueólogos Portugueses e à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia manifestando solidariedade científica com os arqueólogos portugueses e com o relatório elaborado pelas duas entidades em que se demonstrava o carácter infundado e erróneo da valoração do sítio feita pela EDP;
- pelo apoio e aplauso dados, de forma praticamente unânime, às comunicações apresentadas pela delegação portuguesa ao Congresso Internacional de Arte Rupestre de Turim, de que a comunicação social se fez largamente eco;
- pela adesão maciça dos delegados ao Congresso de Turim a um abaixo-assinado exigindo a suspensão das obras e a preservação do vale;
- pela aprovação de resoluções oficiais, exigindo a suspensão das obras e a preservação do vale, tanto no Congresso de Turim como no Congresso

* Introdução de um documento preparado por João Zilhão (AAP e FLUL) e Monge Soares (AAP e LIA-ITN) e enquadrado institucionalmente pelas direcções da AAP e SPAE. Tal documento, intitulado "Dossier Foz Côa", foi entregue aos membros do novo Governo português saído das eleições de 1 de Outubro de 1995.

Anual da *European Association of Archaeologists*, realizado em finais de Setembro em Santiago de Compostela (Galiza, Espanha).

Da lista das personalidades e instituições acima referidas constam praticamente todos os grandes especialistas mundiais em arte paleolítica, bem como os dois únicos laboratórios que, na Europa, se têm dedicado à datação directa de pinturas pelo método do radiocarbono em acelerador de partículas: os de Gif-sur-Yvette e Oxford. Apresenta-se de seguida uma selecção dos excertos mais significativos dessa correspondência¹.

«Foi com muita preocupação que soubemos que o rio Côa ia ser represado, inundando uma extensa série de sítios de arte rupestre do final do Paleolítico. Os sítios em causa são de considerável importância para o património cultural da nossa espécie, uma vez que representam um tipo mal conhecido de arte figurativa de ar livre. A destruição, ou mesmo a remoção, deste património, constituiria uma perda significativa para a Arqueologia e para a Humanidade em geral».

William D. Lippe

Presidente, em nome da *Society for American Archaeology* (a qual, com os seus 5.600 membros, é a maior associação profissional dos Estados Unidos, e do mundo, no campo da Arqueologia)

«Embora tenha sido informado do aparecimento de alguma controvérsia a respeito da idade exacta das gravuras, não tenho a menor dúvida, e penso ser também esse o caso da maioria dos meus colegas, que é praticamente certo que se trata de gravuras de idade paleolítica que figuram entre as mais importantes descobertas de arte pré-histórica até hoje feitas na Europa — de importância seguramente comparável a, por exemplo, Lascaux em França ou Altamira em Espanha. De facto, o número impressionante de gravuras, combinado com o facto de terem sido feitas em superfícies rochosas ao ar livre, torna-as algo de único no contexto da Pré-História da Europa».

Paul Mellars

Presidente, em nome da Secção de Arqueologia da *British Academy*

«Sei bem que o futuro do vale é uma questão de soberania nacional portuguesa. No entanto, quando se trata de vestígios tão antigos da cultura humana, temos por vezes de ignorar as fronteiras nacionais. Com base no conhecimento que tenho da bibliografia respeitante ao vale do Côa, não tenho quaisquer dúvidas que os sítios são de grande importância para o estudo da emergência e natureza

da arte europeia e para uma melhor compreensão dos aspectos ideológicos das sociedades primitivas da Europa. Há inclusivamente elementos suficientes para considerar que estes sítios são dignos de integrar a lista do Património Mundial».

John Mulvaney

Secretário da *Australian Academy of the Humanities*

«Lemos o relatório, e damos o nosso apoio institucional às vossas opiniões nesta matéria. Achamos as conclusões do projecto de datação confusas e frequentemente contraditórias. Elas não podem de forma alguma ser tomadas como uma base segura para concluir que as gravuras são 'pós-paleolíticas'. (...) Se as gravuras pertencem ao Paleolítico, como é opinião geral da comunidade científica, trata-se de um recurso arqueológico português de significado mundial».

R.E.M. Hedges, P.B. Pettitt, C. Bronk Ramsey, G. J. Van Klinken

Oxford University Radiocarbon Accelerator Unit

«O carbono depositado nas gravuras que foi datado não oferece nenhuma garantia de fiabilidade, dada a forte probabilidade de risco de contaminação posta em evidência pela dispersão dos resultados obtidos. Quando muito, poderá dar uma idade mínima. Quanto aos resultados fornecidos pela técnica da micro-erosão, não podem ser considerados, cientificamente, como rigorosos. As condições de aplicação desse método (ele próprio aliás controverso) não foram respeitadas».

Michel Fontugne

Responsável do Laboratório de Radiocarbono, Centre des Faibles Radioactivités (Gif-sur-Yvette, França)

«Embora uma única análise científica tenha sugerido uma atribuição à Idade do Bronze para as figuras, há amplo consenso entre os arqueólogos de todo o mundo que muitas delas datam seguramente do período da Idade do Gelo (Paleolítico Superior). Após terem visualizado fotografias da arte rupestre, os membros do Departamento de Ciências Aplicadas à Arqueologia abaixo-assinados são de opinião que a sua maioria data do Paleolítico Superior e, portanto, tem um grande interesse tanto para a profissão como para o público em geral. Parece que a companhia hidroeléctrica tem defendido que as gravuras sejam removidas da área cuja inundação está prevista. (...) Essa remoção, porém, seria uma tragédia — algo de tão bárbaro como, por exemplo, cortar os frescos da Capela Sistina para 'preservar' a concepção artística de Michelangelo de destruição por uma auto-estrada. (...) Mas o vale é ainda mais importante do que a obra de Michelangelo, uma vez que representa a mais extraordinária região com arte paleolítica ao ar livre *de todo o mundo*».

¹ Algumas dessas cartas são incluídas no presente volume.

Mark Pollard, Christopher Knüsel, Timothy Taylor

Departamento de Ciências Aplicadas à Arqueologia, Universidade de Bradford

«Os diversos relatos acerca das descobertas realizadas no vale do Côa que nas últimas semanas têm sido publicados na imprensa da especialidade mostram com toda a clareza que o vale do Côa contém alguns dos mais importantes vestígios da Pré-História antiga da Europa ocidental. (...) A grande antiguidade da arte rupestre implica que a única perspectiva internacionalmente aceitável para lidar com estes vestígios é a do longo prazo. O potencial para o turismo e para a apresentação ao público deste património é muito elevado; muitas regiões da Europa fariam tudo para possuir tesouros como este que lhes permitissem atrair visitantes do país e do estrangeiro».

Timothy Darvill

Departamento de Ciências da Conservação, Universidade de Bournemouth

«Os 'datadores' são aprendizes de feiticeiro: mostraram grave falta de espírito científico e exibem orgulhosamente técnicas pouco ou nada fiáveis. O próprio Bednarik, faz prova, ainda por cima, de uma total falta de deontologia».

Denis Vialou

Laboratório de Pré-História do Museu Nacional de História Natural (Paris)

«Os conjuntos rupestres das margens do rio Côa constituem já hoje, queira-se ou não, um dos principais centros de arte rupestre paleolítica da Europa, de importância não inferior à das concentrações de conjuntos parietais em gruta dos arredores de Les Eyzies de Tayac e de Tarascon-sur-Ariège, em França, ou do centro da província de Cantábria e da bacia asturiana do Nalón, em Espanha (...). A ousadia e desconhecimento absoluto do tema que R. G. Bednarik mostra na sua 'análise' estilística das gravuras podem servir como indicador para calibrar as conclusões que extrai com base na micro-erosão das gravuras (...). Todo o processo de reconhecimento e salvaguarda destes conjuntos rupestres, as estratégias da EDP, os 'peritos' consultados (em certos casos completamente desconhecidos nos meios académicos e científicos), a interpretação (onírica em vários casos, especialmente no de R. G. Bednarik) das análises e resultados de datação 'positiva', o tratamento jornalístico do tema e, no lado oposto, a postura de quase todos os arqueólogos portugueses, vão sem dúvida converter-se, nos próximos anos, no caso mais interessante e no melhor exemplo didáctico da luta entre os interesses económicos e os culturais (que também têm evidente repercussão económica); de contraposição entre o senso comum e os procedimentos de verificação não positivos (mas não por isso menos científicos), por um lado, e a ficção científica (...) pseudo-positiva, por outro. Estou esperançado em que as autoridades portuguesas

dêem um fim feliz a este processo, que pelo que até agora se passou corre sérios riscos de se converter em monumento, não já à ignorância, mas à estupidez humana».

César González-Sainz

Professor, Universidade de Cantábria

«A minha opinião, baseada em 20 anos de estudo da arte pré-histórica da Europa e de outras regiões, é a de que a maioria das grandes figuras que vi no Côa são paleolíticas em estilo e portanto também em idade. Não conheço qualquer outro período ou cultura em parte alguma do Sudoeste da Europa a que essas figuras possam ser atribuídas com credibilidade. Já escrevi várias vezes que se qualquer destas figuras tivesse sido encontrada numa gruta teria sido aceite como paleolítica sem o mais pequeno murmúrio. (...) Parece que o caso do Côa foi comparado com o de Piltdown, mas não vejo que haja qualquer semelhança. Pelo contrário, vejo muitas analogias com o caso de Glozel, em França, onde uma incrível série de artefactos obviamente falsos foi sendo escavada, num campo perto de Vichy, desde os anos 20. Os objectos pertenciam supostamente a uma civilização até então desconhecida que incluía ossos gravados pseudo-paleolíticos, cerâmicas pseudo-neolíticas e tabuínhas de argila, todos com inscrições que representavam uma espécie de escrita. Era evidente para todos os arqueólogos sérios que tudo não passava de uma farsa e de uma fraude; e a coisa assim ficou até que em princípios do anos 70 uma nova técnica da datação — a Termoluminescência — foi aplicada a objectos de Glozel, tendo os cientistas responsáveis pelas análises proclamado que os seus resultados demonstravam que Glozel era autêntico! (...) Alguns arqueólogos franceses deixaram-se convencer pela novas datas, mas a grande maioria permaneceu absolutamente segura da visão do passado desenvolvida pela Arqueologia, enquanto os cientistas defendiam que a Arqueologia estava errada e que uma civilização até então desconhecida tinha de facto existido naquele local. (...) A solução adoptada [para esta controvérsia] foi a de realizar novas datações nos anos 80 e 90, depois da técnica ter sido melhorada, e de levar a cabo um estudo exaustivo e completo da área, com escavações, estudos palinológicos, sedimentologia, resistividade, etc.; o resultado, como era de prever, foi o de que Glozel era uma falsificação evidente, e uma impossibilidade arqueológica, como os arqueólogos sempre tinham defendido».

Paul Bahn

Arqueólogo, investigador e escritor

«A argumentação apressada, parcial e internamente contraditória apresentada para demonstrar que as gravuras do Côa são de idade pós-paleolítica, ou mesmo recente, é muitíssimo pouco convincente. Pelo contrário, as fotos e reproduções

desenhadas que pude observar ajustam-se perfeitamente aos temas, estilos e técnicas da arte parietal e móvel do Paleolítico Superior de França e da Península Ibérica. (...) Na minha opinião, as opiniões de Bednarik são completamente descabidas, e as técnicas de datação utilizadas por ele e pelos outros são ou inapropriadas, ou muito experimentais, ou totalmente inconclusivas neste caso. (...) Quero por isso juntar a minha opinião à de muitos que se têm oposto à submersão deste património mundial único (...). A sua destruição representaria o equivalente da destruição de Altamira para exploração de pedra ou do abandono de Lascaux aos fungos. (...) A classificação como Monumento do Património Mundial permitiria a Portugal receitas turísticas e o prestígio de uma acção nobre em defesa da nossa herança humana comum e da investigação dos sistemas artísticos e religiosos dos nossos antepassados da Idade da Pedra».

Lawrence Guy Straus

Professor, Universidade do Novo México

Secretário, Comissão da INQUA (*International Quaternary Association*) para a Paleoecologia do Homem Primitivo

Presidente, Grupo de Trabalho da INQUA para a Arqueologia da Transição Plistocénico-Holocénico

«Aprovo inteiramente [o vosso relatório]. Subscrevo plenamente todos os elementos da vossa argumentação e partilho o vosso ponto de vista em todos os seus pormenores. Apresso-me portanto a dar-vos conta da minha total devoção à causa que defendeis, cuja importância internacional é evidente. No plano científico, é necessário, com efeito, denunciar a impostura do método de datação directa proposto por R. G. Bednarik e pôr em causa os métodos de Dorn e de Watchman, que estão ainda em fase experimental e cujos resultados contraditórios não podem ser considerados, neste caso, como fiáveis».

Michel Lorblanchet

Directeur de Recherche, Centre National de la Recherche Scientifique (UMR-9933, Bordéus)

ANEXO 1

Lista de personalidades e instituições que, em reacção à posição expressa pela EDP na conferência de imprensa de 13 de Julho de 1995, manifestaram, através de correspondência enviada às autoridades portuguesas durante o mês de Agosto, a sua concordância com a cronologia paleolítica da arte do Côa e com a sua importância mundial.

Associações profissionais

Society for American Archaeology

Academias

Australian Academy of the Humanities

British Academy, Archaeology Section

Instituições especializadas em Arqueometria

Department of Archaeological Sciences, Universidade de Bradford

Instituições Universitárias

Department of Archaeology, University of Durham

Institute of Archaeology, University College London, Londres

Arqueólogos e especialistas em arte rupestre

Barry Cunliffe, Director (Institute of Archaeology, Universidade de Oxford), Presidente (Society of Antiquaries)

M.O.H. Carver, Director do Department of Archaeology, Universidade de York

P.M. Warren, Department of Archaeology, Universidade de Bristol

Richard Harrison, Department of Archaeology, Universidade de Bristol

Timothy Darvill, Department of Conservation Sciences, Universidade de Bournemouth (U.K.)

ANEXO 2

Lista de personalidades e instituições que manifestaram a sua concordância com a cronologia paleolítica da arte do Côa e a sua importância mundial através de correspondência enviada à Associação dos Arqueólogos Portugueses e à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em resposta ao «Relatório sobre o Projecto de Datação Directa da EDP» conjuntamente elaborado por estas duas instituições.

Arqueólogos e especialistas em arte rupestre

Alain Tranoy, Presidente, Universidade de Poitiers

Brigitte Delluc, Conservadora do Abri Pataud (Les Eyzies)

César González-Sainz, Professor, Universidade de Cantabria

Chris Chippindale, Editor, *Antiquity*

Christian Züchner, Professor, Institut für Altertumskunde, Ur-und Frühgeschichte, Universidade de Erlangen-Nuremberga

Denis Vialou, Institut de Paléontologie Humaine (Paris)

Felipe Criado Boado, Professor, Universidade de Santiago de Compostela

Francesco d'Errico, Institut du Quaternaire, Universidade de Bordéus I

Gilles Delluc, arqueólogo e investigador

Henri de Lumley, Director do Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris)

Javier Fortea Pérez, Catedrático de Pré-História, Universidade de Oviedo

Jean Clottes, International Committee on Rock Art (CAR-ICOMOS), UNESCO

Josep M^a Fullola i Pericot, Catedrático de Pré-História, Universidade de Barcelona

Lawrence Guy Straus, Professor (Universidade do Novo México), Editor (*Journal of Anthropological Research*)

Manuel Santonja, Director, Museu de Salamanca

Michel Lorblanchet, Directeur de Recherche, Centre National de la Recherche Scientifique

Paul Bahn, arqueólogo, investigador e escritor

Instituições especializadas em Arqueometria

Laboratoire de Radiocarbone, Centre des Faibles Radioactivités (Gif-Sur-Yvette)

Oxford University Radiocarbon Accelerator Unit

Associações profissionais

Asociación Profesional de Arqueólogos de Galicia

DECLARAÇÃO DA DIRECÇÃO DA S.P.A.E.

(Novembro de 1995)

A direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (S.P.A.E.), que desde há um ano acompanha o caso da arte rupestre do Vale do Côa, entende ser seu dever, após as afirmações do Exmo. Senhor Primeiro Ministro António Guterres na Assembleia da República do dia 7 de Novembro de 1995, declarar o seguinte:

Congratulamo-nos profundamente com a intenção expressa de interrupção do projecto da barragem de Foz Côa e de estudo condigno do valor patrimonial do Vale do Côa. Crentes de que este é um recurso vital para o desenvolvimento da região, disponibilizamo-nos para colaborar no seu estudo e valorização e aguardamos com expectativa o momento em que seja finalmente anunciada a criação do almejado Parque Arqueológico do Vale do Côa.

COMUNICADO DA REDE EUROPEIA DE ARQUEOLOGIA SOBRE AS DECISÕES DO GOVERNO PORTUGUÊS SOBRE O VALE DO CÔA

JÁ EM PREPARAÇÃO
PROJECTOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O
VALE DO CÔA, NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

1. A Rede Europeia de Arqueologia regista com satisfação que o governo português, face às alternativas que se abriam para a região do Vale do Côa, escolheu a defesa do Património Único da Europa e da Humanidade, e a via da co-responsabilização da comunidade científica, pela avaliação dessa herança cultural.

2. A Rede Europeia de Arqueologia regista igualmente que os principais argumentos da comunidade arqueológica portuguesa e internacional, e designadamente os avançados pela REA, foram acolhidos pelas autoridades portuguesas.

3. De acordo com o espírito das palavras do Sr. Primeiro Ministro, a suspensão da barragem é apenas o começo de um longo processo de trabalho para a completa avaliação da importância patrimonial da região e sua valorização. Essa avaliação deverá conduzir à criação de um Parque Arqueológico e Ambiental.

4. No imediato, a decisão de preservar a Arqueologia do Côa implica um esforço da comunidade arqueológica europeia e da União Europeia no apoio a esta decisão do governo português. A Rede Europeia de Arqueologia, de acordo com os compromissos que assumiu no passado, irá propor diversas iniciativas específicas. Para o efeito, terá lugar uma reunião em Atenas, nos dias 11 e 12 de Novembro, em que estarão presentes em particular o Professor Henry de Lumley (Director do Museu Nacional de História Natural de Paris) e o Professor Carlo Peretto (Secretário Geral do próximo Congresso da União Internacional das Ciências Pré e Proto-Históricas). As sugestões desta reunião serão comunicadas ao governo português e, subsequentemente, divulgadas.

8 de Novembro de 1995
Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge
Professor Doutor Luiz Oosterbeek

COMUNICADO À IMPRENSA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

A Direcção da AAP congratula-se, antes de mais, pela corajosa tomada de posição do Primeiro Ministro em defesa do património arqueológico e da arte rupestre do vale do Côa. A decisão de suspender de imediato as obras de construção da barragem abre caminho ao estudo aprofundado e futura valorização museológica do vale, em conformidade com a sua importância e carácter excepcional a nível mundial.

A Direcção da AAP chama, no entanto, a atenção para que a rentabilização cultural e económica deste património, bem como a obtenção de apoios dos organismos internacionais relevantes (União Europeia, UNESCO, etc.), depende da tomada da decisão de abandono definitivo do projecto de construção da barragem. A UNESCO, por exemplo, não aceita a classificação como património mundial de sítios em relação aos quais não haja um compromisso firme de salvaguarda por parte dos Estados em cujo território se localizem esses sítios.

O Primeiro Ministro mencionou na sua intervenção a existência de uma controvérsia a respeito do verdadeiro valor das gravuras. A Direcção da AAP gostaria contudo de fazer notar que, no que diz respeito aos arqueólogos, especialistas de arte rupestre e peritos em datação absoluta, essa controvérsia é uma coisa do passado. Conforme se demonstra no dossier oportunamente entregue por esta Associação ao Primeiro Ministro e outros membros do Governo logo após as eleições, existe consenso científico a nível mundial na atribuição de uma antiguidade paleolítica e de uma importância excepcional ao complexo de arte rupestre do vale do Côa.

O Primeiro Ministro disse também, aliás, que desejava que a expectativa inicial de se tratar de um património de valor excepcional se confirmasse e que, nesse caso, a barragem deveria ser definitivamente abandonada. A Direcção da AAP congratula-se com o facto de o Primeiro Ministro ter manifestado o seu apreço pela arte do Côa e ter repudiado a falsa caracterização do património arqueológico como obstáculo ao progresso que membros proeminentes do anterior governo propagandearam até à exaustão.

A Direcção da AAP manifesta ainda a sua concordância com a afirmação do Primeiro Ministro de que os custos da opção tomada são o resultado da desor-

ganização nacional, e não uma consequência do custo elevado, porventura luxuoso, do património. Neste sentido, a Direcção da AAP faz notar que a tomada de decisões sobre a localização de empreendimentos desta natureza deve ser precedida de um levantamento exaustivo de todas as alternativas e dos respectivos custos ambientais e patrimoniais. Só com pleno conhecimento desses factores se poderá tomar decisões informadas que valorizem convenientemente a necessidade de conciliar o desenvolvimento económico nacional e regional com a preservação e valorização do património. A Direcção da AAP manifesta assim a sua esperança de que seja esse o procedimento a seguir pelo governo na busca de soluções alternativas à barragem que estava a ser construída no vale do Côa.

No que diz respeito ao anunciado plano de intervenção para o vale do Côa, a Direcção da AAP lembra que a dimensão da tarefa exige a disponibilização com a maior urgência dos meios humanos e materiais adequados. A coordenação dos trabalhos deve ser deixada a cargo de uma comissão científica, directamente dependente do Ministério da Cultura e, ao contrário do que tem acontecido até agora, totalmente independente da EDP.

Lisboa, 8/11/1995
A Direcção da AAP

PORTUGUESE GOVERNMENT ORDERS IMMEDIATE STOP OF CONSTRUCTION WORK AT THE FOZ CÔA DAM!

Yesterday, November 7, during the submission to Parliament of his Government's program, the new Prime-Minister, António Guterres, said:

- that the Foz Côa dam would be immediately stopped;
- that studies for building a dam for the same purpose in another tributary of the Douro would begin immediately;
- that archaeologists would be given all the time necessary to study the valley exhaustively and establish its real status;
- that a controversy existed on the relevance of the engravings but if, as he hoped, those studies confirmed the world wide importance of the heritage preserved in the valley, the dam would be definitively abandoned.

It is not yet clear what exactly some of these statements mean. Some newspapers have mentioned a five year period for the studies, after which the final decision would be taken, although the Prime-Minister himself has not mentioned a deadline. Also, it is not yet clear what he meant when he referred to a controversy on the relevance of the art. It would seem that this reflects some division inside the government, and that some ministers may still be influenced by the controversy generated by EDP's "direct dating project".

The Prime-Minister also mentioned that a pronouncement on the heritage value of the valley would have to come from organizations "above suspicion". We do not know what he means by this, since unequivocal statements to that effect have already been made by IFRAO (International Federation of Rock Art Organizations), the EAA (European Association of Archaeologists), the SAA (Society for American Archaeology) and ICOMOS-UNESCO.

However, the general tone of the Prime-Minister's address was, in what concerns the future of the Côa rock art, very courageous and very promising. He bashed the previous government attitude towards the problem, and ridiculed the former Minister for Industry (now a member of Parliament for the opposition) when he objected to the suspension of the construction work. Among other things, the Prime-Minister said that it was time to stop picturing the preservation of cultural heritage as an obstacle to progress or economic development and, instead,

to view it as a major factor in promoting regional economies and public education, without which no true progress exists. And he made it quite clear that "I would not want to face the judgment of History as the man who destroyed such valuable engravings".

In Portugal, the general opinion among politicians and the media is that these measures effectively represent a death sentence to the Foz Côa dam. Overall, it would seem, therefore, that a great victory was achieved here. However, pressure has to be maintained, particularly as regards the reaffirmation of the heritage value of the valley and the need formally to abandon the dam project altogether as soon as possible. Until that is done, no investment for turning the area into an open air Museum or an Archaeological Park will be feasible, and no contributions from the international community (the European Union, for instance, has already volunteered to help) for doing it will be made available.

On behalf of the community of Portuguese archaeologists, we thank you all for your invaluable contribution to this "happy end", we would also like to remind you that, at least formally, this is a provisional situation, and that we have to keep vigilant and active, since our new Government still needs to make the last step: that of definitively canceling of the Foz Côa dam and of transforming of the Côa valley into a major European cultural resource.

With our best wishes and our most sincere thanks for all your help in this affair,

José Morais Arnaud

(Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisbon)

Vítor Oliveira Jorge

(Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Oporto)

Mila Simões de Abreu

(IFRAO, Portugal)

8-11-1995

A SUSPENSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE FOZ CÔA E O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS

COMUNICADO

1. A Associação Profissional de Arqueólogos (APA) congratula-se com o recente anúncio do Senhor Primeiro Ministro de que as obras de construção da barragem de Foz Côa serão suspensas a fim de permitir o adequado estudo arqueológico daquele vale.

2. Tal decisão, que constitua um imperativo ético face à inegável riqueza arqueológica do curso terminal do Côa, particularmente pelo monumento ímpar de arte pré-histórica que representa para a história europeia, e para cuja defesa se mobilizaram as forças mais representativas da cultura, da ciência e da sociedade civil portuguesas, pode significar, também, o início de uma nova fase no respeito, estudo e valorização do património arqueológico nacional.

3. Importa agora que rapidamente se equacione o modo de prosseguir os estudos arqueológicos sobre a arte do Côa, garantindo a profissionalização e a interdisciplinaridade indispensáveis a programas desta natureza, bem como prevendo os necessários financiamentos e assegurando a transparência e a circulação de informação entre a comunidade científica, a população local e a opinião pública em geral. Para tal, parece-nos que nomeação de uma Comissão Instaladora do Parque Arqueológico do Côa seria uma medida de grande alcance e visão cultural.

4. Espera também a Associação Profissional de Arqueólogos que a decisão sobre novos empreendimentos hidro-eléctricos — como o anunciado para suceder ao do Côa — ou outras obras de similar envergadura seja precedida, de forma atempada, isenta e consequente, dos necessários estudos de impacto sobre os bens arqueológicos.

5. Entende ainda a APA que esta histórica decisão governamental poderá marcar o início de uma nova época para a Arqueologia portuguesa e para a valorização dos bens arqueológicos no nosso património cultural. Para tal impõe-se uma profunda transformação dos instrumentos legislativos disponíveis, nomeadamente através da regulamentação ou substituição da Lei 13/85 (Lei do Património Cultural Português), da suspensão da aplicação do Decreto-Lei nº 289/

/93, que coloca os bens arqueológicos subaquáticos sob a perspectiva de uma filosofia economicista e predadora, e das leis que definem e regulamentam os estudos de impacto ambiental (Dec.-Lei nº 186/90 e Dec. Regulamentar nº 38/90), que subestimam a componente arqueológica nestes estudos. Também a organização da arqueologia no aparelho de Estado deverá ser reformulada, conforme esta Associação tem vindo a defender, nomeadamente pela criação de um Conselho Superior de Arqueologia e por uma reestruturação de serviços que ultrapassa a secundarização a que esta componente patrimonial tem sido votada no IPPAR.

6. Em qualquer destes sectores, os Arqueólogos, como únicos profissionais e cientistas habilitados a reconhecer, classificar, estudar e promover ou acompanhar a valorização dos sítios, estações ou objectos arqueológicos, devem ser ouvidos e respeitados no exercício profissional de sua competência, para que neste domínio se não vaze em velhos odres o vinho novo de cultura que justificadamente se anseia do nível executivo governamental.

Porto, 13 de Novembro de 1995

Pel'A Direcção da Associação Profissional
de Arqueólogos

António Manuel Silva
(Presidente)

IV

CARTAS

CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA*

por

Eurico Figueiredo**

Quando a lógica do Governo é cada vez mais não assumir responsabilidades, nada saber, encobrir a verdade, mesmo os deputados se vêem obrigados a recorrer a Vossa Excelência. A visibilidade de intervenção do Presidente da República é suficiente para tornar acessível o Pulo do Lobo...

A forma como Vossa Excelência tem gerido a alta magistratura da Presidência da República é pouco propícia a permitir que as suas opiniões sejam silenciadas.

E o que se está a passar com as gravuras rupestres da foz do rio Côa é mais um ignóbil exemplo de ocultação. Acompanhei a polémica da construção da barragem de Foz-Côa. Informei-me junto dos mais idóneos peritos de quais as repercussões a nível climático e as consequências na qualidade do vinho do Porto. Tive conhecimento do que significaria para a minha região, e para o país, perderem-se centenas de hectares de bom terreno para vinho generoso. Sofri sabendo que ia perder-se a Quinta da Erva Moira, que fez história na modernização das práticas vinícolas. Calei-me. Tive entretanto conhecimento da “descoberta” das gravuras rupestres da foz do Côa. Informei-me da sua importância junto dos cientistas da área: fiquei aterrado. Enviando para cem metros de profundidade tal monumento histórico estávamos perante um indiscutível crime contra o património cultural da Humanidade.

Mas o mais grave veio depois. A maravilhosa solidariedade dos profissionais da arqueologia a nível nacional e mundial começou a funcionar. Estando hoje convencido de que houve uma intenção deliberada, cinicamente programada, para que o crime se pudesse consumir sem testemunhas... E mais ainda se virá a saber!

Senhor Presidente: como sabe, sou um homem do Douro. Mas Mário Soares também o é. Mais do que muitos que lá nasceram: adoptou-o. Ainda há dois anos,

* Publicado no jornal *Expresso* de 03-12-94.

** Professor Catedrático, Deputado do PS.

em casa de José Rodrigues, me lembrou que não esquecesse o Douro! As minhas recordações evocam comentários do grande conversador Manuel Mendes, a nobreza triste de Redol, o ascetismo exigente de Torga, a amabilidade culta de Francisco Teles, a humildade de Manoel de Oliveira, a hospitalidade de Luís Roseira, a frontalidade dos amigos Gracinda Marques e António Barreto — todos apaixonados do Douro. Sei que com eles partilhamos saudades e memórias. Ousei hoje recordá-las. Por razões que compreenderá e estou certo de que me perdoará. O Douro é neste momento a região mais pobre de Portugal. Não se pode sacrificar um património desta natureza. Trazendo riqueza para a região. E para o país. Sabe da importância turística que tem em França a gruta de Lascaux. Tivemos a informação de que é visitada por 350 mil pessoas por ano.

Tive conhecimento do “fax” que lhe foi enviado pelo prof. B. K. Swartz. O presidente da sociedade americana que se ocupa destas questões não se esquece de referir a importância económica de um “site” arqueológico no seu entender bem mais importante do que a barragem. Mas confrange saber que a ocultação nesta matéria tem sido de tal ordem que se procura desconhecer que o ex-secretário de Estado Nuno Ribeiro da Silva, deputado do PSD eleito por Vila Real, tinha aprovado um projecto de construção da barragem passível de salvar o património cultural e vinícola em questão.

Senhor Presidente: neste momento só há uma decisão sensata: parar já com a construção da barragem.

Seu admirador,

Eurico Figueiredo



Duas perspectivas da visita do Presidente Mário Soares às gravuras do Côa (Canada do Inferno) (Fevereiro de 1995). Fotos V. O. Jorge.

**Universidad de Alcalá de Henares,
Departamento de Historia y Filosofía**

Prof. Dr. D. Vítor Oliveira Jorge
Alcalá de Henares, 2 de Febrero de 1995

Querido amigo:

Tu invitación para visitar los recientes descubrimientos rupestres paleolíticos de Foz Côa, nos ha permitido tomar contacto con esa magnífica realidad, y elaborar en consecuencia nuestra propia idea real del hecho, cosa que antes no podíamos hacer, pues solamente conocíamos noticias de prensa.

Como sabes, nuestra dedicación a temas similares es conocida, y nos permite emitir una opinión fundada en un tema en el que no sobran los especialistas.

El yacimiento de Foz Côa, en lo que hemos podido conocer, es un conjunto de excepcional importancia cultural, por el grupo artístico paleolítico al que pertenece, por la antigüedad, número y calidad de sus figuras y por ser un caso prácticamente único entre las representaciones paleolíticas, dada su situación al aire libre que ofrece condiciones nuevas y originales de conocimiento y valoración.

El arte de las cuevas, con ser de una excepcional importancia, no suele aportar novedades transcendentales a lo que ya conocemos, al menos por lo que se refiere a situación y concepto, pues repite una ubicación conocida, en un ambiente ya descrito con precisión. El arte al aire libre, sin embargo, da una dimensión nueva a este fenómeno, el primero gráfico de la humanidad, con mucha mayor cercanía y sentido narrativo de lo que hasta ahora se suponía. El yacimiento de Foz Côa puede considerarse como el más importante encontrado hasta el momento al aire libre, y si fuera posible establecer este tipo de comparaciones, sería en importancia cultural superior a Altamira o Lascaux, pues nos ofrece una información y una capacidad de reconstrucción mayores.

Decir esto es situar el nuevo yacimiento portugués en su realidad y condición y valorar sus representaciones como el más notable hallazgo realizado en los últimos decenios, en el mundo entero.

Con lo anteriormente dicho, bien puede comprenderse que un documento así debe salvaguardarse al máximo, como bien excepcional que es y que debe pasar intacto a la posteridad, como muestra del pasado y de nuestra condición cultural en el presente, y que no se puede reparar en medios para conseguirlo.

Nuestro más sincero agradecimiento por la oportunidad que gracias a tí hemos tenido, y el ofrecimiento sincero de que puedas contar con nuestro apoyo directo en todo lo que se refiera a la salvaguarda de este monumento de excepcional importancia para la humanidad.

Un saludo muy cordial.

Rodrigo de Balbín Behrmann
(Catedrático de Prehistoria)

Primitiva Bueno Ramirez
(Prof. Titular de Prehistoria)

J. Javier Alcolea Gonzalez
(Prof. Ayudante de Prehistoria)

The McDonald Institut for Archaeological Research

Director: Professor Lord Renfrew of Kaimsthorn FBA
Cambridge - England

H.E. Dr. Mário Soares
President,
Portugal.

6th February 1995

Dear Dr. Soares,

It is with some diffidence that I communicate with you on the problem of the rock art of the Vale do Côa, Portugal. My colleague, Dr. Paul Bahn, has spent some time recently visiting the sites in question and meeting colleagues. It is clear that the Côa Valley and the Douro tributaries contain a wealth of open air Ice Age engravings from various phases and their survival and concentration here makes them altogether exceptional and very precious - certainly more important to the world of learning than the new cave in France, which merely adds to, or amends existing knowledge. The 150 or so engravings already discovered - and most unfortunately kept secret from the archaeological world for nearly two years - are merely the tip of the iceberg of what is there. I understand that there is very wide consensus among experts in Ice Age art that to drown the engravings under 100 metres of water would destroy them completely. Regrettably there seems to be little confidence in the two UNESCO reports on this subject and I am advised that you should treat them with great caution.

Please forgive my communicating with you directly on this matter. But it is a matter of deep concern. There is real fear of a major archaeological catastrophe here and it is undoubtedly the case that a wider range of expertise could prove useful. It is highly unfortunate that this matter was kept secret by local archaeologists until recently.

Yours sincerely,

*Colin Renfrew**

* Carta semelhante foi enviada ao Primeiro Ministro português.

**Institute of Archaeology
University College London**

7 March 1995

Exmo. Sr. Presidente do
Instituto Português do
Património Arquitectónico e Arqueológico
Lisboa, Portugal

Dear Sir

I, and my colleagues, at the Institute of Archaeology of the University of London wish to urge in the strongest terms the protection, and detailed study, of the recently discovered complex of palaeolithic rock art in the Côa Valley, northern Portugal. This discovery is of international significance, not only for archaeologists but for the public as a whole. We give our unqualified support to the proposal to:

- a) appoint an International Commission to study the Côa archaeological complex,
- b) suspend all work on the dam to allow the study to be carried out, and
- c) create a site Museum.

D. R. Harris

(Professor D. R. Harris FSA.
Director, Institute of Archaeology, and
President, Prehistoric Society 1990-94)*

* Este documento é assinado por mais 17 especialistas.

**CARTA ABERTA A SUA EXCELÊNCIA
O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Porto, 13 de Abril de 1995

Exmo. Senhor Doutor Mário Soares
Digmo. Presidente da República Portuguesa
Lisboa

Excelência,

As notícias vindas a público hoje, no semanário “O Independente”, sobre o destino que o Governo pretende dar ao património mundial do Côa, com a colaboração do IPPAR e da EDP, a confirmarem-se, configuram uma situação grave para o nosso património, e difícil para a imagem internacional do país, imagem de que V. Exa. é o garante.

Peço assim a V. Exa. que, quando entender oportuno, mas adentro de um “timing” que não permita o arrastamento da insustentável situação, que estamos a viver há meses, para um *desfecho irreversível*, se pronuncie publicamente sobre tão momentoso problema.

É com o mais alto respeito por V. Exa. e com a consciência de cumprir um dever inalienável que dirijo este angustiante apelo, esgotados que têm sido todos os meus esforços de, com dignidade, tentar convencer os responsáveis a inflectirem a sua posição.

A confirmar-se aquele desfecho, que pelo bem do nosso país espero que ainda se evite, dou a V. Exa. a minha palavra de honra de que *abandonarei toda e qualquer actividade arqueológica de campo*, que há trinta anos prossigo, primeiro como estudante (65-72) e depois como professor (73-95). Mantereí apenas a minha profissão de docente universitário, por considerar-me envergonhado perante os meus colegas de todo o mundo na minha condição, triste, de arqueólogo português, que tudo tem feito pela dignificação desta actividade.

Com os mais respeitosos cumprimentos, subscrevo-me,

Vítor Oliveira Jorge

Prof. Cat.” de Arqueologia. Faculdade de Letras da U.P.

Université de Poitiers
15, rue de l'Hôtel Dieu
86034 POITIERS CEDEX

Poitiers, le 20 juin 1995

Le Président de l'Université
à
Monsieur le Président de la République du Portugal

Monsieur le Président,

Président de l'Université de Poitiers, mais aussi chercheur dans le domaine de l'Histoire ancienne du Portugal, je suis particulièrement sensibilisé aux problèmes posés par les gravures de Foz Côa. Travaillant depuis plus de 20 ans dans le nord du Portugal, j'ai pu découvrir toute la richesse du patrimoine de ces régions. Il serait regrettable pour l'histoire de votre pays, mais aussi pour l'histoire de l'humanité que cette exceptionnelle découverte disparaisse sous les eaux.

Connaissant l'intérêt que vous portez à la culture de votre pays, je suis certain que tous les efforts seront faits pour sauver ce site.

Soyez assuré, Monsieur le Président, de l'assurance de mes sentiments dévoués.

Le President

Alain Tranoy

Saint Sozy 30 juin 95

M. Michel Lorblanchet
Directeur de Recherches au CNRS
 Roc des Monges – 46200 Saint Sozy
 France

à

Professeur Oliveira Jorge
 Faculté des Lettres de Porto
 Portugal

Cher Monsieur,

Je tiens à vous exprimer une fois encore mes remerciements les plus vifs pour votre aimable accueil à Porto et pour les très intéressants moments que nous avons passés en votre compagnie. Le débat auquel nous avons participé a été très enrichissant sur le plan humain et intellectuel.

Les gravures de Foz Côa nous font réfléchir sur l'évolution de nos sociétés modernes, sur la place de l'archéologie dans ces sociétés et sur l'éthique de la recherche. Elles posent également d'importants problèmes scientifiques.

Je puis vous assurer de mon total dévouement à la cause que vous défendez. Quel que soit leur âge, ces gravures doivent être intégralement sauvées: le barrage doit être arrêté et l'état premier des lieux doit être rétabli. Bien entendu, elles doivent être étudiées, protégées et présentées au public dans le cadre d'un vaste parc archéologique qui contribuera au développement économique de la région.

A ce sujet, je vous signale qu'en France, 23 sites d'art pariétal paléolithique sont ouverts au public et ils reçoivent au total 800.000 visiteurs chaque année.

Ces gravures offrent un magnifique champ de recherche: elles sont originales. Peu de sites européens sont comparables.

Le problème de leur datation est posé: dans l'état actuel des recherches, les spécialistes ne peuvent qu'avancer un âge paléolithique étant donné les thèmes, le style, les techniques de ces gravures et leurs différences marquées avec toutes les formes d'art rupestre post paléolithiques *actuellement connues*.

Comme vous le savez, la datation techno-stylistique ne se suffit pas à elle-même; elle doit être étayée par d'autres méthodes de datation, en particulier par

l'étude du contexte archéologique, c'est à dire par la fouille des sites qui permettra peut être la mise au jour de dalles gravées recouvertes par des dépôts.

L'intervention de techniciens (non portugais) qui ont fait des prélèvements sur des gravures pour tenter des datations me paraît prématurée et profondément *regrettable*. Actuellement aucune méthode de datation directe des gravures pré-historiques n'est fiable. Les méthodes de datation employées par MM. Bednarik, Watchman et Dorn, sont expérimentables. Elles sont peu décrites et en tout cas sont mises en doute par de nombreux spécialistes dans le monde.

Les dates que vont obtenir ces personnes seront sujettes à caution. Elles risquent d'ajouter une confusion supplémentaire dans une situation délicate. Elles risquent de faire naître un doute dans l'esprit du public sur la compétence des archéologues et, par conséquent, rendre le sauvetage des gravures plus difficile encore. La rumeur qui circule en France est que l'âge des gravures du Côa obtenu par les australiens ne serait pas paléolithique.

En réalité le problème chronologique n'était pas prioritaire.

Par contre, une vaste prospection montrant l'étendu des sites (même rapide, dans un premier temps) et une exposition itinérante présentant à un public portugais et européen l'intérêt de ce patrimoine, auraient permis de sensibiliser plus largement l'opinion. Fouilles et relevés auraient pu alors se développer. C'est l'association des fouilles et des relevés qui datera les gravures parce que c'est la seule méthode fiable. Mais cette opération aurait dû constituer une deuxième phase du travail des archéologues.

La précipitation douteuse des prétendues méthodes directes de datation, aboutit à une situation confuse, telle que la "charrue a été mise avant les boeufs".

Quelle que soit la difficulté de la lutte pour sauver entièrement un patrimoine inestimable, je vous assure de mon complet dévouement à cette cause élevée. Je demeure à votre entière disposition.

Je ferai de mon côté tout ce que je pourrai en France pour informer le public ainsi que mes collègues.

En espérant que vous accepterez aimablement de me tenir au courant du développement de la situation dans votre pays, je vous prie, Cher Monsieur, de recevoir l'expression de mes cordiales salutations et de bien vouloir les transmettre à votre épouse.

Michel Lorblanchet

throughout the world if the Portuguese State were to respond swiftly and positively to safeguard this remarkable and unique aspect of Europe's cultural Heritage.

Yours sincerely,

The British Academy

Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva,
Palácio de S. Bento,
1300 Lisboa,
Portugal.

31 July 1995

Dear Professor Cavaco Silva,

**Côa Valley
Prehistoric Engravings**

I am writing on behalf of my archaeological colleagues in the British Academy, to express our concern over recent developments surrounding the remarkable series of Prehistoric engravings recently discovered in the Coa Valley in Portugal. Although I understand there has been some debate as to the exact age of the engravings, there is no doubt in my own mind, and I believe most of my colleagues, that the engravings are almost certainly of Palaeolithic age, and rank as among the most important discoveries of Prehistoric art at present known in Europe — almost certainly of comparable importance to those of, say, Lascaux in France or Altamira in Spain. Indeed, the impressive number of these engravings, combined with their presence on open-air rock face situations, makes them totally unique within the context of European prehistory.

My colleagues have urged me to write to you as a matter of urgency to stress the extreme importance of these discoveries, and to ask that you take every step available to ensure their long-term preservation — as one of the unique cultural treasures of Europe. It would indeed be a tragedy if these discoveries were to be lost or damaged below the waters of a dam.

I am well aware of the political and other problems inherent in these situations, but I am sure it would command the respect and gratitude of scholars

Dr. Paul Mellars

(PhD, ScD, FBA, FSA
Chairman, Archaeology Section,
The British Academy.
President, Corpus Christi College,
Cambridge CB2 1RH)*

* Carta semelhante foi enviada ao Senhor Presidente da República.

We hope that you will help leave to future generations a world rich in vestiges of the human past.

Sincerely,

William D. Lipe, Ph. D.
(President)

Society for American Archaeology

August 4, 1995

Mário Soares
Presidente da República
Palácio de Belém
Lisboa
Portugal

Dear Mr. President:

I write to you in my capacity as president of the Society for American Archaeology about an issue related to the preservation of important archaeological sites in the Republic of Portugal. The Society for American Archaeology is the largest professional archaeological society in the United States, with more than 5,600 members. Our membership includes a large portion of archaeology faculty in university departments of anthropology, as well as archaeologists who work in museums, government, and private consulting practice.

It is with great concern that we learned that the Côa River will be damned, flooding an extensive series of late Paleolithic rock art sites. It is our understanding that these sites are of considerable importance within the cultural patrimony of our species, representing a little-known type of open-air representative art. The destruction, or even removal, of this heritage from access would constitute a significant loss to the field of archaeology and to humanity in general.

It is therefore our hope that you will use your office to guarantee that the archaeological value of these sites is properly and carefully evaluated in relation to the development in progress. We would remind you that archaeological resources are absolutely non-renewable, and their destruction cannot be reversed. The loss of archaeological sites and materials constitutes a major tragedy in our world, and participation in this process should only be done under extreme conditions.

cc.

Primeiro Ministro
República Portuguesa
Palácio de S. Bento
Lisboa, Portugal

Ambassador Fernando Anderson Guimarães
2125 Kalorama Road NW
Washington DC 20008

University of Bradford
Department of Archaeological Sciences

Head of Department
 Professor A. M. Pollard BA DPhil CChem MRSC MIFA FSA

Re: Côa Valley

8 August 1995

Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva,
 Palácio de S. Bento,
 1300 Lisboa,
 Portugal

Dear Prof. Dr. Cavaco Silva,

We take this opportunity to write to you with regard to the recent reports of a major archaeological discovery in the Côa Valley — artistic representations of a unique type. Although a single scientific analysis has suggested a Bronze Age date for the pictures, there is a broad consensus among archaeologists worldwide that many of them must date to the Ice Age or Upper Palaeolithic period. After viewing photographs of the rock art, we at the Department of Archaeological Sciences believe that most of them are of Upper Palaeolithic date and, therefore, of the greatest professional and public interest.

We understand that the hydroelectric firm has proposed moving the pictures away from the region of the proposed flooding. This may be possible (although the pictures have not yet been properly catalogued, and the rocks on which they occur not fully studied from a geological point of view). However, moving the pictures would be a tragedy — as barbaric as cutting out the stucco of the Sistine Chapel in order to «preserve» Michaelangelo's artistic conception from a motorway construction. The valley pictures are made as *part of the landscape*. The Valley is even more important than Michaelangelo's work, representing as they do the most outstanding region of palaeolithic art on open view, *anywhere in the world*.

At a time when many of the French and Spanish painted caves are being closed to the public in order to preserve their famous art for the future, the Côa Valley could provide a new and accessible tourist focus of world importance. We urge you in the strongest possible terms to act to save the valley for future generations.

Yours sincerely,

Professor Mark Pollard,
Dr. Christopher Knüsel and
Mr. Timothy Taylor
 (Department of Archaeological Sciences,
 University of Bradford,
 Bradford, West Yorkshire,
 United Kingdom, BD7 1DP)*

* Uma carta semelhante foi enviada a Sua Exa. o Presidente da República, Doutor Mário Soares

**The University of York
Department of Archaeology**

10 August 1995

Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva
Palácio de S. Bento
1300 Lisboa
Portugal

Dear Prime Minister

Côa Valley Rock Engravings

I hope you will forgive my taking advantage of the fact that you are a former graduate of our University, to write and draw your attention to the anxiety that is being created by the proposed inundation of the Côa valley.

Colleagues inform us that there are extremely important archaeological assets, including prehistoric rock engravings, under threat of destruction from the proposed development, and that they have considerable anxieties about our chances of researching them.

I know that, whatever the current economic demands, your people will wish to give the heritage of prehistoric Portugal its proper value and allow for the survival and study of this material.

Yours sincerely,

Professor M. O. H. Carver

University of Bristol

11 August 1995

Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Mário Soares
Palácio de Belém
1300 Lisboa

Your Excellency

The Côa Valley is an archaeological discovery of immense importance which really must be investigated in order to assess its true value. It is potentially one of the greatest archaeological treasures of the Portuguese patrimony, and perhaps the most significant discovery of its kind to be made in Europe this century. Portuguese archaeologists and pre-historians have correctly emphasised the need for a concerted European response to the threat of inundation, which the dam being built by your government, poses.

We are writing as experienced European archaeologists and Dr Harrison has over twenty years field experience of conditions in Portugal and Spain, and we write this letter in the sincere hope that you will be able to follow the recommendations of UNESCO and subject the Côa Valley to a proper assessment. Naturally, the work on the dam must be suspended, and it is surely in your power to do this.

The Côa Valley is an archaeological treasure that should be one of the glories of Portugal. It is everyone's duty to preserve it for ourselves and for our children.

We do hope that our international calls upon your cultural sympathies will be heeded and acted upon positively.

Yours sincerely,

Dr. R. J. Harrison
(Reader of Archaeology)

Professor P. M. Warren
(Professor of Archaeology)*

* Carta semelhante foi enviada ao Primeiro Ministro português.

Bournemouth University
Department of Conservation Sciences
Dorset – U.K.

Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva
Palácio de S. Bento,
1300 LISBOA
Portugal

14 August 1995

I write to express concern about the future of the prehistoric rock engravings in the Côa Valley and to enjoin you to call an immediate halt to construction work on the hydro-electric scheme and initiate a detailed analysis of the prehistoric archaeology of the area.

From the various reports on the discoveries in the Côa valley which have appeared in the academic literature in recent weeks it is clear that the Côa valley contains some of the most important early prehistoric remains in western Europe. Their study, preservation and public display must be a matter of the highest priority. I hope that the Portuguese Government will very carefully reconsider development plans for the Côa valley in the light of these discoveries, so that the short-term potential economic gains from the hydro-electric scheme are set against longer-term gains that will accrue in social as well as economic terms from the careful development and management of the archaeological heritage. The great antiquity of the rock art means that the longterm view is the only one which is internationally acceptable. The potential for tourism and the presentation of the heritage is very considerable; many regions of Europe would do anything to have such treasures to attract domestic and overseas visitors.

I hope that you will be able to bring pressure to bear which will lead to the positive conservation and management of the remains in the Côa Valley, and I look forward to hearing of progress with this matter in due course.

Timothy Darvill*
(Professor)

University of Durham

Emo. Senhor Presidente da República
Dr. Mário Soares
Palácio de Belém
1300 Lisbon
Portugal

15 August, 1995

Mr. President

I and my colleagues in the Department of Archaeology, University of Durham, have learnt of the discovery of prehistoric rock engravings in the Côa valley with great interest. It is clear to us that these finds represent a major discovery, of international importance for the understanding of the human past.

At the same time, we have learnt with dismay that the valley and the sites in it are threatened by the construction of a dam and associated hydro-electric scheme. While we understand your country's need for development of this sort, we urge that, as recommended by UNESCO, the valley is subject to proper and detailed analysis prior to flooding, and an immediate halt is called to construction work on the dam while the area is assessed. In the longer term, we would hope that a means can be found of preserving the sites while still fulfilling the needs of industrial development. Experience elsewhere shows that this is both possible and, from the point of view of the human heritage, essential.

We urge you to do what you can to bring about a satisfactory resolution of these matters.

Yours sincerely,

Professor Anthony Harding*

* Carta idêntica foi enviada ao Senhor Presidente da República Portuguesa.

* Esta carta foi também remetida ao Primeiro Ministro português.

The Australian Academy of the Humanities
Canberra

17 August 1995

Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Mário Soares
Palácio de Belém
1300 Lisbon
PORTUGAL

Your Excellency

The Côa Valley Rock Art

As a senior Australian archaeologist I write to request your support in terminating the construction of the dam which will drown vital evidence for the origins of human culture.

I was a foundation member of the Australian Heritage Commission, established in 1976 by the Australian government to register and protect sites of natural or cultural heritage. I also represented Australia at the 1977 UNESCO World Heritage meeting in Paris, which drew up criteria for listing places as World Heritage. I am aware that the future of the valley is a matter of Portuguese national sovereignty. Yet when evidence for human culture is so old, national boundaries must sometimes be ignored.

From my reading of the literature on art of the Côa valley, I have no doubt that the sites are of great significance for assessing the emergence and status of European art and gaining insight into ideological aspects of early European society. It is even arguable that they are worthy of World Heritage listing.

In a sense, history is being repeated. In 1982 the government of Tasmania resolved to build a dam on the Franklin River which would have drowned a region of great beauty and significant vegetation. It also contained archaeological

sites whose age probably is comparable with those in the Côa valley. I played a public role in opposing the dam for what was a dubious hydro-electric benefit.

In 1983 I was involved in providing evidence to the High Court of Australia in a legal challenge which successfully terminated the dam construction, in the interests of World Heritage. In the Federal election around that period, the Australian people voted overwhelmingly against the government which had supported Tasmania's right to construct the dam. I know that the defeated Prime Minister, Hon Malcolm Fraser, acknowledged that it was the *archaeological* evidence which determined the outcome of the High Court case, and it had an influence in the political outcome.

I trust, therefore, that you will give serious consideration to the political implications of allowing this dam construction to continue, but more importantly, to the fragility and cultural significance of these sites. From recent overseas travels, I detected a sense of outrage amongst educated people in Western world nations at what they interpret as unnecessary cultural vandalism. It certainly is attracting adverse criticism in Australia.

I have phrased this petition in strong words, but having fought to save the Franklin River archaeological heritage, I feel a strong sense of involvement and identity with the situation in your country.

I trust that you will decide to protect these irreplaceable relics of early Portuguese – and European – culture. They merit detailed, objective study by the best scholars of art and archaeology.

Yours sincerely,

D. J. Mulvaney
(Secretary)

Copy: Professor Dr. Aníbal Cavaco Silva
The Prime Minister
Palácio de S. Bento
Belém
1300 Lisbon
PORTUGAL

Department of Anthropology
The University of New Mexico
Albuquerque, NM 87131-1086 USA

Professor Vítor Oliveira Jorge
Drs. João Zilhão & José Morais Arnaud
PORTUGAL

August 22, 1995

Dear Colleagues:

I have been following news of discovery of the open-air rupestral art of the Côa Valley with great interest and news of its possible flooding with horror. I write in strong support of your efforts to stop the dam — at least long enough to permit serious, detailed documentation, study, analysis and dating, but, much preferably, permanently.

I have read your report and the attached documents, notably the report from Dr. Bednarik, who is not a specialist in European rock art.

Although I am not a rock art specialist per se and although I have not had the honor of seeing the Côa engravings in person, I have been active in Upper Paleolithic research in Spain, France, Portugal and Belgium since 1972 and have been in most of the major (and many of the minor) cave art sites of Spain, France and Portugal and am very familiar with the mobile art of these countries, Germany and Belgium as well. **I am utterly unconvinced by the hasty, partial and internally contradictory arguments whereby it is claimed that the Côa engravings are post-Paleolithic or even recent in age.** On the contrary, the photos and drawn reproductions I have seen fit very well with the themes, styles and techniques of both rupestral and portable Upper Paleolithic art in Iberia and France. Your comparisons are very compelling, and the art certainly seems consistent with the art well known from and positively dated to the earlier parts of the Late Upper Paleolithic (e. g., Solutrean). The animal figures are absolutely typical in their modes of representation.

The opinions of Bednarik are completely off the mark in my opinion and the dating techniques used by him and the others are either inappropriate, highly experimental or totally inconclusive in this instance. The analogy to conditions of rock weathering in Russia, for example, is ludicrous in the Portuguese case.

Therefore I add my personal opinion to that of so many others who oppose the flooding of this unique world heritage site and respectfully urge the Portuguese Government to desist in its plan. I am writing this letter as a private individual and researcher, not in the name of any institution or organization.

Sincerely yours,

Lawrence Guy Straus, Ph.D.

(Professor/Convenor of the Archeology Faculty, Secretary,
INQUA Commission for the Paleoecology of Early Man,
Chair, INQUA Working Group on the Archeology of the
Pleistocene-Holocene Transition.)

Institute of Archaeology
University of Oxford

Exmo. Sr. Presidente do
Instituto Português do
Património Arquitectónico e Arqueológico
Lisboa, Portugal

23 August 1995

Dear Sir

As Director of the Institute of Archaeology at Oxford, I was most distressed to hear of the threat to the remarkable complex of palaeolithic art in the Côa Valley of Northern Portugal. There is no doubt at all that these finds are of international importance.

May I urge you to suspend work on the dam in order to allow a thorough archaeological investigation to take place. The area is of sufficient importance for an international commission to be appointed.

Yours faithfully,

Barry W. Cunliffe

(Professor, Director, Institute of Archaeology, University of
Oxford. President of the Society of Antiquaries 1990-1995)

E.A.N. - R.E.A.

Rede Europeia de Arqueologia

European Archaeology Network-Réseau Européen D'Archéologie

Escola Superior de Tecnologia e Gestão, P-2300, Tomar

Exmo. Sr. Ministro da Cultura
Professor Doutor Manuel M. Carrilho
Palácio Nacional da Ajuda
1300 LISBOA

13 Novembro de 1995

Assunto: Conclusões da reunião de Atenas da REA, relativas ao vale do Côa

Excelência,

Tal como informámos V. Exa., a Rede Europeia de Arqueologia realizou uma reunião sectorial em Atenas, na qual estiveram presentes o Professor Carlo Peretto (Secretário Geral do XIIIº Congresso da UISPP), a Dra. Annie Echassoux (em representação do Professor Henry de Lumley, impedido de participar pessoalmente, mas que acompanhou os trabalhos), o Professor Cristos Doumas (da Univ. de Atenas, Director do Projecto Arqueológico de Santorini), o Professor Eudald Carbonell (da Univ. de Tarragona, Director do Projecto Arqueológico de Atapuerca e conselheiro do CSIC) e o signatário.

A reunião congratulou-se com a decisão do governo português de parar a construção da barragem do Côa, e considera que ela é indissociável da criação de um Parque Arqueológico e Ambiental. A reunião considera que a gestão de uma situação tão complexa como a de Foz Côa exige *um plano integrado* que coordene as preocupações:

- científicas (com equipas multidisciplinares e suficientemente dotadas de meios humanos e técnicos, como a que está em fase de concurso público em França para a Gruta Chauvet);
- culturais (com a criação urgente dos primeiros circuitos de visitas ao vale, sem colidir com o ponto anterior, mas permitindo a acessibilidade controlada do complexo à população em geral, motivando o seu interesse, que é

essencial para o futuro do Parque);

- patrimoniais e ambientais (com o desenvolvimento de programas de conservação dos diversos vestígios arqueológicos e sua integração equilibrada com uma paisagem protegida);
- económicos (com a articulação de iniciativas que permitam desenvolver a região e criar postos de trabalho).

A Rede Europeia de Arqueologia encontra-se a preparar *um programa trans-europeu* sobre a implementação de projectos integrados de desenvolvimento de regiões isoladas articulado com o Património Arqueológico. Seguindo o exemplo de Tautavel em França (onde toda a economia de uma região deprimida foi reactivada em função da Arqueologia), o programa irá testar em contextos diversos esta metodologia, envolvendo agentes científicos, culturais e económicos. Para o efeito serão seleccionados sítios, como Tautavel, que possuam um Património Arqueológico de dimensão mundial, e que estejam inseridos em regiões com dificuldades de desenvolvimento. *O programa transcende o domínio da investigação arqueológica e envolve os parceiros económicos, tendo como uma dimensão prioritária a criação de emprego estável.* Para o efeito, estão em preparação diversas candidaturas a fundos comunitários, embora parte dos financiamentos devam provir precisamente da iniciativa privada.

A REA-EAN seleccionou já alguns sítios prováveis: Santorini na Grécia, Atapuerca em Espanha, Isernia La Pineta em Itália, Tautavel em França. Em cada um destes sítios, será aos responsáveis nacionais que caberá a gestão directa, mas haverá uma coordenação europeia para aferição dos progressos deste programa piloto, que estamos certos irá ter grande importância no futuro próximo do Património Arqueológico Europeu. Caso V. Exa. entenda útil, *será possível integrar o Vale do Côa neste programa.*

Será também possível, no âmbito do projecto em curso de estudo das «Adaptações dos Caçadores-Recolectores às modificações ambientais» apoiado pela Comissão Europeia, *canalizar desde já alguns apoios humanos para a região do Côa*, em áreas científicas nas quais eventualmente Portugal não tenha todos os recursos.

Para além destas propostas concretas, a REA e os seus membros estão ao inteiro dispôr de V. Exa. para discutir em maior detalhe outras iniciativas, designadamente constituindo *uma delegação internacional* coordenada pelo Professor Henry de Lumley.

Certos do interesse de V. Exa., subscrevemo-nos atenciosamente,

O Coordenador da Rede Europeia de Arqueologia
Prof. Doutor Luiz Oosterbeek

*A Susana Oliveira Jorge,
 companheira de cerca de 25 anos de trabalhos e de emoções em Arqueologia,
 dedico a minha parte de esforço dada a este
 1º Congresso de Arqueologia Peninsular,
 uma exaltante aventura que durou de inícios de 1991 a fins de 1995.*

V.O.J.

IIº Congreso de Arqueología Peninsular

Zamora

26-30 Setiembre 1996

Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo (CSIC)

– Diputación de Zamora –

Fundación Rei Afonso Henriques

Revisão de provas deste volume

Sandra Carla Barbosa, Vítor Oliveira Jorge e Manuela Ribeiro.